anais de história de além-mar

VI

ANO 2005

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

CHAM

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Periodicidade Anual

Apoio FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal
Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III

Direcção João Paulo de Oliveira e Costa

Conselho Editorial Artur Teodoro de Matos; Luís Filipe Thomaz; Ana Isabel Buescu; Maria do Rosário Pimentel; João Paulo Oliveira e Costa; Ângela Domingues; Pedro Cardim; Jorge Flores

Secretária Ângela Domingues

Edição, propriedade, assinaturas e divulgação:
Centro de História de Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
cham@fcsh.unl.pt

Preço deste número: 30 €

Capa: Patrícia Proença

Tiragem: 1.000 ex.

ISSN: 0874-9671

Depósito Legal: 162657/01

Composição e impressão:
Barbosa & Xavier Lda.
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A-C
Telefs. 253 263 063 / 253 618 916 • Fax 253 615 350
4700-385 Braga

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACS and AMERICA: HISTORY AND LIFE

N.º 6, 2005

Anais de História de Além-Mar

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA 5

ARTIGOS

MORTOS – «TIDOS POR VIVOS»: O TRIBUNAL RÉGIO E A CAPACIDADE SUCESSÓRIA DAS «ALMAS EM GLÓRIA» (CAMPANHAS NORTE-AFRICANAS, 1472--C. 1542), Maria de Lurdes Losa 9

FERNÃO DE QUEIRÓS: HISTORY AND THEOLOGY, Alan Strathern 47

ALFONSO SÁNCHEZ E A SUA TRADUÇÃO LATINA DA *PEREGRINAÇAM* DE FERNÃO MENDES PINTO. *Contexto literário e interesse pelo Oriente na génese de um manuscrito seiscentista*, Francisco Roque de Oliveira 89

L'INVENTION DU BRÉSIL ENTRE DEUX MONARCHIES. L'AMÉRIQUE PORTUGAISE ET L'UNION IBÉRIQUE (1580-1640): UN ÉTAT DE LA QUESTION, Guida Marques 109

OS DOCES NA CULINÁRIA LUSO-BRASILEIRA: DA COZINHA DOS CONVENTOS À COZINHA DA «CASA BRASILEIRA» SÉCULOS XVII A XIX, Leila Mezan Algranti .. 139

AS PRIMEIRAS VIAGENS INGLESAS A MACAU 1635-1699, Rogério Miguel Puga 159

REIS, PRÍNCIPES E VARÕES INSIGNES NA COLEÇÃO BARBOSA MACHADO, Rodrigo Bentes Monteiro 215

CENSURA E PROSA DE FICÇÃO: PERSPECTIVAS DISTINTAS DE INSTRUIR, DIVERTIR E EDIFICAR?, Luiz Carlos Villalta 253

ILUSTRAÇÃO E PATRONAGEM. ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO SOCIAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, Ronald Raminelli 297

INDIANISMO E INDIGENISMO NA ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS, SALVADOR/BAHIA 1759, Íris Kantor 327

ARTHUR PHILLIP DEFENSOR DE COLÓNIA, GOVERNADOR DE NOVA GALES DO SUL, Robert J. King 339

TRAITES IBÉRIQUES ENTRE MÉDITERRANÉE ET ATLANTIQUE: LE NOIR AU CŒUR DES EMPIRES MODERNES ET DE LA PREMIÈRE MONDIALISATION (ca. 1435-1550), António de Almeida Mendes 351

RECENSÕES 389

NOTÍCIAS 409

RESUMOS / ABSTRACTS 441

NOTA PRÉVIA

Apresentamos neste sexto volume dos Anais de História de Além-Mar, correspondente a 2005, mais uma série de estudos dedicados à História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e Europeia. Aqui são abordadas, como nos volumes anteriores, temáticas diversas, quer do ponto de vista cronológico ou geográfico, quer mesmo no que respeita aos assuntos analisados. Devemos referir o forte contributo dado por colegas brasileiros, que reflecte, de certa forma, a atenção especial que o Atlântico e o Brasil mereceram nalgumas das nossas actividades mais relevantes de 2005. A intervenção do CHAM alargou-se, contudo, a temas, épocas e regiões diversas, em respeito, aliás, ao carácter multi-facetado da própria Expansão Portuguesa. No ano de 2006 procuraremos respeitar, uma vez mais, essa História Global – as múltiplas dimensões de um processo histórico que arrastou a Humanidade para a Modernidade e a Globalidade. 2006 será igualmente um ano de contrastes, em que ao lado de alegrias e sucessos, contamos já com momentos de profunda tristeza, que devemos assinalar.

Para lá das muitas actividades programadas, que esperamos realizar com sucesso, temos previsto que ao longo deste ano 10 investigadores do CHAM concluam e defendam as suas dissertações de mestrado ou de doutoramento. No entanto, este ano trouxe-nos também momentos difíceis, à semelhança do anterior, por via do falecimento de colegas que nos deixam uma enorme saudade.

*

Quando terminávamos a produção deste volume dos Anais fomos confrontados com o falecimento da Prof.ª Doutora Ana Maria Ferreira. Embora a doença fizesse adivinhar o desenlace fatal, a notícia, como sempre, surgiu brutal e perturbadora.

Ana Maria Ferreira pertencia ao Centro de História de Além-Mar desde a sua criação e colaborou particularmente na definição das primeiras linhas

de acção do Centro. Especializada no estudo de acção dos Portugueses no Atlântico no século XVI, deixa-nos obra relevante nessa matéria, em que se destaca a sua dissertação de doutoramento Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do séc. XVI, *apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em 1991 e depois publicada em 1995. Foi nesta mesma área que a nossa colega prosseguiu os seus trabalhos de investigação. A doença não lhe permitiu concluir o seu último estudo sobre João Pereira Dantas, diplomata português do século XVI e a morte precoce privou-nos dos seus conhecimentos bem como da sua afabilidade. Ana Maria Ferreira era, com efeito, não só uma excelente investigadora como uma colega recta e leal. O seu desaparecimento empobrece, quer o Centro de História de Além-Mar quer o Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Resta-nos lembrar o seu exemplo de mulher de carácter e aproveitar a sua produção científica nos trabalhos futuros.*

O Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas já fora porém afectado duramente por outra perda em Junho de 2005, a do Prof. Doutor Luís Krus, ilustre medievalista, professor catedrático da Faculdade e Director do Instituto de Estudos Medievais. Luís Krus, na senda de José Mattoso, tornou-se numa das maiores referências para o estudo do Portugal dos séculos XII a XIV. Generoso e sempre disponível tutelava o trabalho de dezenas de investigadores e de docentes de várias universidades do país.

Luís Krus colaborou por diversas vezes com o Centro de História de Além-Mar e uma das suas últimas intervenções públicas, quando já estava doente mas não queríamos crer que a sua fragilidade evidente tivesse uma causa tão devastadora, foi precisamente a primeira palestra do curso livre A História dos Descobrimentos e da Expansão no Século XV *sobre o tema Representações Medievais do Espaço Atlântico.*

As actividades do Centro de História de Além-Mar não o deixavam indiferente; congratulava-se com as nossas edições e colóquios e incentivava-nos a prosseguir; destacava-se também pelo desejo permanente de criar condições para que os investigadores mais novos tivessem oportunidades de trabalho. Tal como no caso de Ana Maria Ferreira era uma personalidade de grande carácter cujo rápido percurso ascendente suscitou apenas uma admiração partilhada por todos. Era uma pessoa de bem – irradiava-o e por isso todos lhe queríamos bem.

Neste momento, que já é de saudade, presto uma derradeira homenagem a estes dois colegas que tiveram vidas infelizmente curtas, mas exemplares do ponto de vista dos valores.

Lisboa, 1 de Abril de 2006

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

Artigos

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 9-46

MORTOS – «TIDOS POR VIVOS»:
O TRIBUNAL RÉGIO E A CAPACIDADE SUCESSÓRIA DAS «ALMAS EM GLÓRIA»
(CAMPANHAS NORTE-AFRICANAS, 1472-C. 1542) *

por

MARIA DE LURDES ROSA **

Entre 1472 e 1542, os tribunais régios portugueses procederam à resolução de quatro processos que visavam o reconhecimento legal das capacidades sucessórias de um morto. Melhor dizendo – de um vivo, uma vez que o que se invocava, da parte dos interessados naquele reconhecimento, era que determinados tipos de morte conduziam inevitavelmente as suas vítimas ao «estado glorioso», à vida eterna da alma. Como tal, os que a sofriam deviam ser considerados vivos, podendo herdar dos seus pais e transmitir aos seus filhos, evitando que as suas heranças fossem parar a linhas transversais.

Os quatro processos chegaram até nós de forma muito sumária, sendo necessário recorrer a fontes complementares para os reconstruir o mais aproximadamente possível [1]. Conhecemos apenas, em forma abreviada, as sentenças a eles relativas – três finais, e uma interlocutória. Todas estão insertas na discussão de outra, mais tardia, feita por António da Gama na sua obra *Decisiones Supremi Senatus Invictissimi Lusitaniae Regis* (1578) [2]. O tema que assim se trata, a partir de casos práticos, como é norma neste

---

* Este artigo é uma versão com ligeiras modificações de parte da nossa diss. de doutoramento, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, tese de doutor. em História Medieval apres. à École des Hautes Études en Sciences Sociales e à FCSH da UNL, Lisboa, 2005.

** Departamento de História da FCSH da UNL; IEM; CEHR.

[1] Devido ao desaparecimento dos arquivos das instituições judiciais medievais, restam pouquíssimos processos e sentenças dos tribunais régios. As sentenças que estudaremos de seguida, insertas num tratado jurídico do séc. XVI, tornam-se assim preciosas, embora a forma fragmentária como chegaram até nós implique a necessidade de reconstituição das circunstâncias dos processos, bem como a desmontagem da interpretação do jurista que as recolhe e comenta.

[2] Antóni da Gama, *Decisiones Supremi Senatus Invictissimi Lusitaniae Regis*, Lisboa, Emanuel Ioannes Typographus, 1578.

género de tratado jurídico [3], é um clássico, incontornável em todas as obras que abordem o direito sucessório, nas épocas medieval e moderna: a rivalidade sucessória entre tio e sobrinho. Tornou-se obrigatório em especial nas áreas geográficas onde adquire grande importância a sucessão por primogenitura e masculinidade, como a Península Ibérica [4]. Em Portugal, ele tomava sentido tanto no caso do morgadio [5] como no dos «bens da Coroa», propriedade para a qual a legislação régia quatrocentista conhecida por «Lei Mental» consagrara estritas formas sucessórias [6]. Esta lei, de resto, não pode ser separada dos modelos que conduziram ao predomínio da vinculação, embora, na teoria, funcionasse em muito maior proveito da Coroa do que os morgadios, que aos poucos construíram um verdadeiro sistema de retenção da propriedade na linhagem [7]. Quer uma quer outra destas formas legais, contudo, instauraram a sucessão por «melhor linha», primogenitura e masculinidade, dando origem aos casos como os que agora estudamos. Vejamos portanto com algum pormenor o que estava em jogo.

A opção pelo sobrinho em detrimento do tio acabou por constituir o modelo sucessório «tipo», no morgadio [8], mas não esteve isenta de problemas. Opunha-se, por um lado, ao modelo feudal clássico, em que o tio paterno prevalecia sobre o sobrinho, sucedendo ao pai, no caso de morte do irmão mais velho (ou seja, o grau «mais próximo» prevalecia sobre a «melhor linha» [9]); por outro, segundo alguns autores, existiam razões morais para a

---

[3] J.-M. Scholtz, «Legislação e jurisprudência em Portugal nos séculos XVI a XVIII», pp. 572-577, *Scientia juridica*, T. XXV, n.º 142-143 (1976), pp. 512-587

[4] Bartolomé Clavero, *Mayorazgo. Propriedad feudal en Castilla (1369-1836)*, pp. 211-214, Madrid, Siglo XXI, 1974.

[5] Maria de Lurdes Rosa, *O morgadio em Portugal*, pp. 95-107, Lisboa, Estampa, 1995; Isabel Beceiro-Pita, Ricardo Córdoba de la Llave, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana, siglos XII-XV*, pp. 62 ss, Madrid, CSIC, 1990.

[6] Sobre a «Lei Mental», cfr. A. M. Hespanha, *História das instituições- épocas medieval e moderna*, pp. 286-89, Coimbra, Livr. Almedina, 1982.

[7] Maria de Lurdes Rosa, *O morgadio em Portugal*, pp. 233 ss.

[8] Bartolomé Clavero, *Mayorazgo*, pp. 212-213.

[9] Por detrás destas posições em confronto estava o velho tema do «jus sanguinis», discutindo-se qual o parente mais próximo do fundador – o seu filho, ainda que não primogénito, ou o neto, filho de primogénito (E. Champeaux, «*Jus sanguinis*: trois façons de calculer la parenté au Moyen-Âge», *Révue Historique du Droit français et étranger*, t. 12 (1933), pp. 241-290). Àquela sucessão, mais «natural» (e mais realista, quando se tratava de ter um adulto disponível para defender pelas armas as propriedades da linhagem), veio suceder a outra, ao desenvolver-se uma «mística da primogenitura», em que o filho mais velho era equiparado ao pai, sucessivamente, em cada geração – que se condensa na máxima «pater et filius eadem persona», recuperada ao direito romano, e que tem a sua expressão no chamado «direito de representação», que de seguida abordaremos. As influências da sucessão régia afirmada em torno da identificação do rei e do herdeiro, são aqui fundamentais (da vasta bibliografia, p. e. Jq. Krynen, «"Le mort saisit le vif". Génèse médiévale du principe de l'instantanéité de la succesion royale française», *Journal des Savants*, Jul.-Dez. 1984, pp. 187-221), bem como, segundo a brilhante análise de B. Clavero, o modelo de paternidade/filiação proposto pela religião cristã (de um modo mais geral, em toda a afirmação da primogenitura sobre a sucessão igualitária: B. Clavero, «*Dictum beati*. A proposito della cultura del lignaggio», pp. 348-49, *Quaderni Storici*, 86 (a. XXIX, n.º 2) (Agosto 1994), pp. 335-363.

recusa da «melhor linha», pois cometia a injustiça de preterir o grau mais próximo, o «mais natural» [10]. Assim sendo, o que a legislação e a doutrina acabaram por consagrar, para permitir a sucessão por «melhor linha», foi o chamado «direito de representação», uma «ficção jurídica» decalcada sobre a identificação pai/filho da sucessão régia, entre outras origens. Tendo em conta a força do documento fundador, no caso do morgadio, ressalvava-se porém que o direito de representação só teria lugar caso o instituidor não tivesse declarado outra coisa na instituição, e que o tivesse feito, de modo explícito e inequívoco [11]. Por exemplo, se o instituidor tivesse estatuído que à sua morte o morgadio ficaria para o «filho varão maior que dele ficasse», tal bastava para excluir o direito de representação, e o tio preferia o neto.

No que toca à Lei Mental, o caso era bem mais claro. Os bens da Coroa ficavam sempre ao filho varão mais velho do último possuidor, o que abria a porta aos filhos deste e excluía o seu neto cujo pai tivesse morrido em vida daquele [12]. Ou seja, não era sequer contemplado o direito de representação. A abertura de excepções, por percalços sucessórios, residia na mercê régia [13].

Ora, o que esteve em jogo nos quatro processos em análise, foi precisamente o direito à herança de «netos» cujos pais tinham morrido em vida do avô, e cujas propriedades eram bens da Coroa. Segundo as normas vigentes, à morte dos avós, que ainda detinham a propriedade, os bens passariam para os seus filhos mais velhos. O filho de cada um dos primogénitos mortos perdia portanto o direito à herança, no momento da morte do pai. Os herdeiros lesados tinham então, simplesmente, de provar que os respectivos pais não estavam mortos, e que aquando do falecimento dos avós podiam receber e transmitir-lhes a herança…

No período para que temos fontes, dois casos são bem sucedidos para os sobrinhos, e dois para os tios. Vejamos então cada um deles, para depois analisarmos os elementos divergentes e as razões por detrás da «vida» atribuída a alguns, e negada a outros.

O primeiro caso, que fez jurisprudência no Reino (os restantes referem-se-lhe sempre), opôs D. Pedro de Meneses e o seu tio D. Telo, em 1472 [14]. Estes fidalgos pertenciam à Casa de Cantanhede, senhores da terra do mesmo nome e de várias outras vastas propriedades. O grosso da riqueza fundiária da Casa fora doado a D. Martinho de Meneses pelos reis D. Fernando, em 1375

---

[10] A discussão, presente em todos os Autores, toma forma acabada em Luís de Molina Morales, na sua obra *De hispanorum primogeniorum origine ac natura* (1573), que se vem a tornar o clássico do género (B. Clavero, *Mayorazgo*, cit., p. 213).

[11] B. Clavero, *Mayorazgo*…, cit., pp. 213-214; este princípio está também presente no comentário com que António da Gama encerra o presente caso (ed. cit., fl. 341v): «tum quia omnia quae in favorem nepotis cumulantur fundata sunt in dispensatione, quae non solet ius tertij laedere, & in fictione quae praeualere non debet contra veritate».

[12] *Ordenações Manuelinas*, lv.º II, tít. XVII, § 1 e 2 (vol. 2, pp. 67-68, da ed. Lisboa, Gulbenkian, 1984).

[13] Idem, §12 (pp. 74-75) e § 23 (p. 88).

[14] Sentença final transcrita em António da Gama, *Decisiones*, fl. 338v.

(Melros), e D. João I, em 1392 (Cantanhede) [15]. Como se pode verificar pelos documentos de doação, ambas obedeciam, nos seus termos gerais, ao depois consignado na «Lei Mental», com excepção da abertura à sucessão feminina da mais antiga. As propriedades foram confirmadas a D. Fernando, filho primogénito de D. Martinho em 1434, no início do reinado de D. Duarte, como era norma neste tipo de propriedades [16]. Era aquele senhor que as detinha quando, alguns anos antes de 1472, morre o seu filho primogénito, D. João, nas campanhas de África. As crónicas disponíveis – de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina [17] – não referenciam a morte de D. João de Meneses, mas tal não é particularmente significativo. No texto de Zurara, mais próximo dos acontecimentos, refere-se várias vezes a omissão de episódios, seja porque as fontes os não mencionam, seja para não alargar a narrativa [18]. Em Rui de Pina, que escreve já no reinado de D. Manuel, surge com frequência a queixa de que faltavam registos de muitas mortes de cavaleiros nas praças de África [19]. As fontes genealógicas não são mais generosas, mas deve apontar-se a escassez das conhecidas para o século XV. O único «livro de linhagens» que contém materiais relativos a essa época e que lhe é pouco posterior, foi já redigido na centúria seguinte; sobre D. João de Meneses, refere a sua morte e a contenda que originou entre o filho e o irmão, mas sem mencionar o local ou circunstâncias daquela [20]. As obras genealógicas posteriores revelam a mesma ignorância [21] ou, por vezes, deturpam o sucedido, contrariando a fonte medieval que seguimos [22]. Tendo em

---

[15] Confirmação das doações a D. Fernando de Meneses, em 1434: C*hancelarias Portuguesas. D. Duarte. Vol. I, tomo I*, doc. 295, ed. do Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

[16] Confirmação citada na nota anterior; T. Sousa Soares, «Confirmações», p. 667, *Dicionário de História de Portugal*, coord. Joel Serrão, vol. I, p. 667, Lisboa, Iniciativas Ed., 1971.

[17] De Zurara: *Crónica de D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King, Lisboa, UNL- FCSH, 1978 (concluída em 1468: António José Saraiva, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 250, Lisboa, Gradiva, 1990; reporta-se às campanhas daquele capitão, que terminaram com a sua morte em 1464). De Rui de Pina: *Crónica de D. Afonso V*, ed. *Crónicas de Rui de Pina*, intr. e rev. M. Lopes de Almeida, pp. ***-***, Porto, Lello & Irmão, 1977 (já estava terminada em 1504: Rita Costa Gomes, «Rui de Pina», p. 597, in *Dicionário de literatura medieval galega e portuguesa,* org. e coord. G. Lanciani e G. Tavani, pp. 597-98, Lisboa, Caminho, 1993).

[18] Ed. cit., p. 207, p. 221.

[19] Por exemplo, nos episódios do escalamento de Tânger e da tomada de Arzila (ed. cit., respectivamente p. 808 e pp. 821-23).

[20] *Livro de Linhagens do século XVI*, ed. A. Machado de Faria, pp. 106-107 e p. 110, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1957.

[21] É o caso de M. Felgueiras Gayo, *Nobiliário das famílias de Portugal*, ed. de Agostinho Meireles e de Domingos A. Afonso, VI, p. 702 e p. 710, Braga, Of. Tip. da «Pax», 1938 [doravante FG] e de Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, ed. de A. P. de Miranda Vasconcelos *et al.*, vol. 2, t. II, p. 336, Porto, Livr. Fernando Machado, 1943-1948.

[22] Referimo-nos a Teodósio de Santa Marta, *Elogio Histórico da illustrissima e excellentissima Casa de Cantanhede Marialva*, Lisboa, Off. de Manoel Soares Vivas, 1751. Refere-se D. Telo e a contenda (p. 242), a morte juvenil e violenta de D. João (mas nada sobre África) (p. 242 e pp. 246-255) e, sobretudo, quando se explica como D. Pedro alcança a herança da casa, após

conta as campanhas que na época causaram mais baixas entre a fidalguia, poderemos conjecturar que D. João morreu ou em 1464 (fosse na escalada de Tânger, fosse nos episódios da Serra de Benacofu), ou em 1471, na tomada de Arzila. É porém mais provável, já que a sentença é dada em 1472 e que sabemos que os processos demoravam algum tempo a concluir [23], que tivesse sido na primeira daquelas duas datas.

A sentença é dada, segundo o próprio documento, com «*el Rey nosso senhor em Rollaçam, com os do seu conselho & desembargo*» [24]. A decisão passou, portanto, pela mais alta esfera decisiva da Coroa. É em seguida subscrita pelo próprio rei e por um conjunto de altos funcionários régios, à cabeça dos quais se encontra D. João Galvão, bispo de Coimbra. Como já referimos, este último foi um bispo cortesão, que desempenhou ainda vários cargos na burocracia régia – entre os quais o elevado posto de escrivão da puridade, nas décadas de 1460 e 1470 [25]. Talvez tenha sido nesta última qualidade que subscreveu a sentença, após o rei, que assina pessoalmente, e antes dos restantes desembargadores [26].

A sentença começa por esclarecer o regime de bens em causa: terras da Coroa (Cantanhede e Melros), reguladas pela Lei Mental [27]. Neste âmbito, os

---

a derrota do tio, diz que foi somente em virtude do «direito de representação» (p. 258). Quanto aos estudos modernos, mencionamos apenas que Brasões da Sala de Sintra, 2.ª ed., vol. III, p. 327, Lisboa, IN-CM, 1973 [doravante BSS], não chega a referir a contenda sucessória.

[23] Cfr. abaixo a sentença de 1487, que parece ter-se iniciado em 1476 e a de 1532, que se terá principiado por volta de 1520.

[24] António da Gama, op. cit., fl. 339.

[25] Cfr. supra, p. 147 e Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, p. 125, Lisboa, Difel, 1995.

[26] Atesta António da Gama, após a transcrição da sentença: «Quae sententia signata est manu illustrissimi regis Alphonsi suorumque senatorum episcopi Conimbricensis D. Ioannis, Gonzali Fernandez, Roderici Ioannis, Ioannis Alhonsi [sic] & Bartholomei Gomez» (op. cit. , fl. 339). Optámos por traduzir «senatorum» por «desembargadores». Não nos foi possível identificar nenhum dos restantes funcionários, mas tal pode ser devido à ausência de repertórios prosopográficos sobre os burocratas régios deste período, ou sobre o tipo de cargos em questão (termina em 1465 o estudo de Helena Monteiro, *A chancelaria régia e os seus oficiais (1464-1465)*, diss. de mestrado em História Medieval apres. à FLUP, 1997, que sumaria Armando Borlido, *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1463*, diss. de mestrado em História medieval apres. à FLUP, Porto, 1996 e Ana Paula Almeida, *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1462*, Porto, diss. de mestrado em História medieval apres. à FLUP, 1996; inicia-se em 1480 o trabalho de Eugénia Mota, Eugénia Pereira da, *Do «Africano» ao «Príncipe Perfeito» (1480--1483). Caminhos da burocracia régia*, 2 vols., diss. de mestrado em História Medieval apres. à FLUP, Porto, 1989; Luís Miguel Duarte, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, vol. III, [apenas em] diss. de doutor. em História da Idade Média apres. à FLUP, Porto, 1993, cobre o período de 1459-1481, mas trata sobretudo dos oficiais criminais); por outro lado, o tipo de nomes, muito frequentes, não nos possibilitou identificação segura na chancelaria de D. Afonso V.

[27] «(…) visto este feito & o que se por elle mostrar, conuem a saber, as doações daquestas terras da Coroa de seus reinos Cantanhede & Melros, & a lei mental dos ditos seus reinos, pola qual as ditas doações sam reguladas, & como por ella estas terras hão de vir ao filho maior barão lidimo de dom Fernando…» (António da Gama, op. cit., fl. 339).

bens passariam para o filho mais velho que sobrevivera ao último possuidor, ou seja, D. Telo de Meneses. No entanto, vai ser aceite pelo tribunal que, apesar de morto à data do falecimento do pai, o irmão deste, D. João, estava ainda vivo. É que «*uisto como o dito dom Ioão morreo em peleia de Mouros em Africa, por seruiço de Deos & seu, pollo que elle como uiuo deue ser auido*» [28]. Esta «vida» confere-lhe capacidades patrimoniais e sucessórias, pois a sentença prossegue: «*pera seu filho barão lidimo, o qual he dom Pedro, reo, deuer de herdar e soceder todo aquello que ho dito dom Ioam seu padre herdara & socedera, se uiuo fora, & ainda por seu filho do dito dom Ioão, elle dom Pedro, Reo, representa a pessoa do dito dom ioam seu parente* [etc.] [29]». Nesta sentença, como teremos ocasião de provar mais demoradamente, o argumento chave é a «morte em guerra de Mouros». Não só vem em primeiro lugar em relação à «representação», como depende daquela. De facto, nem sempre a morte do pai em vida do avô dá direito ao «direito de representação». É o que nos demonstra o caso seguinte.

Quinze anos mais tarde, um outro «filho» orfão em riscos de perder a herança vai tentar usar os mesmos argumentos para suceder ao avô, vivendo o seu tio mais velho. Trata-se, desta vez, de Fernão Coutinho, que move um processo ao tio, Pedro da Cunha, após a morte do pai, Vasco Fernandes Coutinho. O caso, porém, não passa da sentença interlocutória, pois os desembargadores régios consideram que não há matéria para avançar. Mencionam ainda explicitamente que o caso não é semelhante ao outrora sucedido no reino, entre D. Pedro e o seu tio D. Telo [30], pelo que podemos supor que o Autor do processo terá tentado invocar os mesmos direitos. De facto, havia semelhanças com o caso de 1472 – Vasco Coutinho morrera ao serviço do Rei; mas existia também uma diferença fundamental, que condiciona a não aceitação do processo – o falecimento não se dera em «guerra de Mouros». Vejamos então a comprovação desta afirmação.

---

[28] António da Gama, op. et loc. cit.

[29] «& assi deue excluir a dom Telo, Autor, da socessam destas terras, como o dito seu padre excluiria se uiuo fora: absoluem o dito dom Pedro, Reo, do contra elle pelo dito dom Telo seu thio, Autor, he pedido, & mandam que elle dom Pedro, Reo, tenha e aia as ditas terras & Cantanhede & Melros, & as logre & possua assi & pela guisa que as o dito dom Ioam seu padre ouuera, & lograra, & possuira se uiuo fora no tempo da morte de dom Fernando de Meneses seu padre» (António da Gama, op. et loc. cit.). Após a sentença, D. Pedro ficará em plena posse das suas propriedades, que, a julgar pelos termos em que lhe são confirmadas.

[30] «Acordão em Rolação os do desembargo del Rey, visto o libello por parte de Fernão Coutinho Autor offerecido, com os tres artigos d acomulação ultimamente ao libello acomuladas, & ouvido todo o que os procuradores das partes quiserão dizer & allegar, asi per palaura, como per escrito, & como a materia do dito libello, nem dos tres artigos d acomulação não he tal pera della, segundo disposição do direito, se poder fazer libello que proceda; & como isso mesmo o caso de que em o dito libello & artigos se trata, não he semelhante ao caso que ia outra vez em estes reinos aconteceo & foi iulgado em o feito que se tratou entre o conde dom Pedro & dom Telo seu tio, que não recebem o dito libello & tres artigos da dita acomulaçã por parte do dito Fernão Coutinho offerecido, & sera sem custas vista a calidade da causa» (António da Gama, op. cit., fl. 341v).

A primeira referência à morte de Vasco Coutinho data de Julho de 1476, quando o seu irmão João Rodrigues Coutinho é beneficiado com a tença que pertencera ao falecido [31]. A carta régia não refere a data da morte de Vasco, nem as circunstâncias. No mesmo mês, o rei confirma doação que os pais de ambos fazem, a outros filhos, de parte dos seus bens que, anos antes (1471 e 1472) [32], tinham doado a Vasco: a João Rodrigues Coutinho, os lugares de Penaguião, Fontes, Gondim, e outras [33]; e a Pedro da Cunha, as terras de Basto, Borba e outras [34]. Nenhuma das cartas menciona as anteriores doações, ou, sequer, a existência de um conflito. Ele estava no entanto a larvar, dado que logo no início do mês seguinte a viúva de Vasco, Maria de Lima, alcança resultados da queixa que entretanto fizera ao rei, de que o sogro queria defraudar o filho dela, Fernão, na sucessão das terras da Coroa que detinha, e que deveriam passar ao filho do filho mais velho. Encontra-se aqui a primeira menção à morte de Vasco Fernandes: dera-se ao «serviço do rei», e «na presença» deste, «no combate e filhada da villa de sete ygreIas». O monarca afirma então não querer por isso prejudicar os seus filhos e concede à requerente um alvará de segurança de tudo isto, que lhe permita mover demanda aos sogros e cunhados [35]. Não obstante, em 1478, o mesmo monarca confirma a doação que os sogros de Maria de Lima tinham feito ao filho mais novo, Pedro da Cunha, de todos os bens, já que entretanto tinham morrido todos os seus outros irmãos [36].

Sabemos que o processo chegou a entrar em tribunal, mas o combate em que morreu Vasco Fernandes inseriu-se na guerra que Portugal travou contra Castela, entre 1475 e 1479 [37]. Logo, sendo embora ao serviço da Coroa, fora contra cristãos. Este tipo de guerra, como bem refere D. João I ao decidir avançar com a expedição de Ceuta, não só não trazia glória, como punha em perigo a alma dos combatentes, e era um pecado que só podia ser expiado com a morte do mesmo número de «infiéis» [38]. Assim, não poderia de modo nenhum alcançar-se a certeza de que a alma do morto «estava em glória», e

---

[31] IAN/TT, *Chanc.D. Afonso V*, lv.º 7, fl. 7v. Sobre um dos descendentes Maria de Lima e Vasco Fernandes Coutinho, com amplo enquadramento familiar, João Paulo Costa, «Leonel Coutinho um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», pp. 653 ss, *A carreira da Índia e as rotas dos Estreitos. Actas dos VIII Seminário Internacional de História Indo-portuguesa*, pp. 628-666, Angra do Heroísmo, 1998.

[32] IAN/TT, *Chanc. D. Afonso V*, lv.º 22, fls. 52v e 29, fl. 205.

[33] IAN/TT, *Chanc.D. Afonso V*, lv.º 7, fl. 34v.

[34] IAN/TT, *Chanc. D. Afonso V*, lv.º 7, fl. 35.

[35] IAN/TT, *Chanc.D. Afonso V*, lv.º 32, fl. 16, inserto em confirmação de 1480, que deveria servir para peça processual.

[36] IAN/TT, *Leitura Nova*, *Beiras*, lv.º 2, fls. 173v-175v (em 23 de Dezembro; está inserta a doação dos pais, feita a 16 de Novembro de 1478).

[37] Sobre esta cfr. *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, pp. 687-691, vol. V da *Nova História de Portugal*, coord. de João Alves Dias, Lisboa, Presença, 1998.

[38] Discurso posto na boca do rei por Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. Francisco Esteves Pereira, cap. XX, p. 65, Lisboa/ Coimbra, Academia das Sciências de Lisboa/ Imprensa da Universidade, 1915.

por isso a família paterna pode retirar ao filho daquele o direito de suceder. Os tribunais régios curvam-se perante esta evidência, e ao rei nada mais resta que, em 1487, provavelmente no desenlace do processo [39], atribuir a Fernão da Cunha o equivalente ao que o seu pai recebera da Coroa: uma tença de 70 mil reis, em cuja doação é expressamente referida a morte daquele ao serviço do rei [40]. A contenda entre a viúva de Vasco Fernandes e os Coutinhos terá tido ainda como desenlace a sepultura daquele no panteão da família da mulher, os Limas, em Santo António de Ponte do Lima – ornada por um epitáfio onde se menciona, apesar de tudo, que o tumulado falecera em Sete Igrejas, quando esta fora tomada pelo Rei [41].

A confirmação de que a decisão de 1472 não foi um caso excepcional, bem como de que a diferença que em relação a ela detinha a sentença de 1487, é-nos dada pelo par de casos seguintes. Analisemos em primeiro lugar o mais antigo, muito semelhante ao processo de 1472, mas ainda mais curioso, visto que a dois tipos de mortes correspondem outros tantos destinos de heranças.

A decisão deste processo é publicada em 1532, mas ele tem início muito antes, em 1516. Neste ano, morre em África D. Afonso de Noronha, filho herdeiro do conde de Odemira [42]. Encontrava-se lá desde 1513, levado pelos duplos laço de parentesco de criação e de aliança, que tanto cimentaram as companhias fidalgas do Norte de África: por um lado fora criado por D. Jaime, Duque de Bragança e seu parente, que naquele ano chefia a expedição para a conquista de Azamor, em pompa e circunstância [43]; por outro, contraíra nesse ano matrimónio com a filha herdeira do capitão da praça de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, com quem passará a servir [44]. Os três anos de vida que restam aos dois, que morrerão juntos, parecem ter sido passados num ambiente de guerra, que era então cavaleiresca e religiosa, talvez ainda mais que em décadas anteriores. Sucedem-se várias batalhas e escaramuças, desde a entrada na cidade de Tednest, logo em 1513, até aos combates de

---

[39] António da Gama não refere o dia e o mês da sentença.

[40] IAN/TT, *Chanc. D. João II*, lv.º 21, fl. 41v. Não é referido que a mesma tenha sido retirada ao tio a quem fora doada em 1476, mas este entretanto morrera também. Todos os bens em demanda acabam por concentrar-se no mais novo dos irmãos, Pedro da Cunha, desde 1476, ano em que os pais o emancipam (Agostinho de Azevedo, «Os Coutinhos e a Maia», p. 27, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, n.º 1 (1938), pp. 26-34).

[41] Fr. Fernando da Soledade, *Historia Serafica chronologica de S. Francisco da provincia de Portugal*, vol. 3, p. 385, Lisboa, Off. de Manuel Lopes Ferreira, 1690; sobre este convento como panteão dos Limas, cfr. infra, pp. 514 ss..

[42] Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, p. 4, cap. 12, ed. Joaquim Teixeira de Carvalho e David Lopes, vol. 2, Coimbra, Impr. Universidade, 1926.

[43] Sobre a «criação» de D. Afonso: António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. IX, p. 310, ed. M. Lopes de Almeida e C. Pegado, Coimbra, Atlântida Ed., 1953; para a partida de D. Jaime, em especial encenações religiosas e guerreiras, cfr. infra, pp. 232 ss..

[44] António Caetano de Sousa, op. cit., pp. 312-313; Anselmo Braancamp Freire, «O camareiro», pp. 368-69, in *Crítica e História. Estudos*, pp. 251-370, Lisboa, Bertrand, 1910.

1514 em prol de um aliado mouro de D. Manuel, sem esquecer a expedição a Marraqueche, em 1515, organizada pelo Governador de Azamor [45]. De uma destas razias resta aliás a entusiástica descrição que foi enviada a D. Manuel pelo sogro do presuntivo conde, o capitão de Safim, e na qual louva um grupo de cavaleiros que se separam do resto das tropas, para irem escrever na porta de Marraqueche, as suas divisas, os seus nomes ou os das suas damas. Tal proeza causara uma enorme contrariedade ao emir da cidade, que, relata Nuno Fernandes de Ataíde, «não lhes podendo resistir, encerou-se em suas casas por tres dias nos quaes chorou sua perdição» [46].

A morte de Nuno Fernandes Ataíde, apesar de tudo, deixa a sua filha herdeira numa posição confortável, visto que o rei lhe confirma quase imediatamente os vastos bens do pai, fazendo explícita menção à morte deste em África, juntamente com o genro (1517) [47]. Já a viuvez começa a criar problemas a Sancho, o filho que nascera do casamento com D. Afonso de Noronha. De facto, o seu tio D. João de Faro e o seu tio-avô D. Fernando de Noronha começam a disputar-lhe o direito à herança, algures entre a morte do 3.º Conde de Odemira, em 1521 [48] (pai de um, irmão de outro e avô do órfão), e a da mãe daquele, D. Maria de Noronha [49]. Tentemos expor de forma compreensiva estes complexos meandros familiares, pois eles permitem-nos perceber a diferença entre os herdeiros «tidos por vivos» e os realmente mortos.

A herança mais antiga é a disputada por D. Fernando de Noronha ao seu sobrinho-neto. Com efeito, algumas das vastas possessões territoriais envolvidas estavam, à data da morte do 3.º conde, ainda na posse da mãe deste, que lhe sobrevive. Esta senhora, D. Maria de Noronha, detinha-as em

---

[45] António Caetano de Sousa, op. cit., a partir da *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis.

[46] Citada e comentada em Charles-Martial De Witte, *Les lettres papales concernant l'Expansion portugaise au XVIe. siècle*, p. 49, Immensee, Cahiers de la Nouvelle Revue de Science Missionaire, 1986, que ressalta, ironica mas certeiramente, como por detrás destas atitudes estavam valores de cavalaria e amor cortês.

[47] «Esguardando nos os muitos seruiços que temos Recebidos de nuno ffernadez de atayde que deus perdoe e capitão e governador que foy da nossa cidade de çafim e como morreo na guerra dos mouros por seruiço de deus e noso e queremdo por iso fazer graça e merçe a dona maria detaide sua filha molher que foy de dom afonso conde d odemira que iso mesmo morreo na batalha que ho dito nuno ffernandez com os mouros omde ambos faleceram»: doação da alcaidaria mor de Alvor, em 12 de Fevereiro de 1517 (inserta em confirmação de 1528, in IAN/TT, *Chanc. D. João III*, lv.º 48, fl. 106); nos mesmos termos e data, doação dos direitos da mesma vila (inserta em confirmação do mesmo ano, loc. cit. fl. 106v). BSS, III, 415, nt. 10, indica, por lapso, que esta carta, inserta em confirmação de 1578, se encontra no lv.º 9, fl. 23, dos *Privilégios de D. Sebastião e D. Henrique*, mas o que aí está é uma confirmação da doação do condado.

[48] Data de morte em António Caetano de Sousa, op. cit., vol. IX, p. 251; BSS, III, pp. 345-56, indica o ano de 1520. Não temos confirmação exacta da data do início do processo, mas situamo-lo após a morte do 3.º conde porque, sem esta, ela não poderia ter efectivação legal, a menos que fosse posta pelo próprio conde, como no caso dos Coutinhos, do que não há indícios.

[49] Ver BSS, III, p. 273; quanto ao início da disputa com D. Fernando após a morte da mãe deste, António Caetano de Sousa, op. cit., vol. IX, p. 251.

virtude da dispensa contemplada pelo rei na carta de doação, datada de 1449, quanto à posse feminina de bens da Coroa. O seu bisneto, D. Sancho, filho do cavaleiro falecido em África, pretende suceder nelas, assim como no condado do seu avô. No entanto, de tal será formalmente impedido pelo tio-avô, que advoga ser o filho mais velho de D. Maria de Noronha à data da morte desta e pretende assim ficar com a vila do Vimieiro, a propriedade por ela detida. Ao invés do que sucederá ao património vindo por via masculina (seu pai e avô), D. Sancho irá perder o processo. De facto, aqui não pode invocar que uma sucessão fictícia, uma vez que o seu avô morrera de morte natural e não em «guerra de mouros». Não estava portanto «vivo» à data da morte da mãe, e esta mantém a posse dos bens. À morte desta senhora, a vila do Vimieiro passa incontestavelmente para o tio-avô, o mais velho filho sobrevivo, que vê confirmada a sua posse em Agosto de 1532, por sentença da Casa da Suplicação [50].

Um mês mais tarde, porém, D. Sancho vê a sua sorte alterada, em relação aos bens que lhe vinham do avô. Estes eram disputados pelo irmão mais novo do seu pai, D. João de Faro [51]. Invocando a Lei Mental, D. João considerava-se o filho mais velho à data da morte do pai, e pretendia a herança. Aqui, contudo, D. Sancho invoca a capacidade sucessória dos mortos em guerra de África, e obtém todas as propriedades e o título de conde. Com efeito, considera-se que o seu pai, morto em 1516, devia ser «tido por vivo» à morte do avô em 1520, sucedendo-lhe e passando os bens e títulos ao filho. Na sentença de Setembro de 1532, passada pelos desembargadores da Casa da Suplicação, já nem sequer se invoca o «direito de representação» que surgira ainda no processo de 1472. É apenas por ter morrido em «peleia de mouros em Africa por seruiço de Deos & seo», que, «segundo disposiçam do dereito, he auido por uiuo pera seu filho barão lidimo, que he o dito dom Sancho Autor, deuer herdar e soceder em todo aquillo que o dito dom Affonso herdara & socedera, se uiuo fora ao tempo da morte do conde dom Sancho seu pay» [52]. Invoca-se ainda uma sentença anterior, que cremos ser com toda a probabilidade a dada em 1472, acima estudada. Desta feita, não se nega a procedência da comparação, mas antes se considera como fonte jurisprudencial [53]. O direito a suceder a um «morto-vivo» estava portanto firme na argumentação legal dos «órfãos» da «guerra de Mouros».

---

[50] Parcialmente resumida e transcrita em António Caetano de Sousa, idem, p. 325. O único dos juízes do feito que conhecemos é o Dr. António de Leão, mencionada na documentação transcrita, e que figura também na sentença seguinte.

[51] Na realidade não era o mais velho a seguir a D. Afonso, mas este seguira a carreira eclesiástica (cfr., para tudo, António Caetano de Sousa, op. cit., vol. IX, pp. 250-253).

[52] António da Gama, op. cit., fl. 339. A sentença foi dada em 27 de Setembro de 1532, e assinada por Pedro Nunes de India, Rodrigo Gomes Pinheiro, Fernando Martins, Sebastião de Matos, António Sanches Brandão, António da Mota, Gaspar de Carvalho, o já nosso conhecido António de Leão (da sentença anterior) e Filipe Afonso.

[53] «& bem assim uisto como ia neste reino em outro caso semelhante a este, foi em presença del Rey dom Affonso, por elle & seus desembargadores iulgado e determinado» (idem).

Mencionemos por fim o quarto caso em estudo, o último em sucessão cronológica. Ele virá dar-nos a prova definitiva da força daquele argumento – pela negativa. De facto, na contenda talvez não muito posterior à que acabámos de analisar, mas decerto antes de 1541 [54], entre D. Diogo Lobo e o seu tio D. Rodrigo, ganha este, pois o primeiro não pode invocar a morte do pai «em guerra de mouros». É que o pai, apesar de ser alcaide da Covilhã – e portanto se poder considerar de algum modo a serviço do rei – morrera da queda de um cavalo, em Portugal… [55] Os juízes referem expressamente a diferença entre este processo e os sucedidos entre D. Sancho/D. João, e D. Pedro/ D. Telo. Trata-se aqui da sucessão em terras do Coroa, que seguiam portanto a Lei Mental, e de um morgadio, onde estava expressamente consignada a sucessão ao «filho varão maior que ficasse à morte do último possuidor» [56]. É o tio que ganha, tornando-se 3.º barão de Alvito, e afastando desta sucessão o sobrinho, embora este fosse filho do seu irmão mais velho.

Este pequeno «dossier» parece-nos suficientemente rico para merecer uma exploração mais detalhada. Da análise dos vários casos, torna-se evidente que o elemento chave para a atribuição de vida a pessoas já mortas é o facto de terem morrido em guerra contra os mouros. É tal que torna favoráveis aos seus órfãos as sentenças de 1472 e 1532, ao passo que impede de herdar candidatos aparentemente semelhantes, mas sem deterem esse trunfo, em 1487 e c.1541. Esta constatação é tanto mais importante quanto, já no século XVI, se começava a perder a compreensão correcta do tema. De facto, é curioso constatar que António da Gama, o autor que nos apresenta estes casos, os insere, seguindo a tradição clássica dos juristas, no tema da «vida por glória» através da «morte pela república» [57]. Como a nossa análise demonstrou, não se trata exactamente disso, mas de uma modalidade específica de morte pelo reino, que associa necessariamente a «vida por glória» à acepção cristã e, depois, cruzadística, deste antigo e recorrente tema [58].

---

[54] Não temos outra data para este processo. É possível que fosse pouco posterior à contenda antes estudada, porque alguns dos desembargadores que a pronunciam são os mesmos (António de Leão e António da Mota; os restantes são João Monteiro, Cristóvão de Faria, Lopo de Corda, D. Simão da Cunha, Rodrigo Monteiro, António Pais e Rodrigo Gago). O ano de 1541 é da confirmação da baronia em D. Rodrigo Lobo (BSS, III, p. 402, remetendo para o original nas chancelarias para dados sobre a contenda; este limita-se porém a referir que a doação é feita após demanda com o sobrinho – IAN/ TT, *Chanc. D. João III*, lv.º 31, fl.73). As genealogias contemporânea e posterior apenas mencionam o processo, sem datas ou pormenores (*Livro de linhagens do século XVI*, p. 309; FG, VI, 393).

[55] Indicando estas circunstâncias e o o ano de 1524 para a data da morte Teófilo Braga, *Poetas Palacianos*, p.422, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871 (tanto o falecido como o seu irmão eram conhecidos poetas da corte).

[56] BSS, III, pp. 300-01.

[57] Comentário ao caso de 1472, fl. 338v: «in bello occubuisset in fauorem reipublicae, ideo per gloriam uiuere uideretur…».

[58] Cfr. E. Kantorowicz, *The king's two bodies. A study of political theology*, 6.ª ed., pp. 277--278, Princeton, Princeton UP, 1981, para a sua utilização pelos juristas medievais.

Talvez devido às circunstâncias particulares da expansão guerreira no Norte de África, estar-se-ia em Portugal ainda longe do que constata E. Kantorowicz para outros reinos europeus, em que a «morte pela pátria» se substitui à morte do cruzado mártir, no final da Idade Média [59].

Devemos agora salientar que, como vimos, as sentenças não referem que os resultados positivos sejam alcançados pela beneficência ou por mercê régia, mas sim em virtude de uma «disposição de direito». De que «disposição do direito» se trata, então? De facto, a legislação régia no período estudado nada contempla de semelhante, embora contenha vários privilégios para os participantes na guerra de África [60]. A pergunta terá portanto de ser posta de modo mais completo. Qual é o direito que se alarga à esfera teológica e que confere a chancela de «salvação eterna» (logo, vida perpétua) a determinados tipos de mortos? A resposta torna-se evidente. Movemo-nos na esfera do direito canónico. Este é, por conseguinte, um dos campos de referentes a explorar.

Estamos no entanto em presença de uma aplicação muito específica do direito canónico – já que o certificado de «bem aventurança anímica» era aceite pelo tribunal régio, por juristas civis, e para fins de sucessão hereditária. Estes factores não seriam possíveis senão numa sociedade em que se aceitava plenamente que a morte dos guerreiros no Norte de África, na «Guerra Santa», fazia deles verdadeiros mártires, no sentido religioso e teológico da palavra; e em que os grupos nobiliárquicos que lutavam no

---

[59] «Mourir pour la patrie (*Pro Patria Mori*) dans la pensée politique médiévale», na colectânea de textos do Autor apres. por Pierre Legendre, *Mourir pour la patrie et autres textes*, pp. 105-141, Paris, PUF, 1984. A aplicação da tese de Kantorowicz à Castela medieval foi retomado recentemente, com profundidade, na tese de Ariel Guiance sobre a morte em Espanha nos finais da Idade Média. Para este A., a «morte pela fé» teve uma aplicação bastante limitada no contexto espanhol, sendo que a Reconquista era menos encarada como uma «guerra santa» do que como uma «guerra divina», isto é, uma empresa inscrita na História da Salvação, na qual cabia aos «espanhóis» um papel central, mas que não tinha necessariamente um carácter sempre glorioso e salvífico: a morte em batalha não implicava sempre a salvação, tinha de estar inserida num conjunto de gestos penitenciais mais vastos. De resto, a «empresa de salvação» levada a cabo pelos Espanhóis era não tanto uma marcha gloriosa contra os infiéis, como vieram a ser definidas as Cruzadas, mas antes a oportunidade de redenção colectiva de um pecado de igual dimensão, a «destruição das Espanhas» por Rodrigo. Ainda segundo o mesmo A., também a «morte pela pátria» não encontra ecos significativos na Espanha medieval, sendo que o conceito realmente operante era «morte pela terra», com significado de pertença jurídica, territorial (e não mística, como a «pátria»), que quadrava bem com o carácter jurisdiccional, e não sagrado, que aquele A. crê ter sido apanágio da monarquia castelhana (tentámos resumir um vasto e complexo argumento: cfr. *Los dicursos sobre la muerte en la Castilla medieval (siglos VII- XV)*, pp. 325-355, s.l., Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 1998. Em relação ao nosso caso, pensamos contudo que existiu uma noção clara da «morte pela fé», onde entrariam componentes locais, para além da cruzadística. Como tentaremos demonstrar, não cremos que a «morte pela terra» seja a principal formulação da morte gloriosa em batalha, no que ao Norte de África dizia respeito.

[60] *Ordenações Afonsinas*, lv.º V, tit. LXXXIII-LXXXVI; tít. CXV (vol. V, pp. 299-324 da ed. Lisboa, Gulbenkian, 1984).

Norte de África detinham força suficiente para assegurar a protecção das suas famílias, caso algo de negativo lhes acontecesse. Eis um segundo contexto a analisar.

1. A protecção jurídica dos Cruzados.

Os estudos recentes sobre a cruzada têm vindo a aclarar as garantias que o Papado, aos poucos, foi concedendo àqueles que se dispunham a lutar contra os inimigos da Fé. A partida para a Cruzada envolvia verdadeiros rituais litúrgicos, em que os soldados eram marcados com o «sinal da cruz» (*crucesignati*). Ao partir como tal, o cruzado adquiria um estatuto preciso, que envolvia segurança na vida e na morte, extensível em certos domínios às famílias que ficavam para trás. Por outro lado, na sequência da Primeira Cruzada, generalizou-se a equiparação entre o cruzado morto no campo de batalha e o mártir cristão. Esta ideia, até então disseminada por vários escritos mas nunca determinante, passa a gozar de aceitação generalizada a partir de então [61]. Concorreu com o segundo grande gerador de expectativas de vida eterna para aqueles que cumprissem as condições impostas pelo Papado: as indulgências, ou remissão dos pecados, que pela mesma época conhecem o início da sua longa vida [62]. Entre o Concílio de Clermont (1095) e o IV Concílio de Latrão (1215), por outro lado, consolidam-se os privilégios temporais concedidos aos Cruzados. O cânone final deste concílio, *Ad liberandam*, especifica oito privilégios do tipo, que passarão doravante a constituir o núcleo das garantias expectáveis pelos que partiam. Incluíam a protecção aos bens imóveis dos cruzados e às suas famílias, a isenção de pagamentos de juros nas dívidas contraídas, e mesmo a hipoteca de terras que lhes estivessem entregues, sob determinadas condições [63]. Como salienta James Brundage, que temos vindo a seguir, estas determinações estiveram longe de constituir uma legislação excepcional ou temporária. As cláusulas do *Ad liberandam* relativas à indulgência e aos privilégios dos cruzados tornam-se um texto tipo que é reproduzido nas proclamações de cruzada posteriores, com vida útil até ao século XVIII. As dificuldades de recrutamento dos séculos seguintes mais não farão do que contribuir para o aumentar da lista de privilégios temporais e espirituais [64].

---

[61] Colin Morris, «Martyrs on the field of battle before and during the First Crusade», pp. 103-104, in *Martyrs and martyrologies*, ed. Diana Wood, pp. 93-104, Cambridge, Balckwell Publ., 1993.

[62] Idem, p. 95.

[63] Cfr., para tudo, James A. Brundage, «Crusaders and jurists: the legal consequences of Crusader status», pp. 146-152, in *Le Concile de Clermont de 1095 et l'appel à la Croisade. Actes du Colloque*, pp. 141-154, Roma, École française de Rome, 1997. Um estudo mais detalhado dos privilégios de protecção aos bens e familiares pode ver-se em Jonathan Riley-Smith, *The first crusaders, 1095-1131*, pp. 106-107 e pp. 135-139, Cambridge U.P., 1997.

[64] James A. Brundage, op. cit., p. 154.

As questão das forma particulares de que se reveste a cruzada na Península Ibérica, e das suas relações com a «Reconquista», estão fora do nosso âmbito cronológico [65]. No entanto, é importante ter em conta o dado firme de que, alcançado o século XV e iniciada a conquista das praças do Norte de África, com Ceuta, em 1415, recrudesce todo um ambiente de «Guerra Santa», apoiado pelo Papado e sofrendo também as influências das ofensivas castelhanas contra os reinos árabes do sul de Espanha [66]. No tema que nos interessa e no período em estudo- que vai precisamente do início da aventura cruzadística africana até ao seu colapso, no final do reinado de D. Manuel – serão as muitas bulas de Cruzada concedidas pelos Papas aos reis de Portugal a estabelecer a continuidade entre os privilégios dos antigos cruzados, os guerreiros da Reconquista, e os novos combatentes do Norte de África [67].

Tomemos dois exemplos, cronologicamente afastados. Logo em 1418, temos a bula *Rex regum* [68], que é a segunda concedida pelo Papado, mas a primeira cujo texto chegou até nós [69]. É importante porquanto, segundo De Witte, reproduz o conteúdo clássico de uma bula de cruzada e servirá de modelo às seguintes [70]. Entre os restantes elementos-tipo, surge o bloco de privilégios tradicionais – indulgência plenária aos combatentes e àqueles que os custearem; às pessoas e bens dos primeiros, as garantias de que gozavam os cruzados da Terra Santa [71]. Num outro extremo, a bula *Orthodoxae Fidei*,

---

[65] Cfr. a síntese recente de Luís Filipe Thomaz, «Cruzada», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 3, pp. 31-38, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, e a importante análise de Armando Pereira, «O Papado e a fronteira hispânica ocidental», in *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, pp. 143 ss, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

[66] O tema é também um «prato forte» historiográfico, tornado ainda mais complexo pelo debate entre historiadores «espiritualistas» e «materialistas», a partir dos anos '50 do séc. XX, e pela visão histórica oficial do regime salazarista, do Portugal como difusor da fé cristã. Não nos vamos envolver de modo algum na discussão dos autores e inúmeros títulos, cingindo o nosso texto às visões documentalmente melhor fundadas. Para uma apreciação do tema, cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. II, pp. 24-29, 120-126 e 129-133, 2.ª ed., Lisboa, Verbo, 1979.

[67] Listas e estudo exemplar em Charles-Martial de Witte, *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XVe. siècle*, Lovaina, s.n., 1958 (sep. da *Révue d'histoire ecclésiastique*, t. XLVIII (1953), XLIX (1954), LI (1956), LIII (1958) e «Les lettres papales concernant l'Expansion portugaise au XVIe. siècle», cit..

[68] Seguimos a edição e tradução em *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques, vol. 1, pp. 246-250, Lisboa, INIC, 1988, onde o documento é publicado com o título de *Sane Charissimus*; mas aproveitámos quanto a este a correcção de Ch.-M. De Witte, em «Les bulles pontificales», p. 686 (n.º 1).

[69] Ch.-M. De Witte, «Les bulles pontificales», pp. 687-689. A primeira foi uma bula de indulgências, concedida aquando da expedição de Ceuta, e sobre a qual temos apenas as alusões das crónicas posteriores (idem, p. 688).

[70] Ch.-M. De Witte, «Les bulles pontificales…», p. 690.

[71] «(…) eisdem fidelibus, qui, crucis hujusmodi signo suscepto, praefatis exercitibus in personis propriis interfuerint pariter, ex expensis, quique ut illis interessent sine fraude iter arripuerint, seu in ipso fuerint itinere vita functi, plenam suorum peccaminum, de quibus corde contriti, et ore confessi fuerint, veniam impertimur, et in retributione justorum salutis aeternae

concedida por Inocêncio III, em 1486, é a «última grande bula de Cruzada» com que serão agraciados os reis de Portugal, sendo depois renovada em 1505 e 1515 [72]. «Vaste traité de fiscalité et de casuistique», na classificação de De Witte, o seu objectivo seria bem mais financeiro que teológico; por acréscimo, estende a Portugal alguns dos grandes privilégios contidos na bula obtida pelos Reis Católicos em 1492, para a conquista de Granada, que fora alcançada do Papa pela forte pressão da monarquia espanhola [73]. No campo que toca ao nosso estudo, voltamos a encontrar as típicas prerrogativas dos combatentes, agora de uma forma ainda mais explícita. Os «deuotos cristãos» que sigam o rei e o auxiliem com as suas fortunas estarão ainda mais dispostos a tal «*quanto por isso mais proueitos e saluaçom de suas almas conhocerem guanhar e por bem tam sãão e tam necesareo lhe serem abertas as portas do paraiso pellas quaes juntamente com os santos apostolos e gloriosos martires entrarom na gloria pera sempre*» [74]. A todos eles se concede plenária remissão e indulgência, semelhante à que iam em auxílio da Terra Santa, e à que foi concedida em ano jubilar – ou seja, mediante a qual «*as almas daquelles que neste santo proposito desta vida passarem queremos e decernimos per uertude de nossa autoridade que sejam perpetuamente colocadas na companhia dos santos anjos e nas cousas çellestiaaes fiquem pera sempre com eterna bem auenturança*» [75].

2. Vida eterna dos Cruzados: a difusão cortesã dos ideais de «Guerra Santa»

Para o período em estudo, existem interessantes indícios que comprovam directamente que estas ideias tinham uma aceitação real, pelo menos nos círculos cortesãos e guerreiros. Neles, a guerra norte-africana constituía o terreno por excelência da aquisição de honra e prestígio – bem mais do que a riqueza material. Com a diversificação da expansão marítima e a ascensão social que ela possibilitou aos grupos não-nobres, foi-se exacerbando a distinção entre as formas e locais de serviço régio. Ao longo do século XV,

---

pollicemur augmentum, &c. (Decernit indulgentiarum participe fore eos, qui opes in militum stipendia contulerint, aut alios ad gerendum bellum miserint, aut consilio vel opera juverint exercitum (...)praetera omnes qui religiosae militiae, accepto crucis symbolo, se devoverint, universis praerogativis, quibus olim a conciliis oecumenicis in Syriam contra Sarracenos transfertantes affecti erant, potituros, atque in clientelam Apostolicae Sedis ipsorum bona accipienda, donec de eorum nece certissimus nuntius esset perlatus, &c» (in op. cit. p. 214, nt. 522, p. 247).

[72] Ch.-M. De Witte, «Les bulles pontificales....», pp. 39-41. Seguimos a versão editada em *Descobrimentos portugueses*, vol. III, pp. 303-316. Trata-se da tradução portuguesa contemporânea, feita por Rui de Pina.

[73] Ch.-M. De Witte, «Les bulles pontificales...», pp. 41-42.

[74] Ed. cit. nt. 72 supra, p. 305.

[75] Ed. cit., p. 215, nt. 526, p. 306 (sublinhados nossos).

com prolongamento até meados da centúria seguinte, constitui-se uma cultura de rejeição do enobrecimento por outras vias que não a guerra contra os mouros. É sem dúvida incorrecta a visão monolítica da nobreza do período, uma vez que mesmo os círculos seriamente empenhados na expansão no norte de África tinham consciência dos problemas por ela levantados [76]. É indiscutível porém a nível dos valores mais profundos, o peso da velha forma de aquisição de honra e salvação, era ainda muito significativo. Dois breves apontamentos permitem-nos compreender melhor a situação.

Como primeiro testemunho, temos um grupo de anedotas e historietas que circulavam na corte manuelina, nas quais se exalta o nobre guerreiro, que jogara a vida no Norte de África, como contraponto desse outro que nunca lá fora, por cobardia ou falta de nobreza. Entre os temas centrais destes pequenos textos encontramos a negação do valor guerreiro (e do consequente serviço ao rei) daqueles que não tinham ido a África, através da ridicularização das espadas, o símbolo bélico por excelência [77]; ou da suspeição de mau aconselhamento ao rei, nomeadamente pela origem judaica do conselheiro em questão [78]; ou, ainda, pela sugestão clara de cobardia em relação ao inimigo muçulmano [79].

Outros testemunhos, ligados às práticas concretas de guerra, demonstram de forma singular como a mentalidade que subjaz a estas anedotas tinha consequências bem reais. Por um lado, em termos de técnicas militares, a nobreza e a Coroa portuguesas não foram nunca capazes de se separar do aprendido e praticado no Norte de África – mesmo quando operavam em cenários bélicos bastante diversos, como a Índia. A situação não se alterou nem mesmo quando esta inadequada transposição dos valores e práticas cavaleirescas se revelou prejudicial, sobretudo enquanto impediu a criação de um exército moderno, coeso e disciplinado [80]. Por outro, o sistema de recompensa dos cavaleiros das ordens militares foi sempre diverso, consoante tivessem combatido no Norte de África ou em outras partes do Império, nomeadamente na Índia. Como salienta Fernanda Olival, tal valoração assentava na mitificação do Norte de África como palco da guerra verdadeiramente nobre, que se foi exacerbando à medida que, como referimos, outras áreas do Império e outras actividades comerciais proporcionaram a ascensão

---

[76] Maria de Lurdes Rosa «D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça», pp. 328-329, in *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. Diogo Ramada Curto, pp. 319-332, Lisboa, Difel, 1998

[77] *Ditos portugueses dignos de memória*, ed. José Hermano Saraiva, 2.ª ed., n.º 613 e n.º 641, Lisboa, Europa-América, s.d..

[78] Idem, 195, 196 e 197; o conselheiro régio em questão era Fernão Álvares de Andrade, cristão-novo.

[79] Idem, n.º 198 e 911.

[80] Cfr., para tudo, Victor L.G. Rodrigues, «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-mar*, vol. II (2001), pp. 157-168.

social de elementos estranhos. Foi em função destas distinções que boa parte das «comendas» destinadas a recompensar os serviços prestados pelos cavaleiros não foram nunca abertas a outros locais, apesar das pressões para tal, já no decurso do século XVI [81].

Tudo isto só foi possível, no entanto, porque, ao longo de todo o século XV, se assistiu em Portugal a um notável esforço de difusão dos ideais de Guerra Santa, de diferentes modos. Focando em especial o tema que nos interessa – a morte dos guerreiros –, vejamos como um e outro contexto podem ter contribuído para uma aceitação jurídica de que algumas almas, pelo tipo de morte sofrida, deviam ser «tidas por vivas», em termos de capacidade patrimonial e sucessória.

O ponto de difusão principal terá sido a própria corte régia, através de dois grandes veículos. Por um lado, a organização da memória histórica, com a cronística oficial; por outro, os cerimoniais religiosos organizados pela Coroa, aquando das partidas para a guerra norte-africana. Já no contexto manuelino, junta-se-lhe um terceiro: os espectáculos teatrais de Gil Vicente, que trabalhava directamente para a Rainha D. Leonor, e que em alguns casos terão um significado decisivo, quanto ao nosso tópico. Vejamos então de que modo se desenrolaram estes fenómenos, tomando o estudo da corte como exemplar, dada a impossibilidade, no presente estudo, de analisar em pormenor todos os outros canais [82].

2.1. *Cronística*

a) A primeira e decisiva etapa, no que diz respeito à cronística régia, é franqueada com a chamada *Crónica de 1419*, patrocinada pelo Infante D. Duarte [83]. Esta obra teve no seu núcleo os capítulos relativos à história

---

[81] Fernanda Olival, «Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)», *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental – actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

[82] Seria importante estudar, entre outras coisas, o papel dos Franciscanos, que nos parecem ter tido influência nas devoções dos círculos militares ligados ao Norte de África, difundindo em especial cultos de figuras de mártires dos Mouros, como sejam os «Mártires de Marrocos», que recrudesceu nesta época. Talvez tenha tido aqui particular intervenção o influente Fr. João da Póvoa, que além disso esteve encarregue da bula de 1486. Seria preciso porém aprofundar toda esta questão; remetemos, neste momento, para algumas observações que fizémos no nosso estudo «D. Jaime, Duque de Bragança», pp. 324-28).

[83] Esta crónica, assim denominada porque nela se menciona explicitamente ter sido terminada neste ano, chegou até nós em manuscritos quinhentistas muito interpolados, o que torna difícil atribuir uma autoria. Depois das polémicas iniciais, foi consenso mais ou menos generalizado a atribuição a Fernão Lopes, cronista-mor do reino com D. Duarte, que se sabia ter escrito as crónicas dos primeiros reis de Portugal e com cujos textos seguros a «Crónica de 1419» oferece algumas afinidades. Luís F. Lindley Cintra, um dos grandes defensores da autoria de Fernão Lopes, considerava que as diferenças flagrantes se deveriam às interpolações posteriores e, sobretudo, ao facto de a redacção não ter ultrapassado a fase de rascunho. Mais recentemente, o responsável pela edição crítica do texto vem por em causa esta «quase-certeza»,

de Portugal da grande *Crónica Geral de Espanha*, escrita sob orientação de Afonso X, o Sábio, na sua refundição portuguesa, operada por mando do Conde de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis, e terminada em 1344 [84]. O Autor, no entanto, re-criou largamente a fonte original, inserindo-lhe informações ou extractos de muitos outros textos, alguns dos quais directamente citados [85]. Através de tal operação, bem como das modificações estruturais impostas ao núcleo inicial, alcança-se uma narrativa vigorosa e uma re-leitura dos reinados dos primeiros monarcas portugueses, que contém algumas modificações de extrema importância [86].

Estando embora por resolver a questão da autoria, é fundamental realçar a inserção desta *Crónica de 1419* na tarefa de escrita de uma «história de Portugal», sob o patrocínio directo do Infante D. Duarte. De facto, a importância de uma visão histórica particular do passado do reino não passou despercebida ao monarca. Ela foi feita em dois grandes blocos, cronologicamente distantes. O segundo, que dizia respeito ao passado mais recente, esteve seguramente a cargo do genial cronista Fernão Lopes. Tratava dos reinados de D. Pedro e D. Fernando, e da forma como D. João I alcançara o poder, na crónica deste último rei (obras redigidas a partir de 1434, logo depois da subida ao trono de D. Duarte, que nomeia Fernão Lopes cronista-mor do reino). Constitui, na verdade, uma poderosa re-leitura dos acontecimentos que tinham conduzido à crise dinástica que colocara o trono ao alcance do Mestre de Avis, e de todas as batalhas que este tivera de travar para assegurar a sua posse [87]. Quanto ao primeiro bloco, tratava do passado

---

considerando que é preferível uma suspensão de juízo quanto à Autoria (Adelino de Almeida Calado, «Introdução», pp. XXXVII-XLII, *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, onde se encontra também um resumo da historiografia sobre o tema). No mesmo sentido, Teresa Amado, «O projecto histórico de um Infante», *in Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, org. Isabel Hub Faria, pp. 303-309, Lisboa, Cosmos, 1999.

[84] Luís F. Lindley Cintra, «Introdução», pp. CDII-CDX, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Lisboa, IN-CM, 1983 (ed. fac-similada da ed. de Lisboa, Ac. Portuguesa da História, 1953).

[85] Fernando Figueiredo, «Da imagem do inimigo à construção do herói. O reinado de Afonso Henriques na Crónica de Cinco Reis de Portugal», pp. 377-378, In *A guerra até 1450*, coord. Teresa Amado, pp. 377-390, Lisboa, Quimera, 1994; Teresa Amado, «Investigação das origens: o reinado de D. Afonso Henriques», *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, ed. José Manuel Lucía Megía, vol. 1, pp. 143-149, Alcalá de Henares, Servicio de Publicaciones de La Universidade, 1997.

[86] Em 1988, António José Saraiva referia estar por fazer o estudo desta crónica; devem-se-lhe, então, que sustenta de forma decisiva a tese de Fernão Lopes, as mais sugestivas páginas sobre o tema da recriação histórica assim operada: *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, pp. 161 ss, Lisboa, Gradiva, 1990. Mais recentemente, embora não tenha ainda surgido um estudo de conjunto sobre a mesma, a edição crítica dos manuscritos, com a respectiva introdução, e o contributo fundamental, embora breve, de Teresa Amado, «O projecto histórico…», têm vindo a abrir novas perspectivas (cfr. p. 217, nt. 537).

[87] Sobre o assunto cfr., para além de A. J. Saraiva, *O crespúsculo*, pp.166-205, Luís S. Rebelo, *A concepção do poder em Fernão Lopes*, pp. 25 ss, pp. 56 ss, Lisboa, Livros Horizonte, 1983; J. Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes, texto e contexto*, pp. 109 ss, Coimbra, Livr. Minerva, 1988; Margarida Garcês Ventura, *O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1385--1415)*, Lisboa, Cosmos, 1992.

mais antigo, do Fundador a D. Afonso IV; dado que as necessidade de legitimação se faziam sentir com muito menos acuidade, a glorificação passa não tanto pelos «heróis da situação», mas sim pela mitificação dos «reis antigos» em função de um conjunto mais disseminado de valores e fontes. Entre esses reis, avulta a figura de Afonso Henriques: significativamente, a *Crónica de 1419*, escrita poucos anos depois da tomada de Ceuta, irá contribuir de forma marcante para consagrar a figura do primeiro rei como a de um «guerreiro da fé», que as crónicas manuelinas irão levar ao extremo da santidade, inserindo-se mesmo num projecto oficial de canonização [88].

Resumamos os elementos disponíveis a este respeito. O «rei fundador» da *Crónica de 1419* é um incansável inimigo dos «mouros», com os quais nunca celebra acordos nem mostra piedade, como fez com os rivais cristãos, cujo conjunto forma o segundo «oponente» do herói, na construção narrativa. Os muçulmanos são apelidados de «inimigos da nossa sancta fee catholica», e o rei que os combate é profundamente religioso. Ele é um construtor de mosteiros (Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora), um protector dos eclesiásticos e dos leigos [89]. Mas a *Crónica* ultrapassa estes níveis de caracterização, apresentando-o mesmo como um predestinado, um miraculado e, por fim, alguém que tem uma visão directa de Cristo. No primeiro caso, aproveitando-se talvez um elemento da «gesta de Egas Moniz», o lendário aio de Afonso Henriques, narra-se uma visão que este tem da Virgem, que lhe assegura «o meu filho quer por elle destruir os imigos da fee» [90]. É esta visão que leva o Aio a deslocar-se com o jovem príncipe, aleijado de nascença nas pernas e portanto incapacitado para a guerra, ao santuário mariano de Cárquere, onde é miraculosamente curado. O episódio encerra sem dúvida elementos de maravilhoso de origem muito antiga, mas cristianiza-os e põe-nos ao serviço da «guerra santa» que o Príncipe há-de desenvolver [91].

Uma outra associação miraculosa é feita ao Rei Fundador. Trata-se da sua apresentação como particular devoto do famoso Cavaleiro Henrique de Bona, mártir da conquista de Lisboa. A própria incorporação deste personagem na *Crónica* é muito significativa, e exemplar da forma como tradições

---

[88] Maria de Lurdes Rosa, «O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média», pp. 120 ss, *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 3, pp. 85-123, Guimarães, Câmara Municipal/ Universidade do Minho, 1997

[89] Para tudo, cfr. Fernando Figueiredo, op. cit., pp. 383-388, e Teresa Amado, «Investigação das origens…».

[90] Cit. em Fernando Figueiredo, op. cit., p. 384; e ainda Fernando Castelo-Branco, «Aparição e milagres marianos». A existência da «gesta» de Egas Moniz é defendida por Lindley Cintra na edição cit. à «Crónica de 1344», pp. CCCLXXXIX ss.

[91] Cremos, com efeito, que estão aqui presentes elementos relacionados com os defeitos de nascença das «personagens especiais», em particular vestígios de «assimetria deambulatória»; por outro lado, versões posteriores do milagre de Cárquere envolvem um fogo, e há ainda a versão da «troca de crianças» praticada pelo Aio (cfr. Maria de Lurdes Rosa, «O corpo do chefe guerreiro», pp. 103-106).

«localizadas» são incrustadas no texto, e nele ampliadas: através dela faz-se entrar na história dinástica, em particular relação com o Fundador, nada menos que um verdadeiro Cruzado, vindo do Norte da Europa. Mártir, tinha culto em Lisboa desde o século XII, mas ao que tudo indica algo circunscrito. A sua morte e milagres vêm narrados pela primeira vez na pequena «notícia» de fundação do mosteiro, o *Indiculum Fundationis Monasterii Beati Vincentii ULixbone*, de finais do século XII [92]. Aqui, porém, não há particular referência a Afonso Henriques, que não figura entre os miraculados [93], embora seja o directo protector do mosteiro onde se encontra sepultado o Cruzado. Em finais do século XIV, ou inícios do seguinte, o *Indiculum* é traduzido para português, nascendo a chamada «*Chronica da Tomada desta Cidade de Lixboa aos Mouros e da Fundação deste Moesteiro de S. Vicente*» [94]. Feita no âmbito do cenóbio vicentino, reformula largamente os conteúdos do original latino, dando, em especial, um papel de muito maior relevo a Afonso Henriques e aos guerreiros portugueses [95]. Aí há uma primeira referência à devoção particular do Fundador para com o Cavaleiro Henrique de Bona: ela move o Rei a tomar o mosteiro como sua «câmara estremada», onde ficava em devota oração sempre que tinha alguma tristeza ou doença, que de imediato lhe passavam [96]. Foi quase certamente através deste texto que o Autor da *Crónica de 1419* teve conhecimento do episódio [97]. Fiel à sua política de exaltação da figura de Afonso Henriques, vai porém mais longe, associando de forma directa o rei ao Cavaleiro Henrique, transformando-o num miraculado privilegiado. Com efeito, narra-se como o monarca tinha por hábito ir deitar-se no meio dos jazigos de Henrique e outros cavaleiros mártires, após o que sentia grande alívio e conforto [98].

---

[92] Recentemente datado de c. 1173, na edição, tradução e notas por Aires A. dos Nascimento, *A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, pp. 179-201, Lisboa, Vega, 2001 (para a datação, p. 200, nt.1).

[93] Explicitamente são mencionados apenas germânicos, um dos quais o cadáver de escudeiro do Cavaleiro, embora se refira que iam muitos fiéis ao túmulo. Sobre o tema aguarda-se a publicação da comunicação de Armando Pereira ao colóquio «Nova Lisboa Medieval» (Lisboa, FCSH, Janeiro de 2002).

[94] Foi recentemente encontrado um manuscrito atribuível a esta época, pelas suas características paleográficas, alvo de estudo e edição crítica por parte de Joaquim Mendes, *Chronica da Tomada desta Cidade de Lixboa aos Mouros e da Fundação deste Moesteiro de S. Vicente. Edição crítica e estudo*, diss. de mestrado em Literatura Medieval apres. à FCSH da UNL, dact., Lisboa, 1991. É o exemplar mais antigo da *Chronica*, de que existem várias outras cópias manuscritas e mesmo edições impressas quinhentistas.

[95] Isabel Dias, «De como o Mosteiro de S. Vicente foi refundado», e António Fournier, «A Crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente: memória e ideologia», ambos em *O género do texto medieval*, coord. Cristina Almeida Ribeiro e Margarida Madureira, respectivamente pp. 139-144 e pp. 174-188, Lisboa, Cosmos, 1997; e João Paulo Mota, *A tomada de Lisboa em textos dos séculos XII a XV*, pp. 58-67, diss. de mestrado em Lit. Port. apres. à FLL, dact., Lisboa, 2001.

[96] *Chronica da Tomada de Lisboa…*, ed. cit., pp. 219-220.

[97] Cita várias vezes uma «historia da tomada de Lix.ª», outro nome da «Crónica da fundação de S. Vicente de Fora» (Teresa Amado, «Investigação das origens…», p. 148). Este episódio não consta da *Crónica de 1344*.

[98] Ed. cit, p. 52.

Deixámos para o final a mais famosa e profunda «santificação» de Afonso Henriques na *Crónica de 1419*: o episódio do «milagre de Ourique» [99]. Tal como o têm demonstrado rigorosas obras, este aparecimento de Cristo ao Fundador, na véspera de uma decisiva batalha, assegurando-lhe a vitória, não é, de novo, uma criação do Autor quatrocentista [100]. No entanto, a este pertence a consagração oficial do «milagre», incorporando-o na crónica oficial do reino, a partir de uma versão que operara importantes modificações à versão tradicional daquele evento bélico. Esta versão, uma perdida «estoria» do primeiro rei, foi considerada por Lindley Cintra um texto autónomo da tradição representada, em último lugar, pela *Crónica de 1344*, que não referia qualquer aparição. A influência mais forte sugerida por aquele autor é da «estoria de Fernão Gonçalves», conjunto de textos castelhanos dos séculos XIII- XIV. Nele figura, nomeadamente, um episódio com um ermitão, seguido de prece do herói e do aparecimento de Santiago prometendo uma vitória decisiva contra os mouros.. Ao tentar caracterizar de mais perto o autor da «estoria» de Afonso Henriques, L. Cintra aponta, de forma breve, para Santa Cruz de Coimbra [101]. Esta hipótese é retomada, com consistência, por Carlos Coelho Maurício, que defende convictamente estar a génese da «lenda de Ourique» nos clérigos daquele cenóbio, no contexto histórico de finais do século XIV, quando, por todos os reinos europeus, se sacralizava a monarquia através de, nomeadamente, a santificação dos fundadores [102]. Alarga assim um pouco a tese mais antiga de Monica Blocker-Walker e António José Saraiva, que ligavam o forjar da lenda directamente aos perigos para a independência nacional, em 1383-1385 [103].

Seja como for, é a *Crónica de 1419* que vai fixar esta «pedra de toque» na imagem de Afonso Henriques como «santo guerreiro» [104]. Mais, a versão que ela adopta (a de que os sinais do brasão de Afonso Henriques foi escolhido na sequência da aparição de Ourique, correspondendo portanto às chagas de Cristo), vai sem dúvida contribuir para apagar tradições mais antigas que ligavam as armas e os corpos dos guerreiros não a «marcas divinas» de eleição, mas sim a provas concretas do seu esforço bélico. Estas

---

[99] Ed. cit., pp.20-21.

[100] Existe numerosa bibliografia sobre o tema, entre os quais se podem citar, como mais importantes: L.F. Lindley Cintra, «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à *Crónica de 1419*), *Revista da Faculdade de Letras*, 3.ª s., t. XXIII, n.º 1 (1957), pp. 168-215; idem, «A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução)», *Icalp- Revista*, n.º 16-17 (Jul.-Set. 1989), pp. 64-78; Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique a a «História de Portugal» de Alexandre Herculano*, Lisboa, INIC, 1987; Carlos Coelho Maurício, «Na manhã fértil – sondando o milagre de Ourique na cultura portuguesa», *Ler História*, 18 (1989). Aqui e em Maria de Lurdes Rosa, «O corpo do chefe guerreiro…», cit., poder-se-à encontrar a restante bibliografia.

[101] Tudo em «Sobre a formação e evolução»; cit., pp. 36-51; no segundo trabalho acima citado, que é contudo uma síntese breve, o Autor retoma de forma mais decisiva a tese de Santa Cruz de Coimbra.

[102] Op. cit., pp.10-11 e pp. 13-14.

[103] Op. cit., p. 11.

[104] Teresa Amado, «Investigação das origens…», p. 149.

tradições, que defendemos estarem presentes noutros episódios da vida de Afonso Henriques, alguns dos quais ainda transcritos na própria *Crónica de 1419*, continuam a existir de forma bem mais discreta após esta. Tinham servido, em tempos antigos, para exigir aos senhores o pagamento dos serviços de guerra, fosse esta «santa» ou não. Preterida pela «versão oficial», esta tradição mantém-se ainda, de forma esporádica, em textos nobiliárquicos portugueses do século XVI, nos quais se prefiguram aparições de guerreiros ensanguentados, exigindo do rei os serviços não pagos [105].

Não nos queremos alongar demasiado na análise do contributo da *Crónica de 1419* para a oficialização e difusão dos ideais de guerra santa no Portugal quatrocentista [106]. Não queremos porém deixar de referir um outro episódio importante a este nível, em especial porque coloca em jogo o protótipo do guerreiro mártir dos mouros, que depois veremos aparecer em Gil Vicente – e que aí, como veremos, está directamente ligado aos quatro casos do nosso «dossier». Referimo-nos à narrativa dos «Sete Cavaleiros de Tavira», que relata como vários freires de Santiago, tendo saído para caçar, contra a opinião do Mestre da Ordem, acabam por ser mortos pelos Mouros. Surge em duas das crónicas presentes na *Crónica de 1419*: a de Afonso III [107] e de Afonso IV [108]. Nesta última, como veremos, é particularmente exemplar o uso que a *Crónica de 1419* faz de episódios anteriores.

Segundo os últimos estudos, a *Crónica de 1419* baseia-se aqui, entre outras fontes, num texto a que se convencionou chamar «Crónica da Con-

---

[105] Para tudo, cfr. Maria de Lurdes Rosa, «O corpo do chefe guerreiro…», cit., pp. 94-100.

[106] Cabe aqui uma breve menção ao episódio da «batalha do Salado», fundamental para o nosso tema. No entanto, o estado actual dos conhecimentos não permite localizá-lo com precisão na tradição cronística régia. Como refere o seu principal estudioso, Bernardo Vasconcelos e Sousa, «os registos historiográficos que consubstanciam, entre nós, as primeiras formas de cristalização da memória histórica da batalha do Salado (…) são as descrições inseridas no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e na *Crónica do Rei D. Afonso IV*.» («O sangue, a cruz e a coroa. A memória do Salado em Portugal», p. 28, *Penélope. Fazer e desfazer História*, 2 (Fevereiro 1989), pp. 28-48). Como continua o A., o trecho da *Crónica* «é atribuído a Rui de Pina, que terá compilado e reescrito textos presumivelmente de Fernão Lopes» (idem). Desde a data de publicação deste artigo, os estudos sobre a «Crónica de 1419», se bem que importantes, não foram ainda «monográficos», como referimos na p. 218, nt. 540, e continuamos sem poder identificar com precisão a presença ou não de trechos transmitidos pelas versões das «Crónicas dos Cinco Reis» e «Crónicas dos Sete Reis»; a edição crítica citada no mesmo local, por outro lado, optou por não incluir o trecho correspondente à Batalha do Salado. Decidimos assim por não o abordar na nossa análise, dado que é difícil definir o tempo e a forma da sua introdução na cronística oficial (não nos parece provável que o episódio tenha sido introduzido por Rui de Pina, em estreia absoluta). Não queremos contudo deixar de salientar a necessidade de se estudar este assunto em particular; por outro lado, seria errado não mencionar a existência e a importância desta tradição, no contexto em análise– e a circulação em canais historiográficos para além da crónica.

[107] Ed. cit., pp. 150-152.

[108] Ed. cit., pp. 256-257.

quista do Algarve» [109]. Este, escrito talvez na década de 40 do século XIV, seria oriundo dos *scriptoria* da Ordem de Santiago, e narra os feitos de um famoso Mestre da Ordem, Paio Peres Correia (mestre entre 1242 e 1275) [110]. A *Crónica de Afonso III* relata circunstanciadamente o episódio, não escondendo a teimosia inicial dos cavaleiros que querem caçar, sem hesitarem para isso em violar uma trégua e indo contra os conselhos do Mestre. No entanto, por uma série de processos narrativos, já presentes, de resto, no relato mais antigo (que a *Crónica de 1419* segue de muito perto), o episódio pouco dignificante para os cristãos é transformado «num memorável acontecimento histórico, justificando, num mesmo passo, a presença dos seus restos mortais numa igreja» [111] [dos cavaleiros mortos, transformados em mártires pelos seus pares]. Esta igreja é nada menos que a antiga mesquita, transformada em templo de Santa Maria, na qual se gerará um movimento devocional em torno dos corpos, «que forão despois tidos em grande reliquia e reverencia e devoção, como a martyres que espargerão seu sangue por honrra da fee de Jezus Christo» [112]. Para além de integrar este episódio na «história do reino», a *Crónica de 1419* faz-lhe um significativo acrescento, ausente na *Crónica da Conquista do Algarve* [113]. Trata-se da resposta do Mestre Paio Peres Correia ao rei, Afonso III, em que se manifesta contra o pesar que este exprime quanto à morte dos cavaleiros e do mercador que os tentara socorrer. É que eles «morreram no seruiço de Deus e saluação de suas almas» – portanto, implicitamente, a reacção deve ser de alegria e não de tristeza [114].

Por fim, o episódio surge de forma marcante na *Crónica de Afonso IV*. Como vimos a propósito do tratamento nela dado aos conflitos entre este rei e o seu genro castelhano, há um contexto de antagonismo, latente ou por vezes completamente claro, entre Portugueses e Castelhanos. Os «Mártires de Tavira» vão ser invocados neste contexto, ao serviço dos Portugueses.

---

[109] Depois de ter sido defendido tanto que a «Crónica da Conquista do Algarve» seria um extracto da *Crónica de 1419*, como, pelo contrário, uma das suas fontes, esta é a proposta da mais recente avaliação do tema, por António Branco, em «O lugar do Mestre Paio Correia na História – 1. A *Crónica de 1419* e a *Crónica da Conquista do Algarve*», *in Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispanica…*, vol. I, pp. 357-364.

[110] Luís Krus, «*Crónica da Conquista do Algarve*», p. 176 *in Dicionário de Literatura Medieval*, p. 176.

[111] A citação pertence ao Autor que temos vindo a seguir nas últimas linhas: António Branco, «Verdade factual e verdade simbólica na «Crónica da Conquista do Algarve»», p.116, *in Colóquio-Letras*, n.º 142 (Outubro-Dezembro 1996), pp. 111-119. No mesmo sentido da transformação de uma guerra «normal» em «guerra santa», Isabel Dias, «O Mouro na *Crónica da Conquista do Algarve*», pp. 372-373, in *A guerra até 1450*, pp. 365-375, e Luísa Marinho Antunes, *A doutrina da guerra nas crónicas portuguesas dos séculos XIV e XV*, diss. de mestrado em Literatura Portuguesa apres. à FLUL, 1995, p. 98-99.

[112] Trecho da *Crónica da Conquista do Algarve* ed. em António Branco, op. cit. nt. anterior, p. 118.

[113] António Branco, «O lugar do Mestre Paio Correia…», p. 359. Ed. cit, p. 159.

[114] Como bem refere Luísa Marinho Antunes, comentando o passo, em op. cit., p. 99.

Quando o rei de Castela invade o Algarve, com um impressionante exército, é confontado a certa altura com uma terrível visão, em frente à igreja de Tavira. Surgem-lhe os sete cavaleiros mártires, em formas gigantescas, vestes brancas e enormes bandeiras na mão, com os sinais de Santiago. Interrogado o guardião de um mosteiro da vila, este explica ao rei castelhano quem são, acrescentando um pormenor sobre a função defensiva do local, que entretanto tinham adquirido os «santos corpos», à semelhança de tantos outros casos [115]: «em quamto em este lugar houuerem, que numqua esa uila a de ser tomada» [116]. Tal afirmação faz o rei cair em si e retirar-se do local, não lhe querendo causar mais mal do que até então fizera [117].

Ressaltemos duas características deste pequeno episódio: a representação dos cavaleiros mártires em vestes brancas, sinal certo do seu estatuto celestial (que reaparecerá claramente nas fontes de finais do século XV que analisaremos); e a integração destes freires de Santiago, mortos numa altura em que a Ordem era peninsular e nem todos os cavaleiros portugueses, na defesa do reino de Portugal contra o inimigo castelhano. A guerra conta os Mouros vai-se assim plasmando ao serviço da própria Coroa, que beneficia a vários níveis com a Cruzada que promove.

b) A segunda etapa do processo de difusão dos ideais de Guerra Santa pela «versão oficial» do passado do reino dá-se durante a ocupação do cargo de cronista-mor por Gomes Eanes de Zurara. Sucedendo a Fernão Lopes, em cujas crónicas do passado recente o povo e os cidadãos tinham ainda um papel decisivo, Zurara vai ser, de forma acabada, o cronista dos valores senhoriais e cavaleirescos [118]. Neste sentido, o Norte de África ocupa um lugar privilegiado e mesmo quase exclusivo, na obra do Autor. Entre 1449 e 1468 – época de ouro, portanto, do retorno à expansão bélica norte-africana, com a subalternização da exploração da costa atlântica – Gomes Eanes de Zurara vai escrever duas crónicas «régias» e duas nobiliárquicas. As duas primeiras centram-se porém na conquista de Ceuta (1449/50, *Crónica da*

---

[115] J. P. Sallmann, «I poteri del corpo santo: rappresentazione e utilizzazione (Napoli, secoli XVI-XVIII)», *Forme di potere e pratica del carisma*, ed. J. P. Sallmann e Ph. Levillain, pp. 75-92, Nápoles, Liguori Ed., 1984; Antonio Rigon, «S. Antonio da *Pater Padue* a *Patronus civitatis*», in *La religion civique à l'époque médiévale et moderne (Chrétienté et Islam)*, pp. 65-76, Roma, École française de Rome, 1995, Maria de Lurdes Rosa, «Hagiografia e santidade», pp. 337-338, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. II, pp. 326-361, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

[116] Ed. cit., p. 257.

[117] Ed. cit., pp. 257-258.

[118] António José Saraiva, *O crepúsculo*, pp. 248-265, permanece indispensável; recentemente, a análise dos valores cavaleirescos na primeira crónica de Zurara foi aprofundada em Albano Figueiredo, *O ideal de cavalaria na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*, diss. de mestrado em Liter. mediev. apres. à FLUC, dact., 1996. Parece-nos no entanto que o Autor sobrevaloriza a noção da cavalaria em relação à de «guerra santa»; deve a este respeito consultar-se o capítulo «A Conquista de Ceuta na continuidade da guerra santa peninsular», de Luísa Marinho Antunes, op. cit., que fornece uma perspectiva complementar.

Tomada de Ceuta) e na exaltação da figura do Infante D. Henrique enquanto difusor da fé cristã (1452/53, *Crónica da Conquista da Guiné*). As outras relatam os feitos do primeiro capitão de Ceuta e do seu filho e sucessor, e obtiveram o beneplático da poderosa linhagem a que estes pertenciam (1458/59, *Crónica de D. Pedro de Meneses*; 1464/68, *Crónica de D. Duarte de Meneses*) [119].

O simples elenco das crónicas de Zurara e do seu centro de preocupações demonstra a existência de uma interesse focalizado no Norte de África. Não nos podendo alongar ainda mais, salientaríamos apenas dois episódios importantes, no que ao nosso tema diz respeito. Por um lado, é na *Crónica da Tomada de Ceuta* que se insere o «parecer» dos letrados e teólogos, favorável à conquista da praça, a partir desse elemento fundamental, que fornece a linha de continuidade acima referida: a relação entre as chagas de Cristo e o esforço dos reis portugueses em prol da fé cristã. Aí se inscrevem os reis de Portugal na linha dos lendários inimigos hispânicos dos Muçulmanos, de Ramiro ao Cid; aí se certifica como as almas de todos os que assim morrem, entram no reino dos ceús. Aí, por fim, se associam de forma clara os sinais da bandeira régia lusitana, «relíquia de Afonso Henriques», à oblação que o Fundador fez do seu corpo em Ourique, por «reverência e amor» à Paixão de Cristo [120].

Por outro lado, as crónicas de Zurara contêm importantes descrições de «mortes especiais» dos cavaleiros combatentes dos mouros. Estando por fazer um levantamento completo [121], citaremos apenas alguns casos exemplares. Na *Crónica de D. Pedro de Meneses*, salientam-se duas mortes «santas». No primeiro caso, relativo a Pero Lopes de Azevedo, a descrição é enquadrada por duas afirmações basilares. Por um lado, a de que servirá de consolo aos que choravam a sua morte, o facto de saberem que foi na guerra,

---

[119] António José Saraiva, *O crepúsculo*, p. 250; sobre «beneplácito dos Meneses», sabemos que D. Leonor, filha do Conde, se empenhou na redacção da Crónica (refere-o o próprio cronista: ed. cit., p. 175). Ora, esta filha foi a que veio a encarregar-se da celebração da memória do pai, de formas várias, entre as quais a cronística: cfr. M.ª Lurdes Rosa, *O morgadio em Portugal*, pp. 49-50 e pp. 124-131.

[120] Que saibamos, a primeira referência a este extracto, no contexto da tradição do escudo régio, pertence a António José Saraiva, *O crepúsculo*, p. 240. Encontra-se no cap. XI da referida crónica. Foi mais tarde retomado por Carlos Coelho Maurício na sua análise da mesma tradição, relevando o A., quanto a nós com toda a correcção, que este texto se deve atribuir mais à época (e aos retoques) de Zurara, do que ao momento histórico a que pretende reportar-se (vésperas da partida para Ceuta) («Na manhã fértil», pp. 22-23, nt. 24).

[121] Infelizmente o tema é tratado de forma muito pobre em Abel dos Santos Cruz, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, pp. 253 ss, Porto, diss. de mestrado em História Medieval apres. à FLUP, 1995; e está praticamente ausente de A. Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no século XV*, 3 vols., diss. de doutor. em História apres. à FLUL, dact., Lisboa 1990. Tem interesse o trabalho de António A. N. Casaca, *O olhar do Outro na Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Lisboa, diss. de mestrado apres. à Univers. Aberta, 2000, polic., onde, se bem que não haja uma análise formal do nosso tema, se salienta a importância dos valores cavaleirescos e religiosos, nomeadamente quanto às situações de batalha.

uma vez que é esse o fim escolhido pelos «*bõos e virtuosos*» [122]; por outro, a de que esse fim é tanto mais meritório quanto se trata de cristãos, porque assim adquirem não só a glória deste mundo, mas também «*folgamça perpetua pera sempre no outro*» [123]. É importante notar que, aqui, o elogio da guerra passa de facto pela valorização desse tipo específico de conflito que é a «guerra santa», superior em relação à morte do guerreiro pela glória mundana. É a dicotomia que subjaz aos quatro casos acima analisados, bem como a vários das temáticas que em seguida estudaremos.

Quanto ao episódio da morte de Pero Ximenes, o cronista não deixa de notar que esta se deveu à imprudência da vítima, que avaliara mal a força dos adversários. No entanto, a valentia que então demonstrou, ilibara-o de maiores culpas, bem como se esperava que o tipo de morte o equiparasse aos mártires, garantindo a salvação da sua alma [124].

Na *Crónica de D. Duarte de Meneses*, as mortes de dois importantes guerreiros são apresentadas como martírios, o que colocava as almas seguramente no Céu. Referimo-nos, em primeiro lugar, a Gonçalo Pires Malafaia, cujo episódio de morte em batalha o cronista remata com a observação de que «*Creo segundo seus costumes e acabamento que seia no lugar dos santos*» [125]. De forma ainda mais explícita, a narrativa da morte do herói da crónica, D. Duarte, inclui também uma certificação do género; ganha uma amplitude adicional pelo facto de ser colocada na própria boca do rei, que discursa ao filho do morto, certificando-o que herdará os cargos, bens e título do falecido pai: «*morreo como muy honrado caualleyro. bem pera este mundo e milhor pera o outro. porque segundo o auto em que acabou e seus costumes e vida nom se deue sperar senom que he na companhia dos santos*» [126]. A natureza desta morte parece, já na *Crónica*, estar aliada a um efeito legal, quanto à herança do filho; tal está sem dúvida presente na carta de doação do condado e vários outros bens e privilégios àquele, em 1464 [127]. O documento torna-se mais extenso pelo elenco, desde a abertura, dos serviços bélicos do falecido conde, pela menção das feridas que estes lhe granjearam e, por fim, pela descrição da sua morte.

---

[122] «(…) a quall [morte] por çerto nõ seria triste nem chorosa aaqueles que souberem tamta bomdade de barão, caa os bõos e virtuosos escolheram sempre por sepulltura os campos que estam amte as armas dos ymigos» (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocardo, p. 310 (cap. 34), Lisboa, FCT/ FCG, 2001).

[123] «E se esto hera de tamto louvor aos gemtios ymfies, que somente pellejavã pella gloria deste mundo, que deve ser dos fies cristãos, a que nõ somemte fica a gloria e louvor do mundo, mas aymda folgamça perpetua pera sempre no outro?» (idem).

[124] «Aly acabou Pero Xamenes, nõ por çerto sẽ comtenença e feito de nobre homẽ, ymda que desavysado naquella ora, ca de XXV que com elle morrerã elle foy o derradeiro, e sempre com nobre comteneça, nunca se mostrando vemçido. (…) Aja Deus a sua allma como de sua criatura, marterizado ẽ louvor da sua samta fe.» (idem, p. 436 – cap. 59).

[125] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica*, ed. cit., p. 198 (cap. 68).

[126] Ed. cit., p. 357 («capítulo final»).

[127] Ed. in A. Dias Farinha, op. cit., vol. II, doc. 128.

c) Refiramo-nos brevemente à terceira etapa do processo, com a obra de Rui de Pina. Este, cronista régio desde 1497 [128], abre de forma decisiva a perspectiva narrativa, em relação a Gomes Eanes de Zurara. Retoma a tradição das crónicas por reinado, servindo-se aliás largamente do manuscrito da *Crónica de 1419*, como atrás referimos, para as suas crónicas dos mais antigos monarcas. Quedemo-nos na primeira crónica verdadeiramente da sua autoria, que por acréscimo se refere ao passado recente. A *Crónica del-rei D. Afonso V*, embora contenha muito menos capítulos sobre África do que as obras de Zurara, refere extensamente as principais campanhas, Tânger e Arzila. Nesta última tem lugar um interessante episódio, que deu lugar a um caso em tudo semelhante aos processos bem sucedidos dos «tidos por vivos» acima analisados. Referimo-nos à morte do 3.º conde de Marialva, João Coutinho, na tomada daquela praça africana. Este cavaleiro é morto ao tentar conquistar a mesquita aos mouros; uma vez conquistada a cidade, desenrolar-se-à sobre o seu corpo uma marcante e significativa cerimónia. Jazendo no chão da mesquita, é colocada sobre ele uma cruz, que o rei beija e adora, e que é apresentada como «*começo do serviço e sacrificio, que a Deos nella ao diante se avia de fazer*». A consagração da mesquita como igreja, onde se passará a celebrar, é feita portanto a partir do corpo do cavaleiro mártir. Mas segue-se-lhe ainda uma outra cerimónia: o rei arma cavaleiro o príncipe herdeiro, D. João, fazendo o elogio do Conde e auspiciando que aquele venha a tornar-se tão bom cavaleiro como o falecido [129].

Esta morte, porém, é apenas o início de uma história. É que o rei, excepcionalmente, vai permitir que o condado não fique para a Coroa, apesar do Conde morto não ter descendentes. A crónica refere esta acção, explicando que o rei o *fizera* «*em gallardam de sua morte, e por fazer sua vyda e memoria pera sempre viva*» [130]. O acto é depois confirmado pela carta de doação de 1472, ao irmão mais novo, Francisco Coutinho, que assim se torna 4.º conde de Marialva. No documento, faz-se explícita alusão à morte do irmão em Arzila [131]. O novo conde, por fim, irá «re-fundar» a nova linha sucessória no trágico mas glorioso fim da anterior, como que a provar que, na verdade, não devia o seu título tanto à mercê régia como à morte especial e heróica do seu irmão [132]. Em Salzedas, antigo panteão familiar, vai mandar colocar

---

[128] Rita Costa Gomes, «Rui de Pina», pp. 397-398.

[129] Rui de Pina, «Crónica do senhor rey D. Affonso V», pp. 822-823, ed. cit. (cap. CLXV). Cfr. ainda Luís Filipe Oliveira, «Entre história e memória: os Coutinhos e a expansão quatrocentista», pp. 124-125, *Anais de História de Além-Mar*, II (2001), pp. 115-126; estamos contudo em relativo desacordo com o Autor, que considera que apesar deste e de outros episódios, a linhagem valoriza pouco a sua participação no Norte de África.

[130] Rui de Pina, «Crónica do senhor rey D. Affonso V», p.823, ed. cit. (cap. CLXV).

[131] Luís Oliveira, «Entre história e memória…», p. 124, nt. 69.

[132] Na verdade, embora não tenhamos provas directas, tanto a menção da crónica como a do documento de doação, bem como os casos acima analisados, permitem-nos pelo menos suspeitar de que o rei não teria grande sucesso caso pretendesse reclamar para a coroa o título e os bens de alguém morto em tais circunstâncias. Aliás o o 4.º Conde de Marialva era primo

uma lápide alusiva ao sacrifício do 3.º conde em terra de mouros, onde o que se menciona de forma clara é não o serviço do rei, mas as feridas que aquele recebera, o local onde morrera, que depois se torna igreja, e a forma gloriosa como tudo sucedera [133].

d) É indispensável concluir este périplo pela cronística régia com a figura e obra de Duarte Galvão, dado a importância do cronista na difusão dos ideais imperiais manuelinos, nos quais a Guerra Santa joga um papel central [134]. É certo que a sua *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* não foi uma obra original, retomando temas da *Crónica de 1419* [135], e que só muito mais tarde conheceu honras de impressão [136]. No entanto, foi estimada no seu tempo, como comprovam as cópias manuscritas que chegaram até hoje, ricamente iluminadas [137]. Por outro lado, é inegável a forte ligação «programática» entre o cronista-secretário-embaixador e o monarca, que encontra um dos seus momentos mais fortes em torno da sacralização oficial da personagem de D. Afonso Henriques. Vamos encontrar Duarte Galvão a trabalhar com D. Manuel em várias instâncias- da cronística ao cerimonial, passando pelas diligências para abrir um processo de canonização. Por um lado, no sentido de impor definitivamente a figura do rei fundador como um santo guerreiro; por outro, no de reforçar a ligação entre Afonso Henriques e o *Venturoso*, seu descendente mais que colateral e monarca «por fortuna». Tal será feito precisamente a partir da noção de «re-fundação» [138] – refundação esta feita, de forma evidente, a partir da conquista e da expansão para

---

em segundo grau do Fernão Coutinho protagonista da sentença de 1487, acima analisada, que tentara conservar as terras do pai com recurso ao argumento do «tido por vivo».

133 «Quem lapis hic claudit est Domnus Joannes Coutinho Comes de Marialua clarissimo qui in vigessimo secundo suae aetatis anno in clade Arzilae, quam inclitae memoriae Alfonsus quintus anno D. Mills.mo quadringentess.mo septuage.mo primo, vi, et armis occupauit, inter arepta et illata vulnera, in Mesquita, quae Matris Mariae Virgini Christi dicata est, gloriose interijt» (in Luís Oliveira, «Entre história e memória…», p.125).

134 Sobre Galvão a este respeito, cfr. Jean Aubin, «Duarte Galvão», *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX (1975), pp. 43-85. Um enquadramento mais vasto do tema tem sido feito nos trabalhos, indispensáveis a este respeito, de Luís Filipe Thomaz («L'idée imperiale manuéline»; com Jorge Alves, «Da Cruzada ao Quinto Império», *A memória da Nação*, org. F. Bethencourt, D. Ramada Curto, pp. 81-164, Lisboa, Sá da Costa, 1991); veja-se ainda Jean Delumeau, «L'eschatologie de Manuel le Fortuné», *Journal des Savants*, 1995, pp. 179-186.

135 Cfr. José Mattoso, «Duarte Galvão» in *Dicionário de Literatura medieval,* pp. 225-226, e Albano de Figueiredo, «Uma perspectiva tardo-medieval do *tempo da fundação*: a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de D. Duarte de Galvão», in *Sobre o tempo. Secção Portuguesa da AHLM. Actas do III Colóquio*, coord. Paulo Meneses, pp. 189-200, Ponta Delgada, Univ. dos Açores, 2001.

136 José Mattoso, «Apresentação» da re-impressão da ed. de Tomás da Fonseca [antes de 1934], Lisboa, IN-CM, 1986, p. VII. Seguimos esta edição.

137 José Mattoso, «Duarte Galvão», p. 226.

138 Como salienta Albano de Figueiredo, a partir da Crónica («Uma perspectiva…», cit., p. 197); o tema do «recomeço», «refundação», é recorrente na propaganda régia manuelina, nomeadamente a partir de jogos com o nome do rei.

territórios não-cristãos. É porventura a força e amplitude deste programa que leva a que a *Crónica* não se torne, de modo algum, uma mera cópia de textos anteriores, reflectindo antes preocupações e intenções do seu tempo. Vejamos em concreto como.

Em primeiro lugar, nela são retomados todos os elementos da imagem de Afonso Henriques como santo combatente dos mouros: a estirpe santa, a cura miraculosa de um defeito de nascença, que lhe permitirá ser guerreiro, o milagre de Ourique com adopção das chagas na bandeira. Depois, como salienta A. Figueiredo, os paralelismos com o reinado manuelino actualizam o primitivo «tempo da fundação» [139] Por fim, no que é uma inovação em relação à anterior cronística, Galvão tenta «branquear», de forma por vezes extraordinária, certos episódios, tradicionalmente atribuídos ao rei [140], mas pouco consentâneos com a imagem de grande fundador ou de santo [141]. Não hesita até em terminar a crónica aludindo à fama de rebeldia e crueldade de que alguns escritos rodeavam o rei, na sua fase juvenil, apenas para a minimizar em seguida, considerando toda a sua vida digna de um grande e piedoso monarca [142]. De facto, poucas linhas mais à frente deste raciocínio, Galvão defende mesmo que o Fundador poderá vir a ser canonizado, citando para tal a abalizada opinião do prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cenóbio de enorme prestígio e panteão dos primeiros monarcas do reino. Ora, este prior, à frente do mosteiro que desde sempre cultivara uma memória sacralizada do Fundador, através de cerimoniais e lendas próprias, era então o próprio irmão do cronista… A ligação culminará, de resto, na cerimónia de abertura do túmulo de Afonso Henriques por D. Manuel, em 1520, numa impressionante cerimónia, e na prossecução de um processo de canonização, que se arrastará durante séculos [143]. Pedra de toque de todas estas acções, em consonância com a *Crónica*, é a imagem de Afonso Henriques como santo combatente da fé cristã…

2.2. *Encenações religiosas das expedições norte-africanas*

Outros círculos de recepção eram certamente os alcançados pelo segundo grande veículo de difusão dos ideiais de «guerra santa» que passaremos a analisar, a partir de alguns casos exemplares. Referimo-nos às encenações litúrgicas a que a Coroa mandava proceder aquando das partidas para as

---

139 «Uma perspectiva….», cit., pp. 196-197.

140 Como sejam o da a prisão da mãe ou o do «bispo negro»: cfr. José Mattoso, «Duarte Galvão», cit., p. 226.

141 Foi provavelmente por esta altura que estes episódios passam a constituir um problema para a imagem pia e majestosa de Afonso Henriques, que a Coroa tentava promover. A partir de então, serão minimizados ou até suprimidos nas crónicas, o que chegará mesmo até edições eruditas do séc. XX (cfr. José Mattoso, «Duarte Galvão»); Ana Isabel Buescu, op. cit., pp. 130-133.

142 Cap. LX (ed. cit., p. 207).

143 Para tudo cfr. Maria de Lurdes Rosa, «O corpo do chefe guerreiro…», cit., pp. 120-121.

campanhas de África. Estas são especialmente importantes aqui, porque nos permitem verificar a junção de dois universos contributivos da crença nos «tidos por vivos»: os ideais guerreiros e a questão das bulas de cruzada, parte central das procissões organizadas naquelas ocasiões. Estas bulas irão aliás fazer a ponte para o terceiro veículo, analisado no remate deste texto – o teatro vicentino.

a) Defende Ch.-Martial de Witte que a primeira expedição da Dinastia de Avis a África (Ceuta, 1415) foi de facto caucionada por uma bula de cruzada, apesar de se desconhecer o teor do documento, perdido [144]. A cronística relata que a bula foi lida em Lagos, à frota que se preparava para partir. Para além do sermão solene, não terão existido outras celebrações, sendo a ausência explicada pelo secretismo com que se quisera envolver a expedição [145]. Conhece-se no entanto esse sermão, pregado pelo capelão régio, Fr. João de Xira, depois incluído na *Crónica da Tomada de Ceuta* [146]. O clérigo fizera parte do grupo de letrados consultados pelo rei sobre a legitimidade da expedição, que a garantira por meio de vários argumentos, um dos quais o paralelo entre a luta cruzadística de Afonso Henriques e a acção militar prevista por D. João I [147]. No momento da publicação da bula, o seu sermão insiste em especial em duas grandes ideias: por um lado, está-se a lutar numa Guerra Santa, com carácter redentor; por outro, é uma guerra justa, uma vez que os cristãos mais não fazem do que recuperar territórios usurpados à sua fé pelos muçulmanos. A prédica termina, significativamente, com o episódio dos Macabeus – tópico clássico da heroicidade e do martírio dos guerreiros, que teve um importante papel na formação da ideia de Guerra Santa [148]. Estes temas são retomados num outro momento sacro solene, o sermão de acção de graças pela conquista da cidade. Depois da purificação e consagração da mesquita em igreja, na presença do rei e dos principais senhores da corte [149], o capelão régio centra a homilia da primeira missa no tema da glória dos combatentes pela fé. Celebra, ainda, a conquista da cidade como o início da recuperação de África pelos Cristãos, retomando o tema das cinco chagas de Cristo através da associação simbólica destas ao

---

144 «Les bulles pontificales…», p. 688.

145 Cap.LII (ed. cit., p. 156).

146 Caps. LII (ed. cit., pp. 156-164). Sobre o «sermão de cruzada», como tipologia, e a sua importância nas partidas para o norte de África, cfr. Patricia A. Obder de Baubeta, A., *Igreja, pecado e sátira social na Idade Média portuguesa*, pp. 136-37, 159-160, 167-68, 172-75, Lisboa, INCM, 1995.

147 Cfr. supra, p. 208.

148 Pierre Riché, «La Bible et la vie politique dans le Haut Moyen-Âge», pp. 397-98, *Le Moyen-Âge et la Bible*, dir. P. Riché, G. Lobrichon, pp. 384-400, Paris, Beauchesne, 1984. Sobre a importância das citações bíblicas nesta crónica, em geral, e no sermão de Fr. João de Xira, em particular, Mário Martins, *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*, pp. 81-85, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979; como refere o A., já F. Lopes compara os Portugueses aos Macabeus (id., pp. 78-79).

149 Cap. XCV (ed. cit., pp. 251-253).

nome da cidade, com cinco letras [150]. A cerimónia encerra com o importante evento da investida cavaleiresca dos Infantes e de muitos jovens cavaleiros nobres, realizando-se assim o desejo dos Infantes de Avis: associar a sua entrada na cavalaria à Guerra Santa, pois só ela daria verdadeiro significado ao uso das armas pelos guerreiros [151].

b) No reinado de D. Duarte foi em torno de Tânger que se mobilizaram os ideais de Guerra Santa. A forma como foi preparada a expedição africana, em termos de encenações de propaganda, em nada destoou da forte consciência histórica e heróica que acima atribuímos ao monarca, a respeito da cronística que patrocinou. A bula de cruzada, depois de pregada, foi colocada no centro de uma procissão que juntou duas relíquias intimamente ligadas à ascensão da Dinastia de Avis: um pedaço do Santo Lenho e um pendão que pertencera a Nuno Álvares Pereira, o grande responsável pelas vitórias militares que tinham guindado o Mestre de Avis ao trono [152]. Esta junção de objectos simbólicos ganha ainda mais significado se pensarmos que, por estes anos, D. Duarte e os seus irmãos se empenhavam, junto de Roma, na canonização do Condestável [153]. Erigido assim em figura tutelar dos novos cruzados, é ele ainda que está presente na segunda procissão organizada nesta campanha, já em terras africanas, ou seja, na ida do Infante D.Henrique de Ceuta até Tânger. Aí, o cortejo de bandeiras e relíquias foi ainda mais curioso: a bandeira real, a da Ordem de Cristo, uma imagem de Nossa Senhora e uma relíquia da Vera Cruz, acompanhavam dois estandartes com os vultos de D.João I e do Condestável… [154].

Será porém um dos irmãos do rei a mais acabada figura tutelar da acção guerreira no Norte de África. Caído em cativeiro depois do desastre de Tânger, o Infante D. Fernando acabará por morrer às mãos dos mouros, e a sua figura será depois apropriada pelo grande continuador da expansão africana após a morte de D. Duarte, o Infante D. Henrique. São disso testemunho tanto a cerimónia de condução dos seus restos mortais até ao mosteiro da Batalha, panteão da Dinastia de Avis, promovida pelo Infante D. Henrique em 1451, como a «crónica hagiográfica» redigida, entre aquele ano e 1460, pelo antigo secretário do malogrado Infante que, de resto, ingressara na casa senhorial henriquina após o resgate de África [155]. Ambos os actos visam

---

150 Cap.XCVI (ed. cit., pp. 255-256).

151 Cap. XLVI (ed. cit., p. 256-257).

152 Segundo a descrição de D. Duarte, na carta em que relata a cerimónia a D. Gomes, abade de Florença, publ. por Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, 1960 (*cit.* in Jaime Cortesão, Jaime CORTESÃO, *Os descobrimentos portugueses*, 2.ª *ed.*, vol.2, p. 384, Lisboa, Horizonte, 1975).

153 Maria de Lurdes Rosa, «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», pp. 435 ss, *Lusitania Sacra*, t. 13-14 (2001-2002), pp. 369-450».

154 Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte, cit.. in* Jaime Cortesão, *op. cit..*, pp. 384-385.

155 Para tudo, cfr. João Luís Fontes, *Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000.

transformar o Infante D. Fernando, que sabemos ter partido para Ceuta com o objectivo claro de obter um maior destaque político na corte portuguesa [156], num desinteressado mártir da Cruzada. O «Navegador» veria assim legitimada a sua posição como grande continuador das conquistas de Marrocos, nomeadamente em prol da recuperação do corpo – agora relíquia – do seu irmão. No que diz respeito ao nosso inquérito, interessa sobretudo salientar que a Coroa se dotou de uma poderosa figura exemplar da doutrina cruzadística. Quer através das tentativas da sua canonização, que a Casa Real patrocinou durante décadas [157], quer do culto público promovido no panteão dinástico [158], oferece-se aos sectores motivados para a expansão africana uma alternativa à morte em batalha: a vida eterna conquistada pelo martírio às mãos dos infiéis.

c) Cumpre fazer alusão a uma cerimónia algo diversa das que temos vindo a estudar, mas igualmente ligada à recepção da bula de cruzada. Trata-se da oração de obediência ao Papa Inocêncio VII, proferida em 1485 pelo embaixador Vasco Fernandes de Lucena, aquando da entrega à embaixada da bula *Orthodoxa Fidei*, solicitada por D. João II [159]. Como demonstrou De Witte, esta bula não se destinava à expansão atlântica, ao contrário do que se defendeu, no contexto da historiografia que coloca o reinado de D. João II exclusivamente sob o signo daquela empresa, em detrimento da guerra norte africana [160]. Assim, também com o Príncipe Perfeito se assistiu ao empenhamento da Coroa na «guerra santa», e de uma forma que prolongava as anteriores tradições. Por um lado, a execução da bula foi entregue, a par dos Lóios, ao superior dos franciscanos, Fr. João da Póvoa [161]. Quer os primeiros, quer o ramo observante a que pertencia o segundo, gozavam do favor régio, e pregavam então uma religiosidade mais austera e integrista, a vários níveis, nomeadamente na relação com as minorias religiosas, judaica e muçulmana [162]. Fr. João da Póvoa, que era de resto o confessor do rei, protagonizou

---

156 Idem, pp. 15 ss.

157 Súmula das iniciativas em «O Infante Santo e a possibilidade do seu culto canónico», *Brotéria*, vol. IV (1927), pp. 134-142 e 197-206.

158 João Luís Fontes, *Percursos e memória*, pp. 193-196.

159 Sobre a importância desta bula na manutenção dos privilégios seculares dos cruzados, cfr. supra, p. 215. A oração de obediência foi editada e traduzida por Martim de Albuquerque, Miguel Pinto de Meneses, *Oração de obediência ao Sumo Pontífice Inocêncio VIII dita por Vasco Fernandes de Lucena em 1485*, Lisboa, Inapa, 1988. Sobre a importância do texto na genealogia do «milagre de Ourique», Ana Isabel Buescu, *O Milagre de Ourique*, pp. 77-78 e pp. 124-125.

160 «Les bulles pontificales», pp. 39-45.

161 Idem, p.41.

162 Este aspecto, menos estudado, torna-se patente por exemplo no escrito de tipo cronístico que depois serviu de base à Crónica oficial da Ordem: referimo-nos ao «Novo Memorial do Novo Estado Apostólico», da autoria de Fr. Paulo de Portalegre, onde o anti-semitismo do principal biografado, o Pe. Baptista, é narrada sem pejos e mesmo justificado (cfr. IAN/ TT, *Manuscritos da Livraria*, n.º 796) (aguarda-se a edição desta fonte por Cristina Sobral, que nos cedeu

uma reforma com larga aceitação junto da nobreza guerreira, e foi ainda o responsável pelo incremento em Portugal, na mesma época, de uma importante devoção ligada ao martírio dos cristãos no Norte de África – a dos Mártires de Marrocos [163].

Por outro lado, regressando à oração de obediência, surge de novo a evocação mitificada de Afonso Henriques como grande combatente dos muçulmanos, em prol da fé cristã. Esta é aqui tão mais importante quanto foi feita em Roma, face à corte pontifícia, numa representação oficial do reino [164]. O rei fundador é colocado na linha de redenção da «destruição de Espanha» causada pelo Conde Julião e por Rodrigo, numa evidente concorrência com o que fazia a Coroa espanhola pela mesma época, com os respectivos heróis míticos da Reconquista [165]. Faz-se depois a evocação das batalhas e conquistas de Afonso Henriques, que dão origem ao reino de Portugal, e a evocação culmina com uma pormenorizada versão do milagre de Ourique [166].

d) O interesse pela aventura guerreira no Norte de África regressa em força com D. Manuel- facto nem sempre salientado devido ao relevo dado à expansão indiana, mas que, visto à luz das bulas papais então concedidas, se percepciona como uma linha de força do reinado manuelino [167], totalmente enquadrada nos planos messiânicos do rei para reconstruir um império

---

o excerto; o «anti-semitismo» dos Lóios terá de ser, evidentemente, objecto de estudos mais aprofundados, de modo a poder verificar-se se era excepcional. Como dissémos, os Franciscanos insistem também muito no proselitismo contra os Muçulmanos (cfr. infra.)

[163] Terá sido através dele que o reformista espanhol Fr. João de la Puebla obteve do rei de Portugal algumas relíquias dos mártires para o convento que fundaram em Belálcazar; foi seguramente ele quem mandou escrever uma nova «lenda» do martírio (tudo em A. D. Sousa Costa, *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó*, p. 154, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993); o códice do mosteiro de Santa Cruz que contém a versão quatrocentista da lenda remete no cólofon para a diligência de Fr. João da Póvoa na composição ou na cópia do livro: *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coord. Aires A. Nascimento, José Meirinhos, «cód. 29», Porto, BPMP, 1997 e Luís Krus, «Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a devoção dos Nus», p. 28, nt. 16, *Studium Generale. Estudos contemporâneos*, n.º 6 (1984), pp. 21-42; para a influência nos referidos círculos da nobreza, Maria de Lurdes Rosa, «D. Jaime, duque de Bragança», pp. 327-328.

[164] Como salienta Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique*., p. 125.

[165] Alain Milhou, «De la destruction de l'Espagne à la destruction des Indes: histoire sacrée et combats idéologiques», *Études sur l'impact culturel du Nouveau Monde. Séminaire interuniversitaire sur l'Amérique espagnole coloniale*, t. 1, pp. 25-47 e t. III, pp. 11-55, Paris, L'Harmattan, 1981-1983 e «De Rodrigue le pécheur à Ferdinand le restaurateur», *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*, ed. Jq. Fontaine e Ch. Pelistrandi, pp. 685-383, Madrid, Casa de Velázquez, 1992.

[166] Ed. cit., p. 20. A mitificação de Afonso Henriques aqui praticada é apontada por Albano Figueiredo como um dos exemplos da prática de filiação no Rei Fundador, por parte de diversos monarcas portugueses («Uma perspectiva tardo-medieval», p. 197).

[167] Como salienta De Witte, «Les lettres papales», p. 33. Tem investigado o tema, a fundo, L. F. Thomaz, nomeadamente em «L'idée impériale».

cristão que se estendesse de África à Ásia [168]. Tomemos como exemplares as encenações de partida às duas grandes expedições a Marrocos no reinado manuelino: Azamor (1513) e Mamora (1515).

A primeira expedição foi comandada pelo Duque D. Jaime de Bragança, figura de proa da nobreza guerreira, com interesses no Norte de África, maioritariamente sediada no sul do Reino, território de eleição de uma religiosidade muito influenciada pelas reformas da observância franciscana [169]. Antes da partida, o estandarte real levado pelas tropas foi benzido sobre o altar de S. Vicente, o santo cujas relíquias tinham sido recuperadas aos Mouros por acção de D. Afonso Henriques. A saída da frota fora de resto programada para 14 de Agosto, dia em que D. João I vencera a batalha de Aljubarrota, e que já a outros títulos fora mitificado pela Dinastia de Aviz (ida a Ceuta, morte de D. João I) [170]. A celebração poética dos feitos do Duque, anterior e posterior à conquista, aponta para o mesmo universo de sentidos, a exaltação cruzadística. É o caso da composição do poeta cortesão Luís Henriques, no seu poema comemorativo do feito, que apresenta o Duque como tendo empreendido uma «santa viagem» [171].

No caso da expedição a Mamora, também se prepararam imponentes cerimónias, interligando a recepção da bula de cruzada, pedida pelo rei para a ocasião, com a partida da armada [172]. A bula da cruzada implicava sempre um conjunto de procissões bastante elaborado, de que temos alguns testemunhos para os reinados de D. João II e D. Manuel [173]. No entanto, aquando de Mamora, a cerimónia parece ter sido particularmente solenizada. Assim, no domingo, dia da Trindade, o rei recebe na catedral a bula, trazida pelo Bispo de Safim em procissão solene desde a Igreja de N. Senhora da Conceição. O documento papal é colocado no altar, aberto, e segue-se a sua pre-

---

[168] Charles- Martial De Witte, «Un project portugais de reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)», *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. V, p. 1, pp. 419-449, Lisboa, Comissão Exectuiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961; e os trabalhos cit. de Luís Filipe Thomaz.

[169] Para uma análise de todo o tema, Maria de Lurdes Rosa, «D. Jaime de Bragança…», pp. 325-329.

[170] Idem, p. 328.

[171] Idem, p. 329. Na sequência da consulta do trabalho de De Witte, «Les lettres papales», p. 47, nt. 56, corrigimos aqui um aspecto do nosso texto atrás citado, relativo à peça teatral de Gil Vicente, *Exortação da Guerra*: com toda a probabilidade, ela teria sido composta para celebrar não a expedição de Azamor, como então referimos, mas sim a de Mamora. Cfr. o texto que segue.

[172] Ch.-M. De Witte, «Les lettres papales», p. 47, remetendo para a fonte que a seguir utilizámos.

[173] Para o reinado de D. João II, cfr. a carta régia dando instruções à Câmara de Lisboa para a recepção de uma bula de cruzada, em 1488 (in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, vol. 13, p. 277, Lisboa, CML, 1959; para D. Manuel, cfr. carta semelhante para a mesma instituição, em 1516, in E. Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa,* 1.ª p., t. II, p. 274, nt. 2, Lisboa, Typ. Universal, 1901; para o Porto, também com este rei, Adelaide Costa, *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502),* pp. 340-36, Lisboa, diss. de doutor. em Ciências Sociais e Humanas apres. à Universidade Aberta, 1999.

gação. Na mesma ocasião foi sagrado o bispo do Funchal D. Diogo Pinheiro, tendo o rei estado presente a todo o ofício [174]. No sábado seguinte, na capela régia, é benzida e entregue ao capitão da armada que parte para Mamora, uma bandeira com a cruz de Cristo. A cerimónia é bastante elaborada, com a participação do próprio rei, que recebe a bandeira das mãos do capitão, devolvendo-a depois de proferir palavras cerimoniais. Termina com uma procissão até ao local do embarque, na qual participa o próprio monarca, o bispo que presidira à benção, o clero, a nobreza e o povo de Lisboa. O próprio rei empunha a bandeira hasteada durante um troço da procissão [175].

Para esta ocasião teria ainda sido composta, por Gil Vicente, a representação teatral intitulada *Exortação da Guerra*, na qual estão presentes dois argumentos de defesa da Guerra Santa. É importante referir que são exactamente os mesmos que haviam sido invocados pelo capelão régio para justificar a tomada de Ceuta, cem anos antes, no início de todo este processo – o que atesta da sua profunda continuidade [176]. Surge assim, por um lado, a ideia de que a expedição não era uma invasão, mas sim uma recuperação de antigo território cristão («África foi de cristãos, Mouros vo-la tem roubada»). Por outro, a promessa, sancionada pelo Papa, de que a morte em «guerra santa» garantia a salvação. De facto, segundo a sugestiva interpretação de Ch.-M. De Witte, nos versos «Avante, avante, senhores, pois que com grandes favores / todo o ceo vos favorece», estaria uma alusão concreta à bula de cruzada obtida para a expedição (logo, aos privilégios por ela garantidos). É mesmo possível que a peça tivesse sido representada pela primeira vez no momento solene que fora a publicação da bula, o que testemunharia bem da atenção posta pela Corte na divulgação do sucesso [177].

2.3. *Teatro de Gil Vicente*

Entramos assim no terceiro veículo de difusão dos ideais cruzadísticos na guerra de África, a partir da corte régia: o teatro vicentino. Este torna-se tão mais importante quanto os estudos recentes têm salientado a forte ligação entre o dramaturgo e a corte manuelina, através da poderosa «rainha-sombra», D. Leonor [178]. Grande parte da obra teatral de Gil Vicente seria assim «programática», intimamente ligada a alguns dos grandes momentos políticos do poder reinante, bem como inserta no tipo de religiosidade que D. Leonor, em especial, tentava promover.

---

[174] Cerimónia descrita em [*Memórias e documentos sobre a política externa portuguesa entre 1515 e 1568*], p. 1, (BN, Reserv., Cód. 886).

[175] Descrito em idem, pp. 2-3.

[176] Cfr. supra, ******.

[177] Nesta proposta De Witte altera a datação tradicional da primeira representação do auto, que o coloca na preparação da expedição de Azamor.

[178] Ivo Carneiro de Sousa, *A rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, pp. 265 ss, Lisboa, FCG/ FCT, 2002.

Além da *Exortação da Guerra*, acima referida, uma outra composição apresenta a ideia da legitimidade da «Reconquista» que dera origem ao reino de Portugal, traduzida no próprio auxílio divino ao rei Fundador. Referimo-nos ao *Triunfo do Inverno*, que estreia já no reinado de D. João III [179]. Afonso Henriques é aí apresentado como «santo cavaleiro», sendo ainda retomado o mito da origem divina dos sinais do estandarte português, como periodicamente acontecia, em épocas de guerra contra os muçulmanos [180]. Mas no campo que nos interessa, é uma das mais marcantes obras do grande dramaturgo, apresentada em pleno reinado manuelino, que surge a todos os títulos como fundamental: a «trilogia das Barcas» (1516- 1519) [181].

A invocação da guerra de África está aqui bem longe da atmosfera bélica e triunfante da *Exortação da Guerra*: a sociedade cortesã necessitava agora de consolo e não de exaltação. Com efeito, o exército sofrera o humilhante e trágico revés de Mamora, onde terão perecido quatro mil combatentes [182]. O primeiro «auto de moralidade», o da «barca do Inferno», datando de 1516, foi representado em tempos muito próximos da derrota, cujos ecos ressoariam portanto na grande cena final. Nela, os quatro «cavaleiros de Cristo», mortos na guerra africana, fazem uma entrada triunfal, empunhando os seus símbolos por excelência (cruz de Cristo, espadas e escudos), e cantando um hino de celebração do seu martírio. À interpelação do Diabo, que arrebatara já para a sua barca os mais variados personagens, do bispo à alcoviteira, contrapõem a sua morte «nas partes de além», passaporte seguro para a «barca da Vida» [183]. Entre todas as personagens do auto, apenas o tolo inocente e os quatro cavaleiros embarcarão para o Céu [184]. É especialmente importante salientar que, nas anotações de encenação apostas pelo Autor à primeira edição do auto (pouco posterior à sua representação), se regista claramente que a «vida eterna» dos cavaleiros fora obtida por morte em cruzada, com absolvição total dos pecados, em virtude da bula de cruzada concedida pelo Papa [185]. Esta anotação será abreviada na edição posterior,

---

[179] O reinado vem referido no «Prólogo» da *Cõpilaçam* (*Cõpilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, ed. de Maria Leonor Buescu, vol. II, p. 245, Lisboa, INCM, 1984).

[180] «También diste a Portugal / de moros siendo ocupado / El rey don alonso enrriquez / que se le uvo ganado / este sancto callero / del tu poder ayudado / vencio cinco reyes mouros / juntos en campo aplazado / tu cinco llagas le diste / en pago de su cuydado / que las dexasse por armas a su reyno señalado» (ed. cit, vol. II, p. 275).

[181] Datação do «Auto da Barca do Inferno» discutida e aceite por Paulo Quintela, «Introdução», p. LXXIV, in Gil Vicente, *Auto de moralidade da embarcação do Inferno*, ed., estudo e notas, Coimbra, Atlântida, 1946; 1519: data do prólogo do auto na «cõpilaçam», ed. cit., II, 254.

[182] De Witte, «Les lettres papales», p. 47.

[183] Seguimos aqui a primeira edição do auto, ed. por Paulo Quintela, op. cit., pp.35-36.

[184] Como já refere Maria Teresa F. C. Rodrigues, *Representações da morte e do Outro Mundo em Gil Vicente*, pp. 452-453, diss. de mestrado em estudos literários comparados apres. à FCSH da UNL, Lisboa, dact., 1987.

[185] «Vẽ quatro cavaleiros cãtãdo os quaes trazẽ cada hũa cruz de christo pello qual señor e acrecẽtamẽto da sua sancta fe catolica morrerã ẽ poder de mouros Absoltos a culpa e pena per priuilegio que os que assi morrẽ teẽ dos misterios da paixã daquelle por quẽ padecẽ: outorgados por todos os presidentes sũmos põtifices da madre sancta ygreja» (ed. cit., p. 35).

a que se torna consagrada e mais difundida; nela desaparece a menção à bula e à absolvição dos pecados [186]. Uma eventual explicação para o facto reside na data da segunda edição, muito posterior: em 1562, não seria já tão premente lembrar que a bula de cruzada garantia, aos guerreiros mortos em guerra santa, a entrada imediata no Paraíso [187]. Ironicamente, poucos anos depois, na sequência do trágico desfecho de Alcácer-Quibir, a «vida por glória» por morte na «guerra santa» de África voltará a ser invocada pelos herdeiros dos combatentes falecidos naquela batalha... [188]. E, a julgar por alguns relatos de acontecimentos miraculosos relacionados com o infausto acontecimento, a ideia de que os mortos iam para o céu, pela morte em Guerra Santa, pode ter servido de importante instrumento de apaziguamento dos traumas causados pelo terrível evento. Com efeito, encontramos em vários destes formas diversas da crença que temos vindo a analisar, em todos servindo para consolar os que, no Reino, iam tomando conhecimento da derrota dos exércitos. Num deles, vemos um converso do mosteiro de Alcobaça a ter a visão de um «grande n.º de gente branca, correndo a todos sangue das feridas que tinhão; o qual lhe alimpavão dous mancebos resplandescentes, e os metião por huã porta por onde sahia grande claridade». A interpretação do episódio é-lhe dada por um dos dois jovens, que revela serem eles «os martires S, Vicente e Saõ Sebastiaõ», e os mortos «os martires q vaõ morrendo as maõs dos Mouros nos campos de africa, a quem nos alimpamos o sangue de suas feridas, p.ª receberem do S.or o premio de suas mortes (…)» [189]. Visão semelhante tem uma abadessa do mosteiro de Cós [190] e outra, a mais terrífica de todas, envolve revelações directas de dois dos demónios empenhados em arrebatar as almas dos mortos na batalha. Por intermédio das possessas em cujos corpos estavam, são claros quanto aos poderes que tinham evitado uma «boa colheita»: [diz um deles] «(…) venho dezesperado, porq. o Criador desbaratou nossos pencam.tos, levando ao Ceo, e mandando ao Purgatorio quazi todas as almas daquelles que morreraõ na peleja, mediante os poderes do homẽ q. mora em Roma (…)» [191]. Estes episódios são tanto mais importantes quanto surgem a par de uma sua «outra

---

[186] «Vem quatro fidalgos caualeyros da ordem de Christo, que morreram nas partes D'Africa, & vẽ cantando a quatro vozes a letra que se segue» (na ed. cit., p. 105). A consulta apenas da edição de 1562, a que se tornou «standard», não permite portanto alcançar todo o significado do primitivo auto.

[187] Por outro lado, a menção mais específica aos «cavaleiros da Ordem de Cristo», em vez da anterior, genérica, «cavaleiros de Cristo», terá algum significado? Os mortos em África dos casos jurídicos acima analisados não eram cavaleiros de Ordem, mas auferiram os privilégios dos cruzados.

[188] Por exemplo, na contenda em torno do morgadio dos Chavões, iniciada em 1596: cfr. Luís Teixeira de Sampayo, «Os Chavões», pp. 46-48, *in Estudos Históricos*, pp. 33-103, Lisboa, MNE, 1984.

[189] *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, ed. Christopher Lund, p. 55, Coimbra, Livr. Almedina, 1980.

[190] Idem, p. 56.

[191] Idem, p. 60.

face», ou seja, relatos de prodígios meramente terríficos, sem mensagem de salvação, e que incluem também visões de campos cheios de mortos e de cortejos de guerreiros pelos céus – estes últimos podendo evocar, nas mentes de um povo traumatizado, antigas crenças de origem pré-cristã, que se tinham prolongado por toda a Idade Média, e que faziam equivaler aqueles às almas em eterna perdição… [192].

Regressando a Gil Vicente, resta referir que, além da solene entrada dos cavaleiros, existia um outro elemento cénico de grande impacto na composição final da «trilogia», o *Auto da Barca da Glória*. Referimo-nos aos cinco remos da «barca da glória», empunhados por anjos, e que são descritos, nas instruções de encenação, como tendo impressas, cada um, uma das chagas de Cristo [193]. É impossível não relacionar este pormenor com as alusões às chagas do escudo do reino, mais tarde, *no Triunfo do Inverno*. As chagas estavam intermitentemente presentes, como salientámos acima, nos textos e actos oficiais relacionados com a expansão guerreira. Símbolo da vitória do rei fundador sobre os mouros, vieram a enfeitar, no auto vicentino, os remos da barca que conduzia à glória os cavaleiros que continuavam aquela luta. Remetiam, assim, o espectador dos autos para toda a mitologia gerada em torno do esforço guerreiro português, apresentando-o de forma sacralizada, capaz de abrir as portas à vida eterna das almas dos eleitos.

---

[192] Episódios destes em *Anedotas portuguesas*, p. 52, p. 57, p. 59. Sobre os esquadrões de mortos, há numerosa bibliografia. Para as tradições hispânicas, cfr., por todos, A. Redondo, «La «Mesnie Hellequin» et la «Estantigua»: les traditions hispaniques de la «Chasse Sauvage» et leur ressurgence dans le «Don Quichotte», *Traditions populaires et diffusion de la culture en Espagne (XVI^e^-XVII^e^ siècles)*, pp. 1-27, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 1983. F. Adolfo Coelho faz um ponto da situação numa polémica entre vários AA., e cita casos portugueses, embora nenhum relativo ao nosso período, em «De algumas tradições de Espanha e Portugal. A propósito de Estantigua», reed. *in Obras*, I, pp. 513-555, Lisboa, D. Quixote, 1993.

[193] Ed. Maria Leonor Buescu, vol. I, p. 254.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 47-87

FERNÃO DE QUEIRÓS: HISTORY AND THEOLOGY [1]

por

ALAN STRATHERN *

When Fernão de Queirós' *Conquista temporal e espiritual de Ceylão* first came to light in Sri Lanka at the beginning of the twentieth century it caused something of an academic sensation. [2] Scholars of the period of Portuguese involvement in the island's history (1505-1658) had previously been dependent on the general chronicles of the east by writers such as João de Barros and Diogo do Couto, along with a few contemporary letters and the elliptical Sinhalese texts. Now they were suddenly presented with a massive continuous account of the 'Portuguese era' spanning six books and written by a clergyman with unparalleled access to church and state archives in Goa as well as the oral testimonies and surviving narratives written by men who had served in Sri Lanka before the expulsion of the Portuguese. Brimming with new information, it clearly contained material from sources that were hitherto unknown and whose identity, even today, the historian can only

---

* Research Fellow in History, Clare Hall, University of Cambridge, U. K.

1 This is a modernized version of his name, which has been variously spelt 'Queiroz', 'Queiros' and 'Queyroz'. This essay revises material from two previous articles Alan STRATHERN, 'Re-reading Queirós: Some Neglected Aspects of the *Conquista*', *The Sri Lanka Journal of the Humanities*, 26 (2000), and 'Representing Eastern Religion: Queyroz and Gonzaga on the first Catholic-Buddhist disputation in Sri Lanka, 1543', *The Journal of the Royal Asiatic Society of Sri Lanka*, 43 (1998). Parts of this work were read by or profited from the advice of Peter Carey, Nicholas Davidson, Tom Earle, Richard Gombrich, Alexis Sanderson, Bryan Ward-Perkins, K. N. O Dharmadasa, Jonathan Walters, Samanthi Dissanayake. The author is grateful to them all (while assuming full responsibility for any errors of fact or judgement):

[2] *Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, ed. P. E. PIERIS, Colombo, 1916. This derives from the Rio de Janeiro Manuscript. Here I shall generally refer to the English translation, Fernão de QUEYROZ, *The Temporal and Spiritual conquest of Ceylon*, trans., S. G. Perera, 3 Volumes, Colombo, 1930, reprinted, New Delhi, AES, 1992, which is widely used by scholars – except when particularly close attention to the original language is required. There is some ambiguity over the title, as the other manuscript copy in the Biblioteca da Ajuda (51-VIII-40) has the title *Historia de Ceilão*, preferred by Tikiri Abeyasinghe. Here it will be abbreviated to *Conquista* in the text, and Perera's translation will be cited as 'Q'.

guess at. Not surprisingly, it quickly moved to the centre of academic controversy, with first one and then two scholars refusing to allow rivals to tap its riches, and strategic delays in publication and charges of plagiarism thickening the plot. [3]

Now the work is widely available in Sri Lankan bookshops and regularly referred to as the single most important source for the Portuguese period. Tikiri Abeyasinghe, for example, described the *Conquista* as, 'the history *par excellence* of the Portuguese in the Island. It has justly been hailed as second only to the *Mahavamsa* as a source for the history of Ceylon. For the loving care and great pains which he has gone through his sources and the wealth of information he has made available to us, Queirós does not yield place even to the author of the *Mahavamsa*.' [4] (The *Mahavamsa* is the principal Pali chronicle). However a strikingly different perspective had been aired as far back as 1929 when Georg Schurhammer published his collection of letters pertaining to the period 1539-1551. These provided a much more reliable and comprehensive picture of the convoluted events of these years – and simultaneously showed up parts of Queirós' narrative to be confused, inadequate and downright wrong. In the little-read German introduction to this publication Schurhammer gave his judgement of the *Conquista*: 'An uncritical compilation of otherwise accessible sources, eyewitness reports, later authors, native palm leaf chronicles, and native tales, legends, everything that tells of the time from letters etc, into a whole in which it is impossible to tell truth from fiction.' [5]

In one sense this diversity of opinion is only superficially paradoxical. While Schurhammer was most concerned with the middle decades of the sixteenth century when his beloved subject Francis Xavier roamed the east, the *Conquista* proved to be more useful and reliable for the later periods – the era of Portuguese rule in the seventeenth century – with which Abeyasinghe and others were most concerned. However one can see how both perspectives have shaped the modern historiography of the Portuguese period. The generally high reputation of the *Conquista* throughout the twentieth century

---

[3] In brief, Ladislaus Zaleski, the Apostolic Delegate of the East Indies residing at Kandy, refused to let the renowned Sinhalese scholar P. E. Pieris use his copy of the manuscript. Pieris then obtained a copy of it from Rio de Janeiro and began to make use of it in his work, most famously *The Portuguese Era* (2 vols., Colombo, Colombo Apothecaries Co., 1913-4). However he refused constant demands by the Royal Asiatic Society to publish the *Conquista* or make it available for inspection. Eventually he bowed to pressure and brought out his rather bad edition of the Portuguese text in 1916. His great rival Fr. S. G. Perera was then commissioned by the Government to make a translation of the work.

[4] Tikiri Abeyasinghe *Portuguese Rule in Ceylon 1594-1612*, Colombo, Lake House, 1966, p. 7. However Abeyasinghe (p. vii) also says that Queirós' 'views of history are not ours nor are his interests our interests.'. See also the praise meted out in S. G. Perera's *The 'Conquista' of Queirós, the only history of the Portuguese in Ceylon,* Colombo, Ceylon Historical Association, Jan. 1925, Leaflet no. 1.

[5] G. Schurhammer and E. A. Voretzsch, (eds.), *Ceylon zur Zeit des Konigs Bhuvaneka Bahu und Franz Xavers, 1539 – 1552*, Leipzig, Verlag der Asia Minor, 1928, 2 vols, I, p. 49.

has meant that many of its preoccupations and biases, its characterisations of the main agents and empathetic descriptions of their motivations, have all entered the bloodstream of Sri Lankan historiography. One need only consider the great impact of P. E. Pieris' *The Portuguese Era* (1913-4), a work which follows the *Conquista* so closely that it sometimes read as little more than a free translation of it. Pieris' work is still the only major work to cover the whole period and is still referred to as a principal authority by more popular writings in Sri Lanka.

In recent times, the most contentious questions in Sri Lankan historiography, and the most theoretically exciting, have revolved around identity – ethnic, religious, and cultural. [6] And it is precisely with regard to such intangible and elusive qualities that the value judgements and interpretations of our primary sources are liable to exert an irresistible influence. This is particularly the case for Queirós, on whose vast text our account becomes increasingly dependent as the sixteenth century wears on. Indeed, Queirós' retrospective does more than any other source to provide explicit evidence for nationalist or traditionalist understandings of Sri Lankan history. [7] Yet we shall see that some of his interpretations point the way to profound insights into the underlying principles of Sinhalese behaviour in this epoch. These issues will be considered in the latter section of this long essay, and that is where those who are more concerned with Sri Lankan history *per se* should turn.

However, historians have apparently shared Schurhammer's scepticism concerning large stretches of narrative, particularly in Book Two, which they have simply ignored. Many of these passages, often concerning Catholicism and Buddhism and their interaction, will be submitted to investigation in the course of this project – but with a quite different end in view. If we make our principal object the minds that create our historical texts, then unreliable data about an earlier period can be seen as offering reliable insight into the concerns of later decades and centuries. Above all, it is the worldview of Fernão de Queirós himself that is brought to the surface.

Queirós' reasons for undertaking such a great project towards the end of his life (he died the year after he finished work at the age of 71) are clearly established. When Queirós had first arrived in India in 1635 at the age of eighteen he had an inspirational encounter with a Jesuit lay-brother by the name of Pedro de Basto. [8] Basto was famous for his mystical visions and

---

[6] This is a major concern of Alan STRATHERN, *Kingship and Conversion in Sixteenth-Century Sri Lanka*, Cambridge, Cambridge University Press, forthcoming 2006.

[7] For the sense of 'traditionalism' as used here, see Alan STRATHERN, 'Theoretical Approaches to Sri Lankan History and the Early Portuguese Period', *Modern Asian Studies* 38 (2004).

[8] Much later Queirós referred to, 'the way he welcomed me, the advice that he gave me, the news which he very frankly communicated to me, even though I was still very young and in the first years of the Company.' *Historia da Vida do Veneravel Irmão Pedro de Basto, Coadjutor Temporal da Companhia de Jesus, e da variedade de successos que Deos lhe manifestou, ordenada pelo Padre Fernão de Queyroz da Companhia de Jesus*, (Lisbon, 1689) [hereafter *Vida*], 'Aos que Lerem'.

his extraordinary gifts of clairvoyance and prophecy. Indeed such was the fame he acquired in Portuguese India and in the old kingdom itself that upon his death in 1645 there was a widespread feeling that a testimony of his holy life should be written. After years of procrastination the Jesuit authorities finally commissioned Fernão de Queirós, who was now enjoying high office in the Indian Church hierarchy.[9] While researching the *Historia da Vida do Veneravel Irmão Pedro de Basto* (History of the Life of the Venerable Brother Pedro de Basto) Queirós was deeply impressed by Basto's prophecies about the ruin of the Portuguese State of India and in particular by his conviction that the island of Sri Lanka, one of the brightest jewels of the fading empire, would be conquered by the Dutch.[10] Basto claimed that the Dutch would be acting as God's scourge: the Portuguese had failed in their providential task of inaugurating a truly Christian world empire and they would accordingly pay the price. Some thirteen years after Basto's death the Dutch did indeed manage to wrest the island from Portuguese control. In order to provide a background for these prophecies and to assess their truth Queirós amassed considerable evidence relating to the history of the Portuguese in Sri Lanka. So much in fact, that he decided to make it the foundation for a separate project, the *Conquista*.

One should not underestimate how seriously and how literally Queirós believed in the providential role of the Portuguese empire. A distinctly Portuguese strain of messianism had developed during the union with the Castilian Crown (1580-1640) around the figure of the dead king Sebastião, who was believed to be waiting for the day when he would return to lead the nation to a glorious future. These hopes inter-mingled with prophetic traditions that foretold the coming of the fifth world-monarchy as described in the Book of Daniel, a universal empire that would oversee the conversion of the whole world to Christianity and the Day of Judgement. When Portuguese independence was restored under João IV (1640-56) some acclaimed him as the redeemer-king. Most fervent of all was the Jesuit António Vieira. He had served as a missionary in Brazil and was so overwhelmed by the task that he believed only the direct intervention of God, working through the kingdom of Portugal, could effect world-wide conversion. Thereafter many influential Portuguese Jesuits looked to the Old Testament for prophecies of Portugal's destiny, among them, Fr. João de Vasconcelos, the chronicler of the Jesuits

---

[9] See the crucial study, G. SCHURHAMMER, 'Unpublished Manuscripts of Fr. Fernão de Queiroz s.j.', *Bulletin of the School of Oriental Studies*, 5 (1929), p. 213. The documents relating to Basto's life were placed in Queirós' hands in 1663. An anonymous text surviving as an incomplete MS in British Museum, Egerton 1646 (folios 26-246), was published in *Documenta Ultramarina Portuguesa*, I, no. 749, (1960), with the title *Conquista da India per Humas e Outras Armas Reaes e Evangelicas*. Georg SCHURHAMMER, *Francis Xavier: His Life, His Times*, trans. M. J. Costelloe, 4 vols. (Rome, 1973-82), ii, pp. 623-4, identifies this as Queirós' lost work, *Conquista Temporal e Espiritual do Oriente*. However, I can see no reason for this, and it seems merely to be an annalistic account of Portuguese imperial history.

[10] Q, pp. 1003-1004.

in Brazil.[11] As for Queirós, in the dedication to the King of Portugal in his *Vida* he suggests that the very fact that the lay-brother had been blessed with such visions was proof of God's providential scheme.[12]

These mystical concerns had thoroughly practical implications. The catastrophic loss of Sri Lanka, which might seem irrevocable to the modern reader, was for Queirós merely a divine test. If the Portuguese conducted themselves in a godly manner, the island was theirs for the taking. The *Conquista* is a protracted argument to convince the Viceroy and Captain-General of India, to whom it is dedicated, of this fact, to convince him that coming to the aid of the Catholics left stranded there and placing them under his jurisdiction once more was both advantageous and pre-ordained. Sri Lanka was one of the very few places in Asia which the Portuguese had mounted a full-scale conquest and then occupied and ruled. Elsewhere they had tended to establish fortified trading centres, content to 'rule the seas'. This latter form of imperialism Queirós thought of as lowly piracy; the loss of Sri Lanka was so painful and its recovery so urgent because it represented a higher form of imperialism – higher because spiritual conquest depended on actual temporal conquest. Sri Lanka would be the heart of a new spiritualised and renascent Portuguese empire. It is not difficult to see why Queirós, peering through the twilight of the *Estado da Índia* and watching bits of it fall away into heretical hands, dreamed of a glorious new dawn of empire. This was why the proclamations of Pedro de Basto gathered such pathos decades after his death.

It would be wrong, however, to see the mystical and prophetic themes of the *Conqusita* as simply the result of Goan hindsight or the generic sensibility of the Portuguese diaspora: they also reflect the mentality of the Catholic community of the island itself. That is to say, the *Conquista* can profitably be read as a great reservoir of casado sentiments and memories, as well as a repository for the traditions that had coalesced within the missionary orders.[13] That community had certainly suffered periods of trauma; it was particularly beleaguered in the second half of the sixteenth century when, after weathering the campaigns of Vidiye Bandara and Mayadunne, it found itself pinned back to the environs of Colombo by Rajasinha I of Sitavaka. Sinhalese resistance acquired a strong anti-Christian bite, and there were mass apostasies in the re-conquered areas. Then, following the ousting of the Portuguese in 1658, the Catholic community faced persecution

---

[11] C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, London, Carcanet, 1991, p. 373.

[12] *Vida*, Dedication, p. iii : 'so manifest is the patronage of God for the Kingdom of Portugal, as one can see in the multiple revelations of the Venerable Pedro de Basto.. . and in the favour which the most felicitous King Dom João IV, the father of Your Highness, always found from Heaven in his frequent visions.'

[13] Beyond the chroniclers of Asia in general, Q, pp. xvii, 448, 451, 564, refers explicitly to texts by Afonso Dias da Lomba, Antonio Barbosa Pinheyro, Bento da Silva, Francisco do Oriente and Francisco Negrão. But he clearly used many other texts too, as well as oral testimony (Q, p. 545), and masses of martyrological material from missionary texts (pp. 374 ff.)

from the Dutch, who directed more forceful efforts against unreformed Christianity than they did against native religions. The Catholics regularly pleaded with Goa for help and their plight was an important factor behind Queirós' insistence on the necessity for a Portuguese re-conquest.[14] Their stories of the past reflect this need to make sense of isolation and persecution: their suffering was part of a higher narrative in which Sri Lanka's divine destiny was assured. Via miracles and holy signs, God had indicated to them that the lowliness or sufferings of their present state are but a prelude to a glorious future. That may be distinctively Christian, but the notion of 'divine' destiny, arguably, is not. For in Sri Lanka it had long been held that the island had a unique role in the destiny of the Theravada tradition: the Buddha himself had visited the island to consecrate it as the place where the *dhamma* (teaching or law) would be preserved in its true form. This then presented a further motivation to develop a Christian Providentialism, to compete with or colonise this long-standing Buddhist myth.

But first we shall consider further questions concerning the intellectual and cultural milieu in which Queirós wrote. The Portuguese had been established in India for well over one 150 years. Generations of indigenous Indians had grown up Christian within the jurisdiction of the *Estado*. Yet beyond this Catholic enclave was a vast sub-continent of alternative traditions of religious practice and thought, the ancient and multifarious heritage that came to be called Hinduism. What effect did this long co-habitation have on European attitudes to non-Christian religion? There have been many academic studies of the 'accommodationist' movement within the Society of Jesus that attempted to penetrate the philosophies of India, China and Japan. But what impact did this have on the attitudes of mainstream Portuguese Churchmen? And what kind of knowledge was amassed of the religion of places such as Sri Lanka where such enlightened methods were rarely employed?

Although Fernão de Queirós had never been to Sri Lanka he had a bookish erudition regarding Sri Lankan culture and the version of Theravada Buddhism practised there that was probably unrivalled in his time. Yet Queirós' thought has not received the attention it deserves. The only work to comment on the background, biases and preoccupations of the author of the *Conquista* in a systematic manner is an essay by Abeyasinghe that he wrote many years after his eulogistic appraisal quoted above. This later essay is rather more nuanced and sceptical, as its title indicates: 'History as Polemics and Propaganda: An Examination of Fernão de Queirós' '*History*

[14] The year in which the *Conquista* was completed Queirós' pleas for succour for the Sri Lankan Christians were answered in a deeply ironic manner. For the revivification of Sri Lankan Catholicism was not begun by Portuguese missionaries working under the auspices of the *Estado*, but by indigenous Indian missionaries given protection by the King of Kandy: the Oratorian mission led by Joseph Vaz.

of Ceylon'.[15] In the course of our enquiry we shall have cause to expand on Abeyasinghe's observations and also complicate and qualify them. First of all, let us enter the *Conquista*, via one puzzling episode:

The disputation of 1543

One of the most intriguing passages in the *Conquista* is the account of the disputation that took place between Fr. João de Vila de Conde and a Buddhist representative in the Kotte court a few weeks after the arrival of the first Catholic mission to Sri Lanka.[16] There exists another – and entirely different – account of this crucial encounter in Gonzaga's history of the Franciscan order, and there are in fact good reasons for assuming that Gonzaga's report bears some resemblance to what actually happened.[17] Queirós' account, by contrast, consisting of two long and rather academic speeches, seems comprehensively fictitious. Perversely, this is rather fortuitous. Why did Queirós ignore his source at this point and insert such lengthy speeches? What determined their content? What we have here is a Portuguese clergyman thinking himself into shoes of a Sinhalese *bhikkhu* (Buddhist monk), an empathetic task that forces an explicit disclosure of his understanding of Sinhalese religion. It will also become apparent that this is a pivotal moment with regard to the structuring obsessions of the *Conquista*. Solving the problems of its construction will serve as an introduction to these central themes and draw us closer to the mind of the author.

The only historian to have commented directly on their authenticity is Schurhammer. In his German essay of 1928 he has a terse footnote which simply says, 'freely invented' ('frei erfunden'), and refers us to the more sober report by Gonzaga.[18] This is not surprising given that one can point to many other examples of invented speeches cropping up in Queirós' narrative. Many of them are similarly peculiar, caught between three different aims: to achieve empathy with the actual situation of the character in question; to drive home arguments relating to his polemical aims; to flourish his literary style and classical erudition.

But speeches can be more or less invented. Was Queirós working from a particular source? Let us look a little more closely at the words of the

---

[15] Tikiri ABEYASINGHE, 'History as Polemics and Propaganda: An Examination of Fernão de Queiros' "*History of Ceylon*"', *Journal of the Royal Asiatic Society Sri Lanka Branch,* n.s., XXV, 1980/1.

[16] Q, pp. 238-242.

[17] Francesco GONZAGA, *De Origine Seraphicae Religionis Franciscanae eiusque progressibus*, Vol I, 1587, but the relevant Volume, II is entitled, *De Principii*, Venice, 1603, p. 1406. See A. STRATHERN, 'Representing Eastern…', cit.

[18] G. SCHURHAMMER and E. A. VORETZSCH, *Ceylon*… cit, p. 43, footnote 2. Although ABEYASINGHE, 'History as Polemics…' cit., p. 55, includes them in a list of speeches which he considers dubious.

Buddhist representative. He starts off, impossibly enough, by referring to the Spartans, Athenians, Egyptians, Abyssinians and the Chinese, who all barred entry to foreigners because of the social evils that resulted from their new cults. He points to the corrupting influence of other sects on Sinhalese Buddhism. There follows the middle section, a highly detailed description of cosmological belief. The description of Buddhist soteriology is confined to one unsatisfactory sentence right at the end. The Buddha came to Ceylon, 'declaring that the salvation of man consisted in chastity and fasting, the essential points of our religion, which are observed with great strictness, as also the transmigration of souls.' [19]

The content of the long middle passage is somewhat unexpected. For analytical purposes we can divide it into two sections, (a) and (b):

(a) Our Books show that there is a cause, superior, and ruler of the rest. On this depend the Angels and souls, and he is the mover of the others, a spirit incorporate, infinite and omnipotent; and for this reason he is generally called *Xarves Zibaru*. His attendants, though Holy, are neither eternal nor equal to him in power, the first being most pure, the second less so, and the last the jailors of hell. There is none to equal the first; with the second group live men; and with the perverse those who have erred. As this misery is not the greatest, there are others for rebellious sinners, such as the bodies of impure animals. As a consequence we know that there is glory for the good and suffering for the wicked; and that therefore we are born with a destiny either for Heaven, which we call *Xervago*, or for Hell, called by us *Naranca*, in the company of Diagal and Saytan, the names of the principal Demons. Nor are we unaware that there is another place where light faults are expiated during a limited time. We acknowledge that man proceeds either from Divine elements or from that same matter of which the world is composed. We have moreover ten precepts, of which we observe four with great rigour, namely not to kill, steal, drink wine, or take another's wife: and if owing to our frailty we violate them, we make satisfaction to God by pilgrimages, alms, fastings and sacrifices, whereby we placate the

(b) wrath of the Supreme Regents, which being superior before whom the others bow down, are five, and though in our Book *Tivarum* they are given various names, I will give the usual ones, so that this statement may not be confusing. The first called Xadaxivao dwells in the first heaven; the second Ludra by name in the region of fire: the third known as Maessura in the air: the fourth called Bisnu in the water: the fifth and last on earth under the name of Brahema: with this distinction that Bisnu and Rudra are the chief ones by whom the world is preserved, the first creating and the second augmenting what Brahema consumes. And their effects, though in appearance different from one another, we hold to be uniform, and therefore we give them one single name, viz: Maha Murte, which means the Supreme Three, born of the first cause, to whom are subordinated the seven heavens, each distant from each other by 600 leagues. In the first are the fixed stars and the planets; in the second the Gods; in the third the penitents; in the

[19] Q, p. 240.

> fourth the Angels; in the fifth the chaste; in the sixth the Regents; in the seventh the Virgins. [20]

PART B is rich in content, replete with proper nouns and numbers. Yet none of it should belong in a speech by a Buddhist monk because the doctrines it records seem to be Hindu. Our venerable *bhikkhu* begins by complaining about how corrupting foreign influences are obscuring the true Buddhist wisdom – and then proceeds to expound Brahmanic teachings….

This made apparent by the reference to the *Tivarum* (or *Tevaram*), which is part of the Tamil Saiva canon, the *Tirumurai*. [21] And these are Saivite teachings – garbled, certainly, but idiosyncratic enough to make the identification clear. His account of the Gods pervading the five elements is not too wide of the mark; in fact the *Tirumurai* gives it as:

	Element	Function
Sadasiva	ether	salvation
Isvara (or Mahesvara)	air	holding in bondage
Rudra	fire	withdrawal ('destruction')
Visnu	water	preservation
Brahma	earth	emission ('creation')

As comparison with the above table shows, Queirós' account of the functions of the Gods is more simplified and he has entirely mixed up just which deity is supposed to do what. The name *Maha Murte* [*Mahamurti*] would in fact mean something like Supreme Form, but it might be a corruption of *Mahamurtitrayam,* or 'the triad of the supreme forms', who were indeed Brahma, Visnu and Rudra. [22]

We know then that for PART B Queirós was working closely from a text derived from the teachings of a particular canon. But turning to PART A we

---

[20] Q, p. 239. Perera's translation is open to question in a number of places in this passage. For the Portuguese see PIERIS (ed.), *Conquista temporal*… cit., pp. 188-9. Perera translates, 'Seus assistentes, sendo Santos, nem são eternos…' as, 'His attendants, *though Holy*, are neither eternal….' It could equally be, 'His attendants, *being Saints*, are neither eternal…'! The text appears to be faulty where we have 'Com o q*ue* apalacamos a ira dos Supremos Regentes; q*ue* como Superior, a q*ue*m os m*ai*s se humilhão, são sinco'. (One would expect 'Superiores', so that it agrees with 'sinco'). Perera gives it as, '…whereby we placate the wrath of the Supreme Regents, who, including the Superiors before whom others bow down'. Regarding the functions of the gods, Perera renders, 'o q*ue* consome Brahema', as, 'what Brahma consummates', whereas it should be, 'what Brahma consumes'. (My thanks to Professor Tom Earle for help with these translations).

[21] I owe the identification of this passage with the *Tirumurai*, the Tamil Saiva canon, to Professor A. Sanderson, whose personal correspondence is also the source for the information on Saivism reproduced here. The *Tevarum* itself does not contain the doctrine presented here, being instead a collection of devotional hymns.

[22] Again this is the suggestion of Sanderson (p.c. 1/3/99). He points out that the *aya-* of *traya-* is frequently pronounced as if it was *-e*.

find it at once much more familiar and more vague. In this part there is only one feature that clearly evokes Buddhism: the 'ten precepts' could well refer to the ten basic rules for ordained monks, and while there are five major precepts rather than four, Queirós misses out only one of them: the injunction against lying.[23] As for the other doctrines, it is not a straightforward matter to assign them to either 'Hinduism' or 'Buddhism,' for sixteenth-century Sinhalese Buddhism had certainly incorporated a cosmology of heavens and hells. However the reference to '…a cause, superior and ruler of the rest. On this depend the angels and the souls…' *is* alien to Buddhism of any stripe.[24]

But one can make PART A correspond to some general aspects of Hinduism only in a very loose sense. To lay out the bare bones of it: we are told of the 'first cause' who created the universe; and of a chain of being which leads from an omnipotent God down to mankind; we learn how human beings are judged at their death and then punished in the heavens and hells of the afterlife; and we learn of the ten moral precepts and the recompenses that must be made if they are not observed. Hinduism has been stretched into a recognisably Christian form. Indeed many of the most fundamental principles of Hinduism, the soteriological core of reincarnation and liberation, have been ignored. The workings of karma are hinted at in the reference to sinners going into 'the bodies of impure animals', but they are conceived of in terms of Christian-style divine judgement and hellish punishment. And we are solemnly informed that one of the principal demons of Hell is called *Saytan*.

But why would Queirós insert so much Hinduism into this speech? Was it simply rank ignorance and uninterest? One might be inclined to agree, following the lead of Abeyasinghe's blunt verdict that Queirós had, 'little understanding of Oriental learning, eastern religion, or Asian culture…'[25] But this would be mistaken; indeed several times in Book One Queirós warns *us* against failing to distinguish between Buddhism and Hinduism. It becomes a point of academic pride: 'It is absolutely necessary not to confuse this Sect [of the Ganezes] with that of the Veddãos or of the Brahmenes, a mistake into which some have fallen, because both are received in Ceylon and in all India beyond the Ganges, in Tartary and in Japan.'[26] Queirós also thought

---

[23] Although Sanderson suggests (p.c. 1/3/99) this could equally be a reference to a version of the ten Brahmanical rules of morality, albeit a list influenced by one of the Brahmanical 'major sins' (*Mahapatakas*), that of drinking liquor.

[24] '…hũa causa superior, e regente das mays. Desta dependem os Anjos, e as almas…' (Pieris (ed.), *Conquista temporal*… cit., p. 188). Sanderson proposes (p.c. 6/3/99) that the 'angels' mentioned might be a reference to the Rudras, who are often mentioned as a class between God and the (bound) souls in Saivite literature.

[25] Abeyasinghe, 'History as Polemics…' cit., p. 53. It is also true that he knew very little about Asian languages, but it is hardly surprising that he knew no Sinhala, given that he had never been to the Island. Nevertheless this does make his pompous proclamations (Q, p. 116) about the inelegance of Asian tongues rather hard to swallow.

[26] Q, p. 118; see also p. 120.

of himself as an expert on the complexities of heathen idolatry. He believed, like many other Jesuits of the time,that understanding the language and beliefs of a people was crucial in order to effect their conversion. [27] In the *Conquista* he refers us to other projects of his on the subject of Eastern religion, a theological and philosophical treatise in Latin, and his *Perfeito Missionario* – both of them intended to enable missionaries to refute their ideological foes. [28]

He knows that the Sinhalese are the only Buddhists in South Asia and he could provide a comprehensive list of Buddhist countries further east. [29] He is aware, moreover, that Buddhism changed as it spread. He gives a very long account of Chinese Buddhism, taken from his colleague in China, Fr. Thomas Pereyra, in order to contrast it with its Sinhalese counterpart. [30] Queirós is quite well informed about the institutional structures of Buddhism and the education and career of the Buddhist monk and so on. He also realises that Sinhalese religion is a mixture of Buddhist philosophy and Hindu influences – even if he has a very simple grasp of the relationship between the two: 'Though this sect is the most renowned in Ceylon, especially among the noble folk, they admitted also that of the Veddos, especially their seven lesser Gods.' [31] He knows that the priests of temples to gods such as Kataragma and Visnu are entirely different to *bhikkhu*s. Only occasionally does he seem to betray some confusion, or, at least, to treat Buddhism and Hinduism as part of the same general Indian religiosity. [32]

However where Abeyasinghe's criticism does have bite is in regard to the *understanding* of Buddhism, for Queirós spends very little time describing what Buddhists believe as opposed to what they do. Indeed, regarding Buddhist doctrine, he is never able to give much more information than the belief in the transmigration of the soul, and the ten precepts, notably those strictures against meat and alcohol. However, Queirós was not happy with this; he complains, at one point: 'and if those who had read the documents of Ceylon had been more curious and had not been weary of giving us more detailed information, we could have shown more clearly from what they relate of his life [the Buddha's] the additions made by Chinese

---

[27] See SCHURHAMMER, 'Unpublished Manuscripts…' cit., p. 223, footnote 1. Schurhammer lists all the known writings of Queirós, including a polemic on the mission-field of Abyssinia (Queirós was elected Patriarch of Ethiopia in 1671).

[28] Q, pp. 79, 80, 141, and throughout Book One. In Queirós' Necrologue, written shortly after his death in 1688, the author refers to the '*Perfeito Missionario* em que confutava os erros de todas as seitas, obra de muito trabalho, muita erudição e muito proveitoza'. (SCHURHAMMER, 'Unpublished Manuscripts…' cit., p. 227).

[29] Q, pp. 87, 140.

[30] Q, pp. 122-140. This section does not appear in the Ajuda MS *Historia de Ceylão*. Why?

[31] Q, p. 120.

[32] Q, pp.115, 139, where he seems to place Brahmin Yogis and Sinhalese *Bhikkhu*s in the same tradition. Queirós often refers to Buddhist monks as Yogis. See, for example, Q, p. 256.

malice.'[33] Now, in the first instance this relates to the *life* of the Buddha. In fact he does give us the life of the Buddha, as 'recorded in the Chingala scriptures' and it is not such a bad summary, and he clearly also had some access to the popular *jataka* stories.[34] Just as Christ's message is witnessed in the story of his life and death, so Queirós assumed that the heart of Buddhist doctrine lay in the life-story of the Buddha.

Queirós was hungry for material on Sinhalese Buddhism yet for all the considerable resources at hand, there was little for his appetite to work on. A typical Portuguese description of Sinhalese religion can be seen in the account of the expedition to Uva in the 1630s, written by an anonymous author who was otherwise highly educated and of long service in Sri Lanka: it is, 'so barbarous that only exceedingly brutish men, as the Chingalas, could take the heavens, the sun and the stars and this world, as the heaven of their happiness.'[35] Sinhalese religion is thereby confused with the (admittedly strong, and still strong) traditions of astrological folk-belief. As we shall touch on later on, this scornful tone, this refusal to engage in intellectual empathy, was partly a product of the continual wars and rebellions of the later period and the profound politicization of cultural difference that they elicited. We must stretch Abeyasinghe's criticism to include the whole tradition of Portuguese reflections on Sri Lanka to which Queirós was heir.

However this lack of material could potentially weaken his presentation of the pivotal moment of the disputation, for which his readers would be expecting an account of the opposing creed that relayed a recognisable theology. Our explanation for his methods in filling the gap must start from the avowed purpose of the *Conquista*, that is, to establish an argument for a truly spiritual conquest of Ceylon by showing that it is both necessary and practicable for the Portuguese to wrest the island back from the Dutch and win Sinhalese souls for Catholicism. It is firstly an exhortation to righteous action and only secondarily an academic enquiry. In a narrative concerned to glorify missionary endeavour, an occasion such as the 1543 disputation would offer a dramatic opportunity for a showdown between the true faith and the enemy, between God and the Devil. The exact character of that enemy, whatever academic interest it may have in ethnological discourse, would matter less here than its oppositional role; the powerfully generic concept of paganism becomes useful once more.

The central role of the theme of religious disputation and conflict in the *Conquista* will become apparent later on. Here we need only refer again to the two theological works that Queirós wrote intending to arm missionaries

---

[33] Q, p. 141. Queirós has given us this Chinese 'life of the Buddha' in his narrative partly for comparative reasons and partly because he could not access a Sinhalese one – contrary to Saparamadu's inference in the introduction to PIERIS, *Ceylon*... cit., p. viii, that Queirós had confused Chinese and Sinhalese Buddhism.

[34] *Jatakas* are Sinhalese folk-tales about the life of the Buddha: Q, pp. 115-120, 266.

[35] S. G. PERERA (ed.), *The Expedition to Uva made in 1618*, Colombo, 1930, p. 35.

with winning arguments in set-debates. He refers to one such in a letter from 1671: 'a polemical work on which I have worked and with a most stringent method I refute the ancient and modern errors [of heathenism].'[36] His ultimate target was almost certainly Hinduism. Interestingly, these projects spill over considerably into the *Conquista*. Book One is ostensibly an overview of the customs and beliefs of Sri Lanka, but Queirós regularly slips into discussing India and spends much more time discussing the 'Heathendom of this Hindustan' than he does discussing Buddhism. For the 1543 disputation then Queirós' mind seems to have been drawn back to the rhetorical material he employed in his other works. His target thereby became 'eastern religion' rather than any one manifestation of it.

To return to the narrative of the disputation, we are told that Fr. João waited patiently for his opponent to finish and then stood up to make his reply. His speech is a learned account of the theory that all pagans had received a dim appreciation of revelation, but had perverted or ignored it. João refers to,

> …the faint lights which you shed amidst darkness on divine things, of which your ancestors obtained some knowledge, either from the Hebrews who formerly lived here, of from those who followed them. This opinion is confirmed by what St. Paul said: "that the gentiles knowing God did not give him thanks, but fell into abominations and sins." There is sufficient proof for us to say that throughout the Orient there was some knowledge of the Most Holy Trinity, as may be seen from the Symbols and figures of various pagodes, though disguised under strange names and expounded with many errors in the vedos of this heathendom.

Notice that João is now talking about, 'the vedos [*vedas*] of this heathendom.' Queirós seems to be assuming that his protagonist is now facing Indian Hindus, perhaps even Hindus with some connection to the traditions of the St. Thomas Christians, for João says, quite mysteriously, 'Read one of the books you have, which you have maliciously hidden, composed by Valver, a native of Melipur and a contemporary of St. Thomas. There you will find the unity of the Trinity, the Incarnation of the Son….'[37] It does appear as if Queirós has lost sight of the specific context of the event he is supposed to be dealing with.

Fr. João's (or rather his fictional alter ego's) argument here is intriguing, for it assumes that there are nuggets of truth amidst all the dross of pagan superstition. He says, 'For this reason our Doctors permit the reading of Pagan books in order to expurgate them from error, and because of the inconsistencies between falsehood and truth, it is easier to confirm the latter,

---

[36] Fernão de Queirós to Fr. General J.P. Oliva s.j., Goa, Jan 1671, in C. Beccarri (ed.) *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales Inediti A Saeculo XVI ad XIX,* Vol XIII, Rome, 1913, Doc. 144, p. 446.

[37] Q, p. 241. There is no sign that João is discussing Buddhism.

as I undertake to do with your books.'[38] This is no doubt a fair description of what Queirós tried to accomplish in his works of eastern theology. In Book One of the *Conquista* Queirós also devotes much attention to the problem of how heathen religions came to contain doctrines which resemble those of the Judaeo-Christian tradition. This preoccupation is the key to Queirós's whole presentation of the debate.

Contextualising Queirós' beliefs

We will come back to the disputation, but having introduced the chief ideas we should reflect a little on their background. To provide a proper intellectual history for the ideas and passions which give life to Queirós' writings would require a substantial and systematic investigation into his education, his reading and his network of colleagues along biographical and inter-textual lines. However, in lieu of such an ambitious undertaking, we can throw light on the peculiar motifs of the *Conquista* by connecting them to more general intellectual trends in European thought during the expansion into the East. Queirós was not an innovatory thinker. Indeed, by seventeenth century terms, he was rather orthodox.

Christianity is well-known for its exclusivist claim to truth. Yet in the early modern period there were intellectual tendencies that complicated this principle. The equation of Christianity with civility was crucial here as Europeans came to discover that the features of civilisation did not confine themselves neatly to Christian lands and epochs. How did one assess the authority of the classical thinkers who had been the benchmark of wisdom for so long, yet who were also, confusingly, pagans? One response was to see them as *praeparatio evangelica*, a preparation for Christ. Just as Europeans were becoming more aware of their own pagan heritage, there were also missionaries encountering the ancient civilisations of the East. And this was one aspect of a larger problem, which grew more acute as the European awareness of faraway peoples expanded: how could God have denied the chance of salvation to so many? There were thus strong motives for granting some connection to salvific knowledge even in non-Christian societies, which in turn promoted drawing connections between Christianity and the other religions. This could be done in two ways. Firstly the notion of an historical diffusion of ideas maintained a powerful grip over any attempts to explain cultural analogies.[39] Secondly one could reflect on the role of innate human

---

[38] Q, p. 241.

[39] For example, it seems generally agreed upon that the eastern doctrine of reincarnation was an offspring of Pythogoras' teachings on the transmigration of the soul. For a good introduction to the intellectual context of diffusionist ideas see S. MACCORMACK, 'Limits of Understanding: Perceptions of Greco-Roman and Amerindian Paganism in Early Modern Europe' in K. O. KUPPERMAN (ed.), *America in European Consciousness 1493- 1750*, London, Chapel Hill, 1995.

qualities. Queirós employed both these explanations, which of, course, often inter-twined.

The first explanation could appeal to a pre-revelation knowledge of God. The literal interpretation of Genesis demanded that mankind had sprung from one source, Adam, who had come face to face with his creator. His offspring might therefore preserve a dim memory of that first contact.[40] It was simple enough to imagine that the history of religious diversification was essentially a history of amnesiac corruption. This idea could take a radical form. Guillame Postel's (1510-81) enthusiasm for evidence of true religion in those regions of the globe untouched by the gospel meant that he could explicitly equate Buddha with Christ.[41] It also enabled Bartholomé de Las Casas to argue that Amerindian religion held enough remnants of truth to act as a *praeparatio evangelica*. By the seventeenth century it was commonly held that Amerindian religions represented the corruption of an original monotheism

In India, an instinctive tendency to make analogies between Christian and heathen forms, without necessarily thinking through either the theological or historical implications, is apparent from the very beginning in the works of Duarte Barbosa, Tomé Pires and Fernão Nunes.[42] These analogies achieved a theoretical weight when they came to be conceived of within the antiquarian culture of the early seventeenth century, which sought to account for historical and philological parallels between Ancient Greek, Egyptian and Biblical material.[43] The crucial step was taken by Lorenzo Pignoria whose 1615 supplement to a much earlier guide to classical deities speculated on the homologies between Greek and Roman Gods and counterparts discovered in the New World and Asia.[44] But, at the same time, the Italian traveller, Pietro della Valle was coming to similar conclusions in his proto-ethnological wanderings in India. Indeed he wondered whether the 'monstrous figures' of Indian mythology were a superficial cover for secrets of natural or moral philosophy.[45]

By the mid-seventeenth century accounts of Hinduism were being subjected to the Neoplatonic interpretations of the Jesuit Athanasius Kircher at the *Collegio Romano*, who developed increasingly elaborate and mystical genealogical trees connecting all forms of religion past and present. However

---

[40] *Ibid*, p. 96

[41] See D. F. Lach, *Asia in the Making of Europe,* Book 2, vol II, Chicago, University of Chicago Press, 1965, pp. 267f. For some reason these theories found particular sympathy in France. Thevet's *La Cosmographie Universelle,* of 1575, links ritual bathing in the Ganges with Baptism, just as Queirós would do one hundred years later (*ibid*. p. 14).

[42] Joan-Pau Rubiés, *Travel and Ethnology in the Renaissance: South India through European Eyes* Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 221, 248, 291.

[43] See *ibid*. pp. 371-372.

[44] Maccormack, 'Limits of Understanding…' cit.

[45] E. Grey (ed.), *The Travels of Pietro della Valle in India*, London, Hakluyt Soc, 1892, 2 vols., I, pp. 73-74

Kircher's hermetic constructions did not involve any serious grappling with eastern philosophies on their own terms. In this sense his concerns were quite different to those of Roberto de Nobili, whose pioneering work amongst the Tamil Brahmins a few decades before he rather ignored. Nobili was the most famous proponent of 'accommodationism', a form of rapprochement with non-Christian civilisation by which the local forms of life were adopted by the missionary pursuing a serious project of intellectual translation. It began with Alessandro Valignano the Jesuit Visitor to the east, working amongst the Japanese, whose example and eloquent polemics inspired Nobili and Matteo Ricci to found similarly culturally-sensitive missions in India and China.

Nobili became the first to major figure to take seriously the notion that Hinduism contained shards of holy revelation. [46] As the seventeenth century wore on other missionaries attempted to reach the philosophical or revelatory foundations that lay behind the colourful and alarming exterior of Hinduism. It was particularly Dutch Protestants such as Abraham Roger who used learned pagan informers to probe deeper into the Brahmanical scriptures. Roger, or at least his editor in 1652, was impressed enough by what he saw to argue that the light of truth had penetrated this far and something of it must have remained.

The simplest way to explain the seemingly incontrovertible traces of revealed truth was to imagine some sort of historical contact with Hebrew scripture. Queirós seems particularly keen to make higher reason dependent on revelation – 'If some Greek Pagans reason rightly, it is because of the knowledge they had of sacred scripture' – a thoroughly orthodox move, made by St. Augustine himself to explain Plato's 'monotheism.' [47] An illustration of this is also forced into Fr. João's speech in the disputation, although characteristically the emphasis is on how the ancient pagans had corrupted the revelation of holy scripture. [48] The argument is then extended to the east. In the ethnographic sweep of Book One, Queirós had devoted two Chapters, (20 and 21) to detailing the correspondences between Oriental beliefs and customs, particularly from the Vedic traditions, and their Hebrew counterparts. So we learn of the Hindu belief in a first cause, 'unborn and incorruptible, without beginning and without end…But when they come to the application of this doctrine they say a hundred-thousand absurdities….' [49] The heathens also have knowledge of the Holy Trinity, with three persons and only one God, but, alas, they do not 'understand this lofty mystery, but rather

---

[46] Ines G. Županov, *Disputed Mission: Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in Seventeenth-Century India*, New Delhi, OUP India, 1999, p. 3

[47] Q, p. 166. But Asian science is scuppered by the absence of the light of Faith.

[48] Q, p. 241. He even has Fr. João embark on a little sub-Kircherian digression, linking Egyptian, Roman and Indian motifs.

[49] Q, p.150.

profane it with a thousand abominations.'[50] Platonic abstractions have become mired in Asiatic dirt. A few pages of comparisons later, we learn how knowledge of the cleansing sacrament of Baptism had degraded over time into the Indian belief in the spiritual purity of rivers. Queirós concludes that 'the foregoing comparison and observations clearly prove that the pagans of this Asia, and especially the Bramanes who are their Teachers and the Authors of all the fables they believe, *had received much intelligence concerning the teachings of the written Law which they had perverted…*' [emphasis added][51] Once again this lengthy digression was also imported from – or at least destined for – his works of refutation.[52]

Another option was to imagine that Christianity itself had been preached to all peoples at some stage in history. As a French biographer of Xavier averred around the time that Queirós was delving into the history of Sri Lanka, 'it may be inferred that in former times the Indians heard of Christianity and that their religion is an imperfect imitation or corruption of ours.'[53] The fact that the Portuguese did actually find a living community of St. Thomas Christian in India gave considerable force to this idea. As we have seen Queirós makes Fr. João rather indignant at Asia's blitheness with regard to this apostolic fore-runner. At any rate, in his lengthy digression Queirós is just as happy to draw analogies between Christianity and Hinduism. To take just one example, the practice of *puja* and other kinds of offerings could be nothing but a distorted imitation of spiritual indulgences granted by the Popes of the 'True Church.'[54] In this way the strangeness of other cultures was ultimately effaced. Behind every Hindu error one can find a Judaeo-Christian truth.

From Queirós' prose, it would seem that these were assumptions that his audience would find uncontroversial. Rather, controversy centred on the details: just how far one could press the analogies and in what circumstances. So Queirós says that while 'Hindustan' in general has Hebraic origins, it is not true that the Buddha was a Hebrew or that he preached the Ten Commandments'.[55] Here he was contradicting his principal (albeit unacknowledged) source for Sinhalese religion source, a text written by the captain Constantino de Sá de Miranda in the 1630s.[56] The effect is to make

---

[50] Q, p.151.

[51] Q, p. 158.

[52] Q, p.158: 'Many other resemblances we could point out, but these are enough to confirm our statement, and there shall not be wanting a place in another work to continue the subject at greater length.' It is possible that this habitual replication of his academic material is connected to the traumatic fire in New St. Paul's College in Goa that destroyed all his manuscripts (perhaps twenty years work) in 1664, with Queirós trying to incorporate stretches of his lost works in his current endeavours.

[53] In 1682: M. Collis, *The Land of the Great Image*, (London, Faber and Faber, 1943), p. 41.

[54] Q, p. 156.

[55] Q, p. 142.

[56] MS 13, Biblioteca Universitária, Universidad de Zaragoza, published in Jorge Manuel Flores (ed.), *Os Olhos do Rei: Desenhos e Descrições Portuguesas da Ilha de Ceilão (1624, 1638)*

Buddhism a more isolated and detached evolution of error. Yet Queirós still wants to insist that Buddha's ten precepts bear a resemblance to the ten commandments because both are 'natural precepts given by God as author of reason'. Hence we arrive at the second kind of explanation for cross-cultural analogies. [57]

For Queirós' thinking was underpinned by a Thomist belief in the universality of the monotheistic and ethical urge. This derived from man's faculties of reason to apprehend the book of nature as scripted by God, and also from deep instinct. He is quite explicit about this: 'one must know that in all this East there is no people who deny that there is a God; but admitting that there is one, no one knows what he is, which confirms [the opinion] that the knowledge of the existence of God is an innate Notion and a truth which God impressed on our souls when we were first created….' [58] This is surely the main reason why the Hindu material in the ostensibly Buddhist speech in 1543 seems so essentially Christian.

This venerable idea reaches back to Paul's *Epistle to the Romans*, 2.12-16: recognition of God is inscribed on the hearts of all men. Moreover it found a natural habitat in the Jesuitical education system, which incorporated the humanist tradition of finding worth in non-Christian traditions with an Ignatian emphasis on the compatibility of grace and nature. [59] Indeed, given the famously comprehensive schooling provided by the Jesuits, Abeyasinghe's assertion that Queirós was the product of an utterly reactionary and scholastic education seems rather peculiar. [60] Between 1635 and 1641. Queirós took a degree in Humanities and Philosophy at St. Paul's college Goa, a subject that he subsequently taught. [61] Many of the writers of the 'humanist' canon would have been covered by such a course and his surviving writings show him to be certainly well-read, with a facility for classical reference. [62]

However, this means that Queirós would have been acquainted with Classical authors who entertained sceptical ideas about the existence of the

---

(Lisbon, CNCDP, 2001). This text provided the basis for the *Descripcão historica, geographica, e topographica da Ilha de Ceilão* (Biblioteca da Ajuda, Call-mark 51-VIII-40, Number 27). The relevant passage is in folio 273. The *Descripcão* was in turn the basis for Book One of the *Conquista*. However, the latter part of the *Descripção* seems to argue for the urgency of the Portuguese conquest of the Island, which would belong to Book Six.

[57] Q, p. 142. For the following see pp. 120, 141f.

[58] Q, p. 80.

[59] See John W. O'Malley, *Religious Culture in the Sixteenth Century: Preaching, Rhetoric, Spirituality, and Reform*, London, Ashgate, 1993, in particular, Chapter X, 'Renaissance Humanism and the Religious Culture of the First Jesuits'.

[60] Abeyasinghe, 'History as Polemics…' cit., p. 49.

[61] Schurhammer, 'Unpublished Manuscripts…' cit., p. 211.

[62] Besides the *Conquista* and the Vida, there also survives, his *Informação succinta sobre a reducção do Imperio Abexino pera Sua Alteza ver a seus Ministros* (MS. 1196, Appendix II, School of Oriental and African Studies).

Soul or of one God. [63] In the seventeenth century such metaphysical speculations seemed to find an empirical counterpart in the increasingly sophisticated accounts of Buddhism in particular. Pietro Della Valle, for example, reported on the atheistic quality of Japanese Buddhism. [64] More importantly, there were Jesuit thinkers who recognised the existence of atheism; indeed Roberto de Nobili had made it a corner stone of his defence of accommodationism. In order to prove that the customs and rites of the Brahmins were entirely secular he placed their origins in an ancient atheistic civilization, the main principles of which survived to this day in the form of Buddhism. [65] But it was the Kircherian notion of an intrinsically monotheistic universal history of that Queirós sought to align himself with.

With these principles in mind one would also want to complicate Abeyasinghe's contention that Queirós' approach to Eastern religion was comprehensively and consistently negative. [66] Yet the casual reader would no doubt concur immediately with Abeyasinghe: Queirós does show a visceral disgust at all forms of 'idolatry' and it is not difficult to picture him serving in the Inquisition of Goa, an office that he discharged for 16 years. [67] How can one square his theoretical concessions and indigenist leanings with the ugly tenor his writing?

In many ways, Queirós stands as an example of how accommodationist principles had entered into the mainstream of Jesuit ideology. He had a strong belief, for example, that Christianity in India should have deep indigenous roots: this is what lies behind his argument that the Portuguese should have taken to heart and developed the cult of St. Thomas much more than they did. [68] The exhaustive length of the *Conquista* itself stands as a testament to how seriously Queirós believed that one should learn as much as possible about indigenous society before one could hope to effect a just spiritual and temporal authority over it. Hence he bemoans the fact that Portuguese officers did not take pains to find out the laws and customs of the country.[69] Moreover, at times, he suggests that spiritual conquest – naturally the more important – could have been better served through installing Christian native kings. [70]

But accommodationism was always a potentially disruptive force, hovering on the precipice of heresy and eventually plunging into it with the rites controversies of the seventeenth and early eighteenth century. Portuguese and Spanish clerics tended to be more suspicious of it than their Italian

---

[63] Cicero was one much-studied writer who reflected on the idea of a Godless universe.

[64] RUBIÉS, *Travel and Ethnology*… cit., p. 373.

[65] *Ibid.*, p. 339.

[66] See ABEYASINGHE, 'History as Polemics…' cit., pp. 50 -53.

[67] See SCHURHAMMER, 'Unpublished Manuscripts…' cit., p. 4. In 1673, Queirós, 'was for sixteen years Deputy at the Inquisition of Goa.'

[68] Q, p. 385.

[69] Q, pp. 1008-1009.

[70] Q, p. 479.

colleagues. In late seventeenth-century Goa it must have been the subject of intense and ongoing controversy. It seems, then, that Queirós felt under pressure to maintain the dividing line between Christianity and other religions in the face of the various similarities and analogies that pressed upon it. Moreover, at this mature stage in Portuguese Goan history, the Church included Indian converts who would have retained an awkward pride in their Brahmanic heritage. This is why Queirós devotes two chapters of the *Conquista* to attacking a treatise by an anonymous author, clearly a Christian Brahmin, who sought to retrieve some of the nobility and even spiritual wisdom of his forefather's traditions. For how to disassociate this regard for Brahmanic culture from respect for Brahmanic Gods? Hence, 'the only true Nobility is the one that is derived from [the worship of the] True God and that there is only false and imaginary nobility where false Gods are concerned.'[71] Of these chapters Abeyasinghe refers to them as being, 'classic examples of scholastic disquisitions.'[72] They may strike the modern reader as over-long and tediously pedantic, being point-by-point rebuttals backed up by endless Biblical and classical authorities. But this also indicates that their target represented a threat of some force to Queirós' world. In effect, Queirós was denying that Nobili's attempt to fence off an entirely secular and therefore respectable realm of indigenous culture could ever be countenanced.

In terms of his basic conception of the relationship between Christianity and non-Christian religions, neither Queirós nor Nobili conceived of conversion as the defeat of a radically-different system of ideas. However, whereas Nobili emphasised the *sacralization* of Hinduism, that is, bringing its latent truths to proper fruition (i.e. Catholicism), Queirós seems to promote a *scourging* of Hinduism not simply for its irrelevancies and obfuscations but because of the inherently repulsive nature of its mythology. Queirós has been caught by the surface exotic and finds it difficult to see further; yet he also uses aesthetic language – the demonic ugliness of heathen Gods – as a means of emphasising difference. In the defensively aggressive tone of such passages, the layers of ridicule and scorn, one no doubt catches glimpses of his lost refutational works. Where there is a closeness in historical sense it was all the more important to emphasise a distance in a theological sense. Indeed the latter pervades the rhetoric used to describe the former: Queirós references to the historical evolution of religion are imbued with an imagery of blame and distaste, so that revelation is not just degraded or lost or forgotten but, 'corrupted', 'hidden', and 'maliciously perverted'.[73] By these means heathens have also accommodated the devil. Fr. João is made to say, 'for if the indecencies and superfluities which the Devil introduced into

---

[71] Q, p. 163.

[72] Chapters 22 and 23. See ABEYASINGHE, 'History as Polemics…' cit., p. 49, footnote 71.

[73] The words of 'Fr. João' regarding the Egyptians: Q, p. 241.

your Books… be removed, it will be easy to discover faith in the true God.' [74] For Queirós then, conversion was a form of corrective surgery, an excision of diabolical growths.

Note that it should be 'easy' to come to Christ in this way. Theoretically, heathens have a deep propensity to turn towards Christianity, with their natural inclination towards Christian logic and morality, their contact with Hebraic revelation and then the arrival of the gospel itself via the apostle St. Thomas. Fuelling Nobili with a sense of optimism, for Queirós many decades later this propensity was exasperatingly slow in manifesting itself: there was by now a sizeable native Christian community within Goa itself but there still remained this vast hinterland outside of Portuguese control which simply refused to convert, despite well over century of mission. [75] Moreover, Queirós now had to contend with the very analogies developed by Jesuit thinkers being thrown back in his face by recalcitrant heathen:

> The fact is the Devil has forestalled everything. When we preach to the heathens of hither India, they reply that they also have a Trinity, and that their Vixnu incarnated himself times out of number; if we preach to those of further India and of Ceylon (for this Sect has disappeared from many parts of India wherein it began), they reply that their Buddum or their Fo or their Xaka also took the shape of a man, though he was an eternal being. [76]

In this way, the European movement to seek a bridgehead with eastern theologies combined wickedly with the glorious inclusivism of Hindu-Buddhist thought. The figure of Fr. João de Villa de Conde, going forth in the innocent first days of mission, appears in the *Conquista* to be loaded down with the weariness and anger of future generations. This is why his speech in the account if the 1543 disputation has the tone of a parent chastising a particularly stubborn and obstinate child.

The implications for his ethnology: what Buddhism is

What implications did these presuppositions have for Queirós' sketches of Sinhalese Buddhism in the geographical and ethnological survey of Sri Lanka contained in Book One of the *Conquista*? Gernet's classic work on Matteo Ricci's early seventeenth century mission in China set out to reveal the fundamental differences of mentality between the Jesuits and the Chinese literati. Gernet was then able to show how these differences mediated and

---

[74] Q, p. 241. One of the reasons why it was natural to see false religion as a corruption of true religion is that the devil, obviously the author of heathen notions, worked not by creation *per se*, but by the corruption of what has already been made.

[75] Queirós often complains about the stubbornness of the Brahmin caste in particular in their refusal to convert. See, for example, Q. p. 170

[76] Q, p. 141.

ultimately obscured their attempts at dialogue. Sometimes it seems as if Queirós' attempts to penetrate eastern philosophies foundered on a similarly massive mental reef, his belief in the universality of monotheism. However we have seen that Queirós must have been aware that this issue was contested and debated within the Jesuit order. Indeed the very notion of faith rests upon the possibility of the absence of belief in God. And there had been, of course, a long tradition of Christian theology demonstrating the existence of God from first principles. In so far as the language of *mentalité* leads us to envisage entirely unconscious and determinative structures it will not do. On the other hand, one does sense that Queirós had difficulty in imagining a picture of the universe devoid of an ultimate divine presence and ruled by karma, in which punishment or reward for earthly behaviour is the result of a mechanistic process rather than the intercession of a judgmental consciousness. For South Asian traditions, *it is in the order of things* that immoral behaviour will lead to an unfavourable reincarnation, in the same way that lighting a fire will cause heat. In Western monotheism reality can only be organised and given meaning through subjection to a divine will.

Yet there is a troublesome passage in the *Conquista* that seems, at first, to throw doubt on our account of his mind. In this passage Queirós refers to a quite different interpretation of Buddhist teaching:

> 'Querem hũs, q*ue* ensinace a adoração de hum s… Deos, penitença, e misericordia; sobre o q*ue* contão dele impossiueys exemplos; mas he falso, q*ue* lhes desse os dez preceytos dos mandam*en*tos; acreaentando dous: que não bebess*em* uinho, nem matassem couza uiuente, **q*ue* negara a immortalid*ad*e da alma, e todos os sucessos, e acontecim*en*tos humanos atribuira ao fado, e aos Planetas; donde negão a primeyra causa, atribuindo, tudo M uentura; principio conaturalissimo da ingratidão.** Outros querem q*ue* lhes ensinasse a ley de Moyses; mas he p*or* q*ue* confund*em* esta seyta com a dos Veddãos…' [77]

Now, the phrases in bold do approximate to Buddhist doctrine. It is not quite right to say that the Buddha denied the immortality of the soul, for in fact Theravada doctrine denies that the soul, or any kind of permanent self, could exist in the first place. However the former could clearly arise as a degraded version of the latter. While the denial of a first cause and its replacement by fate or chance does at least gesture towards the notion that the universe is not overseen by an ultimate consciousness, but works according to innate laws. Has Queirós accepted that Buddha's teachings were truly independent of the dictates of natural reason or the influences of revealed tradition?

However the precise meaning of the text here is unclear. Perera's English translation implies that the italicised phrases continue the list of doctrines

---

[77] Pieris (ed.), *Conquista temporal*… cit., p. 93.

falsely assigned to the Buddha.[78] In fact, the original Portuguese is ambiguous on this point, and nor does it indicate whether the 'some' here are Sinhalese or Portuguese commentators.[79] However, consideration of both the rough draft of this passage, and Miranda's text on which it is based, indicates that the opinion is being attributed to the Sinhalese themselves – but not to Buddha.

In Miranda: 'A este homem reconheçem os chingallás por deus, náo avendo na sua oppenião outro, e negando com brutalidade increiual, a primeira cauza, dizendo que estas segundas naçerão pur sea uentura'.[80]

Which becomes, in the rough draft, 'mas os Chingalaz a perverterVo de sorte, que sô a Boddum reconhessem por Deos, negando a primeira causa, e dizendo que estas segundas nascerão por sua ventura'[81].

If we look beyond the judgmental language, Miranda's terse comment represents the most insightful comment we have by a Portuguese on Sinhalese Buddhism. Indeed, it is quite remarkable in its rough appreciation of radical difference. As such, it presented Queirós with uncomfortable empirical evidence that there were people who did not conform to his vision of a universal substratum of religious belief. But he could not bring himself to attribute such ideas to a major religious figure as the Buddha. Hence he dismisses them as freakish corruptions on the part of some Sinhalese. Nowhere else in the *Conquista* does he refer to these disturbing ideas; elsewhere Sinhalese Buddhism conforms to his presuppositions.

There is a further reason why Queirós would have difficulty attributing such beliefs to even the majority of Sinhalese. In the final draft, this passage is immediately followed by one doctrine that Queirós does positively assign to Buddhism, and that is the transmigration of the soul. It is one of the very, very few Buddhist doctrines that Queirós is able to point to in the whole of

---

[78] Q, p. 120: 'Some say he taught the worship of only one God, penance and mercy, about which they relate of him impossible instances; but it is false that he gave them the ten precepts of the commandments adding two, not to drink wine nor kill any living thing, that he denied the immortality of the soul and attributed all the successes and human events to fate and the planets; whereby they deny the first cause, attributing everything to chance, a principle most in keeping with ingratitude.'

[79] Tom Earle (p.c 17/8/99), comments on 'the sudden shift of tense, from "desse", imperfect subjunctive, to 'negara', which in modern Portuguese is pluperfect indicative. If Queiroz was a modern writer the shift would indicate that he wanted to establish a contrast between statements regarded as false and statements regarded as true, which are typically conveyed by the indicative. However, Queiroz wrote in the seventeenth century, at a time when the –ra tense had not yet fully acquired its modern meaning. In the period prior to his it habitually had a subjunctive or conditional sense, which has only gradually given way to the pluperfect indicative. Exactly where Queiroz stands in the history of the development of the tense is not clear, though its use in this passage certainly suggests that some kind of contrast is intended with "desse"'. Nor do the two surviving manuscripts of the *Conquista* (Ajuda MS folio 34, Rio de Janeiro MS folio 35 r, pencil 48r) clarify matters. Indeed they employ strange punctuation, indicating perhaps that the scribes themselves did not fully understand what they were writing.

[80] Flores (ed.), *Os Olhos*… cit., p. 181, and see p. 153 too.

[81] *Descripcão historica* …cit., folio 273.

the *Conquista*. And it is easy to see how this fact, so firmly established, could seem to rule out any suggestion of the mortality or non-existence of the soul. Indeed it is still one of those features of Buddhist thought which newcomers find so hard to grasp: how could the Buddha have taught both the reincarnation of the self and its illusory nature? The problem was compounded by the now routine equation of eastern conceptions of reincarnation with the notion of 'transmigration of souls' that was associated with Pythagoras or envisaged as a more primordial feature of ancient heathenism. Indeed it seems that some Brahmin informants had already begun to incorporate the figure of Pythagoras as an imagined source for their traditions.[82] But in translating Buddhist ideas into this ready-made category, Queirós denied himself access to the subtleties of doctrine that would resolve this contradiction. Nor could he properly incorporate an account of Buddhism that approximated to its teachings.

The story of the martyr in boiling oil

An excellent case study is provided by Queirós' treatment of a very old Sinhala story, about King Kalani Tissa and the Kelaniya temple. Jonathan Walters has given us a detailed study of all the versions of this story as it has been retold over the centuries. In the *Mahavamsa* we are told that the King Kalani Tissa discovers evidence that his queen is committing adultery and he throws into the sea an imposter-monk and an actual arhant (enlightened one) on suspicion of aiding the adultery. The gods are angered with such impiety and raise the seas to destroy Kelaniya.[83] In the Dambadeniya period the story is elaborated so that it is an innocent Elder who is suspected of the adultery. He is not thrown into the sea but placed in a cauldron of boiling oil, but at that moment he becomes an arhant and so remains unharmed. He then perceives that he is paying for the sin in a previous life of casting a fly into boiling milk, he expounds a century of verses on the *dhamma* and he disappears into Nirvana.[84] The seventeenth century retellings differ princi-

---

[82] RUBIÉS, *Travel and Ethnology*… cit., p. 372.

[83] Jonathan S. WALTERS, *The History of Kelaniya*, Colombo, 1996, p. 24.

[84] This is the version as given in the circa thirteenth-century *Rasavihini*. See WALTERS, *Kelaniya*… cit., pp. 46-7. In the fourteenth century a collection of 98 verses was identified as being the 'century of verses' which the arhant recited and thus given the name, *Tela-kataha-gata* (Oil cauldron verses). Walters argues convincingly that these 98 verses, dating stylistically to the tenth century, were not composed with the story of Kalani Tissa in mind. Nevertheless by the Kotte period this association was being made. G. P. MALALASEKERA, *The Pali Literature of Ceylon* (1928, reprinted Kandy, 1994), p. 163, comments thus: 'The verses embody in them the fundamental tenets of Buddhism and are an earnest exhortation to men to lead the good life.' However this association did not become an intrinsic or permanent feature of the story because the *Rajavaliya* merely tells us that he spoke, 'to the people declaring that this state of existence is a stain on Buddhahood.' What does remain common to all versions of the story – except Queirós' – is the centrality of the ethic of *Rajadharma*, the law which binds kings. My thanks to K. N. O Dharmadasa and Jonathan Walters for their comments on the *Tela-kataha-gatha* and other aspects of this story.

pally through a greater exaggeration of the oceanic destruction caused by the Gods, so that the *Rajavaliya* tell us that, 'altogether eleven-twelfths of Lanka got submerged by the sea'. [85]

Queirós' version seems closest to that of the *Rajavaliya* as it reports that the greater part of the island was destroyed. [86] However it contains a most striking alteration, for the Buddhist arhant is turned into a proto-Christian martyr. He says in the boiling oil, 'Since Lord, you show your power in my weakness by defending my innocence; even though I may be [innocent] of the crime they attribute to me, not long ago I committed another no less grave: grant that by this fire I may atone for it, the body suffering to save the soul.' [87] Thus the traditional Sinhalese story of how kings are punished if they fail to meet Buddhist norms is transformed into the motif of the Christian faithful suffering under temporal tyranny.

We cannot be sure that Queirós is responsible for twisting the story in this way, although the interposing of an incongruous speech into the narrative is a characteristic of his. [88]

However, this should be seen as an issue of translation as much as deliberate distortion. We can assume that Queirós (or his source) was presented with a version of the story similar to that in the *Rajavaliya*. There the arhant comments that on his predicament as repayment for a sin he had committed in a former state of being. [89] How would a Portuguese of the sixteenth or seventeenth century translate that? And if Queirós is responsible for this version, how would he perceive its true meaning, being already predisposed, on intellectual principle, to see Judaeo-Christian structures underneath the messy complexities of Eastern religion? It is in fact not clear whether Queirós is making his monk refer to Original Sin, or just the sins which every mortal is guilty of in the course of life; no matter: the real sleight-of-hand which Queirós accomplishes is to make karmic retribution into Catholic atonement. Yet in a sense, this equivalence is not entirely bogus. There is

---

[85] A. V. Suraweera (trans., ed.), *Rajavaliya*, Sri Lanka, Sarvodaya Vishva Lekha, 2000, p. 26. Walters, *Kelaniya*… cit., p. 69, suggests that this could be a Sinhala response to the Portuguese appropriations of the temple: a warning of the punishments accorded to those who defile its sanctity.

[86] Q, pp. 29-31. Walters tells us that he has preserved elements from a sixteenth-century version of the myth which are not preserved anywhere else.

[87] My translation differs slightly from that given by Perera (Q, p.30). Pieris (ed.), *Conquista temporal*… cit., p.23, has 'Poys Senhor, mostrays vosso poder, em minha fraqueza, defendendo minha inocencia; ainda que o esteja na culpa, que me dão; outra cometi hâ pouco tempo, nada menos grave; permeti que neste fogo a satisfaça; padecendo o corpo por salvar a alma.'

[88] About the alteration Walters says, 'in Portuguese eyes Kelaniya had become Portuguese,' but he does not indicate whether this Christianisation represents a new version of the myth in circulation among the Catholic community, or whether it is a deliberate re-working by Queirós. The latter hypothesis is advanced in the main text, but the former is equally plausible. The Portuguese destroyed the temple of Kelaniya and two Churches were built among the ruins. Perhaps the Christian re-working of the myth lent a kind of legitimacy to this recreation: by making its Christian destiny prefigured in the person of the unlucky arhant.

[89] Suraweera (trans., ed.), *Rajavaliya*, p. 25.

perhaps one key difference between the two concepts: atonement takes place before the eyes of God, whereas the working of karma is a natural law of the universe to which deities are irrelevant. Over and again this is revealed as the one major obstacle to Queirós' understanding of Buddhism and Hinduism; he seems unwilling to conceive of a system of thought in which all pattern and meaning in the universe does not ultimately derive from this watchful intelligence, from God. For Queirós it makes no sense for the arhant to merely perceive his sin, instead he must lament it and make that lament known to God and beg for forgiveness. If this represents a colonial appropriation of the story of Kalani Tissa, it is less through symbolic conquest than symbolic slippage.

A neat encapsulation of Queirós interpretative bias can be found in his translation of the most basic lay-chant in Sinhalese Buddhism, *'Buddham saranam gacchami'*. He renders it as 'Buddum be Mindful of me' rather than the correct sense of, 'I take refuge in the Buddha'. [90]

The implications for his narrative: how Buddhists behave (and Christians remember)

It should be clear by now that Queirós' methods of writing history require special attention. If we return momentarily to the 1543 disputation, it needs to be remembered that Queirós had indirect access to Gonzaga's fairly reliable account of it. (Gonzaga's account is reproduced, sometimes word for word, in Paulo da Trindade's *The Spiritual Conquest of the East*. Queirós explicitly acknowledges his use of Trindade at least twice). Therefore Queirós deliberately ignored his source and replaced it with fictional speeches that rehearsed his own theological theories. We have cause now to doubt Queirós whenever his narrative touches upon religious matters.

In fact Queirós' theological preoccupations influence his narrative via two principal themes: (1) An obsession with religious conflict and disputation, where inter-religious dialogue is conceived of in martial terms, rather in contrast to Nobili's use of debate as a form of translation and mutual adjustment. (2) There is an equal insistence on the anticipation or mimicry of Christianity in heathen religions. We saw as much in his re-telling of the Kelaniya story, which illustrated the principle that sparks of divine grace can crop up in the very heart of idolatry to give fore-warnings of its future: 'And though even among these heathens God often works such wonders in justification of the truth....' [91] Queirós had a particular motivation for reminding us of the reality of this kind of divine intervention. During his researches into the life of the visionary Jesuit lay-brother Pedro de Basto he had come across records of the divinations of Sinhalese holy men that seemed to offer

[90] Q, p. 120.
[91] Q, p. 31.

an eerie echo of Basto's warnings regarding the victory of the Dutch – 'for we know from good Theology that that grace is not denied to a Heathen as is seen in the Sibyls.' [92]

These two themes have a single discursive logic. One would imagine that the trope of religious conflict would emphasise contrariety, but here it works to draw out fundamental similarities, through the need to make Sinhalese Buddhism into a suitable opponent. It is a pleasing irony: in fashioning the eastern religions into opponents of the True Faith he made them into its mirror image.

However, we should not assume that Q was simply 'inventing' material in order to develop these themes. His usual method was to take an episode from his source and then adapt it according to his preoccupations. In that case it is always difficult to know how far he has altered his material. [93] Given the shadowiness of Queirós' sources and his tendency to incorporate long sections from other works without acknowledgement, we ought to be cautious in making direct conclusions about which passages bear the distinctive impress of Queirós' mind. For the episodes discussed below one can often imagine an alternative origin, what one might call a Sri Lankan providentialist or martyrological tradition, promulgated in the stories about the past circulating among the Sri Lankan Christian community. With the abandonment of Kotte in 1565, Portuguese power and the Catholicism it promoted contracted to the city of Columbo and its immediate environs for the best part of thirty years. But where it retrenched, it thrived in adversity. Little attention has been paid to the sheer quantity of miraculous, martyrological, providential, and prophetic material that this community produced. [94] Animating all of this material is the image of a Christian destiny for the island that would ultimately outshine any of the diabolical creeds ranged against it.

In other words, Queirós shared with his sources a firm belief in Sri Lanka's providential destiny. Therefore we cannot distinguish by hermeneutic viewpoint alone where his voice begins and those of generations of Portuguese settlers and native Christians end. Take for example, the very first episode that Queirós narrates, the 'discovery' of Sri Lanka by the Portuguese. Other sources confirm that D. Lourenço de Almeida's little fleet was driven to Sri Lanka by adverse winds in 1505 or 1506 although it is ambiguous whether this was accidental or fortuitous. Queirós extends the moment of the storm. He tells us that on board there was a Franciscan, Fr. Vicente, who seeks to ask God what should be done. [95] He puts two pieces of paper under

---

[92] Q, pp. 747, 1004.

[93] I have not undertaken a systematic search of all Queirós' extant sources to see if the Kelaniya story has been lifted wholesale from one of them.

[94] See, for example, the huge number of stories about the Holy Virgin that Queirós incorporates into his text. She was ever at hand to put in a miraculous appearance, pausing a storm to allow a ship to reach port, or giving forth a blinding flash of light to scatter the enemy: Q, pp. 613-4, 647-0, 667-85.

[95] Q, pp. 176-7.

the altar stone, one representing sailing on to the Maldives, the other representing the return to Cochin. The following morning both papers are gone and there had been no way for the wind to carry them away. So Fr. Vincente concludes, 'that Heaven is leading us in another direction for the greater service of God.' The message, that the Portuguese were blown by the winds of God onto the shores of Sri Lanka, clearly reflects the interests of both Queirós and the Sinhalese Catholic community. One would imagine that Queirós would be loath to fabricate too much about such a key event as the 'discovery' of the island; although his intended readership was the Portuguese authorities in Goa and Lisbon, he would have been aware that there were texts and oral histories in circulation that might contradict him. The speeches of this Fr. Vincente are almost certainly Queirós' handiwork, as is the gloss with which Queirós completes the episode: 'God wishing thereby to show them that He did not lead them to India to be pirates, but to be conquerors.' [96]

Saint Francis Xavier and Sri Lanka

In Queirós' narrative of the 1540s Francis Xavier, the first Jesuit apostle to the East, is the subject of a number of stories describing his activities in or connected to Sri Lanka. While Xavier did make brief visits to the Island on more than one occasion, most of the episodes that Queirós narrates seem to be entirely unhistorical. As a result historians have largely ignored them. Xavier had an immense impact among Christian communities across Asia, and the development of a Xavierian hagiography was so swift after his death that it was a serious job for his biographers to separate fact from fiction in the case for his canonisation. Although Xavier's historical links with the island can seem marginal to the historian today, at the time they resounded with great emotional significance due to his connection with the conversion of the inhabitants of Manar in 1544 who were subsequently slaughtered by the King of Jaffna. This event shocked the Christians of Colombo, and the Portuguese authorities in India and in Portugal, not to mention Xavier himself, and gave rise to a widely circulated martyrological tradition. It is not surprising that Sinhalese Christians would want to see Xavier at the root of their faith, marking out Sri Lanka with the grace of his bodily presence in the same way that Buddha had done. By the late 1550s, perhaps five or six years after his death, Xavier was already being represented by a banner in the first holy procession in Sri Lanka, as Queirós tells us, 'even before he was beatified, because he had planted the Faith in that Island.' [97] For Queirós the fact

---

[96] If we remember that Queirós thought of sea-borne imperialism as lowly piracy, with only bodily conquest enabling a truly spiritual dimension to empire.

[97] Q, p. 341. Miracles surrounding the cult of Xavier in Colombo are referred to in letters from 1645 and 1654. V. Perniola, *The Catholic Church in Sri Lanka, The Portuguese Period, Volume* III: 1620-1658 (Dehiwala, Tisara Prakasakayo, 1991), pp. 271, 337.

that Xavier was a Jesuit would have been important, a means of inserting his own order into the otherwise Franciscan history of the early mission in the island. One could even say that for Queirós, Xavier was still with him, in a sense, entombed in the Cathedral of Goa and manifesting saintly powers so strong that Queirós feared for the integrity of his body under the hands that constantly pressed upon it. [98]

One of the many tiny oddities of Queirós' narrative is the role of Trincomalee, which is magnified into the major centre of cult for the whole island, a place renowned all across for Asia for its Hindu and Buddhist sacredness. [99] It was indeed 'the Rome of the gentiles of the Orient'. [100] We hear of Bhuvanekabahu making an improbable pilgrimage across to the other side of the island, and we are even told that he is buried there, the 'honoured sepulchre of the kings of Cota and others of Ceylon.' [101] It is the Buddhist hierarchy who Xavier comes to challenge, entering into, 'this pagan Rome', and effecting a meeting with the 'Turunanse' (*terunnanse*, a title of respect given to a senior monk). What transpires is not so much a debate as a process of submission to saintly prowess. Xavier preaches the Gospel to the monk who, 'half won over', asks for another meeting the following day:

> In the morning they both assembled in a retired spot, and the gentile declared to him the principles and means of his religion; but as he was uncertain of the end, he begged him to enlighten him entirely. The Saint dispelled these mists with such brevity and clearness, that as he [the monk] was predestined, he at once perceived the truth of all that was said and the falsity of what he had hitherto professed. [102]

Here we have the ideal inter-religious encounter: there are no intellectual objections, merely a statement of error and its replacement by the truth. The truth was instantly recognised as such because the monk was predestined; his conversion was providentially assured. We are told that many other Buddhist monks converted following his example, but they had to do so secretly, fearful of persecution. Xavier instructs them and returns to India.

A little later on in Queirós' narrative of that year we hear of another *bhikkhu* who comes to God, although this time almost by a process of independent deduction. We are told that the fame of Francis Xavier's mission

---

[98] As Queirós states in a letter, of 1681: SCHURHAMMER, 'Unpublished Manuscripts…' cit., p. 224.

[99] See Q, pp. 66-9. Incidentally, Queirós records that a Sinhala inscription was found at the temple, which apparently foretold the coming of the Portuguese (or 'francos' equivalent to Anglo-Indian *farangi* or Sinhala *parangi*) and their conquest of the Island. Clearly, another example of Sri Lanka's providential destiny foretold in its pagan past.

[100] Q, p. 236. This statement suggests one reason for Trincomalee's representation as an international holy centre and desired sepulchre; it has clearly become, via Queirós' oppositional logic, the pagan equivalent of Rome.

[101] Q, pp. 294, 736.

[102] Q, p. 237.

reached Denavaka in Sitavaka and leads to a debate among Buddhist monks, about, 'whether one can be saved without being a Pythagorean or believing in the transmigration of souls.'[103] One monk argued for a fixed abode of punishment or reward in the afterlife (i.e. Heaven and Hell) and, judged to be a heretic, he was sent to Trincomalee. There he encounters a secret Christian community, being ministered by a cleric called Francisco Antunes, who had been ordained by Francis Xavier…. He receives baptism and is then sent off to Arakan (in modern day Burma) to stand trial before the 'Maturanse' (*Maha-terunnanse*). The report of the debate is peculiar enough to make one wonder whether it preserves some kind of memory of a Buddhist intellectual response to the aggressive new faith in the first years. However, again this reference to Christianity in Trincomalee on the East coast in the 1540s is quite implausible, as is the reference to a Fr. Antunes working there.[104] We shall discuss the role of Arakan below, but this too is unhistorical. Queirós account of what was said in Arakan is however very interesting. The monk confesses his conversion and says:

> If an earthly King punishes with banishment and rewards with [honourable] Places those who have deserved well or ill, how is it possible that the King of heaven punishes with perpetual peregrination one who has earned his love by merit? Does it not seem to you an ill-founded error to try to conceal truth under folly? Have you perchance an ancient Book which teaches you this? I know for sure that you have maliciously buried what they teach you to the contrary. Buddum, whom you venerate so much and whose doctrine you follow, it is certain, never taught such a thing….'

Even the choice of words comes close to Fr. João's speech at the disputation. We have Queirós talking again here, this time through a Sinhalese *bhikkhu* in Burma. All the old bête noirs are present, but perhaps most interesting is what happens to the Buddha, who becomes, 'the King of Heaven', a monotheistic overseer who punishes and rewards the behaviour of mortals.[105] Queirós does not understand that 'perpetual peregrination' (reincarnation) happens regardless of the Buddha, and that this has nothing to do with salvation, which concerns the individual's *escape* from reincarnation. Notice also the notion that the Sinhalese are even deviating from Buddhism. The speeches, then, are pure Queirós, but the form of the story would fit neatly into our hypothetical providentialist tradition. For the monk

---

[103] Queirós refers to the monks as 'Yogis' at this point. Denavaka ("Dinavaca' in Queirós) was a medieval district held by the kings of Sitavaka. See H. B. M. Ilangasinha, *Buddhism in Medieval Sri Lanka* (Delhi, Sri Satguru Publications, 1992), p.45.

[104] The first reference we have to Christians in Trincomalee is the conversion of a prince of that area in 1551, Schurhammer and Voretzsch, (eds.), *Ceylon zur Zeit*…cit., p. 578. However it seems as if they were not provided with any priest or institutional support, and after that we have to wait until at least 1602 for an indication that there might be missionary work there, as it was given over to the Jesuits at this time: Perniola, *The Catholic Church*… cit., p. 266.

[105] See Q, p.257.

ended up being stoned to death for his views, receiving 'the Crown of Martyrdom' in 1543. As such he is just like the Kelaniya martyr who died in oil, he is a spark of grace in the heart of idolatry. Moreover this emphasis on Trincomalee as a place of great idolatry yet marked out for holiness suggests that either our stories come from the later Christians of the Trincomalee region, or that there was a felt need to need to defuse and undermine it as a centre of cult.

Another disputation and trial by fire?

According to Queirós another set-piece debate took place at Kotte a few years after the first one, between Fr. João and a Brahmin. This Brahmin had converted to Buddhism and been sent to Kotte by the 'Maturanse of Arracão' in order to oppose the Catholic mission. Fr. João gives a speech at the Palace, the Brahmin is called for to refute him. But Fr. João challenges him to a trial by fire. Both men pass through the flames, and, sure enough, Fr. João emerges unharmed while his opponent is burnt to death. Bhuvanekabahu is overwhelmed by this miracle and kisses the feet of the apostolic Father João.

Again, one should not rule out the possibility that there a few elements of truth behind this story. Queirós gives the impression that it occurred in 1545 or 6 at a time when Bhuvanekabahu was hostile to the mission. Fr. João was indeed at Kotte at this time, and was having to contend with a distinctly anti-Christian atmosphere. In early 1546 we know that he was having a number of conversations with the king.[106] There are few curious and intriguing details, such as that the Brahmin had previously been a devotee of 'Peramissora'(*Paramesvara*, a title of Siva) and we know that there was a temple to this God in Sitavaka. Many of the other details, however, are highly implausible, especially the climax: if such a dramatic ordeal had taken place and been won it would have made some kind of mark in the surviving correspondence from the time. Surely Fr. João himself would have mentioned such a high point in the generally dismal story of his mission. Equally Bhuvanekabahu never came close to being 'won over' in this way – which makes the narrative rather awkward at this point, because although the chapter ends on this high note, the next chapter has to come back to reality as it were: 'The King gave some hopes of being converted, but in the end political reasons got the better of him and he continued in the worship of his pagodes.'

It is possible that Queirós invented the episode in order to present a vivid demonstration of the divine favour behind the mission and to erase the rather bathetic note on which the first disputation had ended.[107] However

---

[106] SCHURHAMMER and VORETZSCH, (eds.), *Ceylon zur Zeit*…cit., p. 368.

[107] In the first disputation Fr. João asks for a trial by fire, but his opponent refuses. In this Queirós is following his source Trindade/Gonzaga, He still gives it a twist however, making the monk refuse out of fear, rather than from an injunction by the king.

the most likely scenario is that this represents another version of the story of the 1543 disputation, circulated orally across a generation or more, and therefore acquiring details more amenable to the sensibility of the Sinhalese Catholic community. Queirós, not realising that it dealt with the same event as described by Trindade, set it down as a separate affair – a form of error that he has certainly made in other parts of the *Conquista*.[108] This would explain the odd fact that Fr. João's words here are much closer to the spirit of what Trindade/Gonzaga report for 1543 than Queirós own account of that event.[109] If this is the case, then it seems as if Fr. João's challenge of a holy ordeal by fire or water, which probably did happen, was transformed into a story wherein the ordeal was accepted and gloriously won. Both Fr. João and the opposition set against him are thus magnified, and God is seen to have revealed himself once more in the heat of religious battle.

The 'Buddhist Pope' of Arakan and the notorious renegade Vimaladharmasuriya

It may have been noticed that a definite sense of a Buddhist organisation and a counter-offensive is emerging from Queirós' narrative. The mysterious figure of the *Maha-terunnanse* of Arrakan crops up in many of these tales, orchestrating a coherent opposition to the Franciscan mission: it is he who is supposed to have sent forth the Brahmin to oppose Fr. João in the 'second debate' of the 1540s.[110] In fact Queirós tells us that the Sinhalese *bhikkhus* were all subordinate to this man, who controlled the temple land in Sri Lanka and gave it to his 'Administrators' to use.[111] We know, of course, that the Sri Lankan *sangha* was never subject to an international hierarchy such as Queirós describes. A closer look at how this fictional institution came into being will illustrate how the *Conquista* can be read as a merging of *casado* myth and Jesuit preoccupation. Queirós' source here (which he fails to acknowledge!) is the survey by Constantino de Sá de Miranda written in the 1630s, that Jorge Flores has recently brought to our attention. Indeed, Queirós is following his usual technique of following his source, word-for-word at times, while periodically expanding the text with his own interpolations.[112]

Sá de Miranda's brief comments on the *Maha-terunnanse* probably derive from a Portuguese or Christian oral tradition concerning the cultiva-

---

[108] See for example, Queirós' (Q, pp. 244-5) confused narration of the death of Prince Jugo, where he gives a version from one source and then presents Fr. Negrão's report of it as if it were a separate happening.

[109] For example, in reminding Bhuvanekabahu that he had requested missionaries, that he had promised to convert, that D. João III desired it greatly and that it was in his interests to do so. All of which fits in with Gonzaga.

[110] Q, p. 258. See also p. 237 where Sinhalese *bhikkhus* are described as being the 'Administrators of the Maturanse of Arracão.' *Terunnanse* is an honorific form of *thero*.

[111] Q, p. 237.

[112] Compare Flores (ed.), *Os Olhos*… cit., p. 183, with Q, pp. 114-5.

tion of relations between Vimaladharmasuriya I (1591-1604) of Kandy and the Kings of Arakan.[113] These culminated in the re-establishment of higher ordination to the *sangha* in the *upasamapada* ceremony. The burst of new life that he gave to institutional Buddhism after its serious reverses in the last fifty years must have represented as significant a spiritual threat to the Christian community in Ceylon, as his military resistance was a political threat. In the understandings of the *casados*, their enemies were acting just as they did: just as they looked to Goa, to Lisbon, to Rome, so the heathen would look to Arakan. It is in Sá de Miranda that the *Maha-terunnanse* is compared with the Pope.

But from this reference Queirós develops a whole layer of narrative logic, imagining or speculating on the influence of this shadowy hierarch in a variety of different situations. Here, then, we do have examples of Queirós inventing facts, mixing in what seemed plausible and instructive along with what was recounted in his sources. And here we see how his polemic of refutation could work towards promoting sameness. To be a suitable opponent Buddhism had be recognisable as a religion, and that meant it had to operate in the same way that Christianity did. Just as the Pope in Rome sends forth his legions of missionaries to the east to combat idolatry, so the 'Maturanse of Arracão' dictates the movements of the enemy from his South-East Asian base. The location of this base is significant, for Queirós was already predisposed to see South-East Asia as the most intractable heartland of Buddhism, which was in turn the most intractable of the Asiatic religions.[114] In the Theravada regions, Catholic missionaries had often simply failed to detach the people from their traditional beliefs: 'And as the Religious of this Sect [of the Buddha] have a great reputation outside China, it has been a very difficult matter to convert any of his sectaries, which has been the experience especially in the kingdoms of Arracan, Pegu, Siam, Laos and others of lesser name.'[115]

He describes this false Pope as dispensing jubilees to stiffen the spiritual resolve of his subjects, promising great 'indulgences' to whoever would take part in Vidiye Bandara's campaign against the Portuguese.[116] He also puts unorthodox thinkers on trial for heresy, as we saw with the 'martyrdom' of

---

[113] See ILANGASINHA, *Buddhism in Medieval Sri Lanka…*, pp. 67, 168; C. E. GODAKUMBURA, 'Relations between Burma and Ceylon', in *Journal of the Burma Research Society*, 44/2, 1966, p. 154, Catherine RAYMOND, 'Études des relations religieuses entre le Sri Lanka et l'Arakan du XII^{e} au XVIII^{e} siècle', in *Journal Asiatique* 283/2, 1995, p. 481

[114] Q, p. 141.

[115] Q, p. 141. See also p. 115 where he describes Buddhists as a 'fore-doomed people' because of their resistance to Christianity. There may be a personal element to Queirós' bitterness about the intractability of Buddhists. In 1677-80, around the time Queirós was working on his *Vida* of Pedro de Basto and the *Conquista*, he held the position of Provincial of the Province of Goa. As such he dispatched missionaries to Nepal ('Tartary'). See the *Necrologue* of Queirós, published in SCHURHAMMER, 'Unpublished Manuscripts…' cit., pp. 225-7.

[116] Q, pp. 325-6.

the Denavaka disputant, just like his Roman counterpart.[117] And it was not just the Catholic Church which stood as his model for pagan institutions. The Jesuit order had long been known for its unparalleled organisational efficacy, its centralized hierarchical structure and administrative acumen. For Queirós these similarities were not to be marvelled at since it was customary for Satan to make Evil a simulacrum of Good. After telling us about the jubilees he says in parentheses, 'for even here the Devil aped Christianity.'

As for Vimaladharmasuriya, the casados' feelings about him have made their way into Queirós' text in many other ways. He is not so potent a figure in modern historiography, but his contemporaries in Columbo apparently regarded him with horror. This was not simply because of the military resistance he offered, but because he did so as an apostate, spurning his baptismal name of João D'Austria as he mounted the throne. The Christian need to see him punished is behind the little aperitif of hell he is depicted as suffering in the days before his death.[118] He fails to remember his baptismal rebirth even as he dies. At his cremation ('for even in this he wished to show himself a pagan') a wonderful thing happened: the fire failed to consume his heart. For the pagans 'that fire had not the strength to consume such an invincible and valiant heart', a miracle about which 'they made many songs and verses, distributing it [the heart] among themselves as a marvel'.[119] Queirós, or his sources, naturally preferred an interpretation more amenable to the Catholic mind: that God wished to preserve that dark heart for the flames of hell. Clearly Queirós has preserved here a genuine Sinhalese oral tradition symbolizing Vimaladharmasuriya's feats of resistance, but his counter-point illustrates how the ground of the miraculous and the sacred was fought over at this time.

Insight and Hindsight: The Motivations of Kings and the Question of Religious Legitimacy

Much of the above might seem rather tangential to the historian of sixteenth-century Sri Lanka: it tells us about the *Conquista*, about Queirós himself and the intellectual struggles of his time, and about the feelings of later Sinhalese Catholic communities, but will it change how we write the narrative history of the period? In one way it might. As we mentioned in the introduction, the judgments, and interpretations of our obsessive Jesuit have led a privileged after-life in the writing of Sri Lankan history. Queirós takes it as axiomatic that religious and national or ethnic resistance are intrinsically bound together; he assumes, in fact, that the same relationship

---

[117] Q, p. 256

[118] Q, p. 604, works up this suffering from 'some partly worn out pages which are the last of Bento da Silva'.

[119] Q, p. 605.

between religion and state maintained in Sri Lanka as it does in Portugal. He is always inclined, therefore, to see the temporal and spiritual battle-lines coincide. [120]

This has surely influenced Queirós' representation of Mayadunne of Sitavaka (1521-81), a great adversary of Bhuvanekabahu and the Portuguese. In Queirós' narrative Mayadunne is presented as the champion of Buddhism, implacably opposed to Christianity and its propagators on grounds of principle. Mayadunne is described as 'being anxious to extinguish in Ceylon the name of Christ…' and with Sankili, King of Jaffna (1519-61) he plans war, 'on the plea of defending the Law of Buddum…' [121] He is the spiritual-national adversary that the narrative demanded and as such he is also the instrument of the devil. [122] Incidentally, Queirós' dualism has again effaced his understanding of the variations within 'heathenism', for it is momentarily forgotten that Sankili (*Xaga Raja*) was a Hindu.

Undoubtedly there was a groundswell of popular anti-Christianity, particularly after the conversion of Dharmapala (1551-97). *Bhikkhus* rose up in revolt and smuggled the tooth-relic into Sitavaka. Queirós chooses to show us what went on in the Sinhalese camp, again inventing a speech to put in the mouth of a Buddhist monk, one *Buduvance*, revered as a second Buddha. It is a rousing speech of patriotism and righteousness, hailing Mayadunne for fighting, 'because he fears that in the course of time this Kingdom will go to strangers, and that the religion of Buddum will be altogether displaced by that of Christ.' [123] While this speech is obviously fictional, it could conceivably bear some resemblance to the tone of Sitavakan propaganda. However, Queirós' peculiar brand of pseudo-relativism is strongly in evidence. The Sinhalese are given spiritual principles and heroic causes that are as strongly realised as those of the Portuguese, but fundamentally undifferentiated from them. Queirós' representation of Mayadunne was found to be very congenial by Pieris, whose own brand of history was influenced by the incipient Sinhalese nationalism of the late nineteenth and early twentieth century.[124] The heroic story of resistance has also been useful in modern times.[125] But we should think twice before assuming that Mayadunne was someone primarily motivated by religious principle. [126] When he wanted to

---

[120] Thus, with regard to the interesting case of the Portuguese renegade Paul Chainho who establishes himself at the court of Mayadunne, Queirós (Q, p. 281, and see too Q, p. 562) assumes that he had also abandoned his faith because, as Plutarch says, 'That he who turns against his fatherland does likewise against heaven.'

[121] Q, p. 262. See also p. 335.

[122] Q, p. 287. Here Queirós goes on to list the set-backs which have befallen the enterprise of mission in other regions due to the opportunism of Hell.

[123] Q, p. 336.

[124] Pieris, *Ceylon*…cit.

[125] See P. Rambukwella, *The Period of Eight Kings*, Dehiwala, 1996.

[126] On occasion, Queirós himself implies some scepticism about this. See Q, p. 335, where Mayadunne is motivated by '*appearance* of zeal for their law' (emphasis added). In this instance, however, the spiritual-national crusade is transferred onto the Buddhist monks.

form an alliance with the Portuguese in 1547, he was not above coming to some sort of an agreement with Antonio Moniz Barreto 'regarding the spread of the Christian religion and the service of the king of Portugal.' [127]

His enemy, Bhuvanekabahu VII of Kotte (1521-51), might also be a candidate for the role of monstrous pagan king or oriental despot, given that he always refused to submit to baptism and sometimes indulged in low-level persecution of Christians. Occasionally he is presented as reverting to type in this way, as with the deeply mistaken reference to his undertaking a 'pilgrimage' to the temple of Trincomalee in order to sacrifice 300 captives to a wrathful Buddha. [128] And yet Queirós does not, on the whole, cast him in this role, because of the simple fact that Bhuvanekabahu was a long and generally faithful ally of the Portuguese. As such, as both an ally and a resolute pagan, Bhuvanekabahu awkwardly cuts across Queirós' battle-lines. Queirós strategy for dealing with this was to endow (or condemn) Bhuvanekabahu with one over-riding characteristic: *weakness*. This explains his inconsistency. It also explains an otherwise opaque fact, that twice Queirós lets us know that Bhuvanekabahu is intellectually convinced by Christianity, he recognises its truth, and is converted in all but name. Yet he never accepts baptism. In this way the personal goodness of Bhuvanekabahu, necessary for an ally of Portugal, is affirmed. He is a pseudo-Christian. What requires condemnation is his public timidity.

This is what lies behind the most peculiar invented speech in the *Conquista*, supposed to have been given by Bhuvanekabahu to that man Francis Xavier in the mid 1540s. Bhuvanekabahu, elsewhere condemned for his hardening stance towards converts is made to give a little discourse on the follies of Buddhism. [129] It begins:

> I understand, father, that your religion is the only true one, and that all the others have so much error as is clear to anyone who knows himself and knows them. I know full well that by continuing in the path which I follow, I can only end in Hell…. I see that the religion of Buddum contains errors as intolerable as they are incompatible with reason. [Much mockery of Buddhism follows]. But though I know the truth of the Law of Christ, on account of the place which I hold, I am unable to receive Baptism at once, for the least suspicion that they should have of me in this regard would be enough to ruin the whole of my realm…

---

[127] See the letter of Fr., João de Villa de Conde, in SCHURHAMMER and VORETZSCH, (eds.), *Ceylon zur Zeit*…cit., p. 492.

[128] Q, p. 271. The fact that Queirós could repeat (or even invent) this story shows that he was either sometimes not in control of the material he was incorporating from his sources, or that he had a very slender grasp of Buddhism indeed, representing the Buddha as a being who could be wrathful, and placated by sacrifice. Both notions are entirely alien to Buddhism. Again Trincomalee figures as a major centre of royal cult.

[129] Q, pp. 266-7. Bhuvanekabahu and Francis Xavier probably did meet, in 1544, but this meeting is entirely unhistorical. In actuality Bhuvanekabahu was becoming steadily more anti-Christian at this time.

The end of the 'second debate' is almost a variation on the same theme: Bhuvanekabāhu is won over by argument and spiritual power but then, 'in the end political reasons got the better of him and he continued in the worship of Pagodes.' [130] Notice that Bhuvanekabahu is given a passive role, while it is the people who are the active force. The other potential function of Bhuvanekabahu's speech here is to undermine the idea that there could be intellectual grounds for objecting to Christianity. Instead, native princes refuse baptism out of rank political calculation.

But what lies behind such political calculations? Why are 'the people' presented as being so opposed to the conversion of their ruler? How could they be so insensible to their own innate capacities for monotheistic adoration? By the late seventeenth century, it had become a matter of great frustration to Portuguese Churchmen that 150 years of evangelism in Asia had failed to result in the great top-down conversion movements that had been anticipated. This leaked into Queirós' writings in all sorts of ways. The most magnificent example he gives is that of the last emperor of China (Shunzhi 1644-61) who, 'though perfectly convinced of the falsity of his sect and of the truth of the law of Christ', even at the extremity of his imminent death was dissuaded from baptism by 'political and human considerations'. [131] Queirós is also concerned to defend the Portuguese record of conversions in Asia against unflattering comparisons with the Spanish successes in the New World. His gives three cogent excuses: 'first because we did not conquer so many lands as the Spaniards did there', and 'thirdly because the Idolators and their Princes are fanatical and most obstinate in their blindness, and those who follow the law of Buddum… seem to be doomed men…' [132] Buddhists may be particularly obstreperous, with their infuriating respect for their own monastics, but indeed the whole idolatory of the east is strangely resistant. [133] At one point Queirós explicitly addresses the reasons why the princes of Ceylon failed to convert, and he suggests that it is because the island played host to *both* 'the two common sects with which the Devil keeps the eastern heathendom in thrall', i.e. the Vedic cult of the Brahmins, and the teachings of the Buddha. The land is held in heathendom by a diabolical pincer movement. Both traditions generate an awkward pride in their antiquity. And thus in these lands princes are liable to face popular displeasure if they convert: the obstacles of 'political consideration' or 'self-interest', which Queirós regularly bemoans. [134]

However, it is important to recognize that for all his lawyerly touchiness, Queirós' analysis rests on a keen insight: that Asian rulers failed to convert

---

[130] Q, p. 261.

[131] Q, p. 463. Shunzhi had developed very close relations with the German Jesuit Johann Adam Schall von Bell (1591-1666, in Q: João Adamo).

[132] Q, p. 660

[133] Q, pp. 115, 141, 700.

[134] Q, pp. 699-700, 702, compares King of Kandy with Ethiopian kings.

partly as one aspect of the general resilience of Indic traditions, but also because these traditions encouraged a particular relationship between the ruler and his people. This phenomenon of 'transcendentalist intransigence' is not to be found in other regions of the world, such as the Americas, Sub-Saharan Africa or the Pacific, where world religions had yet to leave their mark.[135] Naturally, Queirós' interpretation stops well short of where it needs to: what he refers to as merely political or human considerations were in fact profoundly ethical and spiritual too. Nevertheless, in one sense Queirós was right to indicate that the 'heathen' Sinhalese would find it difficult to stomach a Christian king.[136] There were indeed important strands within Sinhalese royal ideology that made the ruler's legitimacy contingent on the fulfilment of his role as a patron of Buddhism. The fate of Bhuvanekabahu's successor Dharmapala who did convert might suggest that these ideological prescriptions could translate into communal action: the Buddhist priesthood deserted him, and great numbers of his subjects defected to Sitavaka.

Thus there were politico-cultural structures in place that made the king's religious adherence an intensely public affair and would necessarily complicate the question of conversion. Yet in the *Conquista* this insight hardens into governing stereotype that intrudes into his narrative in a crude and fictitious manner. In one of Queirós' most outrageous forgeries, an alleged reproduction of the document of vassalage to the Portuguese King by the King of Kotte in 1518, Queirós makes the king accord himself the title, 'preserver of the Law of Buddha'.[137] Somoratne has argued that this epithet was never adopted by any Sinhalese king and is rather a reflection of the designation of the Portuguese king as 'defender of the faith.'[138] Moreover, the only evidence that Bhuvanekabahu was personally amenable to baptism and publicly afraid of it comes from Queirós, and it should be treated with great suspicion. As C. R. de Silva has already pointed out, Bhuvanekabahu's own letters give a quite different picture of his state of mind. They are consistently frank about his refusal to convert and the importance he attached to the traditions of his forefathers.[139] Instead of being portrayed as an obsequious and unprincipled puppet-ruler, he should be recognised as one of the few Sinhalese rulers of his time who consistently refused to compromise his religious identity.

The *Conquista* is, however, far from monological; it is much too ramshackle and sprawling an edifice for that. His missionary defensiveness

---

[135] See STRATHERN, *Kingship and Conversion*…cit.

[136] Q, pp. 522-3 tells us that Dharmapala bore 'with great patience the commotions of his lieges due in great measure to his change of religion,' and see, p. 708 too.

[137] Q, pp, 195-6.

[138] G. P. V. SOMARATNE, *A Political History of the Kingdom of Kotte, circa 1410-1521*, Columbo, 1975, p. 224.

[139] In K. M. DE SILVA (ed.), *University of Peradeniya History of Sri Lanka*, Volume II, Peradeniya, 1995, p. 74, and see Bhuvanekabahu's letters in SCHURHAMMER and VORETZSCH, (eds.), *Ceylon zur Zeit*…cit., pp. 197, 521.

is cross-cut by another agenda, which is to emphasize that Sri Lanka could have been – indeed could still become – a truly Christian land if only the progress of the faith had not been tainted by the baser qualities of Portuguese imperialism. Hence he has to give contingency its due and acknowledge sources of monarchical legitimacy beyond the customary religious commitments. He argues that in the tumult of the 1590s, the Sinhalese could have been induced to follow an indigenous Christian prince, but not a Portuguese power nakedly intent on avaricious conquest. [140] As a result when the plan leaked out that the Portuguese were going to set up one of their number on the Kandyan throne 'that great change succeeded in alienating the minds of a nation that ill-endured its own government [and was] unyielding to a foreign one… uniting the whole Island against the Portuguese nation without hesitating to accept a subject for King, provided he was an Apuami or Chingala gentleman.' [141] Queirós acknowledges that Sinhalese royal legitimacy is also nourished by blood-line, and by a feeling that the incumbent should be one of their own. [142] Apart from the instinctual repugnance of foreign rule that one might expect of a Portuguese who grew up under the 'Union of Crowns' , the Jesuit here is undoubtedly influenced by later events. Moreover, the text, littered as it is with erudite references, is also informed by classical models of history that require the empathetic ennobling of the enemy. And as we watch Queirós flexing his muscles of humanist rhetoric through the Tacitean oratory of Sinhala leaders, we are reminded how of how completely empathy can obscure cultural difference. [143]

But again, it would be wrong to see his interpretations as a mere product of textual logic or a reflex Eurocentrism; it was grounded in bitter experience. For, by the time he was writing, the Sinhalese were known as the instigators of the fiercest and most long-lived resistance to the Portuguese anywhere. It is hardly surprising then that the Sinhalese are portrayed as a brave nation intolerant of foreign dominion and with a deep-seated hatred of the Portuguese. [144] We merely need to watch out for the extension of this seventeenth-century perspective to earlier eras, particularly when it provides a ready-made and sometimes anachronistic motivational logic for the mid-sixteenth-century actors. [145]

However, as we progress further into the sixteenth and particularly seventeenth century, it is becomes clearer that this sense of isomorphism between the spiritual and the temporal was something that Queirós imbibed from his Portuguese sources in the island. And the feelings of those sources,

---

[140] Q, p. 478-9.
[141] Q, p. 478.
[142] Q, p. 473.
[143] E.g.s: Q, pp. 334, 762-4.
[144] Q, pp. 306, 508, 540. The latter refers to 'the spirit of these people against a foreign dominion, for war can reduce, but tyranny can never subjugate a brave nation'.
[145] Q, pp. 296, 306.
[146] Flores (ed.), *Os Olhos*… cit., pp. 53, 153.

in turn, reflect the very facts of life there. Why does a soldier such as Sá de Miranda, for example, feel the need to excoriate Sinhalese religious and historical traditions so fiercely, or engage in an unseemly tussle over whether Adam's Peak bears Buddha's footprint or that of St. Joseph? [146] Because, as we shall see, by the time he was writing in the 1630s, political struggle had become unmistakeably associated with religio-cultural conflict. We only need to turn to the non-simulated voice of 'the enemy', as embodied in the roughly contemporary portions of the *Ràjàvaliya*, to find an equivalent assumption that being anti-Portuguese and anti-Christian were two sides of the same coin. [147] The general subversiveness and chaos of the Portuguese presence is emphasised in these pages – Buddhism is neglected, heretical beliefs flourish, the caste system collapses, inter-marriage is rife – in a way that echoes descriptions of long-past South Indian invasions. Bhuvanekabàhu is therefore castigated too, for joining hands with the *Pratikal* (Portuguese) causing harm to the *Sàsana* [the Buddhist 'Church']. [148] The spiritual battles had not only raged inside the fevered imagination of Queirós; they had been fought over the land of Sri Lanka and the minds of its people for more than a century.

Conclusion

When Fr. Simon Perera, Queirós' translator and one of the great historians of the 'Portuguese period', tells us that 'The manner and method of Queyroz was that of every honest historian in all ages' then we must now be inclined to disagree. [149] Queirós was rather more and rather less than an historian in a 'universal' or modern sense. For there were too many agendas beyond that of historicist fidelity shaping his narrative. If they are not borne in mind one runs the risk of being both overly credulous of his historical judgements and overly dismissive of the evidence his writings provide for the preoccupations of late seventeenth-century Goa. While the Catholic Empire was receding, the heretical Dutch were on the advance and heathen Asia remained largely resolute, the catastrophes of the present shuddered into representations of the past and future. Equally, too little patience for the obviously strange or mistaken passages in the *Conquista* has prevented access to the traumatic emotional life of the Portuguese and native Christian community over the preceding century, for it was this that gave shape and colour to many of the sources on which he in turn drew.

In the hands of Fernão de Queirós, the theme of religious disputation is developed in a rather unattractive spirit of aggression. Yet in a broader perspective these debates and dialogues, this urge to understand in order to

---

147 Suraweera (trans., ed.), *Rajavaliya*…cit., p. 74-7

148 *Ibid*, pp. 77.

149 Perera, *The 'Conquista'*… cit., p. 14.

overcome, did lead to the development of real breakthroughs in European comprehension of eastern thought. However in Sri Lanka, which was one of the few places where the hinterland was placed under the direct rule of the *Estado da Índia*, conversion to Christianity became largely a political act. As a result, the rigmarole of debate and confutation was so much more superfluous. Ultimately Sri Lanka was not a land won over to Christ by spiritual or intellectual conflict at all but by the contingencies of secular power. This must be one reason why the Portuguese learnt so little about the religion of the indigenous inhabitants of the island – but so much about the way in which political conflict could be matched by deep cultural antagonism.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 89-108

ALFONSO SÁNCHEZ E A SUA TRADUÇÃO LATINA DA *PEREGRINAÇAM* DE FERNÃO MENDES PINTO
Contexto literário e interesse pelo Oriente na génese de um manuscrito seiscentista

por

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA [1]

Barcelona, 1964-2003

Quando se deslocou a Roma, em 1964, tendo em vista preparar para a Hakluyt Society uma nova edição inglesa da *Peregrinaçam* que infelizmente acabaria por nunca vir a lume, Francis M. Rogers recolheu do padre Georg Schurhammer (1891-1971), notável biógrafo de Francisco Xavier, a notícia da existência de uma tradução latina da obra-prima de Fernão Mendes Pinto assinada por um jesuíta de nome Alfonso Sánchez. Tal como Schurhammer então indicou àquele antigo professor de Língua e Literatura Românicas na Universidade de Harvard, caso houvesse sobrevivido à Guerra Civil, o respectivo original deveria conservar-se no Arquivo do Colégio Jesuíta de Sant Cugat del Vallès, próximo de Barcelona. O padre Schurhammer acrescentava tratar-se de um original do século XVI e que o mesmo estivera na origem de uma moderna cópia manuscrita arquivada no Institutum Historicum Societatis Iesu, em Roma, com o título:

> Ex opere manuscripto cujus titulus: ||
> «Alfonsi Sanctii || Historiae Orientalis ||
> Anacephalaeosis. || «Ex peregrinationibus
> Ferdinandi Mendez || «Pinti, Orientis
> incognita multa || «complectens.» [2]

Francis Rogers verificou de imediato que esta última cópia consistia em vinte e duas folhas numeradas e escritas em apenas um dos lados. Transcreviam-se aí os capítulos 92 a 96 do manuscrito latino primitivo, conteúdo

---

[1] Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[2] Francis M. ROGERS, «The Manuscript Latin Translation of Mendes Pinto's *Peregrinaçam*», in *Homenaje a Rodríguez-Moñino – Estudios de erudición que le ofrecen sus amigos o discípulos hispanistas norteamericanos*, vol. 2, Madrid, Editorial Castalia, s/d. [1966], cit. p. 146.

correspondente aos capítulos 200 a 219 da primeira edição da *Peregrinaçam* (Lisboa, 1614). Na mesma ocasião, Schurhammer sugeriu que se deveria estar perante uma transcrição encomendada no final do século XIX pelo padre Mariano Lecina, S.J., editor do primeiro volume da *Monumenta Xaveriana ex Autographis vel ex Antiquioribus Exemplis Collecta* (Madrid, 1899) [3]. Restava o manuscrito de Sant Cugat, que Rogers analisou pouco depois e do qual deu notícia em 1966, no artigo que estamos a seguir. Consistindo em 150 folhas em formato in-fólio, a maioria das quais escritas na frente e no verso, indiciava ter sido redigido por uma única mão, correcções inclusive. Para além de um «Prohemium» (emendado para «Prooemium»), dividia-se em 98 capítulos, numerados de 1 a 100, uma vez que omitia os capítulos 8 e 23. Apesar de tanto a *editio princeps* da *Peregrinaçam* como a tradução castelhana que Francisco de Herrera Maldonado editou em Madrid, em 1620, com o título *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* apresentarem o texto dividido em 226 capítulos, Rogers pôde comprovar que os capítulos deste manuscrito latino cobriam a totalidade da matéria do livro original. No cimo do fólio 1r., constava o seguinte cabeçalho:

> Doctoris || ALFONSI SANCTIJ || Historie orientalis || ANACEPHALAEOSIS. || Ex Peregrinationib[us] Ferdinandi Mendez || Pinti, orientis incognita multa || complectens. [4]

À luz do que então concluiu sobre este segundo e mais antigo manuscrito latino, é compreensível que Rogers se tenha desinteressado de o publicar. Quando seguira na sua pista, o principal propósito do académico norte-americano fora o de confirmar a eventualidade de se poder tratar de um trabalho efectuado sobre o desaparecido manuscrito original da *Peregrinaçam*. De certo modo, esta hipótese era sustentada pela ideia que vimos que Schurhammer tinha de que o manuscrito de Sant Cugat era quinhentista. Mas para tal também confluía uma quase obscura nota de rodapé inscrita pelo jesuíta Ignatio Torre no texto introdutório à tradução espanhola da história da vida do geral Diego Laínez de Giuseppe Boero, S.J., que editou em Barcelona em 1897. Aí, o padre Torre agradecia ao seu confrade Pablo Pastells (1846-1932), por este lhe ter dado a conhecer o manuscrito latino de Alfonso Sánchez guardado na Catalunha, manuscrito esse de onde acabara por extrair algumas passagens que Mendes Pinto originalmente consagrara a Paulo de Santa Fé, o japonês converso amigo de Francisco Xavier chamado Anjirô. Depois – e em clara sintonia com o que o próprio Pastells viria a escrever na reedição de *Labor evangélica* de Francisco Colín que lhe coube preparar (3 vols., Barcelona, 1900-1902) –, Ignatio Torre afiançava que o manus-

---

[3] *Id.*, *ibid.*, p. 146.
[4] Ver *id.*, *ibid.*, pp. 146-148.

crito em questão, além de autógrafo, era «sin duda del siglo XVI» [5]. Como Rogers recorda, no ano de 1934 o renomado orientalista Paul Pelliot (1878--1945) ainda dataria do mesmo modo esse manuscrito latino da *Peregrinaçam* [6].

Das duas questões capitais que se cruzavam neste novelo – *i.e.* cronologia e autoria da *Anacephalaeosis* –, aquela que apontava directamente para a possibilidade temporal da tradução assinada por Alfonso Sánchez ter tido por base o manuscrito original de Fernão Mendes Pinto era, apesar de tudo, a mais fácil de dilucidar. Tal como Rogers logo observou com propriedade, existia uma semelhança flagrante entre o título latino e o título da tradução da *Peregrinaçam* assinada por Herrera Maldonado. Esta evidência constituía o primeiro sinal de que o trabalho latino fora realizado depois de 1620 e sem aproveitamento do original português. De todo o modo, no manuscrito de Sant Cugat também se tinha essa indicação de um autor chamado «Doutor Alfonso Sánchez», personagem que nem Torre, nem Pastells ou Pelliot haviam confundido, uma vez que fosse, com o célebre quase homónimo Alonso Sánchez, jesuíta enviado da Nova Espanha para Manila no início da década de 1580, onde veio a ser secretário e conselheiro do bispo Domingo de Salazar e onde se destacou como co-proponente de um alucinante projecto para a conquista da China que o próprio tentou expor a Filipe II, no Escorial, entre finais de 1587 e Agosto de 1588 [7]. Independentemente do ano por regra assumido como o da morte do padre Sánchez – 1593 – conceder a margem suficiente para que ele pudesse ter manipulado o texto e apenas o texto legado por Fernão Mendes, o facto é que nada havia no currículo deste jesuíta que indiciasse o tipo de requisitos necessários para a realização deste género de tarefa literária [8].

Quando se debruçou de forma mais cuidada sobre as provas disponíveis, Rogers pôde confirmar as suas suspeitas com dois dados decisivos. Por um lado, alguns exemplos da caligrafia do padre Alonso Sánchez guardados nos arquivos romanos da Companhia de Jesus não coincidiam com a letra do manuscrito catalão. Por outro, somavam-se as coincidências entre, por exemplo, topónimos e antropónimos empregues neste último manuscrito e

---

[5] Ignacio TORRE, «Introducción», in Giuseppe BOERO, S.J, *Vida del siervo de Dios Padre Diego Laynez, tercero de los primeros compañeros de San Ingacio de Loyola en la fundacion de la Compañía de Jesús – Escrita en lengua italiana por el P. José Boero Asistente de Italia, traducida notablemente aumentada y enriquecida de copiosos autógrafos por el P. Ignacio Torre ambos de la misma Compañía*, t. I, Barcelona, Imprenta de Francisco Rosal, 1897, cit. p. CI, n. 1. Ver F. M. ROGERS, «The Manuscript»…, p. 145.

[6] Paul PELLIOT, «Un ouvrage sur les premiers temps de Macao», *T'oung Pao,* Leyden, XXXI (1934-1935), p. 65; ref. in F. M. ROGERS, *ibid*., p. 145.

[7] Ver, *inter alia*, Manel OLLÉ, *La empresa de China – De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Acantilado, 2002, pp. 197-230.

[8] Ver Carlos SOMMERVOGEL, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, t. VII, Bruxelas/Paris, Oscar Schepens/Alphonse Picard, 1896, pp. 520-521; Antonio PALAU Y DULCET, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. XIX, 2.ª ed., Barcelona, A. Palau y Dulcet, 1967, p. 245, refs. 294032 e 294032-II.

aqueles que Herrera Maldonado empregara em 1620 e que estão distorcidos em relação à grafia da primeira edição portuguesa da *Peregrinaçam* [9]. Diante disto, acrescentou o óbvio: «I ascertained to my own satisfaction that the Latin is a summary – an anacephalaeosis – of Herrera Maldonado's Spanish» [10].

Francis Rogers acabaria por não conseguir precisar qual das edições da tradução do cónego Francisco de Herrera Maldonado fora manuseada pelo doutor Alfonso Sánchez quando produzira a sua anacefaleose ou resumo da *Peregrinaçam* – se alguma das duas edições divulgadas em Madrid, em 1620, ou se a também madrilena de 1627-1628. De qualquer modo, tal questão é, por certo, a menos fundamental de todas. Importante é que tenha identificado o manuscrito em causa e percebido que se tratava de um exercício de erudição que não só não terá tido qualquer impacto assinalável na época em que foi escrito, como não serve hoje para a reconstituição que todos ambicionaríamos fazer do original legado por Fernão Mendes Pinto [11].

A relativa esterilidade do exercício de Alfonso Sánchez – síntese latina nunca impressa de uma tradução que, essa sim, teve um impacto decisivo a nível europeu – tanto ajuda a perceber o dito desinteresse de Rogers em o editar, como talvez até a quase completa ausência de referências que lhe foram feitas de 1966 para cá, mormente em Portugal, onde o escrupuloso Francisco Leite de Faria surge como a excepção que confirma a regra [12]. A despeito de tudo isto, sempre nos pareceu que o texto de Sánchez merecia um pouco mais de atenção, quanto mais não fosse pela curiosa circunstância ibérica que o parece ter gerado.

Seguindo os passos dados há cerca de quarenta anos pelo professor de Harvard, em Setembro de 2003 começámos por procurar o antigo manuscrito de Alfonso Sánchez no imponente edifício do Centro Borja, em Sant Cugat, em cuja biblioteca fomos guiados com inexcedível amabilidade pelo padre Antonio Borràs. Nada tendo encontrado aí, prosseguimos o nosso inquérito no Arxiu Històric Companyia de Jesús Catalunya, em Barcelona, para onde acabava de ser trasladada parte considerável do respectivo arquivo. Porque entretanto soubera o que buscávamos, o seu director, padre Jordi Roca, esperava-nos com o desconsoladora notícia de que a primitiva *Anacephalaeosis* de Sánchez desaparecera daquele espólio.

Em contrapartida, o padre Roca deu-nos a ver uma cópia moderna manuscrita, eventualmente contemporânea da de Roma, onde, para além do índice completo dos 98 capítulos que sabemos constavam do original (numeração de 1 a 100, antecedida de prólogo e com os capítulos 8 e 23 omissos), se transcrevem os primeiros 19 capítulos (numeração até ao capítulo 20, continuando a saltar-se o oitavo). Tal conteúdo corresponde a uma versão

---

[9] Ver F. M. Rogers, «The Manuscript»…, pp. 145-149.

[10] *Id.*, *ibid.*, cit. pp. 148-149.

[11] Ver *id.*, *ibid*, pp. 151-152.

[12] Ver Francisco Leite de Faria, *As muitas edições da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1992, p. 27.

concentrada do que está nos primeiros 34 capítulos da edição *princeps* da *Peregrinaçam*, tratando o capítulo 20 da «Nauigatio Ferdinandi Mendez ad Regnum Paon». À frente do número de cada capítulo, o índice especifica, entre parêntesis, a paginação correspondente no manuscrito original. Este novo manuscrito, encadernado, tem a cota *Ms. E.I, a.-2* do AHSIC e é composto por um total de 62 páginas, escritas na frente e no verso. Na página não numerada que serve de rosto, os respectivos título e menção confirmam o que já conhecemos:

> Doctoris || ALFONSI SANCTIJ || Historiæ
> orientalis || ANACEPHALÆOSIS. || Ex
> peregrinationibus Ferdinandi Mendez, ||
> Pinti, orientis incognita multa ||
> Complectens

Existem desacertos de pormenor entre estes dizeres e os que surgem, por cima do índice, na página 1. Por exemplo, em vez de *Historiæ* surge *Historie*, enquanto *peregrinationibus* passa a *Peregrinationi*, tal qual no título original revelado por Rogers. Repetem-se discrepâncias deste género entre a escrita dos títulos dos capítulos no índice do manuscrito e a sua indicação no corpo do texto, algo que, além do mais, deixa perceber duas caligrafias diferentes. Depois, logo no início surgem elementos que indiciam que esta cópia incompleta do manuscrito de Sánchez foi realizada por um espanhol ou num âmbito em que castelhano dominava, caso da palavra «Índice» que surge na primeira das folhas e do «Fin del Indice» escrito no final do mesmo. Na edição que preparamos dos dois fragmentos disponíveis desta *Anacephalaeosis*, demonstrar-se-á de que forma o latim empregue no caderno de Barcelona aparece contaminado por expressões trazidas do castelhano, facto que nos remete de novo para o contexto espanhol que tanto enquadrou o compendiador do século XVII, como o copista moderno.

Alfonso Sánchez

Tendo dado notícia do desaparecimento do manuscrito seiscentista da *Anacephalaeosis* mendesiana antes guardada em Sant Cugat e do aparecimento de uma nova cópia parcial moderna do mesmo texto, é chegada a altura de acrescentar algumas palavras ao retrato do doutor Alfonso Sánchez que Francis Rogers ofereceu nesse seu tão pouco citado artigo de 1966. Fazê-lo proporcionará também o pretexto para que se inquira um pouco mais sobre a particularíssima ambiência intelectual que terá suscitado essa algo extravagante recapitulação latina da *Peregrinaçam*. Talvez não seja excessivo dizer que estamos perante um daqueles casos em que a circunstância exterior é tão ou mais relevante do que o próprio objecto textual.

O pouco, mas essencial, que Rogers averiguou sobre a biografia de Alfonso Sánchez tanto recupera o que Joaquín de Entrambasaguas anotara

no tomo I dos seus *Estudios sobre Lope de Vega* [13], como é ligeiramente ampliado pelo que Antonio Palau y Dulcet inscreveu no tomo XIX do *Manual del Librero Hispanoamericano* [14]. Da sobreposição destes três inquéritos, extrai-se estarmos perante o *Maestro y Doctor* Alfonso Sánchez de Moratalla, um murciano que foi raçoeiro da Santa Iglesia Magistral de los Santos Justo y Pastor de Alcalá e catedrático de Hebreu e Grego da respectiva Universidade, na primeira metade do século XVII. Nos seus *Diálogos de apacible entretenimiento* (Barcelona, Sebastián de Cormellas, 1605), Gaspar Lucas Hidalgo põe na boca do interlocutor Gallos o seguinte: «[…] Pues el maestro Sánchez, digo el retórico, el griego, el hebreo, el músico, el médico y el filósofo, el jurista y el humanista […] tiene una cabeza, que en todas estas ciencias es como Ginebra, en la diversidad de profesiones» [15]. Ainda que estejamos aqui diante de um dos mais acabados exemplos de um género literário que vive do apodo, do equívoco e do jogo lúdico de palavras, ver-se-á que o aparente encómio escrito por Lucas Hidalgo não destoa do que outros, acreditamos que mais sinceros, dedicaram a um homem que chegaria a ter o caldeu entre as várias línguas que tratava com familiaridade [16].

Além de um *Libellum pro Iuramento Complutensis Academiæ circa defensionem Immculatæ Conceptionis Mariæ Deiparæ* (Alcalá, ex Officina Antonii Duplastre, 1617 [17]) – como o título esclarece, texto alusivo ao juramento que a Universidade de Alcalá de Henares se obrigou a fazer em defesa do dogma da Imaculada Conceição –, Alfonso Sánchez veio a publicar em Alcalá o segundo dos três resumos latinos que lhe conhecemos: *Magistri Alfonsi Sanctij Hispani, De Rebus Hispaniæ Anacephalæosis Libri Septem. A condita Hispania ad annum 1633* (Alcalá, ex Officina Antonii Duplastre, 1634) [18]. Este título corresponde a um compêndio da famosa *Historiae de rebus Hispaniae*

---

[13] Joaquín de Entrambasaguas, *Estudios sobre Lope de Vega*, t. I, Madrid, C.S.I.C., 1946, pp. 559-571, n. 183.

[14] Ver A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XIX, p. 245, refs. 294033 e 294934.

[15] Gaspar Lucas Hidalgo, *Diálogos de apacible entretenimiento, qve contiene vnas Carnestolendas de Castilla. Diuidido en tres noches, del Domingo, Lunes, y Martes, de Antruexo. Procvra el autor en este libro entretener el lector con varias curiosidades de gusto, materia permitida para recrear penosos cuidados a todo género de gente* [1605], Diálogo I, cap. II, in *Biblioteca de Autores Españoles*, t. XXVI, p. 283; cit. in J. Entrambasaguas, *Estudios…*, t. I, p. 571, n. 183.

[16] Ver J. Entrambasaguas, *ibid.*, t. I, p. 570, n. 183; Carlos Vaíllo, «La novela picaresca y otras formas narrativas», in Francisco Rico (dir.), *Historia Crítica de la Literatura Española*, vol. 3, Barcelona, Editorial Crítica, 1983, p. 457; Máxime CHEVALIER, «La agudeza verbal: conversación y literatura», in F. Rico (dir.), *Historia Crítica de la Literatura Española*, vol. 3/1, Barcelona, Editorial Crítica, 1992, pp. 56-58.

[17] Para uma discussão sobre esta data, veja-se a nota na qual Palau y Dulcet remete o início da actividade de Duplastre para 1622: A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XIX, p. 245, ref. 294033.

[18] *Magistri Alfonsi Sanctij Hispani, De Rebus Hispaniæ Anacephalæosis Libri Septem. A condita Hispania ad annum 1633. Ad Clarissimum Virum D. Ioannem Gonsalium Usquetam, & Valdesium, ex ordine Iacobeo inclytum Heroem, Compluti, Typis Antonii Duplastre. Anno M. DC. XXXIIII*.

do jesuíta Juan de Mariana (Toledo, 1592; trad. castelhana, 1601), algo que o sevilhano Nicolás Antonio (1617-1684) já assinalara no primeiro tomo da sua *Biblioteca Hispana Nova* (Roma, ex Officina Nicolai Angeli Tinassi, 1672) [19]. No respectivo *Iudicium*, datado de 1 de Fevereiro de 1633, o cronista régio Tomás Tamayo de Vargas confirma parte destes dados, mas também nada lhes acrescenta de substancial [20]. O mesmo se passa quer com a censura feita pelo doutor Juan González Martínez (ou Martín) [21], quer com a licença do licenciado Fernando de Ballesteros y Saavedra (ambas de 19 de Agosto de 1632) [22], pelo que há que voltar a recorrer a Nicolás Antonio para descobrir uma referência alusiva à terceira anacefaleose latina do mestre de Alcalá: «*Anacephaleosim de Rebus Indicis*, quem librum adservabat Matriti, dum vivert, D. Petrus de la Escalera Guevara I. C. & in Curiâ defensor causarum, loco suo a nobis laudandus» [23].

Esta indicação sobre um sumário das coisas das Índias escrito por Sánchez que tinha estado na posse do advogado madrileno Escalera Guevara é retomada por Andrés González de Barcia (1673-1743) na segunda edição do *Epitome de la Bibliotheca Oriental, y Occidental, Nautica y Geografica* de Antonio de León Pinelo, pela qual foi responsável (Madrid, Oficina de Francisco Martinez Abad, 1737) [24]. Outro tanto vem a suceder na segunda edição da *Bibliotheca Hispana Nova* de Nicolás Antonio (Madrid, apud Joachimun de Ibarra Typographum Regium, 1788) [25]. Quanto à anacefaleose da *Peregrinaçam*, tanto quanto conseguimos averiguar refere-a apenas Miguel de la Portilla y Esquivel, no volume I da sua *Historia de la Ciudad de Compluto, vulgarmente, Alcala de Santiuste y aora de Henares* (Alcalá, Joseph Espartosa,

---

[19] Nicolás Antonio, *Bibliotheca Hispana sive Hispanorvm, qvi vsqvam vnqvamve sive Latinâ sive popolari sive aliâ quâvis linguâ scripto…*, t. I, Roma, ex Officina Nicolai Angeli Tinassi, 1672, p. 37.

[20] Ver «*Ivdicvm D. Thomæ Tamaio de Vargas Historiographi, & in Supremo Ordinum & Consilio Ministri Regij*», in Alfonso Sánchez, *De Rebus Hispaniæ Anacephalæosis…*, p. 4 [s/n].

[21] Ver «Censura D. Ioannis Gonsalii Martinij Primarij Theologi Complutensis», in *id*., *ibid*., p. 3 [s/n.].

[22] Ver «[Licencia del] Licenciado don Fernando de Vallesteros y Saavedra Maestre escuela de la Santa Iglesia desta villa de Alcala de Henares, y Vicario General de la Audiencia y Corte Arçobispal della y de todo el arçobispado de Toledo por su Alteza», in *id*., *ibid*., p. 3 [s/n.].

[23] Nicolás Antonio, *Bibliotheca…*, t. I, cit. p. 37.

[24] Antonio de Léon Pinelo e Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental, Nautica, y Geografica de Don Antonio Leon Pinelo, del Consejo de su Mag. en la Casa de la Contratacion de Sevilla, y Coronista Mayor de las Indias; Añadido, y enmendado nuevamente, en que se contienen los escritores de geografia de todos los reynos, y señorios del mundo*, t. I, Madrid, Oficina de Francisco Martinez Abad, 1737, cols. 594-595.

[25] Nicolás Antonio, *Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum qui ab anno MD. Ad MDCCXXXIV Floruere Notitia. Auctore D. Nicolao Antonio Hispalensi I.C. Ordinis S. Iacobi equite, patriæ Ecclesiæ canonico, Religiorum negotiorum in Urbe & Romana curia procuratore generali, consiliario Regio. Nunc primum prodit Recognita Emendata Auctor ab ipso auctore*, t. I, Madrid, apud Joachimun de Ibarra Typographum Regium, 1788, p. 47.

1725)[26]. Vale dizer que, além do antes mencionado jesuíta Alonso Sánchez, que teorizou a «guerra justa» contra a China, há sobretudo três nomes que dão por vezes azo a que se baralhe o que é próprio do doutor Sánchez: o jesuíta Alfonso Sánchez de Alcázar (1603-1667), autor de uma *Oracion laudatoria a los Santos y venerables memorias que celebra el… Colegio Mayor de San Ildefonso* (Alcalá, 1650)[27]; o licenciado Alonso Sánchez de la Ballestra, pseudónimo de padre Frómista de San Agustín e autor do *Dictionario de Vocablos castellanos, aplicados a la propridad* [*sic*] *latina, en el qual se declara gran copia de Refranes vulgares reduzidos a Latinos: y muchas phrases Castellanas, com las que en Latin les corresponden* (Salamanca, 1587)[28]; e até o escritor setecentista homónimo, que publicou uma *Cathedra de desengaños medicos sobre la ciencia humana en la filosophia moral* (Madrid, 1727) e um *Despertador medico, con su botica de pobres* (Madrid, 1729)[29].

Pesquisando um pouco para lá das evidências dos títulos, encontramos diversos sinais avulsos, mas não menos elucidativos, sobre o perfil do nosso compendiador. Alguns deles surgem por via do *octasticón* que Alfonso Sánchez escreve em homenagem à obra do jurisconsulto e escritor Alfonso Carranza nas páginas iniciais de *Disputatio de vera naturalis et legitimi partus de signatione Omnibus utilis iurisprudentibus necessari* (Madrid, ab Officina Francisci Martinez, 1628)[30]. Também encontrarmos o seu nome entre os vários autores de poemas latinos inscritos em, pelo menos, uma das edições de *De Indicarum Iure, sive de iusta Indiarum occidentalium gubernatione* do conselheiro régio Juan de Solórzano Pereyra (Madrid, Ex Typographia Francisci Martinez, 1639)[31] – ao lado de Frei Pablo de Granada e de Francisco

---

[26] Miguel de Portilla y Esquivel, *Historia de la Civdad de Complvto, vvlgarmente, Alcala de Santivste y aora de Henares,* vol. I, Alcalá, por Joseph Espartosa, 1725, p. 207. Ver F. M. ROGERS, «The Manuscript»…, pp. 149-151.

[27] Ver A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XIX, p. 278, ref. 264673.

[28] Ver entrada «Alonso Sánchez de la Ballestra», in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, t. LIII, Bilbau, Espasa-Calpe, 1926, p. 1220; Francisco Vindel, *Manual Gráfico-Descriptivo del Bibliófilo Hispano-Americano (1475-1850)*, t. IX, Madrid, F. Vindel, 1931, p. 49, ref. 2758; J. Entrambasaguas, *Estudios…*, t. I, p. 569, n. 183; Cayetano Rosell, «Catálogo de los autores citados en el *Laurel de Apolo*», in Lope de Vega, *Colección escogida de obras no dramaticas – Biblioteca de Autores Españoles*, t. XXXVIII, Madrid, Ediciones Atlas, 1950, p. 537; A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XIX, p. 283, ref. 294780.

[29] Ver A. Palau y Dulcet, *ibid*., t. XIX, pp. 245-246, refs. 294035 e 294036; *The National Union Catalogue Pre-1956 Imprints*, vol. 518, Washington, Mansell Publishing/The American Library Association, 1977, p. 312.

[30] Ver Justa Moreno Garbayo, *La Imprenta en Madrid (1626-1650) – Materiales para su estudio e inventario*, vol. 1, Madrid, Editorial Arco/Libros, 1999, p. 268, ref. 370. Cf. A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. III, 1950, p. 187, ref. 44941.

[31] Juan de Solórzano Pereyra, *De Indicarvm Iure, sive de ivsta Indiarvm Occidentalivm Gvbernatione, Tomus Alter. Qvinqve libris distinctvs, in quibus omnia, quae ad servitia personalia, Tributa, Decimas, & Commendas Indorum spectant, exactissimè pertractantur…*, Madrid, Ex Typographia Francisci Martinez, 1639; ref. in A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XXI, 1969, p. 489, ref. 318975; J. Moreno Garbayo, *La Imprenta…*, vo1. 1, pp. 740-741, ref. 2044. Cf. F. Vindel, *Manual Gráfico…*, t. IX, pp. 182-183, refs. 2884-2885; A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XXI, pp. 489-491, refs. 318974-318987.

de Quevedo, um dos expoentes do emergente patriotismo espanhol [32]. Pouco antes, Juan Pérez de Montalbán, poeta dramático, novelista e primeiro biógrafo de Lope de Vega, solicitara a Sánchez outra poesia latina, a qual aparecerá entre os muitos sonetos, elegias, canções líricas, décimas e epigramas que Montalbán colocou a abrir a *Fama posthvma en la vida y mvverte del doctor frey Lope Felix de Vega Carpio* (Madrid, Imp. del Reyno, 1636) [33].

Um dos convocados para este livro foi o licenciado Pedro de la Escalera Guevara, que vimos ter sido dono de um exemplar da *Anacephaleosim de Rebus Indicis* de Alfonso Sánchez, e que aí assina um soneto que começa assim: «Cisne sagrado; a cuya docta pluma…» [34]. Mas será o próprio Lope de Vega a dar-nos uns dos sinais mais expressivos do juízo que os contemporâneos formulavam a respeito de Sánchez. Fê-lo por intermédio do soneto que expressamente lhe dedicou no *Laurel de Apolo*, longo discurso-inventário publicado pela primeira vez em Madrid, em 1630, onde buscou celebrar «tantos, y tan ilustres ingenios como produce España» [35]. O pretexto mais imediato para a composição desta obra tinha sido a homenagem prestada pela Academia de Madrid, em Abril de 1628, à memória de Vicente Espinel, o autor da novela picaresca *Relaciones de la vida del Escudero Marcos de Obregón* (Madrid**,** 1616) [36]. Cervantes, com *Viage del Parnaso* (Madrid, 1614), apurara o modelo que reencontramos nesta evocação de cerca de trezentos artistas que Lope, às vezes não sem boa dose de ironia, avaliou serem representativos da cultura espanhola do tempo [37]. Na quarta das dez silvas em que se divide o texto, vem assim o referido louvor do doutor Sánchez:

> «[…] *Felice edad pasada*
> *Que honrabas los científicos varones,*
> *¿Cuándo sera que premies y repares*
> *La gloria de tus hijos, sacro Henares?*
> *En la lengua sagrada*
> *Mira tambien la Musa celebrada*

---

[32] Ver, *inter alia*, Manuel Peña, «España entre la realidad y la aparencia», in Ricardo García Cárcel (coord.), *Historia de España siglos XVI y XVII – La España de los Austrias*, Madrid, Cátedra, 2003, pp. 313-315.

[33] Juan Pérez de Montalbán, *Fama posthvma en la vida y mvverte del doctor frey Lope Felix de Vega Carpio. Y elogios panegíricos a la inmortalidad de sv nombre. Escritos por los mas esclarecidos ingenios. Solicitados por el Doctor…*, Madrid, Imp. del Reyno, 1636, fol. 50r. Ver José Simón Díaz, *Impresos del Siglo XVII – Bibliografía selectiva por materias de 3.500 ediciones príncipes en lengua castellana*, Madrid, C.S.I.C., 1972, pp. 513-518.

[34] Juan Pérez de Montalbán, *Fama posthvma…*, cit. fol. 87v.

[35] Lope de Vega, *Laurel de Apolo*, Londres, Leclere y Compañía, 1824, «Prologo», cit. p. VI.

[36] Ver José Luis Abellán, *Historia Crítica del Pensamiento Español*, vol. 3, 2.ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1988, pp. 151-152; Antonio Fernández Luzón, «El legado cultural», in R. García Cárcel (coord.), *Historia de España…*, p. 547.

[37] Ver Carlos Vossler, *Lope de Vega y su tiempo*, 2.ª ed., Madrid, Revista de Occidente, 1940, pp. 139-145; Bruce W. Wardropper, «Temas y problemas del Barroco español», in F. Rico (dir.), *Historia Crítica…*, vol. 3, p. 25; Juan Manuel Rozas, «Lope de Vega: poesías y prosas», in *id.*, *ibid.*, p. 128.

De Alonso Sanchez, cuyo ingenio incluye
Entre otras ciencias tal destreza en verso
Que de David el harpa sustituye,
Sonora por el ambito universo,
En dorado metal, en marmol terso,
Fabricale coluna en tu rivera,
Que a los siglos refiera
Las alabanzas que mi amor oculta,
Tales, que siendo amor las dificulta» [38].

Se outros motivos não houvesse, percebe-se que Lope de Vega assim se expressasse porque cerca de doze anos antes coubera a Alfonso Sánchez escrever um denso libelo em defesa da figura e da obra do «Fénix de los Ingenios». Dessa vez, a causa próxima fora uma violenta diatribe que visara sobretudo Lope, editada em Alcalá de Henares ou em Madrid, em 1617, com o provocatório título de *Spongia* (*spongea*, do grego σπογγία, latinizado; esponja). O seu autor, arvorado em guardião do latim e escondido sob pseudónimo anagramático de *Trepus Ruitanus Lamira*, veio a saber-se ser um tal Pedro de Torres Rámila, *profesor repetidor* de Gramática na Universidade de Alcalá desde 1616 e que também poetou em castelhano e latim versos que hoje ninguém repete.

Ainda que não se possa inferir qualquer ligação definitiva entre uma coisa e outra, sempre deve notar-se que a *Spongia* é impressa num momento em que Lope de Vega, então no auge da sua glória, se encontra no centro dessa épica guerra barroca que colocará de um lado da barricada todos aqueles que, a começar por ele mesmo, pugnavam por um estilo claro e simples, e, do outro, Luis de Góngora e os demais defensores de um estilo de extrema artificialidade [39]. Agora, mais importante que tudo parece ter sido o facto do preceptista aristotélico Torres Rámila ser um íntimo de Cristóbal Suárez de Figueroa, personagem pelo menos tão conhecida como arbitrista e autor da miscelânea autobiográfica dialogada *El Passagero. Advertencias utilissimas a la vida humana* (Madrid, 1617) como pelo ódio antigo que destilava em relação a Lope [40]. E também o era de Juan Pablo Mártir Rizo, panegirista de Filipe II, cantor da grandeza hispânica no anti-maquiavélico *Norte de príncipes* (Madrid, 1626), futuro tradutor da *Poética* de Aristóteles (ms. 1623) e cujo sonante nome chegara a surgir, não se sabe ao certo se de *motu proprio* se à revelia, no cabeçalho de alguns exemplares da *Spongia* em vez do anagrama cobarde de Torres Rámila [41].

---

[38] LOPE DE VEGA, *Laurel…*, Silva IV, cit. p. 84.

[39] Ver J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, p. 263, n. 75; J. L. ABELLÁN, *Historia Crítica…*, vol. 3, pp. 538-539.

[40] Ver, *inter alia*, Antonio VILANOVA, «Preceptistas de los siglos XVI y XVII», in Guillermo DÍAZ-PLAJA (dir.), *Historia General de las Literaturas Hispánicas*, vol. 3, Barcelona, Editorial Barna, 1953, pp. 672-679.

[41] Ver J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, pp. 205-344; J. L. ABELLÁN, *Historia Crítica…*, vol. 3, pp. 101 e 217-219; Eugenio ASCENSIO, «Tramoya contra poesía. Lope atacado y triunfante

Depois de, como se julga, terem corrido a recolher e a destruir todos os exemplares desta sátira que encontraram, Lope de Vega e seus amigos prepararam um contra-panfleto que veio a intitular-se *Expostulatio Spongiae a Petro Turriano Ramila Pro Lupo a Vega Carpio* [42]. Editado por duas vezes em 1618, em Madrid, mas disfarçado de impresso de origem francesa, tal resposta teve por principal mentor o indefectível «lopista» Francisco López de Aguilar [43]. É a seguir aos competentes *Elogia* a Lope, a um primeiro texto de desagravo escrito a várias mãos, a uma colecção de louvores poéticos e a um relato intitulado *Oneiropaegnion, sive iocus* – «sonho jocoso, ou jogo» – que aparece um *Appendix ad Expostulationem Spongiae* assinado pelo mestre Alfonso Sánchez [44]. «Pomposo ditirambo», como o classificou Marcelino Menéndez Pelayo [45], aí Sánchez expôs com manifesta erudição e autoridade dialéctica a tese de que a liberdade criativa de Lope de Vega não apenas estava conforme ao conceito de arte e às raízes que esta deveria sempre ter fincadas na natureza, como resultava numa obra superior à de todos os poetas antigos e onde brilhavam comédias melhores que todas as de Menandro e Aristófanes [46]. Se há compreensível proximidade entre esta apologia e a teoria dramática que Lope expôs no *Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo* (Madrid, 1609), também acontece que as proposições de Sánchez sobre o «Monstruo de la Naturaleza» valem por si, constituindo uma peça de crítica estética que transpira originalidade [47].

«La mayor cosa que los hombres hacen unos por otros es la defensa, y así, la mayor obligación que tienen es a quien los defiende», escreverá pouco depois Lope de Vega a Alfonso Sánchez, na ocasião em que, tendo presente o amigo das horas difíceis, lhe dedica a sua comédia *El Desconfiado* (in

---

(1617-1622)», in Antonio SÁNCHEZ ROMERALO (ed.), *Lope de Vega: el teatro I*, Madrid, Taurus, 1989, pp. 229-247; Ricardo GARCÍA CÁRCEL, *Las Culturas del Siglo de Oro*, Madrid, Historia 16, 1999, pp. 70-71, 73, 89 e 167; Ricardo GARCÍA CÁRCEL, «El perfil del rey», in R. GARCÍA CÁRCEL (coord.), *Historia de España…*, p. 127; Manuel PEÑA, «La búsqueda de la paz y el *remedio general*», in *id*., *ibid*., p. 248; M. PEÑA, «España entre la realidad»…, p. 315.

[42] *Expostulatio Spongiae a Petro Turriano Ramila Pro Lupo a Vega Carpio, poetarum hispaniae principe. Auctore Julio Columbario B. M.D.L.P. Item. Oneiropaegnion, et Varia Illustrium virirum poemata. In laudem eivsdem Lupi a Vega. V.C. Tricassibus Sumptibus Petri Chevillot Anno M.D.C.V.III*.

[43] J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, pp. 417-580.

[44] Alfonso SÁNCHEZ, «Appendix ad Expostulationem Spongiae», in *Expostulatio Spongiae…*, fols. XXVr.[s/n.]-XXXIIv.[s/n.].

[45] Marcelino MENÉNDEZ PELAYO, *Obras Completas – Historia de las Ideas Estéticas en España*, vol. 2, Santander, Aldus, 1940, cit. p. 308.

[46] Ver Alfonso SÁNCHEZ, «Appendix ad Expostulationem Spongiae», trad. castelhana parcial in M. MENÉNDEZ PELAYO, *Obras Completas…*, vol. 2, pp. 305-307.

[47] Ver J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, pp. 569-571; M. MENÉNDEZ PELAYO, *Obras Completas…*, vol. 2, pp. 302-305; Marc VITSE e Frédéric SERRALTA, «El Teatro del Siglo XVII», in José María DÍEZ BOSQUE (dir.*), Historia del Teatro en España*, t. I, Madrid, Taurus, 1990, pp. 493-494; Ramón VALDÉS, «Poéticas de los siglos XVI y XVII», in Ricardo GULLÓN (dir.), *Diccionario de Literatura Española e Hispanoamericana*, t. 2, Madrid, Alianza Editorial/Sociedad Quinto Centenario, 1993, p. 1306.

Trezena parte de las Comedias de Lope de Vega Carpio, Madrid, viuda de Alonso Martín, 1620)[48]. Ainda que já não consigamos extrair daí grandes novidades biográficas, registe-se o seguinte epigrama, que Lope então escolheu apresentar como havendo sido composto por «un aficionado de sus grandes partes, letras y virtudes»:

> «*La lengua hebrea, griega y la latina,*
> *por su elegancia, competir quisieron,*
> *como Venus, y Juno, y la divina*
> *Palas, y al Paris de las letras fueron,*
> *y aunque la hebrea pareció más digna,*
> *en Sánchez, tan recíprocas se vieron,*
> *que, como las tres Gracias, se abrazaron*
> *Y a vivir en su lengua se quedaron*»[49].

Entre «orientalistas»

No ensaio que antes citámos, Menéndez y Pelayo acaba a definir o doutor Alfonso Sánchez como «orientalista complutense», percebendo-se que o classificava assim tão-só em atenção às suas glosadas competências linguísticas. Simplesmente, um dos aspectos também revelados pela sonora polémica literária que estala com a publicação da *Spongia* é a coincidência entre Sánchez e um conjunto de intelectuais que partilham um interesse comum pelos temas da presença ibérica na Ásia Oriental. Na esteira de um remoto estudo de Juan Millé y Giménez[50], Francis Rogers ainda tocou ao de leve nesse sentido específico das relações cruzadas que se detectam entre o próprio Sánchez, Lope de Vega (1562-1635), Tomás Tamayo de Vargas (1588-1641), Antonio de León Pinelo (*c*. 1590-1660) e Francisco de Herrera Maldonado (finais séc. XVI-m. depois 1645), por via de quem chegamos a Fernão Mendes Pinto e à sua *Peregrinaçam*. A isto agregou a ideia de que a tal núcleo fundamental de relações talvez se sobrepusesse a célebre linha de fractura que deixou de um lado os interesses luso-jesuítas na China e no Japão e, do outro, as ambições hispano-mendicantes pela mesma área do mundo[51]. Ainda que esta última sugestão acarrete demasiados problemas, desde logo porque dá ênfase a uma irrecuperável divergência de fundo que não é assumida em pleno por nenhum destes escritores, há nela pistas que não devem

---

[48] Lope de Vega, *El Desconfiado. Comedia famosa de Lope de Vega Carpio. Dirigida al Maestro Alonso Sánchez, catedrático de Prima de Hebreo en la insigne Universidad de Alcalá,* in *Obras de Lope de Vega. Publicadas por la Real Academia Española*, t. IV, Madrid, Tip. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1917, cit. p. 477. Ver J. Entrambasaguas, *Estudios…*, t. I, pp. 572-578.

[49] Lope de Vega, *El Desconfiado…*, cit. p. 478.

[50] Juan Millé y Giménez, «Apuntes para una bibliografía de las obras no dramáticas atribuidas a Lope de Vega», *Revue Hispanique*, Paris, vol. LXXIV, n.º 166 (1928), pp. 345-572.

[51] Ver F. M. Rogers, «The Manuscript»…, pp. 149-150.

de todo ser desligadas das provas que temos sobre os contactos havidos entre essa mesma plêiade de representantes do Século de Ouro ibérico.

Tentando não perder de vista o que possa ser essencial para compreender a nebulosa génese da *Anacephalaeosis* composta pelo doutor Sánchez a partir da versão castelhana da *Peregrinaçam*, o primeiro nome que se nos impõe é ainda o de alguém aparentemente deslocado do círculo de amizades literárias que acabámos de circunscrever. Pensamos no padre Juan de Mariana (1536-1624), sobre cuja *História de Espanha* Alfonso Sánchez exercitou o seu saber de latinista e os seus dons de síntese, no início da década de 1630. Com os sete livros e centro e trinta e nove capítulos que compõem o respectivo sumário, Sánchez impôs-se como um dos poucos representantes da historiografia latina espanhola pós-Mariana. Se exceptuarmos as duas *Bibliotecas* de Nicolás Antonio, além dele apenas cumpre esse requisito o padre José Manuel Miñana (ou Miniana). Enquanto Sánchez foi o compendiador, Miñana surgiu como o continuador da obra de Mariana, concretizando-o no título *Historiæ de rebus Hispaniae. Libri triginta. Accedunt Fr. Josephi Emmanuelis Minianæ, Valentini,…continuationis novæ. Libri decem cum iconibus regum* (Haia, apud Petrum de Hondt, 1733) [52].

Pela mesma altura em que Lope de Vega era fustigado no texto da *Spongia*, o padre Mariana recebeu da parte de Pedro de Torres Rámila uma das muitas críticas que teve de suportar em vida por via da história que publicara. Ficou famoso o desagravo do historiador jesuíta feito por Tamayo de Vargas [53]. A polémica que, por via disso, Tamayo manteve com Pedro Mantuano, prosseguiu-a com Torres Rámila, vindo a ser, não por acaso, um dos principais mentores da *Expostulatio Spongiae* [54]. Mas também Lope saiu em defesa de Mariana, conforme se depreende da leitura da primeira obra que editou depois da república das letras ter sido sacudida por aquela pujante demonstração de sectarismo classicista. Trata-se do livro *Triunfo de la Fee en los Reynos del Iapon, por los años de 1614 y 1615*, publicado em Madrid, no início de Fevereiro de 1618, e que inclui um prólogo do autor «Al Tibio Libio Christiano, Luz de la Historia de España, el P. D. Juan de Mariana, de la Compañia de Jesus» [55].

---

[52] Ver Pedro Blanco Trías, *Historiógrafos Jesuitas: siglos XVI-XVII*, Valência, Editorial Torres, 1947, p. 55; A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. VIII, 1954-1955, p. 196, ref. 151666; *id*., *ibid*., t. IX, 1956, p. 331, ref. 171237; José Simón Díaz, *Jesuitas de los siglos XVI y XVII: escritos localizados*, Madrid, Universidad Pontificia de Salamanca/Fundación Universitaria Española, 1975, p. 168, ref. 710.

[53] Tomás Tamayo de Vargas, *Historia General de España del P. Don Iuan de Mariana defendida por el Doctor Don Thomas Tamaio de Vargas contra las Advertencias de Pedro Mantuano*, Toledo, Diego Rodríguez, 1616. Ver Benito Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografia Española. Ensayo de un examen de conjunto*, vol. 2, Madrid, C.S.I.C., 1944, pp. 236-238; A. Palau y Dulcet, *Manual del Librero…*, t. XXII, 1970, pp. 412-413, ref. 237108.

[54] Ver J. Entrambasaguas, *Estudios…*, t. I, p. 340 e p. 352, n. 11; Blanco Trías, *Historiógrafos…*, p. 54.

[55] Lope de Vega, *Triunfo de la Fee en los Reynos del Japon*, edited by J. S. Cummins, Londres, Tamesis Books, 1965, cit. p. 7.

Prosa muito particular no conjunto da produção de Lope de Vega, para a qual o autor reivindicou o estatuto de história sacra, o *Triunfo de la Fee* trata o tema das perseguições anti-cristãs que aconteciam no Japão. Ainda que aproveitando escritos tão diversos como as *Relationi Universali* de Giovanni Botero (ed. castelhana, Valhadolid, 1603), os *Dialogos* de D. Frei Amador Arrais (2.ª ed., Coimbra, 1604) ou a *Officina* de Ravisius Textor (ed. Paris, 1532)[56], teve sobretudo por base a cópia de uma carta enviada de Nagasáqui, a 28 de Março de 1615, pelo missionário dominicano Jacinto Orfanel ao padre Baltasar Fort. Tal cópia, transitada pela via das Filipinas, terá chegado às mãos de Lope por intermédio do seu amigo Pedro Fernández de Navarrete, capelão e secretário real, consultor da Inquisição, tradutor de Séneca e autor de um importante livro sobre o tema da decadência histórica espanhola no século XVII que foi *Conservación de monarquías y discursos políticos sobre la gran consulta que el Consejo hizo a don Felipe Tercero* (Madrid, 1626)[57]. No essencial, Lope de Vega agiu aqui como porta-voz da propaganda das Missões dominicanas em terras japonesas, tendo contribuído para uma linha editorial que tentou quebrar a hegemonia jesuíta e que cedo produziu as duas obras de síntese que foram a *Historia eclesiastica de los sucesos de la Christiandad del Iapon* de Orfanel (Madrid, 1633) e a *Historia de la Provincia del Sancto Rosario de la Orden de Predicadores en Philippinas, Iapon, y China* de Diego Aduarte (Manila, 1640)[58].

Enquanto Lope editava o seu *Triunfo*, os dominicanos espanhóis divulgavam nas Filipinas, com idênticos propósitos, a *Relación del martyrio del V. P. Fr. Alfonso de Navarrete, dominico, y de su compañero el B. P. F. Hernando de San Joseph, de la Orden de S. Agustin, en Iapon* de Frei Domingo González (Manila, 1618)[59]. O respectivo assunto – a desconcertante auto-imolação de Navarrete e do agostinho Hernando de Ayala – está na origem de outra encomenda dos dominicanos estacionados no arquipélago nipónico, neste caso de uma peça que levaria o título *Los primeros mártires del Japón* e que durante muito tempo andou atribuída a Lope de Vega. Em Madrid, o receptor dos materiais a que depois o autor anónimo se encarregou de dar forma literária voltou a ser o influente Pedro Férnandez de Navarrete, o que, somado a todas as demais coincidências que se notam com o *Triunfo de la Fee*, ajudou a induzir o duradouro equívoco[60]. Coincidências e equívocos do

---

[56] James S. Cummins, «Introduction», in Lope de Vega, *Triunfo de la Fee…*, p. XI. Cf. J. Vodoz, *Le Thêatre Latin de Ravisius Textor, 1470-1524*, Winterthur, Imprimerie Ziegler, 1898, pp. 21-22.

J. L. Abellán, *Historia Crítica…*, vol. 3, pp. 303-304 e 307-308.

[58] Ver J. Entrambasaguas, *Estudios…*, t. I, pp. 391- 403; J. S. Cummins, «Introduction»…, pp. XX-XXXIX; J. M. Rozas, «Lope de Vega»…, pp. 129 e 132.

[59] Ver Donald F. Lach e Edwin J. Van Kley, *Asia in the Making of Europe*, vol. 3, t. I, Chicago, University of Chicago Press, 1993, pp. 332-333.

[60] Ver J. S. Cummins, «Appendix I – *Los primeros martires del Japón*», in Lope de Vega, *Triunfo de la Fee…*, pp. 91-100.

mesmo género repetiram-se a propósito da *comedia* seiscentista espanhola intitulada *Fernan Mendez Pinto / Comedia Famosa en dos partes*, que também surgiu atribuída a Lope de Vega, mas que foi obra do dramaturgo Antonio Enríquez Gómez [61]. Escrita por volta de 1640 e publicada como literatura de cordel, como tantos outros textos dramáticos da época, consiste numa transmodalização do excerto da viagem da China que fazia parte da narrativa de Mendes Pinto [62].

Bastaria recordar as invectivas que o ascético padre Mariana lançou na obra *De spectaculis* (Colónia, 1609) contra o deleite como produto estético ou o que acrescentou sobre o teatro como fonte de ociosidade e corrupção de costumes [63] para ter presente que as relações de sociabilidade reveladas por citações, elogios ou referências mútuas podem responder por graus muitos diferentes de intimidade [64]. Naturalmente, esta evidência sobre os diferentes níveis de contacto que ocorrem no interior dos grupos e sobre o seu carácter tantas vezes fragmentário não é contraditória com o facto de um livro como a *História de Espanha* de Mariana ter sido fonte directa para várias obras em que Lope abordou temas pátrios, *v.g. El testemonio vengado*, *El Príncipe despeñado*, *La varona Castellana* ou esse elogio do absolutismo monárquico que representa *El mejor alcalde el Rey* [65]. Em qualquer caso, poucas ou nenhumas dúvidas subsistirão quanto à especial proximidade que Lope de Vega teve com o erudito Tomás Tamayo de Vargas nesse círculo literário onde, por acréscimo, vimos dizendo que se revelaram múltiplas convergências de interesses sobre assuntos orientais.

Além de defensor de Mariana e de Lope contra as críticas da *Spongia*, como se viu, Tamayo de Vargas recolhe provas da amizade do «Fénix» em múltiplos encómios que este dispersou pelas suas obras, dos versos insertos na epopeia heróica *Jerusalén conquistada* (1609) ou no poema mitológico

---

[61] Antonio ENRÍQUEZ GÓMEZ, *Fernan Mendez Pinto, Comedia famosa en dos Partes*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1974. Ver Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica…*, ed. facsimilada da ed. de 1741-1759, vol. 1, Coimbra, Atlântida Editora, 1965, p. 297; A. PALAU Y DULCET, *Manual del Librero…*, t. V, 1951, p. 60.

[62] Ver Christine ZURBACH, «*Fernan Mendez Pinto. Comedia famosa en dos partes*. Uma variação temática por Antonio Enríquez Gómez», in M.ª Alzira SEIXO e C. ZURBACH (org.), *O Discurso Literário da «Peregrinação». Aproximações*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 148-165. Na *Fama postvma* (fol. 58r.), Juan Pérez de Montalbán incluiu um soneto de Enríquez Gómez à morte de Lope, o qual parece ser a sua primeira obra conhecida – Ver Teresa de SANTOS, «Introducción», in Antonio ENRÍQUEZ, *El siglo pitagórico y Vida de don Gregorio Guadaña*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 27.

[63] Ver Antonio GARCÍA BERRIO, «Los debates sobre la licitud del teatro», in F. RICO (dir.), *Historia Crítica…*, vol. 3, pp. 280-281; R. GARCÍA CÁRCEL, *Las Culturas…*, p. 48.

[64] Ver, *inter alia*, Diogo Ramada CURTO, «Cultura escrita e práticas de identidade», in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 505.

[65] Ver BLANCO TRÍAS, *Historiógrafos…*, p. 55; Juan Manuel ROZAS, «La obra dramática de Lope de Vega», in F. RICO (dir.), *Historia Crítica…*, vol. 3, pp. 304-305.

desdobrado em contra-ataque a Torres Rámila que foi *La Filomena* (1621) à dedicatória da comédia *El cuerdo loco* (in *Parte Catorce de las Comedias de Lope de Vega*, 1620), passando pelas linhas que celebram o «ingenio» de Don Tomás Tamayo no *Laurel de Apolo* [66]. Por seu turno, nos preliminares da *Expostulatio Spongiae* Tamayo de Vargas exalta o génio sem rival de Lope de Vega com um fragmento em prosa emprestado de um seu *libro variorum* que continua por identificar [67]. Tamayo assina ainda uma poesia latina e a décima «De pastor á pastor va…» incluídas na parte preambular da novela *Los pastores de Belén* (1612) [68], bem como um dos «agradecidos elogios» que Francisco López de Aguilar seleccionou para a abertura do *Laurel* de Lope [69].

Se já não relevará para aqui a profunda amizade que López de Aguillar e Tamayo de Vargas partilharam com Francisco de Quevedo, por exemplo [70], o mesmo não se pode dizer das provas que inscrevem o nome de Francisco de Herrera Maldonado no círculo intelectual que tratamos. Encontramo-lo demonstrado no seu *Sanazaro Español* (Madrid, 1621), obra que traz uma dedicatória a Lope de Vega, assinada a 18 de Setembro de 1620. A páginas tantas, o tradutor de *De Partu Virginis* (e de Fernão Mendes Pinto) evoca o Oráculo e Sócrates para dizer, também ele, «del ingenioso don Tomas Tamayo» [71]. E Lope teve com Herrera Maldonado o mesmo tipo de deferência que demonstrou ter com Tamayo e com Alfonso Sánchez, dedicando a «Francisco Generoso» tanto o soneto que abre o *Sanazaro Español* [72] ou a décima integrada na primeira edição de *Luciano Español. Diálogos morales, útiles por sus documentos* (Madrid, 1621) [73], como o soneto que o homenageado colocou a abrir o seu *Epitome Historial del Reyno de la China* (Madrid, 1620) [74] – obra

---

[66] LOPE DE VEGA, *Laurel…*, Silva VII, cit. p. 156. Ver J. MILLÉ Y GIMÉNEZ, «Apuntes para una bibliografía»…, p. 389, n.º 73 tripl. e p. 502. n.º 196 tripl.; C. VOSSLER, *Lope de Vega*…, pp. 149-151; J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, pp. 354-356, n. 11; J. M. ROZAS, «Lope de Vega»…, pp. 130-131.

[67] Ver J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, p. 419, n. 2 e p. 449.

[68] Ver J. SIMÓN DÍAZ, *Impresos…*, p. 567, ref. 2043.

[69] «*Don Tomas Tamayo de Vargas, Coronista* [*sic*] *de Su Majestad, ex libro variorum*», in LOPE DE VEGA, *Laurel…*, cit. p. XI.

[70] Ver J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, p. 255, n. 66; Henry ETTINGHAUSEN, Karl A. BLÜER e José M.ª BALCELLS, «El neoestoico», in F. RICO (dir.), *Historia Crítica…*, vol. 3, p. 558; Henry ETTINGHAUSEN, «La dualidad de Quevedo», in F. RICO (dir.), *Historia Crítica…*, vol. 3/1, p. 323.

[71] Jacopo SANNAZARO/Francisco de HERRERA MALDONADO, *Sanazaro Español. Los Tres Libros del Parto de la Virgen nuestra Señora. Tradvccion castellana de verso heroyco Latino. Por el Licenciado Don Francisco de Herrera Maldonado…*, Madrid, Fernando Correa de Montenegro, 1621, lib. III, cit. fol. 58v. Cf. J. ENTRAMBASAGUAS, *Estudios…*, t. I, p. 353, n. 11.

[72] «Soneto de Lope de Vega Carpio, al Licenciado Don Francisco de Herrera Maldonado», in Jacopo SANNAZARO/Francisco de HERRERA MALDONADO, *Sanazaro Español…*, fols. 1r.-1v. [s/n.]

[73] Ver J. MILLÉ Y GIMÉNEZ, «Apuntes para una bibliografía»…, p. 391, n.º 78; Marcelino MENÉNDEZ PELAYO, *Biblioteca de traductores españoles*, vol. 2, Madrid, C.S.I.C., 1952, pp. 218-222; Teresa CIRILLO, «Note sulla traduzione spagnola della *Peregrinação* di Fernão Mendes Pinto», *Annali. Sezione Romanza*, Nápoles, vol. XIX, n.º 2 (1977), p. 411, n. 13.

[74] «Soneto de Lope de Vega Carpio. Al Licenciado Don Francisco de Herrera Maldonado, y a du Epitome Historial», in Francisco de HERRERA MALDONADO, *Epitome Historial del Reyno de la China. Muerte de su Reyna, madre de este Rey que oy viue, que sucedió a treinta de Março,*

que, como é sabido, recolhe da *Peregrinaçam* muitos dos elementos do inventário geo-antropológico que apresenta [75].

Para concluirmos o nosso circuito, repare-se que Lope de Vega e Tamayo de Vargas assinaram as duas aprovações que constam do *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica, y Geographica* do polígrafo Antonio de León Pinelo (Madrid, 1629) [76]. No caso de Lope de Vega, o acto censório perde a certa altura o tom burocrático e assume a qualidade própria dos elogios, facto a que talvez não seja estranha a opção de Pinelo em incluir no seu *Epitome* algumas das composições dramáticas de Lope lado a lado com todas as obras de cunho geográfico e histórico que lhe dão nome [77]. De Tamayo de Vargas recebeu León Pinelo uma prova de generosidade de valor acrescido, já que sabemos que a sua listagem bibliográfica teve por base a *Iunta de libros, la mayor que España ha visto en su lengua*, manuscrito de 1624 que Tamayo prescindiu de editar porque entretanto o «comunicò à nuestro Autor, en sus primeros borradores» [78].

Mais: também sabemos que os inovadores catálogos de Tamayo de Vargas e de León Pinelo tiveram na Península Ibérica apenas quatro precedentes conhecidos – e todos eles de claro pendor oriental. O primeiro foi o catálogo que o monge beneditino Antonio de San Román de Ribadeneira inseriu em complemento da sua *Historia General da la Yndia Oriental* (Valhadolid, Luis Sánchez, 1603), com 20 entradas referentes aos «autores que han ayudado para el discurso desta Historia». O segundo, a listagem bibliográfica que o conselheiro régio Melchior Estácio do Amaral incluiu no seu *Tratado das Batalhas, e Svcessos do Galeão Sanctiago* (Lisboa, Antonio Alvares, 1604), com 36 entradas respeitantes aos «autores que escreueram das cousas da nauegação, & conquista, & pregação do Sagrado Euangelho pellos Portugueses, nas Indias Orientaes, China, & Iapão». O terceiro, o catálogo de autores que Francisco de Herrera Maldonado acrescentou à sua tradução da *Peregri-*

---

del Año de mil y seiscientos y diez y siete. Sacrificios y Cerimonias de su Entierro. Con la Descripcion de aquel Imperio. Y la Introduccion en el de nuestra Santa Fè Catolica…, Madrid, por Andres de Parra, 1621 [1620], fol. VIIv. [s/n.]. Ver J. Millé y Giménez, «Apuntes para una bibliografía»…, p. 397, n.º 86.

[75] Ver Francisco Roque de Oliveira, *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, pp. 1344-1348 <http://www.tdx.cesca.es/TDX.1222103-16016/>

[76] Antonio de León Pinelo, *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica…*, Madrid, por Iuan Gonzalez, 1629, fols. *2v.-*3r. e *4r.

[77] Ver F. M. Rogers, «The Manuscript»…, pp. 149-150; D. R. CURTO, «Cultura escrita»…, p. 505.

[78] Juan Rodríguez de León, «Discurso Apologetico a la Biblioteca del Licenciado Antonio de Leon, su Hermano», in Antonio de Léon Pinelo e Andrés González de Barcia, *Epitome…*, cit. fol. 3r. [s/n.]. Ver José Simón Díaz, *Bibliografía de la Literatura Hispanica*, t. II, Madrid, C.S.I.C., 1951, pp. 39-40, refs. 132-133; Francis M. Rogers, *Europe Informed – An Exhibition of Early Books Which Acquinted Europe With the East*, Cambridge, Massachusetts, Harvard College Library, 1966, pp. 6-8.

naçam, com 71 entradas alusivas «a los autores que han escrito de las Indias Orientales, Iapon, y China, y sus situaciones, nauegacion, y conquistas». Enfim, o quarto corresponde às 80 entradas do «Catalogo de los Autores que se citan» no *Epitome Historial del Reyno de la China*, do mesmo Herrera Maldonado [79].

Como atrás referimos, será necessário recorrer à segunda edição do *Epitome* de León Pinelo para descortinarmos uma referência a um dos três compêndios legados pelo doutor Alfonso Sánchez. No entanto, isso é já marginal para ajudar à percepção do ambiente literário em que se terá gerado a ideia e o propósito do resumo latino da obra de Fernão Mendes Pinto. Apesar de tudo o que ainda está por esclarecer, muito provavelmente foi por efeito desta comprovada familiaridade com o meio onde se cruzavam o cónego Herrera Maldonado, o cronista Tamayo de Vargas e o grande Lope de Vega que Sánchez afinou o interesse pelo Oriente que ecoa na sua ainda inédita anacefaleose da *Peregrinaçam*.

Apêndice

Índice do manuscrito seiscentista: Doctoris Alfonsi Sanctij. Historiæ Orientalis Anacephalæosis Ex Peregrinationib' Ferdinandi Mendez Pinti, Orientis incognita multa. Complectens.

Revelamos aqui o índice do desaparecido manuscrito «Doctoris – Alfonsi Sanctij – Historiæ Orientalis – Anacephalæosis – Ex Peregrinationib' Ferdinandi Mendez – Pinti, Orientis incognita multa – Complectens», tal qual consta da cópia moderna incompleta guardada no Arxiu Històric Companyia de Jesús Catalunya, em Barcelona (cota: *Ms. E.I, a.-2*). Conforme explicámos, trata-se de um original escrito pelo doutor Alfonso Sánchez a partir da tradução castelhana da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto, da autoria de Francisco de Herrera Maldonado e editada com o título *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* (1.ª ed. Madrid, 1620). No estado actual das pesquisas, não se detectou nenhum elemento que permita datar com rigor esta recapitulação. Por acréscimo, a semelhança entre as três primeiras edições da tradução de Herrera Maldonado (as duas de 1620 e a de 1627/1628) faz com que seja virtualmente impossível demonstrar a qual delas recorreu o latinista para produzir a sua recapitulação. Em qualquer caso, deve referir-se que não se lê nenhuma referência a este trabalho nas páginas introdutórias ou no texto da anacefaleose da *História de Espanha* do padre Juan de Mariana que Alfonso Sánchez editou em Alcalá de Henares, em 1634.

---

[79] Ver F. M. Rogers, *Europe Informed*…, pp. 3-8; F. R. Oliveira, *A construção*…, pp. 935 e 939-941.

ÍNDICE E CORRESPONDÊNCIAS DO MANUSCRITO DO SÉC. XVII

Doctoris Alfonsi Sanctij. Historiæ Orientalis Anacephalæosis Ex Peregrinationib' Ferdinandi Mendez Pinti, Orientis incognita multa. Complectens

(Archivum Historicum Societatis Iesu Cataloniae, Barcelona; cota: *Ms. E.I, a.-2*)

Caps. do ms. latino original	**Títulos dos capítulos do ms. latino original** A sombreado, capítulos transcritos nas cópias modernas AHSIC (Barcelona) e ARSI (Roma)	**Paginação do ms. latino original**	**Correspondência aproximada caps. ed. 1614** ***Peregrinaçam***
	Prœmium.	*1-A*	
Cap. 1	Ferdinandi Mendez Pinti Patria, mores, et studia.	*1-R*	Cap. 1
Cap. 2	Ferdinandus Pinto nauigat in Indiam.	*2-R*	Caps. 2-3
Cap. 3	Ferdinandus Mendez inuissit matrem Imperatoris Abasiæ.	*3-R*	Cap. 4
Cap. 4	Ferdinandi nauigatio ab Arquicu.	*4-R*	Cap. 5
Cap. 5	Reliqua huius captiuitatis.	*5-R*	Cap. 6
Cap. 6	Fedinandus Mendez remigrat ad Indiam.	*6-R*	Caps. 7-8
Cap. 7	Gonsalius Vaes Coutinus honoris Reginam Conuenit.	*7-R*	Caps. 9-12
Cap. 9	Petrus Faria Malacæ Legatum Regis Battensis audit.	*9-A*	Cap. 13
Cap. 10	Legatus Ferdinandus Mendez ad Regem Battarum mittitur.	*10-A*	Caps. 14-15
Cap. 11	De Bello Battensi.	*11-R*	Caps. 16-18
Cap. 12	Ferdinandus Mendez in Regno quedaa.	*13-A*	Cap. 19
Cap. 13	Cætera huius peregrinationis.	*14-A*	Cap. 20
Cap. 14	Legatio Regis Aarum ad Petrum Fariam Gubernatorem.	*15-A*	Cap. 21
Cap. 15	Ferdinandus Mendez in Aarum.	*16-A*	Caps. 22-23
Cap. 16	Reliqua huius infelicis Legationis.	*17-A*	Caps. 24-25
Cap. 17	Bellum Achense contra Regem Aarum.	*18-R*	Caps. 26-27
Cap. 18	Regina Vidua Malacham Venit.	*20-A*	Caps. 28-30
Cap. 19	Regum Achen, et Biantanæ bellum.	*22-A*	Caps. 31-32
Cap. 20	Navigatio Ferdinandi Mendez ad Regnum Paon.	*23-A*	Caps. 33-34
Cap. 21	Ferdinandi Mendez Pinto noua pericula.	*25-A*	Cap. 35
Cap. 22	Reliqua huius infelicis euentus.	*26-R*	Caps. 36-38
Cap. 24	Antonius Faria nauigat in Piratam Coxa Aasem.	*27-A*	Caps. 39-40
Cap. 25	Nauigatio Antonij Fariæ ad Tinacooreu.	*28-A*	Cap. 41
Cap. 26	Cuiusdam Senis historiam Antonius Fariæ audit.	*29-A*	Caps. 42-44
Cap. 27	Narratio de rebus insulæ Ainam.	*30-R*	Caps. 45-47
Cap. 28	Quæ contingerunt in portu Mutipinam.	*32-R*	Caps. 48-49
Cap. 29	Antonius Faria in Ainam insula.	*34-A*	Caps. 50-51
Cap. 30	Reliqua gesta Antonij Fariæ ad fluuium Madel.	*35-R*	Cap. 52
Cap. 31	Naufragium Antonij Fariæ.	*36-A*	Caps. 53-54
Cap. 32	Antonius Faria nauigat ad Liampoo et Xingrau.	*37-A*	Caps. 55-58
Cap. 33	Pirata Coijahassem ad Antonio Faria Capitur.	*39-R*	Caps. 59-60
Cap. 34	Antonius Faria nauigat ad Liampoo.	*41-A*	Caps. 61-65
Cap. 35	Reliqua gesta Aintonij ad Liampoo.	*42-R*	Caps. 66-67
Cap. 36	Liampoo civitas Antonium Fariam triumphiritu exirpit.	*43-R*	Caps. 68-70
Cap. 37	Antonius Faria nauigat ad insulam Catemplui.	*45-A*	Caps. 71-72
Cap. 38	Antonij Fariæ reliquæ ad Catempluij actiones.	*46-R*	Caps. 73-74
Cap. 39	Insulæ Catemplui descriptio.	*48-A*	Caps. 75-77
Cap. 40	Antonius Faria ad insula Catemplui ab nauigat et naufragium patitur.	*50-A*	Caps. 78-79
Cap. 41	Ferdinandi Mendez cæterorumque Labores et miseriæ inauditæ.	*51-A*	Caps. 80-81
Cap. 42	Euentus varij quatordecim Sociorum a Sileijgacan.	*53-A*	Caps. 82-83
Cap. 43	Ferdinandi Mendez et Socij tanquam vagi et otiosi comprehenduntur.	*55-A*	Caps. 84-87
Cap. 44	Ferdinandus Mendez Pinto cum Socijs nauigat ad Pequim.	*57-A*	Caps. 88-89
Cap. 45	Reliqua huius nauigationis et mira.	*60-R*	Caps. 90-91
Cap. 46	De origine Sinarum Imperij.	*62-A*	Caps. 92-94
Cap. 47	De Muro quo Sinæ diuiduntur a Tartaris.	*63-R*	Cap. 95

Cap. 48	De Christiano quodam in Sina historia.	*64-R*	Cap. 96
Cap. 49	Alia mira huius nauigationis.	*65-R*	Caps. 97-99
Cap. 50	Ferdinandus Mendez et Sicij in Pequim.	*67-A*	Caps. 100-102
Cap. 51	Ferdinandus Mendez cum socijs ad iudices trahuntur.	*68-R*	Caps. 103-104
Cap. 52	De magnitudine, et maistate ciutatis Pequim.	*70-A*	Caps. 105-107
Cap. 53	De quator ædificis præcipus in Pequim.	*71-R*	Caps. 108-111
Cap. 54	Reliqua de ciutate Pequim.	*75-R*	Caps. 112-114
Cap. 55	Ferdinandus Mendez cum socijs in quansi.	*77-A*	Caps. 115-116
Cap. 56	De Bello Tartarico.	*78-R*	Caps. 117-118
Cap. 57	Astutia Ge[o]rgij Mendez in expugnatione Areis Nixiancoo.	*79-R*	Caps. 119-121
Cap. 58	Reliquia nostros ad præsentiam Imperatoris Tartari.	*80-R*	Cap. 122
Cap. 59	Rex Tartarus obsitionem Pequim Soluit.	*83-A*	Caps. 123-125
Cap. 60	Ferdinandus Mendez cum Socijs Liberi nauigant a Tartaria.	*84-R*	Caps. 126-128
Cap. 61	Reliqui nostrorum euentus cum Legatis ad Regem Chauchinorum.	*86-R*	Caps. 129-130
Cap. 62	Rex cauchin devicto hoste triunphat in xuzangee.	*88-A*	Cap. 131
Cap. 63	Nauigat Ferdinandus Mendez cum Socijs a Cauchin.	*88-R*	Cap. 132
Cap. 64	Quæ in Tanixumaa cum Nautaquim nostris euenerunt.	*89-R*	Caps. 133-134
Cap. 65	Ferdinandus Mendez Legatus ad Regem bungi.	*91-A*	Caps. 135-136
Cap. 66	Ferdinandus Mendez Principem bungi curat, et nauigat.	*93-A*	Caps. 137-138
Cap. 67	Rex Lequiorum nostros damnat.	*95-A*	Caps. 139-140
Cap. 68	Rex Lequiorum fœminarum precibus postulta concedit.	*96-A*	Caps. 141-142
Cap. 69	Nauigatio ad Liampoo, inde que ad alia.	*97-R*	Caps. 143-147
Cap. 70	Quæ in Martauam nostris contigerunt.	*99-R*	Cap. 148
Cap. 71	Bellum Bramaense aduersus Martauam.	*100-R*	Caps. 149-151
Cap. 72	Infelix exitus Regis Martauani.	*102-A*	Cap. 152
Cap. 73	Noua Fedinandi Mendez pericula.	*103-R*	Cap. 153
Cap. 74	Nouum Bellum Bramaanum periculosum.	*104-R*	Caps. 154-155
Cap. 75	Bramaa Rex avaa Principem vincit.	*105-R*	Caps. 156-157
Cap. 76	Quæ in hac nauigatione vidimus mira.	*106-R*	Cap. 158
Cap. 77	De cultoribus eremi tinagoo goo mira.	*108-R*	Cap. 159
Cap. 78	Reliqua huius perigrinæ Legationis.	*110-A*	Cap. 160
Cap. 79	Cætera huius Legationi Mira.	*111-R*	Caps. 161-163
Cap. 80	Nostri Legati Calaminarum coram Legationis exposito, et alia mira.	*113-R*	Cap. 164
Cap. 81	Imperij Calaminam, et Regni Pegu et Bramaa relatio.	*116-A*	Cap. 165
Cap. 82	Nauigatio Legati cum nouem Lusitanis ab oppido Vidor.	*117-A*	Caps. 166-167
Cap. 83	Nouuos Pontifex Roolinus eligitur.	*119-R*	Caps. 168-169
Cap. 84	Auxilia Regis ad Ciutatem Sabbatz et alia.	*121-A*	Caps. 170-171
Cap. 85	Ferdinandi Mendez nauigatio ad Zumdam.	*122-R*	Cap. 172
Cap. 86	De Bello Parseuanico.	*123-A*	Caps. 173-178
Cap. 87	Ferdinandi Mendez pericula noua.	*125-A*	Caps. 179-180
Cap. 88	Ferdinandus Mendez in Siam.	*126-A*	Caps. 181-183
Cap. 89	De Rebus in Siam gestis post mortem Regis.	*127-A*	Caps. 184-190
Cap. 90	Reliqua huius belli cum Didaci Suarez historia.	*129-R*	Caps. 191-192
Cap. 91	Rerum euentus Varij in Siam.	*131-A*	Caps. 193-199
Cap. 92	Ferdinadi Mendez noua nauigatio.	*132-R*	Caps. 200-207
Cap. 93	S. P. Franciscus Xavierij nauigat ad Iaponiam.	*134-R*	Caps. 208-209
Cap. 94	P. Franciscus Xavuier in Fucheo.	*136-A*	Caps. 210-213
Cap. 95	S. P. Xavierij cum Lusitanis ad Sinos nauigatio et miraculum in tempestate Sedanda, et eius mors.	*138-R*	Caps. 214-215
Cap. 96	Cætera post mortem S. P. Francisci Xauier.	*140-R*	Caps. 216-218
Cap. 97	Melchior Nunus e' Societate Iesu in Iaponiam.	*142-A*	Caps. 219-222
Cap. 98	P. Melchior Nunus in Bungo.	*143-R*	Caps. 223-224
Cap. 99	Colloquium P. Melchioris Nunij cum Rege Bungi.	*144-R*	Cap. 225
Cap. 100	Ferdinandus Mendez Pinto nauigat Ad Goam, et inde in Hispaniam.	*145-R*	Cap. 226

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 109-137

L'INVENTION DU BRÉSIL ENTRE DEUX MONARCHIES. L'AMÉRIQUE PORTUGAISE ET L'UNION IBÉRIQUE (1580-1640) : UN ÉTAT DE LA QUESTION

por

GUIDA MARQUES *

Depuis longtemps annoncée, et plusieurs fois ajournée, la visite royale de Philippe III de Castille au Portugal, au printemps 1619, ne pouvait manquer de connaître un profond retentissement [1]. De nombreuses relations imprimées et manuscrites contemporaines viennent en rendre compte, décrivant à l'envie le faste, qui accompagna l'entrée royale de Philippe III dans la capitale, et les arcs monumentaux dressés sur son parcours [2]. Parmi les sujets

* EHESS, Paris.

[1] Cette visite royale, dont il est question dès 1599, doit donner lieu à la réunion des Cortes du royaume, ainsi qu'à la reconnaissance par ces dernières de l'héritier du trône, le futur Philippe IV. Francisco Ribeiro da Silva, « A viagem de Filipe III a Portugal : itinerários e problemática », *Revista de ciências históricas* (Porto, Universidade Portucalense), II, 1987, pp. 223-260 ; Pedro Gan Gimenez, « La jornada de Felipe III a Portugal (1619) », *Chronica Nova* (Grenade), 19, 1991, pp. 407-431 ; Francisco Javier Pizarro Gomez, « Emblemas y jerogificos en la entrada triunfal de Felipe III en Lisboa (1619) », *Norba-Arte* (Caceres), V, 1984, pp. 163-178. Sur l'absence du roi, et celle d'une cour dans le royaume de Portugal, cf. Fernando Bouza, « La soledad de los reinos y la semejanza del rey. Los virreinatos de Principes en el Portugal de los Felipes », dans Massimo Ganci & Ruggiero Romano éds., *Governare il mondo. L'impero spagnolo dal XV al XIX secolo*, Palerme, 1991, pp. 125-139 ; id., « Lisboa Sozinha, quase viuva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Felipes », *Penélope. Fazer e desfazer a historia* (Lisbonne), 13, 1994, pp. 71-93.

[2] La plus connue est celle publiée par João Baptista Lavanha, *Viaje de la catholica Real Magestad del rei Don Filipe III N.S. al reino de Portugal i relación del solene recebimiento que en el se le hizo*, Madrid, Por Thomas Iunti, 1622. Il en est d'autres, imprimées et manuscrites, parmi lesquelles on peut citer : Francisco Rodrigues Lobo, « La jornada que la magestad catholica del rey dom Felipe III hizo a Portugal el año de 1619 », publiée dans *Obras políticas, morales e metricas do insigno portuguez Francisco Rodriguez Lobo*, Lisbonne, 1723 ; « Relación de la entrada que SM hizo en Lisboa a 29 de junio pasado de este año dia de San Pedro », Bibliothèque Nationale de Madrid, Mss 2350, fol.288ss ; Manoel Severim de Faria, Annaes de Portugal (manuscrit), Bibliothèque Publique d'Evora, CIII/2-19, fol. 123ss. Cette visite royale fait également l'objet de plusieurs *relaciones de aviso*, imprimées en Espagne, à Madrid, Séville ou encore Barcelone. Cf. Mercedes de Agullo y Cobo, *Relaciones de sucesos, I. 1477-1919*, Madrid, 1966 ; Henry Ettinghausen, « The news in Spain : Relaciones de sucesos in the reigns of Philip II and IV », *European History Quarterly* (Londres), vol.14, 1984, pp. 1-20.

représentés là, celui de l'empire, placé sous les figures tutélaires de Christophe Colomb et Vasco de Gama, traverse les festivités [3]. La question du transfert à Lisbonne de la capitale de la Monarchie catholique est, elle aussi, à nouveau soulevée à cette occasion. Les avantages d'un tel transfert, défendus par un certain Inácio Ferreira, l'avaient été quelques années auparavant par Luis Mendes de Vasconcelos, dans son livre *Do Sitio de Lisboa* [4]. Cette question resurgit opportunément, jusqu'à faire l'objet d'une proposition des propres Cortes [5]. L'argument avancé par ces dernières concerne, comme chez les deux auteurs évoqués, la défense de l'empire [6]. La présence de ces deux thèmes n'est rien moins qu'une coïncidence. Elle reflète les préoccupations politiques et impériales qui agitent alors le royaume, en soulignant, à l'approche de la fin de la Trêve de Douze Ans, l'enjeu essentiel que constitue désormais la sécurité de l'Atlantique [7]. Leur présence vient autrement rappeler la dimension profondément impériale de l'union ibérique [8]. A mesure que les revers ibériques se multiplient et que s'intensifie la

---

[3] Fernando Bouza, « Retorica de la imagen real. Portugal y la memoria figurada de Felipe II », dans id., *Imagen y propaganda. Capitulos de historia cultural del reinado de Felipe II*, Madrid : Ediciones Akal, 1998, p. 89.

[4] Inacio Ferreira, « A Felipe III entrando en Lisboa », Biblioteca Particular de Bartolomé March Servera (Madrid), 22/5/4/II, cité par Fernando Bouza, « Lisboa sozinha… », *op. cit*. Un tel transfert est jugé par cet auteur indispensable « *pera toda a Espanha, porque todo seu amparo e aumento consiste em VM fazer cabeça deste imperio a esta antigua illustre cidade mais digna della que todas as do Mundo assistindo aqui com sua real corte pois he o coração e mejo de todos seus estados donde se podera com major facilidade acodir a todas partes sem perder ocasião* ». Luis Mendes de Vasconcelos, *Do Sitio de Lisboa*, Lisbonne, 1608.

[5] Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), F.G., Pombalina 249 : Capitulos que os tres estados propuserão a elRey D. Phelipe o 2° deste nome, cap. I, fol.422, cité par Bouza, *op. cit*., p. 109. Cette question du transfert de la capitale de la Monarchie catholique à Lisbonne continue d'être débattue et défendue dans les années suivantes. Ainsi Manoel Severim de Faria lui consacre-t-il, en 1624, tout un discours. Cf. Manoel Severim de Faria, *Discursos varios políticos*, Évora, 1624.

[6] BNL, *ibid*. Sa proposition repose sur l'idée que « (…) *de nenhuma parte tãobem como desta cidade pode Vossa Magestade com beneficio mais prompto, mais geral e mais efficas acodir a todo o governo de sua monarchia e a defensão della e offensão de seus inimigos, ao augmento do comercio do mar em grande beneficio de sua real fazenda* ».

[7] Les difficultés croissantes que connaît alors l'empire portugais, l'augmentation des prises sur l'Atlantique et la concurrence accrue des Hollandais dans l'Océan Indien, alimentent un mécontentement diffus dans le royaume de Portugal, qui voit alors la multiplication des critiques à l'encontre du gouvernement des Habsbourg. Cf. Claude Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne. L'action de Diego da Silva y Mendoza*, Grenoble : Université des Langues et Lettres, 1982. Sur le commerce avec l'Inde portugaise durant cette période, J. Boyajian, *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs (1580-1640)*, Baltimore, 1993.

[8] Les travaux de Vitorino Magalhães Godinho, et plus récemment ceux de Fernando Bouza, ont montré de quelle manière cette dimension se trouvait inscrite dans la propre genèse de l'union dynastique des couronnes de Portugal et de Castille, scellée en 1580. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, « 1580 e a Restauração », dans id. *Ensaios II. Sobre a História de Portugal*, Lisbonne, 1968 ; Fernando Bouza Alvarez, *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la genesis del Portugal católico*, Madrid, Universidad Complutense, 1987 (polycopié).

pression hollandaise sur l'empire portugais, la défense de l'empire devient un véritable enjeu des relations luso-castillanes [9]. La propagande développée autour de la Restauration s'empara, on le sait, de ce thème [10]. Arguant de l'incurie du gouvernement des Habsbourg, indifférent aux intérêts de l'empire portugais, elle lui imputa les pertes infligées, justifiant à leur tour l'acclamation du Duc de Bragance[11]. Cependant, le lien établi entre la situation de l'empire et la rupture de 1640 demeure pour le moins problématique [12]. Si des critiques s'élèvent au début du XVII^e siècle à l'encontre du gouvernement des Habsbourg, au sujet de la perte du commerce de Guiné ou des difficultés croissantes de l'Inde portugaise, elles cèdent le pas devant l'enthousiasme suscité par la naissance d'un second empire dans l'Atlantique [13].

L'Amérique portugaise vit, en effet, durant cette période, de profonds changements, et apparaît rapidement comme une nouvelle source de grandeur [14]. Elle connaît, depuis la fin du siècle précédent, un fort développement de son agriculture sucrière, en liaison avec celui du trafic négrier [15]. Elle est également le théâtre d'une formidable expansion territoriale, qui voit repousser les limites de la présence portugaise jusqu'aux confins de l'Amazone, tandis que s'engagent, au Sud, les premières expéditions d'envergure vers

---

[9] J.I. Israel, *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*, Oxford : Oxford University Press, 1982.

[10] João Francisco Marques, *A paranética portuguesa e a dominação filipina*, Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986 ; id., *A Paranética portuguesa e a Restauração*, Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vol., 1989.

[11] Ainsi dans António Carvalho da Parada, *Justificaçam dos Portugueses sobre a acçam de libertarem seu Reyno da obediência de Castella offerecido ao serenissimo principe Dom Theodosio N.S. pello Doutor __ Arcipreste na Sé de Lisboa*, Lisbonne, 1643. L'historiographie portugaise du XIX^e siècle reprend à son compte ce même argument. Luis Augusto Rebello da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisbonne, 2^e éd., 6 vol., 1971-1972. Cf. Luis Reis Torgal, « A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia », *Revista de História das Ideias*, I, 1977, pp. 23-40

[12] Pierre Chaunu, « Autour de 1640 : politiques et économies atlantiques », *Annales ESC*, 1, 1954, pp. 44-54.

[13] Artur Teodoro de Matos, « O império colonial português no início do século XVII (Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas », *Arquipelago. Revista de Historia* (Universidade dos Açores), Ponta Delgada, 1, 1995, pp. 181-223 ; id., « A importância do Brasil no Império Colonial Português », *Revista Portuguesa de História* (Coimbra), 33, 1999, pp. 95-111.

[14] Elle fait l'objet, dès le début du siècle, d'éloges répétés en métropole. Cf. Guida Marques, « Des nouvelles du Brésil. La circulation des textes brésiliens en France et dans la Péninsule ibérique durant la première moitié du XVII^e siècle », dans *La France et le monde luso-brésilien : échanges et représentations. Actes du Colloque International,* Clermont-Ferrand, 24-25 mai 2002, Clermond-Ferrand, 2005.

[15] Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670),* Paris : Fondation Gulbenkian, 1970 ; Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society, Bahia, 1550-1835*, Cambridge : Cambridge University Press, 1985 ; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*, São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

l'intérieur [16]. Ces transformations s'accompagnent de changements politico-institutionnels qui, s'ils sont bien plus rarement évoqués, n'en sont pas moins importants. Cette période de l'Union ibérique correspond, en effet, au renforcement des liens entre l'Amérique portugaise et la métropole. La création de la *Relação da Bahia*, de la *Repartição do Sul*, ou celle encore de l'*Estado do Maranhão e Grão Pará*, sont les indices les plus évidents du processus d'institutionnalisation que connaît alors l'Etat du Brésil, et suggèrent plus largement la dynamique politique engagée dans cette région [17]. Cette question du Brésil pendant l'Union ibérique a pourtant suscité peu d'intérêt parmi les historiens. Rares sont les études qui lui sont consacrées [18]. Aujourd'hui encore, cette période apparaît le plus souvent comme une simple parenthèse [19]. Cette absence d'intérêt est d'autant plus frappante si on la compare à l'abondante production historiographique que continue de susciter, aujourd'hui comme hier, le dit « Brésil hollandais » [20]. On en reste finalement, pour ce qui est du Brésil de l'union ibérique, à des généralisations le plus souvent hâtives et une vision sommaire, qui ne laisse guère entrevoir la portée politique des changements opérés outre-atlantique durant cette période [21]. Aussi la question de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique constitue-t-elle un problème historiographique qu'il convient d'aborder brièvement avant d'en proposer ici une approche issue de nos recherches sur le sujet.

L'historiographie nous offre, en effet, une lecture contradictoire de cette période. Il lui arrive ainsi de présenter une société luso-brésilienne absolument indifférente à l'union dynastique des couronnes de Portugal et de Castille scellée en 1580 [22]. Peu lui importait, au fond, un roi lointain. S'appuyant sur la séparation théorique des empires portugais et castillan établie lors des Cortes de Tomar en 1581, et sur l'apparente continuité administrative du

---

[16] Antonio Carlos Roberto Moraes, *Bases da formação territorial do Brasil. O territorio colonial brasileiro no « longo » século XVI*, São Paulo, Hucitec, 2000.

[17] Guida Marques, « O Estado do Brasil na União ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal », *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, 27, 2002, pp. 7-36.

[18] Stuart B. Schwartz, « Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil », *The Americas*, 25/1, 1968, pp. 33-48. Le constat historiographique dressé par Stuart Schwartz dans cet article reste à bien des égards encore valide aujourd'hui.

[19] D'une manière significative, la plupart des travaux sur le XVII^{e} siècle brésilien prennent, aujourd'hui encore, pour point de départ la date de 1640.

[20] José Honorio Rodrigues, *Historia da historia do Brasil. Historiografia colonial*, São Paulo, 1979.

[21] Cette période de l'union ibérique au Brésil est ainsi fréquemment présentée en termes d'avantages (essentiellement l'expansion territoriale) et de désavantages (les attaques étrangères accrues contre le littoral brésilien l'invasion hollandaise). Voir par exemple, J.A. Libânio Guedes & Joaquim Ribeiro, *Historia administrativa do Brasil, vol. III : A União ibérica. Administração do Brasil holandês*, Brasilia, 1983.

[22] Francisco Adolfo de Varnhagen, *Historia geral do Brasil : antes da sua separação e independência de Portugal*, vol. 1, t. I & II, 10^{e} éd., São Paulo, 1981.

gouvernement général de l'Etat du Brésil, qui continue d'être exercé par des officiers portugais, cette historiographie, représentée par le grand historien brésilien Varnhagen, considère que la situation créée par l'union ibérique n'influence guère l'Amérique portugaise, cette dernière demeurant finalement étanche au gouvernement des Habsbourg. Telle n'est pas, cependant, l'interprétation de cette autre lecture, profondément marquée quant à elle par le prisme du nationalisme. A l'instar de l'historigraphie traditionnelle portugaise dans son approche de la dite « domination espagnole », cette lecture, biaisée par les catégories nationales héritées du XIX^e^ siècle, envisage cette période de l'histoire de l'Amérique portugaise en des termes strictement nationaux, jusqu'à retrouver là les germes d'une nation proprement brésilienne [23]. Voyant dans le Brésil de cette époque le refuge du nationalisme portugais, oppressé par le tyran espagnol, Jaime Cortesão va jusqu'à faire de l'expansion territoriale luso-brésilienne une entreprise éminemment anti-castillane, visant à repousser les frontières de l'Amérique portugaise aux dépens des Indes de Castille [24]. Si une telle thèse a montré ses limites, la prégnance des catégories nationales a continué de peser lourdement sur l'approche de cette période. Certains y ont ainsi vu, au contraire, la marque positive de la politique castillane dans cette région de l'empire portugais. Décrivant ses bienfaits au Brésil, ils offrent de l'union ibérique et du règne des Habsbourg dans l'Amérique portugaise, une vision apologétique, qui frise parfois la caricature [25]. Récusant la soi-disante négligence des Habsbourg envers l'empire portugais, ils mettent l'accent sur l'œuvre de centralisation menée par ces derniers au Brésil [26]. Le concept de centralisation dominant cette lecture poursuit cette même vision dualiste de l'union ibérique au Brésil. La prégnance de cette dernière conception renvoie plus largement aux directions générales empruntées par l'historiographie brésilienne depuis le début du siècle dernier [27]. Considérant l'Amérique portugaise à l'aune de l'expansion coloniale européenne, comme une entreprise essentiellement

---

[23] Antonio Manuel Hespanha, « As Faces de uma "Revolução" », *Penélope. Fazer e desfazer a historia* (Lisbonne), 9/10, 1993, pp. 1-27.

[24] Jaime Cortesão, « A economia da Restauração », dans *Congresso do Mundo Português*, t.VII, vol.II, Lisbonne, 1940, pp. 669-687 ; id., « O significado da expedição de Pedro Teixeira a luz de novos ocumentos », dans *Anais do Quarto Congresso de Historia Nacional*, Rio de Janeiro, 1949, vol.III, pp. 169-204. C'est ainsi une véritable stratégie géopolitique qui aurait présidé au mouvement *bandeirante*. De même la référence contemporaine à l'existence d'une *ilha-brasil* fait, elle aussi, l'objet d'un investissement semblable. Cf. id., *Historia do Brasil nos velhos mapas*, Rio de Janeiro, Instituto das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 2 vol., 1965.

[25] Ainsi de Juan Perez Tudela y Bueso, *Sobre la defensa hispana del Brasil contra los Holandeses (1624-1640),* Madrid, Real Academia de la Historia, 1974, et plus encore de Pedro Nuñez Arca, *Os três Felipes da Espanha que foram reis do Brasil*, São Paulo, 1957.

[26] Cette thèse a été récemment reprise dans le livre de Roseli Santaella Stella, *O dominio espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Felipes*, São Paulo, Unibrero, 2000.

[27] Une vision d'ensemble des mouvements de l'historiographie brésilienne par Stuart B. Schwartz, « Depois da dependência : caminhos novos da historiografia brasileira », dans *Da América portuguesa ao Brasil. Estudos Historicos*, Lisbonne, Difel, 2003, pp. 273-304.

commerciale, l'historiographie du Brésil « colonial » s'est concentrée sur le commerce atlantique et ses multiples effets, à commencer par la formation au Brésil d'une société esclavagiste [28]. La relation coloniale, définie comme une relation dichotomique impliquant une domination unilatérale de la métropole sur la colonie, ou du centre sur la périphérie, détermine profondément l'interprétation de l'Amérique portugaise sous l'Ancien Régime. Dans cette perspective, le politique, relégué au second plan, est lui-même ramené aux fondements de cette relation coloniale. Un tel modèle s'accomode finalement aisément du concept de centralisation. Cette vision univoque a pesé jusque sur les développements plus récents de l'historiographie brésilienne, influencée par l'histoire des mentalités. Délaissant l'histoire économique et les grands systèmes coloniaux pour s'intéresser aux aspects sociaux et culturels de l'époque moderne, elle n'est pas parvenue à se détacher de cette vision centralisée des relations entre le Brésil et la métropole, sans doute en raison de sa dépendance à l'égard de sources essentiellement institutionnelles. Cette lecture, sur laquelle pèse le spectre d'un Etat tout-puissant et centralisé, révèle finalement les lacunes de l'histoire politique et institutionnelle du Brésil, qui renvoient à leur tour à la méconnaissance de la réalité politico-institutionnelle du Portugal pendant l'Ancien Régime, et à la nature du pouvoir durant cette période [29].

Cette vision est néanmoins aujourd'hui sur le point d'être caduque. Le renouvellement historiographique qui a vu le jour ces dernières années de part et d'autre de l'Atlantique en a ébranlé les fondements et nous ouvrent de nouvelles perspectives de recherche [30]. Les travaux récents sur la Monarchie hispanique, la propre union ibérique ou encore l'empire portugais, permettent d'aborder la question du Brésil dans l'Union ibérique non plus dans un strict face à face Brésil-Portugal, mais dans le cadre plus vaste de la monarchie catholique et de l'empire [31]. La reconnaissance de cette réalité impériale conduit à s'écarter des catégories héritées du XIX^e^ siècle, des problématiques de l'Etat et de la Nation comme de celles de l'histoire coloniale classique. Je ne m'étendrai pas sur les divers aspects de ce renouveau historiographique

---

[28] Elle a été profondément marquée par l'œuvre de Fernando A. Novais qui a, le premier, défini les grandes lignes du système colonial brésilien. Parmi de nombreux ouvrages, citons de cet auteur. « Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808 ». 8^e^ éd., São Paulo, 1986.

[29] A. M. Hespanha, « Arquitectura politico-administrativa de um império oceanico », *Revista Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro), 125, 1996, pp. 57-78.

[30] Ces dernières années ont vu émerger de nouvelles questions au sein de l'historiographie brésilienne. Davantage attentive à la réalité métropolitaine, elle s'intéresse aujourd'hui aux questions de gouvernement et d'administration, aux relations de pouvoir, aux élites locales ou encore aux conflits. En ce qui concerne la première moitié du XVII^e^ siècle, cf. Pedro Cardim, « O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança », ? ?

[31] Pour ce qui est de la Monarchie catholique, nous renvoyons aux travaux de J.H. Elliott, Antonio Dominguez Ortiz, Bernard Vincent, Geoffrey Parker, I.A.A. Thompson, Pablo Fernandez Albadejo parmi d'autres ; la période de l'union ibérique est quant à elle aujourd'hui mieux connue grâce aux contributions de A.M. Hespanha, Bouza Alvarez, Santiago Luxan Melendez, Jean-Frédéric Schaub ou encore Rafael Valladares.

bien connu ici. Mais il est évident que l'abandon de la centralisation comme catégorie d'analyse des relations entre le royaume et ses différentes conquêtes ne saurait être sans effet. Il permet notamment de surmonter cette vision dichotomique des relations entre le Brésil et le Portugal. Il a ainsi conduit Luiz Felipe de Alencastro à abandonner la traditionnelle vision bipolaire régissant les relations entre le Brésil et la métropole, pour lui préférer une approche multipolaire, qui s'avère bien plus pertinente dans l'explication de la formation de l'Atlantique Sud [32]. De même l'autonomie juridictionnelle et le pluralisme politique caractéristiques des sociétés d'Ancien Régime conduisent-ils à adopter comme point de départ à l'étude de la réalité politico-institutionnelle de l'Amérique portugaise durant cette période cette même pluralité de pouvoirs, et à embrasser d'un seul regard les deux côtés de l'Atlantique [33]. Ainsi, s'il faut bel et bien reconnaître l'existence d'une action volontaire des Habsbourg dans l'Amérique portugaise, il convient d'en déterminer précisément les modalités et les limites, telles que les définit la nature même du pouvoir sous l'Ancien Régime, afin de ne pas retomber, une fois encore, dans les travers de la centralisation. Il faut encore restituer à la société luso-brésilienne ses propres dynamiques. Celle-ci ne saurait, en effet, demeurer passive face à l'intervention métropolitaine [34]. Aussi aborder la question du Brésil dans l'union ibérique en termes d'influence ne se révèle guère opérant, et ne suffit nullement à saisir les relations complexes qui se tissent alors entre les deux rives de l'Atlantique. Il s'agit de rendre aux luso-brésiliens de cette époque leur rôle d'acteurs à part entière. Dans cette perspective, une analyse institutionnelle stricte se révèle vite insuffisante, s'agissant de saisir le processus de changement politique et les pratiques développées dans le contexte de l'union ibérique de part et d'autre de l'Atlantique. Elle amène, au contraire, à opérer un déplacement de l'attention vers les dynamiques sociales et culturelles d'une pluralité de protagonistes engagés dans le processus politique et à restituer autant que possible la dynamique de relation et de circulation entre le Brésil et la péninsule pendant l'union ibérique.

---

[32] Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

[33] et ce d'autant plus qu'il existe alors une réelle interdépendance structurelle reliant l'Amérique portugaise à la métropole, qui la rend sensible aux évolutions de cette dernière et aux dynamiques propres de l'union ibérique. On doit ainsi constater le prolongement des réformes essayées au Portugal, en particulier dans les domaines de la justice et des finances ; des créations institutionnelles, telles que la *Junta da Fazenda do Brasil* ou la plus connue *Relação da Bahia*, et d'autres nouvelles formes de pouvoir, également instaurées dans le royaume, qui viennent démontrer les liens étroits existant entre les dynamiques politiques luso-brésiliennes et celles de l'union ibérique. Sur ce thème, cf. Guida Marques, « O Estado do Brasil na União Ibérica : dinâmicas politicas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal », *ibid.*

[34] Il est donc nécessaire de reformuler préalablement les termes de la relation centre/périphérie, dans le sillage des travaux de Xavier Gil, « Centralismo e localismo ? Sobre as relações politicas e culturais entre capital e territorios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII », *Penélope. Fazer e desfazer a historia* (Lisbonne), 6, 1991, pp. 171-192.

Dans ce cadre, la question des circuits de communication politico-administratifs et de ses mécanismes s'avère particulièrement intéressante [35]. Si elle permet de dépasser le cadre strictement institutionnel du gouvernement et des pratiques politiques, elle conduit également à intégrer à notre champ de recherche la multiplication des actes de communication écrite relatifs à l'Amérique portugaise durant cette période, un phénomène qui constitue sans nul doute un des aspects majeurs de la culture politique luso-brésilienne de cette époque [36]. Partant, elle amène aussi à s'intéresser aux usages et pratiques de l'écrit qui se développent alors dans la société luso-brésilienne [37]. Si ces dernières se révèlent un point d'observation privilégié pour saisir la manière dont cette société se représente elle-même, le Brésil ou encore ses relations avec la péninsule ibérique, elles apparaissent autrement comme autant de pratiques politiques engagées dans un dialogue avec la métropole. Finalement, ce qu'il s'agit de mettre au jour, plus qu'une influence quelconque des Habsbourg au Brésil, ce sont les liens et les interactions qui se tissent entre l'Amérique portugaise et la péninsule ibérique durant cette période. Comprendre la place du Brésil dans l'union ibérique, et plus largement dans la monarchie catholique, mais aussi déterminer l'importance de cette période dans le processus d'institutionnalisation et de politisation que connaît alors l'Amérique portugaise. Il s'agit en fin de compte d'articuler représentations, institutions et pratiques politiques [38]. Cette perspective suppose une approche multidimensionnelle en même que processuelle, attentive aux circulations et aux changements [39]. Elle implique d'adopter le jeu d'échelles, et d'abandonner les catégories dans leur essentialisme, pour se concentrer sur les situations, envisagées comme cadres d'action et d'interaction [40]. Ce qui veut dire aussi prendre en compte la manière dont les acteurs

---

[35] Guida Marques, *ibid.*

[36] Diogo Ramada Curto, « Cultura escrita e praticas de identidade », dans *Historia da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, vol.II, Lisbonne, Circulo dos Leitores, 2000.

[37] Antonio Gomez Castillo comp. , *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*, Barcelone, Gedisa, 1999 ; Fernando Bouza Alvarez, *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001 ; ainsi que le dossier des *Annales* consacré aux pratiques d'écriture présenté par Roger Chartier : Pratiques d'écriture, *Annales HSS*, 2001.

[38] Tout comme de mettre en rapport des formations sociales, culturelles et politiques dont on suppose qu'elles entretiennent des relations. Ce faisant, cette démarche s'inscrit dans le sillage d'une histoire croisée. Sur les développements de cette dernière, cf. Michael Werner & Bénédicte Zimmermann, « Penser l'histoire croisée : entre empirie et réflexivité », *Annales HSS*, 2003 ; Michael Werner & Bénédicte Zimmermann, dir., *L'histoire croisée : objets et perspectives*, Paris, 2004.

[39] C'est la raison pour laquelle nous avons choisi le mot d'*invention du Brésil* pour titre du présent exposé. Une invention au sens de construction de l'imagination, intégrant projections, représentations et pratiques ; une invention qui se donne conjointement de part et d'autre de l'Atlantique.

[40] J. Revel, dir., *Jeux d'échelles*, Paris, Hautes Etudes/Gallimard, 1999 ; Michael Werner & Bénédicte Zimmermann, *op. cit*.

du processus étudié intègrent les représentations politiques, sociales et culturelles élaborées dans le cadre de l'union dynastique des couronnes de Castille et de Portugal. C'est une telle approche que nous voudrions développer ici, en présentant le parcours de Pedro Cadena de Vilhasanti à travers l'union ibérique. Il s'agit d'analyser la manière dont ce luso-brésilien se rattache effectivement à l'union ibérique, par son activité, les usages et pratiques qu'il développe dans ce cadre. L'intérêt d'une telle étude tient, on le verra, à la richesse du questionnement qu'elle soulève, tout comme aux perspectives de recherche qu'elle nous ouvre.

Pedro Cadena, « bom soldado e verdadeiro provedor » : une carrière luso-brésilienne à travers l'union ibérique.

Le *Conselho da Fazenda*, siégeant à Lisbonne, consacre, au mois d'avril 1638, une *consulta* à la nomination d'un nouveau *provedor mor da fazenda do Estado do Brasil*. Elle donne lieu à un portrait dithyrambique de Pedro Cadena de Vilhasanti, qui exerce cette charge depuis 1635, sous le régime particulier de la *serventia* [41]. Se prononçant en faveur de la reconduction de Pedro Cadena à ce poste, les conseillers Rodrigo Botelho et Thomas de Ybio Calderon le décrivent comme un officier zélé, serviteur émérite et diligent, tout entier dévoué au service de la couronne [42]. C'est aussi un expert du Brésil, une qualité qui amène Ybio Calderon à affirmer, avec l'emphase qu'il affectionne, que « quando Pedro Cadena se allara en el Japon le huviere VMgd de mandarle a la vaya en el cargo que oy sirva » [43]. En réalité, si Pedro Cadena effectue quelques missions en métropole et sur l'Atlantique, c'est au Brésil qu'il réalise l'essentiel de sa carrière. Mais, à la différence de son prédécesseur à ce même poste, Francisco Soares de Abreu, son parcours s'écarte de la carrière classique d'un *letrado*. Simple *escrivão da fazenda* de la nouvelle *capitania* de la Paraiba quand il entre au service du roi, ce luso-brésilien accède, quelque vingt-cinq ans plus tard, à l'une des charges les plus importantes du gouvernement de l'Etat du Brésil [44].

---

[41] Registo da provisão do provedor-mor da fazenda Pero Cadena, Bahia, 15.12.1635, publié dans *Documentos historicos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol.XVI –Patentes, Provisões e Alvaras (1631-1637*), 1930, p. 282. Cette nomination, relevant des pouvoirs octroyés au gouverneur général de l'Etat du Brésil, reste sujette à confirmation par le pouvoir royal, et se trouve ainsi marquée du sceau du provisoire.

[42] Arquivo Historico Ultramarino (AHU), Bahia (Luisa da Fonseca), doc.16 : Parecer de Rodrigo Botelho sobre a nomeação de pessoas para o cargo de provedor mor da fazenda real do estado do Brasil, 1638 ; AHU, Bahia (L.F.), doc.26 : Parecer de Thomas de Ybio Calderon sobre Pedro Cadena, 20.04.1638.

[43] AHU, Bahia (L.F.), doc.26.

[44] Juste après celles de gouverneur général et d'*ouvidor-mor* de l'Etat du Brésil. Cf. Graça Salgado coord., *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, 1985.

S'il n'a guère le profil, ni sans doute toute l'éloquence d'un *letrado,* Pedro Cadena n'en manifeste pas moins un attachement profond à sa charge, revendiquant pour lui-même, dans sa correspondance avec les autorités métropolitaines, cette image d'officier modèle, dépeinte par nos deux conseillers. D'autres voix, pourtant, s'élèvent, de part et d'autre de l'Atlantique, pour la lui contester, et critiquer son action [45]. Sa corruption et ses alliances douteuses sont alors tour à tour dénoncées [46]. Mais aussi son opportunisme, et l'usage qu'il ferait de l'écrit pour couvrir ses malversations, « lavando-se das tintas de sua escritura de que sempre uzou » [47]. Quelle que soit la véracité des accusations portées contre lui, Pedro Cadena s'avère effectivement un écrivant infatigable. Pétitions de services, correspondances administratives, mais aussi informations, relations, mémoires, et autres *arbitrios* émaillent sa carrière. On lui doit encore un grand nombre de lettres, rédigées pendant le siège de Bahia par les Hollandais cette même année 1638, dont l'ensemble constitue comme une chronique de l'événement, qui vient confirmer la relation forte que Pedro Cadena maintient avec cette pratique [48].

Pour singulier qu'il soit, le parcours de ce luso-brésilien à travers l'union ibérique mérite que l'on s'y arrête. La reconstitution de sa carrière au service du roi, et de son ascension au sein de l'administration de l'Etat du Brésil, éclaire, en effet, le fonctionnement de l'union ibérique, dans son gouvernement de l'Amérique portugaise, mais aussi ses dysfonctionnements, en montrant toute la complexité des relations de pouvoir durant cette période. Elle permet également de considérer les possibilités, mais aussi les limites de la mobilité sociale offerte par l'union ibérique, tout comme elle laisse entrevoir les stratégies mises en œuvre par cet officier dans la construction de sa carrière. La relation que Pedro Cadena entretient avec l'union ibérique, la représentation qu'il en a et celles qu'il mobilise, celles encore qu'il donne de lui-même, sont autant de questions qui nous conduisent finalement à

---

[45] AHU, Baia (L.F.), doc.742 : Carta de Pedro Fernandes Galinha, Bahia, 2.09.1637 ; Biblioteca Publica de Evora (BPE), CXVI/2-3, fol.93-96 : Relação do que tem sucedido na Nahya atee 5 de junho de 638, Manoel de Vasconcelos, 5.06.1638 (on peut en trouver une copie à la Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro dans la section Manuscrits, Colection Pernambuco, 12, 2, 3, n°10). On doit noter que Manoel de Vasconcelos avait sollicité quelques années auparavant ce même poste de *provedor-mor da fazenda do estado do Brasil*. Enfin, si Rodrigo Botelho et Thomas de Ybio Calderon, tous deux membres du *Conselho da fazenda* se prononcent très clairement en faveur du maintien de Pedro Cadena au poste qu'il occupe, malgré les trois ans réglementaires déjà écoulés, le *procurador da fazenda da Coroa*, lui aussi consulté sur cette question, rend quant à lui un avis nettement défavorable à l'endroit de Pedro Cadena. AHU, Bahia (L.F.), doc.26.

[46] Son frère demeuré dans la Paraiba envahie par les Hollandais en 1634, et suspecté de collaborer avec l'ennemi, alimente notamment les rumeurs à son encontre. Une référence à ces rumeurs dans AHU, Baia (L.F.), doc.26 : 20.04.1638.

[47] BPE, *ibid*.

[48] Cet ensemble de lettres, conservées actuellement à l'AHU de Lisbonne, dans la section Bahia, Avulsos (Luisa da Fonseca), a été publié sous le titre de *Relação Diaria do cerco da Baia de 1638. Cartas de Pedro Cadena de Vilhasanti,* éd. Serafim Leite & Manuel Murias, Lisbonne, 1941.

envisager les pratiques politiques développées au Brésil sous le gouvernement des Habsbourg.

Fils cadet d'une famille de négociants d'origine italienne, installée à Lisbonne durant la seconde moitié du XVI^e siècle, Pedro Cadena de Vilhasanti se rend au Brésil, au début du siècle suivant, accompagné de son plus jeune frère [49]. Arrivé à Pernambouc, il y épouse D. Beatriz Bandeira de Melo, issue de la petite noblesse portugaise, et part s'installer dans la Paraiba. C'est dans cette *capitania* royale, récemment conquise, qu'il entre au service de la couronne peu avant 1610 [50]. Il exerce là, durant une dizaine d'années, la charge d'*escrivão da fazenda, alfândega e almoxarifado*, dont il est propriétaire, en même temps que celle, davantage honorifique, de capitaine de cavalerie [51]. C'est là aussi qu'il fait bientôt l'acquisition d'un moulin à sucre. Ce faisant, Cadena poursuit, parallèlement, sa carrière dans la *capitania* voisine de Pernambouc, où il se voit confié diverses missions au service de la couronne [52]. Il y assume notamment les fonctions d'administrateur du *pau-brasil* pour le compte du roi, et de juge des douanes [53]. Nommé commissaire par la *junta da fazenda do Brasil*, il est chargé du recouvrement des finances royales, et de la révision des comptes des trésoriers de cette *capitania de donatario*, l'argent recueilli devant servir au financement de la conquête du Maranhão [54]. Il œuvre d'ailleurs aux préparatifs des flottes qui s'y destinent. A l'instar de Gaspar de Sousa, le nouveau gouverneur général, D. Luis de Sousa, qui s'installe lui aussi dans cette *capitania,* fait à son tour appel à ses

---

[49] Son père, Gaspar Cadena, servit à plusieurs reprises la couronne portugaise, dans le cadre de l'administration impériale, exerçant notamment la charge de receveur de l'île de São Tomé. Son frère aîné, Constantino Cadena, fait carrière dans l'empire portugais, servant tour à tour dans l'Inde portugaise, l'Armada da Costa et l'Atlantique Sud, au Brésil et en Angola, avant de réaliser quelques missions dans la péninsule pour l'armement des flottes castillanes en 1634 et 1639. Quand à son frère cadet, Jeronimo Cadena, il s'installe lui aussi au Brésil, où il épouse une cousine de la femme de Pedro Cadena, et s'occupera du moulin à sucre acquis par ce dernier. Cf. documents publiés en annexe de l'édition de la *Relação diaria do cerco da Baia…*

[50] Les informations qui suivent sont extraites d'une relation de services présentée par Cadena en 1623, renouvelée et augmentée en 1626 et 1629. C'est à cette dernière que nous nous référons ici. Archivo General de Simancas (AGS), Guerra Antigua (GA), leg.996 : Memorial de Pedro Cadena, Madrid, 6.12.1629.

[51] *ibid*. Sur le caractère essentiellement honorifique du poste de capitaine de cavalerie, et plus largement les carrières de soldats à cette époque, cf. *Nova Historia Militar de Portugal*, vol. 2, coord. Antonio Manuel Hespanha, Lisbonne : Circulo dos Leitores, 2004 ainsi que l'article de Lorraine White, « Spain's Early Modern Soldiers : origins, motivation and Loyalty », *War and Society*, vol.19, n° 2, oct. 2001, pp. 19-46.

[52] AGS, GA, *ibid.*

[53] Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e siècle(1570-1670)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1972.

[54] Cette *junta da Fazenda do Brasil*, instituée en 1612 par Philippe III de Castille, poursuit son activité jusqu'en 1615. Sur la création de cette nouvelle institution au Brésil, cf. Guida Marques, « O Estado do Brasil na União ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal », *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, 27, 2002, pp. 7-36.

talents financiers [55]. On le retrouve à Lisbonne, en 1623, sa feuille de services en poche, sollicitant de la grâce royale le statut de *moço fidalgo*, un habit militaire de l'Ordre du Christ, ainsi que le titre éminemment honorifique d'*alcaide mor perpetuo* de la Paraiba [56].

A partir de cette date, sa carrière se construit entre les deux rives de l'Atlantique. Il attend toujours une réponse à sa requête, lorsqu'est connue en métropole la nouvelle de la prise de Bahia par les hollandais au cours de l'été 1624[57]. Reconnaissant ses compétences nautiques, les gouverneurs du royaume le chargent de conduire le premier secours au Brésil [58]. Il y demeure dix-sept mois sous les ordres de Mathias de Albuquerque, durant lesquels il sert militairement à la tête d'une compagnie d'arquebusiers, qu'il entretient à ses frais, ne recevant lui-même ni *sueldo* ni *ayuda de costa* [59]. Il repart vers la métropole, en 1626, sur un navire de *aviso*, accompagné cette fois-ci de femme et enfants [60]. Il y renouvelle sa pétition, invoquant, comme tant d'autres alors, les services rendus entretemps à l'occasion de la *Jornada do Brasil* [61]. Suit un séjour de plusieurs années dans la péninsule ibérique, durant lequel il est employé à diverses tâches, faisant appel à ses compétences financières. Il participe notamment, en 1628, aux préparatifs des flottes à destination de l'Inde et du Brésil. Il entre alors en contact avec les ministres et les institutions du royaume en charge des finances, le *Conselho* et la *Junta da Fazenda*, le *provedor-mor dos armazens*, Vasco Fernandes Cesar,

---

[55] Il apparaît ainsi en 1617 sur les registres de la capitania de Pernambuco en tant que « provedor da fazenda de Sua Magestade », tout en continuant à exercer ses fonctions de escrivão da fazenda da capitania da Paraiba. Cf. *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633),* Lisbonne : CNCDP, 2001, doc.62, p. 237 ; doc.92, p. 302-4.

[56] AGS, GA, leg.996. Les deux premières récompenses sollicitées le sont très souvent dans l'Amérique portugaise de cette époque. Quant au titre d'*alcaide mor perpetuo de la Paraiba*, il s'agit au contraire de la première et seule référence pour cette période. Cette dernière prétention, éminnement honorifique, s'explique peut-être par un effet de mimétisme, sous l'influence du gouverneur général D. Luis de Sousa qui porte lui-même le titre d'*alcaide mor de Beringel*. Sur les Ordres militaires, cf. Fernanda de Olival, *Para uma analise sociologica das Ordens Militares no Portugal do Antigo Regime (1581-1621)*, Lisbonne, Universidade Nova de Lisboa, 1988 (tese de Mestrado polycopiée) ; id., *As Ordens militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisbonne, Estar Editora, 2001.

[57] Sur cet événement, cf. J.I.Israel, *The Dutch Republic and the Hispanic World*, Oxford, 1982, p. 123ss ; Stuart B. Schwartz, The Voyage of the Vassals. Royal Power, noble obligation and merchant capital before portuguese Restoration of Independance (1624-1640), *American Historical Review*, vol.96, 3, 1991, pp. 735-762.

[58] Bertolomeu Guerreiro, *Jornada dos Vassalos*, Lisbonne, 1625. Il est examiné par le *cosmografo-mor* du royaume, à cette date, Valentim de Sa, qui lui délivre un certificat de pilote, reconnaissant son aptitude à conduire les navires des « carreiras das Ilhas, Guiné, Cabo Verde, Angola, Brasil e Indias de Castella ». cf. IAN/TT, Chancelaria, Filipe III, Livro 30, fol.71.

[59] AGS, GA, leg.996, *ibid.*

[60] Capturé par les Hollandais, Cadena rejoint la péninsule ibérique par voie de terre, et arrive à Madrid.

[61] Il faut, en effet, constater un gonflement notable de pétitions de services à cette occasion. Il est également fait mention de ce phénomène dans l'article que Stuart Schwartz consacre à cet événement.

mais aussi les ministres castillans présents dans la capitale portugaise [62]. Il n'est de retour au Brésil qu'en 1634. Il y vient, sans être pourvu d'aucune charge, en compagnie du nouveau gouverneur général, Pedro da Silva. Il est toutefois nommé, dès l'année suivante, par ce dernier au poste très convoité de *provedor mor da fazenda do estado do Brasil* [63]. Si ses talents financiers et sa longue expérience brésilienne jouent en sa faveur, une telle promotion conduit à s'interroger sur le rôle du séjour passé par Pedro Cadena en métropole dans son ascension au sein de l'administration royale au Brésil [64].

De ses années passées dans la péninsule ibérique, il nous faut retenir ses multiples allers-retours entre Lisbonne et Madrid ; les nombreux écrits qui émaillent sa carrière ; les contacts, enfin, qu'il tisse avec les ministres castillans, et en particulier Thomas de Ybio Calderon, avec lequel il entre-

---

[62] AGS, GA, leg.996, *ibid*.

[63] Ce poste était vacant depuis le départ de Francisco Soares de Abreu, à la suite du différend qui avait opposé ce dernier au gouverneur général Diogo Luis de Oliveira. La question de la nomination d'un nouvel officier à cette charge avait été alors soumise au *Conselho da fazenda*. AHU, Codice 40, fol.66v-67 : Nomeação de pessoas para o officio de provedor-mor da fazenda do estado do Brasil, Lisboa, 8.11.1634. La question demeura plusieurs mois en suspens, revenant sur la table du conseil l'été suivant. AHU, codice 40, fol.220 : consulta do conselho da fazenda de 22.08.1635 sobre o licenceado João de Couto Barbosa [que] pede que com o cargo de ouvidor geral do estado do Brasil sirva juntamente de provedor-mor da fazenda enquanto Smgde não prover, como sirvirão seus antecessores. Rendant alors un avis favorable, le conseil ajoutait : « E quando Vmgde não seja servido que fique na eleição do governador como sempre se fez nas serventias, nomea para esta ao licenceado Cristovão Soares de Abreu e o licenceado Manuel Aires de Almeida que nomeou para a propriedade, e Pedro Cadena que ja servio de provedor da fazenda de Pernambuco e no dito cargo deu boa conta de sy com utilidade da fazenda de Vmgde ». D'autres sollicitent alors ce même poste, ainsi Manoel de Vasconcelos. Cf. AHU, Baia (L.F.), doc.683 : Requerimento de Manoel de Vasconcelos capitão, cavaleiro professo da ordem do christo que pede a serventia do oficio de provedor da fazenda do Brasil, 1635.

[64] Registo da provisão do provedor-mor da fazenda Pero Cadena, Bahia, 15.12.1635, publié dans *Documentos Historicos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol.XVI –Patentes, Provisões e Alvaras (1631-1637*), 1930, p. 282 : « Pero da Silva do Conselho de Sua Magestade Governador, e Capitão geral deste Estado do Brasil etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem que havendo respeito as partes, qualidades e suficência que concorrem em Pedro de Cadena Moço Fidalgo da Casa do ditto Senhor, e Cavalleiro d Habito de São Bento de Aviz, e pela experiência, que tem das materias da Fazenda Real deste Estado pelos cargos, que della ha servido, e confiança que Sua Magestade ha feito de sua pessoa assim nas ditas materias, como em outras de seu Real Serviço, em que o ha ocupado, e satisfação que sempre de si deu, e confiar eu delle, que sempre o assim fara : hei por bem, e serviço de Vossa Magestade de o encarregar como pela presente encarrego do cargo de provedor-mor da Fazenda de Sua Magestade deste dito estado do Brasil o qual cargo servira emquanto o dito senhor não mandar o contrario na forma, em que o serviam e exercitavam os mais Provedores-mores, que até agora foram deste Estado com a mesma jurisdição…, Bahia, 15.12.1635 ». Voilà donc notre homme au faîte de sa carrière. Polyvalent, tout à la fois *senhor de engenho* et officier du roi, assumant successivement, voire simultanément, diverses charges administratives et militaires, l'ascension de Pedro Cadena au sein de l'administration royale luso-brésilienne se traduit dans l'espace. Son passage de la Paraiba à Pernambouc, et de là à Bahia, siège du gouvernement général de l'Etat du Brésil, suggère une hiérarchisation du territoire de l'Amérique portugaise dès cette époque.

tient rapidement des liens étroits[65]. Ce faisant, il acquiert, durant cette période, une connaissance parfaite des rouages administratifs de l'union ibérique, tout comme de ses usages. On pourrait dire qu'il fait alors l'apprentissage de l'union ibérique. La pratique qu'il a de l'écrit, et qui accompagne ses déplacements entre les deux capitales de la péninsule, en est l'expression et peut nous servir ici de fil conducteur.

S'il multiplie alors ses pétitions de services, afin d'en obtenir une meilleure rémunération, il produit également mémoires, informations, relations et *arbitrios*. Autant d'écrits qui ont essentiellement pour fonction d'appuyer ses demandes. Il en est ainsi de la *Descripción del Brasil*, présentée à Madrid en 1629[66]. Elle est dédiée à D. Carlos de Borja, duc de Vilahermosa, qui n'est autre que le président du Conseil de Portugal[67]. Cette relation offre un tableau synthétique de l'Amérique portugaise de cette époque, fournissant des informations géographiques et économiques sur chacune de ses *capitanias*, les villes, ports et fortifications, mais aussi les produits de la terre, le commerce et les revenus des unes et des autres. Il rédige une nouvelle relation géographico-économique de l'Amérique portugaise quelques années plus tard. Intitulée *Descripción de 1038 leguas de tierra del Estado del Brasil Conquista del Marañon y Gran Pará*, elle est adressée, en 1634, au comte-duc d'Olivares lui-même[68]. Ces relations, dans lesquelles Pedro Cadena assume conjointement la figure d'auteur et celle d'expert du Brésil, participent d'une véritable stratégie de l'écrit, visant à obtenir les faveurs royales. La première de ces relations vient plus précisément appuyer le projet qu'il présente cette même année 1629 à Madrid, relative à la fortification de la Paraiba[69]. Cette dernière proposition fait suite à sa nomination, confirmée l'année précédente, au poste de *capitão mor* de la *capitania* de la Paraiba[70]. Elle apparaît sous la forme d'un « Memoria de que offerece hacer por servir a Su Magestad en la fortaleza nueba de la Paraiba », dont il propose de réaliser les travaux.

---

[65] Sur Thomas Ybio de Calderon, cf. Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares, 1621-1640. Le conflit de juridiction comme exercice de la politique*, Madrid, Casa de Velasquez, 2001.

[66] Bibliothèque Nationale de Madrid (BNM), Ms 3015, publié par Frédéric Mauro dans *Le Brésil au XVII^e siècle. Documents inédits relatifs à l'Atlantique portugais*, Coimbra, 1961.

[67] Santiago de Luxan Melendez, *La Revolucion de 1640 en Portugal, sus fundmentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal (1580-1640),* Madrid, Universidad Complutense, 1988 (thèse polycopiée).

[68] Retrouvée en Allemagne, cette relation a été publiée par Gotthold Ephrain Lessing et Christian Leiste sous le titre de *Beschraibung des Portugiesischen American vom Cudena. Ein Spanishes Manuscript in del Wolfenbüttelschers Bibliothek*, Brunschweig, 1780.

[69] AGS, GA, leg.996

[70] Sa nomination au poste de *capitão-mor de la Paraiba* pour trois ans date du 1.10.1625, et appartient à la vague de récompenses qui fait suite à la victoire de Bahia. Elle lui est confirmée le 25.06.1627 en l'absence des promus avant le 8.08.1625. Lui est également concédée, le 26.07.1627, la permission de nommer une personne de son choix pour occuper l'office d'*escrivão da fazenda da Paraiba*, dont il est propriétaire, le temps de son exercice au poste de *capitão-mor*. IAN/TT, Chancelaria, Filipe III, livro 17, fol.142.

Elle est accompagnée d'un plan de la fortification projetée qui, en démontrant ses compétences techniques et militaires, vient accroître son crédit auprès des autorités consultées [71]. Elle est également assortie d'un *arbitrio*, détaillant les diverses sources de financement possibles, dont il sollicite le contrôle afin, dit-il, d'éviter les fraudes coutumières et la mauvaise administration des officiers municipaux [72]. Cette proposition, le plan et l'*arbitrio* qui l'accompagnent, apparaissent finalement indissociables de la pétition de services que Pedro Cadena joint à ces papiers, sous la forme d'un épais « memorial a parte », contenant quelque « 108 papeles y certificaciones », qui viennent rendre compte de ses services rendus à la couronne [73].

Véritables instruments courtisans de promotion individuelle, les écrits que produit alors Pedro Cadena participent clairement de la construction de sa carrière, et viennent ponctuer les récompenses qu'il obtient de la grâce royale durant cette période : la nomination au poste de *capitão-mor* de la Paraiba et sa confirmation, un habit militaire de l'ordre de São Bento de Aviz assorti d'une rente, le statut de *Moço fidalgo de sua casa* et une pension attenante [74]. Il faut pourtant constater que Pedro Cadena n'assumera jamais sa fonction de capitaine de la Paraiba [75]. Son départ est constamment ajourné jusqu'en 1632, date à partir de laquelle il n'en est tout simplement plus question [76]. S'il retourne au Brésil, deux ans plus tard, c'est, nous l'avons vu, sans être pourvu d'aucune charge. L'analyse du devenir de cette proposition sur la fortification de la Paraiba à travers les méandres de l'administration de l'union ibérique peut nous aider à le comprendre. Ce faisant, son cheminement soulève une série de questions qu'on ne peut manquer de relever ici. Cette proposition est, en effet, présentée non pas à Lisbonne, mais directement à Madrid, échappant ainsi à la voie administrative consacrée.

---

[71] AGS, GA, leg.996 : consulta de la junta sobre la fortificacion de la Paraiba, 26.10.1629. Le Marquis de Leganes rend un avis très favorable, estimant que « de las plantas que ha visto para este efecto le parece muy bien la que ha dado ultimamente el capitan Pedro Cadena », ajoutant encore que « aprueba mucho la persona de Pedro Cadena ». Notons que les plans remis par Cadena sont également examinés par trois ingénieurs castillans. Cf. AGS, GA, *ibid.* : de lo que dizen tres ingenieros que costara la fabrica de la fuerza de la paraiba de que trata de encaregarse el capitan cadena, en Madrid, 4.12.1629.

[72] AGS, GA, *ibid*. Elles consistent en deux types de consignations. L'une concerne « lo que los hombres de la nacion hebrea quedaron a deber en el Brasil de resto de lo que offrecieron por el perdon general », l'autre « lo que resultare de los perdones y gracias de que se trata ». Pedro Cadena leur ajoute l'impôt sur le vin, et les droits douaniers perçus par la couronne dans la capitania de la Paraiba, ainsi que la part du contrat des dizimos la concernant.

[73] AGS, GA, leg 996.

[74] Il obtient un habit militaire de l'ordre de S.Bento de Aviz assorti d'une rente le 4.02.1628, et devient *cavaleiro professo* de cet ordre le 7.03.1630. Quant au statut de *Moço Fidalgo da casa de Sua Magestade*, il lui est concédé en 1631. Cf. IAN/TT, Chancelaria, Filipe III, liv.17, fol.142.

[75] Poste que continuera d'exercer le capitaine en place, Antonio de Albuquerque, jusqu'à l'invasion de cette *capitania* par les Hollandais en 1634.

[76] Biblioteca da Ajuda, cod. 51-X-2.

Elle y est étudiée par une *junta* particulière, spécialement constituée pour l'occasion [77]. Composée majoritairement de ministres castillans, cette *junta* intervient sur une question essentiellement luso-brésilienne, contrevenant ainsi aux termes de l'union dynastique des couronnes de Portugal et de Castille établis en 1581 [78]. Si le traitement dont cette proposition fait l'objet révèle une réelle confusion juridictionnelle, en ce qui concerne le gouvernement de l'Amérique portugaise, les résistances et les obstacles que Pedro Cadena rencontre alors, à Lisbonne, laissent apparaître, au-delà du blocage institutionnel que son projet provoque, une véritable guerre d'influence. Son étude doit ainsi permettre d'entrevoir la complexité des circuits de communication en jeu tout comme la nature des tensions et des rivalités existantes entre les diverses institutions de l'union ibérique.

Pedro Cadena se rend à Madrid, au début de l'année 1629, pour y présenter son projet de fortification de la Paraiba. Considérée par le Conseil de Portugal, la proposition de Pedro Cadena est renvoyée à Lisbonne, le 7 avril 1629, afin que le vice-roi et le *Conselho da Fazenda* en soient informés et puissent donner leur avis. Aucune réponse ne lui étant parvenue, le Conseil de Portugal réitère sa demande le 15 mai 1629 [79]. Sans succès. Devant les atermoiements du gouvernement de Lisbonne, Philippe IV finit par ordonner, au mois d'août, la constitution d'une *junta* sur cette question, « para que se viesse las consultas del consejo de Portugal con las plantas de la fortificacion que se pretende hazer en la capitania de la Paraiba en el Brasil » [80]. La première réunion se tient le 14 septembre 1629, séance durant laquelle Pedro Cadena est entendu [81]. D'autres suivent au mois d'octobre et novem-

---

[77] AGS, GA, leg. 996 : « Vmagd se sirvio de mandar por sus reales ordenes de 11 y 22 de agosto que se juntasen en la pieça del consejo destado el marques de Gelves duque de Villa_hermosa marques de Leganes don Luis de Bravo de Acuña don fernando Alvarez de Castro don Luis de Sossa y Diogo Mendoza… » Tomas de Ibio Calderon en est le secrétaire. Sur les nouvelles formes de pouvoir mises en place sous le gouvernement des Habsbourg, A.M.Hespanha, « O governo dos Austria e a "modernização" da constituição politica portuguesa », *Penélope. Fazer e desfazer historia*, 2, 1989, pp. 50-73.

[78] Cette affaire présente de fait une double entorse au compromis de Tomar tel qu'il est établi en 1581. A l'intervention castillane dans la question luso-brésilienne de la fortification de la Paraiba vient s'ajouter son immixion dans la justice distributive de la couronne portugaise.

[79] AGS, S.p. , libro 1522, fol.41v : Assento do Conselho de Portugal sobre Pedro Cadena e a fortificação da Paraiba, 15.05.1629 : « …haviendovos enviado com carta de 7 do mês passado hum papel que aqui me deu Pedro Cadena sobre a fortificação da Parahiba e porque estava com cuidado me avisaseis do que se vos offerecia no negocio e ao conselho da fazenda a quem me escrevestes o havieis remetido e que com o primeiro correio me avisareis de tudo, o que até agora não havieis feito e por ser materia esta de tanta importância e que não sofre dilação vos encomendo que logo sem mais dilação me envieis a consulta que sobre o negocio se fizer com vosso parecer porque fico esperando. »

[80] AGS, GA, leg.996.

[81] ibid. : « En 14 de este mes de setiembro se juntaron en la pieza de el consejo de estado los referidos en los decretos de Smgd…hallandose presente Pedro Cadena y despues de haverle oydo se le ordeno se saliesse… »

bre. Recevant là un avis favorable, la proposition de Pedro Cadena est retenue [82]. Elle revient alors sur la table du conseil de Portugal, pour que soient discutées les pétitions adjointes [83]. Peu de jours après, pourtant, un décret royal ordonne leur examen par cette même *junta* [84]. Cette dernière est ainsi également chargée de se prononcer sur la rémunération des services de Pedro Cadena, domaine relevant normalement du seul Conseil de Portugal. Sa *consulta* du 6 décembre 1629 lui est en grande partie consacrée [85]. Elle souligne à cette occasion le zèle de Pedro Cadena au service de Dieu et de Sa Magesté, sa valeur et sa prudence dans la guerre, comme sa rectitude et son savoir-faire en matière de finances. Mais les discussions achoppent sur la question du coût des travaux de fortification envisagés et les compensations demandées par Pedro Cadena. Le duc de Villahermosa et D. Luis de Sousa, respectivement président du Conseil de Portugal et ex-gouverneur du Brésil, se montrent les plus réticents. Le premier se refuse à reconsidérer la pétition de Pedro Cadena qui a déjà fait l'objet d'un avis de la part du Conseil de Portugal. Le second demande que soit consulté à ce sujet le gouvernement de Lisbonne [86]. Dans un souci d'efficacité, ce dernier suggère que cette question soit traitée là aussi par une *junta* [87]. Il engage également Pedro Cadena à se rendre lui-même à Lisbonne pour porter cette affaire au gouverneur du royaume. Ce que Cadena fait au début du mois de février 1630 [88]. Et conformément à la demande royale, une *junta* est constituée, réunissant autour du gouverneur, Simão Soares, Luis Mendes Barreto, Antonio das Povoas, Manoel Jacome Bravo, Estevão de Brito Freire, Pedro Gouvea de Mello et

---

[82] Fort de cet avis, Pedro Cadena présente le 25 novembre un mémoire plus complet détaillant les moyens de financement et les coûts des travaux à réaliser. Cf. AGS, GA, leg.996 : Memorial de lo que el capitan offerece hacer por servir a Su Magestad en la fortaleza nueba de la Paraiba, 25.11.1629.

[83] Il en ressort deux résolutions envoyées à Lisbonne le 10.11.1629. AGS, S.p. , libro 1522, fol. 116v , 120v. Notons qu'à cette date la question de la fortification de la Paraiba continue d'être discutée parallèlement au sein du Conseil de Portugal à partir des lettres du capitaine en exercice, Antonio de Albuquerque. Cf. AGS, S.p. , libro 1522, fol.144.

[84] AGS, GA, leg.996 : Orden real para la junta, 19.11.1629 : « vease en la junta donde se a tratado de la fortificacion de la parayba el memorial incluso de Pedro Cadena en que pide se le haga merced por sus servicios y consultaraseme lo que pareciere. En Madrid a 19.11.1629/a Tomas de Ybio Calderon.

[85] *Ibid.* : consulta de la junta para la fortification de la paraiba, 6.12.1629.

[86] AGS, GA, leg.996 : consulta de la junta en que se trata de la fortificacion que se pretende azer en la Paraiba sobre que combiene remitir el ajustar lo que podra costar al arcobispo governador de Portugal y demas de las mercedes que Pedro Cadena por encargarse de esta obra que es justo se le haga merced del furo de moço fidalogo con la moradia ordinaria, 17.12.1629. Une nouvelle consulta sur ce sujet le 21.12.1629, confirmant les conclusions de la précédente, en précisant que » se acordo que demas de las mercedes que se hicieren al capitan Pedro Cadena por encargarse de la fabrica de la dicha fortificacion se le haga tambien del fuero de mozo fidalgo con la moradia ordinaria aunque no se encarga de la dicha obra. »

[87] *ibid.* : consulta de la junta, 17.12.1629.

[88] Pedro Cadena aura répondu auparavant aux doutes émis par la *junta*. Cf. *Livro primeiro do Governo do Brasil*, *op. cit.,* doc.149, p. 501-507.

Luis Falcão [89]. La première séance se tient le 27 février. Son jugement est sans appel : « o papel de Pedro Cadena pareceo a todos descomposto e excessivo e indigno de se tratar delle… » [90]. On ne peut manquer de relever le contraste entre les conclusions rendues ici et l'avis autrement favorable donné, quelques mois plus tôt, par la *Junta* luso-castillane réunie à Madrid sur cette même question.

L'opposition suscitée par la proposition de Pedro Cadena à Lisbonne est évidente. Celle-ci n'est d'ailleurs plus évoquée par cette *junta* qui, après avoir sollicité l'avis d'experts du Brésil, étudient d'autres propositions [91]. Elle se prononce finalement en faveur de Francisco Lopes Brandão. Au début du mois d'octobre 1630, cette dernière proposition reçoit l'assentiment de la *junta* madrilène, qui vient ainsi ratifier l'éviction du projet présenté par Pedro Cadena plus d'un an auparavant [92]. L'opposition de la *junta* de Lisbonne à l'encontre de Pedro Cadena se double des atermoiements de ce gouvernement à enregistrer les grâces qui lui sont alors concédées. Ainsi du statut de *moço fidalgo* qu'il obtient à Madrid, et qui n'est finalement confirmé par la chancellerie du royaume que deux ans plus tard, et encore, sous la pression du pouvoir royal [93]. Cependant, si le blocage institutionnel auquel est confronté Pedro Cadena renvoie effectivement à d'importantes questions juridictionnelles qu'on ne saurait ignorer, la résistance rencontrée par son projet à Lisbonne semble autrement liée à l'existence d'une guerre d'influence. L'action de Pedro Cadena interfère, de fait, sur une question

---

[89] IAN/TT, Corpo Cronologico, Parte I, Maço 118, doc.10 : Copia da carta escrita a el rey declarandose nella os ministros que foram nomeados para a junta que se fez sobre a fortificação da Paraiba, Lisboa, 28.02.1630. Notons la présence au sein de cette junta d'anciens membres de la Relação da Bahia, Antonio das Povoas et Jacome Manoel Bravo, ainsi que d'un ex provedor-mor da fazenda do estado do Brasil en la personne de Pedro Gouveia de Mello.

[90] *Ibid.*

[91] Date ainsi de 1630 une « Descrição da cidade e barra da Paraiba de Antonio Gonçalves Paschoa, pilote natural de Peniche que ha vinte annos que reside na dita cidade – tirada do original feito inicialmente por ordem do governo o anno de 1630 », British Library, Add. 28461, fol.17-18v, ainsi qu'un « Parecer de Juan Rabelo de Lima » qui, consacré au problème de la défense de l'Amérique portugaise, s'attarde longuement sur la question de la fortification de la Paraiba, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms 1, 2, 35, fol.116-120. Ce dernier document peut être consulté dans Livro Primeiro do Governo do Brasil, doc.149. Ce dernier papier critique explicitement la proposition de Cadena, en considérant « que a primeira cousa que se deve obviar he que o cappitam mor da capitania não entenda nem tenha jurisdição na receita e despeza da dita obra nem para ella se lhe toma material algum… », autrement dit le contraire de ce que proposait Cadena.

[92] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms 1, 2, 35, fol.122v-124v : voto la junta que se conformava con la proposicion y que se hiziesse asiento de Francisco Lopes Brandam », Madrid, 2.10.1630

[93] Ces tergiversations conduisent la « junta por donde se trata de la fortificacion de la Paraiba » à se prononcer le 1er octobre 1631 « sobre la consulta del consejo de Portugal que trata de la causa por que se ha dilatado la execucion de la merced que Vmgd hizo a Pedro Cadena del fuero de moço fidalgo ». Cf. AGS, GA, leg. 996.

d'actualité [94]. Quand il présente son propre projet, la fortification de la Paraiba se trouve à l'étude depuis quelques mois déjà à Lisbonne, sur la base des informations fournies par le capitaine en exercice, Antonio de Albuquerque, qui fait lui-même une proposition dans ce sens [95]. Ce dernier appartient au puissant clan des Albuquerque du Brésil, qui dispose alors à la tête du gouvernement de Lisbonne d'un puissant soutien. Le comte de Basto, qui accède au gouvernement du royaume en 1630, est, en effet, le beau-père du *donatario* de la *capitania* de Pernambouc, Duarte de Albuquerque. Son influence semble alors déterminante sur le devenir de la proposition de Pedro Cadena concernant la Paraiba [96]. Elle vient également peser lourdement sur l'ajournement du départ de Pedro Cadena vers le Brésil, pour y assumer ses nouvelles fonctions. Suivant les témoignages donnés, quelques années plus tard, par Pedro Cadena lui-même et Thomas de Ybio Calderon, le comte de Basto aurait clairement œuvré en 1632 pour empêcher Pedro Cadena de rejoindre l'Amérique portugaise, « a solo titulo de que no pretendiesse entrar en el govierno de la Paraiba de que Vmgd le hizo merced y de querer conservar en el al dito [Antonio de Albuquerque] que a la sazon servia » [97]. La parution, cette même année, à Lisbonne, d'une relation imprimée louant l'action de ce dernier dans la Paraiba n'a rien d'une coïncidence, poursuivant dans l'ordre des textes la rivalité qui l'oppose à Pedro Cadena [98]. Cette tentative d'éloignement comprend également la mission qui lui est proposée deux ans plus tard, et qui doit le conduire au Moçambique.

---

[94] La fortification de la Paraiba est justement à l'ordre du jour. Sa position stratégique le long de la côte brésilienne avait, depuis longtemps, suscité l'intérêt de la couronne pour sa défense et justifier l'assistance apportée par la flotte de Diego Flores de Valdes à sa conquête en 1582. Sa fortification avait été ordonnée quelques années après, et des travaux avaient été entrepris à plusieurs reprises depuis le début du XVII[e] siècle sans jamais toutefois aboutir. Cf. *Livro primeiro do Governo do Brasil*, *op. cit.*, doc.92, pp. 302-304 : Auto que mandou fazer o senhor governador e capitam geral deste estado do Brazil Dom Luis de Sousa sobre o forte novo que Sua Magestade ordena se faça pera fortificação do porto desta capitania da Paraiba, 23.11.1618.

[95] AGS, S.p. , libro 1522, fol.8 : Assento do conselho de Portugal sobre a planta da capitania da Paraiba, 29.01.1629.

[96] Cette mainmise de la famille des Albuquerque sur cette région de l'Amérique portugaise et la protection dont elle jouit alors à la tête du gouvernement de Lisbonne permettent de comprendre les difficultés de Pedro Cadena à voir accepter là sa proposition, de même que sa tentative pour les contourner en s'adressant directement aux organes madrilènes. L'efficacité de cette tactique n'en demeure pas moins problématique. L'utilisation de circuits de communication parallèles tout comme le recours à une junta luso-castillane ne semblent pas entamer, en effet, la capacité de résistance des organes de pouvoir traditionnels.

[97] AHU, Bahia (L.F.), doc.26 : Parecer de Tomas de Ybio Calderon, 20.04.1638 ; AHU, Bahia (L.F.), doc.905 : Carta de Pedro Cadena de 12.06.1638, où il écrit que « …nem he culpa minha e ya pode ser que se os ministros de Vmgde não me detiverão cinco anos nessa cidade por seus particulares… ». L'action du comte de Basto est par ailleurs confirmée par Manoel de Vasconcelos, qu'on ne saurait accuser de favoritisme envers Pedro Cadena. Cf. BPE, cod.XVI/2-3, *op. cit*.

[98] La relation qu'offre Pedro Cadena au comte-duc d'Olivares en 1634 peut être lue dans cette même perspective.

Rejetant l'offre qui lui est faite par le gouvernement de Lisbonne, Cadena reçoit le soutien du *Conselho da Fazenda* qui estime que celui-ci sera plus utile au Brésil, « aonde servira a Vmgd nos postos que lhe senhalarem » [99]. Et, de fait, quelques jours plus tard, ce même Conseil suggère son nom pour occuper le poste de *provedor mor da fazenda do Estado do Brasil* [100].

Parmi les membres de ce Conseil, Thomas de Ybio Calderon est sans nul doute son plus solide appui. Pedro Cadena est devenu, en effet, durant cette période passée en métropole, son protégé ; d'aucuns diront sa créature. C'est là d'ailleurs, explique Ybio Calderon, une des raisons de l'opposition rencontrée par Pedro Cadena dans la capitale portugaise [101]. Les liens étroits qu'ils tissent durant cette période sont indiscutables. Tous deux se trouvent à Madrid au même moment, entre 1629 et 1630 [102]. Tandis que Ybio Calderon repart vers Lisbonne, Pedro Cadena demeure dans la capitale madrilène, où il devient pendant quelque temps l'agent (feitor) du négociant Luis Vaz de Resende avec qui Thomas de Ybio Calderon traite régulièrement [103]. En 1633, Ybio Calderon propose à la *Junta de guerra de Indias* la personne de Pedro Cadena pour apprêter des navires à destination du Chili [104]. Les relations

---

[99] AHU, cod.40, fol.205v-206 : Consulta do conselho da Fazenda sobre a excusa que da Pedro Cadena a quem Smgde nomeou por capitão de hum dos navios que hão de ir aos rios de Cuama afim de não hir as ditas partes, Lisboa, 16.07.1635. Le conselho da Fazenda conclut par ces mots : « …que se deve aver por excuso a Pedro Cadena por ter servido a Vmgde em mayores lugares do que o de capitão de hum pataxe para os rios de Cuama de mais de estar pobre e com grandes necessidades, e sera de muito proveito no Brazil aonde servira a Vmgde nos postos que se lhe senhalarem conforme aos que teve por seus serviços mereçem por ter noticia daquellas partes e aver militado nellas e ser pratico nas fortificações que se fazem para ofença e defença dos inimigos porque ainda que foi consultado para fazer a fortificação em Quilimares por se entender que era huma das mais importantes fações daquellas partes e que nelle concorrião as partes necessarias para sair com tal empreza, todavia para capitão de hum pataxo pode aver outras pessoas que dem muy oa conta de sua obrigação da ida e volta sem ser necessario embarcarse nisso a Pedro Cadena podendo ser de mayor utilidade em outras couzas de serviço de Vmgde, Lisboa, 16.07.1635 ». A noter que les signataires de cette consulta sont Thomas de Ybio Calderon, João Sanches et Francisco Leitão.

[100] AHU, cod.40, fol. 220 : consulta do conselho da fazenda de 22.08.1635 : « …E quando Vmgde não seja servido que fique na eleição do governador como sempre se fez nas serventias, nomea para esta ao licenceado Cristovão Soares de Abreu e o licenceado Manuel Aires de Almeida que nomeou para a propriedade, e *Pedro Cadena que ja servio de provedor da fazenda de Pernamuco e no ditto cargo deu oa conta de sy com utilidade da fazenda de Vmgde* » [l'italique est de nous].

[101] AHU, Bahia (L.F.), doc.26. Dénonçant les atermoiements du gouvernement de Lisbonne à l'endroit de Pedro Cadena, Ybio Calderon ajoute que « esto señor procedio de que yo quiero para mi las encomiendas y los abitos y los paules y no para los que sirven a Smgde… »

[102] Ybio Calderon y est appelé pour y être secrétaire de la Junta de Armadas et de la Junta de Galeras. Il est également nommé secrétaire de la Junta, chargée d'étudier la fortification de la Paraiba.

[103] J. F. Schaub, *op. cit.*

[104] AGI, Indiferente General, 2666 : 25.06.1633. La Junta de Guerra de Indias s'était adressée à Ybio Calderon, en lui demandant de trouver quelqu'un susceptible d'apprêter les navires qui devaient conduire 600 soldats au Chili. Ybio Calderon leur propose alors la personne de Pedro Cadena.

qu'entretiennent les deux hommes apparaissent encore plus évidentes à l'occasion du retour de Pedro Cadena au Brésil. Thomas de Ybio Calderon s'en fait lui-même l'écho, quelques années après, en rapportant les conditions du départ de Pedro Cadena outre-atlantique : « Quando partio la armada de esta corona y la de Castilla para el Brasil, ya Pedro Cadena en compania de Don Luis de Rojas que desseo llevarle consigo y comunicando me le Don Luis le dije que no le convenia por que Pedro Cadena no podia obrar cerca de su persona en nada por no llevar puesto, ni ocupacion, y que lo que convenia era que fuesse en compania del governador de el estado de el Brasil, y que en Salvador sirviesse el oficio de provedor de que havia de resultar el ser assistido con lo necessario, a don Luis le parecio esto mas conveniente y assi Pedro Cadena fue en compania de el governador de el estado del Brasil » [105]. Si ces quelques lignes confirment les liens tissés par Cadena avec les autorités castillanes, elles soulignent également le rôle déterminant joué ici par Thomas de Ybio Calderon, en révélant sa stratégie de placement. Il parvient, en effet, à imposer un homme de confiance, en la personne de Pedro Cadena, au poste de *provedor-mor da fazenda do estado do Brasil*, un poste-clé dans le contexte de guerre des années 1630 [106]. Il réaffirme son rôle quelque temps plus tard, en déclarant que « el fue parte que Pedro Cadena pasase al Brasil por saver la noticia con que estava de las cosas de la hacienda real que en tiempos pasados havia administrado y dado muy buena quenta y que abiendo bisto Pedro da Silva gobernador de aquel estado y reconocido su talento le nombro por provedor mor de la hacienda real de Vmgde » [107]. Cette déclaration, Ybio Calderon la fait dans le cadre d'une *consulta* du Conselho da fazenda dont il est membre, en faveur de la pétition de la femme de Pedro Cadena, D. Brito Bandeira de Melo qui, confrontée à de graves difficultés financières, demande au gouvernement une aide sur le comte du salaire de son mari [108]. Prétextant l'absence de documents officiels attestant la nomination de Pedro Cadena à ce poste, le gouvernement s'apprête à rejeter sa requête [109]. Thomas de Ybio Calderon vient, en sa défense, certifier les diffi-

---

[105] AHU, Bahia (L.F.), doc.26 : Parecer de Thomas de Ybio Calderon sobre Pedro Cadena.

[106] AHU, Bahia (L.F.), doc.16.

[107] AHU, Bahia (L.F.), doc.792.

[108] AHU, Bahia (L.F.), doc.791 : Requerimento de D. Brito Bandeira de Melo, mulher de Pedro Cadena de Vilhasanti, provedor-mor da fazenda do Brasil, queixando-se de seu marido a ter deixado sem remedio para sustentar-se a suas filhas, a ela quase cega, pede algum dinheiro por mês por conta do ordenado de seu marido, 8.05.1638. Le gouvernement s'en remet à l'avis du procurador da fazenda en demandant le « provimento ou rol per que esta provido neste oficio Pedro de Cadena e com ella aya vista o procurador da fazenda de Smgde, Lisboa, 8.05.1638. La réponse du procurador a fazenda vient au dos : « Como não veio provisam de Smgd para servir de provedor mor da fazenda real de estado do Brasil o suplicante Pedro Cadena nem provimento do livro nem me consta da ordem de que leva de servir o tal oficio não posso dizer que se diffira a estas petições de sua molher porque a quem leva salario da fazenda real se não podem dar outras ajudas e socorros em materia de graça e merce Vmgde mandara o que ouver por seu serviço, 12.05.1638.

[109] Il s'appuie sur l'avis du procurador da fazenda da coroa, consulté à cette occasion.

cultés que connaît alors la famille de Pedro Cadena, rappelant qu'il a dû lui-même subvenir à ses besoins durant plusieurs mois, et confirmer les fonctions exercées par celui-ci « de que dio quenta el governador Pedro da Silva como se ve por la copia de capitulo que va con esta consulta » [110]. Il y ajoute d'autres arguments pour dénoncer le traitement inégal qui lui semble être fait dans cette affaire. Et, poursuivant l'éloge de ce serviteur, il presse le monarque de le conserver dans cette charge et de lui en donner la propriété, car son zèle seul « es la causa de tener emulos » [111]. La raison des critiques adressées à Pedro Cadena tient, en effet, d'après Ybio Calderon, à l'intégrité même de cet officier du roi, tout entier dévoué à son service et à la défense de ses intérêts outre-atlantique. De tels officiers, explique Ybio Calderon, sont condamnés à l'opprobe de la population et aux attaques de leurs ennemis. Il en veut pour preuve « lo que se hizo con Francisco Suarez de Abreu provedor de aquel estado tan limpio y inteligente çeloso criado de Sua Magestad que porque no dava lugar a que se quebrantasen los regimientos de Smgd fue presso y muy maltratado, hasta provarle que estava sin juicio, y no es solo Francisco Suarez el a quien sucedio esto por que lo mismo hacen con todos los criados de Smagd que sirven con pureça y estos no tienen mas defensa que la de su berdad y la esperança de que Vmagd ha de defenderlos y ampararlos quando padezcan por su real servicio y este es exemplar de permitir que se atropellen y desacrediten los buenos y çelosos criados de Vmgd y de no ampararlos Vmgd y defenderlos y honrrarlos cada dia mas como les es devido, trae consigo yncreibles danos contra el servicio de Vmgd y beneficio de su real hacienda, por que los demas que la administran pierden el çelo el amor y fidelidad a servicio de Vmagd quando veen que de esto les resulta descredito vejaciones y prisiones y que Vmagd los desampara y no manda hacer la devida demostracion contra los subdiciosos y quebrantadores de la ley y de los regimientos de Vmagd » [112]. Si l'on ne peut s'empêcher de voir dans cette défense exaltée de Thomas de Ybio Calderon, en faveur de Pedro Cadena, un écho à sa propre situation, il reste que celui-ci pourrait aisément reprendre à son compte ces paroles [113].

Elles correspondent, en effet, à l'image d'officier dévoué au service du roi qu'il entend donner de lui-même à son poste de *provedor mor da fazenda do*

---

[110] AHU, Bahia (L.F.), doc.792.

[111] *ibid.*

[112] *ibid*.

[113] Thomas de Ybio Calderon se sent alors lui-même attaqué. De fait, il s'est acquis au fil des ans de solides inimités à Lisbonne, notamment en raison de son refus systématique de payer les droits de douane pour les matériaux destinés à l'armement des navires castillans. C'est ainsi qu'une accusation criminelle est portée contre lui en 1631. Il essuie par la suite diverses déconvenues qui correspondent à la montée en puissance du clan Vasconcelos. En 1638, justement, il se voit dépossédé de son monopole de compétence par l'intervention croissante du triumvirat, en même temps qu'ulcéré par la concurrence de Fernando Alvio de Castro. Cette dernière rivalité l'amenant à adresser à Madrid de furieuses apologies de sa propre personne. Cf. Jean-Frédéric Schaub, *op. cit*.

Estado do Brasil. Cette représentation de Pedro Cadena par lui-même en officier zélé se dégage tout d'abord de la correspondance assidue qu'il entretient alors avec la couronne, par l'intermédiaire du *Conselho da fazenda*. Invoquant constamment le service du roi pour justifier son action, c'est aussi lui qu'il prend à témoin pour rendre compte de tous ses actes [114]. En ce qui concerne l'administration des finances, il constate, dénonce, et conseille. Il fait ainsi état de la mauvaise administration de l'impôt sur le sel, mis en place quelques années auparavant, et s'emploie à remettre en ordre l'administration financière, en faisant appliquer les décisions du pouvoir royal restées jusques là lettre morte [115]. Ainsi des relations entre les officiers de finances des différentes *capitanias* et le *provedor-mor do estado do Brasil*, ou encore de la révision des comptes des officiers de finance subalternes [116]. Etablissant le budget nécessaire à l'entretien des troupes luso-brésiliennes, il rappelle l'insuffisance des finances de l'Etat du Brésil pour faire face aux dépenses de guerre. S'efforçant de trouver de l'argent, il parvient à obtenir un don des *senhores de engenhos*, ainsi que le revenu de l'impôt sur le vin, normalement contrôlé par la municipalité de Bahia [117]. Il produit alors également relations et propositions concernant la défense de l'Amérique portugaise et la réforme des troupes luso-brésiliennes [118]. Plein du devoir qu'il fait sien d'informer le roi de l'état des choses du Brésil, il ne saurait pourtant se limiter aux seules questions de finances, rapporte et commente les derniers événements, décrit la situation de Bahia, celle de la guerre de Pernambouc,

---

[114] Il adresse sa première lettre à la couronne le 26 décembre 1635, soit dix jours à peine après sa prise de fonction. Les suivantes se suivent à un rythme rapproché.

[115] Nouvel impôt créé en 1631, et immédiatement étendu à tout l'empire portugais. AHU, Bahia (L.F.), doc.688.

[116] AHU, Bahia (L.F.), doc.689a :Auto que mandou fazer Pedro Cadena provedor da fazenda de smgde sobre a diligência que fez com o escrivão do almoxarife Martim Correa sobre os livros da receita e despesa do dito almoxarife, 1636. Ses efforts pour poursuivre les pratiques frauduleuses se voient salués par le conselho da fazenda de Lisbonne. Cf. AHU, Bahia (L.F.), doc. 792a : Consulta do conselho da fazenda sobre o bom procedimento de Pedro Cadena, Lisbonne, 15.07.1636 : « Pellas ditas cartas e pellas do dito governador do dito estado consta que Pedro Cadena serve neste officio en que foi provido pello mesmo governador por não haver provedor geral com grande zello e applicação as cousas da fazenda tratando de arrecadar e por em ordem pellas achar desordenadas e com pouca ou nenhuma arrecadação apontando particularidades de descaminhos delle a que acodio com o devido cuidado »

[117] Il en vient ainsi à empiéter sur les pouvoirs et les prérogatives de la municipalité de Bahia en s'arrogeant un droit de contrôle non seulement sur cet impôt mais aussi sur les marchandises des navires arrivant dans le port. Ce faisant, il s'attire des innimités certaines.

[118] Cartas do I° Conde da Torre, vol.II, doc.44, p. 162 : lettre de Pedro Cadena de Vilhasanti au conde da Torre, datée de Bahia, le 22.01.1639, concernant la réforme de l'armée, sur la base des dernières ordonnances militaires, éditées en 1632 ; Cartas do I° Conde da Torre, vol. I, doc.110, p. 236 : assentos que se tomarão em junta de 2.02.1639 sobre reformação geral e outras cousas : « conforme aos memoriaes que lhe presentou o provedor-mor da fazenda de Sua Magestade deste dito estado, Pedro Cadena de Vilhasanti… » ; Cartas do I° Conde da Torre, vol. II, doc.75, p. 196-202 : Informação que de Pedro de Cadena sobre as lanchas, Bahia, 28.02.1639 : « Em junta de 637 adverti eu ao governador que conviria muito pera ajuda desta praça aver algumas lanchas de quatro remos… »

ou encore l'état des troupes luso-brésiliennes et celui des forces ennemies [119]. Cette image d'officier modèle qu'il entend incarner se manifeste encore dans sa relation au Conde da Torre, gouverneur général du Brésil arrivé depuis peu à la tête d'une importante flotte luso-castillane. Fort de sa charge au sein du gouvernement général, mais aussi de sa qualité d'expert, Pedro Cadena voudrait voir son rôle de conseiller reconnu par les autorités de Bahia, et être ainsi pleinement associé à ce même gouvernement [120]. Mais ses relations avec le nouveau gouverneur général, comme avec les autorités militaires et la municipalité de Bahia apparaissent alors pour le moins tendues, et ses prétentions vite déçues [121]. Pedro Cadena s'en remet donc au pouvoir royal, qu'il entend tenir informé de tout, y compris de ses déboires, en se plaignant amèrement du traitement qui lui est réservé [122]. Il développe alors, dans

---

[119] AHU, Bahia (L.F.), doc.688 : Carta de Pedro Cadena de Vilhasanti, provedor-mor da fazenda do Brasil para Sua Magestade sobre a volta da armada de D. Rodrigo Lobo para o reino e estado da praça de Bahia, Bahia, 5.03.1636 ; BPE, cod.CXVI/2-3, fol.85-88 : Rellação por mayor das cousas sobre que escrevi a Smgde e seus ministros na caravella de Paschão que partio para Lisboa em 26.04.1636, da Bahia por Pedro Cadena. Les informations qu'il délivre là touchent tous les domaines, manifestant un contrôle important de l'information disponible sur le terrain de la part de notre homme.

[120] Cartas do I° Conde da Torre, vol.II, doc.49, p. 169-171 : Carta de Pedro Cadena ao conde da Torre, Bahia, 2.02.1639 : « Pareceme que pella obrigaçam de meu cargo de provedor mor da fazenda de Sua Magestade deste estado e da noticia e experiencia que tenho da capacidade e disposição de esta capitania da Bahia e cadeval dos moradores della devo advertir aVossa Excellencia e mais senhores da junta o que se me offeresse cerca do sustento da infantaria deste presidio exercito de Pernambuco e gente de mar e guerra das armadas que estão nesta Bahia… »

[121] Tout d'abord ses relations avec l'armée de Pernamouc, dont il doit assurer le paiement. Aux arriérés laissés par son prédécesseur, et réclamations répétées des capitaines viennent s'ajouter les conflits de juridiction qui l'opposent aux officiers de finance de cette armée. Le repli des troupes de résistance sur la région de Bahia vient finalement peser lourdement sur les finances du gouvernement général, confronté maintenant au problème de son ravitaillement. L'approvisionnement devient une question cruciale au moment du siège de Bahia par les Hollandais en 1638, qui vient accroître la tension autour du provedor-mor, auquel il appartient de résoudre cette délicate question. S'il reçoit alors le soutien du gouverneur général, Pedro da Silva, il doit essuyer les récriminations croissantes des autorités présentes à Bahia. Celles des capitaines de l'armée lui réclamant leur solde ; celles aussi de l'évêque de Bahia, le menaçant d'excommunication, et celles encore de la municipalité. Cf. AHU, Bahia (L.F.), doc.804 : Escrito do conde de Banholo para o provedor-mor da fazenda Pedro Cadena sobre a dificuldade de pagar aos soldados, do quartel, 29.09.1638, et réponse de Pedro Cadena ce même jour ; AHU, Bahia (L.F.), doc.805 : Carta de Pedro Cadena sobre o agravo que os oficiais da camara da Bahia tiraram de ele provedor mor ter posto olheiro por parte da fazenda real nos navios que assistiam a descarga dos vinhos para que se administra bem o direito dos quatro vintens por Canada e não haja descaminhos, Bahia, 3.11.1638.

[122] AHU, Bahia (L.F.), doc. 905 : Carta de Pedro Cadena, Bahia, 12.06.1638 : « e certo que eu me sinto muyto avexado e afrontado cada dia desta ynfantaria particularmente de alguns capitaes e officiais mayores que com a espada na mão me pedem o seu pagamento fazendome cada dia muytas descortezias não merecidas dos meus procedimentos que eu sofro pela ocasião presente e serviço de Vmgde… »

sa correspondance avec la couronne, l'image d'un officier dévoué, sacrifié au service du roi, ne pouvant que déplorer son peu de pouvoir [123].

Mais si Cadena évoque là les conflits qui l'opposent aux autres pouvoirs présents à Bahia, ces derniers apparaissent éludés dans un autre texte de lui rédigé à la même époque. Il s'agit d'un ensemble de lettres, écrites pendant le siège de Bahia par les Hollandais en 1638 [124]. Jour après jour, à la tombée de la nuit, Cadena prend la plume pour rapporter minutieusement le déroulement du siège depuis la veille au soir : les mouvements de troupes, le nombre de blessés et de morts de part et d'autre, mais aussi l'état des réserves et des munitions, les mesures prises concernant l'approvisionnement, le rationnement d'eau et de nourriture, ou encore le moral de la population, les rumeurs circulant dans la ville, et les communications établies avec l'ennemi. Entre journal de bord et livre de raison, cette quarantaine de lettres ajoutent à son image d'officier dévoué une autre dimension. Si l'auteur de cette relation, écrite au présent, se veut le témoin fidèle des événements rapportés, il en est aussi un acteur à part entière. Le *je* y alterne constamment avec le *nous*, portugais et castillans assiégés, opposés à *eux,* les Hollandais. Au fil des jours, c'est finalement sa propre action qui apparaît au premier plan. La relation qu'il donne des événements lui attribue, en effet, un rôle central dans la résistance de la ville à ses assaillants [125]. L'effacement de toute autre autorité tend à accentuer cette impression. Il n'y est jamais fait de référence précise au gouverneur général, ou à quelque autre instance de décision. Les rares évocations des autorités présentes dans la capitale luso-brésilienne sont allusives ; celles-ci sont d'ailleurs significativement fondues dans un *nous* qui l'inclut toujours. S'il fait preuve de discrétion, en mettant rarement en avant sa propre personne, son écriture tend à faire disparaître tout autre

---

[123] C'est ainsi qu'il justifie l'abandon de son projet de se rendre en métropole. S'il est pressé d'y renoncer par le gouverneur général et la population elle-même, c'est au nom du bien commun et du service royal qu'il revient sur sa décision. Ce pourquoi aussi il essuie en silence les affronts, tout en ressentant amèrement l'attitude des autorités militaires et leur peu de respect à son endroit. Cf. AHU, Bahia (L.F.), doc. 803 : Carta de Pedro Cadena, 3.11.1638 : « Em 30.09 e 11.10 proximos passados escrevi a Vmgde cujas copias serão aquy que servirão em falta e com esta sera a copia dos papeis, requerimentos e protestos que fis ao conde… e posto que eu sey o remedio que se lhe pudera dar cortando pelo são mandame o governador dissimule te vinda da Armada como consta dos mesmos autos… porque aqui cada hum so trata de seu particular e o serviço de Vmgde e o bem comum o sente… »

[124] Cet ensemble de lettres, conservé actuellement à l'AHU de Lisbonne a été publié sous le titre de *Relação diaria do cerco da Baia de 1638. Cartas de Pedro Cadena de Vilhasanti*, éd. Serafim Leite & Manuel Murias, Lisbonne, 1941. Sur ces années de guerre au Brésil, cf. Boxer, *The Dutch in Brazil (1624-1654),* Oxford, 1957 ; Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada. Guerra e Açucar no Nordeste 1630-1654*, Rio de Janeiro, 2e éd., 1998.

[125] AHU, Baia (L.F.), doc.799 : Carta do governador Pedro da Silva para Smgde com a relação das pessoas que se assinalaram na defesa da Bahia contra o conde de Nassau e acerca do muito que fez Pedro Cadena e do emprestimo que fizeram o bispo e Lourenço de Brito Correa, da artilharia e munições que o inimigo deixou etc., Bahia, 12.06.1638.

protagoniste. Restent son dévouement de tous les instants, ses efforts déployés de jour comme de nuit[126]. Lettre après lettre, la mise en scène de cet officier modèle donnant l'exemple, sacrifiant son propre salaire, et s'endettant encore au nom du bien commun, débouche finalement sur une héroïcisation de l'officier de finances, venant supplanter les militaires dans leurs faits d'armes. Si le devoir d'informer la couronne sous-tend sa relation et justifie son acte d'écriture, celle-ci n'en reste pas moins traversée par les notions de service et de grâce royale. Le *je* y laisse ainsi parfois la place à une troisième personne qui continue de le désigner. Cette mise à distance lui permet de décrire son action, en portant lui-même un jugement sur son action, et de présenter « elle dito provedor-mor… servindo com o zello, vontade e ynteireza que se espera de seu bom animo, como a tem bem mostrado na occaziam prezente, esperando da grandeza de Smagde lhe agradessa com honras e favores este e os mais serviços que lhe faz e tem feitos »[127]. Il revient sur ce point quelques lettres plus tard, « esperando da real grandeza de Vmgde se aya por bem servido de mym fazendome as mercês que ouver por seu serviço mandandome desempenhar para o poder servir com todo o creditto, sem o qual não o podera fazer ninguem nelle »[128]. La relation que donne Pedro Cadena des événements de Bahia tend finalement à valoriser sa propre personne, justifiant sa promotion et les honneurs qu'il espère. Si elle lui permet de réaffirmer l'image d'officier modèle qu'il entend donner de lui-même durant cette période, elle apparaît, comme tant d'autres de ses écrits précédents, comme un instrument courtisan de promotion individuelle.

Pedro Cadena fait lui-même ici figure de courtisan, un courtisan à distance pourrait-on dire. S'il sait faire preuve, dans ce texte, de discrétion et de dissimulation, qui en sont les attributs principaux, il l'est encore d'une autre manière. En donnant cette relation des événements de Bahia, Pedro Cadena insiste à plusieurs reprises sur l'importance de leur communication. Revenant sur l'enjeu essentiel que constitue le Brésil à cette époque, et la capitale luso-brésilienne en particulier, « por cuya razão so trattamos de defender esta praça como couza mais importante que dela depende a conservação da América », il entend, par cette relation, « aliviar o cuydado que pode dar neste reyno falta de avizo »[129]. Mais si l'écriture doit pallier la distance existante entre les deux rives de l'Atlantique, en rendant présente à la métropole une réalité lointaine, elle vient également resserrer les liens de l'officier Cadena avec son roi. C'est à lui, en effet, que s'adresse sa relation,

---

[126] *Relaçõ diaria do cerco da Baia de 1638…*, op. cit., par exemple la lettre datée du 19.05.1638.

[127] *ibid*., lettre datée du 24.04.1638.

[128] *ibid.,* lettre datée du 22.04.1638.

[129] *ibid.,* lettre datée du 10.05.1638.

expression intense du service de la couronne dont Pedro Cadena se sent investi. A travers elle, il entend participer du gouvernement du roi [130]. Mais c'est aussi dans cette pratique de l'écrit, et dans le lien maintenu ainsi avec le monarque, qu'il semble asseoir sa propre légitimité, contestée outre-atlantique. Se voyant refuser la reconnaissance à laquelle il prétend, et contraint d'en rabattre face à la noblesse militaire présente à Bahia, il finit par manifester sa volonté de repartir vers la métropole. Si le gouverneur général Pedro da Silva parvient à l'en dissuader, Cadena renouvelle sa demande quelques mois plus tard à son successeur, Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, avec qui ses relations se dégradent rapidement [131]. Le motif avancé par Cadena concerne des « negocios de muita importancia da fazenda que comunicar em Espanha a Sua Magestade e a seus conselhos e ministros superiores » [132]. En réintroduisant le devoir d'informer qui est le sien, en tant qu'officier du roi, Cadena exprime le lien privilégié qu'il entretient avec le pouvoir royal, et affirme la figure de conseiller qu'il fait sienne. Au conde da Torre, qui le prie d'en dire davantage sur ces importantes affaires qu'il lui faut communiquer au monarque, Cadena répond en courtisan averti, tout en lui offrant une véritable leçon d'*arbitrio*. Sa réponse s'ouvre ainsi sur une digression autour du secret, notion chère au courtisan : « O secreto he vida das determinações e as que antes de effectuar se não chegão a noticia de ninguem são mais acertadas, porque cauzão suspensão e respeito nos amigos e nos ynimigos medo… » [133]. Et se poursuit, en évoquant l'émulation des *arbitristas,* et en détaillant le parcours de leurs papiers. « A declaração dellez pertencia aos conselhos aonde se custuma dar alvitrez e ha livros particularez em que se registão, e se são pertencentez a fazebda os remete Sua Magestade ao conselho da fazenda de Castella e se são de fabricas, maquinas, engenhos e minas de todos os metais ou outros desta calidade se remetem a huma junta de minas que se tem ordenado pera isso e em ditos livros se registão os ditos alvitres e se passa logo provisão de resguardo aos alvitristas das merces que Sua Magestade lhes a de fazer pello dito alvitre, ou dando lhe a tres, quatro, cinco porcento do que resultar em beneficio a

---

[130] Alcir Pecora, *Maquina de Generos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

[131] Les deux hommes finissent d'ailleurs par communiquer uniquement par voie écrite. Arrogance pour l'un, persécution pour l'autre, il reste que Pedro Cadena fait alors preuve d'une mauvaise volonté évidente.

[132] …affaires à communiquer « de que a de resultar grandes beneficios a sua real fazenda, donde a de manar a conservação das armadas e exercitos que se achão nesta cidade do Salvador pera a conquista de Pernambuco e mais capitanias do Norte que ocupão os reveldes de Olanda em que espera fazer grandes e notaveis serviços a Sua Magestade, como athe aqui tem feito… ». A noter qu'il se présente ici comme « proprietario do oficio de provedor mor da fazenda de Sua Magestade ». Cf. *Cartas do I° Conde da Torre*, Lisbonne, CNCDP, 2003, vol.III, doc.132, p. 206 : pétição de Pedro Cadena de Vilhasanti ao Conde da Torre.

[133] *Cartas do I° Conde da Torre*, *op. cit.,* vol.III, doc.133, p. 207-210 : Resposta de Pedro Cadena ao pedido do conde da Torre, Bahia, 5.03.1639.

fazenda real, ou outras merces, em paga e satisfação do que inventou sua abilidade e determinou seu juizo. E depois de passada a dita provisão se mandão rever os ditos livros e constando pellos registos dellez que aquelle alvitre ja por outrem lhe say escuzada sua pertenção… »[134]. La négligence de ces prescriptions peut conduire à de nombreuses déconvenues. Cadena en donne plusieurs exemples, qui sont autant d'arguments pour lui de garder le silence, « sendo isto assy certo he que se offerecera alvitrez a Sua Magestade que os não declararia sem se me passar a dita provisão e registar os alvitrez aonde pertencessem, o que aqui não ha… »[135]. En faisant ainsi étalage de sa connaissance précise du monde de la cour, des personnages qui la peuplent comme des pratiques de l'écrit qui s'y donnent, il nous offre un témoignage précieux de la vague *arbitrista* qui submerge Madrid dans les années 1630[136]. Il montre davantage encore combien il en a intégré les usages et les représentations, apparaissant ici tout à la fois comme un courtisan et un *arbitrista* invétéré. Un mélange qui fait de lui un homme de l'union ibérique à part entière.

*

Au terme de cette exploration du parcours de Pedro Cadena à travers l'union ibérique, on est loin de l'image traditionnellement transmise par l'historiographie, qu'il s'agisse du gouvernement de l'Amérique portugaise durant cette période, ou de la lecture nationale qui en fut longtemps donnée. Elle nous met au contraire face à une réalité autrement complexe du Brésil dans l'Union ibérique. Ainsi la carrière de Pedro Cadena suggère-t-elle l'importance de l'Amérique portugaise dans la stratégie de la Monarchie hispanique, tout comme celle des circuits de communication politico-administratifs reliant le Brésil à la métropole. Inscrite entre deux gouvernements, elle met également en lumière les tensions existantes au sein de l'union ibérique, au moment où l'Amérique portugaise devient un enjeu essentiel. Si l'analyse que nous en avons faite permet d'invalider le schéma d'une confrontation de type national entre Lisbonne et Madrid, la période qui voit son ascension au sein de l'administration royale au Brésil pose toutefois clairement la question du partage juridictionnel entre les deux capitales en ce qui concerne le gouvernement de l'Amérique portugaise. Son parcours nous éclaire finalement sur la relation des luso-brésiliens à l'union ibérique, en montrant les liens étroits existant entre les deux rives de l'Atlantique, ainsi que les possibilités de mobilité sociale offertes durant cette période à des

---

134 *Cartas do I° Conde da Torre*, vol.III, *ibid.*

135 *ibid.*

136 Sur la naissance de ce mouvement au début du XVII[e] siècle, J. H. Elliott, « Self-perception and decline in early 17th century Spain », *Part and Present*, 74, 1977, pp. 41-61.

hommes tels que Pedro Cadena. Un homme qui en a intégré les représentations politiques et sociales, adoptant alors pour lui-même le modèle de l'officier dévoué au service du roi, doublé de celui du courtisan. Profondément attaché à l'Amérique portugaise, comme il le clame lui-même, Pedro Cadena n'en apparaît pas moins pleinement comme un homme de l'union ibérique[137]. Par tous ces aspects et les questions qu'elle engage, la reconstitution de la carrière de ce luso-brésilien au service du roi permet d'enrichir notre approche du problème de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique.

[137] Face à cette évidence, il devient malaisé de déterminer, suivant la distinction établié par l'historien Luiz Felipe de Alencastro, si Cadena est davantage un homme d'outremer ou un homme colonial… Cf. Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos Viventes. A formação do Atlântico Sul*, São Paulo : Companhia das Letras, 2000, p. 103-104.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 139-158

OS DOCES NA CULINÁRIA LUSO-BRASILEIRA: DA COZINHA DOS CONVENTOS À COZINHA DA CASA «BRASILEIRA» SÉCULOS XVII A XIX

por

LEILA MEZAN ALGRANTI *

1. Introdução

No final do século XIX, mais precisamente entre 1882 e 1886, Herbert Smith visitou o Brasil, realizando uma viagem do Rio de Janeiro a Cuiabá. Ao referir-se a uma festa popular em Cuiabá, o viajante registrou o costume local de se ingerir grandes quantidades de doces:

> «*Generalizada entre velhos e moços, machos e fêmeas, era a paixão pelos doces, que provavelmente porque tanto apreciam, sabem preparar muito bem. Em pouco tempo adquirimos o mesmo vício. Nas grande reuniões, apareciam às vezes com bandejas gigantescas de gostoso manjar, pessoas amigas da casa que assim procuravam tornar-se úteis... desapareciam aqueles montes em poucos minutos. Especialmente o bolo de coco e mandioca (...) era tão bom, que só por ele sou capaz de ainda voltar a Cuiabá.*» [1]

Os comentários de Smith, embora datados do período do Império, permitem-nos perceber vários aspectos importantes relativos ao consumo de doces no Brasil, muitos deles adquiridos ao longo da colonização portuguesa e que persistiram após a independência. O primeiro deles é certamente a *paixão pelos doces* – estimulada pela tradição portuguesa de confecção de doces e pela abundância de açúcar, devido à proximidade dos habitantes com a lavoura açucareira desde o século XVI. Conseqüentemente, sua presença era obrigatória nas ocasiões festivas, mas também na mesa de todo dia, embora o doce possua sempre o caráter de alimento supérfluo. Esse hábito de consumir alimentos adocicados foi observado tanto pelos cronistas, nos primeiros séculos da colonização, quanto pelos viajantes estrangeiros do século XIX, que registraram a presença constante de doces na alimentação

---

* Unicamp/Brasil.

[1] Herbert Smith, *Do Rio de Janeiro a Cuiabá (1881-1886)*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1922, p. 348.

brasileira em todos as camadas da sociedade, inclusive na dos escravos. Estes, na ausência de um confeito, chupavam simplesmente um canudo de cana ou adicionavam um bocado de rapadura à comida salgada. Muito freqüentemente eles introduziam também um pouco de melaço nos mingaus e canjicas, pratos corriqueiros na sua dieta. Destaque-se o comentário de Smith sobre o *bolo de coco e mandioca* confeccionado com produtos considerados básicos na cozinha brasileira, mas inexistentes nas receitas portuguesas dos séculos XVII e XVIII. Ou seja, trata-se de algo *novo,* introduzido em uma receita de *bolo*, que por sua vez, é uma técnica culinária trazida pelos colonizadores. Também chama a atenção no documento o fato de os doces serem feitos pelos amigos, uma prática comentada por Câmara Cascudo, que destacou o caráter doméstico da doçaria colonial, ao observar que os doces deveriam ser feitos em casa, a fim de serem individualmente valorizados [2]. Mais interessante se torna o depoimento do viajante ao constatarmos, nas páginas seguintes, a convivência harmoniosa do *bolo de coco e mandioca* com os famosos *fios de ovos* originários das cozinhas conventuais portuguesas. «Na varanda – diz ele – reunia-se um aluvião de bolos e flores. Três altas pirâmides de **fios de ovos** com bandeirolas, dominavam todo aquele alarido de guloseimas» [3].

As observações de Herbert Smith sintetizam três aspectos importantes relativos à doçaria que floresceu na América portuguesa, a qual continuou a se desenvolver até o século XIX, chegando aos dias atuais: 1) o hábito do consumo de doces; 2) a permanência de certos doces e de técnicas culinárias dos portugueses; 3) a utilização de produtos das colônias na confecção dos doces.

A proposta deste artigo é analisar tais aspectos, a fim de detectar a constituição de uma «doçaria brasileira» e o que essa revela sobre os hábitos alimentares, as sociabilidades e a circulação de produtos e saberes no mundo Atlântico lusitano. Comparando-se as receitas existentes nos antigos livros e cadernos de receitas portugueses com os registros de cronistas e viajantes sobre a arte de fazer doces na América portuguesa, pretende-se analisar o processo de transformação e de adaptação sofrido pelos doces na travessia de Portugal para o Brasil.

2. Doces do dia-a-dia, doces de festas: o consumo de doces

Todas as fontes encontradas nos reforçam uma evidência: a doçaria sempre foi um elemento participante e importante da alimentação luso-brasileira. Certos bolos e doces consagraram internacionalmente a culinária por-

---

[2] Cf. Luís da Câmara Cascudo, *História da Alimentação no Brasil*, São Paulo, Global, 2004, p. 596.

[3] *Idem*, p. 349/350

tuguesa tendo, inclusive, acompanhado os navegadores da época moderna na exploração e colonização dos novos territórios ultramarinos. O costume português de consumo de doces propagou-se em suas colônias, notadamente no Brasil, onde adquiriram novos sabores e cores.

Mas, segundo Oliveira Marques, em Portugal, «só a partir do Renascimento e, mais particularmente, dos séculos XVII e XVIII, se desenvolverá a afamada indústria doceira nacional» [4]. Essa está associada ao aumento da produção açucareira no império ultramarino, já que o açúcar, introduzido pelos árabes na Península Ibérica era, ainda na Idade Média, um produto raro e caro, como nos demais países europeus.

A tradição doceira em Portugal, mencionada nos registros medievais e quinhentistas, está associada ao mel de abelhas com o qual se fabricavam biscoitos, «pastéis de leite» e «pães-de-ló», bem como os chamados «farteis» ou «fartes» (à base de farinha, especiarias e mel) [5]. Em meados do século XVI começava a predominar a fabricação de doces com o açúcar da Ilha da Madeira, embora o mel ainda fosse bastante utilizado. Com ambos fazia-se «arroz-doce», marmeladas, pastéis, frutas doces e confeitos de vários tipos.

A crescente indústria açucareira nas ilhas atlânticas e no Nordeste do Brasil vulgarizou o uso do açúcar em Portugal e nas suas colônias bem antes desse difundir-se no resto da Europa: enquanto na Itália e na França o açúcar faz sua aparição triunfante na segunda metade do século XVII, «quando as receitas se diversificam e a *patisserie* realmente desponta numa tendência de refinamento» [6], em Portugal, por essa época, os doces de açúcar são já uma presença obrigatória na alimentação há quase um século.

Por outro lado, os cronistas da América portuguesa registraram o hábito do consumo de doces confeccionados com açúcar desde o século XVI. Gabriel Soares de Sousa, por exemplo, comentou em 1587:

> «*Das abóboras... das quais se faz muita conserva, ... aos cajus... fazem-se destes cajus de conserva, que é muito suave. (...) as castanhas de caju... destas castanhas as mulheres fazem todas as conservas doces que costumam fazer com as amêndoas, o que tem graça na suavidade do sabor. As pacovas... dos quais se faz marmeladas sofríveis...; ao amendoim, promovido a fruta, fazem as mulheres portuguesas todas as cousas doces, que fazem das amêndoas, e cortados os fazem coberto de açúcar de mistura com os confeitos.*» [7]

---

[4] Sobre a alimentação em Portugal na Idade Média ver A. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval portuguesa*, especialmente o capítulo «À Mesa», Lisboa, Sá da Costa, 1964, p. 15.

[5] Sobre a utilização do mel na doçaria portuguesa e sobre os confeiteiros e suas atividades no século XV, ver Henrique Gomes de Amorim Paneira, «História do Açúcar em Portugal, in *Anais da Junta de Investigações no Ultramar.* Vol. VII, Tomo I, Lisboa, 1952; Carlos Consiglieri e Marilia Abel, *A tradição conventual na doçaria de Lisboa*, Sintra, Colares Editora, 1999, p. 21.

[6] Cf. Anie Pierre Robert e Marie- Paule Bernardin, *Le Grand livre du sucre*, Paris, Solar, s/d, pp. 115-116.

[7] Cf. Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, título 5: «das árvores e plantas indígenas que dão fruto que se come», pp. 190-202.

Nota-se no comentário do cronista a necessidade dos primeiros colonos de aproveitarem os produtos locais a fim de incrementar sua alimentação diária, procurando na diferença dos ingredientes elaborar pratos semelhantes aos que costumavam consumir em sua terra natal. Nessa cozinha transformada em laboratório de experiências, há uma intenção de busca de formas, consistências e sabores conhecidos, reveladora da permanência das estruturas alimentares e da forma de cozinhar lusitanas. O fato é confirmado por Pero de Magalhães Gandavo, ao observar que as castanhas eram tão boas ou melhores do que as de Portugal, as quais eram comidas assadas, ou «cruas e deitadas em água como amêndoas piladas com as quais se faz maçapães e bocados doces…» [8]

Mas também havia a preocupação em se identificar as características dos produtos disponíveis e desconhecidos, visando a continuidade das práticas de alimentação e do cuidado com o corpo. Nesse sentido, o depoimento de Frei João de São José, no século XVIII, sobre os costumes no Pará é bastante revelador. Referindo-se às bananas observou que eram «melhor assadas e passadas por açúcar em ponto com gemas de ovos e canela, excelente remédio para os enfermos do peito e lisonja para regalo de glutões» [9]. O registro permite-nos perceber, além de semelhanças na forma de preparar os doces de frutas (ponto do açúcar, ovos e canela), a presença de doces à mesa dos colonos, ou à cabeceira dos doentes, da mesma forma como eram consumidos no Reino.

O hábito e a necessidade de ingerir doces que se instaura desde o início da colonização, alastra-se pelos séculos seguintes e invade as casas dos indivíduos dos mais diferentes segmentos da sociedade. Já no início do século XIX, referindo-se a uma casa de família de pequenas posses, no Rio de Janeiro, Debret comentou que um moleque se apresentou prontamente com um copo d'água, «bebida freqüentemente solicitada durante o dia para acalmar a sede que o abuso dos alimentos apimentados ou das compotas açucaradas provoca» [10].

Este abuso significava não apenas o excesso do açúcar como condimento, tão lamentado pelos estrangeiros que visitaram o Brasil no período – por camuflar o sabor dos frutos e demais alimentos da terra – mas também sua presença irrestrita em todas as horas. Consumiam-se doces à sobremesa das refeições mais consistentes (como no jantar servido ao meio-dia e, que seria o almoço de nossos dias), bem como nos lanches, nas ceias frugais e até nas merendas de viagens. Nestas últimas não podia faltar a famosa marmelada, presente na América desde o início da colonização, quando a abun-

---

[8] Cf. Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado descritivo do Brasil*, São Paulo, Obelisco, 1964, p. 51.

[9] Cf. D. Frei João de São José, *Visitas Pastorais (1761-1763)*, Rio de Janeiro, Editora Melso, 1961, p. 206.

[10] Jean Basptiste Debret *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1816-1831), São Paulo, Livraria Marins Editora, 1940, t. 1, vol, I, p. 129.

dância de marmelos, especialmente em São Paulo, servia para matar as saudades dos quitutes do Reino e era, inclusive, produto de exportação [11]. Também a rapadura ou *raspadura* se tornou companheira fiel das jornadas: fácil de transportar, era usada para adoçar as bebidas, para recuperar da fadiga ou como simples acompanhamento de uma refeição em trânsito. Indispensável nas mesas singelas e opulentas, a rapadura feita com o melado da terceira tempera, como informou Antonil, tornou-se alimento indispensável para os habitantes da América portuguesa [12]. Os confeitos, por sua vez, eram outros tipos de doces muito apreciados nas jornadas, por serem fáceis de acomodar nas sacolas transportadas no lombo das mulas, como mencionam Spix e Martius [13].

Quanto às sobremesas compostas de doces, elas faziam a alegria de crianças e adultos e serviam de admiração aos convidados. Luccock, ao visitar Minas Gerais, ficou impressionadíssimo quando, em um jantar que lhe foi oferecido pelo governador, foram servidas «vinte e nove variedades de frutas nacionais feitas em compota, cultivadas e fabricadas nas vizinhanças do lugar» [14].

Embora se observe que os doces do dia-a-dia eram geralmente fabricados à base de frutas locais, não faltam nas mesas mais exigentes pratos mais elaborados e tipicamente portugueses: Fernão Cardim, em um pouso na casa de Garcia d'Avila, no final do século XVI, foi recepcionado com «manjar branco», prato agre-doce de grande tradição em Portugal, mas também em outras partes da Europa, desde a Idade Média. Sua receita foi registrada no *Livro de cozinha da Infanta D. Maria (século XV)* e desde então foi reproduzida integralmente ou com variações («manjar-real», «manjar-branco amarelo», «manjar-branco assado») nos cadernos de receitas dos conventos e nos liv os de cozinha de cozinheiros da nobreza nos séculos XVII e XVIII [15]. Não é difícil imaginar o deleite e a surpresa do visitador ao se deparar com tal iguaria em uma casa no interior da Bahia [16], cujo nome – manjar – já indica um prato digno de exceção. De outra vez, Cardim

---

[11] Cf. Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 115.

[12] Cf. André João Antonil (João Antônio Andreoni), *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1923.

[13] J. B. Spix e C. P. Martius, *Viagem pelo Brasil (1818-1819)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, vol. II, p. 218. Referindo-se à alimentação em trânsito fornecida por amigos, John Luccock registrou: «enviaram-me grande abundância de quantas provisões pudessem ser-me necessárias e de fácil transporte na estrada, e com elas vieram, segundo o antigo costume do país, como mimos de despedida, grandes quantidades de doces, frutas em conserva e pastelaria. Cf. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1808-1818), SP/BH. Edusp/Itatiaia, 1975, p. 354.

[14] Luccock, *op. cit.*, p. 305.

[15] Cf. Domingos Rodrigues, *Arte de Cozinha* (1680), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 147-148; Lucas Rigaud. *Cozinheiro Moderno ou Nova Arte de Cozinha* (1780), Sintra, Colares Editora, 1999, p. 272.

[16] Fernão Cardim *Tratados da terra e gente do Brasil* (1583-1593), 2.ª edição, São Paulo, Companhia Editora Brasileira, 1939, p. 276.

regalou-se com vinho de Portugal, «ovos reais e outros mimos que nesta terra se fazem muito bons», como registrou ao se referir à hospitalidade dos senhores de engenho da Bahia, sinal de que as práticas alimentares da metrópole também faziam parte da bagagem cultural dos colonos [17]. Tudo leva a crer, entretanto, que tais iguarias da metrópole eram reservadas para ocasiões especiais. Nas refeições diárias, quer dos indivíduos abastados, quer dos escravos, os «pratos da terra» eram mesmo os mais freqüentes [18].

A *canjica ou angu de milho*, por exemplo, reinava como acepipe local: ela poderia compor a refeição vespertina dos escravos – como registraram Henry Koster para Pernambuco no início do século XIX, e Charles Ribeyrolles em 1850, no Rio de Janeiro – como ser ofertada a um hóspede repentino em uma casa mais abastada. De qualquer forma, de Norte a Sul do Brasil, ela deliciava a todos (naturais e estrangeiros), especialmente quando à mistura de leite e milho branco adicionava-se um pouco de mel ou melaço [19].

Nos tabuleiros das negras quituteiras que perambulavam pelas ruas das principais vilas coloniais, a canjica não podia faltar, mas encontraremos, a partir do final do século XVIII, muitos outros doces vendidos nas ruas, o que constituía um costume bastante antigo em Portugal. Alguns desses quitutes eram conhecidos dos portugueses há séculos, como o «pão-de-ló», o «arroz-doce», as «alféolas» e os famosos «alfenis», os quais na América eram chamados de «puxa-puxa», por serem feitos com açúcar queimado [20]. Outros, como o «pé-de-moleque» e as coloridas «cocadas», originaram-se das mãos das escravas quituteiras, conhecidas pelas suas habilidades na cozinha [21].

---

[17] Idem p. 282. «Ovos-reais», de acordo com uma receita existente no Livro de Domingos Rodrigues seria o mesmo que fios de ovos: Constava de uma dúzia de gemas bem batidas em uma calda de açúcar em ponto alto. Para escorrer a gema na calda, usava-se a casca de um ovo com «um buraquinho no fundo por onde corre o ovo em fio». Cf. Domingos Rodrigues, *op. cit.*, p. 157.

[18] Sobre o valor simbólico dos doces e seu consumo em proporções desiguais, segundo as classes sociais e ocasiões, bem como sobre o lugar do doce na hierarquia dos alimentos em Portugal e na América portuguesa, ver o meu estudo «A hierarquia social e a doçaria luso-brasileira (séculos XVII ao XIX)», in *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 2002, número 22, pp. 32- 34.

[19] Sobre as várias referências ao consumo da canjica ver, entre outros: Charles Rybeyrolles, *Brasil Pitoresco* (1858-1860), São Paulo, Livraria Martins, s/d, p. 34; Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1809-1815), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, p. 462; Robert Ave-Lallemant, *Viagem ao sul do Brasil no ano de 1858*, Rio de Janeiro, INL, 1953, p. 231.

[20] Informa-nos Câmara Cascudo, que o arroz-doce era doce consumido em dias de festas, especialmente quando incrementado com gemas de ovos e flor de laranjeiras, «delícias das merendas ricas». Os modelos mais simples, complementa o autor, « certamente os mais antigos, figuravam nas mesas pobres nos momentos de alegria. Era uma constante em festa de pobre». Cf. *História da Alimentação no Brasil*, São Paulo, Global, 2004, p. 468. É possível que com a vulgarização do arroz, o doce tenha se tornado mais corriqueiro, o que explica sua presença nos tabuleiros das negras quituteiras, no século XIX.

[21] Ver sobre a venda de doces nas ruas da Bahia Luiz dos Santos Vilhena, *Cartas de Vilhena. Notícias soteropolitanas e brasílicas (1802)*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1922, p. 131, J.B. Debret, *op. cit.*, Sobre tal costume em Portugal e à presença das alfeloeiras em

Os doces marcaram os festejos de rua, os casamentos e batizados e as comemorações de todo tipo. Nesse sentido seu caráter de alimento supérfluo e excepcional reafirma-se. Não havia festa sem bolo, já que o bolo possuía uma função social indispensável na vida dos portugueses, sendo visto sempre nos noivados e nascimentos, mas também nas visitas a doentes e enterros, como observou Câmara Cascudo[22]. Porém, não eram sempre os mesmos bolos e os mesmo doces que se encontravam à mesa dos colonos. Conforme a rusticidade dos primeiros séculos da colonização dava lugar a um conforto maior, e a sofisticação culinária e modos de vida iam conquistando o Velho Mundo, também estas influências eram sentidas no Novo continente.

É certo que entre os séculos XVI e XIX, a culinária na América portuguesa foi sendo constituída e transformada permanentemente, uma vez que se trata de uma arte combinatória e de inter-relações, mais do que de invenções, cujos processos se desencadeiam sob o signo da variação mais do que da criação pura. A história da alimentação, como observou Piero Camporesi, é fundamentalmente história da morfologia dos pratos e da comida, os quais apresentam elementos variáveis e constantes.[23] Assim, ao longo da colonização portuguesa na América, devido à chegada ininterrupta de reinóis, escravos e indivíduos de outras origens ao novo território, a doçaria – assim como a cozinha em geral – foi sendo enriquecida e transformada. Os recém-chegados introduziam sem cessar seus hábitos alimentares e seus pratos favoritos à mesa do dia-a-dia e àquela dos dias de festas (entre esses, o do consumo de doces), fossem simples escravos, lavradores e homens pobres ou capitães-mores, ouvidores e vice-reis. Dessa forma, o vínculo entre a doçaria portuguesa e aquela produzida em sua colônia americana foi sendo sempre renovado, permanecendo estreito durante vários séculos: uma conseqüência inevitável da circulação de indivíduos e de mercadorias no império luso-brasileiro.

Lisboa, ver Marques Cruz, *À Mesa com Luis Vaz de Camões ou o romance da cozinha no Portugal das Descobertas,* Sintra, Colares Editora, 1998, p. 84. Gilberto Freyre associou o costume de vender doces às ruas à uma tradição portuguesa já presente no século XVI, nas ruas de Lisboa. Cf. Gilberto Freyre, *Açúcar – uma sociologia do doce com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasi*l (1939), São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 85.

[22] Ver sobre o assunto, Ângelo Sabatino Perrella e Myriam Perrella*, História da confeitaria no mundo*. Campinas, Livro Pleno, 1999, p. 153. Há várias referências interessantes que permitem captar a existência de uma culinária comemorativa luso-brasileira como por exemplo, «os bolos e folares que se costumava dar na oitava da Páscoa em Portugal», ou os «bodos» da festa do Espírito Santo oferecidos aos pobres, em Tomar, no tempo de D. Manuel..» Cf. Manuel Guimarães, *À mesa com a história*, Sintra, Edições Colares, 2001, p. 41 e pp. 68-69; Câmara Cascudo também menciona doces específicos para o Natal brasileiro lembrando um dito popular: «filhoses no carnaval, doce seco no Natal». Segundo ele, os doces secos apareciam no Natal, nunca antes nem depois». *História da Alimentação no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, vol. 2, p. 271.

[23] Piero Camporesi, Introduzione e note ao livro de Pellegrino Artusi*, La Sicenza in Cucina e l'Arte di mangiar bene* (1891), Torino, Einaudi, 1995, p. XXXIX.

È, portanto, dessa combinação de desejos e saudades, temperados com açúcar e produtos coloniais, mas realizados a partir de técnicas e saberes portugueses, que podemos entender a constituição da doçaria na América colonial e sua evolução ao longo da colonização.

3. Uma visita às cozinhas: a confecção dos doces

Para vislumbrarmos um pouco melhor essa arte doceira combinatória e seus diversos componentes, vale observar mais de perto as cozinhas dos conventos e das moradas, dos dois lados do Atlântico.

Tanto em Portugal, como na sua colônia americana, observa-se na fabricação dos doces dois campos de atividade: a confeitaria realizada por profissionais e a confeitaria feita por populares, consumida em casa ou vendida por ambulantes. Por volta do início do século XVII, as posturas da câmara de Lisboa indicam que a venda de doces passou a ser regulamentada mais rigidamente quando foi restringida aos confeiteiros com tendas e proibida aos particulares que enviavam intermediários às ruas [24]. Cabe destacar não apenas o crescimento do consumo de doces nessa época, mas sua popularização nas feiras, nos mercados, na industria caseira e certamente na mesa dos portugueses. Se de certo modo o doce tende a se vulgarizar, em Portugal, durante a Idade Moderna, ocorreram também outras mudanças no processo de sua fabricação. Além dos doces vendidos nas ruas, desenvolveu-se uma doçaria palaciana associada aos banquetes reais. Como ocorre com outros alimentos, também na arte de fazer e consumir doces nota-se uma forte hierarquia, que se explicita na quantidade e qualidade dos produtos utilizados, na forma de apresentá-los, nas mãos que os confeccionam e na clientela à qual se destinam.

No século XVII, devido às poucas hospedarias, os conventos portugueses assumiram este papel no acolhimento às comitivas reais, estimulando o desenvolvimento da arte de cozinha e confeitaria em várias destas instituições. As receitas que as religiosas utilizavam, procediam das cozinhas das casas da nobreza, das quais muitas delas se originavam [25].

Embora distintos da doçaria popular, os doces conventuais foram influenciados pelas receitas tradicionais e por outras introduzidas pelas embaixadas estrangeiras [26]. Nem todos os doces da doçaria portuguesa tem origem conventual, mas esses assumiram posição de destaque e passaram, inclusive, a significar símbolo de convivialidade, na expressão de Alfredo

---

[24] Cf. Carlos Consiglieri e Marilia Abel, *op. cit.*, pp. 23-24.

[25] Sobre as origens das receitas ver Alfredo Saramago, *Doçaria Conventual do Alentejo – as receitas e seu enquadramento histórico*, Sintra, Colares Editora, 4.ª edição, 2000, pp. 25 e 53.

[26] Sobre essa interação social e cultural entre o palácio e o convento ver Carlos Consiglieri e Marilia Abel, *op. cit.*, pp. 34-35.

Saramago, devido ao fato de serem ofertados como regalos. Poderíamos acrescentar que também eram importantes na sociabilidade interna dos conventos, já que as religiosas faziam de suas especialidades um atrativo para seus hóspedes ilustres [27]. As especialidades das religiosas eram muitas vezes mantidas em segredo, pois desses doces dependiam não só a fama das cozinhas, mas também os proventos que proporcionavam aos estabelecimentos [28].

As famosas delícias conventuais acabaram trazendo notoriedade a certas casas e como destacaram Consiglieri e Abel, o palácio influenciou o convento [29]. Dessa interação mútua resultou uma culinária sofisticada, a qual se expressa na doçaria conventual e atinge seu auge no século XVIII. Alfredo Saramago menciona cerca de 100 dias por ano, festejados com cerimônias religiosas e convocações gastronômicas importantes nesses estabelecimentos [30].

O que cabe assinalar é que tanto as habilidades doceiras das religiosas, quanto o costume delas presentearem com doces foram práticas introduzidas nos conventos e recolhimentos da América portuguesa, no século XVIII, quando da fundação dos primeiros estabelecimentos de reclusão feminina.

Pode-se supor, por exemplo, que a receita dos famosos «pastéis de Santa-Clara» e de outras delícias de ovos, típicas da doçaria conventual portuguesa – como os «fios de ovos», as «trouxas d'ovos» – tenham vindo na bagagem das clarissas enviadas de Lisboa para fundar o Convento do Desterro, na Bahia, no final do século XVII. Talvez, quem sabe, tenham sido depois transmitidas ao Convento da Ajuda, no Rio de Janeiro, quando as freiras do Desterro se deslocaram para fundar esse convento carioca. Adaptadas e modificadas com produtos locais, tais receitas podem estar na base de alguns doces fabricados nos conventos da América portuguesa. Afinal, como dizia um ditado popular no Rio de Janeiro, do início do século XIX, «no convento da Ajuda só os doces são bons».

O que é certo, contudo, é que as religiosas e reclusas da América eram também exímias doceiras, e como as da metrópole, produziam doces à base de frutas, como as conservas e os frutos cristalizados. A abundância e a diversidade das frutas tropicais estimulou tanto a doçaria conventual, como a doméstica e popular. Os viajantes estrangeiros, do início do século XIX,

---

[27] Cf. Alfredo Saramago, *op. cit.*, p. 26

[28] Em um caderno de receitas do Convento de Santa Clara de Évora pode-se ler no último parágrafo: «Este livro se não entregará a outrem que não seja pessoa desta casa nem por cedência, nem por empréstimo por afetar os proveitos da feitura dos doces que neta casa são feitos.» Cf. *Livro das Receitas de Doces e Cozinhados vários deste Convento de Santa Clara de Évora, Sóror Maria Leocádia do Monte do Carmo*, Biblioteca Nacional de Lisboa, códice 10763. Transcrito e comentado por Leila Mezan Algranti, in *Cadernos Pagu,* Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 2001, n. 17/18, pp. 397-408.

[29] Cf. Carlos Consiglieri e Marilia Abel, *op. cit.*, p. 42.

[30] Alfredo Sarmago, *op. cit.*, p. 52.

registraram essa habilidade das freiras americanas. Maria Graham, por exemplo, referindo-se às compotas de frutas e ao mercado dos arredores de Olinda comentou em seu *Diário de Viagem*: «os conventos são em geral, os lugares onde se fazem as conservas mais delicadas… são chamadas pelo nome genérico de doce» [31]. Mais de dez anos depois, George Gardner, percorrendo a mesma região e visitando um convento de freiras, comentou que as mesmas «preparavam frutas em conserva para vender (…)» [32].

Em seu estudo sobre as enclausuradas do Desterro da Bahia, Ana Amélia Nascimento menciona as habilidades doceiras das religiosas baianas, enfatizando que «nos conventos, as freiras e recolhidas eram exímias floristas e confeiteiras» [33]. Assim, é possível perceber que a exemplo do que sucedeu em Portugal, também no Brasil se desenvolveu uma doçaria conventual que se encontra inclusive presente ainda hoje em algumas instituições femininas. Gilberto Freyre destacou a perícia das freiras brasileiras de meados do século XIX como «inventoras de doces e bolos – inventoras ou inovadoras nesse setor e não conservadoras puras e simples de preciosas heranças que foram principalmente elas que trouxeram da Europa» [34].

Mas se as antigas receitas de «doces de freiras» – notadamente as de doces de ovos com amêndoas – atingiram notoriedade em Portugal e conservaram-se até hoje na tradição culinária regional portuguesa, na América colonial, talvez devido à exigüidade das cozinhas das instituições religiosas femininas e à dificuldade de se conseguir certos produtos (farinha de trigo e amêndoas, por exemplo), desenvolveu-se uma doçaria doméstica com contornos menos elaborados e à base de produtos regionais, a qual marcou de forma mais intensa a doçaria «brasileira» do que os chamados no Brasil de hoje *doces portugueses* ou de ovos («doces de freiras», em Portugal). Câmara Cascudo, sensível observador dessas combinações portuguesas e americanas observou que os doces com nomes sugestivos de convento – «suspiro de freira», «bolo-de-frade», «papo de anjo», «celestes», «baba-de-moça», «bolo-da-abadessa» e muitos outros – «todos passaram para o Brasil», mas não resistiram ao contágio da mandioca e dos polvilhos, do leite de coco [35].

É esse «contágio», melhor dizendo, a relação entre a doçaria portuguesa (fortemente marcada pela doçaria conventual) e a cozinha das casas-grandes

---

[31] Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821-1822*, São Paulo, Editora Nacional, 1946, p. 138.

[32] George Gardner, *Viagem ao interior do Brasil*, São Paulo, EDUSP, Belo Horizonte/ Itatiaia, 1975, p. 53.

[33] Ana Amélia Vieira Nascimento, *Patriarcado e Religião – as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-189*, Salvador, Secretaria de Educação e Cultura, 1994, p. 157 e p. 242.

[34] Cf. Gilberto Freyre, *Açúcar uma sociologia do doce com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil (1939)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 161.

[35] Cf. Câmara Cascudo, *História da Alimentação no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. 2, 1968, p. 348.

que gostaríamos de destacar, a fim de refletir sobre a fabricação dos doces na América portuguesa [36]. Esta relação evidencia-se tanto na adaptação de certos doces, quanto na criação de novos pratos elaborados com açúcar. Contudo, a ausência de preservação de cadernos de cozinha escritos no Brasil, notadamente entre os séculos XVI e XIX, levou-nos a buscar em outras fontes, elementos que permitam observar como os doces eram produzidos. Para tanto, selecionamos nos registros de cronistas e viajantes referências a alguns doces, os quais foram reunidos em três grupos, de forma a proporcionar uma análise comparativa com as antigas receitas portuguesas. O primeiro grupo compõe-se de doces cuja diferença em relação ao doce de origem portuguesa é, simplesmente, a substituição do produto básico (fruto, geralmente); no segundo grupo, reunimos novos tipos de doces, mas que evocam certas características da doçaria portuguesa. No terceiro e último conjunto de doces, as variações entre as receitas parecem não ter grande significado.

Cabe observar que estes exemplos não esgotam a multiplicidade e a variedade do inventário de doces portugueses ou brasileiros, mas permitem avaliar a doçaria enquanto prática cultural e levam-nos ao movediço terreno das identidades culturais, bem como ao instigante campo da história da alimentação.

Geléias, compotas e frutos cristalizados

A culinária portuguesa, assim como a de outros povos, mantinha, ainda na Idade Moderna, uma estreita relação com a agricultura e, conseqüentemente, com as estações do ano. A doçaria não fugiu a esta regra e os doces mais comuns eram aqueles confeccionados à base de frutas. Limpos e cozidos em calda de açúcar (cujo ponto podia variar), os frutos eram preparados para serem consumidos frios em forma de compota (com calda), mas também desmanchados como uma pasta ou secos, depois de espremidos em uma grade e expostos ao sol. Estes doces eram oferecidos no último serviço das refeições. Podiam ser guardados por muito tempo, daí o termo «conserva», já que o excesso de açúcar funcionava como conservante [37].

---

[36] O termo cozinha conventual e cozinha da casa-grande são aqui utilizados de forma ampla e simbólica. Entendendo-se ambas como espaços de transmissão de saberes e técnicas culinárias, mas fundamentalmente locais nos quais produtos regionais são processados e combinados a tradições múltiplas, que deram origem a produtos considerados como marcos de identidades portuguesas e brasileiras.

[37] No receituário de Domingos Rodrigues o número de receitas atribuído a cada tipo de doce varia pouco, geralmente entre 7 e 9 receitas, com leve maioria dos doces de frutas (12 receitas), *op. cit*., pp. 151-155, 157-158, 159-162. As geléias e caldas de fruta, por sua vez, são variadas no livro de Lucas Rigaud, (século XVIII), no qual as receitas de conservas de frutas se ampliam em relação àquelas existentes na Arte de Cozinha, de Domingos Rodrigues. Cf. Lucas Rigaud, *op. cit.*, pp. 286-302.

No Novo Mundo, com a abundância dos frutos tropicais, além daqueles aclimatados e trazidos pelos colonizadores, faziam-se compotas e conservas das mais variadas em todas as localidades, desde o século XVI. Por outro lado, os viajantes estrangeiros que tanto consumiram os doces de frutas na América, não cansaram de mencionar seus aromas e diversidades. Walter Bates, por exemplo, referindo-se ao fruto do cacau, registrou que era «oblongo, de seis e oito polegadas de comprimento; as sementes – diz ele – estão envoltas em uma polpa branca que dá delicioso refresco, diluído em água, ou produz excelente geléia, quando cozida» [38]. Também Vilhena referiu-se às geléias, especialmente, à de manga: «saborosíssima e preciosa» [39]. No século XVII, Claude Abeville, ao descrever os frutos do país, informa que «há também uma espécie de arbusto que cresce junto às árvores e que os índios chamam goiaba (...) é muito bom paladar, principalmente cozido como doce» [40]. O mesmo sucedia com outras frutas como o ananás, o caju, as mangabas, as pitangas e as bananas: de todas elas faziam-se compotas e geléias, mas podiam ser todas consumidas também assadas e cobertas com açúcar e canela.

Esses doces possuíam sabores, cores e odores diferentes daqueles consumidos no Reino, mas lembravam de perto as conservas preparadas na metrópole e podem ser considerados os descendentes diretos dos doces portugueses feitos à base de frutas e açúcar, preparados em tachos ou panelas levados ao fogo, para serem servidos em covilhetas ou pratos, com a ajuda de colheres. Eram armazenados em «joeiras» ou potes bem fechados [41].

Nessas receitas percebe-se, portanto, que o princípio básico para a obtenção do doce foi o da substituição do fruto utilizado em Portugal. Os colonos e conquistadores cozinhavam basicamente para o dia-a dia e não podiam ficar restritos a certos ingredientes específicos. Eles dispunham da abundância do açúcar, dos produtos existentes no pomar e na natureza, e de um «modo conhecido» de aproveitar os frutos. Dessa combinação despontaram na América, uma grande variedade de conservas, geléias e frutos cristalizados.

---

[38] Henry Walter Bates, *O naturalista no rio Amazonas (1848-1859*), vol. 1, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, p. 192.

[39] Cf. Luiz dos Santos Vilhena, *op. cit.*, p. 754

[40] Claude Abbeville, História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Marnhão e terras circunvizinhas (1612), SP/BH, EDUSP/Itatiaia, 1975, p. 170.

[41] Sobre os utensílios de mesa e cozinha utilizados no período, ver meu estudo «Os livros de receitas e a transmissão da arte luso-brasileira de fazer doces (séculos XVII – XIX)», apresentado no *Colóquio Da América portuguesa ao Império do Brasil: História, Política e Cultura* – Seminário em Homenagem a Fernando Novais, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 14 e 15 de Outubro de 2003, a ser publicado nos Anais do Colóquio (especialmente o item «técnicas culinárias e bateria de cozinha»).

Cocada, rapadura e canjica

A combinação de produtos novos às técnicas culinárias portuguesas, no entanto, deu origem a muitos doces *diferentes* daqueles que encontramos nos registros portugueses antigos. A *canjica* ou a *rapadura* são exemplos interessantes de *novos doces*, enquanto a *cocada*, embora semelhante a outros doces feitos com frutos, ganhou tantas variantes e impregnou de tal forma o acervo culinário brasileiro que, praticamente, não lembramos que sua origem não deixa de ser a mesma dos demais doces de frutas. Mencionadas por Debret e tantos outros viajantes do século XIX, as cocadas eram consumidas em festas, vendidas nos tabuleiros de rua e produzidas, segundo Spix e Martius da seguinte maneira:

> *Com a polpa do coco, ralada, cozida e adicionada de açúcar, prepara-se a cocada,* ***que é uma das habilidades da dona de casa brasileira****. Este doce saboroso, especialidade das religiosas ursulinas e de outros conventos de freiras da Bahia é ali preparado com particular excelência e com outros doces de frutas de ananás, manga, genipapo, pitanga, etc ...) constantemente mandados para a Europa como presentes* [42].

No comentário do viajante, a *cocada*, feita com um fruto asiático, e a partir de uma técnica «portuguesa», desponta como uma especialidade «brasileira» (conventual e doméstica) a ponto de ser exportada. As cocadas podiam ser servidas a colheradas, isto é com um pouco de calda ou secas ao sol para serem servidas em pedaços ou bocados. Com a adição de gemas ficavam amarelas, mas podiam ser escuras, dependendo do ponto do açúcar (açúcar queimado). Multiplicavam-se, assim, os formatos e sabores deste doce.

Já a canjica e a rapadura, aparentemente, não encontram similares na doçaria portuguesa. Eram doces muito populares na América – assim como as cocadas – por serem consumidos por indivíduos de todos os segmentos da sociedade, mas também pela quantidade e freqüência com que eram ingeridos, ou seja, em qualquer oportunidade. Segundo John Luccock, no início do século XIX, a canjica podia ser considerada um «prato nacional» [43].

De acordo com Saint-Hilaire que visitou o Sudeste do país no mesmo período, «canjica era o nome do milho cozido descascado e cozido em água» [44]. Mas também podia ser feito com leite.«O acepipe – diz um outro viajante – lembra uma espessa sopa de ervilhas, e é longe de ser desagradável quando adicionam açúcar ou melaço» [45]. Este prato, embora considerado típico da terra pelos viajantes do século XIX, apresenta uma consistência

---

[42] Cf. Spix e Martius, *op. cit.*, vol. II, pp. 276-277.
[43] Cf. John Luccock, *op. cit.*, p. 278.
[44] Cf. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, *op. cit.*, pp. 96-97.
[45] Cf. Henry Koster (1809-1815), *op. cit.*

semelhante às famosas sopas e papas, muito próprias da cozinha européia medieval [46]. Cabe lembrar que os pratos à base de leite (líquidos ou cremosos) ocupavam um bom espaço nos livros de receitas portugueses dos séculos XVII e XVIII, como por exemplo, as «tigeladas de leite» ou o «arroz-doce». Este último, muito parecido com a canjica, quer na forma de preparar, quer na de consumir.

O gosto pelas comidas úmidas e pastosas manifestava-se também nos famosos doces portugueses conventuais, já que a maior parte deles consistia em uma massa feita com ovos e açúcar que podia ser consumida diretamente da panela ou usada para recheio de tortas e pastéis [47].

A rapadura, por sua vez, embora pareça ser um doce bem original no repertório alimentar luso-brasileiro, foi confeccionado em outras zonas produtoras de açúcar, como por exemplo, nas Antilhas. Talvez pudéssemos argumentar que mais do que um doce, a rapadura era, antes de tudo, uma espécie de adoçante, tendo sido utilizada muitas vezes, em substituição ao açúcar, embora não deixasse de ser consumida de outras formas sendo, praticamente, eleita a companheira de todas as horas e de todas as refeições por indivíduos dos mais diferentes grupos sociais na América portuguesa.

Os doces comentados nesse grupo apresentam, portanto, características de pratos doces ou salgados consumidos no Reino, quer fosse na forma de prepará-los, quer na consistência (cremosa ou seca). Isto nos leva a perceber que a técnica de confecção não seria o único elemento responsável pela identidade de um doce, como tampouco o seria o produto específico utilizado (os frutos tropicais, por exemplo). O que se pode pensar é que havia um conjunto de pratos pouco numerosos que os membros de uma família ou comunidade sabiam fazer os quais, preservados na memória, eram transmitidos de geração a geração. Isto é, havia algumas «receitas de base», como definiu Jack Goody, as quais adaptadas, podiam resultar em novas comidas (doces e salgadas) [48]. Em outras palavras, nota-se que havia estruturas fundamentais de cozinha, reproduzidas há muito tempo no Velho continente,

---

[46] Referindo-se ao advento dos cereais cultivados desde o neolítico, Braudel observa que desde então «…passam a opor-se duas humanidades: os raros comedores de carne e os inúmeros comedores de pão, de papas, de raízes, de tubérculos cozidos»: Fernand Braudel, *op. cit.*, p. 84 Essa tendência das papas e sopas, presente nos pratos de sal, prolonga-se nos pratos adoçados com mel e açúcar. Câmara Cascudo, por sua vez, comentando o «mingau» informa que era uma «papa rala de goma de mandioca, ou carimã, milho, cevada, leite de gado, gema de ovo e açúcar, destinado aos convalecentes e crianças»: *op. cit.*, p. 102. Também o pirão (caldo no qual foi cozido o peixe, engrossado com farinha de mandioca) é uma papa, a qual Cascudo referiu-se como «uma técnica portuguesa com material brasileiro, uma obra-prima nacional» (p. 104).

[47] «Ovos-moles» é uma receita desse tipo, utilizada também como recheio, cf. Domingos Rodrigues, *op. cit.*, p. 158. Cabe mencionar também, que os afro-descendentes consumiam, na América, papas feitas de farinha de mandioca e água ou de farinha e feijão, comidas estas, consideradas fundamentais em sua dieta.

[48] Cf. Jack Goody, «Receita, prescrição, experimentação», in *Domesticação do Pensamento Selvagem,* Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 157.

que foram sendo aplicadas, integralmente ou modificadas, conforme as necessidades dos habitantes da América.

Pão de ló, marmelada e arroz-doce

As receitas de «pão-de-ló», «marmelada» e «arroz-doce», por sua vez, são freqüentes nos receituários portugueses (antigos e modernos) Entretanto, também esses tradicionais doces portugueses apresentam algumas variações nos ingredientes e no modo de preparo ao longo do tempo. O «pão-de-ló», por exemplo, podia levar as claras em neve ou não; conter mais ou menos ovos e amêndoas, e até prescindir da farinha de trigo. Porém, mesmo que o resultado e a forma de preparar fossem diferentes, o nome não era alterado [49]. Segundo Câmara Cascudo, o pão-de-ló é o «mais histórico dos bolos caseiros» e um dos primeiros trazidos pelo português para a doçaria do Brasil [50]. É sinônimo de bolo fofo e espalhou-se pela América portuguesa, sendo vendido nas ruas, oferecido em visita de pêsames, mas também nas festas, lanches e sobremesas. Era geralmente um doce de forno, ao estilo dos que se expandiram no século XVIII, quando a confeitaria se sofisticou e diversificaram-se as receitas de tortas, doces, bolos, e pastéis de forno. Enfim, uma persistência na doçaria luso-brasileira: um doce até hoje consumido dos dois lados do Atlântico.

Com relação às marmeladas, observa-se a mesma permanência. Não faltam registros de receitas de marmelada nos livros e cadernos de receitas portugueses dos séculos XVII e XVIII. Com marmelada ou marmelos em calda recheavam-se tortas e pastéis. A geléia confeccionada com esse fruto também era bastante apreciada [51].Contudo, a julgar pelos documentos de São Paulo seiscentista, poder-se-ia supor tratar-se de um doce típico paulista, tal a fama das marmeladas produzidas nessa capitania e exportadas, desde a época dos bandeirantes. Gabriel Soares de Sousa é um dos primeiros cronistas a registrar esta abundância ao comentar que «… os marmelos são tantos que os fazem de conserva, e tanta marmelada que a levam a vender por as outras capitanias» [52].

---

[49] O pão de ló de amêndoas de Domingos Rodrigues era um doce feito apenas com amêndoas e açúcar em calda e não levava farinha. Tampouco ia ao forno. Cf. Domingos Rodrigues, *op. cit.*, p. 321. Já o pão-de-ló de Lucas Rigaud, no século XVIII, contém farinha de trigo, claras em neve e era assado ao forno. Cf. *op. cit.*, p. 226.; o pão de ló do Convento do Paraíso, em Évora, levava 12 ovos inteiros (logo, não se separavam as gemas das claras), farinha e açúcar. Cf. Alfredo Saramago, *op. cit.*, p. 68

[50] Câmara Cascudo oferece-nos cinco receitas diferentes de pão de ló. Cf. *História da Alimentação no Brasil*, *op. cit.*, São Paulo, Global, 2004, p. 316.

[51] Cf. Domingos Rodrigues, *op. cit.*, p. 159; Lucas Rigaud, *op. cit.*, p. 291. Marmelada era um termo usado também para se referir a um modo de confecção de doce, como por exemplo, «marmelada» de pêra, de cinja.

[52] Cf. Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 115.

Quanto ao «arroz-doce» ou «arroz-de-leite», tão tradicional nas mesas portuguesas e brasileiras, recebeu aditivos locais, ao se transportar para a América, tais como o leite de coco. Talvez isso se deva ao hábito dos africanos de misturar o leite de coco a muitos pratos que consumiam, fosse nas senzalas, fosse na cozinha dos senhores [53]. Enquanto doce, o açúcar é indispensável na feitura do arroz, que sem ele servia de acompanhamento aos pratos de carne e peixe (o arroz-de-leite). No entanto, a receita tradicional é permanente; registrada no livro de cozinha de Domingos Rodrigues, no final do século XVII, consistia em: arroz, (leite de vaca ou cabra), açúcar e canela polvilhada para o acabamento.

Os doces pertencentes a este conjunto (e outros) perpetuaram-se na América com os mesmos nomes (mesmo contendo diferenças nas receitas) e foram registrados nos livros e cadernos de receitas, a partir de meados do século XIX. Observa-se nesse sentido, um certo tradicionalismo na forma de nomear os doces que passa de geração em geração [54]. Os livros e cadernos de receitas, certamente, alargam o âmbito da cozinha própria de uma sociedade, como enfatizou Jack Goody, mas o aprendizado oral e participativo (mais típico da sociedade colonial) contribuiu fortemente na transmissão das receitas [55]. As mudanças que ocorreram em muitas delas devem estar ligadas à transmissão oral e à liberdade de executar as receitas (dependentes, geralmente, aos ingredientes disponíveis na dispensa e à improvisação) [56].

4. «De lá pra cá e de cá pra lá»: a doçaria brasileira

Segundo Fernand Braudel, a Europa realizou, no século XVIII, uma verdadeira revolução alimentar, embora tenha levado dois séculos para a conseguir. A revolução mencionada consiste no movimento das plantas que, de acordo com o mesmo historiador, não pararam de viajar após a descoberta da América [57]. «As plantas do Velho Mundo chegaram ao Novo; inversamente as do Novo Mundo chegaram ao Velho: de um lado o arroz, o trigo, a cana-de-açúcar, o café…, de outro, o milho, a batata, o feijão, o tomate,

---

[53] Adicionava-se por exemplo, leite de coco ao feijão e aos pratos de peixe, mas também em outros doces feitos em Portugal com leite de vaca. Sobre a utilização do leite de coco na cozinha brasileira, ver: Câmara Cascudo, *op. cit.*, pp. 191-182 e 467-468.

[54] A riqueza de interpretação que os nomes dos doces proporciona é um assunto muito amplo que foge ao objetivo desse estudo.

[55] Sobre a transmissão oral e escrita das receitas de cozinha ver Jack Goody, *op. cit.*, pp. 156-160.

[56] *Idem*, p. 157. Sobre a transmissão escrita da arte de fazer doce e as transformações que eles sofreram ao longo do tempo, em termos de técnicas e gosto, a partir de múltiplas influências culturais apresentei um estudo – «Os livros de receitas e a transmissão da arte luso-brasileira de fazer doces (séculos XVII-XIX)» – no Seminário em Homenagem a Fernando Novais: Da América portuguesa ao Império do Brasil: História, Política e Cultura, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), outubro de 2003, a ser publicado nos Anais deste Colóquio.

[57] Cf. Fernand Braudel, *op. cit.*, p. 143.

a mandioca…» Tudo leva a crer que essas culturas estabeleceram-se em países estranhos à sua origem, mas «todas elas acabaram por se impor» [58]. Os portugueses levaram para a África e a Ásia, vários dos nossos produtos, mas em troca recebemos muitos outros, inclusive, vários dos frutos envolvidos na nossa doçaria [59].

É difícil pensar em uma cozinha nacional ou brasileira para os séculos XVI, XVII e XVIII, quanto mais uma doçaria. Primeiramente porque não existia uma unidade territorial, nem mesmo um país chamado Brasil. Segundo, porque os hábitos alimentares dos índios (os naturais da terra) não foram totalmente absorvidos pelos conquistadores; mas, fundamentalmente, porque as comidas produzidas e consumidas na Colônia resultaram de conhecimentos acumulados pelos exploradores tanto na Europa, como na América e certas práticas alimentares não se identificavam ainda com o conjunto do território [60].

No movimento das caravelas que trafegaram «de lá para cá», os conquistadores portugueses trouxeram seus costumes, gostos e certos produtos que não podiam prescindir, tais como os ovos, a farinha de trigo, o vinho e as carnes. Conforme lembrou Braudel, as fronteiras alimentares são difíceis de transpor, e basta lembrar a resistência dos portugueses para aceitarem a mandioca como substituto do pão de trigo, nos primeiros tempos da colonização, para termos uma idéia de quanto devem ter procurado preservar suas formas de alimentação e modos de vida.

De qualquer forma, as trocas e intercâmbios culturais de todo tipo, entre índios e portugueses estiveram presentes desde o século XVI. Com o avanço da colonização e o fluxo contínuo do tráfico negreiro, outros produtos e novas técnicas culinárias foram introduzidas. Isto está longe de nos levar a concluir que a culinária brasileira é fruto do mito das três raças, ou da sua interação pura e simples, como tantas vezes foi afirmado. Ou seja, que os índios, os africanos e os portugueses tivessem contribuído de forma equivalente na constituição de uma cultura ou de uma cozinha brasileira. Como bem esclareceu Maria Eunice Maciel «… ao se afirmar que a cozinha brasileira é marcada pelos diferentes povos que viveram e vivem em seu território, reafirma-se o papel de participação desses povos, rompendo com uma visão

---

[58] Idem, p. 136.

[59] De acordo com Márcia Moisés, «o coqueiro chegou aqui (Brasil) por volta de 1553 a bordo de embarcações vindas de Cabo Verde, mas procedentes do Leste Asiático. Hoje a árvore tornou-se um dos símbolos do país». Cf.»Em se plantando, dinheiro dá», comentário de Joana Monteleone sobre o projeto Jovem Pesquisador, apoiado pela FAPESP, da historiadora Márcia Moisés do Instituto de Estudos Brasileiros – USP, *IN Pesquisa – ciência e tecnologia no Brasil, Revista da FAPESP*, SP, agosto, 2004, n. 102, p. 90.

[60] Se o cardápio dos tupiniquins era parco e frugal, como o definiu Câmara Cascudo, ou se «não lavravam, nem criavam», como escreveu Caminha, eles utilizavam amplamente o inhame (mandioca), cujo processo para transformá-lo em alimento era complexo e demorado, necessitando de conhecimentos técnicos especiais. Sobre a mandioca e o processo de fabricação da farinha ver Câmara Cascudo, *op. cit.*, pp. 94-97.

de harmonia que implica o «mito» da democracia racial. Colocando o fenômeno num quadro de desigualdades e conflitos, não dá para ignorar que o português branco colonizador foi instaurador de uma hierarquia(…). Não é possível, assim, colocar as «três raças» em um plano horizontal.» [61]

Cozinhar, como observou Piero Camporesi, é a mais antiga forma de cultura popular – por excelência oral – e tradições culinárias diversas tiveram um peso que se manifestou na cozinha. O mesmo pode ser dito em relação à confeitaria e à doçaria. Nesse processo de constantes transformações e múltiplas influências, o fator climático teve um papel importante; não se pode deixar de lembrar os particularismos regionais em um território tão vasto como o da América portuguesa, assim como o isolamento e as longas distâncias que separavam os indivíduos, em uma sociedade de vida marcadamente rural, própria dos primeiros séculos da colonização. Nesse sentido, as compotas de frutas e outros doces típicos da região Nordeste, por exemplo, permaneceram durante muito tempo desconhecidos dos habitantes de outras partes da América portuguesa.

Uma coisa é comer para viver e outra comer além do necessário. Há uma grande diferença entre as necessidades dos habitantes da Colônia no século XVI e no século XIX, ou entre as dos bandeirantes e as dos senhores de engenho, e mesmo no ato de comer para os indivíduos mais pobres e para àqueles da elite colonial. Certamente a alimentação representa uma das necessidades primárias que condicionam a existência humana. Porém, «ela representa também um sistema simbólico através do qual se exprimem aspectos e situações sócio- culturais, além de formas de uma identidade histórico-cultural» [62].

No caso dos doces, eles possuíam um significado distinto para quem os consumia. Para os escravos podia ser a satisfação de uma necessidade fisiológica (comer alimentos adocicados), mas também simbólica, no sentido de cuidado de si, de equiparação social (comer como os senhores). Para os indivíduos de outros segmentos da sociedade, consumir doces talvez fosse um traço de refinamento, de distinção de classe, inclusive pelo caráter supérfluo desses alimentos. Afinal, eram oferecidos no último serviço de uma refeição e possuíam também um significado comemorativo, como indicam suas formas de consumo.

Assim, é realmente difícil falar em uma doçaria nacional, ou doçaria brasileira, no sentido «essencialista», de algo profundamente específico ou original para o vasto território colonizado pelos portugueses. Mas pode-se pensar em um conjunto de doces próprios dessa sociedade, em termos do que era produzido, consumido e apreciado na América portuguesa, com

---

[61] Cf. Maria Eunice Maciel, «Uma cozinha à brasileira», in *Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, n.º 33, Janeiro-Junho 2004, p. 29

[62] Cf. Adone Agnolin, *O apetite da Antropologia – o sabor antropofágico do saber antropológico. Alteridade e identidade no caso tubinambá*, tese de doutorado, Departamento de Sociologia, USP, 1998, cap. «O Código Alimentar», p. 176.

todas as ressalvas, é claro, que os alimentos apresentavam em termos de hierarquias sociais e diferenças regionais.

Vimos que as receitas de doces foram objeto de combinações, criações e trocas múltiplas. Os doces feitos com a mandioca, o milho e outros produtos coloniais poderiam ser considerados doces típicos brasileiros, devido ao fato de serem *doces novos* no repertório dos portugueses e mesmo dos índios, que não conheciam o açúcar. Porém, o que ficou claro a partir das constatações feitas, é que é quase impossível separar os produtos das técnicas de confecção dos pratos, quer seja de doces ou de salgados. O repertório alimentar que os colonos produziram e consumiram na América – e no caso também os doces – é muito vasto e resultado de várias tradições. Muitas delas foram introduzidas pelos portugueses, que por sua vez, trouxeram um conjunto de técnicas, de conhecimentos e gostos já combinados e alterados na Península Ibérica há muitos séculos [63]. Todas elas chegaram à América, ainda no tempo colonial, às quais somaram-se muitas outras ligadas aos índios, aos africanos.

A busca pelas origens dos doces brasileiros e dos processos de constituição e difusão de determinados itens da nossa alimentação pode ser uma tarefa sem fim. Mas certas práticas culinárias e certos doces, pelo valor simbólico que contém e pela divulgação e ampla aceitação que tiveram, acabaram penetrando de forma muito intensa e peculiar nos hábitos alimentares dos indivíduos e foram identificados a certas regiões, compondo o acervo das tradições culinárias locais e da memória dos colonos. Como observou Jean Louis Flandrin, não importa se o macarrão é originário ou não da Itália, já que para o mundo ocidental foi considerado como uma comida italiana [64]. O mesmo é válido para a «cocada» e outros doces considerados «típicos brasileiros»: o «pé-de-moleque», a «paçoca», a «canjica» ou o «quindim». Não importa se a técnica é portuguesa, ou se os produtos são indianos, africanos ou da terra brasílica. Foi na América que eles se combinaram nas mãos dos afro-descendentes e das mulheres reinóis.

A doçaria colonial parece ser, portanto, uma doçaria de «repensamento sistemático», assim como considerou Piero Camporesi a cozinha italiana do final do século XIX [65]. Uma doçaria radicada em uma tradição culinária portuguesa, a qual se por um lado pôde ser renovada aqui na América, é sempre presente e operante, mesmo que não confessa. Uma doçaria que se constituiu como experimentação do passado, combinações e inter-relações de estilos diversos e, enfim, criação de estilos novos [66].

---

[63] Não há como negar, por exemplo, a influência árabe e posteriormente francesa na doçaria portuguesa da Época Moderna. Veja-se, por exemplo, as receitas existentes no livro do cozinheiro francês, Lucas Rigaud, residente em Portugal, no século XVIII e que introduziu uma nova forma de cozinhar na corte.

[64] Jean Louis Flandrin, «Introdução», in Flandrin e Massimo Montanari, *História da Alimentação*, São Paulo, Estação Liberdade, 1996, p. 6.

[65] Piero Camporesi, *op. cit.*, p. xxxviii.

[66] Idem.

A «cocada», o «bolo de mandioca» e outros doces podem ser entendidos como exemplos dessas criações, e se encontram na base de uma doçaria, a qual só neste final do século XIX, ou mais precisamente, no começo do século XX, pode ser reconhecida como «brasileira» porque é resultado desse longo movimento de circulação de produtos, técnicas, indivíduos e saberes que ocorreu no império luso-brasileiro. Ou seja, trata-se de um momento de chegada e não de partida, de práticas culinárias e alimentares desenvolvidas desde o século XVI. Nesse sentido, o primeiro livro de cozinha brasileiro – *O Cozinheiro Imperial* – reforça essa ampla afirmação, uma vez que tendo sido publicado em meados do século XIX, com o objetivo de transmitir receitas de uma cozinha brasileira, continha, no caso dos doces, apenas receitas compiladas dos livros de Domingos Rodrigues e Lucas Rigaud, publicados respectivamente nos séculos XVII e XVIII, em Portugal [67]. Poder-se-ia argumentar que se trata de um livro destinado às elites ou à corte, cujos membros eram de origem portuguesa e que reproduzia o que se acreditava ser apropriado ao consumo das elites. Não cabe, porém, discutir, nesse momento, o primeiro livro de cozinha «brasileiro», mas observar que não havia ainda nessa época uma obra que divulgasse a doçaria produzida com os produtos locais. Como lembrou Brillat-Savarin ao tratar das diferenças do gosto, e da aceitação e rejeição dos alimentos: «também o império do sabor tem seus cegos e seus surdos» [68].

---

[67] R. C. M., *O Cozinheiro Imperial*, Editora Nova Cultura, São Paulo, 1996. (ignora-se quem seja R. C. M.). De qualquer modo, há apenas uma receita de doce feita com milho. Todas as demais são meras transcrições, inclusive com o mesmo nome, das receitas contidas nos dois primeiros livros de cozinha portugueses.

[68] Jean-Anthelme Brillat-Savarin, *A Fisiologia do Gosto* (século XVIII), trad. São Paulo, Companhia das Letras, 4.ª reimpressão, 2004, p. 44.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 159-214

AS PRIMEIRAS VIAGENS INGLESAS A MACAU 1635-1699 [1]

por

ROGÉRIO MIGUEL PUGA *

Desde o final do século XVI, período do apogeu económico de Macau, chegam à Europa notícias sobre o enclave através de fontes portuguesas traduzidas e de relatos de viajantes e mercadores europeus, como os holandeses Dirck Gerritszoon Pomp (1544-1608) e Jan Huygen van Linschotten (1563-1611), que navegam e permanecem além do Cabo da Boa Esperança, por entre domínios comerciais lusos, descrevendo as rotas que transportam as exóticas mercadorias orientais que tanta riqueza produzem em Portugal. [2]

Os interesses comerciais ingleses chocam com os interesses portugueses, prenunciando as primeiras fricções dos séculos XV e XVI conflitos posteriores mais graves. Na sequência dos ataques de corsários ingleses ao comércio português em África, [3] D. Sebastião leva a cabo acções de represália comercial para com a Inglaterra, decretando o encerramento dos portos portugueses aos barcos e produtos ingleses, nomeadamente os têxteis. As negociações de um tratado luso-inglês, indesejado por Filipe II, inimigo

---

* Investigador do Centro de História de Além-Mar.

[1] Trabalho realizado no âmbito do projecto «Macau e o Extremo Oriente nas Fontes Inglesas dos Séculos XVII e XVIII», sob orientação do Professor Doutor João Paulo de Oliveira e Costa, com o apoio da Fundação Oriente.

[2] Sobre a imagem do Extremo Oriente na Europa Quinhentista, vejam-se João Paulo Oliveira e Costa, *O Japão e o Cristianismo no Século XVI: Ensaios de História Luso-Nipónica*, 1999, *passim* e Manel Ollé, *La invención de China: Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, 2000, pp. 11-76. Relativamente à imagem da China na Europa medieval e renascentista, consultem-se Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, livro 1, 1993, pp. 20-83 e Rui Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*, 2000, *passim*.

[3] Sobre as viagens inglesas a África no século XVI, veja-se Rogério Miguel Puga, «'Scramble for Africa': As Viagens Inglesas à África Ocidental no Reinado de D. João III», in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (ed.), *D. João III e o Império: Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento*, 2004, pp. 717-752.

de Inglaterra, arrastam-se até 1576 e, em 29 de Outubro desse mesmo ano, o rei português e Isabel I assinam um tratado através do qual ambas as nações restituem embarcações e mercadorias até então apreendidas, conquistando os mercadores ingleses liberdade de comércio em Portugal.[4]

Durante a monarquia dualista filipina, a aliança luso-inglesa permanece «adormecida»,[5] enquanto algumas expedições, cujo destino é o remoto *Cathay*, partem de Inglaterra, sem, no entanto, chegarem.[6] Na Inglaterra isabelina, Richard Hakluyt (1552?-1616) recolhe, traduz e publica, em *The Principal Navigations, Voiages and Discoveries of the English Nation*,[7] dezenas de fontes europeias, nomeadamente portuguesas,[8] nas quais Macau marca uma presença inicial e ténue, funcionando como espaço simbólico das riquezas e da experiência que Portugal importa do Extremo Oriente. Estas informações são ainda complementadas pela colectânea de Samuel Purchas (*c*. 1577-1626), *Hakluyt Posthumous, or Purchas His Pilgrims: Containing a History of the World, in Sea Voyages and Land Travels by Englishmen and*

---

[4] John Bruce, *Annals of the Honorable East-India Company*, vol. 2, pp. 54-55 e Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Principio da Monarchia Portuguesa até aos nossos Dias Ordenado e Composto pelo Visconde de Santarém*, vol. 15, 1858, p. 259.

[5] Cf. Edgar Prestage, *The Anglo-Portuguese Alliance*, 1934, pp. 3, 12-23 e Charles R. Boxer, «Vicissitudes das Relações Anglo-Portuguesas no Século XVII», in AA. VV., *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa: 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*, s./d., p. 26.

[6] Em 1553, *Sir* Hugh Willoughby parte para o Oriente, sem nunca chegar ao seu destino e, no ano de 1591, três navios ingleses, um dos quais comandado por *Sir* James Lancaster, navegam além Cabo da Boa Esperança para tirar partido do comércio português, tal como faz o mesmo navegador de novo, em 1601, viajando até Bantem (Java). No ano de 1596, parte, de Inglaterra, a primeira expedição à China com carácter oficial, constituída por três embarcações (*Bear*, *Bear's Whelp* e o *Benjamin*) comandadas por Benjamin Wood, não tendo, no entanto, qualquer sucesso [cf. British Library-Oriental and India Office Collection, Londres (B. L. – O. I. O. C.), G/12/1, fl. 1 e Henri Cordier, *Histoire générale de la Chine et des ses relations avec les pays étrangers*, vol. 2, 1920, pp. 191-192]. Em 1602-1604, *Sir* Edward Michelborne obtém uma licença para se deslocar a países orientais, nomeadamente à China e ao Japão, embora tal iniciativa não tenha quaisquer frutos (*vide* M. Paske Smith, *Western Barbarians in Japan and Formosa in Tokugawa Days 1603-1868*, 1930, pp. 3-4).

[7] Obra publicada em 1589 (segunda edição aumentada: 1589-1600). *Vide* Rogério Miguel Puga, «Os Descobrimentos Portugueses em *The Principal Navigations* de Richard Hakluyt», *Anais de História de Além Mar*, n.º 4, 2003, pp. 63-131.

[8] O primeiro relato sobre a China publicado na Inglaterra é o *Tratado da China* do português Galeote Pereira, traduzido por Richard Eden e Richard Willes [Willis] a partir do italiano (*Nuovi Avisi delle Indie di Portogallo, venuti nuovamente dalli R. Padri della Compagnia di Giesu*, 4.ª parte, Veneza, 1565) e publicado, pelo último, em *History of Travayle in the West and East Indies*, bem como por Richard Hakluyt, *op. cit.*, vol. 4, pp. 163-195 (cf. Rogério Miguel Puga, «The Presence of the 'Portugals' in Macao and Japan in Richard Hakluyt's *Navigations*», *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, vol. 5, Dezembro de 2002, pp. 94-96). Relativamente às primeiras fontes portuguesas ou sobre a presença lusitana na China traduzidas para inglês, bem como sobre as primeiras referências inglesas ao Império do Meio, veja-se Qian Zhongshu, «China in the English Literature of the Seventeenth Century», in Adrian Hsia (ed.), *The Vision of China in the English Literature of the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, 1998, pp. 29-68.

Others (1625),[9] aliciando mercadores e investidores ingleses a aventurarem-se na senda das embarcações portuguesas.[10] Estes conhecimentos sobre as realidades humanas e comerciais asiáticas serão mais tarde vitais nas lutas entre portugueses e ingleses nos mares orientais e decisivos para o enfraquecimento dos primeiros e o consequente desequilíbrio da Carreira da Índia face à impossibilidade do reino defender eficazmente os seus territórios.[11] Como refere O *Memorial de Pero Ruiz Soares*, desde a perda da independência, as frotas inglesas destroem vinte e oito naus da Índia, «[…] cousa que nos outros tempos atras dos reis de Portugal se não perdia hũa de dez em dez annos nẽ se tomou nũca nenhũa […]»,[12] enquanto a décima *Década* (1589-1600), de Digo de Couto, enumera sete ataques de piratas ingleses, entre 1582 e 1598.[13]

Desde meados do século XVI, os ingleses procuram rotas alternativas às portuguesas para chegar ao Oriente e vários aventureiros tentam descobrir passagens para a China, quer a Noroeste quer a Nordeste,[14] mencionadas em

---

[9] Para referências a Macau na colectânea de Samuel Purchas, *Hakluyt Posthumus or Purchas His Pilgrimes*, 1905 [1625], vejam-se, por exemplo, *idem*, *ibidem*, vol. 2, pp. 305-306, 338, 361, 458; vol. 3, pp. 442-448, 496-498, 518, 537, 550-556, 563; fontes que relatam, sobretudo, encontros e conflitos anglo-portugueses no Extremo Oriente.

[10] Veja-se a síntese sobre o interesse inicial da Inglaterra pelo Oriente (1497-1590) de Earl. H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations during the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, 1929, pp. 42-44 e Om Prakash, «The English East India Company and India», in H. V. Bowen *et alii* (eds.), *The Worlds of the East India Company*, 2004, pp. 1-17. Para uma visão de conjunto sobre o início da expansão inglesa, sobretudo no Oriente, e a fundação da *E. I. C.*, consultem-se: G. V. Scammell, *The World Encompassed: The First European Maritime Empires, c. 800-1650*, 1987; Kenneth R. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement: Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire 1480-1630*, 1991, pp. 1-100, 167-199, 256-279; Philip Lawson, *The East India Company: A History*, 1998, pp. 1-17 e Nicholas Canny (ed.), *The Oxford History of the British Empire*, vol. 1: *The Origins of the Empire: British Overseas Enterprise to the Close of the Seventeenth Century*, 2001, *passim*.

[11] Sobre o declínio do Estado da Índia e a subalternização gradual do Índico na política portuguesa, a favor do Brasil, a partir de 1570, veja-se João Paulo Costa, «A Colonização Portuguesa na Ásia», in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. 2, 1989, pp. 170-179.

[12] *Memorial de Pero Ruiz Soares*, 1953, p. 302.

[13] Vejam-se as sínteses de Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 4, 2000, pp. 153-159 e Maria Celeste Moniz, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo de Couto*, 2004, p. 179.

[14] Em 1574, William Bourne (*c*. 1535-1582) publica *A Regiment for the Sea*, cuja secção inicial, «To the Reader», refere o conteúdo da obra «a biographical discourse for to goe unto Cattay 5 severall of sundry wayes, that is to say, *the first way is about by Cape bone Sperance, which is that way of the Portingalls doth goe unto Calicut*, and unto the Mollucas, and other places in the East Indies; the second waye is through the Straights of Magalenos […], the third waye is towards the Northwest, […]; and the fourth way is by the Northeast […]. And the fifth way is by the North Pole, if that it be navigable […]» (*idem*, *ibidem*, s./p.; itálico nosso). As edições mais recentes (William Bourne, *A Regiment for the Sea and other Writings on Navigation*, 1963, pp. 135-314) não contemplam o capítulo sobre as cinco rotas diferentes para *Cathay*. Sobre as várias tentativas de descoberta de passagens alternativas para o Oriente, veja-se David Howarth, *A Brief History of British Sea Power*, 2003, pp. 76-84, 88-106.

fontes quinhentistas.[15] Se desde esta altura, corsários ingleses tomam embarcações e invadem domínios portugueses, com a anexação de Portugal pela Espanha, em 1580, os motivos políticos que levam a Inglaterra, no âmbito da mais velha aliança política no mundo ocidental,[16] a respeitar Portugal esbatem-se, intensificando-se os ataques marítimos como os de *Sir* Francis Drake (*c*. 1540-1596), *Sir* Walter Raleigh (?1552-1618) e outros *sea dogs*, na tentativa de enfraquecer o inimigo católico espanhol e demonstrar a superioridade naval inglesa.[17] A circum-navegação de Drake (1577-1580),[18] bem como a derrota da Armada Invencível (1588), provam à Inglaterra que pode competir nos mares com Filipe II. O giro luso no Extremo Oriente chama a atenção dos ingleses, sobretudo após a captura da *Madre de Dios*, em 1592, ao largo dos Açores, por *Sir* John Burrough, durante uma expedição às Índias Ocidentais. A embarcação portuguesa, «a treasurehouse and warehouse in one»,[19] estimula a cobiça de mercadores isabelinos que se apercebem das riquezas a que terão acesso caso desequilibrem o monopólio comercial português nas Índias Orientais.[20]

Cerca de seis anos após a captura da *Madre de Dios* e quarenta anos antes da primeira embarcação inglesa chegar a Macau, Laurence Keymis Gent[21] conclui que a Inglaterra se pode tornar tão poderosa quanto a Península Ibérica, apresentando os seguintes argumentos para a abertura do *mare clausum*:

1) a nação de Isabel I tem poderes, direitos e capacidade iguais aos da Península Ibérica para criar novas redes de comércio;

---

[15] Humphrey Gilbert, «A discourse written by Sir Humphrey Gilbert Knight, to prove a passage by the Northwest to Cathaia, and the East Indies», in Richard Hakluyt, *op. cit.*, vol. 5, pp. 92-130.

[16] A aliança anglo-portuguesa é um argumento utilizado pelos sucessivos governadores de Macau e vice-reis da Índia para benefício e bom tratamento dos ingleses na cidade. Veja-se, por exemplo, a informação do governador José Pedro da Câmara, desde Goa, para o Leal Senado, em 6 de Maio de 1778: «[…] devendo eu em atenção a boa civilidade que se conserve entre as duas naçoens aliadas dar a conhecer que procuro quanto me he possível manter a reciproca correspondencia […]», (*Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. 10, n.º 5, 1968, p. 241; obra doravante designada de *A. M.*).

[17] *Vide* G. D. Ramsay, *English Overseas Trade During the Centuries of Emergence*, 1957, p. 63.

[18] Oito anos depois, Thomas Cavendish chega a Java (1587) durante a sua circum-navegação (1586-1588), ao longo da qual adquire um conhecimento mais profundo sobre as Índias Orientais.

[19] Alexander Frederick Falconer, *Shakespeare and the Sea*, 1964, p. 100.

[20] Veja-se Russell Miller, *The Seafarers: The East Indiamen*, 1980, pp. 8-9, para a descrição da surpresa provocada por este episódio em Londres, bem como C. L. Kingsford, «The Taking of the *Madre de Dios*, anno 1592», in C. L. Laughton (ed.), *The Naval Miscellany II*, vol. 40, 1912, pp. 85-121. Das várias referências ao episódio nas *Navigations* de Hakluyt, o mais minucioso é «A True report of the honourable service at sea perfourmed by Sir John Burrough, Knight» (in Richard Hakluyt, *op. cit.*, vol. 5, pp. 57-68).

[21] Laurence Keymis Gent, «A relation of the second voyage to Guiana, performed and written in the yeere 1596. By Laurence Keymis Gent», in Richard Hakluyt, *op. cit.*, vol. 7, pp. 390-391.

2) apesar de o inimigo papista governar Portugal, ambos os países são identidades políticas distintas,[22] tal como o mostram as colónias portuguesas ao não reconhecerem o poder de Filipe II;

3) as Índias Ocidentais, sob domínio espanhol, encontram-se divididas e mal governadas, pelo que podem ser facilmente tomadas pela Inglaterra, tal como as frotas portuguesas que enriquecem os cofres filipinos.

É neste contexto que surgem os conflitos marítimos entre frotas inglesas e as possessões orientais do «seafaring Portugal»[23] e, em 31 de Dezembro de 1600, um ano depois de os primeiros barcos holandeses aparecerem ao largo de Macau,[24] Isabel I autoriza a fundação da *Company of Merchants of London, Trading into the East Indies*,[25] (*East India Company*: *E. I. C.*), com o objectivo de iniciar viagens às Índias Orientais para importar bens de consumo e exportar têxteis, momento a partir do qual começam as expedições inglesas rumo à Ásia.

A expansão norte-europeia, organizada através de iniciativas privadas com base no capital por acções, distingue-se da expansão ibérica e as instruções da Companhia inglesa para a sua segunda viagem informam Henry Middleton dos cuidados a ter a caminho das Molucas, devido à «malice of the Portingalls toward our discovery of the trade to those parts».[26] A autorização real para a terceira viagem da instituição (1607) desaconselha os confrontos com navios ibéricos a Oriente,[27] enquanto a direcção da *E. I. C.* sugere que, em prol da manutenção do comércio face ao perigo dos rivais portugueses, os feitores se informem se os governantes de Cambaia e Surrate são súbditos do rei de Portugal e que portos não se encontram nessa situação.[28]

---

[22] Sobre a rivalidade anglo-espanhola e a influência dos Descobrimentos portugueses na literatura isabelina, veja-se Rogério Miguel Puga, «The 'Lusiads' at Sea and the Spaniards at War in Elizabethan Drama: Shakespeare and the Portuguese Discoveries», in Holger Klein e José Manuel González (eds.), *Shakespeare Yearbook: Shakespeare and Spain*, vol. 13, 2002, pp. 90-114.

[23] William Harrison [1535-1593], *The Description of England: Folger Documents of Tudor and Stuart Civilization*, 1968, p. 126.

[24] Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 1: *Séculos XVI-XVIII*, 1992, pp. 73, 78.

[25] Relativamente à fundação da *E. I. C.* e às suas viagens iniciais para a Ásia, vejam-se John Keay, *The Honourable Company: A History of the English East India Company*, 1993, pp. 3-51; Philip Lawson, *op. cit.*, pp. 1-41; Anthony Wild, *The East India Company: Trade and Conquest from 1600*, pp. 8-549 e P. J. Marshall, «The English in Asia to 1700», in Nicholas Canny (ed.), *op. cit.*, pp. 264-285.

[26] *Sir* George Birdwood e William Foster (eds.), *The First Letter Book of the East India Company: 1600-1619*, 1893, p. 62.

[27] *Idem*, *ibidem*, p. 113.

[28] *Idem*, *ibidem*, p. 123.

A chegada de barcos ingleses à zona de Surrate, que se tornaria, a partir de 1613, o centro anglo-holandês do Índico Ocidental,[29] origina conflitos com os portugueses que capturam as embarcações, levando a Companhia inglesa a queixar-se às autoridades em Londres,[30] enquanto se estabelece nessa mesma área geográfica.

Apesar de a Inglaterra se 'voltar' para o Oriente apenas no século XVII,[31] a actividade e o confronto iniciais de ingleses e portugueses nas Índias Orientais dão origem a um conhecimento cada vez maior dos primeiros sobre esse espaço comercial, informação que substitui gradualmente a que a Inglaterra recebera por via indirecta, através de fontes europeias, principalmente ibéricas, durante o século XVI e início do século XVII.

1. A caminho do Extremo Oriente. A Convenção de Goa (1635) e o início das relações anglo-portuguesas nas Índias Orientais

Em 1602, dois anos antes da assinatura do Tratado de Paz entre a Inglaterra e a Espanha, e na senda dos holandeses,[32] os ingleses, recorrendo ao seu crescente poder militar naval e à diplomacia, chegam ao Oceano Índico, desafiam Portugal «[…] no coração mesmo do seu Império, a Índia e a Pérsia […e] tiram partido do desejo de certas autoridades indígenas de sacudir o jugo português […]»,[33] bem como de «escravos nativos atemorizados»,[34] da experiência de conterrâneos que já residem no Oriente há alguns anos[35] e

---

[29] Surrate é o mais importante centro de comércio do Império Mogul, onde se comercializam os têxteis de Gujarate, posteriormente trocados por pimenta e especiarias, no Sudeste asiático. Sobre a presença anglo-holandesa em Surrate, veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, «O Estado Português da Índia: Da Rendição de Ormuz à Perda de Cochim (1622-1663)», Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1, 1992, p. 423-434. Sobre o comércio da feitoria inglesa de Surrate (1616-1804), veja-se B. L. – O. I. O. C., G/36 (119 vols.) e G/40/4-5, 10-11, 19-20.

[30] *Sir* George Birdwood e William Foster (eds.), *op. cit.*, pp. 219-220.

[31] Nicholas Canny, «The Origins of Empire: An Introduction», in Nicholas Canny, (ed.), *op. cit.*, p. 26

[32] Sobre os ataques holandeses aos interesses e às possessões portugueses no Índico, vejam-se Om Prakash, «European Trade and South Asian Economies: Some Regional Contrasts, 1600-1800», in Leonard Blussé e Femme Gaastra (eds.), *Companies and Trade: Essays on Overseas Trading Companies during the Ancien Régime*, 1981, pp. 189-194; P. P. Shirodkar, «'Car-reira da Índia' and European Rivalry in the Indian Ocean and South China Sea» e K. M. Mathew, «The Dutch Threat and the Security of the Carreira in India Waters», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), *op. cit.*, pp. 785-808 e 779-783, respectivamente.

[33] A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 2, 1997, p. 208. Em carta, datada de 6 de Abril de 1603, o arcebispo de Goa informa o rei de Portugal das perigosas presenças inglesa e holandesa, bem como dos ataques a embarcações da China na Insulíndia [cf. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (I. A. N. /T. T.), *Colecção de S. Vicente*, vol. 12, fls. 115-118].

[34] Samuel Purchas, *op. cit.*, vol. 4, p. 26; tradução nossa.

[35] De acordo com o relato do mercador William Finch (*idem*, *ibidem*, pp. 20-21, respectivamente), quando a frota do capitão Hawkins chega a Surrate, em 1608, a tripulação é alvo

dos próprios portugueses que com eles partilham informação vital,[36] aproximando-se gradualmente de Macau.[37]

Em 1608, a *Hector*, torna-se a primeira embarcação inglesa a chegar a Surrate, enquanto, devido à estratégia defensiva do Estado da Índia, em 3 de Fevereiro de 1610, o mercador francês François Pyrard de Laval (1578-1621) regressa à Europa, confessando, no seu relato de viagem, ser acompanhado por um inglês, pois o vice-rei faz embarcar para a Europa todos os norte-europeus que se encontram na Índia, «[…] porquanto não traziam outro intento salvo espiar e tomar conhecimentos da terra […]»,[38] medida que viria a repetir-se, em 1630, por ordem do vice-rei, conde de Linhares.[39] Os recém-chegados «inimigo[s] de Europa»[40] lutam, face à atitude defensiva de portugueses e autóctones, pela fundação da feitoria da *E. I. C.*, no ano de 1612,[41] em Surrate, na enseada de Cambaia, facto que, como informa António Bocarro, preocupa o vice-rei de Goa, pois este sabe que

> […] uma das principaes cousas que a [Índia] podia acabar para os portuguezes, era este tracto e commercio que os ingrezes começavam em Surrate, d'onde […] com perda grande dos vassalos e muita maior da fazenda de Sua Magestade, tiravam os ingrezes d'este porto as roupas com que eram admittidos por todo o Sul para fazerem o resgate das drogas, de pimenta, cravo, noz, massa, e outras muitas fazendas que por elle havia.[42]

---

de «treachery and hostilitie» por parte dos portugueses. No entanto, Finch afirma encontrar um inglês, R. Carelesse, que residira com os portugueses e que, após se ter aliado aos holandeses, informa o mercador dos negócios dos primeiros.

[36] *Idem*, *ibidem*, vol. 4, p. 204.

[37] Sobre o estabelecimento dos ingleses no Golfo Pérsico, veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, pp. 452-454.

[38] François Pyrard de Laval, *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, vol. 2, 1944, p. 203.

[39] *Vide* alvará do vice-rei, conde de Linhares (24-01-1630) que garante a integridade de europeus que se dirijam para Goa, podendo optar por servir o Estado ou ser enviados para Portugal [in Artur Teodoro de Matos (dir.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções (1625-1736)*, 2001, doc. n.º 533, p. 265]. Sobre a reorganização militar do Estado da Índia de D. Miguel de Noronha face à ameaça anglo-holandesa, veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, pp. 495-554.

[40] Expressão de António Bocarro, *Decada 13 da Historia da India*, 1876, p. 429. O cronista refere várias capturas de embarcações portuguesas por ingleses e holandeses e a necessidade de o Estado da Índia receber mais artilharia para sua defesa (*idem*, *ibidem*, pp. 97, 340-344, 416). Veja-se Joaquina Rosa Silveira Grilo, «Década 13 de António Bocarro: Do Monomotapa ao Japão, Cinco Anos de Governação do Estado Português da Índia», Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 67-85.

[41] Em relação aos conflitos navais anglo-portugueses, em Bantem e Surrate, e às alianças estratégicas de ambos os países com os povos locais, vejam-se: Frederick Charles Danvers, *The Portuguese in India: Being a History of the Rise and Decline of their Eastern Empire*, vol. 2, 1966, pp. 152-395; *Sir* Percival Griffiths, *A Licence to Trade: The History of English Chartered Companies*, 1974, pp. 73-86; Ram Krishna Mukherjee, *The Rise and Fall of the East India Company: A Sociological Appraisal*, 1974, pp. 93-101; Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600-1800*, 1976, pp. 38-78 e Ruby Maloni, *European Merchant Capital and the Indian Economy. A Historical Reconstruction Based on Surat Factory Records 1630-1668*, 1992, pp. 12-18.

[42] António Bocarro, *op. cit.*, p. 336.

No início de 1622, ano em que os holandeses tentam tomar Macau aos portugueses, e após vários ataques portugueses a embarcações inglesas, bem como combates marítimos anglo-portugueses,[43] os ingleses, juntamente com o xá Abas da Pérsia, capturam Ormuz,[44] a alfândega mais rendosa do Estado da Índia, adquirindo cada vez mais terreno, auto-confiança e poder a Oriente,[45] em territórios como a Índia,[46] nos quais os portugueses detêm o monopólio comercial e onde, desde o Tratado da Defesa (1919) assinado pelos dois inimigos protestantes contra os católicos,[47] as esquadras combinadas anglo-holandesas «[…] procuram […] senhorear com toda a navegação e commercio [do Estado da Índia]»,[48] tentando, sobretudo as holandesas, infiltrar-se, desde logo, no Império do Meio.[49]

---

[43] Relativamente ao aprisionamento de ingleses em Goa e o seu transporte para Lisboa, vejam-se duas cartas de H. Lee para T. Wilkon, enviadas de Lisboa (18-09, 21-10-1609), referindo a prisão de ingleses em Goa [*Public Record Office*, Londres (P. R. O.), *SP* 89/3, fls. 132 e 134]. Uma outra missiva, enviada de Lisboa (7-09-1611), refere a chegada de um navio português de Goa, transportando cinco ingleses (*P. R. O.*, *SP* 89/3, fl. 144).

[44] Sobre a tomada da chamada jóia do Golfo Pérsico, vejam-se: Charles R. Boxer, «Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf», in Edgar Prestage (ed.), *Chapters*, pp. 46-129 e Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, vol.1, pp. 454-461.

[45] Sobre a fundação das diversas feitorias ingleas no Oriente (1602-1685), veja-se Rogério Miguel Puga, «A Convenção de Goa (1635) e a Primeira Viagem (Luso-)Inglesa a Macau», *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 14, 2005, pp. 71-108.

[46] Veja-se K. N. Chaudhuri, *The East India Company: A Study of an Early Joint-Stock Company, 1600-1640*, 1965, pp. 89-105. Holden Furber, *op. cit.*, 1976, pp. 38-50, resume as sucessivas lutas entre ingleses e portugueses e a fundação de várias feitorias inglesas na Ásia, avanços que, juntamente com a acção dos holandeses, até às pazes anglo-portuguesas de 1635, contribuem para enfraquecer o poder português.

[47] *Vide* K. D. Bassett, «Early English Trade and Settlement in Asia, 1602-1690», in Anthony Disney (ed.), *An Expanding World*, vol. 4: *Historiography of Europeans in Africa and Asia, 1450-1800*, 1995, pp. 134-135. Como consequência do Tratado, em 1621-1623 é organizada uma frota anglo-holandesa que bloqueia Goa e Moçambique e, entre 1625 e 1629, são realizadas viagens conjuntas, rumo à Pérsia, contra as frotas portuguesas. Sobre os três períodos da rivalidade entre as Companhias das Índias inglesa e holandesa [I) 1602-1684: agressividade por parte da *V. O. C.*; II) 1684-1760: competição comercial; III) 1760-1795: vitória da *E. I. C.* no comércio europeu na Ásia], veja-se Femme S. Gaastra, «War, Competition and Collaboration: Relations between the English and Dutch East India Company in the Seventeenth and Eighteenth Centuries», in H. V. Bowen *et alii* (ed.), *op. cit*, pp. 50-68.

[48] António Bocarro, *op. cit.*, p. 303. Em 7 de Fevereiro de 1628, também o governador da Índia, Frei Luís de Brito, refere o grande risco da presença de corsários ingleses e holandeses desde as ilhas de Nicobar até Malaca, bem como no estreito de Singapura (I. A. N. T. T., *Livros das Monções*, liv. 27, fls. 521-534v). É para fazer frente à acção privada das companhias comerciais norte-europeias que, nesse mesmo ano, é formada, em Lisboa, uma companhia por acções, a Companhia Portuguesa das Índias. Os municípios do Estado da Índia não demonstram interesse pela iniciativa e, em 1630, a Câmara de Goa e o vice-rei, D. Miguel de Noronha, opõem-se à proposta da actividade da Companhia se estender ao comércio de Macau. A escassez de pimenta em Goa e os conflitos entre os directores de Goa e o vice-rei contribuem igualmente para que, em 1633, cinco anos após a sua fundação, a Companhia seja extinta [vejam-se A. R. Disney, *Twillight of the Pepper Empire: Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, 1978, *passim*; Álvaro Ferreira da Silva, *s. v.* «Companhias Comerciais (Séculos XV-XVII)», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*,

Após as sucessivas derrotas nas batalhas navais contra os ingleses ao largo de Surrate e da queda de Ormuz, os portugueses apercebem-se de que não conseguem manter a *E. I. C.* afastada dos mercados orientais, inclusive porque o apoio militar inglês é essencial, quer no Oriente, para fazer frente aos ataques e bloqueio holandeses, quer na Europa, para que Portugal, após 1640, mantenha a sua independência.

Na sequência da «firme paz e concordia» [50] assinada, em Agosto de 1604, por Filipe II de Portugal e Jaime VI da Escócia e I de Inglaterra, em 15 de Novembro de 1630, Filipe III e Carlos I voltam a celebrar pazes, extensíveis aos domínios de ambas as nações. [51] Em 1632, o conde de Linhares, vice-rei da Índia, escreve a Filipe II informando-o da proposta [52] do «presidente dos

---

vol. 1, 1994, pp. 280-281 e Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, 1999, pp. 119-122]. Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, 1994, p. 576, afirma que as tendências monopolistas da coroa portuguesa talvez tenham dificultado o desenvolvimento de um capitalismo privado e de outras formas mais complexas de organização mercantil, explicando esta carência de organização, em parte, o desmoronamento do comércio português a partir do momento em que é confrontado com a iniciativa comercial mais estruturada dos holandeses.

[49] Em 1627, o presidente da feitoria inglesa de Batávia, ao concluir sobre os factores a ter em conta na tentativa de abertura de comércio com a China, afirma que os chineses não admitem estrangeiros no seu país (cf. Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China 1635-1834*, vol. 1, 1926 p. 29), demonstrando o interesse dos feitores ingleses, mesmo que ténue, pelo comércio com o Império do Meio, ao estabelecerem-se nas diferentes feitorias do Oriente, argumento que pode também servir para justificar o desinteresse inicial da Companhia no comércio com a China. Sobre a ameaça que a presença «inimiga» holandesa representa para o comércio entre Macau e Manila e que leva os portugueses a assinarem a Convenção de Goa, em 1635, vejam-se as cartas do vice-rei da Índia, D. Miguel de Noronha, ao rei, (02-04-1632 e 28-11-1634: I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 29, fls. 245-247v; liv. 38, fls. 468-471) e a carta régia ao vice-rei, (12-11-1633), aconselhando a armação de navios para proteger os interesses comerciais portuguesas em Macau, face ao inimigo holandês (liv. 31, fls. 23 e 109).

[50] Filipe II, em missiva ao conde de Linhares refere os artigos, especialmente o nono, das primeiras pazes anglo-portuguesas de 1604, reforçadas pelas de 1630 («Carta de Filippe III ao Vice-Rey Conde de Linhares», in Júlio Firmino Biker (ed.), *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da India Portugeza Fez com os Reis e Senhores com quem Teve Relações nas Partes da Asia e Africa Oriental desde o Principio da Conquista até ao Fim do Seculo XVIII*, tomo 1, 1995, p. 262). Veja-se a transcrição do artigo nono do tratado em *idem*, *ibidem*, tomo 2, pp. 37-38.

[51] Cf. «Capitulações das pazes feitas entre El-Rey das Hespanhas D. Filippe IV e El-Rey Carlos de Inglaterra, que se concluiram pelos Deputados n'ellas nomeados em Madrid, a 15 de Setembro de 1630», in Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, pp. 239-261. Os trinta e quatro artigos do tratado de 1630 visam estreitar relações de amizade entre ambas as nações e fortalecer o livre comércio e os domínios das mesmas no Oriente, contra o perigo holandês (cf. capítulos 1-4, 7-8, 11-12).

[52] A proposta é inicialmente veiculada a Goa pelos jesuítas que se encontram em Surrate, sendo também informadores do vice-rei, nomeadamente António Pereira e Paulo Reimão [cf. Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cód. 7. 640, fl. 1632]. Veja-se *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1630-1633*, pp. 220-22. Joseph Hopkinson e o Conselho de Surrate comunicam ao padre Reimão (28-08-1633) que uma vez «junto hum poder com o outro seriamos senhores de toda a India e nem mouro nem olandez nos poderia rezistir» [Panduronga Sacarama Sinai Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, vol. 1 (*1618-1633*), 1953, p. 481].

Ingleses [53] em razão de se entenderem e praticarem nesse estado as pazes que [o rei português] fiz[era] com ElRey da Gram Bretanha», aconselhando o rei, na sua resposta, paz com os ingleses, «achando-se esse estado tão apertado». [54] Esta aliança traria ainda, de acordo com o vice-rei, benefícios à alfândega da Coroa através dos direitos reais, [55] enquanto William Methwold, chegado a Surrate, em Novembro de 1633, vê nessa oportunidade uma excelente estratégia para revitalizar o comércio inglês na Ásia, então em declínio. [56]

Para fazer frente às forças holandesas, cuja aliança com os ingleses terminara em inimizade, [57] é então assinada, em 20 de Janeiro de 1635, a chamada Convenção de Goa, [58] um acordo local de paz e cooperação [59] entre

---

[53] O facto de a Convenção de Goa ter sido proposta por Methwold é expressa logo no início do «Assento feito entre o Vice-Rey o Conde de Linhares, e Guilherme Methewold, Presidente da Companhia de Inglaterra, para se haverem de guardar as pazes celebradas em Madrid, em 15 de Novembro de 1630, entre El-Rey de Portugal e El-Rey da Gran-Bretanha, feito em Goa a 20 de Janeiro de 1635», in Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, tomo 2, pp. 50-51; versão inglesa nas pp. 52-53.

[54] «Carta de Filippe III ao Vice-Rey Conde de Linhares», in *idem*, *ibidem*, tomo 1, p. 262. Veja-se a resposta do vice-rei e a referência às tréguas celebradas (*idem*, *ibidem*, pp. 263-264).

[55] Panduronga Pissurlencar, *op. cit.*, vol. 2 (*1634-1643*), 1954, pp. 3-5.

[56] *Vide* missivas do presidente Methwold, desde Surrate, para a Companhia, em Londres e Surrate (29-12-1634, 02-01-1636) e desde Goa (19-01-1635) e de Surrate, de novo (02-01-1636): *Sir* Wiliam Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636,* 1911, pp. 79-80 e 15-17, 96; respectivamente.

[57] Cf. K. N. Chaudhuri, *Trade and Civilization in the Indian Ocean*, 1985, pp. 84-87. Sobre o massacre de Amboina (02-1623), no qual os holandeses decapitam o chefe dos agentes ingleses, Gabriel Towerson, juntamente com nove dos seus colegas, um português e mercenários japoneses, sob acusação de estes quererem tomar o forte e derrubar o governo holandês na ilha de Amboina, veja-se Holden Furber, *op. cit.*, pp. 48-49, e sobre o comércio inglês nas Índias Orientais, entre 1623 e 1684, D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company in the Far East, 1623-84», in Om Prakash (ed.), *An Expanding World-The European Impact on World Economy 1450-1800*, vol. 10, 1997, pp. 208-236.

[58] Designação atribuída pela literatura historiográfica inglesa ao acordo assinado, em 1635, entre ingleses e portugueses, em Goa [John Keay, *op. cit.*, p. 117 e Bruce P. Lenman, «The East India Company and the Trade in NonMetallic Precious Materials from Sir Thomas Roe to Diamond Pitt», in H. V. Bowen *et alii* (eds.), *The Worlds of the East India Company*, 2004, p. 104]. Consultem-se Ethel Bruce Sainsbury e William Foster (eds.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1635-1639*, 1907, pp. 4-5, 119-121, 126-131; *idem*, *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1640-1643*, 1909, pp. 32-34, 106-107, 335; *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, 1911, pp. viii-x, 59-81; *idem*, *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 16450-1654*, 1913, pp. 218-220; Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, tomo 1, pp. 264-270 e John Bruce, *op. cit.*, vol. 1, pp. 325-326; 334-335; José Ferreira Borges de Castro (org.), *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos Celebrados ente a Coroa de Portugal e as Mais Potencias desde 1640 até ao Presente*, vol. 1, 1856, pp. 102-103; Montalto Jesus, *Historic Macao*, 1902, pp. 95-96; Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 12-13; A. R. Disney, *Twillight of the Pepper Empire*, pp. 148-154 e Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, pp. 538-554.

[59] Na «Relação Breve, Geral das Principaes Couzas que Sucederão em a India o Anno de 1633», Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cód., 7640, fl. 60, indicam-se as vantagens das pazes a assinar com a Inglaterra, nomeadamente o aumento do comércio e do rendimentos das alfândegas, bem como o enfraquecimento do inimigo holandês.

Methwold e o vice-rei da Índia, Miguel de Noronha,[60] que, juntamente com o tratado anglo-português de 1642, celebrado entre D. João IV e Carlos I de Inglaterra,[61] abre as portas do Oriente aos barcos ingleses, através dos quais os portugueses passam a comercializar, evitando os ataques holandeses, que continuam apesar da assinatura do tratado entre D. João IV e as Províncias Unidas, em Novembro de 1641[62] e que a *V. O. C.*, a operar desde Batávia, não respeita até 1645, devendo-se essas pazes no Oriente à assinatura de um tratado entre este estabelecimento e Goa, em Novembro do ano anterior.[63]

Uma carta de Miguel de Noronha para o rei de Portugal (09-02-1635) descreve a assinatura do «assento de tregoas» com os ingleses que possibilitaria a luta conjunta contra holandeses e persas através da formação de duas esquadras anglo-portuguesas[64] com o objectivo de recuperar, dos holandeses, Ormuz, Paleacate, Jacatará Banda, Amboino e a Ilha Formosa.[65] A Convenção de Goa põe termo a quase meio século de conflitos marítimos entre as duas nações aliadas, não levando, no entanto, ao enfraquecimento imediato do inimigo comum holandês.[66] De acordo com Maria Manuela Sobral Blanco,

> […] faltou ao conde de Linhares a clara visão do grande prejuízo que a ingerência inglesa nos mercados sob a égide da Corôa [*sic*.] representaria para o comércio português. Ao estabelecer relações de amizade com os antigos adversários, abriu-lhes levianamente o caminho para os centros do trato, como o Canará e a China, até então rígidamente [*sic*.] reservados aos Portugueses. […] As consequências das Tréguas revelaram-se prejudiciais para Portugal, uma vez que os Ingleses passaram a rivalizar nos mercados portugueses da pimenta, infiltraram-se na costa de Melinde para o trato do

---

[60] *Vide* carta do vice-rei da Índia (18-02-1636) sobre «as tréguas […] com os ingleses […]» feitas pelo Conde de Linhares, no ano anterior, e que devem manter-se devido aos «[…] tantos inimigos» e ao « apertado» Estado da Índia. O documento refere as trocas comerciais entre Goa e Surrate, bem como a chegada recente do *London* de Macau (I. A. N. /T. T., *Livros das Monções*, liv. 33, fls. 247-247v).

[61] José Ferreira Borges de Castro (org.), *op. cit.*, pp. 82-101. O artigo 11 confere liberdade comercial aos ingleses nos portos e domínios portugueses e o artigo 12 valida o «Tratado de Tregoas» assinado em Goa. Vejam-se José de Arriaga, *A Inglaterra Portugal e as suas Colónias*, 1882, pp. 60-65; Carlos Roma du Bocage, *Subsidios para o Estudo das Relações Exteriores de Portugal em Seguida à Restauração (1640-1649)*, vol. 1, 1916, pp. 83-96; Edgar Prestage, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England, and Holland from 1640 to 1668*, 1925, pp. 99-104 e D. K. Bassett, «Early English Trade and Settlement in Asia, 1602-1690», pp. 134-136.

[62] *Vide* José Ferreira Borges de Castro, *op. cit.*, vol. 1, p. 24

[63] Veja-se Marcus P. M. Vink, «The *Entente Cordiale*: The Dutch East India Company and the Portuguese Shipping through the Straits of Malacca, 1641-1663», *Revista de Cultura*, ano 5, vol. 1, n.º 13-14, Janeiro-Junho de 1991, pp. 289-291, 294.

[64] Sobre as relações do vice-rei com os ingleses estabelecidos em Surrate, veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, pp. 538-554.

[65] Cf. Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, tomo 1, pp. 264-266.

[66] G. V. Scammell, «England, Portugal and the *Estado da Índia c*. 1500-1635», *Modern Asian Studies*, vol. 16, parte 2, Abril de 1982, pp. 177-192, sumaria os conflitos anglo-portugueses no Oriente até à assinatura da Convenção de Goa.

> ouro e do marfim e, particularmente, realizaram uma surtida à feira de Cantão com grave perigo para o monopólio português na China. […] A porta dos mercados cujo monopólio a Corôa portuguesa detinha zelosamente há mais de um século foi súbitamente [*sic*.] aberta à avidez da *East India Company*. [67]

A autora enumera ainda as diferentes posições que se fazem sentir na Península Ibérica relativamente a esta aliança, nomeadamente a do Conselho de Portugal, em Madrid, que discorda da ideia de se alargar a paz com os ingleses à Ásia, tal como a do conde de Miranda, ao contrário da do conde de S. João. [68]

Inicia-se então um novo ciclo de comércio no Estado da Índia, [69] como o prova a chegada do *London*, embarcação inglesa que, apetrechada de armas de defesa contra os holandeses, [70] parte, rumo a Macau, sendo condição dos seus proprietários o comércio de mercadores ingleses na Cidade do Santo Nome de Deus, o que não acontece de forma satisfatória, pois a bordo do navio deslocam-se dois agentes portugueses, cujo objectivo é boicotar o trato inglês, mesmo porque as notícias da assinatura da Convenção poderiam não ser bem recebidas pela oligarquia local, o que, de facto, se vem a verificar, pois como recorda Jorge Manuel Flores, «[…] Macau vive do e para o comércio, e é em torno deste princípio básico que se deve ponderar a sua moldura administrativa, as suas estruturas de defesa, a sua «política externa» [nomeadamente para com os ingleses], a sua malha social.» [71]

Como já verificámos, a acção da *E. I. C.*, juntamente com a da *V. O. C.* e dos mercadores independentes europeus, contribui para a queda do império

---

[67] Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, pp. 540-542.

[68] Cf. *idem*, *ibidem*, p. 540.

[69] Sobre os vários períodos do Estado da Índia, veja-se Luís Filipe Thomaz, *s. v.* «Estado da Índia», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 388-395.

[70] Sobre o contexto que leva à *entente cordiale* anglo-portuguesa contra a *V. O. C.* no estreito de Malaca, vejam-se G. R. Crone, *The Discovery of the East*, 1972, pp. 120-147 e Marcus P. M. Vink, *op. cit.*, pp. 289-309. Na página 300, este último autor, com base em fontes da *V. O. C.*, afirma que os feitores holandeses de Batávia se preparam para a acção conjunta dos inimigos portugueses e ingleses contra os seus interesses no Oriente, concluindo que a *entente cordiale* anglo-portuguesa, a longo prazo, é prejudicial para os portugueses, pois embora os ingleses enfraqueçam os impedimentos navais holandeses, ao providenciar cobertura para o transporte de mercadorias portuguesas, não podem ajudar a proteger todas as possessões e todos os pontos de escala portugueses na Ásia (*idem*, *ibidem*, pp. 303-304). John Keay, *op. cit.*, p. 121, afirma que Carlos I vê, neste acordo, a possibilidade de chegar a todas as possessões lusas. Consulte-se também Rui D' Ávila de Fontes Alferes Lourido, «A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das Origens a 1640», Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e de Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 43-56.

[71] Jorge Manuel Flores, «Macau: O Tempo da Euforia», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 1, tomo 2, 2000, p. 179.

português no Índico, onde a presença inglesa se enraíza gradualmente,[72] estendendo-se inclusive até ao Japão, onde a *E. I. C.* funda uma feitoria em Hirado (1613-1623), também com o objectivo, falhado, de se infiltrar na China, sem ter que se submeter às autoridades portuguesas de Macau, altura em que termina o «tempo da euforia»[73] comercial e social do enclave, com o fim da viagem da nau do trato.

2. A chegada dos ingleses à Cidade do Santo Nome de Deus de Macau: a viagem do *London* (1635) e as expedições seguintes

A Convenção de Goa, celebrada entre Goa e Surrate, tem como objectivo fazer frente ao crescente poderio holandês no Oriente, abrindo gradualmente caminho a embarcações da *E. I. C.* e de associações comerciais privadas inglesas, que se dirigem para Macau, espelhando essa aliança os problemas que o Estado da Índia enfrenta face aos rivais norte-europeus e as estratégias que Portugal adopta para fazer frente à situação. Os ingleses chegam a Macau no início do período de contracção do Estado da Índia, vindo, no entanto, e como veremos, a estabelecer-se no Sul da China apenas no início do século XVIII.

A chegada de rivais desagrada à edilidade de Macau que tenta defender o seu estatuto privilegiado no Império do Meio e afastar os concorrentes comerciais que, quatro anos depois, facilitariam a expulsão dos portugueses do Japão, perigando a sobrevivência da Cidade do Santo Nome de Deus. Por outro lado, a vigilância imperial sobre Macau dificulta a actividade comercial e limita o poder da cidade, uma vez que para os chineses o enclave faz parte da China e encontra-se sob a alçada do Trono do Dragão.

Após a suposta estada do escocês William Carmichael, em Macau, a primeira visita 'britânica' à cidade,[74] um grupo de ingleses, acompanhados

---

[72] Sobre o início da acção inglesa em Madras (o primeiro estabelecimento da *E. I. C.* no subcontinente indiano fundado em 1639), a cosmopolita Bombaim (a partir de 1668) e Calcutá (a partir de 1690, principalmente de 1757), em detrimento dos interesses portugueses e franceses, vejam-se: Lawrence James, *The Rise and Fall of the British Empire*, 1995, pp. 122-138 e Anthony Wild, *op. cit.*, pp. 50-58. Sobre a consolidação do *British Raj* até 1800, vejam-se Lawrence James, *RAJ: The Making and Unmaking of British India*, 2001, pp. 3-78, 151-206 e P. J. Marshall, «The British in Asia: Trade to Dominion, 1700-1765», in P. J. Marshall (ed.), *The Oxford History of the British Empire*, vol. 2: *The Eighteenth Century*, 2001, pp. 487-551.

[73] *Vide* Jorge Manuel Flores, «Macau: O Tempo da Euforia», pp. 179-213.

[74] Segundo *Sir* William Foster, *England's Quest for Eastern Trade*, 1933, p. 325, n. 1; G. V. Scammell, «England, Portugal and the *Estado da Índia c*. 1500-1635», p. 181 e Susan Leiper, *Precious Cargo: Scots and the China Trade*, 1997, p. 8, Carmichael viaja da Escócia para Lisboa, em 1579, e, dois anos depois, parte para Goa, servindo o governo dessa cidade durante trinta anos. O escocês abandona o seu cargo em 1611 e, de Bantem, regressa a Inglaterra, em 1614, afirmando ter visitado a China, presumivelmente Macau, e estar pronto para revelar as localizações de fortes e portos na Índia portuguesa. Veja-se também Rogério Miguel Puga, *s.v.*, «Carmichael, William», in *Dicionário de História de Macau*, no prelo.

pelo feitor português Gaspar Gomes, [75] parte, por proposta do vice-rei, Conde de Linhares, [76] de Goa, a bordo do *London*, em Abril de 1635, e chega à China, em 23 de Julho, sendo recebidos com relutância quer pelos feitores portugueses que com eles viajam quer pela oligarquia local. [77]

Com já afirmámos num outro estudo, [78] a nau inglesa viaja até á China para contornar o bloqueio holandês e comercializar mercadorias portuguesas entre Goa e Macau, tentando, em vão, os ingleses estabelecer relações comerciais directas com os chineses e, inclusive, fundar uma feitoria próximo da Cidade do Santo Nome de Deus.

A *London*, primeira embarcação inglesa a ancorar no Sul da China, [79] sob comando de Matthew Willis, apesar de ser fretada pelo conde de Linhares [80] e envergar (sob disfarce) a bandeira portuguesa, é motivo de conflito

---

[75] Cf. carta do vice-rei da Índia, Pedro da Silva, ao rei de Portugal (18-02-1626: I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 33, fl. 248). De acordo com *Sir* William Foster, *The English Factories in India 1637-1641*, 1912, p. 8, n. 2, Gaspar Gomes tem como funções, em Macau, assegurar-se de que os marinheiros ingleses não causam distúrbios, não ofendem os residentes, nem bebem demasiado álcool [*Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, p. 104]. Em carta para o vice-rei da Índia (04-05-1635), Gaspar Gomes lista as mercadorias importadas e exportadas para e de Macau quando do fretamento feito pelo vedor da Fazenda Geral, José Pinto Pereira, e pelo capitão da nau *London*, «Mateus Vuilles» (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 44, fls. 426-427; liv. 45, fls. 350-351). Sobre a viagem, veja-se ainda *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, pp. xi, 103-104, 150, 156, 158, 162, 170, 177-178, 189-190, 211, 226-230, 275.

[76] *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, pp. 102-103: «The President [Methwold] reveals to the Council […] a proposition which was made to him by the Viceroy of Goa […], that an English ship 'should be sent from Goa to Macao in China for freight goods, which are said to be there in great quantities of severall sorts [of] commodities […] awaiting such conveigance as might secure them from the Dutch, by whom their small vessels are often surprized in the Straights of Malacca. The voiadge in itselfe was generally aprooved […] were it but *to experience the trade in those parts, which hath ever bene desired*', and especially of the freight now offered. […] Bornford is appointed chief merchant, with John Wylde as second and Abraham Aldington as third; and they are warned to keep their preparations secret from the Dutch. […]» (itálico nosso). Veja-se extracto do documento em B. L. – O. I. O. C., G/12/1, *Consultations*, fl. 24.

[77] De início não são os residentes de Macau que recusam o desembarque dos ingleses, mas sim os portugueses que viajam no *London*, travando as duas partes uma luta de interesses que termina apenas duas semanas mais tarde, quando os agentes e três empregados da *E. I. C.* são autorizados a estabelecerem-se em terra. O vice-rei de Goa havia proibido secretamente esse mesmo desembarque, pelo que Bornford (29-04-1636) informa a Companhia que se desejarem que ele efectue uma segunda viagem à China, ele se deslocará não a Macau mas a um dos outros portos ou ilhas que existem no estuário do rio das Pérolas (*Sir* William Foster, *The English Factories in India 1634-1636*, p. 228). Veja-se também Frederick Charles Danvers, *op. cit.*, pp. 248-253.

[78] Consulte-se Rogério Miguel Puga, «A Convenção de Goa (1635)», pp. 71-108.

[79] Para detalhes do percurso da embarcação desde Downs, via Surrate, até Macau, e os seus objectivos, veja-se Anthony Farrington, *East India Company Ships, 1600-1833: Based on a Catalogue of the East India Company Ships' Journals and Logs 1600-1834*, 1999, p. 386.

[80] O vice-rei da Índia promete pagar à *E. I. C.* dez por cento dos lucros da viagem, sendo objectivo do primeiro trazer de Macau cinco mil quintais de cobre, algum ferro e artilharia da fundição de Manuel Tavares Bocarro [*Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, p. 104]. Surrate avisa os oficiais que se deslocam a Macau da possibilidade de os

entre as autoridades mandarínicas e a administração portuguesa de Macau, que se vê forçada a pagar uma multa às primeiras devido à estadia indesejada do barco 'estrangeiro',[81] após a sua partida, em 20 de Outubro, rumo a Goa, onde chega, em 6 de Fevereiro de 1636,[82] queixando-se os ingleses que o feitor da viagem, Gaspar Gomes, os enganara, «[…] dificultando-lhes as cousas […]».[83] Dos testemunhos de Gaspar Gomes e do novo vice-rei, Pedro da Silva, transparece o interesse dos sobrecargas da Companhia das Índias (desde Surrate) em se aproximarem dos chineses, pedindo-lhes autorização para construírem uma feitoria «coberta de palha» e não permanente, como as construções portuguesas, fora das muralhas de Macau, onde fariam concorrência aos seus habitantes. Ainda Gomes não chegara a Goa e já Manuel Ramos avisara o vice-rei (20-10-1635) do perigo do regresso dos ingleses e da passagem do comércio da China e do Japão para as mãos destes, comunicando-lhe factos semelhantes aos que o feitor viria a narrar *in loco*:

1) o capitão e o feitor ingleses, «[…] pretendendo continuar neste comércio […]», pedem autorização aos chineses para enviar duas naus pequenas a Cantão, no ano seguinte, e para construir quatro casas «[…] muito pequenas sem fortificação, nem artilharia nenhuma […]» como as dos portugueses, comprometendo-se a vender aos chineses «drogas» por metade do preço praticado pelos portugueses;

---

portugueses os enganarem, pelo que os primeiros, ao carregar o barco, devem dar prioridade ao bens cujo transporte seja lucrativo, aconselhando-os ainda sobre que mercadoria trazer. O comércio privado de oficiais é totalmente proibido (*idem*, *ibidem*, p. 106). Em 1 de Agosto de 1636, Methwold refere a duvidosa contabilidade da viagem elaborada por Abraham Aldington, condenado por fraude devido às exageradas despesas da estada da tripulação em Macau (*idem*, *ibidem*, p. 275).

[81] Cf. carta de Manuel Ramos ao vice-rei da Índia (20-10-1635): I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 35, fl. 253v e Austin Coates, *Macao and the British 1637-1842: Prelude to Hong Kong*, 1989, p. 7. *Idem*, *A Macao Narrative*, pp. 53-55, refere que as autoridades mandarínicas ordenam aos habitantes chineses que abandonem a cidade, cortando o fornecimento de víveres à mesma, de forma a obrigar os portugueses a pagar a multa exigida. Uma medida de pressão utilizada ao longo dos séculos e também referida pelos agentes de Courteen quando descrevem, em 1637, as possibilidades de futuro comércio inglês com a China, sendo Macau um local a evitar pelos ingleses para se estabelecerem no Império do Meio, devido ao controlo dos chineses e dos portugueses (Peter Mundy, *The Travels*, 1907-1936, vol. 3, parte 2, p. 484). Em 1849, Henry Charles Sirr, *China and the Chinese*, vol. 1, p. 161, continua a referir o aproveitamento chinês da condição peninsular de Macau: «the great enemy to be dreaded by the Portuguese would be famine, in the event of a war with the Chinese; for […] the principal supplies come from the mainland.»

[82] Carta do vice-rei da Índia, Pedro da Silva, ao rei de Portugal (18-02-1636): I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 33, fl. 247v.

[83] Cf. carta de Manuel Ramos para o vice-rei (20-10-1635): *idem*, *ibidem*, liv. 35, fl. 251.

2) os ingleses prometem «[…] outras coisas em crédito e abonação sua, em muito prejuízo nosso […]», oferecendo, a um chinês, elevados pagamentos anuais aos mandarins e ao imperador, «[…] fazendo sobre isto outras muitas promessas […]», que acabam por ser do conhecimento dos portugueses que as comunicam ao capitão-geral, vindo estes a convencer um chinês a aceitar um suborno português e a fingir, perante os ingleses, que iria interceder por eles a Cantão;

3) os ingleses, se não chegarem a Macau a partir de Goa, fá-lo-ão desde Surrate, perigando assim o trato português no Extremo Oriente.[84]

O novo vice-rei da Índia informa prontamente Filipe III do perigo inglês para o comércio do enclave e das subversivas intenções dos sobrecargas de Surrate,[85] embora as viagens para a China não façam ainda parte da política comercial dos directores da Companhia, em Londres. No entanto, muitas das medidas e dos sucessos comerciais no Oriente são fruto de decisões e estratégias das feitorias locais, sem o aval dos directores.

O relato de Gaspar Gomes e a missiva de Manuel Ramos provam que o Estado da Índia teme a concorrência e as iniciativas inglesas desde o envio do primeiro barco da *E. I. C.* a Macau, mesmo que por interesse dos portugueses. Pedro da Silva informa o rei que confessara ao seu Conselho, ainda antes do regresso da nau, «[…] o quanto sentia e [se] lastimava antevendo já os danos que havião de vir a este estado de se mandar esta nau à China […]»,[86] descrevendo a forma como, após ter assumido o cargo, se destacara da acção do seu antecessor, ao forçar a embarcação inglesa a deter-se na barra para averiguar da sua carga e do pagamento dos direitos alfandegários a que a Coroa tem direito.

Pedro da Silva escreve ainda ao capitão-geral de Macau, a propósito dos grandes inconvenientes da viagem do *London*, aconselhando-o quer a envidar esforços para que as demais nações europeias não sejam recebidas em nenhum porto chinês quer a fazer saber que o actual vice-rei se encontra «magoado» com esta viagem, não devendo, por essa razão, de futuro, ser enviada para a China nenhuma nau inglesa, nem dar-se favor algum a terceiros.[87] Lutando contra o bloqueio holandês, o mesmo vice-rei freta, quatro anos mais tarde, e nas mesmas condições que o seu antecessor fizera

---

[84] *Ibidem*, liv. 35, fl. 267.

[85] Cf. carta do vice-rei da Índia (18-02-1636): *ibidem*, liv. 33, fl. 248.

[86] *Idem*, *ibidem*.

[87] Cf. «Regimento dado por Pêro da Silva, ao capitão geral de Macau, Domingos da Câmara de Noronha sobre os graves inconvenientes que resultaram do conde de Linhares ter mandado em 1635 uma nau inglesa para China onde os Ingleses tentaram estabelecer feitoria», Goa (13-05-1636) [Filmoteca Ultramarina Portuguesa: Arquivo Histórico de Goa, *Livro dos Segredos*, n.º 1, fl. 11]. No entanto, em 22 de Fevereiro de 1639, Pedro da Silva informa William Fromlin, sucessor de Methwold (27-12-1638), que discutirá com ele os acordados (futuros) fretamentos para Malaca e para a China [Arquivo Histórico de Goa (*ibidem*, fl. 30].

aos ingleses, uma nau à Companhia das Índias dinamarquesa, enfraquecendo assim a posição de exclusividade dos ingleses. [88]

Após o regresso do *London*, as relações entre Methwold e Pedro da Silva, que não paga o fretamento aos ingleses durante três anos, [89] tornam-se tensas ao ponto de as tréguas da Convenção de Goa quase se suspenderem. [90] Por essas mesmas razões, e tendo proibido futuras viagens inglesas a Macau, [91] o vice-rei é considerado, numa carta de Surrate para Londres, em Dezembro de 1639, «[…] irrreconciliably adverse unto the English […]». [92] Nesse mesmo ano, Madras, futuramente denominada de Fort St. George, [93] é adquirida pelos ingleses e, devido ao bloqueio holandês, o vice-rei propõe, de novo, o envio de duas ou três embarcações a Macau, apoio negado pela feitoria de Surrate, que informa os directores da Companhia do desânimo que Goa confessa em relação ao abandono que sente por parte de Portugal, estando os portugueses prontos inclusive para se tornarem súbditos de um rei que os proteja dos holandeses, e transmite a necessidade do envio de barcos para Surrate a fim de tirar partido do vantajoso desejo de cooperação comercial expresso pelos portugueses: «[…] we believe they would readily subscribe to furnish you with pepper, cinamon, and as much freedom & security in some of their forts (if not the fort itself) […].» [94]

A viagem do *London* e as demais propostas de utilização de barcos ingleses dão-se por interesse e em nome dos portugueses de Goa, [95] logo, esta não pode ser considerada a primeira viagem de iniciativa inglesa ao enclave luso-chinês, até porque os directores da *E. I. C.* desconhecem que a presidência de Surrate utiliza capital e bens da instituição para enviar barcos à China, desaprovando posteriormente esta decisão. Londres alerta Methwold para o perigo de iniciativas como o fretamento do *London*, pois os holandeses, caso descubram que as embarcações inglesas transportam bens ou munições portugueses, podem facilmente tomá-las no estreito de Malaca

---

[88] Em 21 de Maio de 1639, Pedro da Silva avisa os dinamarqueses que apenas poderão negociar na China com autorização do capitão-geral de Macau [Arquivo Histórico de Goa (Filmoteca Ultramarina Portuguesa), *Livro dos Segredos*, n.º 1, fls 31, 31v; veja-se também a carta do vice-rei ao capitão da fortaleza de Malaca, em 21 de Maio de 1639, *ibidem*, fl. 33].

[89] Cf. Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, p. 549.

[90] Cf. *idem*, *ibidem*, p. 583, n. 399.

[91] *Vide* «Copia do Conçelho sobre o Comerçio dos Ingleses», in Panduronga Pissurlencar (ed.), *op. cit.*, vol. 2, 1954, pp. 115-116.

[92] «Letter to the Court of December 1639» (B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 58). Pedro da Silva informa Surrate que os portos portugueses não comercializarão com ingleses, pois estes estão autorizados a fundear apenas para receberem abrigo e aguada (*vide* Sir William Foster, *The English Factories in India 1634-1636*, pp. 152, 159). Num outro documento inglês de 1639, António Teles de Meneses, o governador da Índia que substitui Pedro da Silva, é considerado mais benéfico para os ingleses (B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 59).

[93] Sobre o comércio de Madras (Fort St. George, 1655-1758), veja-se *ibidem*, G/19.

[94] B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 60.

[95] Cf. W. E. Soothill, *China and the West: A Sketch of their Intercourse*, 1925, p. 68.

e confiscar os seus bens,[96] como acontece, em 1643, quando capturam a *Bona Speranza*. Essa embarcação inglesa é fretada pelo vice-rei de Goa, João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras, à Associação de Courteen, para transportar soldados portugueses para Macau, na companhia de outras duas embarcações de Goa,[97] face às dificuldades que o bloqueio holandês origina no enclave.[98]

A inimizade e o receio inicial de concorrência anglo-portugueses dão gradualmente lugar à colaboração como estratégia de defesa dos interesses de ambas as nações face à ameaça holandesa no Oceano Índico[99] e, graças à Convenção de Goa, os portugueses de Macau passam, inclusive, a viajar da e para a metrópole, via Londres, nos barcos da *E. I. C*,[100] embora as pazes entre os dois países aliados não os torne « s[enh]ores de tudo».[101]

---

[96] Ethel Bruce Sainsbury e William Foster (eds.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1635-1639*, pp. 120-121.

[97] Vejam-se a consulta do Conselho Ultramarino sobre o desaparecimento da nau [Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.), *Macau*, cx. 1, doc. n.º 42] e as cartas do vice-rei da Índia (30-12-1643 e 01-03-1644) para o rei de Portugal (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 48, fls. 287v e 294v) e para Macau (Filmoteca Ultramarina Portuguesa: Arquivo Histórico de Goa, *Livro dos Segredos*, n.º 1, fl. 67).

[98] I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 48, fl. 287v; também copiada no liv. 50, fl. 124v. Sobre os sucessivos fretamentos de naus inglesas pelos portugueses, veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, pp. 552, 585 (n. 418-421), 586 (n. 422-424). A autora resume esta estratégia de combate ao bloqueio holandês, afirmando que, em 1644, as embarcações *Hind*, desde Swalli (porto e feitoria de Surrate), e *William*, que referiremos mais adiante, pertencentes, respectivamente, à *E. I. C.* e à associação de Courteen, rival da Companhia, se dirigem a Macau, por conta da coroa portuguesa, para carregar munições e pólvora, a troco de canela.

[99] Cf. carta do vice-rei, Pedro da Silva, a Filipe III (20-02-1636: I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 33, fl. 249). Desde o massacre de Amboina (1632) e da expulsão dos ingleses do comércio das especiarias pelos holandeses a *E. I. C.* aproxima-se dos portugueses, fazendo frente comum ao poderio holandês, sendo neste mesmo contexto assinado o pacto de não agressão entre o vice-rei da Índia e Methwold.

[100] Cf. Ethel Bruce Sainsbury e William Foster (eds.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1640-1643*, 1909, p. 151. António Fialho Ferreira, «an inhabitant of Maccaw », desloca-se para Inglaterra com o embaixador português, num barco da Companhia, juntamente com três outros portugueses e dois empregados africanos. Nas viagens inglesas entre as feitorias da *E. I. C.* no Oriente (Surrate e Bantem) viajam ainda jesuítas portugueses, como acontece em Julho de 1642 [*Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1642-1645*, 1913, p. 36]. Em Julho de 1788, o novo governador de Macau, Francisco Xavier de Mendonça Corte-Real, chega à cidade, na companhia da sua mulher, a bordo de uma embarcação da Companhia, após o seu barco se ter afundado durante a viagem (B. L. – O. I. O. C., G/12/89, fl. 65). Esta prática continua até ao século XIX, conforme informa a documentação da *E. I. C.* (R/10/6, fl. 192), viajando, também, os ingleses, em embarcações portuguesas, entre a Índia e Macau (G/12/68, fl. 6).

[101] Conde de Linhares, *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia,* 1943, p. 267.

2.1. *A expedição de John Weddell e o diário de Peter Mundy (1637)*

Na sequência das tréguas luso-inglesas não são apenas os barcos da *E. I. C.* que se dirigem para a China e, em 27 de Junho de 1637, quatro navios da frota da associação comercial de *Sir* William Courteen, sob o comando de John Weddell, que participara na tomada de Ormuz, ancoram ao largo de Macau, depois de terem passado por Goa, trazendo a bordo alguns missionários de Malaca, bem como Peter Mundy, que redige um minucioso diário [102] ilustrado durante a sua estada em Macau. [103] Courteen, juntamente com Endymion Porter, consegue, em 1637, de Carlos I, autorização para comercializar nas Índias Orientais, desequilibrando, momentânea e fugazmente, o monopólio da *E. I. C.* até a sua associação ser absorvida pela Companhia em 1649. [104]

Se exceptuarmos a viagem do *London*, sob bandeira portuguesa, esta é a primeira expedição comercial inteiramente inglesa ao território, pelo que nos detemos de forma especial na estada dos mercadores independentes, pois as fontes portuguesas e inglesas [105] revelam não só os preconceitos e as expectativas, mas também as estratégias defensivas e comerciais dos portugueses em Macau e dos recém-chegados ingleses com objectivos determinados e atitudes que se repetem durante todo o século XVII.

O governador Domingos da Câmara de Noronha descreve ao vice-rei de Goa a chegada e a permanência dos tripulantes ingleses «[…] notavelmente

---

[102] O sobrecarga-chefe do *Fleet* também redige um diário da sua estada em Macau e Cantão (*vide* B. L. – O. I. O. C., G/12/16, fls. 34-55).

[103] Sobre o diário e a viagem, vejam-se Peter Mundy, *The Travels of Peter Mundy (1597--1667)*, 1984; Austin Coates, *Macao and the British*, pp. 1-27; Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*, 1990, pp. 140-142; *idem*, *Macau na Época da Restauração/Macao Three Hundred Years Ago*, 1993, pp. 49-75; Rogério Miguel Puga, «Images and Representations of Japan and Macao in Peter Mundy's *Travels* (1637)», *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, vol. 1, Dezembro de 2000, pp. 97-109; *idem*, «A Dimensão da Alteridade em *The Travels* de Peter Mundy (1637): Contribuição para o Estudo das Relações Anglo-Portuguesas no Extremo Oriente», *Revista de Cultura*, n.º 3, Julho de 2002, pp. 136-152 e Kingsley Bolton, *Chinese Englishes: A Sociolinguistic History*, 2003, p. 122-146. Patrícia Drumond Borges Ferreira, *As Relações Luso--Britânicas na China Meridional (Século XVII)*, 2002, pp. 76-105, estuda este episódio afirmando, na página 76, que os membros da tripulação de Weddell são os primeiros ingleses a alcançar Macau, no entanto, e apesar de não haver certeza absoluta de que o já referido William Charmichael tivesse estado especificamente no enclave, embora seja o mais provável, a embarcação *London*, é, em 1635, o primeiro barco com tripulantes ingleses a chegar à cidade.

[104] Cf. Valery M. Garrett, *Heaven is High, the Emperor Far Away: Merchants and Mandarins in Old Canton*, 2003, p. 74. Vejam-se também William Courteen [filho] e John Darell, *Mr. Courteen Catastrophe and Adieu to East-India; or a General and Particular Protest Framed there, at Goa in Febr. 1644 for, and against the English East-India Company*, 1652; John Bruce, *op. cit.*, vol. 1, pp. 329-332; Sanjay Subrahmanyam, «A Intervenção Inglesa na Índia (1604-1623). O Ataque às Molucas pelos Holandeses», in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. 5, pp. 27-37 e Robert Brenner, *Merchants and Revolution, 1550-1653*, 1993, pp. 374-381.

[105] Relativamente a este episódio, utilizamos, sobretudo, as fontes portuguesas, uma vez que estudámos anteriormente, nos estudos *supra* citados, a documentação inglesa.

cheios de cobiça e já de lá vieram com este intento tudo nascido na nau Londres […] e traziam tenção de tão bem quererem mandar a Japão alguma das suas naus […]», [106] referindo a dificuldade em fazer cumprir a justiça régia na cidade e a proibição chinesa de qualquer pessoa se dirigir às naus inglesas, [107] ou seja, a desconfiança inicial, de parte a parte, marca as relações entre a frota de Weddell e as autoridades de Macau.

Ainda a caminho da China, Peter Mundy refere duas pioneiras, a empregada do carpinteiro Richard Frobisher e Joan Frobisher, mulher do mesmo, as primeiras inglesas de que há registo de terem visitado a Cidade do Santo Nome de Deus, por volta de 1620, [108] quando o *Unicorne* naufraga em águas 'inimigas', uma vez que os ingleses e os portugueses se encontram em conflito, no Oriente, até 1635. [109]

À chegada a Macau, Mundy é convidado a almoçar no seminário jesuíta, redigindo, ao longo da sua estada, uma elaborada descrição da paisagem humanizada da cidade. [110] O seu diário é a primeira descrição sistemática e profunda do enclave em língua inglesa, contendo ainda a primeira representação pictórica inglesa do mesmo.

Os documentos ingleses e portugueses coligidos por *Sir* Richard Carnac Temple, L. Anstey e Maria Manuela Sobral Blanco, [111] bem como a documentação existente nos *Livros das Monções*, apresentam os interesses que pautam o início das relações anglo-portuguesas em Macau e que se mantêm, na sua essência, até à fundação de Hong Kong, uma vez que a chegada e o estabelecimento dos ingleses no delta do rio das Pérolas são encarados, desde logo, pelas autoridades do enclave luso-chinês como uma ameaça para

---

[106] I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 41, fls. 191-191v (27-12-1637).

[107] I*bidem*, liv. 43, fls. 256-257.

[108] Peter Mundy, *op. cit*, vol. 3, pp. 141-142. Vejam-se também B. L. – O. I. O. C, G/40/1, *Consultations*, fls. 32, 60 e o doc. n.º 351: «Richard Cocks at Hirado to Sir Thomas Smythe and the East India Company in London, 30 September 1621», in Anthony Farrington, *The English Factory in Japan 1613-1623*, vol. 2, 1991, p. 854. A empregada de Frobisher acaba por permanecer no enclave e casar com um português. Sobre as queixas posteriores apresentadas, em Outubro de 1626, pela viúva de Frobisher à *E. I. C.*, relativamente à sua estada em Macau, veja-se W. Nöel Sainsbury (ed.), *Calendar of State Papers, Colonial Series, East Indies, China and Persia, 1625-1629*, 1884, doc. n.º 369, p. 256.

[109] Na resposta ao protesto de Macau, em 7 de Setembro de 1637, perante os confrontos luso-chineses originados pela presença inglesa no Sul da China, em 1635, John Weddell e Peter Mundy referem os conflitos ultrapassados com a assinatura da Convenção de Goa, acusando os portugueses da situação anterior ao acordo: «[…] as it was not enough that you should close and forbid us your ports, but you also exerted every means to prevent us from holding commerce with other kingdoms. At last peace was sought for by you for two or three years, […] and concluded in the city of Goa in December 1634 [10-01-1635] […] the articles being confirmed by both parties, by which was conceded to us the free entry and trade of your ports» (Peter Mundy, *op. cit.*, vol. 3, pp. 242-243).

[110] *Vide* Rogério Miguel Puga, «Images and Representations of Japan and Macao», pp. 97--109; *idem*, «A Dimensão da Alteridade em *The Travels* de Peter Mundy (1637)», pp. 136-152.

[111] Respectivamente em Peter Mundy, *op. cit*, vol. 3, pp. 428-531 e Maria Manuel Sobral Blanco, *op. cit.*, vol. 2, pp. 372-374.

o comércio da cidade com a China, o Japão e outros portos orientais e, consequentemente, para a sobrevivência do próprio território.

Na primeira carta dirigida a um monarca inglês pela cidade de Macau, datada de 8 de Julho de 1637, e em resposta a carta do mesmo, transportada por Weddell,[112] Domingos da Câmara de Noronha refere que não recebera aviso algum do vice-rei sobre o «contrato» de Goa[113] e, na sequência da missiva da frota, de 7 de Julho,[114] informa também Weddell de que não fora informado das pazes anglo-portuguesas. No entanto, de acordo com a documentação portuguesa anterior a esta viagem, concluímos que esse alegado desconhecimento da assinatura da Convenção de Goa é falso, pois o conde de Linhares informa o governador da cidade da mesma,[115] agradecendo este último as novidades ainda em 1635.[116]

Domingos de Noronha recorre estrategicamente à suposta ignorância das pazes para não apoiar a entrada dos concorrentes comerciais no Sul da China e, enquanto Macau se recusa a respeitar o acordo para defender os interesses locais,[117] o *London* torna-se símbolo recorrente dos problemas que os ingleses causam aos portugueses, oferecendo-se o capitão-geral para ajudar a armada apenas em caso de «necessidade urgente», por se encontrar «[…] limitado [… e sem] ordens de [s]eus maiores […]», o rei de Portugal e o vice-rei da Índia, adiantando:

> Porque quando a nau Londres veio a este Porto, trouxe particular ordem do Exmo. conde de Linhares, com um feitor nella português para levar daqui artilharia, e outros fretes de particularers, […] foi de tão grande prejuízo a esta cidade, e à sua conservação, a respeito dos Chinas, que como

---

[112] Veja-se a tradução da missiva de Carlos I para o governador de Macau (20-02-1635), relembrando o mesmo da Convenção de Goa, da cordialidade e do apoio mútuo no comércio de ambos os países (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 41, fl. 200; repetido no liv. 43, fls. 258-258v).

[113] Cf. «Treslado da resposta que se fez à carta de El Rei de Inglaterra» (08-07-1637): *ibidem*, fl. 202.

[114] *Ibidem*, liv. 43, fl. 258. A missiva começa por referir as pazes efectuadas há trinta meses, tendo Weddell participado nesse mesmo Conselho de Goa, e partido para Inglaterra, levando notícia da nova amizade ao seu rei. Posteriormente, e durante a expedição a Macau, o mercador inglês informa a cidade que fora bem recebido em Goa, Cananor, Cochim e Malaca, aguardando, agora, junto à ilha dos Ladrões, vir a ser recebido com igual «cortesia e primor», ao esperar resposta das autoridades. Estes argumentos são repetidos por Weddell num outro protesto enviado à cidade, numa segunda carta, em 27 de Setembro de 1637 (*ibidem*, fls. 269-270; repetida nos fls. 262-263), a que o governador responde (*ibidem*, liv. 41, fl. 211; também copiado no liv. 43, fls. 263-263v).

[115] Cf. carta do vice-rei da Índia para o capitão-geral de Macau (04-05-1635): *ibidem*, liv. 34, fls. 63v-65.

[116] Cf. missiva de Manuel de Câmara de Noronha ao vice-rei (27-10-1635): *ibidem*, liv. 35, fls. 242-243.

[117] Vejam-se a representação do Senado (25-11-1645) e a consulta do Conselho Ultramarino (19-02-1647) sobre a proibição da entrada de embarcações inglesas no enclave, mesmo que ao serviço de Portugal (A. H. U., *Macau*, cx. 1, doc. n.º 48).

> são tão ciosos, doutra nação poder vir a estas partes, nos têm dado por isso grandes perdas,[118] nas fazendas dos moradores desta terra, por depender[em] muito deles, esta cidade que está na sua terra.[119]

Se o governador afirma desconhecer a assinatura da Convenção de Goa, também refere a multa que a cidade pagara às autoridades mandarínicas devido à visita do *London*, em detrimento dos interesses económicos da mesma. Num processo estratégico desenvolvido em três frentes e que envolve a frota de Weddell, as autoridades chinesas[120] e o vice-rei de Goa, Domingos Noronha escreve a este último, em 27 de Dezembro de 1637, informando-o que haviam chegado ao enclave quatro embarcações inglesas,[121] razão pela qual proibira qualquer pessoa de se aproximar da frota, montara guarda à cidade e enviara mantimentos à tripulação.

Perante o desejo manifestado pelos chineses de contactar os «bárbaros de cabelos vermelhos»,[122] Macau informa estrategicamente os primeiros dos desígnios pouco amistosos dos recém-chegados que acabam por decidir visitar Cantão,[123] onde os portugueses apenas se podem deslocar uma vez ao ano para comercializar directamente com os chineses.[124] O enclave teme ainda que a frota se diriga para o Japão ou que ataque a nau do trato e que os ingleses consigam o seu objectivo, ou seja, estabelecer uma feitoria na China, à imagem da Macau portuguesa. Os ingleses dirigem-se para Cantão[125] e os portugueses comunicam a sua estupefacção a Weddell, afir-

---

[118] Ideia novamente repetida, tal como o argumento dos prejuízos causados pela vinda do *London*, numa longa carta da cidade para Weddell, pois os ingleses vêm «[…] comercear […] coisa que [os portugueses] não podiam […] consentir, por muito respeito e por estar[em] em terra de el rei da China gente tão ociosa de suas terras […]» (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 43, fl. 268; também copiada no fl. 259v.

[119] *Ibidem*, liv. 41, fl. 201 (08-07-1637); também copiada no liv. 43, fls. 258v-259. Veja-se igualmente B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 30.

[120] Consulte-se a comunicação de Macau para os mandarins de Cantão [sem data (1635)], informando-os da presença da frota inglesa ao largo da cidade, cuja tripulação deseja, por desconhecimento das leis chinesas, entrar no país para estabelecer comércio (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 41, fl. 215).

[121] Esta medida defensiva da cidade continua ao longo dos séculos, como podemos ver através do protesto enviado pela mesma ao mandarim de Hsiang-shan contra a presença de um navio de guerra inglês ao largo da península, em 1800 (P. R. O., *FO* 233/189, fl. 37).

[122] Forma como o mandarim designa os ingleses quando da sua chegada a Cantão (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 43, fl. 261), e que também pode ser traduzida como «bárbaros ruivos».

[123] Vejam-se as duas chapas das autoridades chinesas enviadas para Macau (10-1637) relatando a viagem no rio das Pérolas e a chegada das «naus dos bárbaros de cabelos vermelhos» a Cantão, bem como as medidas tomadas pelos chineses que, por seu turno, aconselham os ingleses a regressarem para a Europa devido às «regras muito estreitas» que existem na China (*ibidem*, fls. 260v-262).

[124] Cf. Rui Loureiro, *s.v.* «Macau», in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário*, vol. 2, pp. 633-635.

[125] Veja-se a longa carta que o capitão-geral de Macau envia ao rei inglês três dias antes da frota partir de Macau, em 24 de Dezembro, sobre a libertação dos seis ingleses presos em

mando que tal acto lhes «[…] há-de custar muitos desgostos com estes naturais […]» [126], acabando os mandarins por exigir da cidade o pagamento de qualquer estrago que os ingleses façam, pois estes chegaram à China como amigos dos seus moradores, apesar de Macau lhes negar qualquer tipo de comércio. [127] Os chineses exigem que os ingleses paguem os direitos comerciais que pretendem obter, acabando, no entanto, a tentativa de Weddell por falhar, atribuindo o inglês as culpas às maquinações dos portugueses. [128] Independentemente da veracidade desta última afirmação, que, até certo ponto, se verifica, uma vez que os comerciantes de Macau tentam defender os seus interesses, este mesmo argumento será utilizado, de forma recorrente, pela historiografia inglesa para justificar o 'atraso' do estabelecimento da *E. I. C.* em Cantão. [129]

Sendo a viagem de Weddell a primeira visita totalmente inglesa ao enclave, é curioso o facto de este, à semelhança do capitão da *London*, ter discutido com os mandarins a possibilidade de lhes pagar um foro anual do chão, como fazem os portugueses, e dividir Macau com estes últimos. [130] A vontade inglesa de conseguir na China uma posição e um estabelecimento semelhantes aos dos seus velhos aliados europeus é, desde logo, clara, vindo esse desígnio a tornar-se realidade apenas depois da Guerra do Ópio, com a fundação de Hong Kong (1841).

Em 6 de Setembro, Weddell escreve à cidade, protestando as «enfadonhíssimas» cartas que daí recebe «cheias de ameaças» e pelas quais é levado a pensar que os ingleses nada mais são aos olhos da mesma que «desprezíveis e de nenhuma estima», continuando a afirmar que, de uma forma ou de outra, conseguirá impor-se no comércio da China, pois, e de acordo com os próprios portugueses, Macau «[…] não é […] senão de el rei da China […]», bastando também a autorização do rei de Portugal para que tal aconteça. [131]

Cantão durante a estada de alguns elementos da frota nessa cidade e a cortesia com que os portugueses tratam os súbditos de Carlos I [I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 41, fls. 220-227 (também repetida em *ibidem*, liv. 43, fls. 276-285)], da qual envia cópia ao vice-rei da Índia que, por sua vez, a remete para o rei de Portugal (cf. *ibidem*, liv. 41, fl. 21).

126 *Ibidem*, liv. 43, fl. 268; também copiado no fl. 259v. Sobre o receio da edilidade macaense em torno da presença da frota de Weddell, veja-se Maria Manuel Sobral Blanco, *op. cit.*, vol. 1, pp. 549-553.

127 Cf. Peter Mundy, *op. cit.*, vol. 3, p. 212.

128 I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 41, fls. 213-213v; também copiado no liv. 43, fls. 264-264v.

129 Vejam-se, por exemplo, a obra do segundo governador de Hong Kong (1844-1848), *Sir* John Francis Davis, *The Chinese*, vol. 1, 1836, p. 49; A. J. Sargent, *Anglo-Chinese Commerce and Diplomacy*, 1907, pp. 4-5; W. E. Soothill, *China and England*, 1928, pp. 4-7; Earl H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations*, pp. 54-55 e *Sir* William Foster, *England's Quest*, pp. 324-335. Para um estudo sobre referências aos portugueses no Oriente na historiografia inglesa, veja-se P. J. Marshall, «The Portuguese in Asia in British Historiography», *Portuguese Studies*, vol. 20, n.º 1, Setembro de 2004, pp. 38-46.

130 Cf. Peter Mundy, *op. cit.*, vol. 3, pp. 282-284.

131 I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 43, fl. 260v; também copiada no fl. 269.

De facto, em 7 de Setembro, a cidade afirma, de novo, em carta a Weddell: «[…] não estamos em terra de nosso Rei nem ganhamos sítio desta cidade em guerra justa, senão a temos por benevolência de el Rei da China, e posto que dele dependemos não só em coisa e material graves mas nas mínimas do nosso governo […] sustentação de cada dia.» [132] A missiva descreve ainda o controlo e a pressão exercidos pelos mandarins no território quando da chegada da frota inglesa, recordando o «muito trabalho e perda» que os portugueses passaram anteriormente devido à visita da *London*, independentemente de esta transportar um feitor português, [133] situação agora repetida, mas de forma bem mais grave, face ao facto de a frota chegar sem ordens do rei de Portugal e do vice-rei da Índia. A administração da cidade teme ainda que as repercussões de todos os crimes cometidos pelos ingleses venham a cair sobre si, desequilibrando o comércio «que há mais de noventa anos est[á] sustentando» [134] com os chineses, o que será contrário aos princípios das pazes celebradas entre a Inglaterra e Portugal, que visam con/servar os bens e interesses de ambos os países.

A edilidade local reúne-se mais tarde, em 10 de Outubro de 1637, para responder à petição em que Weddell [135] pede para negociar com os «chinas» e comercializar de forma a recuperar os gastos da viagem e resolve permitir-lhe que o faça, pois os pedidos são «[…] de pouca importância […]» e as mercadorias transaccionadas não prejudicam os mercadores da «terra», evitando, assim, que a frota ataque os barcos que regressam carregados do Japão, vitais para a economia local. [136] Outra carta da cidade para o monarca inglês, datada de 24 de Dezembro de 1637, informa Carlos I dos motivos e interesses que haviam levado os portugueses a apoiar a frota de Weddell a iniciar relações comerciais na China, criticando a acção dos restantes enviados ingleses que, ao contrário deste, são desacreditados e acusados de esbanjar sem pudor o dinheiro do rei inglês. Macau assiste os membros da tripulação como «amigos verdadeiros», embora, sendo estes comerciantes, não possa recebê-los ou permitir o estabelecimento de uma feitoria, não por falta de vontade ou de amizade, mas devido a cinco razões longamente expostas que já haviam sido apresentadas, por escrito, a John Weddell:

1) evitar «averiguações» e problemas semelhantes aos que surgiram, em 1635, quando da viagem do *London*, uma vez que os portugueses tiveram de pagar aos chineses, na feira anual de Cantão, muitos milhares de patacas, sendo ameaçados de expulsão de Macau, como traidores, pois os naturais acreditam que os ingleses, tendo olhos

---

[132] *Ibidem*, fl. 267v; também copiada no fl. 259.

[133] *Idem*, *ibidem*, fls. 267v-268; também copiada no fl. 259v.

[134] *Idem*, *ibidem*, fl. 268; também copiada no fl. 260. Argumento referido por Peter Mundy, *op. cit.*, vol. 3, pp. 222-223.

[135] *Vide* tradução da petição (29-09-1637): I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv.41, fl. 212; também copiada no liv. 43, fls. 263v.

[136] *Ibidem*, liv. 41, fls. 213-213v.

azuis, lhes trariam «agouro», podendo invadir o país. Se o pequeno *London* causara tantos problemas, quatro barcos «tão grandes» causariam muitos mais; [137]

2) o comércio entre a Inglaterra e a China «[…] seria a total destruição desta cidade […]» e tal não poderia ser feito sob o nome da amizade luso-inglesa, pois Macau vive do trato com o Japão, Manila e a Índia, e se os chineses o transferissem para as mãos dos ingleses seria o fim da mesma. O acordo de «paz e amizade» [138] anglo-português não foi assinado por nenhuma das partes para destruir, mas sim conservar, os domínios portugueses. Assim, a frota de Weddell pode vender vinho e têxteis apenas aos portugueses, pois estas mercadorias não são procurados pelos chineses; [139]

3) os portugueses não se encontram em terra própria ou conquistada, como é o caso das fortalezas da Índia, onde estes detêm poder e os ingleses são bem recebidos. Macau, embora governada em nome do rei português, encontra-se situada na terra do imperador que autorizara o estabelecimento dos portugueses por favor, vivendo estes apenas dos víveres que os chineses lhes vendem e que, caso lhes sejam negados, levarão a cidade à ruína. Os portugueses estão igualmente proibidos de comercializar com estrangeiros (prática que também não agrada a Macau), daí que os ingleses não devam culpar as autoridades do enclave, mas sim as restrições que lhe são impostas pelo mandarinato, a quem estas se encontram sujeitas;

4) a frota de quatro barcos assusta os chineses, levando-os a temer o aumento do número de embarcações estrangeiras, sendo também impossível aos portugueses fornecer tanta «carga em segredo» a Weddell sem o conhecimento «público» dos mandarins; [140]

5) os chineses não admitem que outras nações se dediquem ao trato em Macau, inclusive os espanhóis de Manila. Assim sendo, nem o rei de Portugal, nem Carlos I podem decidir que «[…] outras nações […]» venham «[…] pôr em perigo esta praça […]» e destruir o comércio dos portugueses aí estabelecidos. [141]

---

[137] *Ibidem*, liv. 43, fls. 267v-268.
[138] *Ibidem*, liv. 41, fl. 220.
[139] *Ibidem*, fls. 220v-221.
[140] *Ibidem*, fl. 221.
[141] Cf. *idem*, *ibidem*, fl. 221v. Nos restantes doze fólios do documento (fls. 222-227v) são resumidos os conselhos dados aos ingleses e os acontecimentos que constituem este episódio, do ponto de vista dos portugueses, que se desculpam dos males provocados pela tripulação de Weddell junto dos «mandarinzinhos» ao subirem a Cantão, culpando o «feitor Natanael Monteny» por este se afastar da justa diplomacia de Weddell (fl. 227). De Macau, sobem inclusive cinco portugueses, em Outubro, para libertar os comerciantes ingleses presos em Cantão (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 41, fls. 238-241v).

O governador apela ao rei inglês para que preserve o bem-estar do enclave que tudo fará para auxiliar os seus súbditos, desde que tal não coloque em perigo a sua própria situação, podendo a tripulação inglesa do *London* corroborar essas afirmações. De acordo com os portugueses, a autorização para o comércio inglês no Sul da China não depende deles, mas dos chineses «traiçoeiros» que, mesmo afirmando que os súbditos de Carlos I são bem-vindos, tudo farão para os extorquir e afastar posteriormente, pois os próprios habitantes de Macau são alvo de enganos e referem frequentemente que ajudam os ingleses na condição de eles partirem do Sul da China, para não voltarem a ameaçar a estabilidade e o trato da cidade com a China e o Japão, bem como as suas relações com as autoridades mandarínicas.[142] A carta sintetiza ainda todo o apoio que Macau concede à frota inglesa e as armadilhas dos chineses. Os portugueses sentem-se ofendidos sobretudo por Nathaniel Mounteney e auto definem-se como mediadores entre os ingleses e a administração mandarínica, não podendo dar liberdade aos primeiros para se movimentarem em Macau, acusando-os de agir ingratamente e de má-fé. O episódio do *London* é referido inúmeras vezes, relembrando a Carlos I que a cidade age com base na experiência que tivera anteriormente e não para quebrar o pacto de paz entre as duas nações europeias.

A frota de Weddell abandona Macau, em 27 de Dezembro de 1637,[143] após um prolongado *tour de force* com as autoridades portuguesas e o mandarinato cantonense[144] que deixa bem clara a intenção dos mercadores londrinos, dando início a um processo de aproximação e de estabelecimento gradual dos interesses ingleses no circuito Macau-Cantão, que se acentuará a partir do início do século XVIII.

A estratégia defensiva do enclave continua e vários homens casados, entre os quais o vereador Domingos Dias Espichel, assinam ainda, em 30 de Dezembro desse ano, uma carta para o vice-rei da Índia que intitulam «Razões que brevemente se dão acerca de quanto prejuízo será virem os ingleses a Macau» e na qual apresentam os motivos pelos quais não deve ser permitida a entrada dos ingleses na China, pois estes facilmente poderão gerar entre os chineses «[…] desconfiança e suspeitas que seja a total ruína e perdição desta Cidade […]»,[145] bem como do comércio com o Japão:

> Se os ingleses debaixo de pazes, e amizade continuassem [a] enviar a Macau, e nela por conveniências, se lhe dê trato ainda que limitado fica exposta esta cidade e todo o estado da Índia a grandes males, como são com

---

[142] Cf. *ibidem*, fl. 220.

[143] Contrariamente ao pregão publicado pelo capitão-geral, Domingos da Câmara, nas embarcações inglesas viajam diversos religiosos e moradores «falsos e traidores» da cidade, o que acaba também por ser nefasto para o Estado da Índia, uma vez que estes transportam escondidas fazendas que não pagam direitos alfandegários (*ibidem*, fls. 193v-194v).

[144] Veja-se *ibidem*, liv. 43, fl. 265 e a descrição da viagem em B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fls. 30-58.

[145] I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 43, fl. 267v.

> a prata que trouxerem alterarem as fazendas de modo que o que hoje se compra por dois, não se achará amanhã por quatro, e até os moradores e assim vassalos de Vossa Majestade que aqui vêm comerciar as não poderão levar […]. Se os ingleses tiverem o trato seguro entre nós, fica a Índia perdida, e eles senhores dela, e a razão está clara, porque levando eles estas fazendas que nós antigamente levávamos, que agora não podemos por impedimento dos estreitos,[146] com elas terão os ingleses entrada em todo[s] os Reinos da Índia com que serão bem recebidos […] fazendo pouco caso da nossa amizade.[147]

Após a partida de Weddell, os mandarins exigem aos portugueses que paguem, mais uma vez, uma multa de 80 000 taéis,[148] alterando-se assim as relações entre Macau e as autoridades chinesas com a chegada dos ingleses ao Sul da China. Mais tarde, a cidade, devido à sua estratégica localização geográfica, murada numa península vulnerável e fácil de controlar pelo mandarinato cantonense, e que, desde o estabelecimento dos lusos, passara a constituir um novo tipo de 'problema' para a China,[149] é escolhida pelo imperador como entreposto de todos os estrangeiros que comercializam no império, aí mais facilmente controláveis[150] e mantidos fora da «ley [chinesa]».[151] Se bem que a frota de Weddell entra na China sem autorização imperial,[152] alguns dos problemas que a tripulação da primeira viagem entre a Inglaterra e Macau enfrenta são enumerados por Earl H. Pritchard na lista de factores que dificultam, desde o início, as relações anglo-sínicas em Cantão: as diferenças ou choques culturais que geram conflitos entre as

---

[146] Referência ao bloqueio holandês.

[147] *Idem*, *ibidem*, fls. 267-267v; também copiado no liv. 41, fls. 231-231v. O vice-rei da Índia escreve igualmente ao rei de Portugal (08-08-1638), informando-o da presença da frota em Macau que os chineses tentaram queimar e da ameaça de ruína que o início do comércio inglês representa para a cidade, do qual esta «se soube […] livrar» (*ibidem*, fls. 18v-19v), voltando a referir, numa outra missiva, com a mesma data, os danos que as navegações inglesas juntaram aos já causados pelos holandeses, podendo a rivalidade aumentar o preço das mercadorias (*ibidem*, fls. 20v-21). Veja-se ainda *ibidem*, liv. 43, fls. 37-38 e 41-41v.

[148] Consulte-se *ibidem*, fl. 264v.

[149] Cf. Jonathan D. Spence, *The Search for Modern China*, 1990, p. 19.

[150] Para um estudo de Macau como «pré-porto» de Cantão, veja-se Jorge Manuel Flores, «Macau e o Comércio da Baía de Cantão (Séculos XVI e XVII)», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz (dir.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente: Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, 1993, pp. 21-48.

[151] Cf. «A primeira pedra quebrada» [1790], in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749-1847)*, vol. 1, doc. n.º 130, p. 278. Os estrangeiros devem ser mantidos o mais longe possível da civilização chinesa, daí a importância de Macau para o mandarinato.

[152] Em 25 de Julho de 1637, William Methwold, em carta ao vice-rei de Goa, concorda que Weddell desacredita a nação inglesa e a *E. I. C.* na China e pede que lhe seja pago o fretamento do *London* feito há dois anos atrás e oferece os serviços deste mesmo barco para futuras viagens, sem o perigo de ataques holandeses [*Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1637-1641*, pp. 24-25].

opiniões e atitudes dos dois povos; a organização política, a religião, a administração, a justiça e a organização comercial chinesas, bem como a intolerância de ambas as partes.[153] Conflitos e áreas sensíveis que permanecerão latentes até à Guerra do Ópio, período ao longo do qual as autoridades portuguesas adoptam forçosa e estrategicamente uma política relativamente neutral que procura sobretudo agradar aos senhores da terra, de quem depende o seu bem estar e a sua permanência no delta do rio das Pérolas.

2.2. *O início das viagens esporádicas a Macau e as estratégias diplomáticas da E. I. C. na segunda metade do século XVII*

> As fazendas de Macau consistem no mar, e toda a cidade disto vive, não há outros bens estáveis mais que o vento e mares trazem, faltando estes falta tudo.
>
> PADRE LUÍS DA GAMA (15-12-1664), B. A., cód. 49-IV-56, fl. 204.

A tomada de Ormuz (1622) é o primeiro golpe dos rivais norte-europeus ao Estado da Índia, seguindo-se, a partir de 1640, uma série de acontecimentos que enfraquecem a presença portuguesa no Extremo Oriente: a expulsão do Japão e o desfecho negativo da embaixada que Macau aí envia nesse ano; o divórcio oficial entre Macau e Manila em 1644, após o fim da União Ibérica, e a tomada de Malaca pelos holandeses (1641), que afasta o enclave dos mercados indianos e dos centros de decisão em Goa e Lisboa, continuando a *V. O. C.* a prejudicar os interesses portugueses no Canará (1652-1654), em Ceilão (1656) e no Malabar (1658-1663). A Cidade do Santo Nome de Deus enfrenta, para além do ruinoso fim do comércio da nau da trato, a crise que se surge com a implantação da dinastia Qing (1644) e que se acentua em Cantão nas décadas de cinquenta e sessenta do século XVII,[154] encontrando-se os portugueses cientes do impacto que a concorrência europeia terá no giro essencial para a sobrevivência do enclave, como demonstra a citação que serve de epígrafe a este subcapítulo.[155] Daí que, perante esta conjuntura, os mercadores da cidade busquem novos mercados no Sueste asiático, nomeadamente em Macaçar; Camboja; Ton-quim; Conchichina; Batávia, entre outros portos alternativos.[156] Ao longo do século XVIII, o

---

[153] Earl H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations*, pp. 16-41.

[154] Durante a guerra na província de Guangdong, em 1650, para além da ausência da seda que Macau se habituara a exportar, a cidade enfrenta uma grave crise alimentar devido à falta de arroz, sendo registada a morte de quarenta mil pessoas (cf. Jorge Manuel Flores, «Macau: No Fio da Navalha», p. 217).

[155] Sobre este período conturbado da história de Macau vejam-se António da Silva Rego, «Macau entre Duas Crises (1640-1688)», *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. 24, n.º 2, 1977, pp. 307-334 e John E. Wills Jr., *Embassies and Illusions. Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hsi, 1666-1687*, 1984, pp. 83-101.

[156] Veja-se Jorge Manuel Flores, «Macau: No Fio da Navalha», pp. 223-230.

comércio e a economia de Macau sofrem com a concorrência estrangeira em Cantão, pois o aumento da procura de produtos chineses sobe o preço dos mesmos, enquanto o maior afluxo de mercadorias importadas de outros portos asiáticos baixa o seu valor, diminuindo, assim, a margem de lucro dos mercadores portugueses.

A *E. I. C.*, inicialmente de forma esporádica e fruto de decisões locais dos seus feitores no Oriente, tenta entrar no Império do Meio, sobretudo através da Macau portuguesa, «[…] the first land of China […]». [157] De acordo com A. J. Sargent, durante os cinquenta anos após a visita de Weddell, a Companhia faz várias tentativas para estabelecer comércio em Cantão, mas sem resultados devido à competição e aos obstáculos criados pelos portugueses, [158] argumento apresentado também por W. E. Soothill, Earl H. Pritchard e *Sir* William Foster, [159] que sumariam a presença de barcos ingleses no Sul da China e os obstáculos criados pelos portugueses. D. K. Bassett [160] reinterpreta as conclusões de Eames, Sargent e Pritchard relativamente à ausência de tentativas para o estabelecimento de contactos comerciais sistemáticos da *E. I. C.* com a China depois do massacre de Amboina, juntando, aos factores previamente apresentados, a competição luso-holandesa e a falta de uma feitoria inglesa a leste da Índia, bem como a inactividade e o desinteresse da Companhia pelo trato com Cantão, enquanto desenvolve uma actividade cada vez mais intensa nas feitorias de Java, Sumatra [161] e do Bornéu. De acordo com Bassett, as primeiras viagens inglesas a Macau e a Manila, entre 1635 e 1644, devem-se às oportunidades que os oficiais da Companhia aproveitam perante as dificuldades que os mercadores ibéricos enfrentam, face ao bloqueio holandês, tentativas isoladas que não espelham o *modus operandi* da *E. I. C.* delineado em Londres. [162] De facto, a feitoria de

---

[157] Expressão que designa Macau, no prefácio inglês do relato da viagem efectuada, em 1695, pelo viajante italiano John Francis Gemelli Careri, *A Voyage Round the World in Six Parts*, traduzido anonimamente do italiano para inglês, in *Collection of Voyages and Travels, Some Now First Printed from Original Manuscripts, Other Now First Published in English – With a General Preface, Giving an Account of the Progress of Trade and Navigation, from its First Beginning*, vol. 4, 1752 [1726], p. iv.

[158] A. J. Sargent, *Anglo-Chinese Commerce*, pp. 4-5.

[159] W. E. Soothill, *China and England*, 1928, pp. 4-7; Earl H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations*, pp. 54-55 e *Sir* William Foster, *England's Quest for Eastern Trade*, pp. 324-335. Este último autor refere, na página 330, o desespero da tripulação do *Surat Merchant* que, deslocando-se a Macau, em 1664, regressa a Bantem sem ter comercializado com chineses. D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», p. 217, afirma que, devido à inexistência de documentação, quase nada se sabe sobre a política seguida por Londres, antes de 1653, e que, portanto, Pritchard (*Anglo-Chinese Relations*, pp. 54-55) não pode ter chegado a resultados conclusivos, pois, mesmo durante os dezassete anos após 1653, apenas encontramos os oficiais da *E. I. C.* no Camboja e no Sião.

[160] D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», p. 213, n. 1 e pp. 214-218.

[161] Sobre a feitoria e comércio ingleses em Sumatra (1615-1825), veja-se B. L. – O. I. O. C., G/35.

[162] D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», pp. 213-214 e 222. Veja-se também J. H. Parry, *Trade & Dominion: The European Oversea Empires in the Eighteenth Century*, 2000, p. 82.

Surrate considera de toda utilidade a construção de mais duas embarcações devido aos benefícios comerciais que a Convenção de Goa origina nos portos portugueses [163] e, em Fevereiro de 1639, o vedor da Fazenda de Goa assina um contrato com Andrew Cogan e John Wylde para mais uma viagem a Macau, podendo estes últimos investir algum capital no comércio da cidade, onde apenas os mercadores poderão ir a terra. [164] Dois anos mais tarde, a feitoria de Bantem informa Surrate que frotas holandesas rodeiam os portugueses em Goa e Macau, dificultando-lhes os movimentos e o trato, concluindo: «[…] the pore Portugall is like to rue it on every side this yeare.» [165]

Em 1657-1658, os directores da Companhia projectam, embora por pouco tempo, o estabelecimento de uma feitoria em Cantão, ideia talvez abandonada devido à guerra com a Holanda. [166] O estabelecimento de contactos e feitorias na Ásia é também uma questão de preferências regionais e não apenas de falta de capital para investir e mesmo que os primeiros empreendimentos não representem um esforço veemente por parte da instituição para estabelecer relações comerciais com a China, constituem o início das relações anglo-portuguesas em Macau, [167] indicando tendências, interesses e padrões de interacção rival entre mercadores de ambos os países que, de acordo com o rei de Portugal, em carta ao vice-rei da Índia (18-03-1640), e referindo a visita de Weddell, é necessário conciliar através de «destrezas» e dissimulação, «[…] por que os termos a que estão reduzidos as couzas geraes obrigão a concertar a paz com Inglaterra.» [168]

Em Janeiro de 1643, Edward Knipe, desde Surrate, numa carta para a *E. I. C.*, [169] descreve a ausência de trato entre Macau e a Índia nos últimos três anos, devido ao bloqueio holandês, encontrando-se estas duas áreas portuguesas necessitadas das mercadorias, aconselhando Londres a aproveitar a oportunidade através do envio de mais barcos, pois os portugueses e os holandeses encontram-se em guerra, podendo os ingleses navegar facilmente pelos mares orientais.

O início dos cerca de dez anos de paz entre portugueses e holandeses no Oriente (1645-1652) torna os portugueses independentes das embarcações inglesas, mas Macau, 'abandonada' pelo poder central, sofre as consequên-

---

[163] *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, 1911, p. 103.

[164] *Idem* (ed.), *The English Factories in India 1637-1641*, pp. 131-132.

[165] *Idem*, *ibidem*, p. 303.

[166] Cf. D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», pp. 218-219.

[167] Vejam-se as cartas do vice-rei da Índia, D. João da Silva Telo de Meneses, para Carlos I (I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 50, fl. 120) e para o embaixador português em Londres, António de Souza Macedo, em 18 de Dezembro de 1643, referindo a cooperação do Estado da Índia com as embarcações inglesas após a Convenção de Goa, em detrimento dos holandeses, enfatizando que «as capitulações de pazes […] as tréguas que tem connosco praticadas em tempo do conde de Linhares se observam com pontualidade» (*idem*, *ibidem*, fls. 120-122).

[168] *A. M.*, 3.ª série, vol. 2, n.º 2, 1964, p. 129.

[169] B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 61.

cias das guerras provocadas pela invasão manchu, na zona de Cantão.[170] Em carta ao vice-rei, em Fevereiro de 1645, D. João IV ordena a Goa que dificulte o espaço de manobra às embarcações inglesas,[171] dada a facilidade com que estas já se movimentam nos portos do Estado da Índia, estratégia que se desenvolve sobretudo durante o governo do vice-rei Filipe de Mascarenhas[172] até ao Tratado de Westminster (10-06-1654), a partir do qual o comércio inglês nos portos portugueses na Ásia é de novo facilitado. Os interesses de Macau são, assim, defendidos de forma subtil para não interferirem nas estratégias diplomáticas e nos interesses do reino recém-separado da Coroa espanhola e de quem a Inglaterra é uma estratégica aliada, prioridades distantes dos interesses dos portugueses que residem e negociam na China meridional.

Relativamente à segunda viagem (luso)inglesa a Macau, em 7 de Agosto de 1644, o *Hind*[173] é enviado pelo Conselho inglês de Surrate, de novo sem conhecimento dos directores londrinos,[174] não sendo, como afirmam alguns autores,[175] o primeiro barco inteiramente ao serviço da *E. I. C.* a atracar no enclave, tendo, no entanto, também como objectivo levar a cabo, após a licença do vice-rei de Goa,[176] mais uma tentativa comercial inglesa na China. O conde de Aveiras passa, em Março de 1644, um alvará à embarcação «Hide», após resolução do Conselho de Fazenda, para que esta transporte de Macau todo o cobre excedentário,[177] dando a «Jerónimo Blacman», capitão

---

[170] Cf. Marcus P. M. Vink, *op. cit.*, pp. 294-296, 298. Sobre a China Manchu, veja-se Willard J. Peterson (ed.), *The Cambridge History of China*, vol. 9, parte 1: *The Ch'ing Empire to 1800*, 2002, *passim*.

[171] Cf. A. H. U., *Cartas Régias*, n.º 208, fls. 46 e 104 (in Maria Manuela Blanco, *op. cit.*, vol. 1, p. 544).

[172] Cf. *idem*, *ibidem*. Veja-se também Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios sobre História de Portugal II*, 1978, p. 417.

[173] *Vide ibidem*, fls. 62-65.

[174] A chegada de três barcos da *E. I. C.*, o *William* (pertença da Associação de Courteen, partido de Swalli), o *Seahorse* e o *Hind*, a Macau, em 1644, desagrada aos holandeses, que vêem os ingleses ganhar cada vez mais poder e espaço de manobra no Oriente (cf. Marcus P. M. Vink, *op. cit.*, pp. 294). Este autor (p. 301) afirma que os chineses cortam o fornecimento de víveres ao enclave como represália da chegada do *William*, pedindo o governador ao vice-rei de Goa que não permita aos barcos ingleses seguirem para a China. Sobre o percurso da viagem e o contacto que a tripulação do *Hind* tem com «*Mr*. Blackman», capitão do *William* em Macau, veja-se *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1642-1645: A Calendar of Documents in the India Office, Westminter*, 1913, p. 180. Relativamente às suspeitas da *E. I. C.* sobre a possibilidade de o capitão Blackman, *interloper* da *Courteen Association*, prestar serviços aos portugueses, entre Goa e Macau, em detrimento dos interesses da Companhia, veja-se *idem*, *ibidem*, pp. 216-217.

[175] Kingsley Bolton, *op. cit.*, p. 146.

[176] Cf., *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1642-1645*, p. 212.

[177] Cf. alvará e duas ordens do vice-rei, Conde de Aveiras, ao capitão do «Hide» (09-04--1644: Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Arquivo Histórico de Goa, *Livro dos Segredos*, n.º 1, fls. 66-66v e 71-72v]. Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, vol. 1, p. 585 , n. 419, afirma, com base em documentação do Arquivo Histórico de Goa [*Reg. e Inst.*, 4, «Instrução que se deu a Guilherme Gorle capitão da nau Inglesa que vai à China», fl. 66 (05-05-1643)], que o *Hind* e

do «Guilherme» [*William*], instruções relativas à viagem que o pataxo fará ao enclave, em conformidade com as condições estabelecidas no antigo contrato do *London*.[178] A tripulação do *Hind*, inicialmente bem recebida, rapidamente se sente injuriada pelos chineses devido ao montante excessivo exigido após a medição do barco.[179] Francis Breton, presidente da feitoria de Surrate, descreve o estado em que Macau se encontra, comparativamente ao território para onde, cerca de dez anos antes, viajara o *London*. O que mais surpreende os sobrecargas do *Hind* é a pobreza que assola a cidade, como refere a carta enviada para Londres:

> But that which rendered the voyage much less proffitable then it might have proved is the extreme poverty of the place, not appearing the same it was at the Londons being there; rendered soe by the loss of theire former trades to Japon and the Manilies […]. And now lately (which makes them more miserable) China is wholly imbroyled in warrs. […] which disturbances, with the Portugalls poverty, have left Macchaw destitute of all sorts of comodities, there not being to be bought in the city either silkes raw or wrought, China rootes (other then what were old and rotten), nor indeed anything but China ware, which is the bulke of the Hinds lading, the rest being brought in gold. Nor could anything at all, dureing the shipps stay there, be procured from Cantam.[180]

O *London* e a frota de Weddell visitam Macau ainda no seu tempo áureo, antes do final do comércio com o Japão, enquanto as embarcações seguintes chegam a uma cidade a viver no «fio da navalha».[181] O estado decadente do território deve-se ao fim do trato com Nagasáqui e à fome que assola a população em 1648,[182] conjuntura que também não é propícia para o início do comércio inglês em Cantão. Nas décadas de quarenta a sessenta, os Manchus invadem o Sul da China, gerando desordem,[183] vendo-se a cidade forçada a lutar pela sua sobrevivência agora que se encontra também oficialmente 'divorciada' de Manila, após o final da monarquia dual.[184]

---

o *William* vão, em 1644, a Macau, por conta da coroa portuguesa, para carregar munições e pólvora a troco de canela.

[178] *Vide* as instruções dadas pelo vice-rei a Blackman (31-03-1644: Filmoteca Ultramarina Portuguesa, Arquivo Histórico de Goa, *Livro dos Segredos*, n.º 1, fl. 679).

[179] Cf. *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1642-1645*, p. 250.

[180] *Idem*, *ibidem*, pp. 250-251. Em 1695, John Francis Gemelli Careri, *op. cit.*, pp. 275, 393, descreve a dependência alimentar da cidade relativamente à China, a pobreza da mesma e a dependência dos seus habitantes das «incertezas do mar» (*idem*, *ibidem*, p. 275; tradução nossa).

[181] Jorge Manuel Flores, «3. Macau: No Fio da Navalha, pp. 215-236.

[182] *Vide idem*, *ibidem*, pp. 215-217, para uma descrição dos efeitos destes factores na população de Macau.

[183] A conquista Manchu, ou seja, o início da dinastia Qing (1644), e a tomada definitiva de Cantão (1650) são referidas por Earl H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations*, p. 57, como entraves ao desenvolvimento do comércio inglês na China.

[184] Cf. John E. Wills Jr., «The Survival of Macao, 1640-1729», in Jorge M. dos Santos Alves (coord.), *Portugal e a China: Conferências do II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*, 1999, pp. 111-124. Este mesmo estado de desordem e a pirataria

Em Londres, a reacção dos directores da Companhia, ao tomarem conhecimento da viagem do *Hind*, é ainda mais adversa do que quando da expedição do *London*, vendo-se o presidente Breton forçado a justificar-se, em 1646, ao abandonar o projecto de estabelecer negócios da *E. I. C.* em Macau, com o facto de ter agido desta forma para tirar partido do período de relativa paz entre holandeses e portugueses, [185] comparando a sua iniciativa à de Methwold, quando da viagem do *London*:

> We must confesse it was a bould attempt of us to dispose of your shipping unto such remote parts as Maccaw and the Manielies without your especiall license, which we would willinggly have attended and gladly have enjoyed for our warrant, but that delaies therin would have been dangerous, especially in that to Maccaw, the Dutch and Portugals being then upon a traety of peace, which once concluded, we well knew that the Vice Roy (when the trade should be open to the Portugals themselves) could not dispense with ours or any other strangers voiaging thither; which induced us to lay hold of the present opportunity, so fairly offered; whereunto we were encouraged by the confidence we had that a voiage thither for your propper accompt could not prove less advantagious then did the Londons fraighting voiage, wherwith you were yet well pleased. […] The ship returned in safety […] we doubt not but to render a satisfactory accompt therof. In the interim, you may please to take notice that we never expected a continued trade thither, nor were licensed for more then that voiage, which had we not then embraced, coul not now be procured. [186]

Apesar da Convenção de Goa, os conflitos entre ingleses e portugueses continuam a fazer-se sentir no Oceano Índico, queixando-se a Companhia inglesa, em Fevereiro de 1647, de «inúmeros assaltos, danos e injúrias» [187]

---

nos mares do Sul da China, são conhecidos dos ingleses que evitam esses mares (cf. Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 32-33).

[185] Sobre as tréguas luso-holandesas e os «tempos de paz» no Oriente, a partir de 10 de Novembro de 1644, veja-se Maria Manuela Sobral Blanco, *op. cit.*, vol. 1, pp. 631-659.

[186] *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India*: *1646-1650*, 1914, pp. 8-9. De acordo com Earl H. Pritchard, *Britain and the China Trade*, p. 113, durante as tentativas do *Hind* (1644) e do *Surat* (1664) de estabelecerem relações comerciais com a China, através de Macau, encontram-se cinco barcos de *interlopers* ingleses no enclave.

[187] Ethel Bruce Sainsbury e William Foster (eds.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1644-1649*, 1912, p. 188; tradução nossa. Em 28 de Outubro de 1649, a Companhia volta a queixar-se, em tons patrióticos, ao Conselho de Estado inglês da violenta inimizade dos portugueses no Oriente, resumindo o confronto marítimo anglo-português desde 1602: «They [*E. I. C.*] were opposed by the Portuguese, who 'pretended the sole title to that navigation, as well by discovery as donation'. […] By the blessing of God, they not only made good their commerce in their several residences, but came off victorious in several signal fights against their determined enemies, the Portuguese, notwithstanding the incredible advantages possessed by the latter both in men and ships. After thirty years of hostility the Portuguese, finding by dear-bought experience that they could not prevail, and wearing of war, proposed peace, which was accepted and agreed upon in the year 1635»(*idem*, *ibidem*, p. 365). O documento critica os *interlopers* ingleses, como *Sir* William Courteen, que invadem o território comercial da *E. I. C.*, fazendo-lhe concorrência em prol dos portugueses e afirma implicitamente que quando terminam os problemas provocados pelos rivais portugueses, surgem os

por parte do governo de Macau. Nesse mesmo mês, o Senado escreve ao rei de Portugal, advertindo-o dos perigos, face às autoridades chinesas, de Goa enviar embarcações estrangeiras à cidade, dando, mais uma vez, o exemplo das represálias sofridas quando da visita do *London*.[188] Nesse mesmo ano, D. João IV escreve ao vice-rei da Índia, referindo o enorme prejuízo causado pelo envio de duas naus inglesas[189] a Macau, em 1644, pelo vice-rei, conde de Aveiras, «pela muita repugnância de El Rei da China foi desta nação passar às suas terras», pedindo este último aos portugueses que não se enviem mais naus semelhantes àquela cidade.[190]

Em 1648, após as primeiras viagens esporádicas da Companhia a Macau, e sem quaisquer resultados, os directores da *E. I. C.* pedem a Bantem que os informe da possibilidade de realizar uma viagem ao Império do Meio com uma pequena embarcação, justificando-se o presidente Peniston negativamente com o facto de os piratas abundarem nos mares do Sul da China e de os portugueses da cidade empobrecida não respeitarem a Convenção de Goa:

> The experiment which you desire wee should make with one of our small vessels for trade into Chyna wee are certaynly informed, by those that knowe the present state and condition of that countrey very well, cannott be undertaken without the inevitable losse both of the ship, men and goods. […] And how one of our feeble vessells would bee able to defend themselves against such forces [pirates] is easie to bee supposed. As for the Portugalls in Maccaw, they are little better then meere rebells against their Vice Roye in Goa, having lately murthered their Captaine Generall sent thither to them;[191] and Maccaw itselfe soe distracted among themselves that they are daylie spilling one anothers blood. But put the case all these thinges were otherwise, wee must needs say wee are in a very poore condition to seeke out new discoveries […].[192]

A partir do destino das primeiras viagens da *E. I. C.* e do conteúdo desta resposta, podemos concluir que, antes das expedições inglesas a Amoy e à Formosa, viajar até à China significa atracar em Macau, tornando-se estes dois últimos topónimos sinónimos. Aliás, em 1731, Thomas Naish, no 'diário contabilístico' que envia aos directores de Londres, aconselha que todos os barcos que se dirigem para Amoy parem, durante a viagem, no enclave, ancorando na Taipa, para se defenderem dos tufões e serem reabaste-

---

independentes ingleses, com alvará de Carlos I, que em nada abonam a favor do desenvolvimento comercial da nação. As queixas sobre confrontos com o governo de Macau prolongam-se pelo século XVII, nomeadamente na década de sessenta (cf. B. L.-O. I. O. C., R/10/5, fl. 42).

188 Cf. A. H. U., *Macau*, cx. 1, anexo 2 do doc. n.º 48.

189 O *Hind* e o *William*.

190 I. A. N./T. T., *Livros das Monções*, liv. 57, fl. 99.

191 Referência ao assassinato do governador Diogo Coutinho Docem, pouco depois da sua tomada de posse, em 1646, caso único na história de Macau. Veja-se a carta do vice-rei da Índia ao rei de Portugal (06-12-1651) sobre a impossibilidade de castigar os assassinos (*ibidem*, liv. 61, fl. 105).

192 *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India*: *1646-1650*, p. 232.

cidos.[193] Mais uma vez, um sobrecarga que permanece na China atesta o valor estratégico da Cidade do Santo Nome de Deus para as viagens e para os interesses ingleses no Extremo Oriente.

Em meados de 1652, terminado o período de paz entre portugueses e holandeses, recomeçam os conflitos no estreito de Malaca, voltando os ingleses a ser olhados como forte aliados pelos portugueses contra a *V. O. C.*, aliança reforçada pelo início da primeira guerra anglo-holandesa, nesse mesmo ano. Os holandeses atacam agora barcos ingleses, prestando especial atenção aos que possam transportar mercadoria portuguesa entre Goa e Macau.[194]

Em 21 de Outubro de 1655, um ano após a assinatura do Tratado de Westminster, entre D. João IV e Oliver Cromwell,[195] que abre, ainda mais, os portos orientais portugueses aos navios ingleses,[196] à excepção de Macau,[197] o vice-rei da Índia, D. Rodrigo Lobo da Silveira, refere no seu diário o já habitual tráfego marítimo inglês em Goa; os rituais cumpridos pelas embarcações estrangeiras e o desrespeito para com as exigências das autoridades portuguesas,[198] bem como as notícias e cartas transportadas por uma embarcação inglesa, desde Portugal, afirmando que o capitão ouvira em Inglaterra que «[…] passarão nesta monção a este Estado dezasseis naos olan-

---

[193] Cf. B. L. – O. I. O. C., G/12/32, fl. 15.

[194] Marcus P. M. Vink, *op. cit.*, pp. 299-304.

[195] Vejam-se os «Artigos Preliminares do Tratado de Paz, entre El-Rei o Senhor Dom João IV e Cromwell, Protector de Inglaterra, Assignado em Westminster, a 29 de Dezembro de 1652; Ratificado por parte de Portugal, em 9 de Junho de 1656, e pela de Inglaterra, em 29 de Fevereiro de 1655», que defendem a liberdade dos barcos ingleses em Portugal (sobretudo artigos 1 e 2, 5, 6) e o «Tratado de Paz e Alliança entre El-Rei o Senhor D. João IV, e Cromwell, Protector da Inglaterra, Assignado em Westminster a 10 de Julho de 1654, e ratificado por parte de Portugal em 9 de Junho de 1656, e pela de Inglaterra em 29 de Fevereiro de 1655», in José Ferreira Borges de Castro (org.), *op. cit.*, pp. 162-167 e 168-203; respectivamente. Veja-se sobretudo o artigo 1, ordenando a «boa, verdadeira e firme Pás» (*idem*, *ibidem*, p. 169) entre ambos os reinos e os seus domínios e os artigos 2 e 3, 4 e 9, que pautam a livre circulação e o comércio, por mar e terra, em todos os domínios portugueses e ingleses. Com o tratado de 20 de Julho de 1654, Cromwell consegue mais benefícios de navegação e comércio para a Inglaterra no ultramar português, para além dos já conseguidos por Carlos I, no Tratado de 1642. *Vide* Cunha Leal, *Portugal e a Inglaterra*, 1932, p. 176.

[196] Portugal, em guerra com Espanha, assina o Tratado de Paz e Aliança com a Inglaterra, em Westminster (10-06-1654), ratificado por Carlos II, cujos vinte e oito artigos favorecem sobretudo o comércio inglês. Os directores da *E. I. C.* esperam que Cromwell consiga obter, através do tratado diplomático, Bombaim ou Baçaim [cf. António Álvaro Dória, *s.v.* «Inglaterra, relações com», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, 1992, p. 323; Shaafat Ahmad Khan, «The Anglo-Portuguese Negotiations Relating to Bombay, 1660-1667», *Journal of Indian History*, vol. 1, 1921-1922, pp. 429-430 e D. K. Bassett, «Early English Trade and Settlement», pp. 99-100].

[197] Cf. Holden Furber, *op. cit.*, p. 68. No entanto, em 16 de Janeiro de 1655, D. João IV envia uma ordem ao Conselho, referindo a conveniência da utilização de embarcações inglesas para transporte de mercadorias para a China (A. H. U., *Macau*, cx. 1, doc. n.º 66).

[198] Conde de Sarzedas, *Diário do Conde de Sarzedas, vice-rei do Estado da Índia (1655--1656)*, 2001, p. 123.

dezas [...]», [199] informação vital para a defesa dos territórios sob administração portuguesa e que provam a colaboração luso-inglesa no Oriente.

Em Novembro de 1658, o feitor de Batávia informa Londres que dois barcos de *interlopers* (comerciantes independentes ingleses), [200] o *King Ferdinand* e o *Richard & Martha*, regressam de Cantão sem carga [201] e partem sem pagar as taxas alfandegárias ou de tonelagem, pelo que as autoridades mandarínicas forçam Macau a pagar uma elevada multa, [202] à semelhança do que se passara vinte e três anos antes com o *London* e posteriormente com a frota de Weddell.

Ainda nesse ano, a Companhia projecta uma viagem à China, que nunca chega a concretizar-se, mas para a qual é pedida uma carta de recomendação ao embaixador português em Londres para ser entregue ao governador de Macau, [203] tornando-se, assim, a diplomacia uma das muitas estratégias utilizadas pela instituição, quer na Europa quer no Oriente, para empreender as viagens iniciais ao Império do Meio.

Em meados da década de 60, a nova dinastia chinesa, numa estratégia de consolidação do seu poder, adopta uma forte política de controlo marítimo e de evacuação do litoral, afastando possíveis rebeldes, enfraquecendo as populações costeiras e levando a uma forte diminuição da frota marítima de Macau, entre 1663 e 1667, pois as autoridades chinesas queimam e confiscam cerca de treze navios da cidade. [204] Em 1679, um édito imperial decreta a abertura do trato com Cantão e, em 1681 e em 1684, a actividade comercial do território e o comércio estrangeiro na China são de novo autorizados. Apesar da abertura do comércio estrangeiro, o imperador mantém medidas de defesa marítima, nomeadamente restrições ao número de navios autorizados a navegar e a criação de postos alfandegários que aumentam os rendimentos imperiais, nomeadamente em Macau, onde é criado o *hopu* (1684). Todos os navios de Macau passam a pagar taxas, de acordo com a sua dimensão, para «maior desgraça» da cidade. [205] A abertura do comércio

---

[199] *Idem*, *ibidem*, p. 132.

[200] Sobre a acção dos *interlopers* e o *country trade* (comércio interasiático efectuado sobretudo entre a Índia e a China), veja-se Anthony Wild, *op. cit.*, pp. 78-79.

[201] Cf. Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, p. 33.

[202] Cf. *idem*, *ibidem*. Padre Manuel Teixeira, *Macau no Séc. XVII*, 1981, p. 97, afirma que uma destas embarcações em Macau pede ao morador João Mendes que sirva de mediador entre ingleses e chineses, tendo os mandarins exigido ao português o pagamento de uma multa de 2 600 taéis, que a cidade acaba por pagar para este não ser preso.

[203] Cf. Ethel Bruce Sainsbury e William Foster (eds.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1655-1659*, 1916, p. xxvi. Veja-se ainda *idem*, *ibidem*, pp. 222-223, 294-296.

[204] Veja-se George B. Souza, «Commerce and Capital: Portuguese Maritime Losses in the South China Sea, 1600-1754», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente: Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, 1993, pp. 321-329.

[205] Informação do Senado para o rei (30-11-1685), A. H. U., *Macau*, cx. 2, doc. 5.

chinês em 1684 acarreta a concorrência dos mercadores nativos e também prejudica Macau.[206] Perante a dificuldade em manter o seu próprio trato, é natural que os mercadores proeminentes da cidade e com assento no Senado tentem manter afastada a concorrência europeia,[207] e, na impossibilidade de o fazer, recolher uma percentagem do lucro da actividade comercial dos estrangeiros no Sul da China. Os portugueses tornam-se, assim, cada vez mais dependentes da cooperação com os mercadores chineses e estrangeiros, nomeadamente os arménios.[208]

Por proposta dos directores da Companhia, em Londres, no ano de 1664, é enviado outro barco ao enclave.[209] O agente John Hunter, em Bantem, sugere a viagem do *Surat* a Macau ao saber que aí se encontra uma enorme quantidade de mercadorias chinesas acumulada ao longo de oito anos, devido ao bloqueio holandês e que poderá ser adquirida de forma vantajosa, pois os portugueses não se atrevem a transportá-la, com medo dos holandeses. O *Surat*, comandado por Robert Groste, deixa Bantem, junta-se ao barco do capitão-geral de Macau,[210] em 5 de Julho, e chega ao estabelecimento em 12 de Julho de 1664. A tripulação é informada que o parco comércio da cidade, praticamente inactivo há dois anos, sofre as consequências da invasão Manchu, tentando as autoridades que o *Surat* pague, através de uma taxa alfandegária de seis por cento, o prejuízo que os moradores haviam sofrido com os dois barcos de comerciantes independentes,[211] cinco anos antes. Através dos dois excertos anteriormente citados, podemos concluir que as condições comerciais do enclave não são as melhores devido a dois factores, o bloqueio holandês e as dificuldades inerentes à invasão Manchu do Sul da China e talvez por essa razão, na década de 60, a Companhia se interesse, sobretudo, pelo reinício do trato com o Japão e não tanto pelo *China trade*.[212]

---

[206] Jorge Manuel Flores, «Macau: Os Eventos Políticos. 1», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *op. cit.*, vol. 2, pp. 111-112.

[207] Vejam-se os relatórios do Senado para o rei, em 19-12-1968 (A. H. U., *Macau*, cx. 2, doc. 9) e em 30-11-1685 (*ibidem*, doc. 5).

[208] Vejam-se *A. M.*, 3.ª série, vol. 4, n.º 3, 1965, pp. 130-131; *ibidem*, vol. 8, n.º 2, 1967, pp. 81-85; *ibidem*, vol. 10, n.º 2, 1968, pp. 85-86; *ibidem*, vol. 17, n.º 3-4, 1972, pp. 159-166, 186-187; A. H. U., *Macau*, cx. 13, doc. 17, cx. 20, docs. n.º 33, 38, cx. 31, doc. 30 e Carl T. Smith e Paul A. Van Dyke, «Armenian Footprints in Macao» e «Four Armenian Families», *Revista de Cultura*, edição internacional, n.º 8, Outubro de 2003, pp. 20-39 e 40-50, respectivamente.

[209] Cf. D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», p. 221. Após a partida do barco, os directores da Companhia proíbem o então recém-nomeado agente Quarles Browne de organizar qualquer futura viagem à China, preferindo que os oficiais apliquem o capital nas feitorias já existentes.

[210] Manuel Coelho da Silva governa a cidade desde 22 de Julho de 1664 (cf. Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, vol. 2: *Século XVIII*, p. 159), dez dias após ter chegado acompanhado pelo *Surat*, até 1666.

[211] *King Ferdinand* e *Richard and Martha*.

[212] *Vide* D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», pp. 208-236.

A tripulação do *Surat* permanece em Macau na esperança de fazer negócio, mas apenas em Agosto os chineses vão a bordo para inspeccionar a mercadoria, respondendo os ingleses que se não fossem autorizados a ir comercializar em terra se iriam embora. Perante a recusa chinesa, os portugueses temem que a embarcação abandone a China sem autorização dos mandarins, pois a cidade teria de pagar, de novo, uma elevada multa aos primeiros.

Em Outubro, os portugueses, desejando tirar partido do comércio com os ingleses, arrendam à tripulação um armazém para venda das suas mercadorias, exigindo-lhe o pagamento das taxas de tonelagem, vigiando o armazém até 12 de Novembro, data em que os ingleses fazem um depósito de segurança em bens e dinheiro.

O *Surat* atraca na Taipa de forma a que as autoridades chinesas não detectem a sua presença, pois o trato entre barcos estrangeiros e a cidade não é permitido e, em 12 de Dezembro, a tripulação abandona Macau, rumo a Bantem. A viagem não é lucrativa e a feitoria inglesa procura futuras oportunidades, sendo, no entanto, urgente uma autorização do rei de Portugal «[…] for ye Citty of Macaw have writt to him, & ye Vice Roy of Goa, not to give any Strangers leave to [go] thither.» [213] Mais uma vez, a vontade local e os interesses do enclave afastam-se dos princípios da Convenção de Goa e os ingleses, perante as dificuldades levantadas, optam pelo comércio indirecto ou a partir de outras localidades, como acontece através das restantes feitorias orientais como a de Ayuuthia, no Sião, [214] tentando a *E. I. C.*, através da via diplomática, tornar Macau um espaço estratégico para as suas tripulações e os seus sobrecargas.

Após a assinatura do Tratado entre Portugal e Espanha, no início de 1668, com o apoio da Inglaterra, os directores da *E. I. C.*, pretendendo expandir o seu comércio à China e recomeçar o negócio no Japão, pedem, em 17 de Junho, a *Sir* Robert Southwell, enviado extraordinário em Portugal, que obtenha do príncipe regente, D. Pedro, autorização para os barcos da instituição atracarem em portos portugueses e que os seus súbditos no Oriente tratem os ingleses amigavelmente, sobretudo em Macau:

> Wee looke upon this libertie touching Maccaw, as a necessary helpe to a larged costly designe wee have in hand, and is likely to conduce more to the benefitt of this kingdome then us the adventuress which resigne is the

---

[213] Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 34-35.

[214] Em 11 de Setembro de 1661, John South escreve, do Sião, a John Lambton (Surrate), informando-o que envia mercadorias para Macau e desenvolve comércio com os barcos dessa cidade (B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fls. 66a e 68-77). Em 1670, chega a Bantem a nau *Rosário*, de Macau, a bordo da qual se encontra o padre António Nunes, na qualidade de embaixador enviado ao rei, tendo a presidência inglesa tomado conhecimento das dificuldades que os mercadores do enclave enfrentam para desenvolver o seu comércio devido à opressão exercida pelos Manchus, levando os primeiros a dedicar-se ao comércio clandestino (B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 78).

> establishing a trade att China and Japan for the vent of our cloth and other Manufactures, those countries being subject to sharp winters […]. [215]

Em Janeiro de 1669, Southwell pede a D. Pedro que escreva ao vice-rei de Goa, solicitando dos seus súbditos no Oriente, especialmente do governador de Macau, «[…] libertie and freedome of commerce to the English […] good usage […] freedome of commerce and the libertie of residing […].» [216] Esta medida diplomática da Companhia talvez se deva a pedidos como os que o presidente da feitoria de Surrate, William Methwold, faz a Londres, em 28 de Abril de 1636, após a viagem do *London* a Macau: tentar, a partir de Portugal, que os ingleses sejam autorizados a comercializar no enclave, após os devidos pagamentos em Malaca. [217]

A política de defesa dos interesses locais de Macau é também fruto de ordens recebidas do reino contrárias aos interesses ingleses, uma vez que, logo em 3 de Fevereiro de 1669, uma carta do príncipe regente ordena ao vice-rei da Índia, João Nunes da Cunha, que todos os capitães das fortalezas mantenham «[…] boa correspondência e recíproca amizade […]» com as tripulações inglesas nos portos do Estado da Índia, excepto o de Macau, [218] que deverá ser avisado:

> […] por[que] sua conservação e comércio depende do amparo, a favor da China, com que seus moradores se comprazerão, como pelas consequências, que se seguirão daquele Rei não querer consentir semelhante Trato e como motivo dos ingleses quererem também os holandeses usar da mesma concessão com que se venham a fazer senhores absolutos do comércio do Sul; porém sucedendo algum navio inglês derrotar naqueles mares, ser-lhe necessário tomar àquele porto, e valer de algum fornecimento ou ajuda ordenareis, que se lhe não falte com a correspondência que pede a boa razão de Irmandade. Mas que de nenhum modo, se lhe permita comprar, nem vender fazendas algumas pelo dano que disso poderá resultar. [219]

A importância estratégica e o estatuto do enclave no Sul da China são diferentes dos das restantes possessões portuguesas na Ásia, chamando D. Pedro a atenção do conde de S. Vicente para o perigo do estabelecimento do comércio inglês e holandês no Império do Meio, embora a situação política de Portugal desde a Restauração obrigue «a uma dupla estratégia: obter na Europa o apoio dos inimigos da Espanha e não os hostilizar no Ultramar,

---

[215] «Directors of the East India Coy. To Sir Robert Southwell» (P. R. O., *SP* 89/9, fls. 77-77v). Veja-se também Ethel Bruce Sainsbury e William Foster (eds.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1668-1670*, 1929, p. 67.

[216] P. R. O., *SP* 89/9, fls. 186-187v. Veja-se ainda o relatório da missão que Southwell envia de Lisboa a *Lord* Arlington, em Fevereiro de 1669, comunicando-lhe as dificuldades enfrentadas ao negociar com os portugueses, bem como a procura de situações favoráveis à *E. I. C.* no Estado da Índia (P. R. O., *SP* 89/10, fl. 28).

[217] *Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1634-1636*, p. 211.

[218] Biblioteca da Ajuda (B. A.), *Ms. Av.* 54-X-19, n.º 19.

[219] *Idem*, *ibidem*.

onde os seus interesses eram contrários aos de Portugal. […] A luta imediata no Ultramar, além de não ser possível por falta de recursos, enfraquecia a posição europeia de D. João IV.» [220] No entanto, as lutas entre a V. O. C. e os portugueses no Oriente continuam, afirmando Vitorino Magalhães Godinho: «é uma situação com anverso e reverso que se instala: trégua na Europa e lutas no ultramar.» [221]

Enquanto D. Pedro escreve ao vice-rei, o secretário de estado português informa o embaixador extraordinário inglês, Paul Methuen, dos actos de pirataria de corsários ingleses que atacam navios de Macau e vendem o espólio em Bombaim, devendo o governo inglês tomar as medidas adequadas para que tal não volte a acontecer. [222]

2.3. *A diplomacia inglesa, o império português a Oriente e a questão de Bombaim*

Na Europa, a diplomacia e a espionagem inglesas, bem como o envio de informação desde Lisboa [223] acerca dos movimentos das embarcações portuguesas de e para a metrópole, [224] tornam-se medidas eficazes no que diz respeito à tentativa de estabelecimento da *E. I. C*. no Oriente. Um ano após a assinatura do contrato de casamento de Catarina de Bragança e Carlos II e do novo Tratado anglo-português de 1661, [225] através do qual Portugal se defende da Espanha e da Holanda e os ingleses tentam usufruir da posição enfraquecida dos portugueses no Oriente, [226] Bombaim, a chamada porta de

---

[220] Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 5, pp. 59 e 87.

[221] Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios sobre História de Portugal II*, p. 413.

[222] Cf. P. R. O., *SP* 89/17, fl. 339.

[223] Em 1591, William Monson é preso em Lisboa, de onde comunica com agentes da *inteligentsia* inglesa, indicando-lhes o local onde interceptar barcos da Carreira da Índia, vindo a enumerar, um ano mais tarde, as cargas de barcos provenientes de Goa, actividade de espionagem a que também se dedicam outros agentes e mercadores ingleses em Portugal, como William Holliday e William Resould, e que contribuem para um conhecimento e interesse cada vez maiores da Inglaterra sobre o Estado da Índia (cf. G. V. Scammell, «England, Portugal and the *Estado da Índia c*. 1500-1635», pp. 181-182).

[224] Consultem-se as cartas que diplomatas e mercadores ingleses a residir em Lisboa enviam para Inglaterra, descrevendo a partida e a chegada de embarcações entre Lisboa-Goa-Macau, bem como a carga que estas transportam, em 03-12-1615 (P. R. O., *SP* 89/3, fl. 187); 14-03-1672 (P. R. O., *SP* 89/12, fl. 32); 31-03-1720 (P. R. O., *SP* 89/28, fl. 47); 05-08-1720 (P. R. O., *SP* 89/28, fl. 105); 24-03-1725 (P. R. O., *SP* 89/31, fl. 200); 22-10-1755 (P. R. O., *SP* 89/50, fl. 82); 02-04-1769 (P. R. O., *SP* 89/67, fl. 120) e 22-07-1775 (P. R. O., *SP* 89/80, fl. 40).

[225] Veja-se a transcrição do «Tratado de paz e alliança entre ElRei Dom Afonso VI e Carlos II da Gran-Bretanha, e do casamento d'este Monarcha com a Infanta de Portugal D. Catharina, assignado em Londres a 23 de Junho de 1661 e ratificada por parte de Portugal em 28 de Agosto do mesmo anno», in Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, tomo 2, pp. 250-275.

[226] Consulte-se a carta enviada por Richard Ford a *Sir* Edward Nicholas (14-09-1660), defendendo que as negociações inglesas do tratado anglo-português devem retirar vantagens da fraqueza de Portugal, exigindo a liberdade da *E. I. C.* para importar mercadorias asiáticas e, inclusive, a transferência de Goa e de outras partes da Índia, que os portugueses não conseguem defender dos holandeses, para a Inglaterra (P. R. O., *SP* 89/4, fl. 177).

entrada inglesa para a Índia,[227] é cedida, por Afonso VI, a Carlos II como dote de casamento, mas apenas em 1665 se completa o processo de transferência,[228] arrendando o rei inglês o território à Companhia, em 1668.[229]

De acordo com D. K. Bassett,[230] Bombaim, desejada pelos ingleses até ser transformada pela diplomacia numa possessão da Coroa inglesa, é a primeira verdadeira 'colónia' inglesa no Oriente, uma vez que todas as outras feitorias são apenas entrepostos comerciais, levando a reclamação do porto aos portugueses à presença de um barco de guerra inglês no Oriente, pela primeira vez, quando o conde de Marlborough é enviado à ilha de Salsete para a transferência formal da possessão.[231]

Um artigo secreto, aposto ao Tratado de 1661,[232] afirma que a Inglaterra, desde Bombaim, apoiaria militarmente os domínios portugueses na Índia contra os holandeses, o que nunca chega a acontecer, pois embora os holandeses assinem, no mesmo ano, um tratado de paz com os portugueses,[233] a *V. O. C.* captura, entre o final desse ano e o início de 1663, Coulão, Cranganor e Cochim, antes que os efeitos do Tratado se façam efectivamente sentir no Oriente.[234]

A *E. I. C.* detém já Madrasta desde 1639 e em 1686 funda Calcutá,[235] mas Bombaim possibilita-lhe desenvolver uma posição estratégica mais segura na costa do Nordeste da Índia do que a feitoria de Surrate, tornando-se um porto importante para o comércio inglês no Oriente, ultrapassando Goa, como centro económico, na segunda metade do século XVIII.

---

[227] Cf. John Keay, *op. cit.*, p. 193. *Vide* Adriano José Ernesto, «A Cessão de Bombaim à Inglaterra», Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952.

[228] Sobre a cedência de Tânger e Bombaim aos ingleses e todo o processo de transição de poderes, veja-se a documentação transcrita em Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, tomo 3, *passim* e John Bruce, *op. cit.*, vol. 2, *passim*.

[229] *Vide Sir* William Foster (ed.), *The English Factories in India 1665-1667*, 1925, pp. 47, 293, 308; António Álvaro Dória, *s.v.*, *op. cit*, p. 323; John Keay, *op. cit.*, pp. 130-147 e Anthony Wild, *op. cit.*, pp. 53-54. Para uma selecção de fontes transcritas sobre a entrega da cidade aos ingleses, em 1666, veja-se *Arquivo das Colónias*, vol. 5: n.º 26, 1929, pp. 7-30; n.º 27, 1930, pp. 13-30; n.º 33, pp. 295-314; n.º 33, pp. 13-30 e n.º 34 a 38, 1930-1931, pp. 445-477. Sobre a feitoria e o comércio ingleses em Bombaim (1669-1710), veja-se B. L. – O. I. O. C., G/3.

[230] D. K. Bassett. «Early English Trade and Settlement in Asia, 1602-1690», pp. 128-129.

[231] Cf. *idem*, *ibidem*, p. 85 e Shafaat Ahmad Khan, *op. cit.*, pp. 442-466.

[232] Veja-se o capítulo 11 do Tratado de 1661 e o artigo secreto do mesmo, transcritos em Júlio Firmino Biker (ed.), *op. cit.*, tomo 2, pp. 278-285.

[233] José Ferreira Borges de Castro, *op. cit.*, vol. 1, p. 260.

[234] Cf. António Álvaro Dória, *op. cit.*, p. 323 e D. K. Bassett, «Early English Trade», pp. 143-147.

[235] Sobre a feitoria e o comércio ingleses em Calcutá (Fort William, 1690-1708), veja-se B. L. – O. I. O. C., G/7 e G/40/9, 14-15.

2.4. *Macau: entre Surrate e o Japão. A viagem do* Return

As viagens da *E. I. C.* ao enclave são escassas até cerca de 1675. Em 13 de Setembro de 1673, o *Return*, [236] comandado por Simon Delboe, atraca em Macau para se proteger dos barcos holandeses e a sua tripulação permanece na cidade cerca de oito meses, desenvolvendo um comércio limitado pelos portugueses, após ter estado na Formosa e, cerca dois meses, na baía de Nagasáqui para tentar, sem frutos, recomeçar o trato inglês com o Japão. [237]

Face à crise que assola o enclave, os seus mercadores tentam encontrar alternativas para o antigo comércio directo com o Japão e, após reunião na casa do capitão-geral António Barbosa de Lobo, autorizam, através da redacção de sete artigos, [238] que a «fazenda grossa» dos estrangeiros seja descarregada, mas apenas para comércio com os portugueses e com pagamentos em dinheiro. [239] A tripulação permanece sob vigilância em Macau devido às

---

[236] O navio parte de Londres, em Setembro de 1671, juntamente com o *Experiment* e o *Zant*, sendo o único a chegar ao Japão. Sobre a viagem, consultem-se Ethel Bruce Sainsbury (ed.), *A Calendar of the Court Minutes Etc. of the East India Company 1671-1673*, 1932, pp. ix-x; M. Paske-Smith, *Western Barbarians in Japan*, pp. 65-81, Peter Pratt (ed.), *History of Japan*, vol. 2, pp. 158-194 e Derek Massarella, *A World Elsewhere*, pp. 359-369.

[237] O *Return* chega à baía de Nagasáqui, em 29 de Junho de 1673, tornando-se o primeiro barco inglês a ir ao Japão desde o *Bull*, cerca de cinquenta anos antes, quando do encerramento da feitoria da *E. I. C.* em Hirado. A tripulação não é autorizada a sair do barco pelas autoridades nipónicas e negocia apenas artilharia desejada pelas mesmas, em troca de provisões. Os japoneses exigem que lhes seja mostrada a autorização para comercializar que os ingleses afirmam ter desde 1613 e perguntam a Delboe se o seu rei está casado com uma princesa portuguesa (Catarina de Bragança), recusando posteriormente qualquer comércio. O *Return* abandona o Japão em 28 de Agosto, sem qualquer resultado e sob a ameaça de qualquer barco inglês que regressasse ser queimado (vejam-se M. Paske-Smith, *Western Barbarians in Japan*, pp. 70-81 e Charles R. Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia, 1602-1795*, 1988, pp. 181-183). Um ano antes da chegada do *Return*, os feitores holandeses no Japão informam Batávia que não devem transportar quaisquer padres para o arquipélago, nem manter correspondência com portugueses e que os japoneses jamais permitirão que os ingleses, súbditos de um rei casado com uma princesa portuguesa, entrem no seu território (B. L. – O. I. O. C., G/12/2, fls. 156-157).

[238] Os sete artigos, propostos pelo capitão inglês, que visam salvaguardar o barco e a tripulação e permitir o comércio sem retaliações chinesas, são: «trazer a sua náo para a enseada falça, aonde […] poderá…mandar descarregar todas as fazendas […] para a terra, sendo primeiro…registadas e inventariadas. […] Se alugarão cazas bastantes para meter as fazendas e […] o Capitão com 6 pessoas […] e se lhe porião 5 soldados de sentinela […] para os chinas o não inquietarem […], convem que o dito Capitão-Mor nem as 6 pessoas que com elle assistirem, em nenhüa forma não sahião das ditas casas, nem passem pelas ruas, por não ser publica aos chinas sua assistencia nesta cidade que não venderião senão o que precisamente lhes fosse necessario para os seus gastos e despezas […], pagara os percentos…como os Portugueses moradores, […] por ancoragê da dita náo ao mandarim da Caza Branca duzentos taes […]» (Anónimo, «Treslado da ordem que se fez em caza do capitão geral António Barboza Lobro [*sic*.] sobre o conteudo nelle» [1673], in Acácio Fernando de Sousa, «Do Japão a Macau: O Comércio em Tempos de Proibições», *Revista de Cultura*, 2.ª série, n.º 17, Outubro-Dezembro de 1993, pp. 38-39).

[239] Vejam-se *idem*, *ibidem*, pp. 38-39 e Charles R. Boxer, *Jan Compagnie in Japan, 1672--1674*, pp. 139-146, 161-167.

«[…] moléstias…despezas e inquietação que esta cidade tem por vezes repetidamente padecido cõ este barbaro e tirano governo Tartaro, com outras embarcações Inglezas, que a este porto vierão […]», [240] vendendo alguma mercadoria para cobrir as despesas.

A missiva dos sobrecargas do *Return* para Surrate descreve a chegada ao território; a forma como este é governado localmente e a partir do reino; [241] os primeiros contactos da tripulação, ainda antes da reunião dos portugueses em casa do governador e a decisão inicial destes. Os ingleses afirmam terem sido proibidos de negociar e que apenas podem descarregar a mercadoria para a salvaguardar, de forma a evitar problemas com os chineses semelhantes aos causados pelas estadias anteriores de barcos ingleses [242] e ao argumento da multa paga pela cidade quando da visita do *London*, juntam-se, agora, os exemplos de Weddell e do *Hind*. [243]

A resposta de Macau desagrada à tripulação inglesa que vira já goradas as suas expectativas de reabrir o trato com o Japão e que, agora, teme os ataques holandeses no mar, sendo enviado a terra um segundo sobrecarga, Delboe, na companhia de Grimaldi, o mensageiro do governador, para renegociar com as autoridades. Este segundo contacto, na sequência do qual se organiza a já referida reunião na casa do capitão-geral, permite aos ingleses atracar na «enseada falsa» da Taipa e descarregar os bens registados e armazenados em gudão vigiado por cinco soldados pagos pelos ingleses. O relato descreve ainda as imposições apresentadas pela cidade aos sobrecargas devido às multas pagas aos chineses quando da visita de anteriores embarcações inglesas e que não são mais que a tradução dos já referidos sete artigos apresentados na fonte portuguesa, concluindo a tripulação que apenas cede devido ao medo de ser capturada pelos holandeses, caso se fizesse ao mar, adiantando que, com autorização do poder central, seria fácil permanecer em Macau, lado a lado com os portugueses. [244] Em 5 de Novembro,

---

[240] Anónimo, «Treslado», p. 38.

[241] Cf. BL-O. I. O. C., G/12/10, fls. 161-162: «The Portuguese at Macao are governed by six commissioners who represent the city and a captain general, who has the comand over the Manillas for the King, and receives his orders through the viceroy of Goa, but at Macao neither the commissioners can act without the captain general, nor he without their concurrence.»

[242] Cf. *idem*, *ibidem*, fl. 162: «The supercargoes of the *Return* sent Mr. Robinson ashore on the ship's arrival, and the chief of the six commissioners sent us word, that we might land our goods for their security if we desired it, and that the ship might lie in the same road as the King of Portugal shipping did, but to admit us to trade and sell our goods ashore, they could not, for they were under the control of the Tartars or Chinese, who had prohibited trade with the English as well as the Dutch at this place. They added, that some of our nation had been several times at Macao, for which the Portuguese authorities had been brought into trouble by the tartars: wherefore they could not admit us to trade.»

[243] O recurso a episódios ou incidentes anteriores menos felizes para justificar recusas de entrada em Macau a embarcações inglesas continuará no século XVIII (*A. M.*, 3.ª série, vol. 7, n.º 6, 1967, p. 316).

[244] Cf. BL-O. I. O. C., G/12/10, fls. 162-163.

os ingleses pedem liberdade para vender, respondendo os portugueses «[…] com inteireza que estivessem pelo que tinhão ajustado.» [245]

Em Maio do ano seguinte, a tripulação pede autorização para deslocar o barco para uma distância em que pudesse ser defendido pelos fortes da cidade de possíveis ataques holandeses, o que lhe é negado e, finalmente, em 5 de Setembro, o navio parte do território, rumo à Índia, não sem antes tentar comercializar com os chineses em Lampacau, após mais uma tentativa fracassada de estabelecer contacto comercial com o Japão, acabando os portugueses de Macau por tirar proveito dessa viagem ao forçar os ingleses a negociar de acordo com os interesses comerciais da cidade. O cruzamento das fontes portuguesas e inglesas relativas a este episódio, permite-nos assim chegar a conclusões diferentes das de Patrícia Drumond Borges Ferreira quando afirma que «[…] a documentação portuguesa não faz menção ao caso [do *Return*] e a documentação inglesa não entra em pormenores.» [246]

Segundo John Bruce, [247] o «incidente» que leva a embarcação ao território dá origem a uma importante especulação por parte dos feitores da viagem, pois estes aconselham o governador de Bombaim a negociar, com o vice-rei de Goa, a fundação de uma feitoria e a liberdade de comércio em Macau, onde uma considerável quantia de mercadoria da *E. I. C.* poderia ser fornecida aos chineses, em troca de produtos locais, de venda fácil na Índia e na Europa. Bruce conclui que a origem do *China Trade* da *E. I. C.* se encontra provavelmente neste incidente, no entanto, o episódio constitui apenas mais uma das tentativas iniciais de trato com a China e uma das inúmeras ocasiões em que os sobrecargas ingleses recolhem, em primeira mão, informação sobre os negócios e os interesses locais, contribuindo, tal como as demais viagens, para a aproximação gradual e para o estabelecimento permanente da *E. I. C.* na China meridional, cerca de vinte e sete anos mais tarde.

Segundo D. K. Bassett, [248] é na sequência das tentativas falhadas de restabelecimento do comércio directo com o Japão [249] e, mais tarde, das desavenças no Tonquim que devemos interpretar a viragem do interesse da Companhia para o giro marítimo com a China. No caso do *Return*, o comércio desenvolvido é fruto não de um plano cuidado por parte dos ingleses, mas do desejo de levar a cabo algum trato e a da defesa da segurança da tripulação face à ameaça holandesa nos mares da Ásia.

---

[245] Anónimo, «Treslado», p. 39.

[246] Patrícia Drumond Borges Ferreira, *op. cit.*, p. 118.

[247] John Bruce, *op. cit.*, vol. 2, p. 350.

[248] K. D. Bassett, «The Trade of the English East India Company», p. 232.

[249] Sobre as tentativas inglesas posteriores a 1623, para recomeçar o comércio com o Japão, veja-se Derek Massarella, *A World Elsewhere*, pp. 329-369.

2.5. *As últimas viagens inglesas a Macau no século XVII*

As primeiras viagens da Companhia ao Oriente produzem lucros relativamente reduzidos, mas após a renovação dos seus alvarás por Oliver Cromwell, em 1657, e Carlos II, em 1661, a actividade dos *interlopers* é enfraquecida, a competição estrangeira é controlada pelos *Navigation Acts* [250] e a hostilidade portuguesa a Oriente é controlada através de acordos comerciais e diplomáticos, como o que assinala o casamento de Catarina de Bragança e Carlos II (1662-1685) e através do qual Bombaim e Tânger se tornam territórios ingleses, enquanto as feitorias na Índia reafirmam a sua presença, contexto que permite à *E. I. C.* olhar de forma diferente para o comércio com a China e que contribui para que a Inglaterra se torne, a partir de meados do século seguinte, a maior potência marítima e colonial.

Embora tenha tentado estabelecer uma feitoria em Cantão, em 1673, [251] 1683 e 1689, apenas a partir de 1699 [252] a Companhia tenta desenvolver, de forma sistemática, o *China trade*. [253] Até então, os seus barcos dirigem-se

---

[250] Sobre as medidas legislativas que garantem às embarcações inglesas o monopólio do comércio colonial da nação, em detrimento sobretudo dos interesses holandeses, em 1650 (proibindo embarcações estrangeiras de comercializar em domínios ingleses); em 1651 (passando os bens das colónias inglesas a ser exclusivamente transportados por barcos nacionais, cuja tripulação deve ser composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de membros ingleses) e em 1660 (quando o *Navigation Act* decreta que determinadas mercadorias 'coloniais' sejam transportadas apenas para Inglaterra), vejam-se G. L. Beer, *The Origins of the British Colonial System, 1578-1660*, 1908, *passim*; L. A. Harper, *The English Navigation Laws: A Seventeenth Century Experiment in Social Engineering*, 1939, *passim*; Ralph Davis, *The Rise of the English Shipping Industry in the Seventeenth Century*, 1962, pp. 306-310 e Larry Sawers, «The Navigation Acts Revisited», *Economic History Review*, segunda série, vol. 40, 1992, pp. 262-284. A guerra anglo-holandesa, entre 1652-1654, que se segue ao *Navigation Act* anti-holandês de 1651, demonstra o crescente poderio naval da Inglaterra. Seguem-se ainda uma segunda guerra anglo-holandesa (1665-1667), fruto de rivalidade comercial que a Inglaterra perde, e uma terceira (1672-1674, no fim da qual a Holanda cede os territórios da baía do rio Hudson, a actual Nova Iorque), continuando a Holanda a ser o poder predominante no subcontinente indiano e no Sudeste asiático, aliando-se os interesses coloniais de ambos os países a partir da *Glorious Revolution* (1688-1689), lutando contra a França durante a Guerra dos Nove Anos (1688-1697) (os ingleses na América e os holandeses na Índia), ganhando os primeiros terreno neste último espaço na última década do século XVII. Vejam-se, entre outros, Charles Ralph Boxer, «The Third Dutch War in the East (1672-74)», *The Mariner's Mirror*, vol. 16, 1930, pp. 343-386; J. R. Jones, *The Anglo-Dutch Wars of the Seventeenth Century*, 1996; Jonathan I. Israel, «The Emerging Empire: The Continental Perspective, 1650-1713», in Nicholas Canny (ed.), *op. cit.*, pp. 428-444; G. E. Aylmer, «Navy Trade and Empire», in *idem*, *ibidem*, pp. 467-480 e Patrick O'Brien, «Inseparable Connections: Trade, Economy, Fiscal State, and the Expansion of Empire, 1688-1815», in P. J. Marshall (ed.), *op. cit.*, pp. 53-65.

[251] De acordo com uma carta da Companhia para Bantem (1680), perante o tratamento que os chineses haviam dado aos holandeses noutras localidades do Império do Meio, a instituição encara com alguma suspeita e reserva o convite do vice-rei de Cantão para os ingleses aí estabelecerem uma feitoria (B. L. – O. I. O. C., G/12/2, fl. 232).

[252] Veja-se B. L. – O. I. O. C., G/12/13.

[253] Para uma síntese sobre o desenvolvimento do *China Trade*, vejam-se Trea Wiltshire, *Encounters with Asia: Merchants, Missionaries and Mandarins*, 1995, pp. 10-24 e Valery M. Garrett, *op. cit.*, pp. 73-96.

esporadicamente para Amoy e Formosa,[254] portos onde se comercializam produtos da China continental e onde os sobrecargas adquirem seda, porcelana e pérolas, entre outras mercadorias. Enquanto Macau tenta ultrapassar a crise económica originada pelo fim do comércio com o Japão e pela ocupação Manchu da China, Henry Dacres, o feitor da *E. I. C.* em Bantem, consegue, em 1670, autorização de Cheng King, para comercializar na Formosa, e, posteriormente, em Amoy, portos controlados por Cheng King, respectivamente até 1683 e 1680, quando as tropas manchus tomam esses portos. O aparecimento de uma nova Companhia das Índias inglesa, em 1698, aumenta a actividade rival das duas companhias, concentrando a mais antiga as suas actividades em Amoy e a mais jovem em Cantão, onde, em 1699, chega um dos seus barcos, o *Macclesfield*.

O trato das feitorias[255] nessas macro-regiões[256] da China não tem o sucesso pretendido e, após várias viagens por decisão de feitores locais, como Dacres,[257] em 1683, a Companhi envia o *China Merchant* a Amoy, que chega a Macau, em 15 de Março de 1683, não permitindo os portugueses à tripu-

---

[254] Sobre as viagens inglesas a Amoy, ao Tonquim e à Formosa e o comércio aí desenvolvido, por vezes, com o apoio de intérpretes portugueses, vejam-se B. L. – O. I. O. C., G/12/1, fl. 79-82, 88-135, G/12/2, fls. 172-245; G/12/16, fls. 90-277; G/12/17, *passim*; Henri Cordier, *Histoire générale de la Chine*, vol. 2, pp. 213-214 e Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 44-65; 127-134; 220-229. Inicialmente, Amoy funciona como alternativa sempre que surgem problemas ou imposições que restringem a acção comercial e pessoal dos oficiais da Companhia em Cantão ou Macau. Desde Bantem, os ingleses estabelecem feitorias no Tonquim (1672-1697), onde observam o comércio que os portugueses de Macau aí desenvolvem (G/12/1, fls. 135-136), bem como em Amoy (*c*. 1670 até 1697) e na Formosa (1676), esta última feitoria abandonada, em 1686, quando da invasão da ilha pelos Manchus. Sobre a feitoria inglesa na Formosa, veja-se Chang Hsiu-Jung *et alii*, *The English Factory in Taiwan 1670-1685*, 1995, *passim*. Estas feitorias são utilizadas com o intuito de iniciar relações comerciais com a China. Apesar das tentativas inglesas para se estabelecer em Cantão, Amoy e a Formosa continuam a ser destinos alternativos das embarcações da *E. I. C*. Com o encerramento da feitoria inglesa em Chussan (1710), Cantão passa a ser o único porto chinês aberto ao comércio estrangeiro (cf. Earl H. Pritchard, *Britain and the China Trade*, pp. 114-115). Vejam-se também *idem*, *Anglo-Chinese Relations*, pp. 66-69 e James Bromley Eames, *The English in China*, 1974, pp. 23-44.

[255] Relativamente à vivência, hierarquia, corrupção e ao comércio interasiático das feitorias inglesas, e ao comércio e aos interesses privados dos oficiais da *E. I. C*. no Oriente, ao longo do século XVII, vejam-se Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 66-77 e Anthony Wild, *op. cit.*, pp. 89-101. Alguns sobrecargas ingleses de Bantam estabelecem relações comerciais com mercadores de Macau [*vide* «Journals of Robert Parker, Agent of the English East India Company. 1678-1682», vol. 2, fl. 47 (P. R. O., E 140/9/4)].

[256] Roderich Ptak, «Early Sino-Portuguese Relations up to the Foundation of Macao»; *Mare Liberum*, n.º 4, Dezembro de 1992, pp. 293-294, recorda que a China não funciona como um mercado único, sendo composto por macro-regiões, como o estabelecimento dos portugueses o provara anteriormente, em Sanchoão e Lampacau, antes de se fixarem em Macau.

[257] D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», p. 233, defende que agentes de Bantem, como Henry Dacres, são essenciais na viragem da política da Companhia em relação à China, pois decidem com base na realidade e nas experiências locais. A expansão comercial para a China, entre 1675-1682, deve-se à iniciativa destes agentes, tomando os directores londrinos conhecimento das medidas apenas um ano depois.

lação comercializar.[258] Mais uma vez, as tentativas isoladas de estabelecer comércio no Império do Meio não produzem qualquer efeito imediato devido ao facto de a China auto-suficiente se fechar ao exterior e de os portugueses continuarem a defender os seus interesses, tal como acontece com as viagens do *Carolina*, em 1683, e do *Loyal Adventure*, em 1685,[259] tentativas para iniciar relações comerciais com a China quer através da Cidade do Santo Nome de Deus quer através de Lampacau.

A tripulação do *Carolina* parte de Londres, em Outubro de 1682, com o objectivo de fundar uma feitoria em Cantão, pretendendo evitar Macau, caso os portugueses lhe dificultem o contacto com os chineses, tentando a sua sorte noutros locais da costa chinesa, ou ainda nas alternativas Amoy e Formosa. A embarcação chega à Taipa em 21 de Junho de 1683,[260] sendo os ingleses recebidos pelo governador, que afirma ter sido informado que a tripulação era holandesa, logo inimiga, e adianta não poder autorizar qualquer tipo de comércio sem indicação do vice-rei de Goa, sob pena de poder ser preso e castigado com a morte e que não existe mercadoria suficiente em Macau que permita transacções devido ao forte controlo do mandarinato. De acordo com os oficiais manchus que visitam a embarcação, o capitão-geral avisara Cantão da presença de holandeses na Taipa, pedindo o envio de barcos de guerra para os expulsar. Apesar das autoridades sínicas aceitarem as provas de que a tripulação é inglesa, comunicam-lhe o desagrado do imperador em relação ao trato holandês e inglês com o rei da Formosa, pois essa actividade permite a este último adquirir as munições com que luta contra o Império do Meio. O mandarinato ordena a retirada do *Carolina*, que abandona Macau, em 9 de Julho de 1683, rumo à ilha de Lantão, com a mensagem de que nenhuma nação europeia deveria tentar estabelecer-se na China.[261]

A atenção da *E. I. C.* desvia-se definitivamente do Japão para o Império do Meio, entre 1674 e 1684, sendo os esforços anteriores fruto dos agentes de

---

[258] Veja-se B. L. – O. I. O. C., G/12/16, fls. 67-79. Em 25 de Julho de 1685, enquanto o *China Merchant* se encontra em Amoy, outro barco da *E. I. C.*, o *Loyal Adventure*, chega a Macau, contactando a tripulação um comissário imperial que a aconselha a dirigir-se para Nanquim e aí adquirir seda. A embarcação deixa Macau em 3 de Agosto, dirigindo-se para Amoy, onde comercializa com o apoio dos sobrecargas do *China Merchant* (cf. Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 58-59).

[259] *Vide Records of St. George: Diary and Consultation Book of 1686*, 1913, p. 64. A *consultation* de 21 de Janeiro de 1686 refere a chegada do *Trevitore* de Macau, trazendo o espólio da feitoria da Formosa (*ibidem*, p. 14).

[260] A direcção da Companhia instruíra a tripulação para, no caso de ser afastada pelos portugueses, atracar na Taipa para aí receber as autoridades e os comerciantes chineses (cf. Morse, *op. cit.*, p. 50).

[261] Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 50-52 e James Bromley Eames, *op. cit.*, p. 39. O *Delight* é enviado de Londres, em Dezembro de 1682, para se juntar ao *Carolina*, chegando às proximidades de Macau, em Maio de 1684, concluindo a tripulação, ao fim de seis dias, que qualquer comércio no enclave seria impossível, pelo que se dirigem para Amoy, mais uma vez uma alternativa a Macau no que diz respeito ao comércio com a China.

Bantem, devido à impossibilidade de reiniciar o comércio com o arquipélago do Sol Nascente e não resultado de uma acção planeada por parte da Companhia. [262]

Em 1682 e 1685, o Senado, enquanto instituição composta pelos mercadores, e logo com interesses comerciais, informa D. Pedro II dos malefícios da concorrência estrangeira para Macau [263] e, em 25 de Fevereiro de 1686, o rei proíbe a entrada de navios estrangeiros na cidade, [264] enquanto os feitores ingleses de Madras tentam, desde 1684, atrair mercadores chineses para aí residirem. [265]

Um ano após a infrutífera viagem do *Rebecca* e do *James* [266] desde Madras até Macau, [267] William Heath, mestre do *Defence*, contribui, em Setembro de 1689, à semelhança de Weddell e da sua tripulação, para que a imagem negativa dos ingleses perdure no Sul da China, [268] até que os contactos mais directos e os interesses comerciais dos mercadores chineses a esbatam, enquanto os comerciantes portugueses de Macau mantêm, desde os finais da década de 1680, um estreito relacionamento com os *country traders* ingleses nos mercados ingleses do Oriente, sobretudo em Madras, para onde navegam anualmente. [269] No início de 1712, o Senado escreve a Edward

---

[262] Cf. D. K. Bassett, «The Trade of the English East India Company», p. 235.

[263] Vejam-se as representações do Senado (05-12-1682 e 30-11-1685) a D. Miguel (A. H. U., *Macau*, cx. 2, docs. n.º 3 e 5).

[264] Cf. carta de D. Pedro II ao Senado de Macau (*ibidem*, doc. n.º 2).

[265] Cf. *Records of St. George: Despatches from England 1681-1686*, 1916, p. 204. Em 1684, Fort St. George conclui que o comércio inglês em Lampacau é cada vez mais difícil, pois os «[…] Portugueez of Macoa had prevailed with the Tartars to prohibit all Trade aboute the Pampacoa islands.» (*Ibidem*).

[266] *Vide Records of St. George: Diary and Consultation Book of 1688*, 1916, p. 75; *ibidem*, *1693*, 1918, p. 155.

[267] Cf. James Bromley Eames, *op. cit.*, p. 42.

[268] Em 1689, os chineses exigem à tripulação do *Defence*, enviado a Cantão pela Presidência de Madras (cf. *Records of St. George: Diary and Consultation Book of 1689*, 1916, pp. 38, 62-63; *ibidem*, *1690*, 1917, p. 19; *ibidem*, *1691*, 1917, pp. 25, 42), a entrega do mastro do barco, ordem recusada por Heath que envia um grupo de marinheiros à ilha da Taipa para recuperar o mesmo à força. Os ingleses são apedrejados por nativos e respondem abrindo fogo, matando um chinês. Um barco sínico e alguns habitantes da ilha disparam sobre os ocidentais, prendendo alguns elementos que ainda aí se encontram. Heath decide abandonar o enclave, deixando algum dinheiro a um chinês para resgatar os tripulantes aprisionados (cf. Austin Coates, *Macao and the British*, pp. 35-36). Sobre a estada do *Defence* e o primeiro grande incidente da história da presença inglesa em Macau, vejam-se Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 79-84; Earl H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations*, p. 69; James Bromley Eames, *op. cit.*, pp. 42-43 e John Keay, *op. cit.*, pp. 206-208.

[269] Cf. George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império Português: Os Portugueses na China (1630-1754)*, 1991, p. 264. Veja-se a documentação da feitoria de Madras para referências às frequentes chegadas de barcos portugueses de Macau, também alvos de pirataria (*Records of St. George: Diary and Consultation Book of 1686-1713*, 17 vols., 1913-1929, *passim*). Quando, em 1739, os mercadores ingleses da presidência de Madras se queixam da concorrência comercial portuguesa à direcção da *E. I. C.*, justificam este comércio com a antiguidade do mesmo e com os lucros que os preços das mercadorias e os direitos alfandegários originam, sendo portanto

Harrison, recém-chegado governador de Madrasta, a dar-lhe as boas-vindas, transmitindo-lhe que

> […] os barcos dos moradores desta Cid.e q. vão a esse porto forão sempre nelle bem aseitos, assim pella mistica amizade q. hà entre a cora [*sic*.] de Portugal e a de Inglaterra como pella boa comrrespondencia q. thè o prez.te houue desta Cid.e a aquella […] espera[…] receber mayores demostraçõens de aserto pois da mesma sorte […]os terà V. S.oria sertos p.a tudo o que for do seu agrado. [270]

A cidade deixa bem claros os princípios da velha aliança que pautam as relações anglo-portuguesas, inclusive no Oriente, defendendo assim também os interesses dos mercadores portugueses nos portos britânicos na Ásia, à semelhança dos ingleses que tentam o comércio com a China através do enclave.

Uma descrição anónima de Macau (*c*. 1693) refere o incremento da presença protestante ao largo do centro portuário na segunda metade do século XVII, bem como as tentativas portuguesas de afastamento dos ingleses da cidade onde apenas os portugueses podem comprar propriedades:

> Como procedem os Macaenses com os Batavos e Ingleses, e seu comércio com a China:
>
> A Cidade do nome de Deus não permite a nenhum navio dos Hereges Ingleses e Batavos que entre no Porto de Macau, embora alguns Magistrados dos Chinas o tivessem solicitado, e dessa licença se pudesse esperar um lucro temporal não exíguo. Por isso, estes navios dos Hereges ficam ancorados durante alguns meses nas Ilhas mais vizinhas de Macau, enfrentando aí o grave perigo das terríveis tempestades da região. Nesse tempo, o Senado Macaense, apesar de conceder que alguns venham por vezes à Cidade, no entanto, raramente lhes permite que nela venham a pernoitar. […] E foram muito poucos navios dos Ingleses que ali se acolheram, do ano 1626 até 1692. [271]

Os rendimentos que advêm da presença inglesa na Macau empobrecida tornam-se essenciais para a economia, aumentando esta presença a partir do início do século XVIII, pois as autoridades sínicas apenas autorizam os mercadores estrangeiros a permanecer em Cantão durante as *trading seasons* (Setembro-Abril), estabelecendo-se os agentes comerciais europeus, os *interlopers* e os oficiais da *E. I. C.* em Macau durante o resto do ano. [272] O enclave

---

uma actividade também vantajosa para a própria Companhia, vindo a direcção da mesma a contratar comerciantes portugueses para fornecerem chá a Madras, à semelhança do que estes já fazem para a *V. O. C.*, em Batávia (cf. *idem*, *ibidem*, p. 265).

[270] *A. M.*, 3.ª série, vol. 5, n.º 4, 1966, p. 235.

[271] Anónimo, «Descrição da Cidade de Macau ou a Cidade de Macau Reivindicada» [*c*. 1693], in Artur Teodoro de Matos, «Uma Memória Seiscentista», *MacaU*, Dezembro de 1999, 2.ª série, n.º 92, p. 198.

[272] Frei José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, 1988, pp. 231, afirma que existem, em Macau, no ano de 1745, «doze mil homens que ao mesmo tempo a habitavão, hoje entre Portu-

passa a ser um território estratégico para as autoridades chinesas que desejam regulamentar a presença dos 'bárbaros' e tirar partido do seu comércio, controlando, cada vez mais a Cidade do Santo Nome de Deus que, devido à pressão sínica, é forçada, até pelos seus próprios interesses de sobrevivência, a respeitar a vontade mandarínica, realidade constante em toda a história da Macau 'portuguesa' e que os ingleses referem quando visitam a cidade, tentando utilizar o poder chinês para seu benefício e de forma a legitimar a sua presença num espaço também administrado pelos portugueses.

3. O início do comércio regular com a China e o estabelecimento dos oficiais da *E. I. C.* em Cantão e Macau

As tentativas iniciais da *E. I. C.* para estabelecer contacto directo com a China são, ao longo da segunda metade do século XVII, fruto da estratégia das feitorias orientais, tentando os portugueses defender a sua posição privilegiada no delta do rio das Pérolas, em detrimento dos interesses ingleses. Entre 1690 e 1696, dirigem-se oito barcos aos portos chineses, subindo o número para vinte, entre 1697 e 1703, e para quarenta e três, entre 1698 e 1715.[273] No final do século XVII, o sucesso da viagem do *Macclesfield* marca o início do estabelecimento permanente dos sobrecargas no eixo Macau-Cantão, exigindo que os portugueses se adaptem às novas condições comerciais que surgem na China meridional. O afastamento inicial da concorrência norte-europeia faz parte da estratégia de sobrevivência da Cidade do Santo Nome de Deus, que se vê forçada a adaptar-se à nova conjuntura originada pela chegada da *E. I. C.*, pela intensificação do trato europeu com a China, a partir do início do século XVIII e pelo desenvolvimento do porto de Cantão,[274] factores que dificultam a afirmação comercial

---

gueses, mistiços, nhons, malaios, canarins, timores, moçambiques, malavares, mouros, cafres, e outras naçoens de que este todo se compoem, como também de alguns estrangeiros que aqui rezidem, e aqui cazarão, francezes, ingleses», atestando quer o carácter cosmopolita do enclave quer a presença de ingleses casados no mesmo. Em 1744, o capitão-geral de Macau apresenta ao rei o caso de um inglês que pretende casar com uma portuguesa, o que constitui um «mau exemplo», uma vez que poderá dar-se o caso de «[…] casarem-se tantos, que em poucos anos fiquem excedendo os Portugueses […]» (*A. M.*, vol. 1, n.º 1, 1929, p. 25), e, um ano depois, D. João V proíbe os casamentos de estrangeiros em Macau, uma vez que, em poucos anos, estes excederiam os portugueses. Dez anos depois, o Senado informa o rei de Portugal que o comércio lusitano na cidade é quase inexistente devido à quantidade de navios estrangeiros que se deslocam aos portos asiáticos, sentindo-se os portugueses desprotegidos (cf. Padre Manuel Teixeira, *Macau no Século XVIII*, p. 478).

[273] J. H. Parry, *op. cit.*, pp. 83-84.

[274] *Vide* Roderich Ptak, «A China Meridional e o Comércio Marítimo no Este e no Sudeste da Ásia entre 1600 e 1750», *Povos e Culturas*, n.º 5, 1996, p. 212.

dos portugueses no Extremo Oriente [275] e tornam Macau cada vez mais uma cidade cosmopolita. [276]

3.1. *O sucesso do* Macclesfield *como ponto de viragem*

> *Ou-Mun* […] é, na realidade, um território de importância para a defesa costal e uma óptima posição estratégica para os barcos estrangeiros.
>
> Tcheong-Ü-Lâm e Ian-Kuong-Iâm, *Ou-Mun Kei-Lok. Monografia de Macau*, 1979 [*c*. 1751], p. 116.

Em 26 Agosto de 1699, o *Macclesfield* chega a Macau e posteriormente a Cantão, dando início ao comércio inglês regular nesta última cidade, desde então um destino preferível aos dois anteriores, Amoy e Formosa. A embarcação é convidada a atracar no porto de Macau, sob protecção dos portugueses, [277] e o sobrecarga Robert Douglas deseja ver terminada a medição [278] do barco, perguntando ao governador português quanto exigiria o *hopu* [279] em taxas alfandegárias. Após contactar o *hopu* de Cantão, que descera ao enclave, em 7 de Setembro, para medir o barco, este sobe até Vampu, deslocando-se os sobrecargas livremente para Cantão, onde, com o apoio de um agente e de jesuítas franceses, [280] e já com um maior conhecimento de como agir perante os chineses, contactam um mercador que os aloja [281] durante a *trading season*, comercializando estes na cidade até que o vice-rei ordena

---

[275] Veja-se Susana Münch Miranda, «Os Circuitos Económicos», in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *op. cit.*, vol. 2, pp. 261-283.

[276] O holandês Andreas Everardus Van Braam Houckgeest (1739-1801), chefe da feitoria da V. O. C. entre 1790- 1795, afirma ser impossível existir noutro local semelhante amálgama de nacionalidades e figuras tão bizarras ou tamanha variedade de raças (cf. Charles Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*, p. 269).

[277] Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 85-98 e John Keay, *The Honourable Company*, pp. 208-209 descrevem a estadia da embarcação no Sul da China.

[278] Os barcos estrangeiros, ao chegar à China e após a sua medição, pagam ao imperador «direitos de tonelagem, chamados medição» (Carlos José Caldeira, *Macau em 1850: Crónica de Viagem*, 1999, p. 96). Sobre o processo de medição das embarcações, veja-se Anders Ljungstedt, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlement in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton*, 1992 [1835], pp. 70-71.

[279] O termo *hopu* designa quer o posto alfandegário chinês que cobra direitos sobre as mercadorias importadas e exportadas da/para a China quer o superintendente da alfândega marítima chinesa que supervisiona o comércio e cobra os direitos de tonelagem nos portos de Macau, desde cerca de 1684, e Cantão (vejam-se Conde de Lapérouse, *Voyage de Lapérouse autour du monde pendant les annéss 1785, 1786, 1787 et 1788*, 1970, p. 207; Anders Ljungstedt, *op. cit.*, pp. 69-70; António Feliciano Marques Pereira, *As Alfândegas Chinesas de Macau*, 1870, *passim* e Weng Eang Cheong, *The Hong Merchants*, pp. 193-213, 230-233).

[280] Os ingleses continuarão a tirar partido dos conhecimentos linguísticos dos franceses, e, em 1716, Madras informa Londres que enviara um francês que domina o chinês para Macau, com o objectivo de informar os sobrecargas da forma como devem negociar em Cantão (*Records of St. George: Public Despatches to England 1714, 18*, 1929, p. 93).

[281] Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 48-51.

a sua saída, em 18 de Julho de 1700. Esta é a primeira viagem verdadeiramente lucrativa da *E. I. C.* à China, dando início à permanência sistemática de ingleses quer em Cantão quer em Macau, após terem sido recebidos amigavelmente por mercadores chineses, como Limqua e Hunshunquin,[282] uma vez que os interesses comerciais são mútuos, para grande desânimo dos portugueses, que se submetem aos desígnios sínicos e retiram o máximo proveito da estadia da embarcação inglesa no rio das Pérolas. Por seu turno, e face ao contacto directo com os chineses, os oficiais da *E. I. C.* concluem que Macau nada poderá fazer perante o interesse chinês em comercializar com parceiros recém-chegados, desaparecendo, gradualmente, a proeminência e o monopólio comercial gozados pelos portugueses que dependem totalmente das autoridades mandarínicas, como conclui Robert Douglas, ao chegar à cidade, em 5 de Setembro de 1699: «[…] This City is att present miserable poor; and altho ye Portuguese have ye name of ye Government, yett ye Chinese have ye Chiefe Power, and all ye Customes of ye Port, excepting some small priviledges yt ye Portuguese Ships injoy […]».[283]

Douglas, decidido a fortalecer os privilégios da *E. I. C.*, conseguira, pela primeira vez, autorização do *hopu* para sobrecargas ingleses subirem a Cantão[284] e negociarem com comerciantes designados pelas autoridades mandarínicas.[285] Se o comércio em grande escala se processa em Cantão, os interesses dos ingleses são também defendidos em Macau através de relações económicas estabelecidas com comerciantes independentes e com as autoridades da cidade. No entanto, os sobrecargas tentam permanecer no enclave o menor tempo possível, uma vez que é em Cantão que se desenvolve o contacto com os chineses, sendo a presença inglesa na China, no período de que nos ocupamos, sobretudo comercial.

O *Macclesfield* deixa Macau em 1700, dando início ao comércio inglês em Cantão, que revoluciona as relações anglo-portuguesas na China meridional, tornando-se o enclave, a partir de então, porto de chegada e residência dos oficiais ingleses durante uma parte do ano.[286]

Em 23 de Novembro de 1699, a Companhia nomeia Allen Catchpole como presidente do Conselho dos Negócios na China, em acumulação com o cargo de cônsul-geral inglês.[287] Na impossibilidade de fundar uma feitoria,

---

[282] *Vide* Hosea Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 87-88.

[283] *Idem*, *ibidem*.

[284] Autorização necessária sempre que um barco inglês chega a Macau (B. L.-O. I. O. C., G/12/76, fl. 21).

[285] Hosea Morse, *op. cit.*, vol. 1, p. 89.

[286] Em Maio de 1700 partem, de Madras, para Macau, o *St. Peter* e o *St Paul*, que regressam no início de 1703 (cf. *Records of St. George: Diary and Consultation Book of 1700*, 1922, p. 37; *ibidem*, *1703*, 1927, p. 6). Três anos depois, os barcos ingleses levam comandantes portugueses (*ibidem*, p. 12; *ibidem*, *1707*, 1929, p. 23).

[287] Cf. James Bromley Eames, *op. cit.*, pp. 51-53 e John Keay, *The Honourable Company*, pp. 209-211. O presidente do *Select Committee* será, mais tarde, referido pelos chineses como *taipan* [cf. chapa do ouvidor de Macau (06-04-1791) em Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *op. cit.*, vol. 1, doc. n.º 135].

o Conselho deveria procurar outras formas de estabelecer relações comerciais com o Império do Meio [288] e obter um mercado para os têxteis e chumbo ingleses. Catchpole parte no *Eaton*, carregado de pimenta na recém-fundada feitoria inglesa do Bornéu, vindo a encontrar-se com o *Macclesfield*, na ilha de Sanchoão, em Outubro de 1700, onde ambos os barcos são detidos pelo *hopu*, até que, em Dezembro, Catchpole se dirige quer para Macau, com o objectivo de tratar de negócios relativos a embarcações enviadas do Bornéu, quer para Cantão, onde permanece temporariamente. No entanto, o comércio e os interesses pessoais originam conflitos entre os sobrecargas ingleses e as autoridades imperiais, [289] anulando os efeitos desta viagem.

A partir de 1700, a Companhia, que em 1709 passa a chamar-se *United Company of Merchants of England Trading to the East Indies*, como resultado da fusão entre a 'velha' e a *New East India Company*, [290] começa a enviar anualmente vários barcos a Cantão, [291] não podendo os estrangeiros, por questões de segurança interna, aprender chinês nem permanecer na cidade além do período de trato, [292] enquanto os chineses, embora o façam ilegalmente, não estão autorizados a abandonar o país.

Macau, para além de porta de entrada europeia no Império do Meio, é, desde cedo, uma plataforma de encontro entre tripulações inglesas de várias embarcações, destino de correspondência da *E. I. C.*, [293] inclusive através de barcos portugueses, [294] bem como local de reabastecimento, [295] reparação [296] e protecção de embarcações inglesas em caso de tempestade; [297] de encontro

---

[288] Sobre a actividade de Catchploe e dos ingleses em geral, em Chussan, Amoy e Pulo Condor, vejam-se B. L. – O. I. O. C., G/12/6, fls. 793-921; G/12/14; G/12/16, fls. 267-277 (Outubro 1701-Abril 1702); G/12/17 e John Bruce, *op. cit.*, vol. 3.

[289] Cf. Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, pp. 109-115.

[290] Veja-se John Keay, *The Honourable Company*, pp. 212-213

[291] *Vide* B. L. – O. I. O. C., G/12/6, fls. 821-877. De acordo com Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, p. 112, a *E. I. C.* envia, em Novembro de 1700, cinco barcos à China, entre os quais, o *Seaford* e o *Rising Sun*, para Cantão, afirmando o autor, na página 113, que, logo desde 1700, a *E. I. C.* enfrenta os obstáculos que se prolongam ao longo dos duzentos anos da sua presença na China, a dificuldade de vender produtos ingleses e de conseguir a prata exigida, como pagamento, pelos chineses.

[292] Devido às monções e exigências mandarínicas, as embarcações inglesas devem chegar ao Sul da China, entre o final de Junho e meados de Setembro e partir antes do início de Fevereiro (período da chamada *trading season*).

[293] Macau é, desde cedo, origem e destino da correspondência entre os residentes ingleses e os barcos ocidentais que se aproximam da China, para que se possa preparar convenientemente a chegada das tripulações (cf. B. L. – O. I. O. C., G/12/32, fl. 16).

[294] Cf. *ibidem*, R/10/5, fls. 1, 16-19, 52; R/10/6, fl. 119; R/10/11, parte 2, fls. 37-38.

[295] *Ibidem*, G/12/78, fl. 29.

[296] *Ibidem*, G/12/82, fl. 21 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *op. cit.*, vol. 1, docs. n.º 228-229.

[297] Cf. B. L. – O. I. O. C., R/10/13, fls. 201-202; G/12/6, fl. 821 e *Records of St. George: Letters to Fort St. George 1684-1685*, vol. 3, 1917, pp. 42-43. Para além dos casos já referidos, o *Canterbury*, ao regressar de Amoy, vê-se forçado a atracar em Macau, entre Maio e Setembro de 1703, para evitar as monções (cf. Alexander Hamilton, *A New Account of the East Indies*, vol. 2, 1930, p. 118). Os pedidos de barcos europeus para atracarem em Macau são frequentes e, em 5 de

inicial com o *hopu* e de assinatura de contratos comerciais com os chineses; de armazenamento de mercadoria [298] e, posteriormente, espaço de habitação, aprendizagem da língua chinesa e de compra de escravos aos portugueses. [299] O enclave torna-se também um espaço estratégico utilizado pelas autoridades mandarínicas para controlar os comerciantes que chegam à China. A partir de 1710, todos os barcos da Companhia, bem como os *country ships*, [300] se dirigem para o empório chinês, via Macau, de forma a trazer para a Índia e Inglaterra, entre outras mercadorias, a seda, a porcelana e o rendível chá [301] cada vez mais apreciado na metrópole. [302]

Desde o início da centúria de setecentos, aumentam os pedidos de sobrecargas para permanecer em Macau, como indica a correspondência trocada entre o Senado e os sucessivos governadores, tentando os vereadores, grandes comerciantes da cidade, [303] evitar o acesso de possíveis competidores ao enclave, vendo-se os sucessivos capitães-gerais forçados a justificar as autorizações de entrada e permanência de mercadores estrangeiros.

Podemos assim concluir que, na sequência das tréguas anglo-portuguesas, não são apenas os barcos da *E. I. C.* que se dirigem para a China e, dois anos após a assinatura das mesmas e da viagem do *London*, em 27 de Junho de 1637, quatro navios da frota da associação comercial de

---

Novembro de 1721, o capitão-geral Telo e Meneses informa o Senado de que «[…] o barco Inglês, corsário [de George Shelvoche] com patente do seu Rei para andar a corso contra os seus inimigos hespanhóis, pedindo na dita patente aos Reis e Monarcas Amigos que no porto donde chegar necessitado de alguma coisa, o socorressem e favorecessem [com auxílio]; em razão do que o dito Governador lhe deu licença […], atendendo à necessidade, em que se achavam com o seu barco totalmente arruinado […]» (in Padre Manuel Teixeira, *Macau no Século XVIII*, p. 235). Este barco é mais tarde vendido aos portugueses. Vejam-se os relatos de William Betagh, *A Voyage Round the World*, 1728, p. 166 e *Captain* George Shelvoche, *A Voyage Round the World, Begun in 1719-22*, 1928, p. 243. Shelvoche viaja no *Speedwell*, cujo relato de viagem, em 11 de Novembro de 1721, refere a chegada à rada de Macau, «[…] a Portuguese settlement near the entrance of the river of Canton […] being a place where ships always stop for a pilot to carry them up the river of Canton […]» (*idem*, *ibidem*).

298 Cf. *Records of St. George: Despatches from England 1744-47*, 1931, p. 24.

299 Cf. B. L. – O. I. O. C., G/12/76, *Consultations*, 1782-1783, fl. 91.

300 Embarcações do *country trade* (entre a Índia e a China). A *E. I. C.* utiliza este comércio para transportar mercadoria e, mais tarde, traficar ópio da Índia, vital para a compra de chá no Império do Meio.

301 Para uma síntese do início do comércio inglês (de chá) no Sul da China, vejam-se: Earl H. Pritchard, *Anglo-Chinese Relations*, pp. 70-74; Michael Greenberg, *British Trade and the Opening of China 1800-42*, 1951, pp. 1-17 e J. H. Parry, *op. cit.*, p. 83. De acordo com Susan Naquin e Evelyn S. Rawski, *Chinese Society in the Eighteenth Century*, 1987, p. 104, o comércio inglês de chá, apesar de ser rendível para os mercadores de Cantão, representa menos de quinze por cento da colheita anual chinesa consumida no mercado interno.

302 De acordo com Hosea Ballou Morse, *op. cit.*, vol. 1, p. 9, em 1689, é importado o primeiro chá da China (Amoy) pela *E. I. C.*, acabando a planta por revolucionar o comércio da instituição no século XVIII.

303 Cf. António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800): Degredados, Ignorantes e Ambiciosos ou Fiéis Vassalos d'El Rei?*, 1997, pp. 20-32, que caracteriza os interesses da minoria mais rica que constitui o Senado.

Sir William Courteen, sob o comando de John Weddell, que participara na tomada de Ormuz, ancoram nas ilhas a Sul de Macau depois de terem passado por Goa, trazendo a bordo alguns missionários de Malaca, bem como Peter Mundy, que redige um minucioso diário ilustrado durante a sua estada em Macau, a primeira descrição inglesa do estabelecimento. Esta é a primeira expedição totalmente inglesa ao enclave, fruto de iniciativa privada, indicando os conflitos da tripulação (quer com portugueses quer com chineses) que os ingleses não poupariam esforços para partilhar, com os portugueses, os lucros do comércio em Cantão. Tal como acontece quando da chegada do *London*, a Cidade do Santo Nome de Deus defende sucessivamente os seus interesses comerciais e económicos, desenvolvendo estratégias em três frentes para o fazer, nomeadamente junto do mandarinato, de Lisboa, através do vice-rei da Índia, e das tripulações inglesas.

Com a viagem do *London*, sob bandeira portuguesa (encoberta) e com o objectivo de 'furar' o bloqueio holandês, os ingleses têm um primeiro contacto com Macau, tentando os sobrecargas da embarcação estabelecer contactos comerciais directos com os chineses e fundar uma feitoria no Sul da China, nomeadamente no enclave. O primeiro projecto arrasta-se pelo século XVII, até 1699, data da viagem do *Macclesfield* e do estabelecimento das relações comerciais inglesas directas com Cantão, e o segundo será concretizado, em 1841, após a primeira Guerra do Ópio, com a fundação de Hong Kong.

Bibliografia [304]

Fontes manuscritas

British Library (*Oriental and India Office Collection*, Londres):
G/12/1-3, 6-7, 10, 13-17, 32, 76, 78, 82;
G/3
G/17
G/19;
G/36;
G/40/4-5, 10-11, 14-15, 19-20;
R/10/5, 6, 11, 13.

Public Record Office (Londres)
SP 89/3-4, 9-10, 12, 17, 28, 31, 50, 67, 80.

Biblioteca Nacional (Lisboa)
Fundo Geral, códice 7640.

[304] Na medida em que a informação bibliográfica dos estudos e das fontes impressas apresentados em nota de rodapé é suficiente para a identificação das obras, na bibliografia apresentamos apenas as fontes manuscritas consultadas.

Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo (Lisboa)
Livros das Monções, livros. 27, 29, 31, 33-35, 38, 44-45, 48, 50;
Colecção de S. Vicente, vol. 12.

Filmoteca Ultramarina Portuguesa (Lisboa)
Arquivo Histórico de Goa, *Livro dos Segredos*, n.º 1.

Biblioteca da Ajuda (Lisboa)
Ms. Av. 54-X-19;
códs. 49-IV-56, 51-VII-34.

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
Macau, caixas 1-2, 6, 13, 20, 31.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 215-251

REIS, PRÍNCIPES E VARÕES INSIGNES NA COLEÇÃO BARBOSA MACHADO [1]

por

RODRIGO BENTES MONTEIRO [2]

O estudioso das coleções Krzysztof Pomian observa que seus objetos, embora preciosos e com altos preços no mercado, não participam do cotidiano das sociedades. Há um paradoxo nessa definição. As peças colecionadas são inúteis, mas valiosas. Uma visão psicológica destaca o afã de propriedade, a propensão para cumular dos indivíduos. Diz-se também que esses objetos são fonte de prazer estético, de conhecimento, prestígio, riqueza, ou que denotam a generosidade do possuidor [3].

Em sociedades diferentes da nossa, mobiliários funerários são sacrificados e oferecidos aos mortos. As relações entre vivos e mortos são como uma troca: os vivos privam-se do uso das peças, mas usufruem a proteção dos mortos. As oferendas também participam da troca entre homens e deuses, com rezas e sacrifícios. As peças nem sempre são expostas ao olhar dos homens, pois os habitantes do além as contemplam. Mobiliários funerários e oferendas formam igualmente coleções, pois seus objetos atuam como intermediários entre homens e deuses. Elos entre o profano e o sagrado, as oferendas representam o longínquo, o oculto, o ausente: longe no espaço,

---

[1] O artigo é parte da pesquisa *Recortes de Memória: imagens da monarquia e da sociedade na coleção Barbosa Machado*, parcialmente apoiada pela Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, sob coordenação de Rodrigo Bentes Monteiro e Pedro Cardim, com os pesquisadores David Felismino e Ana Paula Caldeira. O trabalho com os retratos contou com os ex-estagiários Ana Paula Caldeira, Guido Pinheiro Queiroz, Ana Cristina Rodrigues e Walter Marcelo Ramundo. O texto baseia-se em dois artigos preliminares: Rodrigo Bentes MONTEIRO, «Recortes de memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado», *in* Rachel SOIHET, Maria Fernanda BICALHO & Maria de Fátima GOUVÊA (org.), *Culturas Políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino da história*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005, pp. 127-154, e R. MONTEIRO, «O varão insigne Diogo Barbosa Machado», *in* Georgina SANTOS & Maria da Graça VENTURA (org.), *Biografias e Microbiografias no Império Colonial Português,* Lisboa, Colibri, no prelo.

[2] Departamento de História da Universidade Federal Fluminense / Brasil.

[3] Krzysztof POMIAN, «Colecção», *in* Ruggiero ROMANO (dir.), *Enciclopédia Einaudi. Memória – História*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v.1, pp. 51-86.

além do horizonte, longe também no tempo, passado ou futuro. Para Pomian as coleções são formadas por peças que participam do intercâmbio entre o visível e o invisível. Por isso estão fora do circuito econômico. Mas elas são também valiosas, submetidas à proteção especial. No mundo visível, de um lado se encontram os objetos úteis. De outro os *semióforos*, objetos sem utilidade, mas dotados de significado, representando o invisível, apenas expostos ao olhar. Assim resolve-se o paradoxo, pois o significado funda o valor de troca das peças de coleção. Essas são preciosas ao representarem o invisível, participando de sua superioridade.

As ações humanas também são classificadas por Pomian. No topo da hierarquia estão os homens *semióforos*, representando os deuses, os antepassados, a sociedade passada. Esses homens abstêm-se de atividades utilitárias, estabelecendo uma distância entre eles e os outros ao se rodearem de objetos *semióforos*. Desse modo, a hierarquia social conduz ao aparecimento de coleções. Em sociedades muito hierarquizadas, elas formam-se junto aos centros de poder. Em termos genéricos, na Idade Média o clero e os grandes senhores monopolizavam os *semióforos*. Formaram-se então novos grupos sociais com conhecimentos e capacidades: humanistas, antiquários, artistas, cientistas. Novos objetos apareciam nesse mundo: manuscritos e vestígios da Antiguidade, curiosidades, obras de arte, instrumentos científicos. E surgiam novos locais para o abrigo de coleções, como gabinetes e bibliotecas. Aproximamo-nos assim do nosso «objeto-coleção».

1. Há muitos aspectos a serem explorados na livraria organizada pelo abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado (1682-1772). Um tópico inevitável seria o vínculo deste bibliófilo com a *Academia Real de História*, da qual foi membro fundador em 1720, detalhando sua vida até a doação da coleção de livros, estampas, mapas e folhetos (aproximadamente 4.300 obras em 5.700 volumes) à *Real Biblioteca* entre 1770 e 1773, como parte do esforço de reerguimento da instituição após o terremoto de 1755. Sabe-se que frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, personagem erudita e conhecedora de várias bibliotecas européias, capitaneou a aventura livresca. Ele assegurou a Barbosa Machado, como gratidão régia, uma pensão vitalícia de 600.000 réis anuais. Cenáculo também era preceptor do príncipe da Beira D. José, neto de D. José I, educado como sucessor do trono português ante a possibilidade de renúncia de D. Maria, então princesa do Brasil, à sucessão [4].

---

[4] Lilia Moritz Schwarcz *et allii*, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis. Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 139-146. Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII,* Coimbra, Minerva, 2003. Íris Kantor, *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759),* São Paulo, Hucitec, 2004. Manuel Alberto Nunes Costa, «Diogo Barbosa Machado e a bibliografia portuguesa», *in Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, Oficinas Gráficas Barbosa & Xavier, 1986, pp. 291-340 e Benjamin Franklin

Igualmente procedente seria aprofundar o estudo das coleções e bibliotecas no *Setecentos* – como o fez o próprio Cenáculo –, parte fundamental do universo cultural do abade de Sever. Esquemas classificatórios, a ordem dos livros e leitores, dos folhetos perseguidos pelo clérigo Barbosa Machado, seguindo cânones da *Ilustração* e uma perspectiva mais secular. Mas também fixando valores e conquistas das sociedades do Antigo Regime, em especial a portuguesa [5].

A coleção Barbosa Machado oferece um rico testemunho de inclusão e exclusão social no Portugal do século XVIII, pois são muitas, mas não todas, as casas e personagens que integram os verbetes da *Bibliotheca Lusitana Hiftorica, Critica e Chronologica* … Nesta obra, *Bibliotheca* não designa um espaço arquitetônico para organização dos livros, mas um catálogo sobre outros livros. Em ordem alfabética por seus prenomes, mais de cinco mil figuras – incluindo-se o próprio acadêmico real – são apresentadas ao leitor mediante suas biografias e obras, desde o nascimento de Cristo até o tempo de Barbosa Machado. Os líderes, intelectuais, nobres e religiosos, muito elogiados, encontram-se dispostos em quatro volumes, valioso instrumento de consulta para pesquisadores, espécie de dicionário dos conhecimentos em Portugal e de seus grandes vultos [6].

A coleção de folhetos é formada por mais de três mil opúsculos, organizados em 145 tomos. Entre títulos sobre reis, senhores seculares e eclesiásticos de Portugal, do século XVI ao XVIII, figuram relatos de eventos, elogios oratórios e poéticos, sermões de nascimentos, aniversários, casamentos, funerais, entradas, orações pela saúde, biografias, genealogias, além de autos de reuniões de cortes e aclamações, notícias de batalhas e cercos militares, manifestos e tratados políticos, missões religiosas, procissões, autos de fé e

---

Ramiz Galvão, «Diogo Barbosa Machado», *in Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1876-1877, v.1, pp. 1-43, reproduzido em 1972, v.92, pp. 11-45. Norberto Ferreira da Cunha, *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004. Jean Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas,* Paris / Lisboa, Fundation Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1978.

[5] K. Pomian, *Collectionneurs, Amateurs et Curieux. Paris – Venise XVI – XVIII siècle*, Paris, Gallimard, 1987 e *Des Saintes Reliques à L' Art Moderne. Venise – Chicago XIII – XX siècle*, Paris, Gallimard, 2003. Roger Chartier, *A Ordem dos Livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII,* Brasília, Editora UNB, 1999 e *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*, São Paulo, Editora UNESP, 2004; Carlos Alberto Ferreira, *A Livraria Real Portuguesa*, Lisboa, Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958; e Luís Ferrand de Almeida, «D. João V e a Biblioteca Real», *in Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991, v. XXXVI, pp. 413-438. Sobre a nobreza em Portugal no século XVIII, Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832),* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

[6] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Hiftorica, Critica e Chronologica na qual comprehende a noticia dos auctores portuguezes, e das obras que compuzerão defde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo prezente …*, Lisboa Occidental, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747-1759, 4 v. Os dicionários no século XVIII atingem seus limites nas enciclopédias, e constituíram uma forma evoluída de memória exterior, fragmentando o pensamento. Jacques Le Goff, «Memória», *in* R. Romano, *Enciclopédia* … cit., p. 36.

vilancicos. Para a organização dos opúsculos em grossos volumes encadernados, Barbosa Machado aplicou de início critérios referentes aos gêneros literários e à natureza do evento (sermões, panegíricos, entradas, exéquias etc), e à personagem central do documento (reis, princesas, grandes de Portugal etc). Em seguida valeu-se da cronologia para dividir mais os volumes: «de 1640 a 1668», de «1669 a 1706», «no ano de 1750», por exemplo. A classificação espacial também ocorreu, ao identificar tomos com eventos na África, Ásia ou América, partes do império português.

2. Os opúsculos do início do século XVI até o reinado de D. José caracterizam uma *civilização da escrita*, no entender de Fernando Bouza Álvarez. Para o historiador espanhol, o mundo após a invenção da imprensa teria a escrita como aspecto fundamental para a difusão da informação e do poder. As fontes em questão – folhetos diversos e alguns manuscritos – seriam diretamente ligadas ao complexo burocrático e administrativo das monarquias, em especial as ibéricas nos séculos XV, XVI e XVII, analisadas pelo historiador. Em suma, elas configurariam o próprio poder monárquico na Época Moderna, e podem ser estudadas pelos historiadores sem arcabouços conceituais emprestados da antropologia e da sociologia [7]. Segundo Bouza Álvarez, a melhor maneira de definir o poder político é fundir em uma só idéia a coerção pela força argumentada por Max Weber com o recurso a formas suaves para se obter os mesmos resultados, sem violência. A escrita na Época Moderna seria um desses meios suaves e persuasivos, bem como as cerimônias, muitas vezes relatadas nos opúsculos colecionados por Barbosa Machado. Contudo, escritos e cerimônias comporiam o próprio poder de monarcas e grandes nesse tempo, sua natureza, não apenas configurando aspectos externos [8].

Essa perspectiva difere do entendimento comum de trabalhos como os de Marc Bloch, Norbert Elias e Roger Chartier. Embora tenham destacado aspectos importantes das monarquias e cortes na Época Moderna, um certo «senso comum» historiográfico estabeleceu que esses autores lidaram apenas com suas representações e símbolos, como o poder «dava-se a ver», e não com definições mais essenciais. Estas tendem a se confundir com a documentação jurídica – trabalhada, por exemplo, por Ernst Kantorowicz – ou com a prática política e institucional. Não é possível particularizar análises dessas obras na nova historiografia política e suas repercussões em trabalhos de outros historiadores. Tenciono apenas levantar questões pertinentes. Em uma sociedade do Antigo Regime, como distinguir representação

---

[7] Fernando Bouza Álvarez, *Del Escribano a la Biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV-XVII)*, Madrid, Síntesis, 1997, pp. 71-76 e *Corre Manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

[8] Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Econômica, 2002, pp. 170-248 e 695-1117. Cf. também Michele Fogel, *Les Cérémonies de l'Information dans la France du XVI^e^ au XVIII^e^ siècle*, Paris, Fayard, 1989.

e natureza, discursos cerimoniais e outros jurídicos – ou «oficiais» –, folhetos impressos para divulgação rápida e tratados teóricos, festas e instituições, em suma, aparência e essência [9]?

Por um lado, a impossibilidade do estabelecimento de distinções entre esses aspectos indica a especificidade da Época Moderna, e a improcedência de analisá-la segundo critérios da política atual. Mas por outro, a problemática entre os domínios da nova história política, da antropologia, da sociologia, foi expressa por Fernando Bouza em relação ao seu entendimento do uso da escrita, da fala e das imagens, diretamente identificadas por ele ao poder. O incômodo do historiador espanhol com os conceitos adaptados de outras áreas também sinaliza que o fenômeno do poder, existente nas sociedades humanas de todas as épocas e até entre os animais, merece ser estudado de forma desprendida das convenções acadêmicas que separaram o estudo da política, mormente a ciência política, de outros campos do conhecimento, como a psicologia e a antropologia. Em outras palavras, entendo que o desconforto manifesto por Bouza Álvarez não seria exatamente contra a contribuição de outras áreas, mas expressa o clamor pelo estudo da vida política e do poder como algo mais abrangente que teorias, instituições e facções. Isso não tem sido feito pela ciência política contemporânea, mas pode ser encaminhado, pelos historiadores dedicados a universos passados como a Época Moderna.

Para Annie e Laurent Chabry, estudiosos da política e antropólogos de formação, a ciência política, ao reservar para si um saber específico e estanque aos demais, limitou-se a descrever o funcionamento da política e suas disputas, multiplicando ao infinito as definições do conceito de poder. Esqueceu-se assim de compreendê-lo em sua mais profunda dimensão, relacionada aos fenômenos de dominação e submissão, e às motivações pessoais no seio de cada sociedade [10].

---

[9] Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, editado primeiramente em 1924; Norbert Elias, *A Sociedade de Corte. Uma sociologia da realeza,* Lisboa, Estampa, 1987, concluído em 1933; R. Chartier, *A História Cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa / Rio de Janeiro, Difel / Bertrand Brasil, 1990, primeira edição de 1982 e Ernst Kantorowicz, *Os Dois Corpos do Rei. Um estudo de teologia política medieval,* São Paulo, Companhia das Letras, 1998, publicado primeiramente em 1957.

[10] Os autores trabalham com uma abordagem multidisciplinar do poder, integrando estudos das ciências políticas, humanas e naturais. Destacam-se as contribuições da psicanálise definindo as estratégias do inconsciente e a fuga do real como importantes elementos para a compreensão de personagens poderosas, e a necessidade de consideração dos indivíduos nos respectivos contextos sociais (é estranha, no entanto, a ausência de menção aos trabalhos de Norbert Elias). Também o estudo do comportamento animal parece bastante elucidativo, ao se descrever, por exemplo, as ações dos babuínos líderes, suas demonstrações de força (o olhar intimidador, o andar) e o aspecto protetor na relação com o grupo, o que evidencia a expressão corporal e o problema da distinção entre natureza e representação do poder. Annie & Laurent Chabry, *Le Pouvoir dans tous ses États. Pour une nouvelle science politique*, Paris, Imago, 2003.

No entanto, será preciso entender o poder na Época Moderna de modo menos ingênuo que a historiografia do século XIX. No caso português, trabalhos coordenados por António Manuel Hespanha têm valorizado a compreensão daquela sociedade segundo um paradigma que alude a vários poderes interdependentes, criando redes de relações *clientelares* baseadas numa economia de dar e receber favores, e delegando ao monarca o papel de árbitro nos conflitos existentes. Embora outro paradigma seja proposto para o século XVIII, com o reforço do poder do Estado, permanece a consideração do mundo das mercês e das graças, definindo o lugar de cada agente social em relação ao rei, doravante mais legislador [11]. Essa abordagem historiográfica corrobora a importância da percepção de cada personagem e sua inserção particular nos jogos de poder das elites, na configuração de uma sociedade de corte. Desse modo, não se pode considerar o trabalho organizado por Diogo Barbosa Machado mero fruto dos desígnios régios em relação à *Academia Real de História*. Uma análise superficial de seus métodos já o caracteriza autor de sua coleção, ao classificar folhetos e destacar retratos de modo peculiar. Pois Barbosa Machado recortava também molduras, decompunha estampas de árvores genealógicas, fazia arranjos originais, sobretudo selecionava *quem* merecia entrar em seus álbuns [12].

3. Nas estampas, ou «retratos», 1.897 imagens compõem seis grandes álbuns, sendo dois dedicados aos reis, rainhas e príncipes de Portugal, com 414 estampas, e quatro referentes aos *varões portugueses insignes*. Em *virtudes e dignidades* (tomo III), em *artes e ciências* (tomo IV), e em *campanha e gabinete* (tomos V e VI), com 544 estampas. Há ainda dois outros volumes referentes a *pontífices, cardeais, bispos, reis, príncipes e varões insignes*, somando 663 estampas, mais genéricos e não apenas referentes a Portugal. Também fazem parte da biblioteca de Diogo Barbosa Machado, mas não foram encadernados originalmente junto aos demais. Portanto, a classificação dos retratos – ao menos nos seis volumes iniciais –, refere-se ao *status* e ao reconhecimento de personagens mediante suas áreas de atuação: reis, príncipes ou varões portugueses, destacados em religião, artes, letras e ciências, governo ou grandes feitos de conquista, em maioria ordenados cronologicamente. Em desacordo com os títulos, as mulheres – em especial as santas – não estão de fora, e sim os plebeus iletrados, sem santidade ou grandes feitos, desde as origens do reino até 1770. Por vezes, a vontade de figurar entre os *insignes* ultrapassou a própria autoria de Barbosa Machado.

---

[11] António Manuel Hespanha (org.), José Mattoso (dir.), *História de Portugal. O Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1992, v. 4.

[12] Não havia ainda particularizado dessa forma a atuação de Barbosa Machado. R. Monteiro, *O Rei no Espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*, São Paulo, Hucitec, 2002, pp. 316-327. As relações entre indivíduo e sociedade são desenvolvidas por N. Elias, *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro, Zahar, 1990 / 1993, 2 v., e *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

As imagens de alguns varões posteriores ao momento de doação da coleção aparecem nos versos das folhas ou abaixo de outra gravura, sinalizando que também eles – provavelmente por meio de seus admiradores – queriam aparecer naquela sociedade de elites historicizada [13].

A memória é sempre viva, atual, revivificada. Como sabemos, a *Real Biblioteca* veio em caixotes para o Rio de Janeiro em 1810, após a corte portuguesa. Posteriormente foi comprada por D. Pedro I nos acordos que sucederam a independência. A coleção Barbosa Machado passou a integrar o acervo da *Biblioteca Imperial*, a partir de 1878, *Biblioteca Nacional.*

Os aspectos mnemônico e diacrônico da coleção de retratos – as gravuras dos seis volumes são dispostas cronologicamente – fazem com que ela não possa ser considerada uma «revista da alta sociedade» portuguesa, voltada para o século XVIII. O comentário, espontâneo, feito por uma bibliotecária da seção de iconografia da *Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro,* apresenta indubitável ana-cronismo. Mas os álbuns lembram essa analogia, por seu caráter elitista, pelo capricho do organizador, pelos ornamentos de molduras adaptados aos retratos recortados, e os textos também afixados para descrever figuras. Mais uma vez segundo Fernando Bouza, a imagem visual gozou na Época Moderna – bem como a palavra e a escrita – de um *status* especial que a tornava eficaz no momento de representar um *ethos* estamental, distinguindo e sancionando práticas aristocráticas mediante vestimentas, posturas e expres-sões corporais. Os retratos também funcionavam como um bom presente para ser anexado às notícias, satisfazendo curiosidades distantes [14].

Por sua vez Diogo Ramada Curto observa que, entre os cinco sentidos, a vista ocupava lugar de destaque. Os olhos eram considerados superiores às outras partes do corpo, e as imagens visuais investiam o vocabulário político. A presença visual do rei não era dissociada das práticas rituais em que o poder se formava pelo gesto e pela imagem, nem das ações de divulgação da figura real inscritas nas gravuras. Essa percepção visual do corpo do rei configurava hábitos mentais, o recurso à imagem impregnando o cotidiano. Os retratos revelavam assim outra forma de utilização da imagem, com sua difusão promovida pelas elites, através da gravura ou da pintura, em variados formatos. Com imagens dos reis, dos santos ou das elites, o corpo estava no centro da representação, o que evidenciava o uso de metáforas corporais nas relações entre poder e sociedade. Desse modo, os livros de emblemas e os hábitos visuais sistematizados pela memória ajudam a compreender os usos analógicos das imagens. Na coleção Barbosa Machado, as estampas provêm em maioria dos séculos XVII e XVIII, no entanto muitas delas

---

[13] José Zepherino de M. Brum (org.), «Catálogo dos retratos colligidos por Diogo Barbosa Machado», *in Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1893 / 1896 / 1898 / 1904, volumes 16, 18, 20 e 26.

[14] F. Bouza, *Palabra e Imagen en la Corte. Cultura oral y visual de la nobleza en el Siglo de Oro*, Madrid, Abada, 2003.

referem-se a personagens bastante anteriores, idealizando figuras e revitalizando memórias [15].

No *Vocabulário Portuguez e Latino…,* do padre Raphael Bluteau, a memória é descrita como uma faculdade da alma na qual se conservam coisas passadas, por meio da qual lembra-se do que viu e ouviu, podendo ser relacionada ao… *que os noffos mayores deixàrão para eternizarem na pofteridade fua magnificencia, piedade, & outras virtudes*. Para Jacques Le Goff, a memória reenvia-nos para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem atualiza impressões pretéritas, representadas como passadas. O ato mnemônico fundamental seria narrativo, caracterizado por sua *função social*, ao comunicar a outrem uma informação na ausência do acontecimento ou objeto em questão [16].

Torna-se procedente assim associar as principais personagens de Barbosa Machado à história da própria coleção, e às monarquias portuguesa e brasileira. Os *Retratos de Reys, Rainhas e Príncipes de Portugal* constituem os dois primeiros tomos compilados pelo abade em 1746, com 690 estampas. Outros dois tomos da coleção de retratos também incluem reis e príncipes europeus. Não resta dúvida acerca da pertinência do tema para a investigação da trajetória e do significado desta coleção. Nos folhetos ou retratos, os reis aparecem em primeiro lugar, ordenando uma sociedade e fixando valores [17].

---

[15] Diogo Ramada Curto, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650),* Lisboa, Universidade Aberta, 1988, p. 12. Cf. também Ana Isabel Buescu, *Imagens dos Príncipes*, Lisboa, Cosmos, 1992; Ana Maria Alves, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, e Sergio Bertelli, *Il Corpo Del Re. Sacralità Del potere nell'Europa medievale e moderna*, Firenze, Ponte Alle Grazie, 1995.

[16] Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*… Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, pp. 414-418. Citação: p. 417. Particularizando o caso francês, no século XI criou-se a palavra *mémoire*. No século XIII surge *memorial*, referente às contas financeiras, e por volta de 1320, *mémoire*, no masculino, designando um dossiê administrativo. A memória torna-se então burocrática, a serviço da monarquia. No século XV presencia-se o aparecimento de *mémorable*. Acerca de 1552, aparecem os *mémoires* escritos por personagens expressivas. Aproximadamente em 1726 cria-se o termo *mémorialiste* e em 1777, *memorandum*. Com a memória jornalística e diplomática, surge a opinião pública construindo também sua memória. Na primeira metade do século XIX presenciam-se as criações de *mnémonique*, *mnémotechnie* e *mémorisation*, termos que testemunham os progressos da pedagogia. Enfim, o *aide-mémoire* surgido por volta de 1853 mostra um cotidiano caracterizado pela memória. A partir de 1907, *mémoriser* resume a influência da memória em expansão. Entretanto, o século XVIII joga um papel decisivo no alargamento da memória coletiva: A *Grande Enciclopédie* de 1751 é uma memória alfabética parcelar na qual cada engrenagem isolada contém uma parte animada da memória total. J. Le Goff, «Memória» … cit., pp. 11-50. *Mnemónico*, *memorando*, *memorial* e *memorativo* também são descritos em R. Bluteau, *Vocabulário* … cit., p. 414.

[17] Os *Retratos de Pontífices, Cardeais e Bispos, Reys e Príncipes e Varões Insignes* (tomo VII, 401 estampas), e os *Retratos de Pontífices, e Soberanos, e Eclesiásticos e Seculares* (tomo VIII, 262 estampas), segundo numeração que considera o total da coleção de retratos, são miscelâneas que denotam menos capricho e organização que os volumes anteriores. Eles são descritos no catálogo manuscrito de Barbosa Machado, mas não junto aos tomos certamente coligidos pelo abade. Diogo Barbosa Machado, *Cathalogo dos Livros da Livraria Diogo Barbosa Machado distribuídos por em matérias e escrito por sua própria mão*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, s.d.

4. Alain Boureau disserta sobre o rei como memória na coletânea de estudos de Pierre Nora [18]. Certo, a história da realeza francesa como *lugar de memória* é diferente da que une Portugal e Brasil, pela continuidade de monarquias entre o Antigo Regime e o século XIX, além das mudanças institucionais. A historiografia francesa, em meio ao processo revolucionário durante esse mesmo século, construiu uma imagem antitética da realeza no Antigo Regime, e cunhou o termo *absolutismo* – não há república sem absolutismo. Na França, a idéia de uma monarquia forte no passado servia para melhor definir as liberdades republicanas segundo os propósitos jacobinos e depois socialistas, ou para caracterizar o processo centralizador do Estado, na linha de Tocqueville – para quem a história era a mestra da vida [19]. Em meio aos sete regimes políticos que vigoraram no país no *Oitocentos* – do consulado ao Primeiro Império no período napoleônico, a *Restauração* da monarquia constitucional, o *justo meio* de Luís Filipe, a Segunda República, o Segundo Império de Luís Napoleão, a Comuna de Paris e a Terceira República – os historiadores franceses construíram uma memória da realeza com um poder maior, confundindo projetos e práticas políticas. No entanto, a memória dos reis, como vilões ou exemplos, continuou a ser forte para contar a história do país. Os reis personificavam o Estado [20].

Mas o que comentar, sobre retratos de reis, rainhas e príncipes de Portugal, que viajaram com uma monarquia e presenciaram a construção de outra, sua herdeira? A história do Brasil no século XIX também é marcada pelas vicissitudes monárquicas: a corte joanina, o Reino Unido, o Primeiro Reinado, do período regencial ao início do longo Segundo Reinado, a República. Por que foi importante adquirir a coleção, trazê-la para o Brasil, comprar sua permanência e cuidar de sua conservação? Trabalhos recentes na historiografia brasileira têm concedido atenção ao tema da imagem do soberano e ao simbolismo monárquico em variados períodos e contextos sociais [21]. Sob esse prisma, é indicado conhecer a memória dos reis portugueses, em relação à história do Brasil.

---

[18] Alain Boureau, «Le roi», *in* Pierre Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1997, v. 3, pp. 4521-4544, publicado primeiramente em 1992.

[19] Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, publicado primeiramente em 1856.

[20] Fanny Cosandey & Robert Descimon, *L'Absolutisme en France. Histoire et historiographie*, Paris, Seuil, 2002. Cf também Emmanuel Le Roy Ladurie, *O Estado Monárquico. França 1460-1610*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994 (primeira edição francesa de 1987), e *L'Ancien Régime 1610-1715 e 1715-1770*. Paris, Hachette, 1991, 2 v.

[21] Trabalhei com a imagem dos reis Bragança no ultramar americano no período da *Restauração* até o reinado de D. João V como elemento de ordem e integridade territorial, fornecendo subsídios para entender porque o Brasil independente tornou-se monárquico. R. Monteiro, *O Rei no Espelho*... cit.; Marina de Mello e Souza aborda a mescla de simbologias régias – européia e africana – nas congadas entre os séculos XVIII e XIX. *Reis Negros no Brasil Escravista. História da festa da coroação do rei congo*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002; Iara Lis Carvalho Souza aborda o processo de construção e descarte da imagem de D. Pedro I (1822-1831) como imperador e posteriormente herói nacional. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo*

Para Alain Boureau, a imagem do rei não é inerte; o material histórico que compõe essas imagens adquire sentido por quem lembra as particularidades de cada rei ou reinado: qual seja um erudito, ou um estudante escolar[22]. É preciso compreender assim o papel da imagem régia em meio a uma história simbólica, além de instituições ou ideologias. O rei será considerado uma *persona*. Personagem mnemônica, favorece a expressão de uma continuidade cronológica, e estrutura o tempo segundo o princípio sucessório: estampas de reis germanos antes de Portugal, dinastias de Borgonha, Avis, Habsburgo e Bragança, nessa ordem na coleção Barbosa Machado. Os próprios soberanos estabelecem a força da cronologia. Ao utilizarem nomes recorrentes – Afonsos, Joãos, Filipes, Pedros –, desdobram o tempo. Constata-se que o *rei* contribui para uma identidade *nacional*, não propriamente por construir um consenso de opiniões, mas por seu caráter tópico. Carregada de lembranças e afetos poderosos, a figura real provoca e elabora temas coletivos. Por sua vez a ambivalência da função régia – laica ou clerical, visível ou secreta, estática ou dinástica – contribui para que ela seja tema comum, pois o *rei* forma pares, com a Igreja, o povo ou a aristocracia.

No referente às etapas da construção do Estado, elas parecem seguir uma lógica independente aos monarcas. Mas cada um desses eventos relaciona-se a uma personalidade régia específica. No caso português, a fundação do reino com D. Afonso Henriques, a cobrança das sisas com D. João I, a subjugação da nobreza e o projeto expansionista com D. João II. O *rei* dramatiza o processo de *construção do Estado*[23]. Ao *rei-Estado* associa-se a figura do *rei-lei*. Ernst Kantorowicz notou que a primeira tentativa de afirmação de uma soberania emancipada da limitação *crística* consistiu na elaboração da teoria do monarca como *lei animada*, *filho e pai da justiça*, idéia desenvolvida pelos juristas de Frederico II Hohenstaufen no século XIII[24].

---

político autônomo 1780-1831, São Paulo, Editora UNESP, 1999; L. SCHWARCZ trabalha com o mito monárquico em torno da biografia de D. Pedro II (1831-1889). *As Barbas do Imperador. D. Pedro II. Um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998; e Martha ABREU associa a festa do *Divino Espírito Santo* aos símbolos do poder monárquico no Brasil. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

[22] Para essas reflexões, A. BOUREAU, «Le roi» … cit.

[23] Na história de Portugal eram procurados modelos de monarcas heróis. D. Afonso Henriques e o *Milagre de Ourique* funcionaram na *Restauração* como elementos de legitimidade da nova dinastia brigantina. D. João I também é significativo, primeiro príncipe dinástico que concorria com o condestável D. Nuno Álvares Pereira, símbolo da casa de Bragança por laços de parentesco. Ao lado destes três mitos fundadores, somente D. João II se destacava. No século XVII a imagem do *Príncipe Perfeito* chegava a ser superior a de D. Sebastião. Acentuava-se o perfil de um rei centralizador, que organizava o Estado e se apoiava nas camadas nobres, embora também sejam observadas suas ações precipitadas e sangrentas, sugerindo diversidade de apropriações da mesma figura. R. CURTO, *Discurso* … cit., pp. 22-25.

[24] E. KANTOROWICZ, *Os Dois Corpos* … cit., pp. 72-124. A. BOUREAU também foi crítico da obra de Kantorowicz, questionando o consenso social acerca da representação régia mediante seu segundo corpo. *Le Simple Corps du Roi*, Paris, Éditions de Paris, 1988, e *Histoires d'un Historien Kantorowicz*, Paris, Gallimard, 1990.

No Portugal restaurado, a ambivalência desse aspecto da realeza permitiu a valorização de um contrato que preservava a soberania «popular» em contraposição ao exercício do poder régio, sempre suspeito de tirania [25]. No entanto, o *rei* constitui a figura concreta, marca do conjunto do laço social. Graças aos historiógrafos, dignificaram-se como heróis nacionais, conquistadores, descobridores, ou defensores.

Segundo Boureau, os mecanismos de *representação*, *projeção* e *identificação* animam a lembrança da figura real. Há uma velha idéia de que o *rei* é encarregado de produzir uma imagem pública da cerimônia, da etiqueta, da tradição. O *rei* assim seria o ponto de encaixe de uma série de símbolos que designam um certo fausto, uma despesa admitida pelo povo sem grandes conseqüências políticas ou sociais. Ao *representar* o passado, posiciona-se como lugar dos afetos políticos, transformando-se em puro símbolo, traço mnemônico de associações antigas e fortes. Esse aspecto simbólico da personagem real assegura sua sobrevivência. O *rei* do Antigo Regime permite *representar* empiricamente o laço social, antes de qualquer teorização política, de modo análogo como, segundo Freud, a memória (ou *representação*) de um acontecimento arcaico ordena os múltiplos afetos que formam a personalidade. Em suma, o *rei* «é», pois «já estava lá» [26].

A noção de *majestade* herdada do Império Romano, depois da Igreja, concebia o soberano em condição de significante puro no sistema político. Ela nunca foi definida em termos institucionais, somente provada negativamente pela transgressão no crime de lesa-majestade, em Portugal mais bem delimitado pelo sistema judiciário no período pombalino, tempo de Barbosa Machado. Para Alain Boureau o *rei* não funda, mas *representa* a majestade. Ele não goza de nenhuma sacralidade pessoal, mas sua função de *representação* reserva-lhe uma zona sagrada. Na monarquia portuguesa, percebe-se claramente a *representação* na tentativa de associação entre os poderes régio e eclesiástico no reinado de D. João V, em busca de maior sacralidade institucional [27].

O segundo mecanismo que lembra a imagem régia segundo Boureau seria a *projeção*. O *rei,* no cume da hierarquia política, *projeta* imagens que lhe fortalecem, como D. João V ao tentar canonizar D. Afonso Henriques. O gênero do emblema, pródigo na coleção Barbosa Machado e florescente na cultura européia desde o século XVI, ilustra bem esse mecanismo, pois cada virtude, figura ou detalhe das imagens *projeta* em direção ao *rei* uma visão

---

[25] Luís Reis TORGAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, 2 v.

[26] A. BOUREAU, «Le roi» … cit.

[27] A função representativa acha-se também nas ligações entre a monarquia e a corte, que remete a uma sociedade caracterizada por novas formas de comportamento, pelo controle dos afetos, por hierarquias e posições sancionadas pela etiqueta. Nesse quadro, o rei sacrifica-se à função representativa. N. ELIAS, *A Sociedade de Corte* … cit.

idílica [28]. Essa percepção da função régia não deve mascarar um aspecto oposto da *projeção*, pois o *rei* pode ser também alvo de investimento negativo – como ocorreu com D. Afonso VI – ou fonte de valores novos, nos exemplos de D. Antonio Prior do Crato, ou de D. Sebastião. D. Sebastião por sua vez lembra que a força fantasmagórica da *projeção* pode até ressuscitar, por meio de impostores ou iluminados, reis defuntos, portadores de esperanças de renovação ou justiça, evidente nos reis escondidos por Yves Bercé, e no sebastianismo desvendado por Jacqueline Hermann [29].

A *projeção* também supõe que o *rei* encontre a medida da distância em relação aos súditos. Se próximo demais, muito semelhante ou distante, ou por demais inacessível, bloqueia o mecanismo. Mede-se bastante a popularidade dos reis por essa adequação. Mais uma vez, o exemplo paradoxal é o de Afonso VI. Mentecapto e preso, distante, sua situação provocou piedade entre os súditos. Ao mesmo tempo, sua alienação deu a sua soberania de rei ausente qualquer coisa de eminente e distinta, pondo em perigo a regência do irmão usurpador D. Pedro em 1673, depois Pedro II. Esse aspecto psicológico da piedade com o *rei* sublinha que a *projeção* não pode ser compreendida em separado da *identificação*.

Nas crônicas e romances, o rei associa sua existência cotidiana às vidas dos homens mais simples, como um ser que nasce, casa, gera herdeiros e morre, comportando-se como membro de uma família, seu chefe, o pai de família. Dessa forma, o princípio dinástico se constrói como hipérbole da sucessão e da ordem patrimonial, embora o caso português apresente variações do processo sucessório, evidenciando uma monarquia regulada pela hereditariedade do cargo, mas também pelas conveniências políticas. O próprio rei acentua sua natureza metafórica de pai de família. Pensemos nas celebrações dos casamentos régios, dos nascimentos de príncipes, nas entradas. Casamentos também, do rei com seu reino, com sua corte. Ninguém em Portugal mais que D. João V aproveitou as vantagens da identificação do varão procriador, independente de confissão religiosa, propagando sua aura de amante vigoroso e freirático, gerador de filhos bastardos. Entretanto,

---

[28] Andrea Alciato propagou na Europa do século XVI o *emblema*, equivalente aos hieroglíficos egípcios, cujo hermetismo se considerou profundo e misterioso. O gênero converteu-se num jogo enigmático, mas com o tempo adquiriu fins didáticos, associados às virtudes humanas. O *emblema* de Alciato era composto por três elementos: o lema ou mote, frase sintética em grego ou latim explicada no epigrama e na gravura; a gravura, e um epigrama em latim, que explica o desenho com uma moralidade ou lição. De início Alciato compôs epigramas com títulos, e os editores acrescentaram as gravuras, dando lugar ao novo gênero. A emblemática criou um sistema compósito que influiu na literatura, educação, nos sermões e festas. A obra de Alciato possui 171 edições entre 1531 e o século XVII, com traduções em vários países, inclusive na Península Ibérica. Andrea ALCIATO, *Emblematum Libellus*, Augsburgo, Heinrich Steyner, 1531.

[29] Yves-Marie BERCÉ, *Le Roi Caché*, Paris, Fayard, 1990, pp. 17-81 e Jacqueline HERMANN, *No Reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII,* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

também era pai de família e católico fervoroso. A história anedótica dos reis freqüentemente alterna momentos desavergonhados com aspectos de ordem moral [30].

5. Pode-se supor que a memória dos reis de Portugal organizada em retratos por Diogo Barbosa Machado tenha permanecido morta a partir de 1810, quando a coleção chegou ao Rio de Janeiro. Mas a simples inclusão de alguns retratos posteriores nos álbuns desautoriza a interpretação. Personagens da corte joanina também queriam estar entre os *varões insignes*, ao lado dos *reis, rainhas e príncipes de Portugal*. Todavia, é razoável pensar que a coleção tenha ficado por um tempo esquecida, depositada precariamente no convento da Ordem do Carmo (na atual Praça XV de Novembro), depois no Largo da Lapa (hoje Rua do Passeio). Somente a partir de 1870 ela encontraria seu protetor.

O gaúcho Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) já havia atuado como médico na *Guerra do Paraguai*, e professor do Colégio Pedro II – tendo sido também aluno –, quando foi nomeado aos 24 anos diretor da *Biblioteca Imperial*. Após viajar por treze meses estudando a organização de bibliotecas européias – frei Manuel do Cenáculo Villas Boas fez o mesmo no tempo de reconstrução da *Real Biblioteca* –, Ramiz Galvão traçou amplo programa de reformas, ampliando o horário de consultas na *Biblioteca Imperial* e investindo nos processos de classificação e catalogação. Em 1876 foram criadas seções especializadas, entre elas a de estampas, hoje de iconografia. Nesta seção podemos ler os relatórios trimestrais de seu primeiro chefe, José Zepherino Brum, quando se iniciaram os trabalhos de restauração da coleção de retratos Barbosa Machado em 1883, afã que duraria mais de dez anos [31].

Nos afazeres cotidianos do restauro evidenciam-se as dificuldades de classificação das estampas, devido aos métodos do colecionador, que mutilava freqüentemente retratos para encaixá-los em molduras, omitindo desenhistas, gravadores e datas. Mas também são descritas as habilidades artísticas de um funcionário, senhor Montenegro, que fazia as folhas de rosto dos tomos VII e VIII, «… imitando com tanta exatidão os caracteres tipográficos dos títulos dos outros volumes da coleção que dificilmente se poderá descobrir diferenças entre os dos impressos e os dos manuscritos[32]».

---

[30] Bertelli vale-se da analogia entre o macho e o domínio do reino, por exemplo, quando trata da *braghetta* saliente no retrato de Filipe II, por Ticiano, sugerindo o falo ereto. S. BERTELLI, *Il Corpo del Re* … cit., p. 155.

[31] Edson Nery da FONSECA, *Ramiz Galvão. Bibliotecário e bibliógrafo*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1963, e J. BRUM *et allii, Registro dos Relatórios Trimestrais da Secção de Estampas da Bibliotheca Nacional,* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1876–1898 (manuscrito).

[32] Ramiz Galvão e Brum inferiram que outros dois álbuns de retratos descritos no catálogo manuscrito de Barbosa Machado, faziam parte da coleção organizada pelo abade, e por isso mandaram fazer folhas de rosto idênticas, além de alterar a encadernação do «tomo VIII», diferente dos demais. Não há provas que esses tomos foram coligidos por Barbosa Machado; apenas que integravam sua biblioteca. J. BRUM, «Introdução» e «Bibliografia das principais

Os senhores Montenegro e Peixoto foram os responsáveis pelo desmonte dos álbuns originais, descolamento e lavagem de todas as estampas, e pela montagem de tudo em novos suportes encadernados. Processos de restauração do século XIX, hoje considerados falsificação.

O primeiro artigo do primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, datado de 1876 e assinado pelo bibliotecário Ramiz Galvão, o barão de Ramiz, foi dedicado à vida e à obra de Barbosa Machado [33]. Até hoje este estudo é fonte de valiosa referência. O catálogo dos retratos de Barbosa Machado foi publicado em vários volumes nos *Anais da Biblioteca Nacional*, outra iniciativa de Ramiz Galvão, com introdução de Zepherino Brum, a partir de junho de 1893 [34]. O barão de Ramiz era ainda preceptor dos filhos do conde d'Eu e da princesa Isabel, netos do imperador, cargo de expressivo símbolo. Como frei Cenáculo em relação ao príncipe da Beira, Ramiz Galvão educava os herdeiros do trono, agora brasileiro.

Embora a freqüência de leitores à seção de estampas fosse pequena e irregular, membros da família imperial visitavam a seção, trocando gravuras repetidas por outras. Com a proclamação da República em 1889, as formas de tratamento entre os bibliotecários mudavam: o imperial *Deus guarde vossa Senhoria* cedia lugar ao *cidadão bibliotecário*. Em 1895, o *cidadão* Ramiz Galvão foi convidado a organizar o catálogo do *Real Gabinete Português de Leitura*.

Os vínculos de Ramiz Galvão com a monarquia brasileira nos últimos anos do Império ainda são merecedores de estudos mais cuidadosos. Entretanto, importa caracterizar sua atuação como um *momento forte* de memória do reis de Portugal no Brasil, mediante a restauração e a divulgação da coleção Barbosa Machado, incluindo-se sua inevitável intervenção – juntamente a Brum – em todo esse processo, o que os fez também co-autores da coleção. Parece significativo que esse momento tenha acontecido em meio à batalha de símbolos ocorrida no período, referida por José Murilo de Carvalho: construção do mito do Tiradentes republicano e rivalidades com o heroísmo nacional de D. Pedro I; bandeiras, alegorias e hinos idealizados por jacobinos, liberais e positivistas; os projetos vencedores que apresentavam alguma continuidade ao passado monárquico; além da popularidade da família imperial entre grupos populares e negros, principalmente após a abolição da escravatura[35].

---

obras citadas neste catálogo», *in Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1893, v. 16, pp. I-XIX. Citação: p. II.

[33] R. Galvão, «Diogo Barbosa Machado» … cit, e «Diogo Barbosa Machado. Catálogo de suas coleções», *in Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1876-1877, v.2, pp. 128-191; 1877-1878, v. 3, pp. 162-181 e 279-311; e 1880-1881, v.8, pp. 222-431.

[34] J. Brum (org.), «Catálogo dos retratos …» cit.

[35] José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas*. *O imaginário da República no Brasil,* São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Sem enveredar por uma análise que discuta a força ou a ausência de participação popular e das elites na instauração da república no Brasil [36], é possível considerar a restauração dos retratos de reis, rainhas e príncipes de Portugal, e a divulgação e organização feitas sobre a coleção Barbosa Machado, como atos reveladores de intenções políticas e culturais. Embora a repercussão desses atos possa ter sido restrita a um público letrado e curioso, ela se desdobrou no tempo. As atuações das bibliotecárias Lygia Fernandes da Cunha – na elaboração de artigos e exposições sobre a coleção – e Rosemarie Horch – na restauração e catalogação dos folhetos – em meados do século XX, também configuram momentos expressivos no trabalho com esse conjunto documental, outros recortes de memória. Mais uma vez lembrando Le Goff, a memória ora retrai-se, ora transborda, mas sempre desempenha alguma função social [37].

6. Mas os reis não existem sem os *varões insignes*. Como os soberanos, eles foram personagens destacadas pelo colecionador, mediante estampas gravadas em metal ou madeira, compondo a maioria dos álbuns organizados pelo abade. Torna-se oportuno assim refletir sobre a importância dessa documentação em seu contexto político e cultural, a *civilização da escrita*. Para monarcas e poderosos, tratava-se de divulgar o evento régio ou o elogio nobre rapidamente. Esse mundo de textos e impressos fazia com que também seus autores, tipógrafos e censores fossem inseridos nos esquemas de busca de mercês e privilégios, como mostraram as cerimônias da informação de Michele Fogel para o caso francês, e o estudo das entradas filipinas em Lisboa realizado por Ana Paula Megiani [38].

Importância também da imagem, associada ou não à escrita. Fernando Bouza Álvarez trata dos usos visuais da cultura aristocrática de corte como forma de se conhecer, comunicar e criar memória. A necessidade da divulgação das tarefas e posições de personagens, os episódios da luta política em torno do rei, qual seja a disputa entre distintas facções de corte, ou a oposição entre velha e nova nobreza, são indispensáveis para se compreender o processo de criação de uma opinião pública. Em especial no mundo da Península Ibérica entre os séculos XVI e XVII, analisado pelo historiador [39].

Para Bouza, o recurso da aristocracia a expedientes culturais nesses enfrentamentos constituiu um elemento principal de sua auto-percepção, como grupo destinado a governar de forma privilegiada junto aos príncipes. Surgia assim a idéia de um cavaleiro político, amigo erudito dos homens de

---

[36] J. Carvalho, *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

[37] J. Le Goff, «Memória» … cit.

[38] F. Álvarez, *Del Escribano a la Biblioteca* … cit., pp. 71-76, e *Corre Manuscrito* … cit. M. Fogel … cit., e Ana Paula Torres Megiani. *O Rei Ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619),* São Paulo, Alameda, 2004, pp. 187-281.

[39] F. Bouza, *Palabra e Imagen* … cit., pp. 67-149.

letras, antiquário, literato, artífice de si mesmo, que aliava essas amostras de gênio à tradicional função militar. Justificava assim seu papel no governo da monarquia, em atenção ao seu *ethos* estamental.

Cada condição carregava consigo uma forma de falar e deixar-se ver, e sua reputação exigia o cumprimento dessa visualidade predeterminada. A ascensão social equivalia também à adoção de formas visuais dos estratos sociais superiores, os quais, acuados pelos imitadores, encontravam novas formas de afirmar sua distinção. Numa época com altas taxas de analfabetismo, a sociedade reconhecia a si mesma vendo-se em gestos, lugares ou aparências. Naquele mundo, eram comuns os pedidos de retratos para se conhecer melhor personagens de acontecimentos distantes, satisfazendo a demanda de notícias, paralelamente à remissão de avisos e relações de sucessos. Imagem e escrita andavam juntas – como percebemos nos retratos compostos a versos, recortados por Barbosa Machado.

Considerando a relativa autonomia dos usos culturais da aristocracia cortesã, a análise de Fernando Bouza sobre as relações entre nobres e artífices aborda a circulação de retratos como «serviço cavalheiresco». O recurso de nobres a retratadores fazia com que essa prática cultural fosse inserida no esquema de serviço e de mercês. Aristocratas demonstravam sua liberalidade franqueando suas bibliotecas a curiosos e escritores. Do mesmo modo, oferecer como presente o retrato de si mesmo era um gesto de cavalheirismo. Para a cultura européia da Idade Moderna, os retratos, fossem ou não do rei, serviam para outras coisas além da figuração da presença de uma pessoa, e raramente só serviam para esse fim [40].

No caso extremo dos retratos de aparato à majestade, nem seria necessário esboçar os traços particulares para se reconhecer uma identidade régia. Talvez tenha sido essa a situação narrada por Capistrano de Abreu, na conjuntura da *Guerra dos Emboabas* (1708-1709), envolvendo paulistas e forasteiros pela posse das minas de ouro na América portuguesa:

«O ódio era demasiado forte de parte a parte para prevalecer qualquer solução mais humana. (…) interveio, porém, D. João V, com o prestígio semidivino da realeza naquelas inteligências rudimentares: 'Entendendo o soberano que ânimos generosos se deixam vencer com qualquer afago, lhes enviou pelo novo governador um retrato seu (…) para que entendessem que visitando-os daquele modo, já que pessoalmente o não podia fazer, tomava aos paulistas debaixo de sua real proteção'. Com este singular presente se satisfizeram, e esquecidos dos agravos passados depuseram as armas [41].»

---

[40] Filipe II mandou uma medalha de ouro com seu retrato ao antigo governador da Índia Francisco Barreto, então capitão mor das galés portuguesas, em 1564, fato narrado por Diogo Couto. O retrato recompensava o serviço prestado ao rei, mas também era símbolo da dívida pessoal de gratidão do *Prudente*. F. Bouza, *Palabra e Imagen* … cit, p. 95. Cf. também *Imagen y Propaganda. Capítulos de história cultural del reinado de Felipe II,* Madrid, Akal, 1998.

[41] Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior Pontes*, Lisboa, s. ed., 1752, p. 274, *apud* Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / Publifolha, 2000, p. 176.

A imagem do rei, cujo episódio foi romanceado por Ana Miranda [42], era capaz de apaziguar conflitos na região mineradora em formação. Mas não apenas pela imposição avassaladora, como sugeriram o historiador e a romancista. O «singular presente» não excluía o jogo de anistias e penas leves empreendido pela monarquia portuguesa, expresso nas palavras do próprio D. João V, ao recomendar ao novo governador «… que sempre será mais seguro recorrer aos meios brandos e suaves para se emendarem e moderarem estes movimentos entre uns e outros vassalos do que dos rigorosos de que podem nascer algumas perturbações, que não tenham depois fácil composição [43].»

Fernando Bouza considera os retratos régios instrumentos a serviço da política monárquica. Mas também elementos de uma cultura de corte específica. O exemplo de acrescentar um valor extra-artístico ao retrato era fornecido pelo próprio rei. Cartas autografadas e retratos eram indicados para cumprir essa obrigação do dom, em especial quando se tratava de pessoas distantes. A compreensão da exata medida dessa relação entre a cultura da nobreza na Idade Moderna e os modelos régios, configurando mais a autonomia dos nobres ou a imitação e o controle do rei, permanece difícil, devido à ambigüidade dos vínculos, como notou Norbert Elias no estudo que priorizou a sociedade de corte na Versalhes de Luís XIV [44]. Essa ambivalência das relações entre o rei e a nobreza nem sempre é destacada pela nova historiografia política sobre o Antigo Regime, preocupada em desfazer paradigmas referentes ao Estado, à centralização e ao absolutismo monárquico, em que pesem as diferenças entre os casos ibéricos, e francês [45]. Nessa cultura cortesã, os nobres eram amantes das artes, colecionadores, mecenas e até artífices. Como o rei. À maneira dos monarcas, o uso de metáforas visuais para caracterizar o bom governo entre nobres também era freqüente.

Não obstante, a época também conheceu retratos que tencionavam registrar a verdadeira face dos indivíduos, seus traços considerados materialmente: imagens de príncipes americanos, de supostos regicidas e outros, sem dúvida personagens singulares. Alguns deviam ser reconhecidos individualmente na representação pictórica, ainda que príncipes ou monarcas. Um médico também podia detectar enfermidades, identificar os vícios, paixões, virtudes do retratado. Nesse sentido, os retratos assemelhavam-se aos espe-

---

[42] Ana MIRANDA, *O Retrato do Rei*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

[43] «Carta de D. João V a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho sobre a Guerra dos Emboabas», 22/08/1709, *in Documentos Interessantes para a História e Costumes da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Tipografia Aurora, v.47, p. 62-65, apud R. MONTEIRO, *O Rei no Espelho* … cit., p. 288.

[44] N. ELIAS, *A Sociedade de Corte* … cit.

[45] Jean Fréderic SCHAUB, «Le temps et l´État: vers un nouveau régime historiographique de l´Ancien Régime français», *in Quaderni Fiorentini*, Milano, Dott A. Giuffrè, 1996, n. 25, pp. 124-181, e Pedro CARDIM, «Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime», *in Nação e Defesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1999, pp. 129-158.

lhos de príncipes. Como os espelhos, eles deviam refletir a imagem virtuosa do protagonista [46].

Encontramo-nos assim ante um quadro complexo, expresso pelo aparato distintivo dos poderosos na sociedade estamental – reis, papas, clérigos, nobres [47]. Mas havia espaço para figuras de destaque, pois cientistas, artistas, navegadores ou letrados também apareciam munidos de apetrechos. Com efeito, a crescente individuação física das personagens foi algo característico da Época Moderna. Tempo do individualismo idealizado por Jacob Burckhardt – deveras influenciado pelas transformações da sociedade oitocentista – no entendimento da Renascença italiana como civilização seminal da modernidade [48]. Mas também de um senso comum historiográfico acerca da indistinção entre público e privado no referente ao mundo europeu entre os séculos XVI e XVIII [49]. Em minha percepção trata-se de evitar os extremos interpretativos que conduzem a análises excludentes, e trabalhar com as tensões entre os âmbitos pessoal, público, individual e social – que caracterizavam justamente a singularidade desse tempo.

7. De qualquer modo, os retratos disfarçavam a presença das pessoas retratadas – e até hoje é assim. Não há como neste breve estudo estabelecer uma discussão abrangente sobre o conceito de representação nas sociedades do Antigo Regime. Mas Carlo Ginzburg tece a esse respeito importantes reflexões. Para o historiador italiano a «representação» lembra a ausência; mas também torna visível a realidade representada – sugerindo a presença –, com uma oscilação entre *substituição* e *imitação* [50].

Ralph Giesey estudou os funerais nas realezas francesa e inglesa entre a Idade Média e o Renascimento, com a exibição da efígie do rei defunto em separado do caixão. Para Ernst Kantorowicz, o manequim exprimia o duplo corpo do rei. Segundo Giesey, a efígie passou a representar o corpo régio por

---

[46] Quentin SKINNER, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 139-159 e 232-262.

[47] O peso das insígnias como distinção aparece na discussão encetada na *Academia Real de História* acerca da confecção do retrato do *Príncipe do Brasil* a ser enviado à corte de Espanha, em 1724. I. MOTA, *A Academia Real* … cit., p. 283-288. Cf. também Í. KANTOR. *Esquecidos e Renascidos* … cit., p. 59.

[48] As metáforas visuais são fartas na obra do suíço historiador da arte, que analisa o florescimento das biografias, o Estado como obra de arte, e o surgimento de personalidades singulares e multifacetadas como Leon Alberti e Leonardo da Vinci. Jacob BURCKHARDT, *A Cultura do Renascimento na Itália*. *Um ensaio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, primeira edição de 1860.

[49] Richard Sennett. *O Declínio do Homem Público*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 67-155.

[50] Para citar apenas referências relacionadas ao tema do estudo, A. BUESCU, *Imagens dos Príncipes* … cit., Louis MARIN, *Le Portrait du Roi*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1981 e R. CHARTIER, *À Beira da Falésia*. *A história entre certezas e inquietudes*, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002, pp. 163-180. Para essas reflexões Carlo GINZBURG, *Olhos de Madeira*. *Nove reflexões sobre a distância*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 85-103.

questões práticas, devido a técnicas precárias de embalsamamento [51]. Mas o costume de exibir nos funerais e túmulos uma efígie ou outra representação do morto não se limitava aos soberanos. Ginzburg critica a explicação circunstancial de Giesey, ao questionar o caráter inovador desses cerimoniais régios, pois as imagens de cera surgiram nos funerais dos imperadores romanos nos séculos II e III. Procura assim demonstrar a importância das semelhanças trans-culturais na compreensão do fenômeno. Valendo-se de estudos sobre funerais romanos, o historiador italiano observa aqueles ritos de consagração, baseados na dupla incineração: do corpo do imperador e – dias depois – de sua imagem em cera. Graças aos funerais da imagem, o imperador era recebido entre os deuses. Nesse sentido, a morte não era o fim da vida do corpo no mundo, pois cabia ao funeral separar mortos e vivos. Traumática para a sociedade romana [52], a crise da morte era dominada pela adoção de ritos que transformavam o fato biológico em processo social. Nesse horizonte trans-cultural, é possível associar a solução idealizada na Roma dos Antoninos ao ocorrido na Inglaterra e na França da Baixa Idade Média: as efígies eram uma ficção da soberania viva, dos imperadores, reis, nobres ou qualquer outro de expressão.

Ginzburg também lembra que os colossos gregos eram originalmente estatuetas funerárias, substitutos rituais que tomavam o lugar dos ausentes, continuando sua existência terrena. Pode-se falar então de representações, com analogias entre os colossos e as efígies funerárias de cera, couro, madeira, dos soberanos franceses ou ingleses. Nos colossos e nos funerais, o elemento substitutivo prevalecia sobre o imitativo. O colosso era um signo religioso que visava estabelecer a comunicação com o sagrado, inserindo sua presença no universo humano. No entanto, ao mesmo tempo ressaltava a distância, incomensurabilidade entre o sagrado e sua manifestação. As semelhanças com o estudo de Pomian são evidentes.

Nesse misto de distância e filiação em relação à cultura grega, Ginzburg observa que, para se consagrar um morto na Roma imperial, era necessário tirá-lo da sepultura e inseri-lo no templo. Mas o morto não podia ficar sem sepultura, e nem o espaço sagrado contaminado com o cadáver. O obstáculo foi superado na criação de outro corpo, que possibilitava a presença do morto em dois espaços distintos, túmulo e templo. Essa situação foi subvertida pelo cristianismo, quando os cemitérios foram inseridos nas igrejas. Por sua vez, a função atribuída às relíquias de santos no mundo cristão modificou a atitude em relação às imagens. Decorre daí a relação entre imagens e além, em nossa sociedade. No entanto, houve conflitos no encontro entre as imagens e as tendências não icônicas da tradição hebraico-cristã, em sua rejeição à idolatria.

---

[51] Ralph GIESEY, *Le Roi ne Meurt Jamais*, Paris, Flammarion, 1987 e E. KANTOROWICZ, *Os Dois Corpos* … cit.

[52] O uso de máscaras era também comum entre as famílias romanas, e não apenas entre os nobres. C. GINZBURG, *Olhos de Madeira* … cit., p. 91.

O medo das imagens prevaleceu na Idade Média européia. A oposição entre eucaristia e relíquias se explicitava, delineando a tendência que conduziria ao dogma da transubstanciação em 1215. Surge assim a diferença entre as idéias sobre o colosso grego e a noção de «presença real». Ambos seriam signos religiosos, mas enquanto o colosso visava estabelecer um contato com o além, o dogma da transubstanciação não fala apenas de contato, e sim de presença. Desde o século XIII, o medo da idolatria diminuía, e um dos frutos dessa reviravolta foi o retorno à ilusão na escultura e na pintura. Dessa forma o dogma da transubstanciação, ao negar os dados sensíveis em nome de uma realidade profunda e invisível, foi uma vitória da abstração – ao menos em teoria –, desempenhando nesse processo uma função decisiva sobre a idéia de representação, manifesta nos funerais régios franceses e ingleses, bem como nos retratos de reis, nobres e personagens ilustres.

Ao indicar a prevalência da substituição sobre a imitação, Carlo Ginzburg aproxima sua análise às idéias de Fernando Bouza, que concebe o poder na Época Moderna como o próprio espetáculo, divergindo da idéia que entende o esquema representativo como algo externo e acessório às monarquias e cortes européias. Naquelas sociedades, como diferenciar natureza e representação do poder, essência e aparência, tratados teóricos e rituais, textos e retratos? Vimos que os retratos representavam – ou configuravam – o poder de reis, nobres e insignes, partícipes da dinâmica de relações que caracterizavam aquele mundo. Eles também projetavam uma memória, associada a quem mandou confeccioná-los, quem os adquiriu, ou a quem os colecionou. No mundo das estampas de Diogo Barbosa Machado, procuremos perceber nelas não apenas as personagens retratadas, mas o retrato de quem as recortou.

O fato de que o próprio Barbosa Machado tenha incluído dois retratos seus ao final do tomo III, referente aos varões insignes em artes e ciências, pode ser posto em dúvida. Talvez esses tenham sido anexados posteriormente, quem sabe pelo próprio Ramiz Galvão, seu admirador inconteste. No entanto, estas duas estampas do colecionador e a cópia invertida da estampa de Thomassin nos *Anais da Biblioteca Nacional* retratando o abade, podem ser expressivos símbolos. Não apenas dos vínculos do barão de Ramiz com a coleção, mas de Diogo Barbosa Machado em relação aos seus ilustres varões.

8. Como vimos, a coleção foi doada a D. José I na reconstrução da *Real Biblioteca*. Segundo Isabel Ferreira da Mota, o mecenato régio não era a única forma pela qual os homens de letras obtinham rendimentos ou empregos que lhes permitissem dedicar-se à composição de obras [53]. O clientelismo também ganhava novos contornos na primeira metade do Setecentos em Portugal, com a aparição e o desenvolvimento das academias literárias.

---

[53] I. Mota, *A Academia Real* … cit., pp. 217-239.

Por trás delas encontravam-se altas personagens que serviam aos letrados como acesso aos mecenas ou patronos. Esse era o caso das academias do conde de Ericeira. A influência e o poder social do conde eram muito fortes, fazendo com que em 1720 ele conduzisse à *Academia Real* seu círculo literário que incluía pessoas de estirpe e doutos de origem mais modesta. Para autores com poucos recursos, as relações clientelares possibilitavam um emprego como preceptor, secretário, ou como homem de confiança encarregado de uma missão. O caso de Rafael Bluteau – um dos protegidos da casa de Ericeira, seu agente na França – expressava bem essa realidade [54].

Um membro da alta nobreza também podia apoiar seu protegido para que ele obtivesse cargos, benefícios eclesiásticos ou pensões. Este foi o caso de Diogo Barbosa Machado, ao usufruir relações privilegiadas com o marquês de Abrantes. Diogo nasceu em Lisboa, filho do capitão João Barbosa Machado. Em 1704, aos 57 anos, ainda com dois filhos sem profissão, João Barbosa pretendeu ingressar no ofício de escrivão na Misericórdia de Lisboa. Suas relações sociais nessa época parecem situá-lo ao nível das camadas médias lisboetas [55].

Embora mantivesse vínculos privilegiados com impressores e livreiros, a família Barbosa Machado não era rica nem abastada. No entanto, seus três filhos ascenderam socialmente através das letras. Inácio Barbosa Machado (1686-1766), após iniciar carreira de magistrado – tendo sido juiz de fora na Bahia em 1720 –, com o falecimento da esposa escolheu o clero secular em 1734. Aposentado como desembargador da Relação do Porto em 1748, foi nomeado cronista mor do reino, encarregado da redação de uma história de Portugal e suas conquistas desde 1415. Membro da *Academia Real de História*, ele deixou ao morrer uma biblioteca com mais de dois mil volumes, anexada a de Diogo, pois os irmãos viviam na mesma casa. O outro irmão, José Barbosa (1674-1750), ingressou na ordem dos teatinos, distinguindo-se posteriormente ante D. João V como orador célebre e cronista oficial da casa de Bragança, também membro da *Academia Real de História* [56]. Ambos foram autores de várias obras.

---

[54] O cosmopolitismo ilustrado, as ligações internacionais e o prestígio intelectual transformaram paradoxalmente Ericeira em *persona non grata* na década de 1730. A família em grave situação financeira solicitava ao monarca concessão e renovação de tenças e comendas para sua descendência, e o posto de vice-rei da Índia ao filho do conde. Í. KANTOR, *Esquecidos e Renascidos* … cit., p. 43.

[55] Identificado no processo de limpeza de sangue, João Barbosa Machado teve como testemunhas em 1704 dois livreiros; dois mercadores, sendo um de livros; um padre, cura na Sé de Lisboa; um mestre do ofício de livreiro; um correeiro; um ourives; e um confeiteiro aposentado como escrivão, alguns deles familiares do Santo Ofício. I. MOTA, *A Academia Real* … cit., p. 227.

[56] Não há como detalhar a instituição tão significativa, elaborada por Manuel Caetano de Sousa sob a égide de D. João V. Para mais informações, o livro de I. MOTA. Sublinhei em meu livro o engrandecimento da dinastia Bragança mediante a reconstrução de sua memória. R. MONTEIRO, *O Rei no Espelho* … cit., pp. 316-327, e I. KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*… cit., pp. 23-87, destacou o aspecto geopolítico de fortalecimento do Estado na construção de uma historiografia brasílica relacionada ao projeto régio, além da busca comprobatória de

Diogo Barbosa Machado estudou em Lisboa e Coimbra, onde se matriculou na faculdade de direito canônico. Mas não prosseguiu o curso, retornando à capital. Obteve então, pelo bispo D. Nuno Álvares Pereira de Mello, filho natural do duque de Cadaval, um pequeno benefício na igreja de Santa Cruz de Alvarenga, bispado de Lamego, que lhe permitiu comprar livros e permanecer em Lisboa.

Recebeu ordens de presbítero em 1724, como oratoriano. Por nomeação do marquês de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá e Almeida, homem da câmara de D. João V e embaixador extraordinário em Roma e Madri, Barbosa Machado foi nomeado em 1728, abade da Igreja de Santo Adrião de Sever, no bispado do Porto. Mudou-se então temporariamente para Sever. Este segundo benefício foi muito mais significativo que o primeiro. Após permanecer algum tempo em Sever, Diogo Barbosa regressou a Lisboa, pedindo ao seu «donatário» que residisse definitivamente na capital. O marquês de Abrantes recorreu então ao papa, para um aumento da pensão e dos dízimos devidos ao abade. O nosso Diogo conseguiu assim regressar a Lisboa, ambiente realmente interessante aos eruditos, dedicando-se exclusivamente às atividades de escritor e colecionador. Tarefas não compatíveis com a vida na distante abadia – que provavelmente não passou de uma construção de madeira –, tampouco com o afastamento do maior centro cultural e do poder em Portugal [57].

Além das esmolas e ofertas à abadia, a nova renda permitiu a Diogo Barbosa Machado aumentar sua preciosa biblioteca. Nesse âmbito já era membro da *Academia Real de História* em 1720 – provavelmente graças também ao marquês de Abrantes. Com efeito, o marquês de Abrantes era aristocrata da mais velha nobreza do país, com influências poderosas devido a sua origem e aos altos cargos ocupados no reinado de D. João V. Um dos primeiros censores da *Academia Real de História*, ele possuía interesses pela história, arquitetura e pintura, além de dominar o francês e o italiano.

Um dos cinqüenta primeiros acadêmicos que fundaram a instituição, Diogo Barbosa Machado foi designado para escrever as histórias dos reinados de D. Sebastião, do cardeal-rei D. Henrique, e dos Felipes I, II e III de Portugal. Ferreira da Mota comenta que o então futuro abade entrou na *Academia* sem qualquer obra publicada, com um currículo vulgar. No pri-

---

documentos, acompanhada do respeito aos temas inquestionáveis do *Milagre de Ourique*, do juramento de Afonso Henriques e das cortes de Lamego.

[57] Os poderosos devem alardear seus gostos e interesses, formando coleções, ou encarregando seus servidores de formá-las, como insígnias de superioridade. Os intelectuais freqüentemente procuram o apoio do poder, pois têm necessidade de encomendas oficiais. Mas o poder também os controla, a fim de utilizá-los com fins políticos. O mecenato e a formação de coleções são meios ambíguos: embora imponham programas e temas, os poderosos criam condições materiais que possibilitam as obras encomendadas, mas também outras que não o são. Essas condições para a produção intelectual surgem mediante pensões e prebendas, ou pondo à disposição dos protegidos os *semióforos* necessários ao exercício de suas profissões: gabinetes de curiosidades, galerias de pintura e escultura, bibliotecas. K. POMIAN, «Colecção»… cit., p. 79.

meiro tomo que escreveu sobre as memórias da história de Portugal no reinado de D. Sebastião, a dedicatória foi para D. João V. Mas no prólogo Barbosa Machado referia-se ao marquês de Abrantes. No fim da vida, bastante idoso, autor de várias obras, ofereceu ao rei sua biblioteca. Nesse tempo, já tinha ascendido a uma posição que lhe permitia ter seus próprios clientes, entre eles Francisco José da Serra, autor de sua oração fúnebre.

9. Não é difícil relacionar esta coleção – em especial os álbuns de retratos – à trajetória, valores e objetivos de vida de seu artífice. Os volumes referentes aos varões insignes constituem o próprio retrato de Diogo Barbosa Machado, em suas expectativas de ascensão social – não obstante a indubitável paixão colecionista pela história, tão característica do *Setecentos* europeu. Ser insigne pressupunha quem não o era – e Diogo associava-se assim à memória de heróis navegadores como Fernão de Magalhães, na *coragem* e *fortaleza d´alma* que manifestavam; a santos como João de Deus ou Antonio, exemplos de *fé* e *piedade*; a nobres e governantes como o duque de Cadaval e Gomes Freire de Andrada, por sua *prudência* ou *temperança*; e a letrados e cientistas como Sá de Miranda e Pedro Nunes, pela *sabedoria* que apresentavam. Sobretudo, ele manifestava vontade de vincular-se à magnânima *justiça* régia, espelho de todas as virtudes. Pois os quatro volumes referentes aos varões insignes sucedem dois outros referentes aos reis e príncipes de Portugal, na materialização dos ideais de uma sociedade de corte.

Desse modo, o dubitativo acréscimo das estampas de Diogo à coleção, e a cópia invertida – como um espelho – de uma delas, no primeiro artigo dos *Anais da Biblioteca Nacional,* possuem neste estudo valor de símbolo. Ao ligar-se às virtudes de heróis, santos, nobres e letrados por meio de suas estampas, Barbosa Machado construía sua própria imagem mnemônica, em analogia aos espelhos de príncipes da Época Moderna. Os livros de conselhos ofereciam aos governantes suas imagens idealizadas, segundo os princípios humanistas e as virtudes cardeais. No entanto, os álbuns de retratos confeccionados pelo abade não diziam mais o que as personagens ilustres deviam ser, mas afirmavam o que elas foram, no passado, ou eram, no presente, devolvendo ao público uma memória acabada e construída, na qual incluía-se o próprio Barbosa Machado.

Homem semióforo, Barbosa Machado transitava entre o visível e o invisível. Ao recortar obras em busca de retratos, tarjas, ornamentos e escritos, o colecionador provavelmente destruiu a utilidade de muitos livros, inviabilizando sua leitura. Não obstante, ele aumentava o significado das estampas de sua coleção mediante o acréscimo de molduras e epigramas, com capricho e organização. Conferia assim às peças destacadas e integradas nos álbuns outro valor, intermediárias entre o mundo profano e outro sagrado, o mundo dos mortos, dos «semi-deuses», reis e varões insignes de Portugal. As estampas seriam assim relíquias, imagens preciosas do além, produzindo uma sensação mista de proximidade e distância em quem as observasse.

Ao recortar retratos na reconstrução de memórias alheias, Barbosa Machado também configurava sua própria história, seu poder em termos

de significado. Somente assim pode-se entender sua ascensão social. Lembrando as idéias de Ginzburg sobre a representação do poder como substituição, o abade, ao confeccionar sua coleção particular, não apenas produzia registros acessórios à visualização de personagens ilustres antepassadas, mas de fato tornava-as presentes naquele mundo setecentista. Ao mesmo tempo, ele aumentava suas possibilidades de obtenção de patrocínios e mercês, que lhe permitiam continuar sua coleção, pois as paixões e os interesses não são excludentes. Em outras palavras, como detentor daquela memória insigne, Barbosa Machado substituía esses ilustres varões – falecidos ou não – em sua sociedade.

Do filho bastardo do duque, ao marquês, ao rei. O esmero com que a coleção foi feita é análogo ao bem sucedido destino do abade de Sever, considerando suas modestas origens. A doação da coleção à *Real Biblioteca* expressa bem o coroamento de uma trajetória. Entre 1770 e 1772, Diogo Barbosa Machado prestou serviço ao rei mecenas, maior dos homens semióforos de Portugal, interessado em associar sua imagem régia à preciosa coleção. O rei, agradecido, concede-lhe mercê em forma de pensão. Na *Real Biblioteca*, a coleção torna-se mais pública, acompanhando e construindo a imagem póstuma de Barbosa Machado. Esta memória viajou com a corte para o Brasil, os varões insignes ao lado dos reis e príncipes de Portugal. E Diogo Barbosa Machado junto a eles. Na *Biblioteca Nacional*, no Rio de Janeiro, essa história conjunta e ao mesmo tempo particular – do abade, dos varões, dos reis, das monarquias – é cultivada.

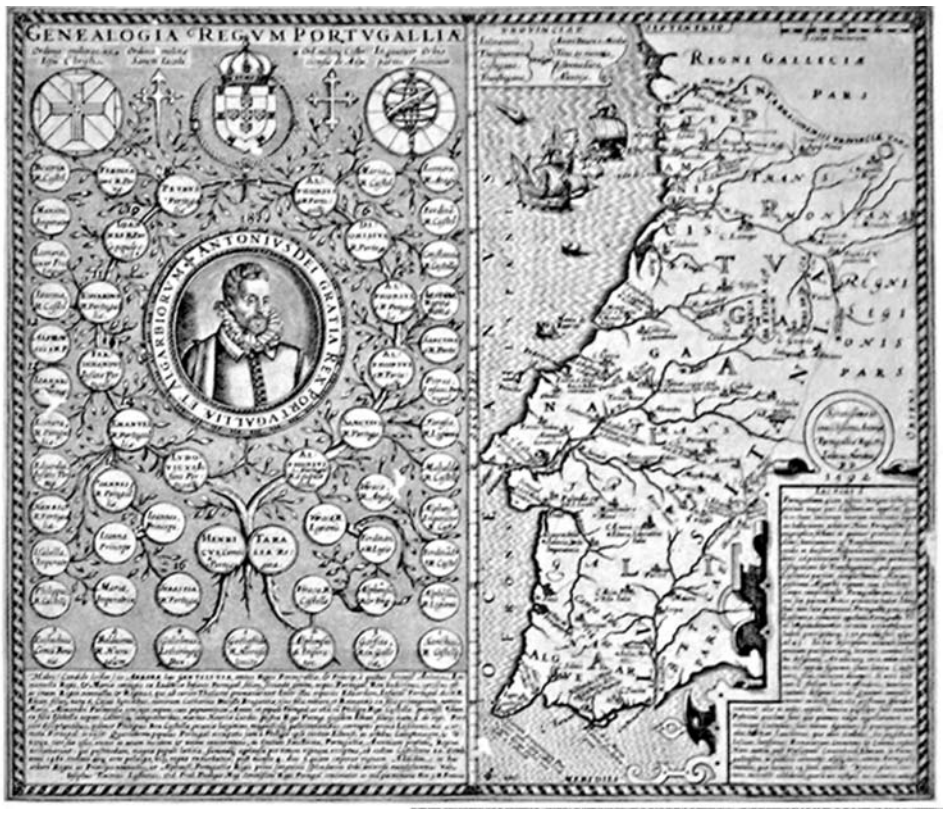
Entre o público e o particular, o estamental e o individual. Seguindo as lições de Norbert Elias, a biografia de Barbosa Machado foi tecida aqui em relação aos demais [58]. A perspectiva mnemônica, simultaneamente passada e presente, mas sempre desempenhando alguma função social, permitiu que esses demais, relacionados à vida de Diogo Barbosa Machado, fossem seus parentes ou patronos nobres, entre eles o rei de Portugal. Mas os outros de Barbosa Machado também eram os mortos, varões insignes portugueses, reis e príncipes defuntos. Eles conferiam superioridade a este colecionador apaixonado, em sua memória sempre reconstruída, ficção de sua soberania viva.

---

[58] N. Elias, *A Sociedade dos Indivíduos* ... cit., e *Mozart. Sociologia de um Gênio*, Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

1 – Retrato de corpo inteiro da imperatriz D. Isabel de Portugal, filha de D. Manuel I e mulher de Carlos V. Barbosa Machado recortou toda a imagem pelas beiradas, e colou-a sobre um soco. De autoria anônima, apresenta epigrama em latim, que faz também referência a D. Ana, mulher do imperador Fernando I. Mas Barbosa Machado não incluiu esse retrato na coleção. A imperatriz D. Isabel aparece 16 vezes no tomo I, o que expressa a perspectiva do autor de incluir princesas portuguesas em tronos estrangeiros como representativas das glórias de Portugal.

2 – A estampa dividida em dois quadros apresenta à esquerda uma genealogia dos reis de Portugal, ressaltando o retrato de D. Antonio Prior do Crato, filho bastardo do infante D. Luís, e neto de D. Manuel I. À direita encontra-se um mapa de Portugal, com monstros marinhos no oceano. Trata-se de uma representação interessante por associar o rei à dinastia e ao território, questionando os direitos de Filipe II de Espanha ao trono português. Gravura editada por Nicolau Ennes Visscher, gravada por Jodoco Hondio, com escritos em latim. Datada de 1592, alude a Henrique III de França, no período em que D. Antonio refugiou-se nessa corte. D. Antonio aparece 8 vezes no tomo I.



3 – Arquiduque e cardeal Alberto de Áustria, vice-rei de Portugal em nome de Filipe I, a partir de retrato pintado por Peter Paul Rubens (1577-1640), editado por P. Soútman e gravado por I. Súyderhoef, com escritos em latim. Barbosa Machado acrescentou abaixo da estampa outros dizeres, sobre a atuação do arquiduque em Portugal. Mais uma vez destaca-se a qualidade das estampas flamengas e o talento de Rubens ao retratar os poderosos, desenhando a insígnia do Tosão de Ouro por fora da ornamentação da moldura. Alberto de Áustria aparece 4 vezes no tomo II.

Pro Rex Lusitaniæ, cujus administrationem suscepit, à Philippo II. ejus avunculo Olyssipone decima tertia die Februarii anni MDLXXXIII.

4 – Retrato acrescido de moldura do infante D. Duarte, irmão mais novo de D. João IV, com inscrições em latim, gravado em Hamburgo por Johan Koch, sem data. Note-se que o retrato foi colado sobreposto à moldura, de modo não harmônico, e que as margens estão mutiladas. O infante D. Duarte aparece 6 vezes no tomo II.

5 – Estampa com margens mutiladas de D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV, mulher de Carlos II Stuart, rei da Inglaterra, com escritos em inglês. Retrato pintado por Jacobus Haysmans, e gravado por R. Thompson. Note-se o aspecto esfumaçado das gravuras inglesas. Nesta imagem o pintor fez uma analogia entre D. Catarina, rainha católica numa corte anglicana, e o suplício de Santa Catarina, evidenciado pela presença de um pedaço de roda sob a mão direita, pelos querubins ao alto e pela torre de igreja ao fundo. A rainha usa grande vestido, poucas jóias, e segura uma palma na mão esquerda. Catarina de Bragança aparece 16 vezes no tomo II.

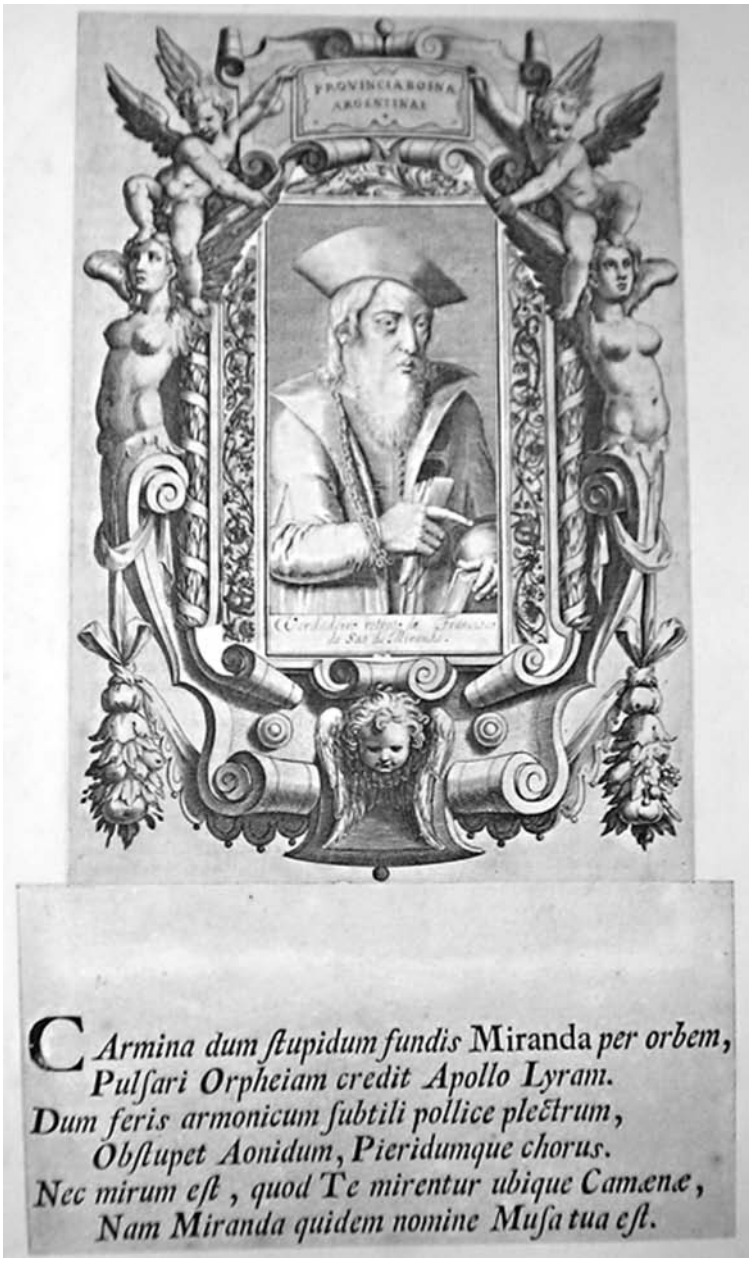
6 – Cena alegórica com retrato de D. Pedro II, pintada por Ioannes Bapt. Lenardi Romanus, gravada por Arnoldus V. Westerhout, com inscrições em latim no retrato do rei. D. Pedro II encontra-se representado em busto, dentro de um oval sustentado por uma alegoria da *fama*, de seios nus, que traz uma trombeta com um estandarte com as armas de Portugal, e por três querubins. Abaixo está um grande globo terrestre rodeado por alegorias dos 4 continentes: Europa, África, América e Ásia, da esquerda para a direita. No chão há uma cornucópia cheia de frutas, livros, aquarela e pincéis, um elmo, e, no canto inferior esquerdo, curiosamente, uma mitra papal. Embora não apresente data identificada, a gravura executada por artistas alemães pode ser atribuída à influência da segunda esposa do rei, D. Maria Sofia Isabel de Neuburg, filha do eleitor palatino. Note-se o sentido claramente imperial da representação. Por 13 vezes, D. Pedro II aparece no tomo II.

7 – Grande estampa alegórica de D. João V (65,2 cm / 80,2 cm), em forma de encarte dobrável no tomo II, com margens mutiladas. Foi desenhada por Gaspere Sennary, gravada por O Cor e Nicola Billy em 1722, e apresenta inscrições em latim. No alto de uma escada, à direita, está D. João sentado no trono, usando armadura, medalha da Ordem de Cristo, manto real e coroa na cabeça. Na mão direita está o cetro. Ladeando o rei, pondo as mãos sobre sua cabeça coberta e com um cálice na mão, estão a *fé*, e à direita a *justiça*. Nos degraus inferiores, estão alegorias dos quatro continentes (à esquerda), a *caridade* representada por uma mulher dando de mamar a dois bebês, e a *riqueza* (outra mulher trazendo uma bandeja com moedas e jóias). À direita, um homem musculoso usa um escudo representando a *força*, e ao fundo, uma mulher, com um espelho nas mãos, segura também uma cobra, significando a *verdade*. No segundo plano vê-se uma galeria de quadros onde figuram, da esquerda para a direita, a *Lusitânia,* e outros quatro reis de nome João: I, II, III e IV. No alto, como um anjo de corpo feminino, está a *fama* apontando para o brasão do reino. Esta estampa apresenta o rei coroado; após a consagração do reino a Nossa Senhora da Conceição por D. João IV em 1646, os reis Bragança não deviam mais se fazer representar com a coroa sobre a cabeça. Ela também alude ao império ultramarino português, e a posse das virtudes pelo governante. D. João V, artífice do poder como espetáculo, é o campeão de imagens em meio aos retratos dos tomos I e II, com 37 aparições.

8 – Única gravura referente a Fabiano de Cristo, no tomo III, nascido em 1676 no Minho, com o nome de João Barbosa. Mudou-se para o Porto ainda jovem para tentar fortuna, depois para a América portuguesa. Em 1704 era comerciante em Parati. Ajudava o pároco da vila e dedicava-se aos pobres. O assassinato de um amigo influenciou sua decisão de ser religioso, escolhendo a ordem de São Francisco. Desfazendo-se de seus bens, ingressou num convento em Angra dos Reis, trocando o nome. Em 1705 foi transferido para o convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro, como porteiro. Nessa função socorria os pobres. A partir de 1708, tomava conta dos frades doentes. Nas invasões francesas de 1710 e 1711, os feridos que chegavam à enfermaria do convento eram atendidos por frei Fabiano, que sofria de erisipela, com uma chaga na perna esquerda. Morreu em 1747, aos 71 anos. Seus restos mortais estão enterrados no convento de Santo Antônio, e ele é invocado em casos de doença, desemprego, situações aflitivas. Consta que operava milagres em vida. Quando morreu, a avidez por suas relíquias foi grande sendo necessário revestir seu corpo várias vezes. Do seu sepultamento tomaram parte o bispo D. Antonio do Desterro Malheiro, o governador Gomes Freire de Andrada, autoridades e pessoas de destaque. A devoção a frei Fabiano perdura até hoje no Brasil, também fora do ambiente católico, pois ele é considerado benfeitor espiritual no movimento espírita brasileiro. Relatos sobre frei Fabiano de Cristo são encontrados num folheto de 1748, na coleção Barbosa Machado. Estampa gravada por Olivarius Cor., envolvida em moldura recortada. Note-se a rapidez da confecção de um relato e da gravura em Portugal, ante evento acontecido no ano anterior.

9 – Duas gravuras na mesma página. A primeira representa o patriarca da Etiópia João Nunes Barreto (1555-1562) e os jesuítas André de Oviedo, Afonso Mendes e Apolinário de Almeida. Numa floresta, um chefe ostenta um cocar na cabeça em forma de coroa, veste manto e segura um cetro com a mão esquerda. Sentado no trono, ele recebe os missionários. Perto dele, à direita, um grupo de nativos com medo, mas curiosos. À esquerda os quatro jesuítas retratados. Um deles mostra um papel ao soberano. Na parte de cima vê-se um brasão de Portugal, e outro da Companhia de Jesus, com quatro anjos segurando escudos com monogramas da Companhia e a cruz pastoral. Desenho de Ph Fruijthiers, gravação de Petrus Van Lisebetten. Foi colorida à mão, e recortada por dentro. No século XVI a Etiópia ainda confundia-se ao reino do Preste João, soberano mítico cristão. A segunda estampa retrata frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, arcebispo de Évora, e preceptor do príncipe da Beira, neto de D. José I. Cenáculo é representado num oval, com o pálio nos ombros, e uma cruz pastoral no peito, pousando a mão sobre um livro fechado. Abaixo, a descrição das virtudes do prelado. Cenáculo, artífice da reconstrução da *Real Biblioteca*, nasceu em Lisboa em 1724 e morreu em Évora em 1814, como assinala o próprio documento. Logo, a estampa foi anexada à coleção quando ela já se encontrava no Brasil. Sua numeração (257bis) também sugere o acréscimo.

10 – Primeira gravura do tomo IV, referente aos *Varões portugueses insignes em artes e ciências,* com 141 estampas. Francisco Sá de Miranda, o célebre literato que se isolou da corte de D. João III. Barbosa Machado preencheu o vazio entre o retrato e a moldura com três tiras de papel decorado com flores, colando-as nas laterais e acima. A moldura é enfeitada com anjos e pencas de frutas. Gravada por anônimo. Este é o tomo dos livros, que aparecem abertos ou fechados em muitas estampas, além das estantes, penas, tinteiros e instrumentos científicos.



11 – Nesta gravura, Barbosa Machado alterou a identidade do retratado, colando uma tarja com o nome de Pedro Nunes, cosmógrafo mor no tempo de D. João III e de D. Sebastião, na estampa de um matemático da escola de Deventer, Holanda. A personagem mede com um compasso um globo terrestre sobre a mesa, na qual se encontram outros instrumentos de astronomia. No alto à esquerda há um dado com 12 faces e à direita a esfera armilar. Ao fundo à esquerda, um homem com compasso. Abaixo da moldura anexou-se um poema em latim. À esquerda o emblema do gravador, de 1595.

12 – Diogo Barbosa Machado em estampa baseada no óleo de Kelberg, pintado na década de 1730. O colecionador segura uma pena na mão direita, e sustenta com outra um livro aberto, sobre a coxa esquerda. À esquerda, uma mesa com dois livros, um deles aberto, e um sino pequeno. Ao fundo, uma estante com mais livros. Na margem inferior, ao centro, vê-se o brasão do retratado, com dois leões e três meias luas. Na margem inferior está escrito: «Diogo Barbosa Machado, ulyssiponense, abade da paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever, Acadêmico Real». Abaixo do retrato um escrito anexo, com poema em latim. Na gravação da estampa por S. H. Thomassin, Barbosa Machado tinha por volta de 59 anos. A gravura foi publicada na primeira edição da *Bibliotheca Lusitana* .... Deve ter sido feita pouco antes de 1741, data da sua publicação e do falecimento do gravador, que nunca viu o retratado, sendo-lhe recomendado que envelhecesse a fisionomia de Diogo, pois o quadro a óleo fora pintado seis anos antes. Há uma cópia invertida da estampa, litografada por Ângelo Agostini, no primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1876. Barbosa Machado aparece por 2 vezes no tomo IV.

13 – Único retrato de Gomes Freire da Andrada (1685–1763) no tomo V, *Varões portugueses insignes em campanha e gabinete*. O «sargento mor de batalha» – como escrito à volta do oval – veste armadura, e segura na mão direita um bastão de mando. O retrato foi colado à moldura, onde figuram na parte de cima dois anjos, e abaixo pencas de frutas. Gravado por Olivarius Cor., em 1747. Governador da capitania do Rio de Janeiro a partir de 1733, Gomes Freire recebeu depois o comando de Minas, São Paulo e do sul da América portuguesa. Seu governo foi marcado pelo auge da extração aurífera e pela afirmação do Rio como principal porto do Atlântico, por suas ligações com as Minas, o reino, Angola e Rio da Prata. Com cinqüenta mil habitantes em 1750, as feiras de comércio no Rio eram concorridas, e os habitantes empenhavam-se na magnificência de festejos alusivos à família real. O retrato de Gomes Freire é a única alusão de Barbosa Machado a uma personalidade destacada na América portuguesa nos tomos V e VI, ambos dedicados aos varões de «campanha e gabinete». O tomo VI, com 141 estampas, é composto de retratos de vice-reis e governadores da Índia, em ordem cronológica. Nele a maioria dos retratados aparece apenas uma vez, e há uma série com 31 retratos composta por xilogravuras, de autoria anônima, extraídas da obra de Manuel de Faria e Souza, *Ásia Portuguesa*. A qualidade inferior das reproduções, e a ausência de ornamentos denotam menor capricho do colecionador em relação aos demais tomos. Mas é possível observar o maior prestígio da Índia em contraposição ao Brasil na memória do império construída por Barbosa Machado. Esta discrepância pode ser matizada pela oferta diferenciada de estampas, mas ainda assim surpreende, ao pensarmos na coleção construída no século XVIII, tempo em que a preponderância comercial da América no império português já era evidente.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 253-296

CENSURA E PROSA DE FICÇÃO: PERSPECTIVAS DISTINTAS DE INSTRUIR, DIVERTIR E EDIFICAR?*

por

LUIZ CARLOS VILLALTA**

O presente ensaio tem o propósito de analisar a relação entre censura, livros de prosa de ficção e cultura letrada no mundo luso-brasileiro, sobretudo entre 1768 e 1821. Tais limites temporais, contudo, não serão obedecidos rigidamente, havendo, quando necessário para a melhor compreensão das análises, ora recuos, ora avanços em relação aos mesmos.

Primeiramente, discutirei as denominações, gêneros e a inserção histórica da prosa de ficção, com destaque para o século XVIII e para os inícios do século XIX, justificando o emprego do termo *romance* para designá-la. Depois, identificarei as razões que moveram a censura portuguesa a proibir alguns livros de prosa ficcional, relacionando as proibições às visões depreciativas então em voga a seu respeito. Na terceira parte, procurarei compreender as formas pelas quais autores e apreciadores desse gênero de livros defenderam-nos, bem como as razões de que seus detratores se valeram para atacá-los.

Meu objetivo será mostrar que instruir, divertir e edificar foram fins ora aplicados, ora negados, total ou parcialmente, em relação aos livros de prosa de ficção, por seus defensores e críticos, perpassando a avaliação de que foram alvos. Não é minha pretensão, destaco, esgotar o debate, seja porque isso não seria possível no estado atual da pesquisa, seja porque os limites

---

* Este ensaio traz resultados do projeto de pesquisa *Leitura, circulação e posse de livros na América portuguesa*, que integra o Projeto Temático *Caminhos do Romance no Brasil: séculos XVIII e XIX*, coordenado pela professora Márcia Abreu, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) desde março 2003 e apoiado pelo CNPq em 2004. Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa para estágio pós-doutoral em Portugal, em 2005, durante o qual realizei pesquisas cujos resultados são parcialmente apresentados neste ensaio. Sou grato a Márcia Abreu, Sandra VASCONCELOS, Eliana de Freitas Dutra e João Paulo Martins pelos comentários e sugestões.

** Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de produtividade do CNPq.

deste ensaio não o permitem. As reflexões aqui desenvolvidas, ademais, dialogam diretamente com as apresentadas por Sandra Vasconcelos e Márcia Abreu [1], pesquisadoras com as quais compartilho, junto com Nélson Schapochnick, uma investigação conjunta sobre o romance no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Novelas, contos, romances: denominações, gêneros e inserção histórica da prosa de ficção

O romance é um gênero relativamente recente, pelo menos quando se entende pelo termo o *romance moderno*. Essa afirmação é bastante consensual entre os pesquisadores que o têm por objeto. Inexiste, contudo, unanimidade entre esses no que se refere às suas origens. Enquanto alguns defendem que *D. Quixote* (1605), de Miguel de Cervantes, seria o primeiro representante do gênero, outros vêem em *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe, as origens do *romance moderno*. Os partidários da primeira posição tomam a modernidade como «o movimento de uma literatura que perpetuamente em busca de si própria, se interroga, se põe em causa, faz das suas dúvidas e da sua fé a respeito de sua própria mensagem o tema de suas narrações» [2] – e *D. Quixote*, de fato, satiriza os *romances de cavalaria*, narrativas escritas em língua vernácula que se centram na cavalaria, distanciam-se da realidade, são extensamente elaboradas e dentro das quais se via a prática do encantamento pela magia não cristã, além de componentes amorosos-eróticos, com destaque para o amor dos cavaleiros por uma dama inalcançável; no século XVI, tinham cavaleiros andantes como seus protagonistas, heróis [3]. Os defensores da idéia de que o romance moderno começa com a obra de Defoe associam a modernidade às «tendências da classe burguesa e mercantil saída da Revolução Inglesa», isto é, tomam o romance como um «gênero burguês» [4]. Em meio a essa dúvida, importa reconhecer

---

[1] Dessas pesquisadoras, destaco os seguintes trabalhos: VASCONCELOS, Sandra. *A formação do romance inglês*: ensaios teóricos. São Paulo: FFLCH-USP, 2000 [Tese de Livre-Docência]; ABREU, Márcia. A leitura do romance. In: *Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003, p. 265-342 e Idem, Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil Colonial. In: Idem. (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 213-233.

[2] ROBERT, Marthe. *Romances das origens e origens do romance*. Lisboa: Via Editora, 1979, p. 11.

[3] WATT, Ian. *Mitos do Individualismo moderno*: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 66-69. Montesquieu assim apresenta os romances de cavalaria: «Nos romances surgiram paladinos, necromantes, fadas, cavalos alados ou dotados de inteligência, homens invisíveis ou invulneráveis, mágicos que se interessavam pelo nascimento ou pela educação de grandes personagens, palácios encantados e desencantados; dentro do nosso mundo um mundo novo; e o curso ordinário da natureza ficou entregue aos homens comuns» (MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Martin Claret 2004, p. 549).

[4] ROBERT, Marthe, op. cit., p. 11. Quando Ian Watt, em *A ascensão do romance*, depois de interrogar-se se o romance seria uma forma literária nova, ensaia uma suposição resposta –

que o romance era um «recém-chegado às Letras, um plebeu que subiu», figurando como «arrivista», não gozando de boa reputação, a tal ponto que, ainda em 1719, «data comumente admitida como seu nascimento oficial, est[ava] ainda num tal descrédito que Daniel Defoe» recusou a assimilação «da sua obra-prima a esse subproduto da literatura, que julga[va] quando muito 'bom para gente grosseira'», algo condenado por seu público. No seu entendimento, *Robinson Crusoe* devia ser visto como uma história verdadeira, enquanto «o romance é um gênero falso, votado pela sua natureza à frouxidão e ao sentimentalismo» [5]. Na verdade, em nenhum lugar da Europa houve alguém antes de 1740 que pudesse escrever prosa de ficção e, mais especificamente, *romance moderno*, sem um moderado rubor de vergonha [6]. A prosa ficcional foi vítima dessa visão pejorativa até muito tempo depois. Apenas no século XIX, adquiriu «reconhecimento e *status* na literatura *séria*» [7].

As próprias formas de denominação empregadas nos séculos XVII, XVIII e inícios do XIX em referência aos livros de prosa de ficção não contribuem para que se chegue a uma posição consensual quer sobre as origens do romance moderno, quer sobre a terminologia mais adequada para nomeá-lo. T. Henry Croker, em *The Complete Dictionary of Arts and Sciences*, de 1765, define *novel* como uma história ficcional referente a eventos da vida ordinária, no interior do qual vigoravam regras de probabilidade, opondo-a a *romance*, em cuja narrativa herói e heroína eram, respectivamente, algum príncipe ou princesa, protagonistas de acontecimentos que conduziam à catástrofe e que eram absurdos e anti-naturais. Segundo Sandra Vasconcelos, na Inglaterra, o termo *novel*, como designação do romance moderno, só veio a fixar-se no final do século XVIII, havendo até então uma grande confusão entre os termos *novel* e *romance*, motivo pelo qual freqüentemente um termo foi usado pelo outro [8].

Tal confusão terminológica, contudo, não impediu que se percebesse que o novo modo literário, chamado de *romance* ou *novel*, caracterizava-se por ter como matéria a vida privada do homem comum, regendo-se pela exigência da probabilidade. O *romance moderno*, distinguindo-se da prosa de ficção da Grécia antiga, da Idade Média ou da França do século XVII, colocou-se, mais do que em «qualquer outra forma literária, a correspondência

---

«Supondo que sim, como em geral se supõe, e que se iniciou com Defoe, Richardson e Fielding [...]»–, deixa entrever que concebe o romance inglês como a origem do romance moderno (Watt, Ian. *A ascensão do romance*: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 11). Porém, não parece defender a mesma posição em outra obra (Watt, Ian. *Mitos do Individualismo moderno*, *op. cit*, p. 60-127).

[5] Robert, Marthe, *op. cit.*, p. 12.

[6] Tieje, Arthur J. The expressed aim of the long prose fiction from 1579 to 1740. *Journal of the English and Gernan Philology*, (11): 402-432, july 1912, p. 404.

[7] Cândido, Antônio. *A educação pela noite & outros ensaios*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 5.

[8] Vasconcelos, Sandra. A formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas) – www.iel.unicamp.br/memoria/caminhos/ensaios, p. 3 e 7).

entre obra literária e a realidade que ela imita», pautou-se pelo «realismo», algo que se evidenciava até mesmo na sua linguagem [9]. O *romanesco*, em contraposição, caracterizava-se por trazer um conteúdo fantástico, fabuloso, por usar uma linguagem sublime e elevada, consagrando a intervenção dos deuses, focalizando príncipes e princesas e trazendo acontecimentos absurdos e anti-naturais [10].

Arthur Tieje, debruçando-se sobre os livros de prosa de ficção produzidos entre 1579 e 1740, fez um esforço para classificá-los, distinguindo os seguintes tipos: *romanesco*, *narrativa realista*, *romance-carta*, *crônica escandalosa*, *viagem imaginária* e *conto de fadas de moldura*. Subdividiu os dois primeiros tipos em sete e quatro subtipos, respectivamente. O *romanesco* seria uma prosa de ficção longa cujo principal objetivo, freqüentemente não declarado, é deleitar o leitor, tendo uma estrutura unificada considerável, essencialmente fundada no amor e na aventura e, sobretudo, que empregava incidentes, personagens, mecanismos, montagem e estilo, satirizados insistentemente, tipo após tipo, como não verdadeiros na vida. Dividir-se-ia em: *romance de cavalaria*, *romance pastoril*, *romance alegórico*, *romance religioso*, *romance histórico-heróico*, *romance informativo-conversacional* e *romance satírico* [11]. A *narrativa realista*, opondo-se ao romanesco, seria uma prosa de ficção longa cujo principal fim, via de regra não explicitado, era divertir o leitor, dotando-se de estrutura consideravelmente unificada, que acentuava em alguns casos a aventura, em outros, a personagem, e, sobretudo, orgulhava-se de seu retrato de condutas históricas ou contemporâneas em um método que raramente pode ser satirizado como não verdadeiro. Dentro do gênero *narrativa realista*, seria possível distinguir os seis subtipos seguintes: *contos picarescos*, *romance de condutas*, *romance histórico-psicológico* e *romance propriamente psicológico* [12]. Indo além do que afirma Tieje, pode-se vincular diretamente a *narrativa realista* ao *romance moderno*. Por *crônica escandalosa*, Tieje compreende uma série de histórias indecentes sobre personagens históricas ou contemporâneas, contadas com fins maliciosos ou lascivos, as quais são livremente conectadas e tanto reais quanto ficcionais em seu conteúdo, e quase verdadeiras para introduzir o sobrenatural [13]. A *viagem imaginária* é uma narrativa unificada, visando especificamente à crítica literária, ao divertimento através da introdução do fantástico selvagem ou do aperfeiçoamento social da raça humana, invariavelmente

---

[9] Watt, Ian. *A ascensão do romance op. cit.*, p. 15. Romances franceses do século XVIII, por exemplo, por meio do uso de nomes de personagens por meio de iniciais, reticências ou de asteriscos, simulando serem esses sinais artifícios para ocultar a identidade real das pessoas, procuravam dar autenticidade às suas narrativas (May, Georges. *Le dilemme du Roman au XVII^e siècle*. Presses Universitaires de France, 1963, p. 145).

[10] Vasconcelos, Sandra. A formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas), *op. cit.*, p. 15 e 25.

[11] Tieje, Arthur J., *op. cit,* p. 403-404.

[12] Ibidem, p. 404.

[13] Ibidem, p. 405.

conduzindo o leitor ao interior de regiões inexploradas [14]. *Conto de fadas de moldura* é entendido como uma série de histórias que resolve o sobrenatural e inaceitável dentro de uma moldura narrativa que motiva o conjunto da série. O *romance-carta* é um trabalho ou romântico ou realista, tendo quase sempre nenhuma proposta, mas constantemente assumindo um tipo especial de estrutura, o das cartas trocadas entre duas ou mais pessoas [15]. Todos esses últimos tipos identificados por Tieje, fora dos gêneros por ele classificados como *romanesco* e *narrativa realista*, parecem compartilhar características intermediárias entre uma e outra forma, indicando a complexidade assumida pela prosa de ficção entre 1579 e 1740 e sugerindo que sua superação posterior não foi um processo linear.

A tipologia construída por Tieje indica que os livros de prosa de ficção possuíam formas específicas de inserção histórica. Aqui examinarei apenas os lugares da *viagem imaginária* (sem respeitar necessariamente a caracterização e classificação de Tieje) e do romance inglês, bem como a relação entre as Luzes e a prosa ficcional.

É preciso considerar, em primeiro lugar, que a literatura e, mais especificamente, o «romance de viagem» (seguindo a classificação de Tieje, os livros de prosa de ficção do tipo *viagem imaginária*), ainda entre os fins do século XVII e os inícios do século XVIII, «demoliam todas as instituições»: transportando-se para uma terra imaginária, colocavam em exame o «estado religioso, político e social do Velho Continente, mostrando que o cristianismo no geral, e o catolicismo em particular,» eram «absurdos e bárbaros, que os governos em geral, e a monarquia em particular», eram «iníquos e detestáveis, que a sociedade» devia «refazer-se totalmente» [16]. O livro *As Aventuras de Têlemaco*, de Fénelon, é um exemplo. Publicado em 1699, teve seu privilégio editorial revogado na França, por causa das críticas implícitas que trazia ao reinado de Luís XIV. Porém, depois, foi publicado clandestinamente na França e no exterior e, mais tarde, teve sua proibição suspensa [17]. A obra narra os caminhos e os descaminhos de Têlemaco, filho de Ulisses, o qual, mesmo após a vitória dos gregos sobre Tróia, não retorna para Ítaca, cidade de onde é rei. Têlemaco, acompanhando seu tutor Mentor (na verdade, a deusa Minerva travestida de velho), sai em busca do pai, passando por diversas regiões e situações. Por meio desse enredo, ensinam-se noções de geografia, descrevem-se costumes, práticas religiosas e formas de governo das localidades visitadas [18].

---

[14] Ibidem, p. 405.

[15] Ibidem, p. 405.

[16] Hazard, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715).* Paris: Fayard, 1994, p. 34.

[17] Martins, João Paulo. História e romance: a idéia de história em *As Aventuras de Têlemaco* e as relações entre o texto histórico e a prosa ficcional na passagem dos séculos XVII e XVIII. *I Seminário Sobre o Livro e a história editorial.* Rio de Janeiro: UFF/ Casa de Rui Barbosa, 2004 (www.iel.unicamp.br/memoria/caminhos/estudos/ensaios). Veja também: Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 313-314.

[18] Martins, João Paulo, *op. cit,*, p. 3.

Livro de prosa de ficção mais enviado de Portugal para o Rio de Janeiro, entre 1768 e 1821, para a Bahia, entre 1768 e 1814, e para o Maranhão, entre 1768 e 1800[19], *As Aventuras de Têlemaco* é tomado por Jean de Viguerie como o livro de teoria política mais freqüente nas bibliotecas francesas do século XVIII, o mais reeditado: retificando seu juízo, o historiador afirma não ser propriamente um tratado político, mas um «romance, ou se se preferir, um livro de política-ficção»[20]. Paul Hazard afirma que tal livro, considerado glorioso à época, serviu à propaganda filosófica[21]. Embora não conteste o princípio do direito divino dos reis, *As Aventuras de Têlemaco* traz, de um lado, um sentimento – de horror, de repúdio a Luís XIV, uma oposição teórica ao mesmo, «de uma paixão que irrompe, do furor de um acusador» – e, de outro, uma idéia – do valor do povo, para cujo bem público o rei deve se sacrificar para fazer-se digno da monarquia[22]. No livro, há lugar ainda para uma Utopia[23]: a Bética, onde «os costumes são os ideais, por não terem sido corrompidos», uma «sociedade que 'parou no tempo', o que significa que não se corrompeu com a passagem das eras, mantendo assim as benesses que eram comuns a todos os povos na origem dos tempos, na Idade do Ouro»[24]. *O Novo Gulliver* (1728), de Pierre-François Guyot Desfontaines, é outro exemplo, sendo obra mais propriamente classificável como *viagem imaginária*. Nela se expressa um ideal de homem – aquele não explorado pela civilização – e, ao mesmo tempo, conforme os termos de seu autor, censuram-se «todas as nações polidas, por meio da boca de um selvagem virtuoso, que conhece somente a razão natural e que acha que aquilo que nós chamamos civilização (*societé civile*), polidez, maneiras, é somente um comércio vicioso que nossa corrupção inventou e que nosso preconceito fez-nos estimar»[25].

Uma última referência pode ser buscada em Prévost, autor que publicou a *Histoire des Voyages*, obra em que compilou – e reescreveu – vários relatos alheios de viagens[26], seguindo um padrão que não pode ser considerado aos olhos de hoje científico e dentro do qual se observam as suas marcas de romancista, misturando diversão e instrução. Em dois de seus livros de prosa de ficção, *Le philosophe anglois, ou Histoire de Monsieur Cleveland, fils naturel de Cromwell* (1731) e *Mémoires d'un homme de qualité*, significativa-

---

[19] Aabreu, Márcia. *Os caminhos dos livros*, *op. cit.*, p. 90 e Villalta, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América portuguesa. In: Abreu, Márcia & Schapochnick, Nelson (Orgs.). *Cultura Letrada no Brasil*: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2005, p. 175-178.

[20] Viguerie, Jean de. *Histoire et dictionnaire du temps des Lumières (1715-1789)*. Paris: Robert Laffont, 1995, p. 117.

[21] Hazard, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989, p. 95.

[22] Idem, *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*, *op. cit.*, p. 265.

[23] Duchet, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995, p. 73.

[24] Martins, João Paulo, *op. cit.*, p. 13.

[25] Apud. Tieje, Arthur J., *op. cit,* p. 418.

[26] Duchet, Michèle, *op. cit.*, p. 84-85 e 89.

mente, inspira-se nas histórias de viagens: os heróis são «viajantes errantes» na descoberta de si mesmos, «num espaço da dimensão do sonho, onde os caminhos, os portos, o mar semeado de recifes, as ilhas, as florestas e os desertos figuram um país interior» [27]. A viagem para Prévost era o símbolo e o lugar do romanesco, que, por sua vez, tinha na viagem a sua essência: o fantástico, o maravilhoso, o monstruoso. Prévost, ele próprio, apresenta *Le philosophe anglois* (livro de prosa ficcional mais conhecido como *Cleveland*) ao leitor como uma viagem, dizendo que sua obra deveria «ser observada como um país novamente descoberto» e «o desejo de ler como uma espécie de viagem que o leitor empreende» [28]. No plano de sua obra, continua o autor, Cleveland, através das «conversações com amigos ilustres, encontraria a paz no coração e a verdadeira sabedoria com o perfeito reconhecimento da religião» [29]. O romance, em questão, de fato, parece defender a ordem, não usando a «viagem», interior ou exterior, como forma de demolir as instituições de sua sociedade. Essa defesa, contudo, não esquece as críticas, que incidem ao menos sobre a cidade, a corte. Em uma viagem a Paris, assim, Cleveland, primeiramente, descreve os hábitos dos cortesãos:

> *Era a Corte, e a Cidade. Eu não devo queixar-me, de que o gosto de mezas lautas faltem em Pariz, entre a gente e pessoas de merecimento. O talento, e a cortesia correspondia nos meus convidados à delicadeza, e à abundancia dos serviços. Todos comião bem, de tudo e com muito asseio e limpeza. Fazião-me infinitos elogios, e eu era, como adorado, por aquelles Cortezãos. Não o negarei: o meu coração era sensivel a suas lisonjas* [30].

Nessa passagem, é possível reconhecer elementos que se fazem presentes nas críticas que Montesquieu – no romance *Cartas Persas* (1721) [31], obra que é o marco inicial das Luzes e onde se narra, por meio de cartas, a viagem dos persas Uzbek e Rica pela Europa, sobretudo a França – e Rousseau – em *Carta a M. D'Alembert* – realizam à civilidade e às sociabilidades desenvolvidas na cidade grande, tida como um teatro no qual se busca a fama como um fim em si mesmo, recorrendo-se a todo tipo de imposturas, convenções e etiquetas [32]. A crítica torna-se mais evidente (e mais ortodoxa) quando, logo

---

[27] Ibidem, p. 89.

[28] Apud. Ibidem, p. 88. Prévost alegava que fizera pesquisa histórica para escrever *Cleveland;* escreveu romances históricos e histórias romanceadas, misturando os gêneros (MAY, George, *op. cit.,* p. 146 e 157-158).

[29] Apud. TIEJE, Arthur J., *op. cit.*, p. 419.

[30] [PRÉVOST, Antoine François]. *O Filozofo Inglez, ou Historia do Senhor Cleveland, filho natura de Cromwel, escrita por elle mesmo,* e traduzida em portuguez da dicção [sic] Francesa por F.F.J.T. Lisboa: Officina de João Procopio Correa da Silva, Impressor da Santa Igreja Patriarcal, 1800. 9 tomos, vol. 8, p. 291.

[31] Veja especialmente a carta em que Rica relata sua ida à comédia e à ópera, em Paris: MONTESQUIEU. *Cartas Persas.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1960, p. 71-72.

[32] SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 142 e 152-153.

em seguida, Cleveland narra sua conversa com um filósofo sobre a imortalidade da alma, confessando seu desejo de evitar introduzir Fanny, sua esposa, nesse tipo de assunto e, ao mesmo tempo, defendendo a religião cristã, com que se rejubilava a sua mulher:

> *Em huma daquellas deliciosas festas, a conversação voltou sobre hum assumpto, que era menos proprio á dissipação da meza, mas que foi introduzido habilmente, pela quantidade, e encadeamento de outros discursos, que não podia ser acusado de indecente. Hum Filosofo, celebre, segundo se dizia, pelo seu talento avançou algumas proposições sobre a immortalidade da alma, e outros assumptos, que dizem relação à Religião: porém amontoando palavras, sem com tudo dizer nada que convencesse a minha razão, eu o julguei digno de desprezo dentro do meu coração; e ouvindo-o, sem o aplaudir, nem o convencer, o deixei entregue à extravagancia das suas idéas bizarras, e adulteradas. Bem que evitasse com disvelo introduzir Fanny naquellas materias, e que fosse sempre o meu projecto deixa-la livre no exercicio, e principio da sua Religião, não podia suspender-me de abrir muitas vezes os olhos sobre a exactidão, com que lhe via encher os deveres do Christianismo, e admirava a satisfação, que ella parecia tirar dos seus proprios sentimentos* [33].

Joaquim Rodrigues de Andrade, em Portugal, tempos depois, nos inícios do século XIX, em *Nova Viagem do Inglez Naif* – obra classificável como *viagem imaginária,* para cuja publicação apresentou ao Desembargo do Paço um requerimento em outubro de 1806, sendo-lhe deferido nesse mesmo ano, sem que até 1815, se possa dizer se havia ou não logrado publicá-lo –, reprovava a realização de críticas políticas pelos autores de *viagens*. Andrade maldizia as duas pragas que estariam a infeccionar Portugal, banhos de mar e escrever sobre viagens, e tomava a última como mais presente na Europa Setentrional do que no Sul. Além disso, criticava as *viagens*, especialmente as *Viagens de Henrique Wanton*, de Seriman, obra de prosa de ficção publicada em 1749 – em que se descrevem aventuras de viajantes que naufragam num país de macacos, os monos [34] – nos seguintes termos:

> *Duas manias infecionão de presente o nosso pais: banhos do mar, e escrever Viagens. Ambas ellas são epidemias, e predominantes não sei porque dizer […] A segunda mania a Respeito de Viagens, e Viageiros, era mais Nortista, que Meridional: porque como aquelles Europianos vivem cercados de aguas, Rodeados de Ilhas Portos Maritimos delles he fasillimo o embarque para qualquer terra. E quando este não se realize, os sonhos suprem o que os unguentos ficticios das antigas magicas [sic]. Sonhão com o que pensarão todo o dia, e com este entusiasmo lhes sucede o que aos de Regio na Italia com a sua celebrada Morgonha. Esta a razão por que os Prelos aportados lanção* ***gemendo tantas satyras e libellos infamatorios em desprezo das Nacões vizinhas****. Ja hum destes achou sonhando o pais dos Monos e por esta aventura elle descreve largamente a sua policia e economia: seus costumes, modos de viver e passatempos no theatro. Não há descaramento maior! e sem o sentirem os*

---

[33] [Prévost, Antoine François], *op. cit.*, vol. 8, p. 291-292.

[34] Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 326.

> *seus aduladores, vem a chamar Monos a todos os homens sem exceção* [35] [negritos meus].

Em que pese os protestos do autor, ele não se furtou a realizar críticas sociais e políticas sutis, o que se pode observar no capítulo «Descripção do Palacio do M. Grilo de seus diverttimentos, tropas, arsenaes, de mais costumes». É possível ler a talvez utópica sociedade por ele descrita, o «Império dos Grilos», como a negação daquela em que ele, autor, vivia, uma sociedade onde reinavam o luxo e a pompa supérflua, arruinando as repúblicas e as monarquias:

> *Sabeis pois Amigo Naif, que ainda que he gigantesca a circunferencia do Palacio deste vivente, pois ocupa melhor do que o Serralho do Gram Senhor, valles, serranias, e campinas: com tudo sua porta he limitada, pois não se via entre estes insetos a cavalgadura nem o ostentoso terem das carruagens: pompa superflua, e que tanto arrasta as monarquias, e os vassalos das Repúblicas em que este fausto se com forte; e cada vez a melhor. Ali comem as bestas em verda, e cevada quadruplicado, que qualquer homem pião e official. O Luxo no lacaismo, tirão os cultores às Lavoiras, e enche os mendigos as portas dos cidadãos, depois delles estropiados […]Este he o motivo, porque M. Grilo os ali não consente; e também porque se contenta com a fartura, e traga humilde, como quem nunca foi basofio. Não precisa de janellas sua vivenda, porque elle hé melancolico, e de sua natureza tristonho, como se percebe pela cor com que anda trajado, a qual sempre inculca honestidade. Também não hé affeiçoado a modas, que são a ruina dos povos pelo luxo, leva o dinheiro da patria descaminho com estas fatuidades; e os traficantes, que as inculcão, riemse da simplicidade ou estolidas [?] daquelles, que lhas adoptão* [36].

Não se pode falar da prosa de ficção no século XVIII e inícios do século XIX sem tratar do romance inglês em particular. Ele representou a grande novidade literária da primeira metade do século XVIII. Segundo Viguerie: «O *Robinson Crusoé*, de Daniel Defoe (1719) lança o gênero. A produção é abundante: inúmeros autores são mulheres […] Mas os dois mestres do gênero, aqueles que vão lhe dar um caráter nobre, são Samuel Richardson (*Pamela* em 1740-1741 e *Clarissa* em 1747-1748) e Henry Fielding, autor de *Joseph Andrews* (1742), *David Simple* (1744) e *Tom Jones* (1749). O traço comum de todas essas histórias inglesas é que as personagens não têm nada de heróico, nem de particularmente exemplar. Eles são naturais, elas são normais, elas passeiam na vida real. Isso não as impede de ser tocantes. Em suma, o romance inglês assemelha-se com seus leitores» [37].

---

[35] Andrade, Joaquim Rodriges de. Nova Viagem do Inglez Naif, Curiossimo indaador do Mundo Antigo, a varios paîzes desconhecidos na qual se mostra como elle navegando pro Levante imaginadamente foi descobrir na montanha da Chimera da Lisia, o desconhecido Imperio dos Grilos (Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, doravante IANTT, Real Mesa Censória / Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros, Joaquim Rodrigues de Andrade, 1815, I, 19, p. 1v).

[36] Ibidem, p. 5-6.

[37] Viguerie, Jean de, *op. cit.*, p. 620.

Os romances ingleses traziam acontecimentos normais em relação à realidade, havendo uma identidade entre o conteúdo das obras e a vida dos leitores: a verossimilhança e sua inscrição num esforço de combate e de crítica social, política e religiosa, dialogando em linha direta com os leitores, portanto, eram características fundamentais do gênero em constituição. Ian Watt sublinha o realismo do romance, esclarecendo que se tratava de um realismo formal constituído por um conjunto de procedimentos narrativos (não se referindo a «nenhuma doutrina ou propósito literário específico») [38]. Tais procedimentos são: a fidelidade à experiência individual, particular, inserida na realidade contemporânea; a tomada do tempo e do espaço como coordenadas fundamentais que moldam a história coletiva e individual dos homens, vistos, por conseguinte, numa dimensão processual [39]; a preocupação com a verossimilhança e, freqüentemente, o emprego de um estilo de prosa que preza o oferecimento de uma impressão absoluta de autenticidade aos relatos por meio do uso de cartas, diários, etc., e do apelo a descrições minuciosas dos ambientes. Com tudo isso, por fim, constituindo-se como um relato que se pretende autêntico das verdadeiras experiências individuais, o romance dá ao leitor a sensação de participar da ação [40]. Outra característica importante do romance é a maior acessibilidade de sua linguagem para um público mais amplo [41], sendo postulada pelos próprios romancistas, inclusive por seu patriarca, Giraldi Cintio, ainda no século XVI [42]. Como salienta Sandra Vasconcelos, fruto «dos ideais iluministas, o romance surgiu na cena literária como expressão artística de um espírito democrático e, ainda que sua maleabilidade lhe tenha permitido acolher uma multiplicidade de vozes e valores morais, ele serviu sobretudo para exprimir uma certa visão de sociedade que os romancistas procuraram traduzir em termos artísticos. Nesse sentido, o novo gênero não se limitou a refletir os valores de seu tempo, mas ajudou a criá-los […]» [43].

No século XVIII, o romance, não só na Inglaterra, ganhou uma certa dignidade: floresceu, tornou-se «ágil, vivo, freqüentemente licencioso (como no caso de *Le Sopha* de Crébillons fils), prazerosamente satírico (como as *Lettres Persanes*, de Montesquieu), às vezes psicológico», como são os casos de «*La Vie de Marianne* de Marivaux, ou *Manon Lescaut* do padre Prévost,

---

[38] Watt, Ian. *A ascensão do romance*, *op. cit.*, p. 31.

[39] Sandra Vasconcelos explica que, no romance, o tempo desempenha um «papel absolutamente crucial», constituindo um traço que o distingue do romanesco: o tempo é a «força plasmadora de formas e imagens literárias, no universo do romance. Aqui, as determinações espaciais e temporais ocupam o cerne das relações da personagem com o mundo e a noção de tempo carrega dentro de si a possibilidade do aprendizado através da experiência, a chance de mudança, de amadurecimento» (Vasconcelos, Sandra. *A formação do romance inglês*, *op. cit*., vol. 1, p. 36).

[40] Watt, Ian. *A ascensão do romance*, *op. cit.*, p. 14-29.

[41] Ibidem, p. 72.

[42] Cândido, Antônio, *op. cit.*, p. 79.

[43] Vasconcelos, Sandra. *A formação do romance inglês*, *op. cit*., vol. 1, p. 6.

mas não importa qual tom que ele tome, ele é sem dúvida – com a comédia – o gênero literário onde se exprime o melhor do gênio desse tempo» [44]. O romance roubava a cena da Teologia, constituindo-se no principal meio no qual os leitores encontravam idéias e atitudes [45]. Os romances tornaram-se veículos de difusão do programa dos filósofos das Luzes e de críticas que tinham por alvo a própria sociedade em que eram produzidos. Os filósofos das Luzes, de fato, «não hesitaram em tornar suas ficções em veículos para difundir seu programa», tendo Diderot escrito, por exemplo, romances e histórias que, «mais do que expressar, pregavam as virtudes da sensualidade pagã» [46], ainda que se mostrasse prevenido con-tra o gênero [47].

Em meio a essa efervescência gerada pelas Luzes, no mundo luso-brasileiro tal como na Inglaterra, o *romanesco* e o *romance moderno* receberam denominações que não os distinguiram claramente um do outro. Ao contrário do sucedido na Inglaterra, porém, em Portugal e no Brasil, essa situação parece ter avançado pelo século XIX: ambos eram denominados *novelas*, *contos* e *romances* sem muita diferença. Maria Beatriz Nizza da Silva, ao analisar anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1708 e 1821, constata o predomínio da denominação *novela*, encontrando *romance* em referência a um único «título, mesmo assim de forma indireta: *Amor e probidade, novela extraída de um romance em cartas* [48]. Na classificação utilizada para os livros da biblioteca do Conde da Barca, Nizza da Silva observa que o termo *romance* predominantemente aplica-se a obras que podem ser classificadas como romance da antiguidade, romance pastoril e romance de cavalaria, sendo exceções *El Ingenioso Hidalgo Dom Quixote de la Mancha*, de Cervantes, e *Les Aventures de Télemaque, fils d'Ulysses,* de Fénelon, cujas primeiras publicações deram-se no século XVII, respectivamente em 1605 e 1699, e *Mémoires d'un citoyen, ou le Code de l'humanité* [49]. Ao mesmo tempo, no rol da citada biblioteca, a rubrica *contos e novelas* é aplicada para obras escritas após a Revolução francesa [50]. A citada historiadora relaciona o uso mais raro de *romance*, em contraste com o emprego mais profuso do termo *novela*, no caso dos anúncios, bem como a oposição entre *romance* e *contos e novelas*, esta última aplicada em relação a um número inferior de obras, observada na catalogação das obras da biblioteca do Conde da Barca, à definição res-

---

[44] Viguerje, Jean de, *op. cit.*, p. 134.

[45] Outram, Dorinda. *The Enlightenment.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 21.

[46] Gay, Peter. *The Enlightenment*: an interpretation. The science of freedom. New York: W. W. Norton & Company, 1996, p. 118.

[47] Robert, Marthe, *op. cit*., p. 12.

[48] Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 1978, p. 197. Idêntica constatação pude fazer ao examinar anúncios da *Gazeta de Lisboa*, tendo encontrado como denominações mais recorrentes «contos» e «novelas» (IANTT, *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Caixa 469, Gazeta de Lisboa, 02 de junho de 1787 e 07 de julho de 1787).

[49] Silva, Maria Beatriz Nizza da, *op. cit.*, p. 197-199.

[50] Ibidem, p. 199.

trita dada a *romance* por Morais Silva, em seu *Dicionário*, na edição de 1813: «'novelas, contos fabulosos de amores os quais começaram em versos em língua romance ou vulgar, como foram, v. *Roman de la Rose*, e outros dos poetas proençais; ou misturados de prosa e verso'» [51]. A denominação *romance,* inicialmente aplicada a obras escritas em versos, portanto, não contemplaria «os tipos de prosa narrativa então consumidos em larga escala» [52].

Márcia Abreu também parte do verbete do grande dicionarista luso-brasileiro. Examinando inicialmente a edição de 1789 do *Diccionario da Lingua Portugueza* de Antônio de Moraes Silva, constatou que novela é conto, conto é história, enquanto romance é tomado «na acepção antiga de 'rimance': «composição poetica em que não ha rimas mas toantes, ou rimão-se os versos, terminando as duas vogaes ultimas delle semelhantes» [53]. Ao confrontar a definição dada em 1789 com aquela presente na edição do dicionário de 1813, a mesma citada por Nizza da Silva, e detectar a mudança dada pela inclusão de «novelas, contos fabulosos de amores os quais começaram em versos…», Abreu conclui que «novela, conto e romance eram, portanto, equivalentes, tendo todos caráter fabuloso, inexistindo preocupações formais que pudessem precisar diferenças internas aos gêneros» [54]. A mesma posição é compartilhada por Simone C. M. de Souza, em sua pesquisa em anúncios de jornais publicados após a vinda da Corte, em 1808, vindo a optar pelo uso do termo «'romance' para designar as histórias, os contos, as narrativas epistolares e as aventuras […] cujos enredos, de divertimento, de intuito moral, de descobrimento do exótico através de relatos de viagem ou de ensinamentos didáticos, carregam em si algumas semelhanças com outros romances consagrados» na passagem do século XVIII para o século XIX [55].

O termo *novela*, curiosamente, é citado no depoimento de Inácio José de Alvarenga Peixoto, feito em 1790, na Devassa da Inconfidência Mineira. Segundo o depoente, José Álvares Maciel, o filho, que chegara da Inglaterra em 1788, teria relatado o espanto das Cortes estrangeiras com a *moleza* e *indolência* do *Brasil*, principalmente depois do que sucedera com a América Inglesa; «estando ele em Londres se publicara que no Rio de Janeiro tinham matado ao Il.mo e Ex.mo Vice-Rei, cuja notícia até na Gazeta [de Lisboa?] saíra, e logo os negociantes quiseram armar em defesa na cidade […], mas em poucos dias se soube a falsidade da novela, foi mandado recolher a gazeta

---

[51] Apud. Ibidem, p. 197.

[52] Silva, Maria Beatriz Nizza da, *op. cit.*, p. 197.

[53] Abreu, Márcia. *Caminhos dos Livros.* Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003, p. 265.

[54] Ibidem, p. 266.

[55] Souza, Simone Cristina Mendonça de. *Romances nos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro – 1808-1822:* um estudo das primeiras publicações em prosa de ficção no Brasil. Campinas: Unicamp, 2004, p. 5 e 48-9[Exame de Qualificação].

pelo Estado, e todos os negociantes ficaram ardendo» [56]. É possível fazer algumas deduções do uso do termo *novela* por Alvarenga Peixoto, pensando sobre seu significado nas Minas Gerais de fins do século XVIII. *Novela* está no limiar entre realidade e ficção, trazendo fatos verossímeis de natureza político-militar relativos à autoridade mais importante da Colônia, o Vice-Rei, mas que, ao final, revelam-se falsos, quiçá fabulosos, sem, contudo, deixarem de interferir nos acontecimentos e, sobretudo, de trazerem prejuízos, o quais adviriam justamente de sua falsidade. Carrega consigo, portanto, uma conotação negativa. Uso muito similar é identificado por Leandro Catão, em documentação referente a fatos ocorridos 28 anos antes. Em sua pesquisa sobre a Inconfidência do Curvelo de 1761, encontrou o termo *novela* em referência a um papel, ao que tudo indica escrito pelo irmão Lourenço Félix de Jesus Cristo, suposta e falsamente assinado pelo Santo Padre e que equiparava El-Rei Dom José I a Nero: «um bárbaro e um rei cruel e que era pior que Nero e outros tiranos» [57]. O Padre Apolinário, capelão de Pissarão, teria empregado o termo ao depor na segunda devassa de 1761, ressaltando ter encorajado o irmão Lourenço a dar fim «naquela novela e o repreendeu com esse papel» [58]. Os usos de *novela* por Alvarenga Peixoto, em 1789, e pelo padre Apolinário, em 1761, no coração de Minas Gerais, parecem apontar para o *romance moderno*, embora haja nos mesmos elementos que sugiram conexões com o *romanesco* (sobretudo o fato de não se referir a homens comuns, mas a autoridades superiores, isto é, o Vice-Rei, o Papa, D. José I e Nero). No mundo das letras do Brasil, na verdade, saindo do plano estritamente terminológico, a própria produção novelística local de meados do século XIX contemplou em grande parte o «repertório romanesco», abrigando «paixões incontroláveis, sedução, raptos, traições, vilões terríveis, desonra, acontecimentos, personagens estereotipados (radicalmente bons ou radicalmente maus). Alguns textos, no entanto, já começaram a apostar mais na verossimilhança e na plausibilidade, apresentando cenas mais próximas do cotidiano, trazendo a história para mais perto da vida comum dos homens comuns, matéria primordial do romance» [59].

Em função das ambigüidades assinaladas, quer no que se refere à terminologia, quer no que tange ao próprio contéudo-forma das obras, optei pelo uso, neste ensaio, da denominação *romance*, tomando-a como sinônimo de prosa de ficção, sem, contudo, deixar de enfatizar o maior *realismo* característico do *romance moderno* e, sobretudo, seu lugar no contexto de então,

---

[56] AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira [ADIM]. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980, vol. 5, p. 115-116.

[57] Apud. Catão, Leandro. Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2005 [Tese de Doutorado], p. 256.

[58] Ibidem, p. 13.

[59] Vasconcelos, Sandra. A formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas), *op. cit.*, p. 25.

expressando e conduzindo a transformações e embates, por meio da difusão de idéias e conhecimentos, comportando um potencial instrutivo e, até mesmo, edificante em relação aos leitores, além da óbvia capacidade de entretê-los. Em alguns exemplos analisados até agora, os objetivos de instruir e edificar apareceram aqui e acolá, o mesmo não se dando com o fim de divertir. Apos discorrer sobre as proibições da censura, procurarei acompanhar como os fins de divertir, instruir e edificar aparecem (ou são negados) na documentação censória, bem como as questões relativas ao estilo das obras.

A censura e as proibições secretas e por editais: em defesa do trono e da religião

O mais importante Edital da Real Mesa Censória que se voltou contra os Ilustrados e os pensadores políticos modernos, datado de 24 de setembro de 1770, arrolava entre suas vítimas alguns romances. Tinha em mira os escritos considerados libertinos ou licenciosos [60], classificados nessa categoria por

---

[60] Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa*, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Morais Silva (Lisboa : Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, tomo 2, p. 21), «libertino» é «o que sacudiu o jugo da Revelação, e presume que a razão só pode guiar com certeza no que respeita a Deus, a vida futura», e «libertinagem», «o vício de ser libertino, incrédulo, mal morigerado». Nessa acepção, corrente no século XVIII, libertino é todo livre-pensador influenciado pelas novas idéias dos filósofos e enciclopedistas, que por suas leituras, ações e omissões, punha em xeque alguns dogmas cristãos, assumindo abertamente o deísmo ou o ateísmo, ou ridicularizando o ritual e a hierarquia eclesiástica (Mott, Luiz. *A Inquisição no Maranhão*. São Luiz: Edufma, 1995, p. 21). Esta parece, por exemplo, ter sido a conotação do uso do termo por Antônio de Morais Silva, nos idos de 1779, em relação a si mesmo, dizendo-se – segundo depoimento de Antônio da Silva Lisboa, estudante do segundo ano do curso jurídico em Coimbra, em 1781 – «Pay dos Libertinos», conforme consta do processo inquisitorial de que foi vítima por proferir proposições deístas e críticas ao cristianismo, à Inquisição e à Igreja católica (IANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 2015, p. 29v). O termo, porém, utilizado em linguagem comum e em disputas teológicas, antes e depois do século XVIII, possuía três acepções, não necessariamente excludentes entre si, seja na realidade, seja na visão dos críticos do libertinismo: primeiro, depravado; em segundo lugar, diletante mundano e incrédulo, e, por fim, filósofo cético. Em muitos casos, na realidade da libertinagem, esses três significados encontravam-se interligados, estando a licenciosidade sexual associada à incredulidade e ao ceticismo; em outros, tal associação era postulada pelos adversários para denegrir os libertinos (Kochakowicz, Leszek. «Libertino». In: *Enciclopédia Einaudi: Mythos/ logos; Sagrado/Profano*. Trad. José de Carvalho. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1987, p. 326-7). Embora se possa dizer que, de fato, o termo libertino não tinha um significado restritamente associado à liberalidade em relação ao sexo, essa associação era de uso corrente, ainda que não se aplicasse a todos os libertinos. Em 1798, Joaquim Antonio Pereira, habilitando ao sacerdócio do Bispado de Mariana, foi acusado de «libertinismo» por ter se envolvido com uma meretriz pública, por sua «incontinência escandalosa» e por ter raptado uma rapariga (AEAM. *Processo de Habilitação De Genere, vitae et moribus*, n.º 391/06). No Sumário da Inquisição de Lisboa contra Miguel Aires Maldonado, 1782-1785, residente na Fazenda do Cabuçu, freguesia de São Gonçalo do Itaboraí, Rio de Janeiro, consta o depoimento de sua cunhada Catarina Isabel Maria, no qual se lêem palavras sobre o acusado que apontam para a associação entre libertinagem e liberalidade sexual: «[…] he homem de vida estragada libertinico [sic] e

sua oposição, suposta ou verdadeira, aos preceitos da religião cristã (inclusive morais) e às prerrogativas do trono. Tais livros também foram alvos das proibições determinadas por outros editais. Segundo Maria Tereza Esteves Payan Martins, os livros licenciosos e libertinos que foram condenados pelos tribunais censórios portugueses eram «majoritariamente do gênero narrativo – contos, novelas, romances», acrescentando, ademais, que o maior número de livros licenciosos a partir do século XVIII «está diretamente relacionado com o desenvolvimento e crescente importância do romance como gênero literário autônomo» [61]. O tipo de leitor que tinha acesso a tais livros, o caráter pedagógico, iniciático, de muitos deles, trazendo uma «apologia do culto do naturalismo como filosofia de vida e meio de legitimação de atitudes e comportamentos que viola[va]m a moral e as normas sociais instituídas pelo cristianismo», aumentava a periculosidade «dos livros libertinos pelo incitamento à transposição do romance para a vida real» [62]. Certamente para não estimular tais leitores a procurarem os livros libertinos, porém, alerte-se, a censura portuguesa não proibiu alguns deles por meio de editais, mantendo a proibição sigilosa, como será mostrado a seguir.

O Edital de 24 de setembro de 1770 combatia o deísmo, o materialismo e o ateísmo e nele se esboçava uma determinada visão sobre a religião, o indivíduo, a sociedade e o império. Afirmava a primazia absoluta do cristianismo, única religião que, «pela excelência de sua Doutrina, e sublimes preceitos de sua moral», poderia dirigir o coração do homem, iluminar o seu espírito, regular os seus ofícios e pôr «o mais forte freio às suas paixões»; única religião que faria com que o homem conhecesse «a influência da razão natural», sujeitasse «as suas fracas luzes às superiores verdades de Revelação Divina, comunicadas pela escritura, e pela Tradição». A religião conduziria o homem «à prática de todas as virtudes, e ao mais perfeito exercício das suas obrigações», e o faria cônscio da obrigação que devia a Deus e ao próximo. Aqui, portanto, primeiramente, vê-se implicitamente a necessidade de se aliar razão natural e religião revelada; em segundo lugar, concebe-se o cristianismo como a verdadeira e única religião; e, além disso, entende-se que um de seus papéis consistiria em nortear a conduta individual e social do homem, sujeitando-o à razão natural, refreando suas paixões, fazendo-o agradecer a Deus e amar ao próximo. À religião caberia também outro papel: «Estabelece[r] a boa ordem, e o Poder do Governo Político: firma[r] a autoridade e proteção nos Soberanos: Assegura[r] a sujeição e obediência nos vassalos», sendo o temor do juízo final um elemento que conteria o homem.

---

insestuozo porcoanto elle vive amancebado com hua cunhada sua Irmãa della testemunha e que em outra ocazião fora elle ter a cama com outra sua Irmãa chamada Dona Antonia Ignacia e puchandolhe a mão para cometer com ella o pecado da mollicia [= masturbação]» (IANTT – *Inquisição de Lisboa*, Sumário 2815, 1782-1785, s.p.).

[61] Martins, Maria Teresa Esteves Payan. *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2001 [Tese de doutoramento], p. 164.

[62] Ibidem, p. 164-5.

Portanto, a religião instituiria a autoridade nos reis e a obediência nos vassalos, seria o fundamento da sociedade política e atuaria, por meio da crença no Juízo Final, como freio do comportamento humano [63].

Por essas razões, segundo o mesmo edital, a Coroa vinha combater os estragos que a «irreligião» estava a provocar «na maior parte da Europa», ferindo os «Principios mais sagrados da mesma Religião, para invadir os mais solidos fundamentos do Throno» e para romper os vínculos que uniam os fiéis a Cristo. Para tanto, em defesa da fé cristã e do trono, o edital proibia inúmeras obras escritas por homens que se auto-denominavam *Espíritos Fortes*, *Filósofos*, condenava seus «Escritos, abominaveis producções da incredulidade, e da libertinagem de homens tão temerários», podendo-se destacar, dentre os autores proscritos, Ilustrados radicais e, ao mesmo tempo, outros pensadores, que, embora a censura dissesse o contrário, na verdade, defendiam a fé cristã. Dentre as obras e autores arrolados no edital censório em tela, vêem-se fábulas que dificilmente são classificáveis como *romances*, nem em sentido largo: *The Grumbling hive, or Knaves turned Honest* e sua tradução para o francês, intitulada *La Fable des Abeilles, ou les Fripons devenus honnêts Gens*, de Mandeville [64]. Outros escritos, muito provavelmente eram romances no sentido atribuído ao termo neste ensaio (não se pode assegurá-lo pelo fato do Edital registrar seus títulos de forma truncada): *Erreurs (les) Instructives, ou Memoires du Conte [sic] de****, possivelmente *Mémoires du comte de Guine par M****, de Antoine Le Blanc de Guillet [65], ou *Les memoires du comte de Comminges*, romance de inspiração sentimental, escrito por Claudine-Alexandrine Guérin Tencin (1682-1749) e publicado em 1735 [66]; *Lettres Philosophiques, & Galantes*, possivelmente *Lettres historiques et galantes*, de Mme. Anne-Marguerite Dunoyer, publicado em 1704, onde a autora conta a história real da marquesa de Ganges, assassinada por seus cunhados com a cumplicidade de seu marido em 1667 (esse livro foi utilizado por Sade em seus contos, especialmente seu romance *La Marquise de Gange*, publicado em 1813) [67]; e *Memoires de Mr. Versorant*, sem autoria

---

[63] IANTT, *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p.1-2. Essa visão sobre a religião como freio para o homem é bastante freqüente nos escritos das Luzes, sejam esses romances ou não. Veja, por exemplo: MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis, op. cit.*, p. 454; [Anônimo]. *Tereza Filósofa ou memórias*. trad. de Carlota Gomes. Porto Alegre: UM, 1991, p. 101; e ARGENS, Marquis d'. *Le législateur moderne ou les mémoires du Chevalier de Meillcourt*. Amsterdam: Chez François Changuion [s.n.], 1739, p. 354-55.

[64] Ibidem, p. 4.

[65] Ibidem, p. 3 e http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-108833.

[66] http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-89739 e http://www.memo.fr/Dossier.asp?ID=372.

[67] (IANTT), *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p. 3 e TROUSSON, Raymond. Histoire d'un fait divers, du marquis de Sade à Charles Hugo. (http://www.bon-a-tirer.com/volume9/rt.html).

discriminada [68]. Dentre os que pertencem à categoria dos romances, estavam: *L'Espion Turc*, sátira epistolar escrita por Giovanni Paula Marana; *Julie, ou la Nouvelle Heloïse*, de Jean-Jacques Rousseau*; Le Sopha, Conte Moral*, de Claude Prosper J. de Crébillon Fils [69]; *Candide, ou l'Optimisme,* de François Marie Arouet Voltaire; *Lettres Cabalistiques*, *Lettres Chinoises (1739)* [70] e *Lettres Juives*, do Marquês d'Argens; e, ainda, *Memoires Turques, ou Histoire galante de deux Turcs* (1743), de Godard d'Aucourt [71]. Sobre este último romance, o Frei Francisco Xavier de Santana, incumbido de examiná-lo, registrou, de um lado, que se tratava de «'uma sátira a mais negra contra os costumes de toda a França, na qual o autor intenta persuadir que as mulheres de todos os estados e de todas as qualidades daquele Reino são tão incontinentes e têm

---

[68] (IANTT), *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p. 4.

[69] Ibidem, p. 4-5. Esta obra fora suprimida em outubro de 1768, sem que a proibição fosse publicada em edital. A Real Mesa aprovou o parecer de Frei Francisco de São Bento, que a considerava «uma novela sumamente impudica e indigna de se ler» (Apud. Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 191). Curiosamente, o próprio romance indica essa possibilidade de leitura, ao descrever o que faz Fatme, uma das suas personagens, enquanto seu marido não chegava em casa: «O livro que ela [Fatme] pegara por último [entre vários volumes expostos com fausto] não me pareceu ser o que mais a interessava. Entretanto era uma espessa coletânea de reflexões compostas por um brâmane […] ela não se dignou a ler duas e logo abandonou esse livro para pegar aquele que tirara do armário secreto [arrumado com muito segredo na parede] e que era um romance cujas situações eram delicadas e as imagens vivas […] Os seus olhos tornaram-se mais vivos; ela o deixou, menos para perder as idéias que ele lhe dava do que para abandonar-se a ele com mais volúpia. Em todo caso ela se armou da obra do brâmane; sem dúvida ela a achava melhor para mostrar do que para ler […] Dedicada à impostura desde a mais tenra juventude, ela pensara menos em corrigir as tendências viciosas do seu coração do que disfarçá-las sob a aparência da mais austera virtude» (CREBILLON FILLS. *O Sofá*. Porto Alegre : L&PM, 1992, p. 30-33). Como se nota, Fatme simulava ler as reflexões compostas por um brâmane, enquanto, na realidade, estava entregando-se com volúpia à leitura de outro livro, um romance, que ficava escondido num armário secreto. Significativamente, Fatme traía o marido com outro brâmane, situação que parece ser mais uma denúncia da hipocrisia pelo romance: um brâmane é o autor das «reflexões» sóbrias, aparentemente assimiladas pela personagem, a qual frui seus vícios às escondidas com outro livro e outro brâmane! Fatme parece encarnar o ideal de civilidade hipócrita das sociedades do Antigo Regime, sendo um emblema desse mundo onde se distanciavam os usos público e privado (ao extremo) dos livros, objetos de ostentação e dissimulação e, ao mesmo tempo, fonte de prazer individual, em paralelo com a simulação de virtudes e a experiência secreta de vícios.

[70] (IANTT), *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p. 2. Portadores de licença para a leitura de livros proibidos tinham acesso a essa obra (Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 188). O Mosteiro de São Bento da Saúde, em Lisboa, em 1774, obteve da Real Mesa Censória a autorização para tê-la em sua biblioteca, assim como para outra obra libertina do mesmo Marquês d'Argens, as *Lettres Cabalistiques*, e *L'Espion*, certamente da mesma natureza, além de livros condenados pelo Edital de 12 de dezembro de 1771, alguns deles de autoria dos teólogos neo-escolásticos Luís de Molina e Bellarmino. Foi-lhe interditada apenas a posse das obras proibidas no Edital de 10 de junho de 1768, na Sentença de 24 de Julho de 1769 e na Lei de 4 de dezembro de 1769, que não incidiam sobre livros libertinos ou romances (IANTT, *Real Mesa Censória,* Caixa 113).

[71] (IANTT), *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p. 2.

tanta desonestidade [...] que em sua comparação vêm a ser as mulheres de Constantinopla umas virgens vestais'», motivo pelo qual qualificou o livro como «depravadíssimo». Por outro lado, o censor considerou que o livro «'tinha o atrativo de um estilo agradável, que concorria para o fazer mais nocivo'» [72]. Dessa análise, depreende-se, logo, que o censor examinou não apenas o conteúdo libertino, obsceno, depravado do livro, capaz de propiciar uma má instrução para seus leitores, mas também seu estilo, o qual, sendo agradável, tornava o livro «mais nocivo»; portanto, o estilo, propiciando divertimento, potencializaria o caráter corruptor da instrução que acompanhava a leitura. Capaz de corromper, esse livro, todavia, como informa Simone Souza, foi publicado sob o título *Templo de Jatab, Coleção de Memórias Turcas*, pela Impressão Régia de Lisboa no ano de 1806, com reedição em 1822; no Brasil, a Impressão Régia o editou em 1811, tendo o mesmo sido anunciado na «*Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1811 e 1815, por Paulo Martin Filho e Manoel Joaquim» [73]. Um último romance identificado entre as obras interditadas pelo Edital de 24 de setembro de 1770 é *Mémoires por [sic] servir a l'Histoire de Mad. de Maintenon* (1755), de Mr. de la Beumelle [74].

Dentre os não-romances censurados pelo Edital de 24 de setembro de 1770, podem-se citar vários títulos importantes para a história da literatura. Os *Contes* de la Fontaine, obra libertina em verso, são um exemplo: quando Antônio Pereira de Figueiredo preparava o Edital em questão, reproduziu o seguinte comentário de Baillet sobre a obra [75]: «se há-de perder este livro ou se há-de perder a inocência e a pureza dos costumes», do que se conclui que a má instrução que poderia propiciar aos que o lessem era enorme. *La Puccelle d'Orléans*, de Voltaire, poema dividido em 15 livros, publicado em 1755, obra que teve 35 edições até 1789 e cujo enredo de forma nenhuma

---

[72] Apud. Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 194-6.

[73] Souza, Simone Cristina Mendonça de, *op. cit.*, p. 75-6. Um estudo mais preciso poderá informar se essas edições luso-brasileiras encontram-se expurgadas; a trama, saliente-se, é a mesma do livro editado na França.

[74] (IANTT) *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Edital de 24 de setembro de 1770, Caixa 1, p. 2. O título correto é *Mémoires pour servir à l'histoire de Madame de Maintenon*, e Laurent Angliviel de Beaumellle escreveu também *Lettres de Madame de Maintenom,* publicadas em 1775-6 (Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 210). No *Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente, para servir no expediente da Casa da Revisão (1768-1814)*, constam os títulos e as informações seguintes*:* «Memoires de Madme. de Maintenon avec les Souvenirs de Madme. de Caylus. 16 vol. in 12.º. Par. 1789» e «Beaumelle/ Laurent Mr. de la/ Memoires de Mad. de Mantenon, 6 vol. in 12.º = Sup[rimido]. no Edital de setembro de 1770» (CATALOGO dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente. In: Marques, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Universidade de Coimbra, s/d., p. 126 e 170). Maria Tereza Martins, contudo, afirma que, em conseqüência das «alterações políticas» observadas em 1781 e malgrado a obra trazer «'várias esabrosidades'» [sic] e «'ditos de Voltaire'», como reconhecia o frei Francisco de Santa Ana encarregado pela Real Mesa Censória de examiná-la, esse censor «foi de parecer que não se devia negar a sua aprovação, por conter informação relevante» (Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 211).

[75] Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 177.

poderia ser palatável à Igreja e à censura portuguesa – São Dionísio, com o objetivo de garantir a vitória dos franceses contra os ingleses, comprometida pelos amores do rei Carlos VII e de Agnès Sorel, vem à terra à procura da virgindade, encontrando-a em Joana D'Arc, cuja pureza é conservada até a data necessária para a salvação da França e, depois, corrompida pelos amores que vive com Dunois [76] –, foi proibido pelo Índice Romano (reiterada em 1929, portanto, em pleno século XX) e também pelo referido edital. Vale destacar também a proibição do livro *Lettres d'amour d'une Religieuse Portugaise écrites au Chevalier C.*, certamente uma edição em francês das *Cartas Portuguesas* atribuídas à freira portuguesa Mariana Alcoforado (1640-1723), escritas nos século XVII, publicadas em Paris em 1669 com o título de *Lettres Portugaises* e, na mesma data, em Colônia, com o título de *Lettres d'amour d'une religieuse portugaise*, obra essa que reúne cinco cartas amorosas para um oficial francês casado e com filhos [77]. Essa obra, cujo conteúdo pode não ter um caráter ficcional (e que, se assim for, não deve ser tomada como romance), forneceu, como informa Tieje, material para muitos romancistas a imitarem [78].

Outros editais dos tribunais censórios portugueses também tiveram por alvo os livros considerados libertinos, em grande parte romances (no sentido lato que se usa neste artigo). As *Lettres persannes*, de Montesquieu, foram proibidas pelo Edital de 21 de abril de 1771 [79]. A *Vida de Santa Maria Magdalena*, com-posta em italiano por D. Antônio Júlio Brognole Sale, e suas versões, em português, do Frei Antonio Lopes Cabral – intitulada *Magdalena, Peccadora, Amante e Penitente* (1695) – e do Padre Frei Antonio de Assumpção, religioso dominicano (1747), foram proibidas pelo Edital de 10 de novembro de 1769, pois

> *não continha a vida de Santa Maria Madalena,* ***mas uma novela das mais licenciosas****, organizada de afetos indecentes, pensamentos pueris, jogos de espírito, metáforas, alegorias e ficções só próprias de séculos de barbaridade e ignorância; e de outras muitas coisas inteiramente alheias de majestade, e pureza do cristianismo; e ao mesmo tempo incompatível com a verdadeira e sólida piedade, que lhe respira no escrito desta natureza, quando são dirigidos pelas luzes da razão e da verdade; além de conter opiniões muito duvidosas, que suposto não interferem na Fé, são hoje desprezados pelos Sábios da primeira ordem, e críticos católicos mais verdadeiros na antigüidade Eclesiástica* [negritos meus] [80].

---

[76] Ibidem, p. 206 e htttp://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O==NUMM-898808&M =notice &Y==Texte.

[77] http://web.ipn.pt/literatura/alcofora.htm; http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-62963 (neste endereço, há a capa de uma edição de 1672) e www.instituto-camoes.pt/arquivos/literatura/katherinevaz.htm.

[78] TIEJE, Arthur J., *op. cit.*, p. 432.

[79] CATALOGO dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente. In: MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *op. cit*., p. 175.

[80] Biblioteca do Palácio dos Bispos de Mariana. Edital da Real Mesa Censória de 10 de novembro de 1768. In: *Coleçam das Leis, Decretos, e Alvarás*, s/p.

Portanto, a condenação da «novela licenciosa» em questão visava ao combate, por um lado, do «fanatismo» e da «ignorância» e, por outro, da licenciosidade (nos termos do edital, uma vida sem decoro, desonesta, solta). Incidia também sobre a linguagem – «metáforas, alegorias e ficções» –, envolvendo, portanto, questões de estilo. Ao mesmo tempo, tal medida se dizia guiar (e valorizar) pelas «luzes da razão e da verdade», fundadas em «católicos verdadeiros», uma diretriz, que se esforçava por conciliar a «Razão», os interesses do Estado e o catolicismo, e que se fez vigente no funcionamento do aparato censório entre 1768 e 1821.

O romance *Le Compère Mathieu ou Les Bigarrures de l'esprit humain* (1766), de Henri-Joseph Du Laurens (1719-1793), foi proibido pelo Edital de 31 de julho de 1781. Sua proibição, porém, foi anterior (julho de 1776) e não recebeu divulgação até então. Esse romance considera que a religião é algo anti-natural, relativiza o bem e o mal, advogando que tudo é permitido e que o Estado, razão e causa de todos os males, estaria destinado a desaparecer[81]. O Frei José da Rocha, em julho de 1776, incumbido pela Real Mesa de avaliar o romance, considerou que seu fim «'é persuadir que para um Homem ser feliz não tem mais que seguir a voz da natureza'», que deveria ser obedecida em todas as ações da vida[82]. Se o romance possuía um conteúdo corrosivo dos pontos de vista moral, religioso e político, é bom ressaltar que o censor pousou seu olhar também sobre seu estilo, sentenciando:

> *'Toda a obra é escrita sem nexo algum e sem guardar conseqüências; e com um estilo tão desigual que umas vezes é mui difuso, outras demasiadamente lacônico; umas vezes nobre e sublime, outras humilde e baixo […] Principalmente porque não há página, ou ao menos capítulo, em que o libertino Voltaire, a quem se atribui a obra, não faça destilar da sua pena aquele mortal veneno que costuma espalhar pela maior parte dos seus escritos'*[83].

No que se refere ao estilo, essa avaliação do censor tem vários pontos coincidentes com a do próprio autor. Esse assume, diante do leitor, que seu estilo é ora lacônico, ora verboso, ora raso e trivial, ora nobre e elevado, não possuindo sua obra método ou plano, mas seguindo o curso natural dos eventos e expressando o ignorante que ele sempre fora e seria[84]. Dessa coin-

---

[81] Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 218-9.

[82] Apud. Ibidem, p. 219.

[83] Apud. Ibidem, p. 219.:

[84] Diz o autor no capítulo 1 do livro, conforme a edição de Londres, de 1766: «Tu me reprocheras peut-être qu'il n'y a ni plan ni méthode dans cet Ouvrage; que ce n'est qu'une rapsodie d'aventures sans raports, sans liaisons, sans suites: que mon style est tantôt trop verbeux, tantôt trop laconique; tantôt trop égal, tantôt raboteux; tantôt noble & élevé, tantôt plat & trivial. – Quant aux deux premiers articles, je te répondrai que je n'ai pu décrire les événemens dont il est question que dans leur ordre naturel, ni avec d'autres circonstances que celles qui les ont accompagnés. Quant à mon style, je l'abandonne à tout ce que tu pourras en penser. J'ai toujours été un ignorant; & je le serai vraisemblablement toute ma vie» (http://du.laurens.free.fr/epitres/intro_comper.htm).

cidência de juízos sobre o estilo do romance, fica uma dúvida: o censor foi displicente e preguiçoso, reproduzindo em seu parecer, para sua comodidade, as palavras do autor? Ou compartilhava, em parte, da avaliação desse, dele se distanciando apenas na medida em que acreditava que o «veneno» contido na obra, a má instrução que poderia suscitar, comprometeria seu já contraditório estilo?

Alguns dos ditos libertinos, em boa parte filósofos das Luzes ou pensadores cujas idéias foram essenciais para as mesmas, escaparam à sanha proibitiva do referido edital de 24 de setembro de 1770 e de outros editais, mas tiveram suas obras proibidas e incluídas num catálogo organizado pela censura: o *Catálogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até ao presente, para servir no expediente da Casa da Revisão (1768-1814)*[85]. Dentre as proibições que pesaram sobre romances não explicitadas nos editais e que figuram no *Catálogo*, são exemplos: o romance *L'Ingénu* (1767), de Voltaire, sem especificação de data e *Romans et Contes*, edição de 1775, do mesmo autor, explicando-se que «les Contes sont Philosophs [sic]»; *Voyage du Capitain Gulliver, traduit de I'Anglois*, edição de Haie, 1778, 3 vol., in 12, de autoria de Jonnatham Swift, livro esse que foi liberado pela censura apenas aos portadores de licença, aos 18 de agosto de 1797; e *Voyage du Jeune Anacharsis en Grèce* (1788), do abade Barthélemy, edição de 1790[86]. No mesmo Catálogo, constam as *Lettres Amoureuses d'Heloise et Abaillard, precedées de la Vie, et Amour de ces Malheureux Epoux (1693)* – para alguns, uma obra de ficção e para outros, uma narrativa sobre a história amorosa de Pedro Abelardo (1079-1142), um filósofo e teólogo, com uma jovem chamada Heloísa –, proibidas em data posterior a 1789, mas que teve sua publicação autorizada em alguma data entre 1815 e 1819[87]. Situação parecida foi a do romance *Le Diable Boiteux (1707)*, de Alain-René Le Sage, cuja circulação foi tolerada pela Real Mesa Censória até 1782, quando foi decretada sua proibição por despacho. Em 1806, porém, sua publicação em português foi autorizada, sob o título *O diabo coxo, verdades sonhadas e novelas de outra vida*[88]. No *Catálogo da Real Mesa Censória*, ademais, há informações incongruentes ou incompletas. Segundo o *Catálogo*, «*Liaisons Dangereuses*. Amst. 1783», sem que se explicite o nome de seu autor Pierre Ambroise François Choderlos Laclos, foi suprimida em 1780, embora sua publicação, como se vê, segundo o próprio *Catálogo*, date de 1783[89]. Obras

---

[85] CATALOGO dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente. In: MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *op. cit*., p. 119-173.

[86] Ibidem, p. 204. A última obra tem por finalidade instruir o leitor a propósito da história, da política e dos costumes dos gregos no quarto século antes de Cristo. Barthélemy usou a estrutura ficcional para transmitir conhecimentos sobre as Belas Letras e a História (ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*, *op. cit.*, p. 320).

[87] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 183-4.

[88] Ibidem, p. 187.

[89] CATALOGO dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente, *op. cit.,* p. 166.

de Marmontel são mencionadas no *Catálogo*. A censura, além de proibir o poema *Les Incas ou la Destruction du Peru*, em 1771, teria suprimido o romance *Belisário* – obra publicada na França em 1767 e condenada, de imediato, pela Faculdade de Teologia de Paris e, em 1768, pela Sagrada Congregação do Índice, pela «apologia do tolerantismo e da religião natural feita pelo herói da narrativa» [90] – no «tempo da Real Mesa cençória» (o *Catálogo* não explicita a data e informa que uma tradução da obra em português corria livremente nos idos de 1814); e, por fim, teria autorizado a leitura, apenas para os portadores de licença, em 1802, dos *Contos Morais* e os *Novos Contos* [91]. Outras fontes permitem, contudo, afirmar que o *Belisário* foi suprimido pela Real Mesa Censória aos 07 de novembro de 1768. A mesa, além disso, posteriormente suprimiu todas as obras que, direta ou indiretamente, estimulassem o interesse pela leitura de Belisário [92]. As edições dos *Contos Morais* posteriores a 1767 também foram proibidas pela Real Mesa Censória, devendo-se tal medida «à inclusão do *Bélisaire* no quarto volume dessa obra» [93]. Francisco Rolland publicou de forma clandestina, em 1778 e 1779, porém, a tradução portuguesa do *Belisário*. A Real Mesa, contudo, não mudou sua posição e, em 1784, proibiu a tradução do capítulo quinze do Belisário, pretendida pelo mesmo livreiro [94].

Parte das proibições, na verdade, como já se disse, não se deu por editais, sendo mantido o conhecimento sobre as mesmas nos limites dos tribunais censórios portugueses. Isso sucedeu com o *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, e com vários textos clássicos greco-latinos, em verso e prosa, que, destaque-se, não são *romances*: as traduções de Lucrécio, de Catulo, as *Odes e Sátiras* de Horácio, a *Arte de Amar* e os *Amores* de Ovídio, os epigramas obscenos de Marcial, de Petrônio, de Anacreonte e certos *Diálogos de* Luciano, como o *Philopatro* e da *Morte do Peregrino*. A proibição desses livros não foi divulgada em edital, tendo a Real Mesa Censória decidido que ficaria «na economia da Mesa» [95]. Antes da instalação da Real Mesa Censória, em 1768, tal prática já era adotada, sendo um exemplo uma decisão do Conselho Geral do Santo Ofício, tomada em 1758, no sentido de proibir em segredo livros libertinos como os romances *Tereza Filósofa, ou memórias para servir à história do Padre Dirag e Madame Eradice,* cuja autoria é atribuída por alguns

---

[90] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 225.

[91] CATALOGO dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente, *op. cit.,* p. 169.

[92] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 225.

[93] Ibidem, p. 225.

[94] Ibidem, p. 225.

[95] Ibidem, p. 167. Antônio Pereira de Figueiredo, deputado da Real Mesa Censória, queria que tais livros fossem proibidos pelo Edital de 24 de setembro de 1770, que ele estava a preparar, todavia, a mesa preferiu a proibição sigilosa. A obra *Le Sopha*, de Crébillon fils, foi suprimida em segredo pelo mesmo tribunal em outubro de 1768, por ser «sumamente impudica e indigna de se ler». Porém, em 1770, o mesmo tribunal decidiu tornar esta proibição pública, incluindo a obra no já mencionado Edital de 24 de setembro (Ibidem, p. 191).

ao Marquês D'Argens; *Nova tradução de Múrcio conhecido pelo nome de Luísa, ou Academia das Damas, revista, corrigida e emendada*; e outros, em sua maioria, provavelmente, romances: «*Caminho de delícias entre Capuchinhos e as freiras, extraído da confissão de um frade da mesma ordem*; e os *Sonetos, ou Memórias do Marquês D..., nova edição corrigida e aumentada de novos pedaços mui importantes, com galantes figuras em posturas agradáveis*» [96]. A *Nova tradução de Múrcio conhecido pelo nome de Luísa* foi examinada pelo censor Antônio Pereira de Figueiredo, sob dois títulos diferentes – *Elegantae Latini Sermonis*, de João Meursio, e *Satyra sotadica de arcanis amoris*, atribuído falsamente à Luísa Sigea – quando o mesmo preparava o Edital de 24 de setembro de 1770 [97]. A proibição, contudo, só deve ter ocorrido próximo a 1788, tendo a censura, ao que tudo indica, optado pela proibição em sigilo. Entre os romances que foram censurados sob condição sigilosa, após 1768, podem ser citados: *L'Arrétin* (1763), de Henri-Joseph Du Laurens [98], *L'èléve de la nature* (1763), de Gaspar Guillard de Beaurieu [99]; *Le hasard au coin du feu* (1763), de Crébillon Fils [100]; *Le paysan perverti* (1766) e *La paysanne pervertie* (1784), ambos de Restif de la Bretonne[101]*; Les amants vertueux* (1774) [102]; *Lettres de Madame la Comtesse du Barry* (1779), de autoria controversa [103]; *Mon bonnet du matin* (1787), de Louis-Sébastien Mercier [104]; *Adrienne, ou les aventures de la Marquise de N. N.* (1768) [105]; *Lettres du Baron d'Olban* (1772), cuja autoria é atribuída à Madame de Cotteneuve [106]; e *Législation du divorce, ou cri d'une honnête femme qui réclame le divorce* (1770), de Cerfvol [107]. Essa última obra talvez possa ser classificada como romance, na acepção larga que se está dando ao termo aqui. O parecer do Frei Matias da Conceição sobre a mesma, lido aos 16 de dezembro de 1777, descreve seu conteúdo e indica que essa classificação pode ser correta, ao dizer que «'contém dez cartas escritas por cinco diferentes pessoas'» [108]. Essa descrição, saliente-se,

---

[96] Ibidem, p. 172.
[97] Ibidem, p. 176.
[98] Ibidem, p. 213.
[99] Ibidem, p. 214.
[100] Ibidem, p. 218.
[101] Ibidem, p. 220-1.
[102] Ibidem, p. 231.
[103] Ibidem, p. 232.
[104] Ibidem, p. 233 e http://j_mirou.club.fr/m2.htm#mercier.
[105] Martins, Maria Teresa Esteves Payan, *op. cit.*, p. 228.
[106] Ibidem, p. 231.
[107] Uma classificação mais precisa exige o contato direto com o livro.
[108] Continuando a citação: «'a saber: uma mulher casada que, pelos maus tratamentos que lhe faz seu marido, clama contra a insolubilidade do matrimônio; um Oficial General de Guerra que, pelo título de seu tio e seu tutor, tendo feito o dito casamento, toma o seu patrocínio, administrando-lhe razões para provar a solubilidade do matrimônio e convidando para o mesmo fim a um Abade, seu parente, a um Presidente do Parlamento, seu amigo, e a um Arcebispo de França, seu conhecido'» (Apud. Ibidem, p. 229)

deixaria dúvidas sobre o caráter ficcional das cartas não fosse a perspicaz observação do censor:

> *'mas sendo todas estas cartas do mesmo estilo, das mesmas frases e expressões claramente se manifesta que todas elas são parto de um só autor, que a favor da liberdade humana mal entendida, ou, para melhor dizer, a favor da libertinagem, pretende restabelecer a bigamia, a poligamia, debaixo da capa de solubilidade do matrimônio, cuja insolubilidade, diz ele, é uma das violências ou usurpações feitas aos católicos pela Corte de Roma'* [109].

A análise referente ao estilo, portanto, era feita com o fim de reunir outras evidências, além das idéias do autor, que comprovassem seu carácter ficcional e sua «libertinagem». A uniformidade do estilo permitiu ao censor concluir que a obra tinha um único autor e, por conseguinte, o que não é dito claramente, que se tratava de obra ficcional. Logo, estilo, imaginação e efabulação eram empregados pelos autores para veicular seus princípios libertinos e, ao mesmo tempo, examinados pelos censores para identificá-los e enredá-los.

Dentre as obras cuja proibição foi mantida na «economia da mesa» acima citadas, com efeito, algumas tiveram seu estilo avaliado pelos censores, que não se restringiram a examinar os perigos de seus conteúdos. Nas *Lettres du Baron d'Olban*, o frei José da Rocha, aos 13 de janeiro de 1777, viu méritos no estilo e, ainda, na imaginação das histórias que narra, ao contrário da sua avaliação já citada acerca de *Le compère Mathieu*, negativa em ambos os aspectos: «'Nas vinte cartas que compreende este pequeno livro vê-se um estilo nobre e insinuante com que foram escritas e se lêem algumas histórias muito bem imaginadas'» [110]. O conteúdo do livro, contudo, segundo o censor, versando sobre «'amores e sobre vários e perigosos lances que aconteceram a várias damas com os seus amantes'», traziam o «'perigo'» de perversão… [111] O *L'èléve de la nature*, de Gaspar Guillard de Beaurieu, também teve seu estilo avaliado pelo censor, em diapasão muito próximo do observado nas considerações de seu colega sobre *Lettres du Baron d'Olban*: o frei Francisco Xavier de Santa Ana considerou que, «'apesar das belezas com que a obra está tecida, como em toda ela só aparece uma eficaz persuasão e um doce atrativo'» para passagens «'cavilosas e prejudiciais'», percebe-se que o intento do seu autor «'é ocultar debaixo das especiosas flores da eloqüência o mortífero veneno do desprezo da Religião revelada e o total esquecimento dos seus adoráveis mistérios'» [112]. Os dois censores, constata-se, deixaram-se enredar pelo estilo dos romances sobre os quais emitiram pareceres, louvando-o, mas, ao mesmo tempo, condenaram com veemência o conteúdo das idéias que traziam. Esses exemplos explicitam como os censores procuraram captar o movimento do «inimigo» personificado nas obras e autores liber-

---

[109] Ibidem, loc. cit.
[110] Ibidem, p. 231.
[111] Ibidem, p. 231.
[112] Apud. Ibidem, p. 215.

tinos e, ao mesmo tempo, como se deixaram seduzir pelos mesmos. Essa perspectiva dos censores, é bem verdade, conviveu com uma pura e simples negação dos romances, como se vê na avaliação feita pelo Frei Manuel do Cenáculo, que presidiu a Real Mesa Censória, sobre *Adrienne, ou les aventures de la Marquise de N. N.*: tal obra, no seu entender, conteria lições que distraem as gentes «de aplicações mais sérias e mais proveitosas'», além de trazerem «'aventuras'» nas quais «'se encontram às vezes muitas impropriedades e amores indecentes'» [113].

Toda essa exposição sobre a postura da censura portuguesa, sobretudo a partir de 1768, mostra que a mesma desenvolveu uma discussão sobre o romance, muitas vezes intramuros. Se, na Inglaterra, como assinala Sandra Vasconcelos, essa atitude reflexiva sobre o romance no século XVIII realizou-se nos prefácios, daí se espraiando pelos periódicos, revistas literárias e público [114], no mundo luso-brasileiro de fins do período colonial, os órgãos censórios foram um espaço de debate. Um, mas não o único, como se mostrará adiante.

Diversão, instrução e subversão? Os romances, seus detratores e seus defensores

Como já se assinalou, o conteúdo dos romances (muitas vezes julgado libertino), seu estilo, a acessibilidade de sua linguagem para o público leitor e, ainda, seu *realismo* – esses dois últimos aspectos válidos apenas para o *romance moderno* –, com o potencial de identificação que poderia suscitar nesse mesmo público, explicam as interdições que a censura lusitana lhes impôs entre 1768 e 1821. Havia, portanto, da parte da censura uma preocupação com as idéias trazidas pelos romances, bem como com questões de estilo. Essas questões já eram debatidas pelos letrados antes do período em exame, continuando a ser discutidas ao longo do mesmo e depois

Em *Eva, e Ave, ou Maria Triunfante, Theatro da Erudição e Filosofia Christãa*, uma espécie de compêndio de história sagrada e profana publicado em 1676 – portanto ainda no século XVII –, e que focaliza da criação do mundo até sua redenção, através de Maria, mãe de Jesus, Antônio de Souza Macedo constrói uma história do livro. Celebra o caráter divino de sua invenção, por meio da qual teria sido possível preservar e transmitir as «revelações, estudo e experiência» dos «primeiros varões», dos «sábios antigos» e, ainda, da Lei divina, da explicação e doutrina dos Concílios e dos Papas:

> *Para grande utilidade mostrou Deos a invenção dos livros. Por elles herdamos, e participamos dos Sabios antigos as flores da Poesia, as memorias da historia, os exemplos da politica, o conhecimento da Filosofia, os remedios da*

---

[113] Apud. Ibidem, p. 228.

[114] VASCONCELOS, Sandra. A formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas), *op. cit*.

> *Medicina, as regras da Jurisprudencia, as noticias da Mathematica, instrucçoens da Rhetorica, documentos para todas as artes, sobre tudo a Ley Divina, com a explicação, e doutrina dos Concilios, e dos Santos Padres. Se não houvera livros, o que aquelles primeiros Varones alcançarão por revelaçoens, estudo e experiencia, estivera sepultado com elles; pouco ficaria na tradição, que se corromperia com o tempo, e seria necessario ir aprendendo sempre de novo, como se o mundo começasse novamente* [115].

Dentre os conhecimentos listados pelo autor como constitutivos da «tradição» que os livros permitiam preservar, como se vê, não está incluída a prosa de ficção. O autor, além disso, vê nos livros o grande perigo de ensinar vícios, aludindo, para comprovar sua afirmação, a Petrônio e, implicitamente, ao *Satyricon* [116], obra de ficção de meados do século I d. C, em prosa e verso, desse mesmo autor, proibida pela Real Mesa Censória em 1770:

> *[…] Mas tambem com alguns livros se offendem os bons costumes. Que excelente estylo estragou Petronio! fez-se arbitro das acçoens de hum Imperador lascivo: com engenho digno de Scipião escreveo cousas dignas de Nero. Não cheguemos com mais escandalo a exemplificar em modernos. Quantos livros ociosos, quantos infamatorios, quantos hereticos tem semeado os mayores males! forão necessarios expurgatorios, e fazer catalogo dos prohibidos, porque sendo os livros instrumentos de ensinar virtudes, se tirão delles muitos vicios* [117].

Macedo, no século XVII, portanto, reconhecia a excelência do estilo de *Satyricon*, obra de ficção em prosa e verso, mas entendia que o conteúdo da narrativa acabava pondo-o a perder, ou, em outros termos, contrapunha o estilo de Scipião a um conteúdo digno de Nero… À semelhança do que Macedo diagnosticara a respeito de *Satyricon*, os censores, entre 1768 e 1821, como se viu, reprovavam boa parte dos romances, avaliando os prejuízos que trariam para a boa instrução e a edificação moral dos leitores, tendo alguns dos mesmos juízes incursionado igualmente pela análise do estilo, da imaginação e da efabulação observados nas obras. Rejeitavam o *romance*, em alguns casos, por avaliarem-no como diversão pouco séria. No sé-culo XVIII, na verdade, disseminou-se uma apreensão do romance como forma de divertimento vil, que não continha informações que tivessem algum potencial instrutivo ou edificante, nem estilo enquadrável nas Belas Letras [118]. Márcia

---

[115] Macedo, Antônio de Sousa de. *Eva, e Ave, ou Maria Triufante*. Theatro da Erudição e Filosofia Christãa. Em que se representão os dous estados do mundo: cahido em Eva, e levantado em Ave. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Souza, 1766, p. 128.

[116] Faversani, Fábio. *A pobreza no 'Satyricon' de Petrônio*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995 [Dissertação de Mestrado], p. 15-18.

[117] Macedo, Antônio de Sousa de, *op. cit*, p. 128.

[118] Márcia Abreu mostra que, à época, algumas leituras eram julgadas perniciosas, incluindo-se, dentre essas, muitos romances, tidos como perdas de tempo e veículos de corrupção do gosto e de difusão de situações moralmente condenáveis, distanciando-se do que se julgava serem os livros de Belas Letras, de cuja leitura se formaria um estilo e se ampliaria a erudição (Abreu, Márcia. *Caminhos dos Livros, op. cit.*, p. 269).

Abreu afirma que os detratores do romance, não apenas os seus censores, consideravam-no portador de diferentes problemas: primeiramente, os leitores identificavam-se com suas personagens; em segundo lugar, suas narrativas ensinavam a fazer coisas reprováveis, provocando, além disso, «sen-sações físicas pouco recomendáveis no leitor»; além disso, enfraqueceriam «os valores morais ao conferir novo sentido a atos reprováveis»; e, por fim, alterariam «a percepção do mundo e o conjunto de valores pelos quais as pessoas deveriam se pautar a fim de pôr freio a seus piores impulsos» [119]. Houve quem dissesse, ademais, que o romance confundia deliberadamente ficção e realidade, sendo isso reputado como algo nocivo para o leitor, na medida em que o estimulava a querer fazer, na vida real, «o mesmo que fazem as personagens»: era esse, por exemplo, o juízo do português Luís Caetano Campos, ele próprio autor de um romance, *Viagens de Altina* [120]. Esse procedimento do autor é similar ao de Fanny Bumey, na Inglaterra: embora considerasse o romance uma doença, um mal a ser extirpado, também escrevia romances [121].

Entre aqueles que combatiam o romance e que o tomavam como divertimento de funestas conseqüências, havia quem defendesse que sua circulação fosse interditada. É exemplo disso o Frei Manuel da Consciência, em *A mocidade enganada, desenganada*, obra em seis volumes que traz um diálogo ficcional por meio do qual se inculcam as verdades católicas, publicada pela primeira vez entre 1728 e 1738, décadas antes do período aqui em exame. No prefácio, o autor afirma que *os livros de fabulas, comedias, novellas, cavallarias* – os dois últimos, portanto, livros de prosa de ficção, sendo a denominação *cavallarias* aplicável a um dos subtipos identificados por Tieje dentro da categoria maior do *romanesco*, e a outra, *novellas*, podendo corresponder tanto ao *romanesco* quanto ao *romance moderno*, como já se explicou aqui – só visariam ao divertimento. Segundo seu parecer, não propiciariam a instrução, sendo que:

> *a maior parte dos leitores attende a divertir-se, não a aproveitar-se; por cuja causa só buscão, estimão, e conservão os livros de fabulas, comedias, novellas, cavallarias, e outros da mesma raça, que fora melhor estarem antes na fogueira, que na estante; e mais arderem nas chammas mas, que andarem entre as mãos* [122].

---

[119] Ibidem, p. 278.

[120] Ibidem, p. 284-5. Sobre a diluição das fronteiras entre ficção e realidade nos romances na França, veja: MAY, Georges, *op. cit.*, p. 145.

[121] VASCONCELOS, Sandra. A formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas), *op. cit.*, p. 9.

[122] CONCIENCIA, Manoel. *A mocidade enganada, desenganada, duello espiritual, onde com gravissimas sentenças da Escritura, e Santos Padres; com solidas ponderações, e exemplos mui singulares de Erudição sagrada, e profana se propoem, e convencem em fórma de diálogo todas as escusas, que a Mocidade (e qualquer outro peccador) alega, e com que se engana, para se não convencer a Deos*. Lisboa: Oficina Sylviana, 1766, vol. 1, s.p.

Contra tudo isso e para dourar a pílula da instrução que pretendia promover, contudo, Consciência usava o «método» da prosa de ficção – que, como se viu, desejava ver arder em chamas. Valia-se do esquema ficcional para ensinar, tendo em vista sobretudo o público que queria atingir, isto é, a mocidade, conciliando o útil ao agradável:

> *Esta summa desta ordem de quem lê obriga a quem escreve a idear, ou seguir os methodos mais gratos ao gosto alheio, envolvendo as materias espirituaes em outras noticias curiosas, para que o util possa entrar disfarçado com o suave* [123].

---

[123] Ibidem, s.p. Vale a pena transcrever o início da obra de Conciencia, para se constatar como o mesmo se apropriou dos procedimentos da prosa de ficção para concretizar seu objetivo de instrução espiritual da mocidade: «1 Na famosa cidade de Lisboa, celebrado Emporio do mundo, e Metropole nobilissima do Reino de Portugal, vivia Floriano, illustre do sangue, juvenil na idade, e opulento nas riquezas; mas tão cheio de vicios, tão esquecido de Deos, e das obrigaçoens de Catholico, que só o parecia ser no nome. Dava-se aos gostos, prazeres, e regalos com tal empenho, que não havia outro maior para elle, que os satisfazer a quantas depravadas vontades, e desordenados appetites lhe suggeria a sua perversa inclinação. Como attendia só às leys mundanas, nenhum caso fazia de observar as Divinas, porque não continhão estas preceito algum que não atropellasse com frequentes, e gravissimas transgressoens. Andava tão engolfado no mundo, tão entregue a seus enganosos bens, tão satisfeito de suas falsas delicias, como se estas forão o unico, e ultimo fim para que nascera. Galas, comedias, amizades torpes, companhias licenciosas, e passatempos illicitos erão o continuo, e total emprego de sua loucura juvenil: Morte, Juizo, Inferno, Salvação, Eternidade, nem ainda pelo pensamento lhe passava a menor lembrança dests pontos: em fim vivia como se não houvera morrer, ou como quem suppoem que a esta caduca vida senão segue outra, que ha de durar sempre, e onde se pagão com excessivas penas similhantes desatinos. 2 Em huma tarde pois da Primavera, em que a alegria do tempo, e a serenidade dos ares suavemente convidão a sair ao campo, se resolveu gozar tambem este divertimento, não para alleviar cuidados, senão para que, espraiando mais a vista, lograsssem esta recreação aos olhos, e com o exercicio da caça feriasse o animo das continuas assistencias na Corte. Com este intento se foi a hum aprazivel sitio, pouco distante da ciadade, onde fazia conta de gastar não poucas horas nos desejados empregos da sua recreação: lembrando-se porém que alli perto estava o Convento de certos Religiosos, com hum dos quaes tinha bastante conhecimento, quis falarlhe, para de caminho ver a frescura, e a amenidade da sua cerca. Era o Religioso não menos douto, que espiritual, e vivia naquelle retiro sem mais trato, e communicação, que com Deos, a quem servia com fervor, e virtuoza observancia dos proprios ministerios. Tanto que este soube quem o buscava, estimou muito a visita pelos desejos, que sentia de reduzir aquelle moço, de cujos vicios, e depravados costumes tinha ja noticias sufficientes. Desceu a buscallo log, e recebendo-o com muito agrado, e cortezanía, a fim de facilitar, e segurar melhor os seus intentos, o levou á cerca do Mosteiro para lha mostrar, e executar juntamente o que pertendia.3. Passearão suas compassadas ruas, que fazia mui alegres, e apraziveis, o sombrio das arvores, a verdura das plantas, e a fragrante variedade das flores, as quaes offere – cendo continuos ramilhetes [sic] a quem as contempla, são finissimas alcatifas para quem as occupa; e tão vistosas, que muitas vezes obrigão a desprezar aos tecidos debuxos de arte estes floridos paramentos da natureza. Despois que o Religioso lhe mostrou quanto havia que ver, movido do grande zelo, e interiores impulsos, que no coração sentia, de reduzir aquella alma, foi levando a Floriano para o mais retirado, e amenno lugar da mesma cerca. Aqui se sentou junto a elle; e postos ambos à sombra de huma fresca, e copada arvores, cujos frondosos ramos ventilados da serena viração estavão conciliando saudades de Deos, e desejos do Ceo, começou a dar fortissimas batarias a Floriano para o converter em huma larga conferencia, que com elle teve na seguinte fórma» (Ibidem, p. 1-3).

Se Conciencia, nos inícios do século XVIII, defendia que os romances mereciam a fogueira, ao mesmo tempo valia-se do estilo do romance para difundir suas máximas religiosas, enfim, para instruir e edificar. Autores de romances alegóricos, informativos, religiosos e satíricos, anteriores a Conciencia, permitiram-se assumir que seus livros divertiam: puderam fazê-lo na medida em que suas obras eram dotadas de sérios propósitos [124]. São esses os casos, por exemplo, do prefácio de 1636 de *Argenis*, de Barclay; da «Apo-logia» de *Pilgrim's Progress*, de Bunyam [125]. Fénelon, ambicionando com seu *Têlemaco* reformar a sociedade, adotou posição similar, na medida em que entendia ser necessário «hipnotizar» antes de «transformar» [126].

Posição semelhante a essas pode ser encontrada no século XIX. Agostinho José de Macedo, em 1811, em sua crítica à leitura dos romances por mulheres, feita em o *Mottim litterario*, qualificava-a como entretenimento ocioso e, ao mesmo tempo, propugnava: «'Fora para sempre com as novellas, e romances'». Abria, porém, exceção para «'A Argenis de Barclay, e o Telemaco de Fénelon'» [127], romances nos quais certamente reconhecia algum mérito. Que mérito poderiam ser esses? Já se disse aqui que Luís Caetano de Campos, crítico dos romances, escreveu uma obra do gênero, *Viagens de Altina* [128]. Nesse livro, o autor, tal como Consciencia fez com sua respectiva obra, explica o porquê de sua iniciativa: «'Como a maior parte da gente, principalmente a Mocidade gósta de ler historias, os Escritores buscão este meio, para conduzir os que as lem á virtude, movendo-os a sentimentos de compaixão, para as infelicidades dos seus semelhantes'» [129]. Disso deduz-se, enfim, que os *romances* («histórias»), se bem construídos, poderiam ter um papel edificante…

Nos séculos XVIII e XIX, de fato, o romance teve seus defensores, os quais iam mais além do que Luís Caetano de Campos. Partindo de um dos pressupostos dos detratores dos romances – aquele segundo o qual as «narrativas promovem a identificação do leitor com as vidas dos personagens» – e invertendo o sentido da avaliação, concebiam que «imaginar-se no lugar de alguém que saía dos trilhos da virtude» seria um fato positivo, pois ensinaria a evitar os erros, impedindo, por conseguinte, que os leitores se equivo-

---

[124] Segundo Tieje, o objetivo de edificar poderia ter um sentido social (postulando reformas), religioso (defendendo-se o monoteísmo ou um sectarismo militante) e moral (recorrendo-se ao enfoque de histórias de personagens bons e maus, construindo-se uma narrativa em que se observava algum tipo de sanção às mesmas, explorando-se suas virtudes especiais ou inserindo-se comentários do próprio autor e/ou de personagens) – Tieje, Arthur J., *op. cit*., p. 415-417.

[125] Ibidem, p. 410.

[126] Ibidem, p. 410.

[127] Apud. Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 282.

[128] [Campos, Luís Caetano de]. *Viagens d'Altina nas cidades mais cultas da Europa, e nas principaes povoações dos Balinos, Póvos desconhecidos de todo o mundo*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1790-2, 3 vols.

[129] Apud. Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 285.

cassem em suas próprias vidas. Márcia Abreu salienta que, segundo a mesma perspectiva, «a leitura dos romances municiaria os leitores de uma 'prática artificial', criando um código de conduta para a vida real» [130]. Em defesa do romance, muitos de seus apologistas e de seus autores significativamente apresentavam-no como veículo de edificação e de instrução. Arthur Jerrold Tieje, em sua pesquisa com prefácios e trechos de várias obras de ficção em prosa pós-renascentista, até 1740, concluiu que os romancistas apresentavam cinco intuitos explícitos: divertir, edificar, instruir o leitor, representar a vida cotidiana e despertar emoções de simpatia [131], sendo esses dois últimos intuitos os menos freqüentes. Antônio Cândido vislumbra um cunho ideológico nessa explicitação: «se as justificativas mais nobres eram a edificação moral e a instrução, inculcadas por meio do divertimento», por que os romancistas não apelavam «de uma vez para as obras 'sérias' – de teologia, moral, filosofia ou política»? Muitos romances, ademais, ao serem confrontados com os intuitos supracitados, deles se distanciariam, sendo, nessa perspectiva, «anti-romances, entrando pela irreverência e obscenidade, ou oferecendo um divertimento de cunho reprovado», sem que os seus autores se negassem a apresentá-los como «obras de propósito moral, destinadas a despertarem o horror ao vício e reforçarem as ideologias dominantes». Para Candido, essa situação exprimia o «estado de timidez envergonhada em que se achava o romance até o século XIX» [132], indicando que os romancistas e teóricos não haviam ainda desenvolvido os instrumentos mais adequados de conceituação e análise.

Os «primeiros romancistas tiveram de conquistar legitimidade»; os romancistas, de resto, não só nos primeiros tempos, como nos ensina Marisa Lajolo, «enfrentaram o mau humor dos moralistas, sempre a postos e sempre do contra» [133]. Procuravam afirmar o novo gênero com base em categorias que o negavam, tendo isso favorecido a difusão, no século XVII e em parte do século XVIII, da ficção de cunho alegórico [134], dentro do qual, segundo Candido, poucos livros alcançaram grandeza e permaneceram até nós. As exceções, de acordo com o mesmo autor, seriam as *Viagens de Gulliver*, de Swift, e, por motivos mais específicos, *Pilgrim's Progress*, de Bunyam (razões de instrução religiosa), e *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon (para consumo escolar cada vez mais reduzido), os três títulos já citados aqui. A ficção luso-

---

[130] Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 310.

[131] Tieje, Arthur J., *op. cit.*, p. 406 e segs. Sobre o assunto, veja: Cândido, Antônio, *op. cit.*, p. 84.

[132] Ibidem, p. 84-5.

[133] Lajolo, Marisa. *Como e por que ler o Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 33.

[134] Para o autor, «alegórico» é o modo «que pressupõe a *tradução* da linguagem figurada por meio de chaves uniformes, conscientemente definidas pelo autor e referidas a um sistema ideológico. Uma vez traduzido, o texto se lê como um segundo texto, sob o primeiro, e se torna tão claro quanto ele» (Cândido, Antônio, *op. cit.*, p. 85).

-brasileira que seguiu esse modelo, em obras como *O peregrino da América*, *As aventuras de Diófanes* e *O Feliz Independente*, as últimas delas, frise-se, posteriores ao marco cronológico final das análises de Tieje, teria ficado atrasada [135]. Na avaliação de Cândido, assim, a preeminência da tríade instruir, edificar e divertir (este último apenas significando facilitar as operações anteriores), «como justificativa e definição dos objetivos do romance», relegou ao segundo plano «a validade em si mesma da mimese e do livre jogo da fantasia criadora», o «desejo de efabulação, com sua própria verdade», este sim a grande e real justificativa do romance, vislumbrada por François Langlois, conhecido por Fancan, em 1626, em seu livro *Le tombeau des romans* [136]: para esse autor, a «inteligência humana despreza a prescrição de limites certos, de tal modo é ampla a sua capacidade [...] as coisas parecem ser mais bem contrafeitas pela arte do que feitas pela natureza. É assim que as ficções nos agradam e são admiradas por nós. E a admiração não deve ser chamada filha da ignorância, mas mãe da ciência» [137]. A efabulação e a imaginação, entretanto, não parecem ter sido sacrificadas pelos propósitos de edificar e instruir, nem mesmo quando essa instrução e edificação colidiam com a ordem dominante, nem ainda do ponto de vista da teoria esboçada para os romances pelos seus próprios autores – é essa a hipótese que se procura discutir neste ensaio. Para defendê-la, apelarei primeiramente a Jean-Jacques Rousseau. Esse grande filósofo das Luzes, em seu *Emílio*, maldito pela censura portuguesa, também abordava alguns dos termos presentes nas análises de Fancan e reiterados por Candido. Fazia-o, contudo, em chave inversa:

> *Jamais lestes Cleópatra ou Cassandra [romances de La Calprenède], ou outros livros dessa espécie? O autor escolhe um acontecimento conhecimento [sic] e depois, acomodando-o às suas idéias, enfeitando-os com detalhes de sua invenção, com personagens que nunca existiram e com retratos imaginários, amontoa ficções e mais ficções para tornar a leitura agradável. Pouca diferença vejo entre esses romances e vossas histórias, a não ser pelo fato de que o romancista entrega-se mais à imaginação, e o historiador submete-se mais à de outrem; ao que acrescentarei, se quiserem, que o primeiro propõe-se um objeto moral, bom ou mau, com que o outro pouco se preocupa* [138].

Vê-se que, se Rousseau contrapôs história e romance, todavia, não o fez em paralelo à dicotomia entre fantasia e acontecimento: se o «romancista entrega-se mais à imaginação», o historiador, por seu lado, «submete-se mais à de outrem». Logo, a história também era, para Rousseau, terreno de ficção, igualando-se, neste aspecto, ao romance. Este, porém, era-lhe superior, na

---

[135] CÂNDIDO, Antônio, *op. cit.*, p. 86.

[136] Apud. Ibidem, p. 99.

[137] Ibidem, p. 99

[138] ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 313-4.

medida em que se proporia «um objeto moral, bom ou mau, com que» o historiador «pouco se preocupa[ria]». Rousseau, portanto, reiterava a necessidade do romance fornecer um ensinamento moral aos leitores e, por conseguinte, a tríade instruir, edificar e divertir, ao contrário de Fancan (e, por conseguinte, de Antônio Cândido). Deve-se ressaltar, porém, que a instrução concebida como positiva por Rousseau era avaliada como má instrução pela censura portuguesa, ao mesmo tempo em que essa última e os autores a ela vinculados poderiam tomar como mau também o divertimento contido nos romances.

A presença da tríade instruir, edificar e divertir, sugerida no exame de alguns títulos de prosa de ficção analisados na primeira parte deste ensaio, pode ser observada em *Délassements de l'homme sensible ou Anecdotes diverses*, de Mr. François T. Baculard d'Arnaud, editada na França entre 1783 e 1785, e publicada em Portugal em 1788, com tradução de Antônio de Morais Silva, sob o título de *Recreações do Homem Sensivel, ou Collecção de exemplos verdadeiros e patheticos*, dedicada à então princesa Carlota Joaquina [139]. Obra de prosa ficcional que reúne capítulos que correspondem a diferentes histórias sem conexão entre si, parecendo mais uma reunião de contos (talvez algo próximo do que Tieje denomina *romance de condutas*), o livro contém, primeiramente, uma reflexão do autor sobre ficção e história. Logo na primeira história, intitulada «Alfredo, o grande», vê-se uma discussão sobre a história, os historiadores, os soberanos e o homem. Distanciando-se de uma perspectiva pessimista acerca do homem e de sua natureza e crendo na capacidade da razão de ajudar o homem a trilhar um novo caminho, o autor coloca-se contra os historiadores e suas narrativas, ponto que o irmana a Rousseau e a outros defensores do romance. Partindo implicitamente de uma concepção de história como mestra da vida que se consagra ao estudo dos poderosos conquistadores e, por conseguinte, falando de suas atrocidades, Arnaud conclui que os historiadores contribuem para perpetuar os males, na medida em que oferecem maus exemplos aos seus leitores, inclusive os príncipes, como parece ter feito Quinto Curcio em relação a Carlos XII, rei da Suécia. É nesta senda que se inscreve sua obra e seu propósito moralizador: seu livro ensinaria pelos bons exemplos que trazia. Logo, ao invés de mostrar os horrores e, com isso, incitar os homens a mudarem seu mundo, lutando contra os grilhões, Arnaud parecia querer alterar o mundo pela via do oferecimento de bons exemplos, de uma pedagogia do bem e do bom. Sua crítica e o tom de sua obra expressam-se com

---

[139] ARNAUD, Monsier [François T. Baculard] de. *Recreações do Homem Sensivel, ou Collecção de exemplos verdadeiros e patheticos, nos quais se dá um Curso de Moral Prática conforme às máximas de sã Filosofia, e da Religião, para as pessoas de todos os Estados*. Traduzida do Original Francez de... por Antonio de Moraes Silva. Dedicada à Serenissima Senhora Infanta D. Carlota Joaquina, com permissão de S. Alteza. [2.ª ed]. Lisboa: Officina de Simão Thaedeo Ferreora, 1820, 5 vol.

perfeição no trecho que segue, no qual o autor se opõe aos males causados pelos cronistas, buscando identificar sua origem:

> *Vem certamente de eles não discorrerem, e de lhes faltar pezo, e medidas por onde dessem ás cousas seu justo valor, de porem todo o merecimento dos homens na força, e de lhes fazer mais impressão huma tempestade, e hum vulcão do que a famosa aurora, ou a serenidade do dia puro, e adamascados horisontes; em fim de não verem os objectos senão com olhos materiaes* [140].

Sua proposta, pelo contrário, consiste em expor: «com igual antusiasmo os exemplares da justiça, e beneficiencia», para com isso aparecerem, mais vezes, «na scena os Titos, os Antoninos, e os Marco Aurélios. O renome, e commemoração houverão de ser recompensas da virtude; e o vicio pelo contrario devêra ficar em eterno esquecimento» [141]. O autor, por isso mesmo, começa seu livro com a história do rei Alfredo. Sobre o mesmo, significativamente, faz um elogio – «foi um dos Reis mais digno [sic], que subirão ao throno» [142] – e explica seus infortúnios e o pouco conhecimento que se tinha a respeito do mesmo por meio de dois fatores: «e só faltou à sua felicidade haver nascido em tempos mais allumiados, e ter um escritor habil de sua vida» [143]. Dentre as boas coisas e virtudes de Alfredo, Arnaud cita o estabelecimento do «Império das Boas Letras», na medida em que a «humanidade» lhe devia «a Poesia», acrescentando que sobre ele disse «o Historiador [ilustrado] *Hume* […] 'Neste Rei parece, que se realizou aquella obra prima da imaginação, a que todos os Filosofos tem chamado o *homem sabio*'» [144]. Alfredo, portanto, parecia encarnar o modelo do Rei-filósofo idealizado pelos pensadores das Luzes. Curiosamente, ele reinara numa época em que «os senhores, que o acompanhavão tinham ainda as prerrogativas, que o direito Feudal fez vogar muito além dois dias del Rei Hugo Capeto» [145]. E, ainda, em seu tempo («tempos ditosos»), «a hospitalidade fazia conviver em todos os homens sem distinção de idades, e graduações, nem differença de estranhos a compatriotas; mas como pelo decurso dos tempos costuma o bem a acompanhar-se de alguns abusos, veio a ser prejudicial aos Reis aquelle seu bom natural vendo-se expostos a muitos inconvenientes e, ainda, a perigos, que Alfredo nunca temeo, assim que deste Principe se pode dizer, *que o defendia o amor de seus vassalos, e levava apoz [sic] de si todos os corações delles*» [146]. Significativamente, na nota 5, o autor afirma, citando Ovídio e Fénelon, com suas *Aventuras de Têlemaco*, que «o amor dos vassalos hé o que caracteriza

---

[140] Ibidem, vol. 1, p. 4.

[141] Ibidem, loc. cit. Sobre as posições de Arnaud e as relações entre romance e história na França, entre 1715 e 1761, veja: May Georges, *op. cit.*, p 149-50.

[142] Ibidem, loc. cit. Arnaud, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit.*, vol. I, p. 4.

[143] Ibidem, loc. cit.

[144] Ibidem, loc. cit.

[145] Ibidem, vol. 1, p. 5.

[146] Ibidem, vol. 1, p. 5-6.

os bons soberanos. O encerramento das nuvens não he senão para os tyrannos; **e por isso Fenelon nos representa a Pigmalião inacessivel ao seu povo, e escondido nos retretes de seus paços**» (negritos meus) [147]. Em tudo isso, além da oposição aos cronistas e historiadores, fica claro um ensinamento edificante: o soberano modelo é um rei sábio, amigo das artes, cujo poder assenta-se no amor de seus vassalos, sendo-lhes acessível, opondo-se, por essas duas últimas características, aos tiranos. Trata-se de uma instrução política evidente, que punha em xeque a avaliação que censores e detratores do romance faziam acerca de seu potencial instrutivo e edificante, e, ao mesmo tempo, em seu conteúdo, próxima daquilo que a censura portuguesa defendia e muitos dos críticos dos romances propugnavam. Saliente-se, ainda, algo em comum entre Arnaud e alguns críticos dos romances: a valorização do livro *As Aventuras de Têlemaco*, de Fénelon, citado várias vezes neste ensaio.

«A Nova Clementina», outro capítulo do livro – e aqui destaco não ser o propósito deste ensaio fazer uma análise do conjunto da obra de modo mais minucioso – permite apreender com mais clareza como o mesmo dialogava com as justificativas (e com as críticas) propostas em relação aos romances. Logo na abertura, escreve o autor:

> *Muitas pessoas, e ainda gente discreta, se lembrarão de tachar de inverosimil [sic] a loucura, que accometteo à Clemencia da novela de Grandisson* [148]*; sem anvertirem [sic] que para comprehender a verisimilhança [sic] do caracter daquella personagem, he necessario ter muita sensibilidade; e que o geral dos homens, e menos ainda dos Litteratos, corrompidos, e deformados por arte, não são capazes de alcançar o valor da natureza. Mas eu me contentarei agora de defender o sublime e veridico Richardson, por meio de hum caso vivo ainda na memoria de muitas testemunhas* [149].

Se Arnaud sai em defesa de Samuel Richardson, um dos pilares do romance moderno, rebatendo às críticas de que sua personagem Clemência seria inverossímil, ao mesmo tempo, ataca seus detratores, tomando-os como insensíveis, marcadamente os literatos, vistos como corrompidos, deformados por «arte» e «incapazes de alcançar o valor da natureza» [150].

---

[147] Ibidem, vol. 1, p. 5.

[148] O autor se refere aqui à obra *Sir Charles Grandison*, de Samuel Richardson, publicada pela primeira vez em 1747-8 (Vasconcelos, Sandra Guardini T. Romances ingleses em circulação no Brasil durante o século XIX. http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Sandra/sandralev.htm).

[149] Arnaud, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., vol. 1, p. 36-7.

[150] Márcia Abreu oferece outros exemplos de autores que avaliaram a obra de Richardson, emitindo juízos diferentes sobre a mesma, inclusive sobre suas longas e minuciosas passagens. Diderot elogiou-a, defendendo a abundância dos detalhes nela presentes como forma de tornar o romance mais próximo do real, de dar individuação aos personagens, aproximando-as dos leitores e, com isso, fazendo-os aprender «a admirar a bondade e a desmascarar o mal» (Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 295), no que se vê uma atribuição ao romance de um propósito claramente edificante. Já François La Harpe irritava-se com os detalhes,

Sensibilidade, incorruptibilidade e respeito à natureza parecem ser, ademais, pré-requisitos necessários para compreender a obra do grande romancista inglês (e também para ser um literato), visto como «sublime e verídico». Em nota de rodapé, Arnaud complementa: «*O sublime, e veridico Richardson*, *&c*. **Nunca houve escritor algum, que conhecesse tanto o coração, e a natureza humana; nos seus immortaes escritos vemos originaes, e não copias**: donde vem, que a maior parte dos que convivem no mundo, e não tem tempo para ler, nem para reflectir, achão neste author pedaços longos, e cançados […]» [151] (negrito meu). Defensor do romance, de um autêntico representante do romance moderno, e de seu próprio ofício de romancista, Arnaud faz, portanto, uma apologia de Richardson e de sua obra, em avaliação diametralmente oposta dos críticos do romance em geral, que viam o gênero então nascente como vil e fantasioso: o célebre romancista teria escritos imortais, originais, expressando um profundo conhecimento do coração e da natureza humana [152]. A partir de *Grandisson*, Arnaud construiu sua personagem central, a nova Clementina, com o objetivo explícito de dar foros de realidade à Clemência de Richardson, objeto da crítica dos seus detratores, que a qualificaram como inverossímil. Contra o veneno da inverossimilhança, Arnaud trouxe aos leitores (e parece que ele deveria ter em mira especialmente os franceses) um caso, suposta ou verdadeiramente, ocorrido na França, com isso ultrapassando o verossímil para buscar atingir, aos olhos do leitor, o *verídico*. O capítulo narra a história de uma donzela de uma das Províncias da França que estava para dar sua mão em casamento a um jovem, com o consentimento de seu pai, ambos movidos pelo amor. Quando os enamorados caminhavam para a Igreja para selar sua união, porém, o moço disse à sua amada que lhe faltavam os papéis necessários, motivo pelo qual iria buscá-los, pedindo-lhe, então, um tempo de 15 dias. A moça durante este tempo deu mostras de violenta saudade, «sem respeitar o decoro, nem as representações da sua família» – portanto, entrando em rota de colisão com a civilidade das aparências então vigente na sociedade do Antigo Regime, aquela mesma contra a qual se voltaram, de algum modo, alguns autores citados na primeira parte deste ensaio: Prévost, Desfontaines, Montesquieu e Joaquim Rodrigues Andrade. Código de maneiras convenientes aos grandes, longe de caracterizar o indivíduo inteiramente, dissi-

---

concluindo que faltara «'a Richardson uma condição essencial e indispensável para escrever bem e para fazer um bom livro: saber parar'» (Apud. Ibidem, p. 296). Sade também qualificava Richardson como imortal e, significativamente, defendia a apresentação dos vícios, nos seguintes termos: «'uma vez que a virtude triunfa, as coisas sendo como deveriam ser, nossas lágrimas secam antes de correr; mas se após as mais rudes provas, vemos enfim a virtude esmagada pelo vício, nossas almas indispensavelmente se rasgam, e a obra» produz indubitavelmente o «'interesse, que é a única coisa capaz de garantir os louros'» (Ibidem, p. 302). O triunfo do vício, portanto, aparece como uma estratégia para seduzir e prender o interesse do leitor, figura indispensável para a glória do autor, como lembra Marisa Lajolo (LAJOLO, Marisa, *op. cit.*, p. 138).

[151] ARNAUD, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., vol. 1, p. 36-7.

[152] Ibidem, p. 35-6.

mulava ou travestia a realidade íntima do sentimento, estabelecendo uma tensão entre o parecer e o ser, conferindo mais importância ao visível; usando das palavras de Philippe Ariès, «o indivíduo não era como era, e sim como parecia, ou melhor como conseguia parecer», podendo haver um completo desacordo entre o *público* e o *privado*, o íntimo [153]. Ao receber uma carta do amado anunciando sua chegada, no dia marcado para tanto, aprontou-se bem antes para recebê-lo, indo ao lugar do encontro, no qual soube, por um tio do jovem, que ele falecera. Enlouqueceu, então, a jovem e, depois disso, caminhava para este mesmo lugar onde fora «esperar o seu amante», não se lhe ouvindo «dizer senão 'Elle ainda não chegou; mas eu voltarei aqui à manhã"» [154]. Toda essa situação faz do capítulo um meta-conto e um meta-romance. Sugere que o romance fazia questão de fincar suas bases no real (e numa realidade individual, tal como ensina Watt), no verídico, ou simular ao leitor que o fazia, ao mesmo tempo em que, pode-se conjeturar, contribuía para criar uma outra realidade, dentro da qual a profusão de intertextualidades tinha seu lugar. Conclui-se o conto, significativamente, com uma referência a Cícero: «E quem negará, que esta desgraçada está na classe daquelles, por quem Cicero creou em certo modo aquellas expressões tão bellas tão admiraveis, e maviosas [sic], «*Res est sacra miser*.» O miseravel he um objecto sacrosanto» [155].

A narrativa e as avaliações indicam que Arnaud procurava legitimar o *romance moderno* não apenas pela sua verossimilhança, por seu caráter «verídico», mas como algo que permitia reiterar máximas de um autor latino então reputado pelo estilo. A nova realidade criada pelo romance, num processo de expansão retrospectiva, incorporava a herança clássica, chamando-a para si: o *romance moderno* procurava inscrever-se na história das Belas Letras. Márcia Abreu mostra como alguns de seus defensores procuraram inscrevê-lo em um gênero canônico ou distanciá-lo deste último (em proveito do próprio romance). Pierre-Daniel Huet, em 1670, associou o romance à épica e defendeu uma posição muito próxima à do já citado Frei Conciencia, ainda que favorável ao romance: sua finalidade seria a instrução do leitor, mas para tanto teria preciso «'enganá-lo pelos atrativos do prazer, adoçar a severidade dos preceitos pelos exemplos agradáveis'» [156]. Clara Reeve, em 1785, comparou-o com o *romanesco*, considerando esse último como fabuloso e sua linguagem como sublime e elevada, enquanto o *romance moderno* foi visto como uma narrativa centrada na vida real, próxima do

---

[153] ARIÈS, Philippe. Por uma História da Vida Privada, In: Idem & CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes,* Trad. Hildegard Feist, 3.ª imp., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 9. Veja também: CHARTIER, Roger. *Lectures et Lecteurs dans La France D'Ancien Régime,* Paris: Éditions du Seuil, 1987, p. 58-70; REVEL, Jacques. Os Usos de Civilidade. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.), *op. cit.*, p. 186-94.

[154] ARNAUD, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., vol. 1, p. 38-9.

[155] Ibidem, vol. 1, p. 42.

[156] Apud. ABREU, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 306.

leitor no tempo e no espaço, em linguagem comum, versando sobre fatos que poderiam acontecer e convencendo o leitor de que isso efetivamente se deu [157]. Mme. de Staël, em termos próximos de Reeve, comparava o *romance moderno* com o romance medieval, afirmando que o primeiro inventava personagens e acontecimentos da vida privada, sobretudo de cunho amoroso, enquanto o último apelava ao maravilhoso e ao alegórico, voltando-se para heróis de tempos passados [158]. Esses três defensores tinham em comum a ênfase maior do romance em relação ao mundo e à linguagem do leitor, sendo Reeve aquela que focalizava a verossimilhança do seu conteúdo, destacando a preocupação de se apresentar esse último como verdadeiro, enquanto Staël não perdia de vista a imaginação. Arnaud, ao que parece, conciliava os dois pólos. Implicitamente, defendia que o romance criava uma nova realidade. Isso é sugestivo também para se compreender a própria história narrada em «A Nova Clementina»: a protagonista *enlouquece*, cria um outro mundo, que não merece ser aprisionado, «porque a sua loucura não era prejudicial à sociedade, mas antes muito digna de respeito, que se deve aos infelices»[159]. Assim, em resumo, no capítulo supracitado de Arnaud, vê-se que a legitimidade para o *romance moderno* é buscada por meio de quatro movimentos: primeiro, afirmando a verossimilhança do conteúdo da narrativa e, mais do que isso, apresentando-a como verídica; em segundo lugar, enraizando-o na história das Belas Letras; em terceiro, extraindo da narrativa um princípio edificante; e, por fim, defendendo a utilidade da imaginação, da evasão do mundo real e de suas regras, propiciadas pelo romance, pela arte. Arnaud, enfim, concilia instrução, edificação e divertimento, verossimilhança e imaginação, ficção, efabulação e realidade, arte e natureza, embaralhando as fronteiras de uns e outros…

O tradutor do romance, Antônio de Morais Silva, figura de primeira grandeza das letras luso-brasileiras, neste capítulo, acrescentou uma nota explicativa para corroborar a sentença de Cícero sobre o louco:

> *A pratica de todo o Oriente confirma, e approva esta elegante sentença do Orador Romano, porque segundo affirmão os escritores Portuguezes das cousas da Asia, os loucos são lá tratados como pessoas tocadas do Ceo, e divinisadas* [160].

Na altura em que fez a tradução do livro de Arnaud, Morais Silva já acumulava uma longa bagagem de experiências dolorosas, que podem ajudar a entender a sua tolerância com aqueles que eram tachados como loucos. Nascido no Rio de Janeiro provavelmente em 1756, cursou Geometria e

---

157 Abreu, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 292.

158 Ibidem, p. 293.

159 Arnaud, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., p. 42.

160 [Silva, Antônio de Morais]. Nota *. In: Arnaud, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., vol. 1, p. 42.

bacharelou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde, ainda, estudou com empenho as línguas francesa, inglesa e italiana [161]. Tinha intenção de seguir a magistratura, mas um processo da Inquisição, iniciado em 1779, veio a adiar seus planos. Morais defendeu, em conversas com amigos em Coimbra, proposições deístas e contrárias aos dogmas da Igreja católica e à Inquisição portuguesa. Dois meses após o início do processo, foi ordenada sua prisão e, então, Morais fugiu para Londres. Na capital inglesa, contou com a proteção de Luís Pinto de Sousa Coutinho, ministro de Portugal na Inglaterra, depois visconde de Balsemão. Em sua estadia de nove anos em Londres, organizou uma versão resumida do *Dicionário de Bluteau*, publicada em 1789 (já mencionada na primeira parte deste ensaio); porém, nas edições subseqüentes, em 1813 e 1823, a obra se enriquecera tanto, que se converteu num trabalho original [162]. Antônio de Morais introduziu inovações no léxico que acompanhavam as mudanças culturais e sócioeconômicas coevas. Por volta de 1785, Morais Silva regressou a Portugal, apresentou-se à Inquisição e renegou suas idéias e seu passado, ainda que denúncia posteriormente feita contra ele junto a esse mesmo tribunal revelasse que seu arrependimento fora uma questão de sobrevivência. Neste mesmo ano, publicou em Lisboa a sua versão de *História de Portugal,* original inglês de uma sociedade de literatos [163], obra em cujo prefácio o tradutor, por um lado, avisa ter conservado passagens originais críticas ao Santo Ofício e, por outro, defende amplamente esse tribunal, enfatizando que, depois do novo regimento que lhe fora dado por D. José I, os castigos aplicados aos réus tornaram-se brandos. A fúria inquisitorial, de fato, diminuíra com o novo regimento – por isto mesmo, Morais atreveu-se a voltar a Portugal. Porém, foi sob a vigência do citado diploma legal, que Morais fez críticas severas à Inquisição; ao ser ameaçado de prisão, fugiu; ao regressar, renegou suas palavras e, no prefácio citado, fez uma defesa previdente do tribunal [164]. Sua tradução da obra de Arnaud foi feita certamente após o seu retorno a Portugal, em época em que atuava a Inquisição e, por conseguinte, durante a qual o tradutor não podia exprimir livremente suas idéias (e, como se verá adiante, em seu prefácio às *Recreações*, defendeu o romance a partir de valores do cristianismo).

Do libertino Morais Silva, autor que escreveu verbetes diferentes para *romance* nas edições de 1789 e 1813 do seu *Dicionário*, tradutor do romance de Arnaud, pode-se passar a um libertino mundialmente famoso, o Marquês de Sade. Em alguma medida, as posições de Arnaud em defesa do romance e do tradutor de sua obra em Portugal, Antônio de Morais Silva, encontram-

---

[161] IANTT, *Inquisição de Lisboa*, «Processo n.º 2015», p. 45.

[162] Baião, António. *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa*, 3 ed. Lisboa: Seara Nova, 1973, vol. 2, p. 131.

[163] Silva, Maria Beatriz Nizza da. «Silva, Antônio de Morais». In: Idem (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*, Lisboa: Verbo, 1994, p. 762-763.

[164] Villalta, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura:* Usos do Livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH-USP, 1999, p. 160-162.

se com a do Marquês de Sade, analisadas por Márcia Abreu, se abstrairmos o caráter libertino das idéias do último. Sade valia-se da aporia entre ficção e realidade ao avaliar o romance, seguindo nesse uso aqueles que detratavam o novo gênero. Contudo, deles se apartava significativamente por considerar que a leitura das narrativas dos romances «seria superior à experiência real, pois na vida 'as máscaras' nos impediram de conhecer efetivamente as pessoas. Os romances, ao contrário, tratariam justamente do coração humano […]» [165]. Portanto, interpretando a posição de Sade, pode-se lê-la, primeiramente, como um ataque ao ideal de civilidade vigente no Antigo Regime. Na perspectiva do mesmo autor, a realidade artificial criada pelo romance se oporia às sociedades do Antigo Regime, ultrapassando a distância entre o ser e o parecer, expressando os sentimentos humanos. Se for considerado que o louco, embora real, vive fora dele, encastelado num mundo próprio, alheio freqüentemente aos imperativos sociais, percebe-se que há algum ponto em comum entre Arnaud e Sade. Se for considerado, ademais, que ambos associavam o romance às manifestações do coração humano, mais um ponto em comum entre eles será detectado.

Nesta análise parcial de *Recreações do Homem Sensível*, de Arnaud, não poderia deixar de lado algumas especificidades de sua versão portuguesa, mais precisamente o prefácio do tradutor. Morais Silva, além de discorrer sobre seu trabalho como tradutor (que não abordarei aqui [166]), participa da polêmica sobre instrução, diversão e edificação, não perdendo de vista igualmente o estilo e a inserção da obra no panorama literário. Diz o tradutor:

> *A Falta que temos em Portuguez de Livros deste assumpto, moveo os Editores a mandarem traduzir em vulgar as Anecdotas Diversas, ou Recreações de hum homem senivel, que em Francez escreveo Monsiur [sic]* ***Arnaud. Nellas se acha exposto [sic] exemplos*** *breves, e casos pela maior parte verdadeiros, hum bom epitome de* ***Moral Christãa, e Filosofica****, accommodada a todas as condições da vida social, porque a virtude não he exclusivamente peculiar de classe alguma humana. E como os documentos por meio de exemplos ficão no alcance de todas as comprehensões, e o intento de quem isso manda traduzir, seja aproveitar a todos,* ***pareceo mais acertada a escolha desta obra facil, que sirva como vianda, e pasto universa****l. Esperamos que tambem lhe achem bom sabor os engenhos, e entendimentos mais delicados, porque deste sempre foi amar a verdade, e a virtude exposta com singeleza; deixando para os espiritos falsamente discretos o fastio de tudo o que não he conceito, e aguda sofistaria, que elles mesmos talvez não entendem* [negritos meus] [167].

---

[165] ABREU, Márcia. A leitura do romance. In: Idem, *op. cit.*, p. 297.

[166] Ao traduzir, Morais Silva não se furtou a colaborar com acréscimos. Um deles, aos olhos de hoje, soa à picardia: «Em Angers, ou Monserau as meretrizes da terra tinhão obrigação de ir em certo dia dançar na presença do Senhor da terra, **e dar hum peido**» (SILVA, Antônio de Morais. Nota. In: ARNAUD, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., p. 30).

[167] [SILVA, Antônio de Morais]. Prólogo do Tradutor. In: ARNAUD, Monsier [François T. Baculard] de, *op. cit*., vol. 1, p. 7-8.

Morais Silva, note-se, endossava a veracidade da maior parte dos «casos» contados na obra, bem como seu caráter edificante, tomando como referência os valores cristãos, ao mesmo tempo em que adjetivava a obra como «facil» e, por isso, universal; procurava, igualmente, prevenir-se contra as possíveis críticas dos leitores mais «sofisticados», exprimindo a expectativa de que esses saberiam avaliar que a «virtude exposta com singeleza» seria superior à «aguda sofistaria», incompreen-sível até mesmo para os «espíritos falsamente discretos». Na perspectiva de Morais Silva, enfim, as *Recreaçoens* traziam um conteúdo verdadeiro, instrutivo e edificante, na medida em que apresentavam casos que estimulavam virtudes compatíveis com o cristianismo (algo que o tradutor era obrigado a defender, por causa da Inquisição e da censura, mesmo que pensasse de modo diferente). O livro, seria, ademais, acessível a um público amplo, e seu estilo, reconhecido como singelo, opunha-se à sofisticação ininteligível e validava-se também pelo conteúdo virtuoso.

O conteúdo de todas essas defesas dos romances feitas por autores e por um tradutor é comparável com aquele encontrado nos anúncios dos periódicos, que apelavam também para os elementos da tríade instruir – edificar – divertir, isoladamente ou em conjunto. Aos 07 de julho de 1787, a *Gazeta de Lisboa* anunciava a publicação de obras de Marmontel, o que já fizera em data anterior (19 de junho do mesmo ano), juntando a tal notícia à da edição de obras de Arnaud e da «Madama de Gomes» e, ainda, incluindo informações sobre as utilidades dos mesmos livros:

> *Escolha das melhores Novellas, e Contos Moraes, escritos em Francez por Mrs. d'Arnaud, Marmontel, Madama de Gomes, e outros, e traduzidos em Portuguez: obra util, e proveitoza para aquelles, que desejão recrear-se, e instruir-se ao mesmo tempo nas horas que lhes ficão vagas das ocupações serias da vida. Em 8o. 5 vol. preço 2$400 reis. O Tomo 5º. separadamente a 480 reis* [168].

Observa-se, portanto, que os romances, na visão dos anunciantes, serviam para a recreação e também para instruir-se, ainda que o fossem nas horas «vagas das ocupações serias da vida», expressão esta compartilhada por alguns dos detratores do gênero em questão e que traz uma posição ambígua: se os romances eram tomados como instrutivos, eles, contudo, não eram sérios… Perspectiva um pouco diferente se vê num anúncio da *Gazeta de Lisboa*, de 02 de junho de 1787, referente às *Aventuras de Têlemaco*. O anúncio deixava subentendido que a obra, segundo os livreiros, era importante pela instrução, pois trazia «muitas notas Geográficas, e Mythologicas» e porque formava um estilo (não o do romance, mas o da épica, gênero canônico!), já que continha o «Discurso sobre a Poesia Epica, e excelencia do

---

[168] IANTT, *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Caixa 469, Gazeta de Lisboa, 07 de julho de 1787.

Poema de *Telemaco*». Sugere, ainda, que então se valorizava o livro também por suas ilustrações («retrato do mesmo Fénelon») e pela legibilidade («caracteres novos»):

> *Sahirão à luz: Aventuras de Telemaco, filho d' Ulisses, por Mr. Fenelon, traduzidas do Francez em Portuguez: com o Discurso sobre a Poesia Epica, e excelencia do Poema de Telemaco, e muitas notas Geograficas, e Mythologicas para a inteligencia do mesmo Poema: Edição executada com caracteres novos, a adornada com o retrato do mesmo Fenelon, em 8o. grande, 1 vol. preço 600 reis. O mesmo em bom papel 960 reis* [169].

Já no período imperial, nos idos de 1845, o periódico de Vila Rica intitulado *O Recreador Mineiro*, no artigo *O Romance*, conforme mostra Guilherme de Souza Maciel, contrapunha romance e história, virtudes e vícios, «democrata moderno» e aristocracia, colocando-se a favor dos primeiros termos das contraposições:

> *Mil vezes o historiador traça a seu jeito os fatos, dá-lhe outra aparência, orna-os de outras molduras; enquanto que o romancista, parecendo entregue todo à imaginação, descreve fielmente os costumes da época, e apresenta em seus quadros as virtudes e os vícios do seu tempo e povo; e deleitando, mais propende à verdade do que a história. A história, com todos os fumos de antiga aristocracia, apenas demora suas vistas soberanas sobre os altos casos, reis, suas vitórias, desastres e política: o romance, menos altivo, democrata moderno, compraz-se com poucas coisas, abraça a multidão, identifica-se com o povo e, modesto segue a índole e caráter nacional* [170].

O romance, segundo *O Recreador*, portanto, seria superior à história porquanto descreveria as virtudes e os vícios do seu tempo e povo, do que decorreria ser mais propenso à verdade, mais democrático e mais identificado com o povo do que a história, que, inversamente, por seus personagens e fatos, é traçada pelo historiador a seu modo, emoldurada por ele, e, sobretudo, possui um caráter elitista aristocrático. O romance, deleitando e propendendo mais à verdade do que a história, ainda, seguiria mais a «índole nacional» e, acrescentava o artigo, teria «muitas vantagens para o conhecimento dos costumes» dos diversos povos e idades: logo, já em meados do século XIX, o romance, era concebido como válido por um periódico de Minas, principalmente em função de seu potencial para instruir divertindo,

---

[169] IANTT, *Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral*, Caixa 469, Gazeta de Lisboa, 02 de junho de 1787. Pode-se cogitar que os anunciantes falavam em instrução porque a mercadoria em questão era o romance de Fénelon.

[170] Maciel, Guilherme de Souza. O *Recreador Mineiro* (Ouro Preto, 1845-1848): diálogos entre História e Literatura de viagem na construção de uma identidade nacional. *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG*. Juiz de Fora: UFJF, 2004 [CD-ROM], p. 3-4. Arnaud defendia posições bastante similares, pois afirmava que a história era mais romanesca do que o romance na medida em que os fatos por ela consagrados eram mais gigantescos, distantes do comum e forçados, ocorrendo o inverso com o romance (May, Georges, *op. cit.*, p. 149).

remetendo às idéias de civilização e nação. Três anos mais tarde, em 1848, o romancista brasileiro Antônio Gonsalves Teixeira e Souza, no prefácio ao seu romance *Gonzaga ou A Conjuração de Tira-Dentes*, explicando a escolha da Inconfidência Mineira como tema de seu romance, escreveu:

> *Quando o romancista toma por fundo de sua obra um facto já consignado na historia, e de todos sabido, com quanto esse facto occorresse revestido de taes, ou taes circumstancias, nem por isso o romancista está obrigado a dal-o pela mesma conta, peso, e medida, missão esta que só ao historiador compete. A História é a representação dos factos taes, e quaes occoreram, é o retracto da natureza tal, e qual ella é; e seu fim é, no presente, a lição do passado para prevenção do futuro, isto é, instruir; embóra os factos alli consignados deleitem, ou não. O fim porém do romancista é (si o fundo de sua obra é fabuloso) apresentar quase sempre o bello da natureza, deleitar e moralisar. Si nesse fundo ha alguma cousa, ou muito de historico, então melhorar as scenas desagradaveis da natureza, corrigir em parte os defeitos da especie humana; adoçar os mais terriveis traços de horrorosos quadros, tendo sempre por fim deleitar, e moralisar, ainda que instrua pouco, ou nada* [171].

Teixeira e Souza também opunha história e romance. A História seria a «representação dos factos taes, e quaes occoreram, é o retracto da natureza tal, e qual ella é», com o fim de ensinar as lições do passado ao presente e, com isso, prevenir o futuro, a partir do que o romancista atribuía-lhe o papel de «instruir», ressalvando que a mesma teria ou não a possibilidade de «deleitar». Já o romance, inversamente, teria em vista «sempre o bello da natureza», propondo-se a «deleitar, e moralisar ainda que instrua pouco, ou nada», não possuindo compromisso com as «circunstâncias» dos «fatos» e, por fim, «podendo melhorar as scenas desagradáveis», adequando-as, pode-se dizer, ao «belo». Apego aos fatos reais e menor compromisso com o deleite, no caso da História; preocupação com a «beleza» e menor apego à instrução no caso do romance – essas seriam as distinções entre história e romance, na perspectiva de Teixeira e Souza, mas em relação ao último, de qualquer forma, valeria a tríplice função de deleitar-divertir, moralizar-edificar e, em menor grau, instruir.

Conclusões

Avaliando a perspectiva da censura, dos detratores e dos defensores do *romance*, denominação aqui entendida com sinônimo de prosa de ficção, foi possível detectar algumas coincidências e profundas divergências. As coin-

---

[171] SOUZA, Antonio Gonsalves Teixeira. *Gonzaga ou A Conjuração de Tira-Dentes*. Rio de Janeiro: Typographia de Teixeira & C.ª Rua dos Ourives n. 21. 1848. Sou profundamente grato a Hebe Cristina Silva pela generosidad de ter-me cedido este prefácio, encontrado em sua pesquisa sobre Antônio Gonsalves Teixeira e Souza, a ser apresentada como tese de doutorado em Teoria Literária no IEL-Unicamp.

cidências começam, primeiramente, no que se refere aos critérios de avaliação utilizados. A dificuldade de fixar parâmetros de avaliação é perceptível, embora fique evidente que os elementos da tríade edificar, instruir e divertir, isoladamente ou em conjunto, eram buscados ou negados em relação ao romance. Questões de estilo e referentes ao encadeamento dos episódios eram igualmente avaliadas, assim como, em alguns casos, as relações entre ficção e realidade, afabulação, imaginação, verossimilhança e verdade, romance e história.

Censores e detratores dos romances compreendiam que muitos deles não propiciavam instrução (mas, pelo contrário, acusavam-nos de trazer má instrução) nem edificação (na realidade, corrompiam o indivíduo e subvertiam a ordem), concebendo-os como forma de divertimento vil e de larga disseminação, sendo, por tudo isso, perigosos. Alguns deles examinavam seu estilo, expressando uma posição ora enaltecedora, ora condenatória, sobretudo porque viam-nos combinados com conteúdos qualificados como nocivos, corruptores de qualquer beleza artística. Seus defensores procuraram firmá-lo como veículos de instrução, edificação e divertimento, mesmo quando a instrução-edificação proposta corroía os valores morais e a ordem social, política e religiosa. Alguns detratores e defensores, por fim, refletiram sobre a tensão entre realidade, efabulação e ficção; história e romance; e imaginação, verossimilhança e veracidade.

Se os detratores sublinharam os perigos de uma ficção muito distante da realidade, ao mesmo tempo em que extremamente sedutora para os leitores, tendo por isso nefastas conseqüências para os mesmos e para a sociedade, os defensores ora diluíram as fronteiras entre ficção e realidade, ora reforçaram-nas, referindo-se ao que hoje concebemos como romance moderno, o seu caráter verossímil, quando não verdadeiro. Houve quem, ainda, defendesse sua superioridade face à história: se Rousseau o fazia qualificando romance e história, ambos, como ficcionais e, em alguma medida, sublinhando a superioridade moral do primeiro, no Brasil Imperial, os editores do *Recreador Mineiro* realizavam-no a partir da identificação do romance com o «povo», enquanto Teixeira e Souza apelava para o «Bello», este ideal que permitia, mesmo quando se tinha como referência para a narrativa do romance um fato histórico, mudar as «circunstâncias» dos «fatos», criando outra realidade, a da arte. Décadas antes, Arnaud e Sade, movidos por uma perspectiva comum que conciliava instrução e divertimento (ainda que tomassem esses termos de formas profundamente distintas), apontaram para a superioridade do mundo do romance, na medida em que este seria capaz de extrapolar as convenções, falar do coração do homem e, ainda, criar uma outra realidade.

Essas conclusões, bastante parciais e lacunares, parecem sugerir que a «timidez» do romance de que falava Antônio Cândido, ainda que perceptível nos pronunciamentos de censores, defensores e detratores dos romances, não logrou conter a capacidade dos romancistas de deixarem fruir a fantasia e, ao menos alguns deles, de teorizarem sobre o lugar que a mesma tinha

dentro do gênero literário em formação, louvando-a como meio de expressar e falar do «coração» do homem, do «belo» (com maior acuidade que a história). A efabulação e a imaginação, enfim, não foram suprimidas pelos propósitos de edificar e instruir que os romancistas atribuíram às suas obras.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 297-325

ILUSTRAÇÃO E PATRONAGEM
ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO SOCIAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

por

RONALD RAMINELLI *

1. Patronagem no Antigo Regime

A recente historiografia sobre viagens e história natural promoveu um salto significativo ao vincular a produção do saber às tramas do poder. Esses estudos destacam a inserção dos naturalistas na sociedade do Antigo Regime, na «ambivalência de interesses» própria do Estado Moderno, como definiu Norbert Elias. O cientista, portanto, não exercia suas funções a parte dos interesses políticos e estratégicos das metrópoles européias. Para alcançar mercês, ele deveria obedecer a uma etiqueta e se comportar segundo os interesses dos grupos que detinham o controle sobre os recursos materiais. Assim como ocupavam cargos de destaque na burocracia metropolitana, esses letrados, por vezes, desempenham funções no ultramar, seja como viajante, seja como burocrata, obedecendo aos interesses colonialistas do Estado.

Partindo da taxonomia de Lineu, naturalistas e artistas viajantes promoveram um extraordinário inventário do mundo. As viagens de Cook, Lapérouse e Humboldt coletaram espécies, traçaram rotas, descreveram, pintaram povos e paisagens, buscando comparar e classificar as experiências acumuladas durante as viagens. As metrópoles européias, particularmente França e Inglaterra, reuniam informações indispensáveis ao fortalecimento de suas economias. A natureza era, portanto, concebida como meio de fortalecer a pátria, munindo-a de recursos naturais inexistentes nas plagas setentrionais. A coleta de espécies vegetais e a sua aclimatação tornaram-se um desafio, meta almejada por Estados dependentes da importação de alimentos e matérias-primas, como a Suécia gelada de Lineu. Os naturalistas indicavam uma solução científica para um problema político, originado das balanças comerciais desfavoráveis [1]. Para acumular conhecimento reco-

---

* Universidade Federal Fluminense – Brasil.

[1] Lisbet Koerner. *Linnaeus; nature and nation.* Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1999.

lhidos na natureza, os europeus contavam ainda com o saber dos nativos, dos povos visitados durante a viagem, saber reunido e sistematizado nas metrópoles em forma de coleções de espécies, diários, memórias, pranchas e vistas [2]. Esses dados eram indispensáveis ao governo à distância e à consolidação das tramas imperiais.

Nesse sentido, tornam-se evidentes as estreitas relações entre império e conhecimento, pois a ciência se fazia em nome do fortalecimento econômico e político das metrópoles, em uma época de intensa rivalidade entre os Estados europeus [3]. Para além dos interesses mercantilistas, portanto, os viajantes, naturalistas e administradores coloniais estavam inseridos em uma intricada rede de poder que, por vezes, incentivavam determinados estudos, em detrimento dos demais. A mando estatal, os naturalistas realizavam longas temporadas em mares e em localidades remotas e, certamente, esperavam recompensadas em forma de privilégios e cargos metropolitanos. Essas mercês garantiam o bem-estar dos naturalistas e dos administradores coloniais depois de retornar à Europa. A obediência aos preceitos estatais era condição indispensável para continuar as pesquisas ou para subir os degraus na escala social.

Em Paris, berço do radicalismo das luzes, pensões, gratificações e estipêndios eram o ganha pão de muitos literatos até os conturbados anos da Revolução. Longe do mercado e dependentes da proteção estatal, os literatos recorriam às sinecuras, por certo para compensar a incapacidade de se manter ou para contornar insucessos editoriais. De fato, os jovens escritores, sob à benção dos poderosos, pouco escreviam ou nada capaz de atormentar o regime. Para tanto, recebiam suas recompensas e pleiteavam somas cada vez mais altas para calar o radicalismo herdado de velhos filósofos. Integravam-se a ambientes freqüentados por ricos patrocinadores e cortesãos, *gens du monde* em busca de entretenimento e instrução. Na alta sociedade, os ilustrados, *gens des lettres*, recebiam como recompensa refinamento e posição social. O requinte aristocrático promoveu a transição entre os tempos heróicos de crítica aos privilégios e o iluminismo domesticado, anestesiado por regalias proporcionadas pelo Estado [4]. Se, em princípio, a república das letras recorria à moral civil para exercer pressão sobre o público, os iluministas tardios reforçavam as leis do Estado, em detrimento da legislação moral própria da crítica. Mas os literatos não eram os únicos a estabelecer esses vínculos de dependência.

---

[2] Bruno Latour. *Ciência em Ação*. (trad.) São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

[3] Bons exemplos de estudos sobre os vínculos entre Estado e Ciência no setecentos são os de Richard Drayton. Knowledge and Empire in: P. J. Marshall (ed.) *The Oxford History of the British Empire; Eighteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1998. pp. 231-252. *Nature's government; Science, Imperial Britain and the 'Improvement'of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000.

[4] Robert Darnton. *Boemia Literária e Revolução*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 13-26; Reinhart Koselleck. *Crítica e crise*. (trad.) Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 54-55.

Os naturalistas tornaram-se indispensáveis aos empreendimentos estatais, seja no conhecimento de plantas e animais para montar coleções e museus, seja na política de diversificação das lavouras ou no aumento da produtividade agrícola. Desde meados do setecentos, a coroa francesa reconhecia a História Natural como principal função do Jardin des Plantes. Para comandar a instituição real, indicou especialistas e formou uma pequena sociedade sustentada pela patronagem régia. As expedições, as coleções e as publicações eram de responsabilidade estatal, tornando o Jardim parte da estrutura de patronagem da sociedade francesa setecentista. Nesse micro cosmos, contava não apenas o saber botânico, mas o sucesso das publicações, a divulgação pública de seus resultados, e o estreito relacionamento com o *grand monde*. Tais ingredientes tornavam-se imprescindíveis para pleitos e ganhos. Os sábios disputavam as benesses, almejavam postos e rendas, que atuavam como propulsores de sua ascensão social. Os privilégios provocavam disputas e sobretudo frustrações para os indivíduos que não controlavam o intrincado jogo da patronagem. Conforme estudo de Emma Spary, o «sistema de patronagem» (*patronage system*) apoiava e financiava determinados naturalistas e ramos do saber, por certo, mais adequados à política de fortalecimento dos recursos disponibilizados pelo Estado [5]. Assim como em Portugal, esse jogo viabilizava absorção desses sábios às tramas do poder central, tornando-os agentes do Estado ao invés de críticos e oponentes do sistema.

No império luso, a produção de conhecimento sobre o mundo natural era dependente da ação estatal. A patronagem régia setecentista investia inicialmente na formação de quadros, preparavam os profissionais em Coimbra e inseriam os doutores na administração colonial e depois metropolitana. Ao servir ao Estado, os homens de letras, naturalistas sobretudo, solicitavam a contrapartida, as benesses que atuavam como recompensas. Tornavam-se, por conseguinte, dependentes das mercês oferecidas pela liberalidade monárquica. Os vínculos traduziam-se na acumulação de cargos na administração, tenças e hábitos, privilégios que os aproximavam, sem os confundir, dos cortesãos de primeira grandeza. Para desfrutar de regalias próprias de um bacharel da Universidade de Coimbra, eles precisavam do amparo estatal, da benevolência das autoridades, sobretudo do monarca, pois como naturalistas e letrados não dispunham de meios para sobreviver. Eram lacaios de reis e secretários, indiferentes ao radicalismo da crítica ilustrada, atuavam como homens das luzes sem o afã de alterar a arquitetura do poder. O conhecimento não promovia a reforma da sociedade de privilégios, ao contrário, o saber era moeda de troca para ascensão social, para reunir privilégios e consolidar as distinções sociais. Os letrados fortaleciam as malhas da centralidade estatal, disponibilizavam subsídios ao governo à distância, consolidavam enfim os tentáculos do Leviatã que se prolongavam desde o coração do reino aos mais distantes rincões do império. Mesmo no

[5] Emma Spary. *Utopia's Garden.* Chicago: Chicago University Press, 2000.

sertão africano, os bacharéis de Coimbra não esqueciam a etiqueta, escreviam aos secretários para informar-lhes da expedição e para tornar viva a memória de seus serviços como fiel vassalo. Esse circuito de prestação de serviço e solicitação de recompensa era recorrente em terras portuguesas e ultramarinas. Viver da filosofia ou da história natural pressupunha a patronagem de um nobre ou de um cargo na burocracia estatal.

Em terras lusas, História Natural não era, porém, exclusividade de naturalistas egressos de disciplinas de Filosofia Natural ministrado na Universidade de Coimbra, nem de funcionário do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, nem mesmo do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Fruto de verdadeira febre setecentista, a botânica ganhou adeptos por toda parte. Naturalistas ou curiosos coletavam espécies e enviam-nas às instituições científicas do reino. O mestre Domenico Vandelli se correspondia com Lineu em Stockholm e com Joseph Banks em Londres, mas também contava com serviços preciosos de correspondentes em vários pontos do império. O secretário Martinho de Melo e Castro escreveu, por diversas vezes, aos governadores e vice-reis para solicitar o envio de aves e plantas para o Museu da rainha. Esses canais não funcionavam apenas com o apoio da alta administração colonial. Juízes de fora, catedrático de língua, médicos e soldados também coletavam espécies, redigiam memórias e informavam ao Estado como fizeram Gabriel Soares de Sousa e Bento Maciel Parente nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Apesar de não contar com a patronagem régia para produzir memórias, eles desejavam se vincular aos poderosos e, para tanto, solicitavam recompensas pelos serviços prestados.

No setecentos consolidaram-se dois tipos de produtores de conhecimento sobre o mundo colonial. Tema desse artigo, o primeiro era financiado pelo Estado e reunia naturalistas e matemáticos que percorriam o mundo colonial como funcionários da coroa. O segundo, em princípio, não recebia financiamento do Estado, exerciam outros ofícios e executavam serviços como naturalista. Formava, portanto, grupo heterogêneo, composto por profissionais de diferentes matizes. Localizados em partes remotas do império, eles se inseriam aos Museus de História Natural, à Academia das Ciências de Lisboa, ao secretário Melo e Castro, aos governadores das capitanias ou a Domenico Vandelli para enviar remessas, compor e publicar memórias que eram dedicadas ao monarca ou às autoridades metropolitanas. Se a inserção era distinta, esses homens tornavam-se unívocos quando empregavam saber como patrimônio, como serviço prestado, nas negociações com a burocracia. Os afazeres de um naturalista poderiam, mais tarde, render cargos no governo local, nos Tribunais da Relação do Porto ou Rio de Janeiro, hábitos de cavalheiro ou ainda obter a honra de ser sócio ou correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. O jogo da patronagem poderia, enfim, resultar em um futuro tranqüilo ou mesmo na ascensão social, capaz de tornar um filho de mercador ou plantador de tabaco em «nobreza da terra» nas vilas e cidades do mundo colonial. Para além do título de bacharel, eles

ainda recebiam o de cavalheiro ou de desembargador do Tribunal da Relação, caso fossem magistrados. O saber, portanto, era parte de estratégias de mobilidade social nas várias sociedades do império colonial português.

2. Remessas para o Museu da Rainha

Desde o estabelecimento em Portugal, o naturalista paduano Domenico Vandelli reuniu esforços para formar o Museu de História Natural a partir de espécies provenientes do reino e das colônias. Em 1768, ele apareceu nomeado para conduzir as obras do Jardim Botânico da Ajuda e, por longos anos, manteve correspondência com vários naturalistas e jardins botânicos europeus, de onde recebia ou trocava espécies para ampliar o acervo. Com Vandelli, o museu poderia dispor de um naturalista-colecionador e professor de prestígio no circuito europeu. Além de lecionar na Universidade, tornou-se encarregado da fundação de um Museu de História Natural sustentado pelo erário público[6]. Tempos depois de estabelecido, ele escreveu memória dedicada ao museu, onde dissertou sobre sua importância na sociedade portuguesa. Considerou impossível visualizar todas as produções naturais do vasto império sem contar com um museu que atuava como um anfiteatro e reunia, em espaço limitado, peixes, vermes, sais, enxofre, pássaros, gomas, artefatos de povos e demais espécies dos três reinos da natureza. Quando bem constituído, o museu tornava-se um verdadeiro teatro da natureza ou um livro aberto, no qual «o observador se instruía com prazer, e facilidade, a memória vem ajudada pelos olhos, se conserva atenção pelo prazer da vista». O caráter pedagógico da instituição foi muitas vezes ressaltado por Vandelli, pois ao ver as espécies os aprendizes facilmente nomeavam, faziam confrontos, investigavam as origens e usos na agricultura, artes, medicina e comércio. Contando com possessões na Ásia, África e América, Portugal merecia um «museu nacional» para promover o conhecimento dos produtos do reino e das conquistas[7]. A natureza mais desconhecida encontrava-se, porém, em terras americanas e africanas, de onde os viajantes naturalistas coletavam espécies e enviavam-nas ao museu em Lisboa.

Essas remessas originavam-se de intrincada relação entre o naturalista, o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e os governadores, entre poderes metropolitanos e coloniais. Para formar o museu da Rainha, o pedido de espécies partia do museu e atingia os altos escalões da burocracia estatal, ou melhor, o secretário. Depois atravessava o Atlântico e chegava às mãos do vice-rei ou governador. Por meio de ofícios, Martinho de Melo e Castro encarregavam-nos do comando de expedições ao território, da remessas de produtos naturais e escritos direcionados ao Gabinete de

---

[6] João Carlos Brigola. *Coleção, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. pp. 101-108.

História Natural. Essa hierarquia determinava a subordinação do naturalista viajante aos poderes instituídos nas possessões ultramarinas, ou seja ao vice-rei ou governadores, que autorizavam as jornadas ao sertão e rios, viabilizaram canoas, mantimentos e índios para sustentar os empreendimentos científicos. O viajante ainda contava com valiosas informações disponibilizadas pelas câmaras municipais e paróquias. Ao longo da jornada ao mundo colonial, os naturalistas ainda podiam encontrar correspondentes da Academias das Ciências ou do próprio Vandelli que, por serem habituados aos temas da História Natural e ao envio de espécies a Lisboa, lhes forneciam memórias e pequenos escritos, indispensáveis a seus compêndios remetidos à secretaria e ao museu.

Indício da rica circulação de notícias está presente nas poucas cartas enviadas pelos correspondentes a Vandelli, ou melhor, poucas que restaram do incêndio no Arquivo Histórico do Museu Bocage. Nesse acervo, encontra-se o pedido do governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), para que Lourenço Belford realizasse descrição de vários vegetais, especialmente a «jalapa» e a «epicacoanha». Esse pedido, por certo, originou-se em Lisboa onde Vandelli coordenava equipe para criar coleções de História Natural. Anos depois, o paduano recebeu carta assinada por Lourenço Belford, morador da capitania de Mato Grosso e, por certo, bom conhecedor da botânica. Ao cumprir a tarefa, Belford dirigiu-se ao naturalista, não ao governador, e procurou explicar os entraves à sua execução. Depois de dissertar sobre as plantas do Ceará, Pernambuco e referir-se aos escritos de «Tournnefort, Lineu e Doblin», ele revelou que as plantas solicitadas não proliferavam nesse país. Mesmo assim, remetia outras espécies conforme a recomendação superior [8].

Em janeiro de 1770, Vandelli recebeu correspondência semelhante do arquiteto bolonhês Antônio Landi, radicado no Pará, que se considerou incapaz de atender as solicitações do naturalista por estar ocupado com a construção do palácio do governo em Belém [9]. Como Landi era um bom desenhista, ele por certo lhe encomendou desenhos de espécies do Pará. Para o outro governador do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, fidalgo da Casa da Ínsua, o naturalista pediu espécies de borboletas, demanda que foi atendida em remessa enviada de Vila Bela. Cárceres escreveu carta a Vandelli e assumia o seu amor e curiosidade pela História Natural. Prometia ainda remeter produtos do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais para enriquecer o museu e o jardim botânico, sobretudo com amos-

---

[7] Domenico Vandelli. Memória sobre a utilidade dos museus de História Natural (c. 1787). In: *Memórias de História Natural, Domingos Vandelli*. Introdução e coordenação de José Luís Cardoso. Porto: Porto Editora, 2003. pp. 59-65.

[8] AHMB (Arquivo Histórico do Museu Bocage) – CN/B-91 Carta de Lourenço Belford a Domenico Vandelli. 27 de agosto de 177 (?).

[9] AHMB CN/K-1 Carta de Antônio Landi a Domenico Vandelli. Pará, 20 de janeiro de 1770.

tras consideradas raras na Europa. «E me não descuidarei a enviar-lhe tudo que possa descobrir a minha diligência, para poder servir de emprego aos seus profundos Estudos da Natureza» [10].

Da mesma época, um correspondente do Mato Grosso escreveu ao mestre Vandelli para enviar notícias, em forma de História Natural e espécies, provenientes tanto do Pará quanto do Rio de Janeiro. Mas esse fluxo, aos poucos, se extinguia devido ao silêncio do mestre e da incerteza se as remessas teriam de fato alcançado as plagas portuguesas. Mesmo assim, enviou-lhe sementes de «jalapa», planta recomendada por Lineu, casca de uma planta natural da capitania, semelhante à quina e capaz de tirar «as sezões com felicidade», ou melhor, aplacar as febres. Para produzir ramalhetes, remeteu sementes de um tipo de tulipa, «planta de cebola», produtora de «uma flor bastante engraçada». Do forte de Bragança no Mato Grosso, Souza ainda se correspondia com a Província de Tucumã a procura da planta e semente do bálsamo do Peru [11]. Um ano depois, o governador do Mato Grosso, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, o 1. Visconde Balsemão, escreveu ao mestre Vandelli de Vila Bela para suplicar proteção para retornar à Corte: «para que S. Majestade se digne a resgatar-me deste cruel clima» [12]. Mesmo com a saúde abalada, ele se prontificava a enviar remessas ao museu, fazendo chegar à Ajuda uma longa lista de produtos [13]. Aos poucos, porém, perdeu o ímpeto de caçador de plantas e passou narrar as malogradas remessas. Desgostoso, ele enumerou o conturbado trânsito entre a capitania e Lisboa, sobretudo os trechos mais danosos, as cachoeiras, onde os caixotes e as frasqueiras deveriam ser descarregados, transportados por subidas acidentadas e, em seguida, novamente depositados nas canoas até a próxima queda d'água. Isso se repetia mais de 20 vezes durante a trajetória em direção ao mar. Por isso, as encomendas chegavam à Corte danificadas, ou completamente arruinadas. Remetidas em duplicatas, a coleção de serpentes e anfíbios nada contribuiu com o museu, pois nem um só frasco deixou de «ir quebrado e vazio» [14].

Queixa semelhante enviou de Benguela, o naturalista Joaquim José da Silva ao escrever a Júlio Matiazzi, jardineiro e administrador do Museu de História Natural d'Ajuda. Mesmo ao perder o companheiro de viagem e

---

[10] AHMB CN/C – 112 Carta de Luiz Albuquerque de Melo e Cárceres a Domenico Vandelli, Vila Bela 27 de julho de 1773.

[11] AHMB CN/S – 55. Carta de Luiz Pinto de Souza a Domenico Vandelli. Forte de Bragança na capitania de Mato Grosso, 1 novembro de 1770. No documento não há menção, mas Luiz Pinto de Souza deve ser o mesmo governador do Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho.

[12] AHMB CN/B – 93. Carta de Luiz Pinto de Balsemão a Domenico Vandelli. Vila Bela, 1. de dezembro de 1771.

[13] AHMB CN/B – 92. Carta de Luiz Pinto de Balsemão a Domenico Vandelli. Vila Bela, 8 de fevereiro de 1769.

[14] AHMB CN/B – 93. Carta de Luiz Pinto a Domenico Vandelli. Vila Bela, 1. de dezembro de 1771.

sofrer com moléstias, Silva tentou reunir esforços e enviar as remessas, que não tinham, porém, o volume esperado e correspondente à rica natureza africana. Esse esforço não foi reconhecido pelo mestre Vandelli e demais autoridades lisboetas, que não comentavam sobre o material recebido. Se os produtos estavam ou não adequadamente embalados e preparados, o naturalista não sabia, mesmo assim continuavam a remeter espécies [15]. Em Barcelos, na capitania do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira também lamentou a falta de informação sobre os resultados da jornada. Depois de dois anos sem notícias, tinha dúvida se seus trabalhos tiveram a felicidade de chegar ao museu, «nem sequer tenho sabido, se lá tem chegado as produções remetidas. E esta é a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penosissímo trabalho, quando elas custam em observar, recolher, e preparar, sobreviverá a desgraça de chegarem mal acondicionadas» [16]. O esforço de coletar e embalar as espécies não era portanto devidamente valorizado, interrompendo o fluxo de informações em direção a Lisboa, devido ao descuido no armazenamento das espécies e memórias remetidas. Ao retornar à Corte, depois de quase dez anos, Ferreira teve a surpresa de encontrar as remessas em péssimo estado, com as etiquetas de identificação embaralhadas [17].

Em Lisboa, à frente do museu, Vandelli deixou o jardineiro Júlio Mattiazzi que, além de receber as remessas e tentar ordená-las, passou também a apoiar seus discípulos no ultramar. Várias cartas enviadas das possessões portuguesas eram direcionadas a Mattiazzi, enquanto o professor e afamado naturalista envolvia-se em outras tarefas. Atuava na Universidade de Coimbra onde ministrava as novas cadeiras de História Natural e Química, além de estabelecer o museu, laboratório químico e jardim botânico. Na correspondência entre Vandelli, Visconde de Barbacena e Abade Correa da Serra ficam evidentes as inúmeras tarefas executadas para criar a Academia Real das Ciências de Lisboa[18] e a impossibilidade de acompanhar os naturalistas em expedições filosóficas. Ao longo dos anos de 1780, Melo e Castro tornou-se cada vez mais presente no comando das equipes das viagens filosóficas. Era, portanto, recorrente o predomínio do secretário nos destinos das expedições. As remessas tentavam contentar suas diretrizes, deixando as de Vandelli em segundo plano.

O secretário Martinho de Melo e Castro atuou ativamente na formação do museu, seja na demanda de espécie, seja no controle dos percursos de viagens, tornando-se o maior promotor dos museus lisboeta e coimbrão. Com freqüência solicitava aos governadores o envio de remessas de pássaros,

---

[15] AHMB CN/S-22 Carta de Joaquim José da Silva a Julio Mattiazzi, Benguela, 24 de maio de 1787.

[16] AHU – Rio Negro d. 455. Carta de Alexandre Rodrigues Ferreira ao secretário Martinho de Melo e Castro. Barcelos, 16 de novembro de 1786.

[17] Essa é a explicação para o insucesso da viagem filosófica, ver: Carlos França. O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim da Sociedade Broteriana*, 1-2:65-123, 1922.

plantas e animais para enriquecer a coleção da rainha. Intervinha também nos rumos das expedições em território americano e africano, ao impor roteiros de viagens, investigações, desenhos, memórias e remessas. Ao comentar a intervenção do secretário nos assuntos do museu, Vandelli escreveu: «Dessa administração nunca me deu conta, porque o sobredito ministro tomou toda a si essa inspeção» [19]. A frase originou-se da negociação entre o secretário e o jardineiro Julio Mattiazzi em torno da fábrica de purificação de anil, e a conseqüente exclusão do paduano da empresa. A interferência, no entanto, ia muito além dos negócios com anil, pois Melo e Castro guiava os principais empreendimentos dedicados à História Natural executados no ultramar. Vandelli reconhecia o empenho do dito ministro para ampliar a coleção e enriquecer o museu de Sua Majestade: «Este Museu teve considerável aumento pelo cuidado e zelo do sobredito ministro, e principalmente com o que remeteram os quatro naturalistas meus discípulos, que por esse efeito de enriquecer o Museu, e fazer em conseqüência a história natural das colônias, Sua Majestade nelas viajar» [20].

No ultramar, os naturalistas consideravam o secretário com enorme respeito e, por vezes, temiam suas atitudes e repreensões. Angelo Donati, riscador da expedição a Angola, denominou a perseguição do secretário de «ingiusta vendetta» [21], mas o italiano não era o único a enfrentar a «malignità» de Melo e Castro. Depois de desobedecer as suas ordens e deixar Goa antes de terminar o serviço requisitado, o naturalista Manuel Galvão da Silva escrevia a Lisboa para tentar reatar os laços com o poderoso secretário. Além de prometer-lhe o cavalo marinho e o peixe mulher solicitados, indagava a Julio Mattiazzi se «Ex. Sr. Martinho se tem agradado da remessa das amostras das minas que tenha recebido, e se o Ex. Sr. Vandelli e Vmcê as acham boas. Falem-me com sinceridade como lhe merece…» [22]. A raridade dos contatos entre naturalistas e funcionários do museu lisboeta deixava-os inseguros, sobretudo Galvão que procurava atenuar a desobediência às diretrizes do secretário.

As viagens filosóficas não eram, porém, a única fonte de espécies. O secretário tratou de convocar as autoridades coloniais para enriquecer a real coleção e, por meio dos governadores, reuniu durante muitos anos espé-

---

[18] Coleção de cartas do Ex. Sr. Visconde de Barbacena e Sr. Abade Correa da Serra dirigidas ao Sr. Domingos Vandelli.: *Para a História das Academia das Sciências de Lisboa.* Lisboa: Imprensa Universitária,1927.

[19] Domenico Vandelli. Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, … p. 52.

[20] Domenico Vandelli. Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e casa do Risco. In: *Memórias de História Natural…*, pp. 51-53.

[21] AHMB CN/D – 6 Carta de Angelo Donati a Júlio Mattiazzi. Moçambique, 10 de setembro de 1783.

[22] AHMB CN/S-31 Carta de Manuel Galvão da Silva a Julio Mattiazzi, Moçambique, 28 de agosto de 1790.

cies as mais exóticas, provenientes dos quatro partes do império. Em princípio, o pedido de Melo e Castro deveria ser rapidamente atendido, mas nem sempre os governadores perceberam que os produtos naturais poderiam tornar-se um importante ingrediente do sistema de patronagem, um dom nas trocas de serviços e mercê travadas no vasto território imperial. Para uns poucos governadores, a História Natural tornou-se, então, motivo para se aproximar do poderoso secretário e esteve presente em vários ofícios remetidos das capitanias americanas à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos.

Antes, porém, no tempo do secretário Francisco Xavier Mendonça Furtado, os governadores enviaram imensas remessas de pássaros, sem mencionar a coleção a qual estavam destinadas. Das capitanias de Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro, as aves foram enviadas desde os primeiros anos da década de 1760. Anos após a criação do Museu de História Natural, em 1768, intensificam os pedidos e sobretudo as remessas. Entre 1773 e 1775, o envio de pássaros para Lisboa teve aumento notável. Se no ano anterior, houve apenas uma remessa, em 1773 ocorreram dez que partiram de Pernambuco e Pará; em 1774, 8; 1775, 8 provenientes das mencionadas capitanias somadas ao Rio de Janeiro. Com a queda do marquês de Pombal este volume sofreu uma brutal redução e as remessas passaram de uma a três anuais. De forma notável, a capitania de Pernambuco tornou-se o celeiro de aves para coleção do real museu, pois entre 1762 e 1788, formaram-se cerca de 40 remessas de pássaros endereçadas ora apenas à Secretaria, ora ao mencionado museu, ora às Quintas Reais de Belém. Para as capitanias de Rio Negro, Ceará, Paraíba, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande de São Pedro, os números eram muito menores [23].

As remessas de aves e animais enviadas por diversos governadores de Pernambuco eram notáveis. O volume de espécies não constitui a única surpresa de nossa pesquisa, mas a procedência de muitos animais enviados a Lisboa. Os animais originavam-se tanto do sertão americano quanto das terras de Angola e Costa da Mina. De Angola, desde 1763, antes mesmo dos pedidos de Melo e Castro, chegavam carregamentos de escravo e pássaros exóticos. Não escapou ao governador de Pernambuco Luís Diogo Lobo da Silva (1756-1763) o envio de oferta ainda mais inusitada, pois remeteu a Lisboa, na charrua São José, um elefante, pássaros e galinhas provenientes de Angola [24].

Em julho de 1773, o governador Manoel da Cunha Meneses (1769-1774) escreveu a Melo e Castro para informar da chegada de um «Passaro exquisito» proveniente da Costa da Mina e embarcado na corveta da Companhia

---

[23] Estudo quantitativo realizada junto à documentação do AHU – Documentos Avulsos das capitanias do Rio Negro, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande.

[24] AHU Pernambuco. d. 7758. Ofício do governador Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário Francisco Xavier Mendonça Furtado. Recife, 16 de abril de 1763.

Geral do Comércio. A ave era «semelhante a uma Ema, porém diferente na cor das penas, porque são pretas, e na cabeça, que tendo olhos encarnados, se coroa nela de uns penachos cor de ouro, que o fazem sumamente agradável e raro, circunstâncias pelas quais me pareceu digno da Real Presença de S. Majestade de que seja apresentado…» [25]. Desde de 1759, com a criação da Companhia do Comércio de Pernambuco e Paraíba, estreitavam os vínculos entre a África e Pernambuco devido ao tráfico de escravos para a lavoura canavieira. O governador sabia certamente da existência do museu, mas sem mencionar o destino da ave, presenteou o rei com ave exótica como forma de prestar vassalagem. Para tanto, recorreu ao secretário como intermediário, pois era ele o responsável por mobilizar os governadores a enviar espécies raras para o acervo. De todo modo, o presente esquisito era para o monarca e não constituía diretamente uma doação ao museu.

Em abril de 1774, Melo e Castro escreveu ao governador de Pernambuco e solicitou o envio de pássaros e participou-lhe que era «Sua Majestade servida que pelas Embarcações que forem desta Capitania» mandasse o governador todas as qualidades de pássaros que nela houver e entregar na Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos. Cunha Meneses logo mandou executar a Real Ordem em várias remessas entre 1773 e 1774, sempre recomendando ao mestre da embarcação bom tratamento aos pássaros [26]. Entre 1775 e 1776, o seu sucessor, o governador José César de Meneses (1774-1787), procurou cumprir o pedido do secretário e continuou a remeter pássaros e animais [27]. O interesse de satisfazer os desígnios reais era evidente, mas arrefeceu quando da queda do marquês de Pombal, para retomar o fôlego no final da década de 1780 com o governador D. Tomás José de Melo (1787-1798).

Esse governo estabeleceu feiras e mercados, promoveu o calçamento de Recife e melhorou o aterro dos Afogados, onde plantou árvores gameleiras [28]. Nos ofícios enviados ao secretário Melo e Castro, informava sobre os envios de pássaros, animais, plantas de valor medicinal, quina, madeiras para construção naval e, particularmente, vagens e sementes de pau-brasil. Na charrua Príncipe da Beira, enviou ainda, preso em uma capoeira, um tigre para somar às raridades da coleção de História Natural. Em princípio, essas remessas não eram destinadas ao museu, mas diretamente ao ministro

---

[25] AHU – Pernambuco d. 8673. «Ofício do governador Manoel da Cunha Meneses ao secretário Martinho de Melo e Castro». Recife, 3 de julho de 1772.

[26] AHU – Pernambuco d. 8784. Ofício do governador Manoel da Cunha Meneses ao secretário Martinho de Melo e Castro. Recife, 8 de junho de 1773.; d. 8798. Ofício… Recife, 5 de agosto de 1773.; d. 8873 Ofício… Recife, 14 de abril de 1774; d. 8904. Ofício… Recife, 23 de julho de 1774.

[27] AHU – Pernambuco. d. 8904; d. 9026; d. 9095; d. 9121; d. 9249; d. 9284; d. 9318; 123 d. 9352.

[28] Francisco A. Varnhagen. História Geral do Brasil. 10 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1981. v. 2 tomo IV. p. 283.

[29] Ver AHU – Pernambuco d. 11625, d. 11757, d. 11777, d. 11800, d. 11805.

na Secretaria de Estado, «Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos». A coleção real nem mesmo merecia menção nesses ofícios enviados do Recife a Lisboa [29]. Somente em janeiro de 1796, o governador, ao escrever ao secretário interino, Luís Pinto de Sousa Coutinho, referiu-se ao destino das espécies coletadas: … «sobre a ordem de recolher, acondicionar e remeter para o Real Jardim Botânico, todas e quaisquer plantas com o valor medicinal ou econômico, declarando onde nasce e qual o uso que pode ser dado» [30]. Com o falecimento de Melo e Castro, os vínculos de subordinação pessoais entre governador e secretário deveriam ser reconstruídos, motivo talvez para cumprir as ordens a risca e deixar de enviar diretamente ao ministro as remessas destinadas ao Jardim Botânico.

Além de agradar as autoridades, esse governo incentivou a agricultura, e logo a História Natural, como forma para contornar problemas de abastecimento e inflação. Lutou contra os interesses de comerciantes especuladores e contava, para tanto, com o apoio de poderosos lisboetas. Suas reformas eram, por certo, meios para contornar a grave crise da lavoura de mandioca que assolou os centros urbanos de Pernambuco a partir de 1785. Em carta à rainha, em 1797, D. Tomás afirmou acertadamente que a ruína do cultivo de mandioca originava-se na difusão da cultura algodoeira [31]. Os pequenos agricultores preferiam exportar o algodão, em tempo de crise promovida pela ruptura de laços entre Inglaterra e as colônias americanas, ao invés de cultivar alimentos para os núcleos urbanos da capitania [32].

Os governadores não constituíam os únicos interlocutores com o secretário quando se tratava de História Natural e suas remessas. Da capitania de Pernambuco, Melo e Castro ainda recebeu ofício do intendente da Companhia Geral de Comércio e do ouvidor do Ceará, ambos tratavam do cultivo de anil e envios de remessas. O serviço prestado ao ministro era, então, disputado por variados estratos da burocracia colonial. O intendente Antônio José Souto dissertou sobre o progresso do cultivo e extração do anil, além dos problemas com a fábrica de beneficiamento do mesmo produto às margens do rio Beriberi. O ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto de Avelar, escreveu a Melo e Castro sobre a remessa de produtos naturais e suas respectivas localizações geográficas. Lamentou, porém, a debilidade na identificação de minerais por estar impossibilitado de realizar ensaios químicos, indispensáveis na identificação desse reino da natureza. Prometeu ainda, para breve, uma pequena coleção de plantas medicinais e exóticas,

---

[30] AHU – Pernambuco d. 13199. Ofício de D. Tomás José de Melo a Luís de Pinto de Sousa. Recife, 14 de janeiro de 1796.

[31] Guilhermo Palacios. Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII in: *História econômica do período colonial.* T. Szmrecsányi (org.). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996. p. 48.

[32] Governador D. Tomás José de Melo enviou vários ofícios a Martinho de Melo e Castro referentes à remessas de produtos naturais e as reformas urbanísticas no Recife. Ver: AHU – Pernambuco. d. 11623-26, 11635, 11638, 11644, 11646-47, entre outros; F.A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos – 1740-1794.* v. VI. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954. pp. 505-538.

que por certo eram «inéditas em Lineu, o que melhor decidirá o Doutor Vandelli, meu Mestre» [33]. A História Natural, como elemento do sistema de patronagem, seria porém mais evidente entre os naturalistas encarregadas das viagens filosóficas à América e à África.

3. Patronos das Viagens Filosóficas

Em 1787, no diário da viagem ao Grão-Pará, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira reconheceu a importância do suporte estatal para formar doutores especializados em História Natural, para financiar e organizar viagens filosóficas, para, enfim, reunir equipe de apoio, enviar remessas e solucionar adversidades ao longo do percurso. Os administradores responsáveis pelo empreendimento receberam do naturalista a nomeação de «patronos da expedição». Seriam eles o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, Martinho de Sousa e Albuquerque, governador da capitania do Pará, e João Pereira Caldas, governador do Estado do Grão-Pará e encarregado da execução do «Tratado Preliminar de Limites e Demarcação dos Reais Domínios». Dessa forma, o naturalista traçou a complexa relação de poderes, de interdependências, que envolvia a jornada. As instâncias do poder metropolitano se uniam aos poderes locais para tornar viável a expedição. As despesas com a equipe corriam por conta da Real Fazenda, enquanto os governadores forneciam mantimentos, embarcações, índios remeiros e auxiliares. O conhecimento local também era disponibilizado pela autoridade máxima da capitania que concedia livre acesso à visita aos territórios, rios e minas, sobretudo aos espaços ricos em recursos naturais e estratégicos para a preservação das fronteiras. As câmaras, capitães, cirurgiões, padres e diretores de índios forneciam, igualmente, dados indispensáveis à composição de diários, participações e memórias. Por meio desses agentes locais era possível avaliar a dinâmica da população, os três reinos da natureza, a produção agrícola, o comércio, circulação de gentes e mercadorias, os danos provocados por etnias não pacificadas e as ameaças às fronteiras indefinidas entre os impérios. A viagem filosófica era, portanto, fruto da interdependência e jamais obra exclusiva de um naturalista.

Ferreira não apenas denominou-os de patronos, mas enumerou suas realizações para o sucesso da viagem. Martinho de Melo e Castro notabilizou-se por promover aulas de química no Real Laboratório, por estabelecer o Real Gabinete de História Natural e por adiantar as obras do Real Jardim Botânico da Ajuda, enriquecendo-o com plantas indígenas e exóticas. Da Uni-

---

[33] AHU – Pernambuco d. 9217. Ofício de Antônio José Souto a Martinho de Melo e Castro. Recife, 26 de outubro de 1775.; d. 659. Ofício do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto de Avelar a Martinho de Melo e Castro. Crato, 4 de agosto de 1788.

versidade de Coimbra, convocou naturalistas e encarregou-os, com o beneplácito de Sua Majestade, da «História Filosófica e Política dos Estabelecimentos Portugueses no Estado do Grão-Pará». Para tanto, forneceu livros, instrumentos e uma equipe formada por riscadores e jardineiro, além de suprir suas despesas com sustento e transporte. Por fim, o patrono metropolitano concedeu ao irmão do naturalista um dos «canonicatos da Sé de Arquiepiscopal da cidade da Bahia». No âmbito colonial, o governador do Pará apoiou o naturalista e doutor da universidade de Coimbra ao recebê-lo no palácio de governo, onde o explorador passou a residir. Sem demora, proporcionou a viagem à Ilha Grande de Joannes e, posteriormente, ao rio Negro, acompanhou-o pessoalmente durante a viagem ao rio Tocantins. Ordenou a construção de canoas novas para suportar a viagem à capitania do Rio Negro e indicou dois índios para auxiliar o naturalista na coleta e na preparação das espécies. Além de moradia, o palácio ainda serviu para armazenar os volumes de produtos naturais antes de embarcar para Lisboa. Em Barcelos, capital da capitania do Rio Negro, Pereira Caldas também providenciou residência e forneceu ao naturalista cópias de ordens, bandos, editais, portarias e avisos de onde Ferreira recolheu informações sobre população, comércio, agricultura, navegação e manufaturas para compor a História Filosófica e Política. Com a finalidade de enriquecer as remessas ao Real Museu, o governador adquiriu e ofereceu-lhe produtos e curiosidades naturais, além de promover diligências na parte superior do rio Negro e rio Branco. Caldas destacou-se, sobretudo, pela «proteção e amizade» [34], ao solucionar as querelas em torno da fuga de índios, falta de braços para tocar as canoas e repor os estoques de mantimentos depois de acidentes com as embarcações.

Mas o maior patrono da expedição era mesmo Martinho de Melo e Castro. A homenagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, por certo, evidencia o lugar subordinado, ou mesmo apático, de Domenico Vandelli como guia da equipe. Durante a viagem à América Portuguesa, o secretário atuou de forma ainda mais efetiva na formação do acervo para o museu e jardim botânico lisboeta quando comparada às cartas, ofícios e remessas enviadas pelos governadores. Se, aos governantes de capitania, o secretário solicitava apenas remessas de plantas e animais, aos naturalistas exigia farta quantidade de produções naturais, além de escritos para particularizar a geografia e as propriedades das espécies enviadas ao museu da Rainha. Depois de delimitar as tarefas iniciais, o secretário estabeleceu a submissão do naturalista, o jardineiro e os riscadores ao comando do governador, debaixo de suas ordens deveriam «examinar, e descrever tudo que houver neste Estado relativo à História Natural, e em recolher e preparar o que se deve remeter as esta Corte… [35]

---

[34] FBN (Fundação Biblioteca Nacional) – 21,2,021. Extrato do diário da Viagem Filosófica pelo Estado do Grão-Pará. Vila Barcelos, 3 de outubro de 1787.

[35] AHU – Pará d. 7340. Ofício de Martinho de Melo e Castro a Martinho de Sousa e Albuquerque. Mafra, 29 de agosto de 1783.

Em setembro de 1784, o governador do Pará, Martinho de Sousa e Albuquerque, escreveu ao secretário para comunicar o início da viagem à capitania e assegurou-lhe do total comprometimento de seus subordinados para o sucesso da viagem. O governador conclamava, então, os diretores dos índios, os comandantes de todas as fortalezas, as povoações, os oficiais auxiliares, os juizes ordinários e as câmaras para prestarem o auxílio necessário a Alexandre Rodrigues Ferreira e sua comissão. A ordem partia de Sua Majestade e viabilizava os trabalhos das diligências da História Filosófica e Natural ao fornecer mantimentos, índios remeiros para tocar as canoas e livre acesso aos rios, serras, matos e minas. Sousa e Albuquerque ainda ameaçava a seus governados que não cumprissem a mencionada portaria: «Ficando-me seriamente responsáveis os que faltarem em todo ou em parte à execução desta minha ordem, e contra eles proceder ao merecido castigo…» [36]. A carta de Sousa Albuquerque evidencia, portanto, a hierarquia de poderes no comando da Viagem Filosófica, mas deixava ocultas as honras e os privilégios que poderiam advir, para ele e seus subordinados, com os serviços prestados à Sua Majestade.

Alexandre Rodrigues Ferreira logo percebeu o intrincado jogo de interesses capaz de viabilizar as investigações, as remessas e seus escritos, serviços que resultariam, mais tarde, em honra e prestígio. Seus esforços durante a viagem dependiam da patronagem de Melo e Castro, dos governadores, como dos poderes instituídos nas vilas e fortalezas percorridas pela expedição. O sucesso do empreendimento era indispensável para seus planos de tornar-se cavaleiro de uma das Ordens Militares e membro da Junta do Comércio. Assim, ao mesmo tempo que remetia espécies e escritos, solicitava à Secretaria de Estado recompensas pelos seus feitos como naturalistas. Ao retornar ao reino, seus intentos seriam, em boa parte, realizados. Essa proeza era certamente resultado de suas negociações com os poderosos e dos bons resultados no comando da jornada. Essa percepção não orquestrava atitudes e pensamentos dos demais naturalistas comandados por Melo e Castro, pois em pouco tempo de viagem entravam em confronto com as instruções concebidas pelo patrono. Nesse sentido, eles se chocavam com o sistema de patronagem e perdiam a possibilidade de acumular honra e prestígio durante a expedição. O resultado era o total ostracismo, os viajantes tornavam-se esquecidos nos inóspitos territórios africanos, onde padeciam com o clima e os desmandos dos poderes locais. Os luso-brasileiros Manuel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva não receberam o reconhecimento régio de seus serviços, nem títulos, nem tenças. Se retornaram ao reino, ou à terra natal, minhas pesquisas ainda não encontraram vestígios. O fracasso da expedição rendeu-lhes frustrações e abandono por parte do secretário.

---

[36] FBN – 21,1,008 n. 1 doc. 2. Cópia da Portaria que Martinho de Sousa e Albuquerque lavrou e entregou a Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de setembro de 1784.

Sem entender as tramas entre os poderes metropolitano e colonial, nas Ilhas de Cabo Verde, João da Silva Feijó envolveu-se em disputas que o levariam ao esquecimento e a anos de desterro. O jovem Feijó nasceu no Rio de Janeiro por volta de 1760 e tornou-se bacharel em Matemática na Universidade de Coimbra [37], onde teve certamente formação em Química e História Natural com Domenico Vandelli. Como na viagem ao Pará, Martinho de Melo e Castro escreveu ao bispo das Ilhas para transferir-lhe o comando da expedição e descrever os tarefas de Feijó. Este atuaria no serviço de Sua Majestade com o ordenado de 400$000 réis por ano e a obrigação de obedecer as ordens do bispo-governador. A tarefa era examinar e descrever tudo o que houvesse nessas Ilhas relativo à História Natural. Cabia ao bispo viabilizar às jornadas e remeter seus resultados à Corte. O naturalista devia dar conta ao superior de seus trabalhos por meio da coleta de espécies e produção escrita de suas observações. O bispo ainda indicaria os sítios, lugares, ilhas e costas para serem percorridos e as «despesas que se fizerem com as comedorias nestas Expedições devem correr por conta da Real Fazenda, recebendo-as V. Ex. [o bispo] dos Administradores, da Sociedade dessas Ilhas e passando-lhes as clarezas necessárias, para se levarem em conta no Erário Régio» [38]. O cuidado de conduzir os passos do naturalista não resultou, porém, em bons resultados. Depois da morte do bispo D. frei São Simão, Feijó tornou-se alvo de vários rumores, denúncias de desvios de conduta e ineficiência, que provocaram a repreensão enérgica de Melo e Castro.

Em carta ao secretário, datada de abril de 1784, sem conhecer seus descontentamentos, o jovem Feijó narrou a perseguição promovida pelo governador Antônio Faria e Maia, sucessor do bispo: «Não sei que mal tenho feito a este Sr. que aqui me governa, que não faz mais me ultrajar sem me dar causa a isto…». Ao reclamar o ordenado vencido, o naturalista em viagem às Ilhas de Cabo Verde teve como resposta a recusa na execução do pagamento. Verbalmente, o «despótico desta Ilha» declarou que Melo e Castro não governava a Fazenda Real e não tinha ordens, nem juízo algum de Sua Majestade e nem ordens do marquês de Angeja, presidente do Real Erário, para remunerá-lo. Essas contrariedades, segundo Feijó, resultavam de «pareceres de um homem perverso» que do reino veio como degredado. Ao secretário, pediu ainda licença para se retirar logo após a conclusão dos trabalhos nas Ilhas, pois não suportaria por mais tempo os ares que arruinavam a saúde e deixavam-no em estado deplorável. Sem saber das graves acusações contra a sua pessoa proferidas pelas autoridades locais, ele recorria a Melo e Castro para solucionar a contenda e lem-brar-lhe «deste infeliz»

---

[37] Verbete: João da Silva Feijó in: Innocêncio Francisco da Silva. *Dicionário Bibliografico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1958-1923.

[38] AHU –códice 402 d.33. Ofício de Martinho de Melo e Castro ao bispo das Ilhas de Cabo Verde. Palácio de N. S. da Ajuda, 3 de janeiro de 1783.

que se via, de todos as partes, perseguido. Sentia-se, por certo, carente de proteção: «por falta do patrocínio de V. Ex. que há de ser de mim» [39].

Meses depois, o jovem discípulo de Vandelli receberia correspondência do secretário que, ao invés de patrocinar seus intentos, acusou-o de abusar dos pobres habitantes locais, comportando-se como «pessoa de grande poder, e criatura que querendo soldados e outras distinções semelhantes». Para empacotar as remessas exigia dos moradores uma quantidade exagerada de algodão. Essas «notícias desagradáveis» chegavam escritas aos olhos do secretário, com várias procedências, e provocaram sua advertência e repreensão do comportamento de Feijó: «para que V.M. com sua emenda evite, que se tome outras medidas que lhe produzirão dos maiores desgostos». Mas as contrariedades não se resumiam à conduta, as tarefas executadas como naturalista também não satisfaziam ao secretário. Enviara a Lisboa uma porção insignificante de salitre e enxofre, sem incluir as devidas notícias, o que mostrava a negligência no cumprimento das obrigações. Ele deveria examinar com miudeza os sítios onde se localizavam os minerais, e compor uma relação «individual e circunstanciada», com amostras em porções avultadas [40]. Melo e Castro, nesse ofício, demonstrava seguir os ensinamentos de Lineu, ou mesmo de Vandelli, com quem certamente adquiriu conhecimento de História Natural para seguir de perto os desdobramentos das viagens filosóficas.

A situação de João da Silva Feijó se agravaria nos meses seguintes, quando o secretário escreveu ao governador sobre sua possível transferência para o Limoeiro. Segundo a autoridade metropolitana, as remessas insuficientes constituíam prova do mau uso do tempo, da displicência com as instruções e metas da viagem. A pretexto de realizar essas diligências, comportava-se, entre os ilhéus, como «homem de autoridade, e importância, e os tem vexado, e oprimido por diversos modos». O governador de Cabo Verde deveria vigiá-lo e nunca entregar-lhe grande soma de dinheiro. Somente as comedorias seriam cedidas, ou melhor, cerca de dez mil réis cada mês, outra parte seria guardada para quando fosse necessária e o restante destinava-se ao sustento de sua esposa e filho, desamparados por Feijó em Lisboa. Em síntese, a intervenção de Melo Castro originava-se na negligência, no excesso de poder e no irresponsável abandono da família. Desde a morte do bispo, ele não mais executava suas obrigações, sob o pretexto de moléstias, «se precipitou nos escandalosos absurdos, latrocínios, e iniqüidade que o Ouvidor dessas Ilhas ali foi descobrir, e que já aqui havia suficientes noções, pelas

---

[39] AHU – Cabo Verde. Cx. 42 d. 13. Ofício de João da Silva Feijó a Martinho de Melo e Castro. Vila da Praia, 4 de abril de 1784. Para os conflitos entre Feijó e as autoridades locais ver: Magnus Roberto de Mello Pereira. Um jovem naturalista num ninho de cobras... *História: questões e debates*, v. 19, n. 36: 29-60, 2003.

[40] AHU cod. 402 d. 33. Ofício de Martinho de Melo e Castro a João da Silva Feijó. Lisboa, 9 de dezembro de 1784.

quais já o dito naturalista se teria mandado vir preso para as cadeias do Limoeiro» [41].

Os escritos do secretário não deixam dúvida sobre a origem das denúncias. O ouvidor e o governador eram informantes da conduta transgressora do naturalista e capazes envenená-lo perante as autoridades lisboetas. Os ofícios enviados ao secretário talvez fossem meios de neutralizar possíveis relatórios comprometedores, onde Feijó descrevia a exploração dos moradores perpetrada pelas autoridades locais, como confisco de bens de crianças tramado pelo juiz dos órfãos. A Melo e Castro, o próprio naturalista escreveu para relatar os possíveis efeitos de suas denúncias contra os governantes locais. Depois de constatar essas desordens, ele tentou intervir, guiado por «espírito excitado» de ver como em nome de S. Majestade, tão justa, tão piedosa, se oprimia infelizes e desesperados vassalos. Por contrariar a essa elite, Feijó considerava-se alvo de ataques: «…queira Deus que as suas malevolências não venham fulminar contra minha honra e, algum dia males que me façam perder a graça da minha Soberana e de V. Ex.» [42]. Os temores, portanto, materializaram-se e provocaram total perda de prestígio do naturalista que deveria andar pelas ilhas sempre acompanhado de «pessoa zelosa e ativa que o faças trabalhar». Para executar a vigia, o secretário indicou o coronel José Maria Cardoso, pessoa de comprovada competência para enviar remessas para o real museu [43].

O secretário de Estado, seu ex-protetor, jamais cedeu a seus apelos e Feijó permaneceu na ilhas cumprindo seu «degredo». Nos anos de 1790, sua condição teria alguma melhora, pois conseguiu acumular interinamente o cargo de secretário do governo da capitania de Cabo Verde, responsável por redigir ofícios a Lisboa. De São Tiago, ele remeteu em setembro de 1793 uma relação produtos naturais, destinada ao «Real Museu do Príncipe Nosso Senhor pela Secretaria dos Negócios Ultramarinos» [44]. Tornou-se também correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa, na sessão de 19 de junho de 1790, para onde enviou memórias, sendo três delas publicadas [45]. No primeiro tomo das *Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria*, Feijó publicou «Memória sobre a Fábrica Real de anil da Ilha de Santo Antão» (p. 407-421); no quinto tomo, a «Memória sobre a Urzella de Cabo Verde» (145-154) e «Ensaio económico sobre as Ilhas de Cabo Verde, em 1797»

---

[41] AHU cod. 402 f. 40. Ofício de Martinho de Melo e Castro ao governador das Ilhas de Cabo Verde. Lisboa, 23 de novembro de 1785.

[42] BNL – reservados, FR 436. João da Silva Feijó. Itinerário Filosófico que contem Rellação das Ilhas de cabo Verde… Terceira Carta. Ilha Brava, 1 de julho de 1783. Devo agradecer ao professor Magnus Roberto de Mello Pereira pela gentileza de ceder a transcrição desse documento.

[43] AHU cod. 402. f. 41

[44] AHU – Cabo Verde cx.48 n. 11. Relação das produções naturais… São Tiago, 3 de setembro de 1793.

[45] BACL. Processo Acadêmico de João da Silva Feijó.

(172-193)[46]. Seriam, porém, recusadas as seguintes memórias compostas pelo naturalista régio: «Memória sobre a nova irrupção vulcanica do Pico da Ilha do Fogo» (1785); »Planto Insulano Prom. Viridis Varia Secundum Linnean methodum descripto»(1788); «Reflecções botanicas sobre a Censura do Jornal Encyclopedio feito a Flora Lusitana et Brasiliensis specimen do Dr. Vandelli»(1789)[47]. A incrível memória sobre a irrupção vulcânica seria mais tarde publicada no periódico brasileiro *O Patriota* (1813). Entre os bacharéis luso-brasileiros, João da Silva Feijó era, na verdade, o mais produtivo e reconhecido pela Academia, nem por isso alcançaria cargos e títulos equivalentes a Alexandre Rodrigues Ferreira, quem nunca finalizou seus trabalhos no intuito de publicá-los.

As qualidades acadêmicas, porém, não explicam a ascensão social de Feijó. Suas vitórias advêm da estratégia de recompor alianças com as autoridades das Ilhas de Cabo Verde e com a burocracia estatal na Corte. Nesse sentido, em 1793, o governador Francisco José Teixeira Carneiro escreveu a Lisboa para interceder por este «pobre naturalista que se acha aqui a dez para onze anos». Durante o seu governo, ele atestava a sua boa conduta e por isso apelava «pelos estímulos de humanidade» para lembrar-se da infeliz situação que se encontrava Feijó e, então, atendesse às suas rogativas[48]. A ordem para retornar ao reino somente sairia em junho de 1795, em despacho diretamente remetido do Palácio de Queluz, que não estava assinado pelo secretário de Estado. Talvez esse retorno tenha sido deliberado depois da morte de Martinho de Melo e Castro ocorrida em 24 de março de 1795.

Em julho de 1796, em Lisboa, enviou carta a Vandelli, onde descrevia enorme remessa de plantas, novas e raras, e dezenas de sementes com diversas utilidades, sobretudo flora destinada a produzir tintura para tecidos. Ao despedir-se do mestre, externou seu desejo de «continuar no Real Serviço do mesmo Senhor e de escrever a História Geral e Filosófica de suas viagens»[49]. Essa talvez fosse a última remessa das ilhas preparadas pelo discípulo e, por certo, um apelo para Vandelli interceder pela sua permanência como naturalista. Esse novo e temido ostracismo não se efetivou, pois ele logo se engajaria em estudos sobre o salitre na Ribeira de Alcântara e, em seguida, em 1797, ele foi agraciado com posto de sargento-mor do segundo terço auxiliar da guarnição das Ilhas de Cabo Verde. Essa nomeação ocorreu quando o naturalista já se encontrava em Lisboa e era, certamente, reconhecimento de serviço realizado, no passado, nas Ilhas sem a devida nomeação. Por esse

---

[46] Lisboa, Officina da mesma Academia, 1789 (t. 1); 1815 (t. 5).

[47] BACL (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa) – manuscritos série azul 17 (15) e 374 (8-9).

[48] AHU – Cabo Verde cx. 48 d. 11. Ofício de Francisco José Teixeira Carneiro a Martinho de Melo e Castro. Ilha de S. Tiago de Cabo Verde, 3 de setembro de 1793.

[49] AHMB CN/F-21. Carta de João da Silva Feijó a Domenico Vandelli. Lisboa, 23 de julho de 1796.

cargo, ele não receberia soldo algum, mas gozaria de «todas honras e privilégios, liberdades e isenções e franquias que dele lhe pertencerem» (…).

Ele não mais retornaria a Cabo Verde e seria nomeado, dois anos depois, para atuar como sargento-mor das milícias da capitania do Ceará, onde produziu várias memórias [50]. Devido a seus bons serviços, recebeu em 30 de abril de 1797 a «mercê em remuneração, de o condecorar com Hábito da Ordem de Cristo», sem mencionar tença. Essa concessão, porém, levanta duas dúvidas: nem as provanças e nem a mercê constam nos registros da Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria de D. Maria I, Registro Geral das Mercês e Habilitação à Ordem de Cristo. A mencionada mercê encontra-se registrada nos papéis do Ministério do Reino. Por outro lado, o trecho inicial do documento ainda traz a informação de que o hábito era concedido «em consideração aos bons serviços que tem feito João da Silva Feijó, Sargento Mor de Milícia da Capitania do Ceará, nas Ilhas de Cabo Verde» [51]. Com mesma data da nomeação para a capitania do Ceará, o hábito não seria reconhecimento de serviço realizado no passado, mas a ser realizado no futuro. Era comum que o título de cavaleiro da Ordem de Cristo fosse resultado de feitos acumulados. Quando o vassalo se deslocava para paragens muito distantes do reino, onde ele defenderia os interesses do soberano, costumava-se recompensá-lo com mercês antes de partir. A mencionada concessão do hábito da Ordem de Cristo obedeceu, por certo, a esse pressuposto. Enfim, a trajetória de Feijó comprova, mais uma vez, que a proximidade do rei permitia aos vassalos alcançar seus pleitos, pois, como bem escreveu Vilhena, era triste viver em colônias, longe do soberano. Radicado em Lisboa e próximo à Corte, Feijó não apenas retomou seus trabalhos como naturalista, mas ainda teve o reconhecimento de suas atividades militares nas Ilhas, recebeu promoção a sargento-mor e o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo por serviço que, certamente, ainda cumpriria com louvor em terras americanas.

Os anos de desterro lhe permitiram, enfim, vislumbrar as tramas aos quais estava enredado e recuperar seu prestígio entre os poderosos do ultramar e da metrópole. Para tanto, buscou apoio no governo da capitania das Ilhas de Cabo Verde, onde passou ocupar cargos e obteve a intervenção para retornar ao reino. Antes mesmo da partida, travou diálogo com a Academia das Ciências e, em seguida, conseguiu publicar memórias sobre a economia das Ilhas. Por fim, escreveu ao velho mestre para garantir a conti-

---

[50] IANTT – Chancelaria de D. Maria I – liv.42 f. 110v. Patente de confirmação de Sargento Mór do Terço Auxiliar da Guarnição da Ilha de Cabo Verde de 22 de fevereiro de 1797; Chancelaria de D. Maria I Liv. 58 f. 145v.– Patente de Sargento Mór de Milícias da Capitania do Ceará de 25 de fevereiro de 1799. Sobre as memórias ver: João da Silva Feijó. *Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos*. (ed. fac-similalada) Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

[51] IANTT – Ministério do Reino – Decretos. Maço 61 d. 96. 30 de abril de 1799.

nuidade do trabalho como naturalista. Estavam assim dadas as condições para a ascensão social do matemático naturalista.

A trajetória do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira seguiu caminhos mais amenos. Morador da Bahia e filho de comerciante, Ferreira estabeleceu-se em Coimbra ainda muito jovem, com cerca de 14 anos. Na Universidade, matriculou-se, inicialmente, em Instituta (1770) e depois na Faculdade de Leis (1773), sem comparecer no auto de encerramento. A partir de 1774, iniciaram-se seus cursos na Faculdade de Filosofia Natural com duração de três anos. Consta ainda matrícula na Faculdade de Matemática, em 4 de novembro de 1775. Acabou formando-se em Filosofia Natural em 2 de julho de 1778 e obteve ainda o título de doutor em 10 de janeiro de 1779 [52]. Suas escolhas iniciais apontavam para carreira de magistrado, forma mais segura e direta de inserção na burocracia metropolitana ou colonial. Ao escolher Filosofia Natural, ele se arriscava a não encontrar cargo na governação, ou mesmo desempenhar funções sem o mesmo prestígio dos magistrados. A rápida passagem pelo Faculdade de Matemática, talvez, fosse uma estratégia para alcançar o título de cavalheiro da Ordem de Cristo, pois os melhores alunos seriam agraciados com essa mercê e teriam a preferência para ocupar qualquer cargo nos Amoxarifados, segundo o Estatuto da Universidade de Coimbra de 1772 [53]. Seu excelente desempenho na Faculdade de Filosofia permitiu-lhe, porém, exercer o primeiro cargo de naturalista na burocracia estatal. Teria ele o encargo de percorrer as possessões «com a laboriosa comissão de ele ser o primeiro vassalo Português, que exercitasse o nunca visto em Portugal, nem antes do feliz reinado de Sua Majestade, exercitado emprego de Naturalista» [54].

Ao longo da jornada à América, Rodrigues Ferreira obteve apoio dos poderes locais, dos governadores e das câmaras, que se tornaram fundamentais para o sucesso do empreendimento, ou melhor, para a produção de boas remessas, memórias, participações, diários e desenhos. As autoridades metropolitanas e coloniais se uniam em busca de resolver os percalços provocados por doenças, pela falta de remeiros e mantimentos. Como Feijó, os passos de Ferreira eram seguidos pelos governadores que, ao invés coibir seus excessos e espalhar malevolências, promoviam o avanço da expedição. Esse naturalista não recorria apenas às mencionadas autoridades para reunir notícias do território. Em princípio, todos estavam imbuídos da tarefa de coletar espécies e auxiliá-lo na produção de conhecimento sobre o mundo colonial. Para tanto, ele recorria à engenhosa estratégia, descrita logo no primeiro ano de viagem, em ofício ao secretário Martinho de Melo e Castro:

---

[52] Américo Pires de Lima. As matrículas do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim da Sociedade Broteriana,* v. XXVIII, 1954. pp. 77-78.

[53] *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772*. t. 3. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1773. L. III, Parte II, tit. I, cap. II parágrafo 8.

[54] IANTT – Ministério do Reino – Decretos. Maço 55 proc. 71. cx. 59. Lisboa, 5 de julho de 1794.

«Agora acabo de receber um dos bichinhos que lá no Gabinete estão preparados, por que como eu não figuro a este tempo senão de missionário da História Natural todos me mandam um bicho, ou uma pedra, porque no Real Gabinete de V. Majestade a todos digo que terão os seus nomes. Deste modo terá V. Ex. muitas produções que é com que trabalho» [55].

A barganha entre Ferreira e os coletores «ambulantes» renderam ao real gabinete inúmeras espécies e o necessário prestígio do naturalista junto à Secretaria de Estado. Para além das remessas, em seus escritos, não descuidou de prestar homenagens, de descrever as qualidades do patrono da jornada. Mostrava-se encantado com a riquíssima natureza do Pará e agradecia-lhe por enviá-lo ao Paraíso, onde se achava e cumpria seus deveres. Ao contrário do naturalista das Ilhas de Cabo Verde, não se atreveu a solicitar licença para retornar ao reino logo no primeiro ano de jornada. Nem mesmo relatava intrigas do poder local, externava apenas o quanto os governadores viabilizavam os deslocamentos e as remessas. Seus empreendimentos atuariam para restabelecer a agricultura, ampliar o comércio e difundir a justiça em nome de Sua Majestade. A todo momento procurava enviar espécies curiosas e invulgares para enriquecer o museu da Rainha. Nesse sentido, escreveu eufórico a Melo e Castro, informando sobre o envio de peça rara, inexistente nos gabinetes da Europa. Em uma caixa, ele remetia ao reino uma cabeça de tapuia com uma enfiada de dentes, uns poucos colares e braceletes de penas provenientes de Santarém [56]. Em Lisboa, seria possível remontar as peças e visualizar a cabeça e os adereços próprios de um índio tapuia. Infelizmente, o naturalista não indica o nome da etnia, estava tão animado com a remessa que não se importou em produzir uma memória para permitir melhor estudo de peça tão rara.

As reverências não se destinavam apenas a Melo e Castro, os demais patronos também tiveram o reconhecimento do naturalista que lhes dedicou histórias naturais. Se os populares recebiam a promessa de ver seus nomes em espécies da real coleção, os governadores seriam reconhecidos como mecenas e seus nomes seriam gravados no frontispício da História Natural de suas capitanias. Para Ferreira, o governador Martinho de Sousa e Albuquerque muito honrava seus estudos sobre o Pará. Atuava como patrono por acreditar que seus escritos fomentariam a agricultura, comércio e promoveriam felicidade. Os esforços do naturalista não pretendiam oferecer «aos olhos simplesmente curiosos objetos curiosos», mas o engrandecimento do Estado [57]. Ferreira contava com patrocínio de autoridade de muito prestígio, pois o mencionado governador tornou-se conselheiro de Sua Majestade, coronel da Infantaria, cavaleiro da Ordem de S. João de Malta, governador e

---

[55] AHU – Pará d. 7363. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. Belém do Pará, 28 de outubro de 1783.

[56] Idem.

[57] AHU – Pará d. 7450. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. Santo Antônio do Curupá, 10 de outubro de 1784.

capitão general das capitanias do Pará e Rio Negro. Não sem razão, depois de 11 meses sob a sua tutela, o naturalista realizou um balanço das atividades, onde tornou evidente a admiração pela sua capacidade de comando. Suas deliberações conduziam à glória, adiantamento da instrução pública, aumento da indústria popular, perfeição das ciências e artes. Quem à risca se subordinasse às suas instruções obteria certamente um vivo indício de sucesso. Mas a maior felicidade, acrescentou Ferreira, em ofício ao governador, era algum dia «poder então colocar no frontispício da História Natural e Civil deste Estado, o Respeitável nome de V. Ex. que assim se acostumado a ser invocado» [58].

O ilustríssimo e excelentíssimo senhor João Pereira Caldas não exibia menores títulos que o governador do Pará. Tornou-se também do Conselho de Sua Majestade, coronel da Cavalaria, alcaide-mór, comendador de São Mamede do Trovisco na Ordem de Cristo, governador e capitão general nomeado para as capitanias do Mato Grosso e Cuiabá, e nos distritos do governo delas e do Estado do Grão Pará, encarregado de execução do Tratado de Limites e Demarcação dos Reais Domínios. Ao escrever-lhe, Ferreira evocava sua «veneração profunda» e a lembrança das reverências ouvidas sobre a sua pessoa na Corte de Lisboa. No Pará, os júbilos não eram outros, a admiração saltava «do coração ao rosto dos moradores desta capitania, pela justiça, em tranqüilidade, em que vivem, no centro de tantas evoluções militares». Depois de árduas negociações entre as duas potências ibéricas, Pereira Caldas ainda devotava-se à História Filosófica da Lusitania Equinocial, que certamente teria o mesmo sucesso, pois «nem só as armas se deviam gloriar de obedecer ao seu mando, também as letras». Entre as povoações das capitanias, a todos o governador recomendava a coleta de produtos naturais dos três reinos, obrigava também a plantar, colher arroz e café. Nessas paragens, a História Natural não precisava de esforços do naturalista para progredir, pois sob sua proteção estava assegurada a felicidade das descobertas e «debaixo dela a História Natural desta parte da América parecerá sobrenatural na Europa» [59].

Ao mesmo tempo que exaltava os feitos de seus superiores, Ferreira esperava o resultado de um requerimento endereçado à rainha D. Maria I, que solicitava a mercê do hábito de uma das três Ordens Militares. A insígnia seria o reconhecimento de sua dedicação como demonstrador de História Natural na Universidade de Coimbra, onde por dois anos trabalhou sem contar com emolumentos. Durante cinco anos, atuou como examinador e experimentador oficial no Real Gabinete da Ajuda e, finalmente, como naturalista na Expedição Filosófica do Estado de Grão-Pará. O último serviço era

---

[58] Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Sousa Albuquerque. Rio Negro, 18 de setembro de 1784 in: *O Cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.* Lisboa: s/ed., 1947. doc. 15.

[59] Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a João Pereira Caldas. Barcelos, 2 de março de 1785 in: O Cientista luso-brasileiro... doc. 18.

novo no reino, além de laborioso, envolvendo em infinitos perigos por mar e por terra. Apesar de não contar com os doze anos de serviços necessários para reivindicar tal honra, Ferreira estava persuadido do valor de seus feitos na América e suplicava à Rainha adiantamento da mencionada mercê. Esse documento ainda contava com a atestação de Domenico Vandelli, responsável por guiar o naturalista durante o período em que serviu ao Estado [60]. Desde outubro de 1783, o Ministério do Reino reuniu vários testemunhos sobre os serviços prestados pelo naturalista ao longo da viagem [61]. Somente de 1794, mais de dez anos depois do pedido, Alexandre Rodrigues Ferreira seria agraciado com o título de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em abril de 1786, o naturalista escreveu a seu maior patrono para comunicar da conveniência de retornar ao real gabinete. Sem se subtrair ao serviço de Sua Majestade, ele deveria passar à próxima etapa do estudo, pois quanto mais prolongassem as coleções de produtos naturais, mais retardaria o conhecimento individual de cada um, no confuso caos de milhares de produções [62]. Meses depois, do punho de Júlio Mattiazzi, leu a triste notícia: seu pedido para retornar não estava nos planos da Secretaria de Estado e o próximo destino seria o rio Madeira. Iniciam-se aí os conflitos com o patrono Melo e Castro, pois além de impedi-lo de se estabelecer no reino, considerou suas produções insuficientes. Apesar de desconhecer esse valioso documento com as repreensões do secretário, vale mencionar que elas tiveram forte impacto na personalidade de Ferreira. Ele levaria meses justificando suas tarefas e reclamando maior participação do gabinete nos rumos da expedição. De fato, o secretário ordenaria a continuidade da expedição filosófica em direção ao Mato Grosso e Cuiabá, na Real Ordem de 31 outubro de 1787, ou seja um ano depois do comunicado de Mattiazzi. Nesse intervalo, entre o aviso de Mattiazzi e a ordem efetiva, Ferreira escreveu-lhe para relatar a enorme casta de observações filosóficas e políticas sob o encargo de um único naturalista. Para completar a flora do Pará, por exemplo, não bastaria a sua vida, nem de uns poucos naturalistas. No final do ofício, reclamou da contrapartida do real gabinete às suas remessas, pois faziam mais de dois anos que ele não recebia notícias de Mattiazzi, nem sabia como chegavam as produções arduamente preparadas e remetidas a Lisboa [63].

Antes mesmo da Real Ordem, Alexandre R. Ferreira demonstrava o ressentimento provocado pelas críticas do patrono e assim escreveu-lhe: «Aqui

---

[60] AHU – Pará doc. 7325. Requerimento de Alexandre Rodrigues Ferreira à rainha. Pará, post 14 de agosto de 1783.

[61] IANTT – Ministério do Reino/ Decretos maço 55 proc. 71. cx 59. Lisboa, 5 de julho de 1794.

[62] AHU – Rio Negro. d.423. Ofício de ARF a Martinho de Melo e Castro. Barcelos, 17 de abril de 1786.

[63] AHU – Rio Negro d. 496 n. 5. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo Castro. Barcelos, 26 de setembro de 1787; AHU – Rio Negro doc. 455. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo Castro. Barcelos, 16 de novembro de 1786.

continuo a trabalhar, não como digo, mas como mostro, sem perder tempo que eu não empregue, e faça empregar nos artigos da minha comissão, enquanto V. Ex. se não digna significar as suas últimas instruções» [64]. Demorou para alcançar o naturalista a Real Ordem mandada por Melo e Castro que ordenava a viagem ao rio Madeira e à capitania do Mato Grosso. Em carta de Pereira Caldas endereçada ao naturalista, datada de 23 de agosto de 1788, tornavam-se claras as novas instruções do secretário, sobretudo o fato de a expedição estar sob a tutela do governador e capitão general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres.

O malogrado retorno ao reino e aos trabalhos no real gabinete não significaram perda de prestígio do naturalista. Como primeira mercê alcançada, o seu irmão, Bartholomeu Rodrigues Ferreira, recebeu a promoção à cônego de meia prebenda, na catedral da Cidade da Bahia. Em meio aos conflitos com Melo e Castro, enviou-lhe remessa de produtos naturais contendo 21 volumes e o pedido prebenda inteira para o irmão e recebeu a mercê [65]. Por certo, a estratégia de Ferreira de intensificar a composição de memórias, desenhos e remessas teve algum sucesso. Mas não deixou de externar a total obediência aos desígnios do secretário. Considerou a reprimenda uma desgraça, por contrariar «meu Primeiro e único protetor nessa Corte» e não procuraria desculpar-se, mas apenas abaixar «para terra a minha cabeça, e recebendo humilde e resignado a ordem que V. Ex. me dirige, de partir para a capitania do Mato Grosso» [66]. O cultivo da vassalagem e o bons serviços como naturalista renderam a Ferreira uma carta elogiosa do secretário. Alguns meses depois de externar seu descontentamento, o secretário escreveu-lhe: … «vejo que V. M. tem empregado muito bem o seu tempo nas viagens que tem feito nesses remotos países; e que os tem visto com olhos de um exato e judicioso observador» [67]. Para o naturalista, o reconhecimento de seus cuidadosos serviços era certamente da maior importância, pois como escrevera a Melo e Castro, ele era seu primeiro e único patrono na Corte.

Alexandre Rodrigues Ferreira também não descuidava de cativar os poderes locais, não somente prestigiando o trabalho do antigo patrono, o governador Pereira Caldas, mas tratando de promover alianças com os governantes da próxima capitania, primeiro Luiz de Albuquerque, depois seu sucessor e irmão João de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres. Como era de hábito, depois de algum tempo de convívio, Ferreira repetiu a dose e tornou a bajular o novo patrono: «Nada mais me resta a fazer, senão beijar

---

[64] AHU – Rio Negro d. 496 n. 5. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo Castro. Barcelos, 26 de setembro de 1787.

[65] AHU – Rio Negro. d.473. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. 20 de fevereiro de 1787.

[66] AHU – Rio Negro. d.507. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro Barcelos, 11 de fevereiro de 1788.

[67] Ofício de Martinho de Melo e Castro a Alexandre Rodrigues Ferreira. Palácio de Queluz, 30 de novembro de 1788 in: *O Cientista luso-brasileiro…* doc. 37.

a mão de V. Ex. pelas muitas prontas, repetidas, e sempre significantes demonstrações de favor, de proteção e de amizade…». Como prometeu ao governador do Pará, desejava, algum dia, no frontispício da História Natural e Política da capitania de Mato Grosso, dar a conhecer a Europa culta nome de V. Ex. [68]. Mais uma vez, a fórmula de sucesso deveria ser repetida, mesmo se o empenho do governante não tivesse o mesmo rigor dos anteriores.

Desde o rio Madeira, a expedição sofrera muitos contratempos. Inicialmente, por falta de remeiros, ficou embarrancada na praia, por quase três meses, bem antes da primeira cachoeira do mencionado rio. Caldas procurou socorrê-la ao enviar cerca de 50 índios provenientes das vilas de Silves, Serpa e Borba na capitania do Pará. Em Vila Bela, Mato Grosso, logo no início da temporada, o naturalista e seus auxiliares adoeceram gravemente, acometidos de moléstia do corpo e fadiga do espírito, como narrou à Secretaria de Estado, o governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres. Nessa oportunidade, a expedição perdeu o jardineiro, Agostinho Joaquim do Cabo, morto em decorrência da debilidade provocada pela viagem, além das doenças causadas pelo «influxo destes climas insalutíferos» [69]. Desde os primeiros avisos da chegada da expedição, os irmãos governadores vinham alertando à Secretaria de Estado sobre os parcos recursos da capitania. As demarcações de fronteira e a viagem filosófica promoviam desfalques nos já medíocres socorros pecuniários. Essas expedições promoveram um enorme aperto, consternação e prejudicavam as mais diversas parte do seu governo: «não pago em grande parte os ordenados, salários, mantimentos e mais cabedais…» [70]. O governador João de Albuquerque seria mais direto e nomeou a Real Expedição de «longa, demorada e muito dispendiosa viagem» [71].

A jornada, por certo, tornou-se ainda mais lenta e improdutiva devido aos problemas orçamentários, à debilidade física da equipe e morte do jardineiro. Ferreira alertou o secretário sobre a queda do número de remessas e escritos. Ele empenhava-se no observar e descrever sobre temas, muitas vezes, alheios à sua profissão, como certamente eram as reflexões médicas e políticas. No entanto, garantia para breve o recebimento desses escritos: «se muitas delas não têm sido imediatamente dirigidas à presença de V. Ex. não é por não terem sido feitas, como V. Ex. tem algumas vezes entendido; mas sim, por não estarem ordenadas, dirigidas e castigadas as matérias de

---

[68] Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a João de Albuquerque de Mello. Vila Bela, 17 de setembro de 1791 in: *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. Documentos reunidos e prefaciado por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 349.

[69] AHU – Mato Grosso. d.1563 Ofício de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 12 de abril de 1790.

[70] AHU- Mato Grosso. d. 1542. Ofício de Luís de Albuquerque a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 8 de maio de 1789.

[71] AHU – Mato Grosso. d. 1584. Ofício de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 2 de setembro de 1790.

um modo que se pareçam dignas de apresentarem a V. Ex…» [72]. Em outubro de 1791, iniciou-se o retorno da comitiva a Belém, de onde finalmente alcançaria Lisboa.

O desembarque em Lisboa tornou-se tema de uma carta ao governador do Pará que traduz com fidelidade o sistema de patronagem que ligava Ferreira a Martinho de Melo e Castro. Logo ao chegar, o naturalista dirigiu-se ao secretário e procurou demonstrar a submissão de um fiel vassalo que durante nove anos padeceu de todo tipo de moléstia e privações, mesmo assim considerava-se faltoso e omisso na execução de seus serviços: «Aqui venho lhe disse eu, mais humilde e rasteiro que uma cobra, a receber o castigo das minhas omissões, recebeu me falou me de um modo que me confundiu. Mostrou compadecer se dos meus trabalhos, a pareceu me menos surdo de que eu esperava que fosse, a orelha de um Ministro delgado [73]. A devotada conduta rendeu-lhe cargos e títulos. Porém, seus feitos não eram reconhecidos somente por meio dos ofícios trocados com o secretário e os governadores das capitanias.

Para alcançar o hábito da Ordem de Cristo e demais mercês, seus serviços e lealdades foram investigados durante os anos de 1784 e 1793. No reino e no ultramar, ouvidor, governadores, desembargadores, secretário de governo, secretário de Estado, cirurgião e Domenico Vandelli, entre eles alguns fidalgos e conselheiros da Rainha, atestaram que Ferreira conduzia-se com «muita honra e admirável procedimento e a melhor conduta, merecendo por ela a estimação geral de todos». Cumpria o que seus superiores lhe ordenassem e executava, com presteza, as instruções recomendadas desde Lisboa. Não bastava, portanto, cultivar a vassalagem e cega obediência aos governadores e secretário de Estado, pois o reconhecimento de seus serviços estavam inseridos em uma trama ainda mais complexa.

Entre esses testemunhos está Mathias José Ribeiro que era professo na Ordem de Cristo, do Desembargo de Sua Majestade, ouvidor geral e corregedor da Comarca e Estado do Pará e ainda provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos, intendente geral do comércio, agricultura e manufaturas das novas colônias dos índios e intendente da marinha e armazéns reais. Seus títulos e lugares lhe autorizavam prestar depoimento sobre os serviços do naturalista e emitir o seguinte parecer: «com muito trabalho e risco de vida e fazendo para a Corte freqüentes remessas de imensos produtos naturais extraídos e prontos pelo seu vigilante desvelo…». O ouvidor geral Mathias Ribeiro ainda acrescentou informações sobre sua boa inclinação e civilidade: «até o momento se tem conduzido com muita honra

---

[72] AHU – Mato Grosso d. 1565. Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira a Martinho de Melo e Castro. 16 de abril de 1790.

[73] MB, Ferreira Papers, maço 5 n. 10 Carta de Ferreira para Martinho de Sousa e Albuquerque. Lisboa, fevereiro de 1793.apud: William Simon. Scientific Expeditions in the Portugueses Overseas Territories (1783-1808). Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983. nota 91 pp. 49-50.

e zelo do Real Serviço, tendo um gênio muito dócil e tratando a todos com muita civilidade, atenção e bom modo». Em Vila Bela, o cirurgião do governador João de Albuquerque, José Ferreira de Almeida, descreveu as graves moléstias que quase levaram o naturalista a morte, nos primeiros meses de 1790. Ao conhecer esse parecer, constata-se que o risco de vida era prova da fidelidade a seus superiores.

Inicialmente, estava enfermo de uma rebelde intermitência durante 26 dias, depois as febres mudaram para terçãs «de tão mau caráter que nenhum crescimento tinha de menos de doze horas, com um contínuo delírio». Devido ao trabalho e risco a que se expunha, sua melhora era retardada. Estava aos poucos a se recuperar, quando enfrentou campos alagados e tempo chuvoso na Serra de São Vicente, onde fora a mando do governador. Nessas paragens, o cirurgião Ferreira de Almeida, depois de chamado com urgência, encontrou o naturalista perigosamente enfermo: «… o achei lançado em uma Perniciosa [febre] que logo desde o seu princípio lhe atacou o cérebro, com perda de todos os sentidos, pelo espaços de cinco dias, que assim esteve, sendo os seus crescimentos, quase ligados uns com os outros, que alguns foram de trinta e seis horas, e tendo os pulsos amendadamente intercadentes, as extremidades convulsas e o rosto absolutamente desfigurado…» [74]. Com esses sofrimentos, enfim, Ferreira acumulava honras e prestígios que resultariam em mercês.

Desde Coimbra, os estudantes luso-brasileiros vislumbravam cargos na administração, pretendiam servir ao rei em diferentes partes do império. Formados em leis, matemática ou filosofia natural, eles logo receberiam incumbências nos museus, na demarcações de fronteiras, na chefia de expedições científicas, nas câmaras coloniais ou no governo de capitanias. Somente a partir da inserção no Estado, eles poderiam exercer as funções para as quais receberam ensinamentos na universidade. A formação era, portanto, o primeiro degrau na mobilidade social, meio de acumular prestígio e de galgar postos e distinções.

Por seus serviços, Alexandre Rodrigues Ferreira tornou-se sócio de primeira classe na Academia das Ciências, em seguida recebeu a incumbência de ser vice-diretor do Museu de História Natural, Jardim Botânico e Laboratório de Química. Vieram ainda o cargo na Junto do Comércio, a custódia da Real Quinta de Queluz e Bemposta e a nomeação para ocupar a Alfândega do Maranhão [75]. Durante a viagem, Ferreira exerceu apenas o ofício de naturalista e não se viu na contingência de exercer cargos na burocracia colonial como Feijó. No reino, porém, essa dedicação não teve continuidade, pois as demandas dos cargos e as solicitações para examinar espécies desviaram-no da pesquisa sobre as remessas enviadas da América.

---

[74] IANTT – Ministério do Reino – Decretos. Maço 55 proc. 71 cx. 59. Lisboa, 5 de julho de 1794.

[75] William Simon. pp. 50-58.

Suas coleções de plantas, animais, minerais e artefatos indígenas permaneceram intocadas, assim como não adequou as memórias às normas científicas para serem publicadas. Essas funções o afastaram definitivamente dos afazeres próprios de naturalista e provocaram o abandono de suas investigações e escritos sobre a História Filosófica e Natural do Pará e demais capitanias percorridas, obras que ele tanto prometera a cada um de seus patronos. As tarefas burocráticas, os pedidos constantes para emitir pareceres e a debilidade física impossibilitaram-no de dar prosseguimento à carreira de naturalista.

Coincidência ou não, Ferreira teve seu período mais produtivo durante a viagem, ou antes de alcançar os títulos e os cargos almejados. Evidencia-se, então, o emprego da História Natural como dom, serviço e crédito para futuras mercês. Depois de alcançar essas benesses, sua produtividade como naturalista entrou em processo de queda. A historiografia mais tradicional prefere explicar esse processo recorrendo às rivalidades entre o naturalista e Vandelli, ou mesmo à debilidade física e psicológica que impedia Ferreira de exercer seus ofícios. No entanto, entre as décadas de 1793 e 1808, ele executou múltiplas tarefas, mas não deu continuidade aos trabalhos iniciados durante a Viagem Filosófica. Respondia inúmeros pedidos de governadores, secretários e demais autoridades, interessados em compor cartografia da América, em identificar espécies e suas utilidades. Assim ele dava continuidade a costumeira prática de prestar vassalagem por meio de seu conhecimento de História Natural [76].

A Viagem Filosófica, consequentemente, não forneceu memórias e livros a um público mais amplo. Seus resultados permaneceram em manuscrito e foram publicados muito tempo depois da morte do naturalista. João da Silva Feijó não dispunha dos meios artifícios. Alcançou cargos modestos, mas teve seus trabalhos reconhecidos pela Academia das Ciências de Lisboa e deu continuidade a sua faina de naturalista e sargento-mor na longínqua capitania do Ceará. Ao contrário de Ferreira, teve seus trabalhos divulgados apesar de não dispor do apoio das instituições do reino. A trajetória de Ferreira permite duvidar da eficiência do Museu da Rainha e do Jardim Botânico da Ajuda, pois no âmbito desses instituições científicas a produção e a difusão do conhecimento não se efetivaram como pretendia o mestre Vandelli, em sua memória sobre o museu, sobretudo no caso de seu primeiro e maior naturalista.

---

[76] Sobre as tarefas executadas por Ferreira no mencionado período, ver: *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira.* Op. cit. pp. 360-407.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 327-337

INDIANISMO E INDIGENISMO NA ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS SALVADOR/BAHIA 1759

por

ÍRIS KANTOR [1]

O artigo explora o posicionamento das elites acadêmicas luso-americanas frente às reformas pombalinas que elevaram a condição jurídica das populações indígenas no contexto da implementação dos tratados territoriais luso-espanhóis (1750-1777). Discute, também, os significados do discurso *indianista crioulo* elaborado pelos membros da Academia Brasílica dos Renascidos.

*

Às 13 horas do dia 6 de junho de 1759, abria-se a porta do pátio da Igreja dos Carmelitas Calçados em Salvador para a cerimônia de inauguração da Academia Brasílica dos Renascidos. Duas horas depois, 37 eruditos vestidos em gala ingressavam em procissão, dirigindo-se ao salão de conferência. Em ordem, vinham os acadêmicos, seguidos pelo secretário, pelos censores e, por último, pelo eminentíssimo idealizador da agremiação acadêmica José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello. Uma grade baixa de madeira trabalhada dividia o espaço interno ao meio; para dentro ficaram os 32 membros numerários e mais cinco supranumerários sentados em tamboretes de encosto; para fora, o público de espectadores, composto por eclesiásticos, a principal nobreza da cidade, por uma multidão de moradores e pelo comandante da frota desembarcada na Páscoa, a qual já estava de partida para o Reino. Diversamente do padrão metropolitano, a cerimônia de inauguração não comportava nenhuma restrição quanto ao tipo de público, embora os organizadores do evento prescrevessem: «nem a Academia convida, nem embaraça contra pessoa alguma distinta» [2].

O público estava acomodado em bancos cobertos de ricas sedas e colchas de damasco, «sem distinção, por serem em todos estes atos públicos

---

[1] Professora de História da Universidade de São Paulo.

[2] BNL. Mss. cód. 630, fl.75.

odiosas as preferências». O rito acadêmico exigia uma «encenação» pública diferenciada. Os acadêmicos poderiam sentar-se sem preferência nem ordem de lugares, «conforme a casualidade com que entrassem». A ritualidade acadêmica tinha aspectos singulares quando comparada às demais liturgias políticas do Antigo Regime. O espaço acadêmico emulava a equiparação entre o prestígio do *saber* e o da *honra*.

O salão foi guarnecido de veludos e damascos encarnados, enfeitados com galões e borlas pendentes [3]. Cobria a entrada um dossel em ouro e prata, sob o qual se podia ver um retrato de corpo inteiro do rei. Um pouco mais atrás, defronte da porta principal, havia um coro de música. Ao pé do dossel, cinco cadeiras e uma mesa para os quatro censores e para o diretor, colocadas em um estrado com altura de um degrau. Do lado direito dos censores, uma cadeira de braços destinada ao conselheiro ultramarino Manoel Estevão Barbarino, membro da junta especial enviada por Pombal para cuidar dos negócios relativos à expulsão dos jesuítas, juntamente com o conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello. Merece ser notada a ausência do vice-rei e do arcebispo, as autoridades mais importantes da Capitania da Bahia, capital do Estado do vice-reino do Brasil.

Logo na entrada, os acadêmicos deveriam fazer uma primeira reverência *profunda* (em 90 graus), voltados para o retrato do rei; no meio do salão, executariam a segunda reverência, e, por fim, uma terceira, próximos do assento. As reverências e os gestos deveriam ser executados em silêncio absoluto. Era recomendado aos acadêmicos que, antes de falar ou ler as composições, fizessem uma *vênia* ao retrato de Sua Majestade, e em seguida aos conselheiros, censores e secretários.

A sessão inaugural da Academia Brasílica dos Renascidos prolongou-se até a madrugada do dia seguinte. No meio daquela intensa programação de doze horas de discursos, recitação de poemas e música, os acadêmicos apresentaram uma série de poesias joco-sérias baseados no mote de uma suposta invasão de índios Grens oriundos de Ilhéus.

«Todos os Índios da América, que de sua Majestade tem conseguido inumeráveis beneficências, ficaram muito contentes com a notícia da sua saúde: mas os Índios da Nação Grens há pouco tempo convertidos, e por isso os mais Brutos, vindo á Bahia reprovaram, que os sábios desta Cidade queiram obsequiar a S. M. Fidelíssima erigindo uma Academia, que principie no dia do seu Feliz Aniversário, por julgarem estes Congressos indignos de estimação; clamavam, que seria melhor encomendar lhes algumas danças ao seu modo, e que se ofereciam a irem eles mesmos pessoalmente apresentar-se a S M. para o servir em causas maiores.»[4].

Por intermédio da recitação de poemas jocosos os eruditos baianos expressavam sua opinião sobre a política indigenista pombalina, decretada

---

[3] BNL. Mss. cód. 630, fl. 76v e 77.
[4] BPE. Cód. CIX/1-18

no ano anterior[5]. A implementação do novo Diretório dos Índios estava, inclusive, sob a responsabilidade do próprio Mascarenhas. Os eruditos se auto-representavam de maneira irônica, demonstrando ceticismo quanto às políticas ilustradas que pretendiam transformar os índios em súditos do rei[6].

«Mas os Grens de nação, com melhor graça
querem que mais renasça:
por serem a pouco tempo convertidos,
se opuseram ao Laurel dos Renascidos.
com o seu Requerimento
Ao nosso Diretor, que é nosso aumento.
Clamando, meu senhor fora tal gente,
Que não querem falar só do presente
Mas também do passado,
E do futuro,
Nada fica no escuro !

*

Venho tonto e admirado
De ver a pompa e o asseio
Com que os emboabas festejam
O senhor rei lá do reino
Tua Academia umas festas
Tudo com muito concerto» [7].

O negociante José Lopes Ferreira redigiu seu poema conclamando as demais nações indígenas do Brasil a atravessar o Atlântico. Não deixa de ser curioso o modo como os acadêmicos ensaiaram a transfiguração simbólica dos nativos, sugerindo que a vassalagem indígena configurava o oposto simétrico da civilidade acadêmica.

«Toquemos em seu serviço
Tais como gamos ligeiros
Calou e de huma Tipoya
Deo dous saltos no Terreiro
Hum reforçado Tamoyo
Testa larga, feio gesto

---

[5] Alvará com força de Lei de 4 de abril de 1755 declara que o casamento entre portugueses e índios não traz infâmia ao cônjuge português ou à sua descendência; Lei de 6 de junho de 1755 declara a liberdade das pessoas e do comércio dos índios e proíbe qualquer forma de cativeiro dos mesmos; Lei de 8 de maio de 1758 estende a liberdade concedida aos índios do Maranhão a todos os índios que habitavam o continente do Brasil. Coleção Alberto Penteado, Museu Paulista; Heloísa Liberalli Belloto, Política indigenista no Brasil colonial (1570-1757), *Revista do IEB*, n. 29, 1988, p. 49-59.

[6] Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos*: *colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2000, *passim*.

[7] AUC. Coleção Conde dos Arcos. VI-31-1-39.

Dizendo: sem mais demora
Para já hir convidemos
Coroaz e Cayapos
Que habitao por eses Serros
Não nos faltem os valentes
Bororoz que nos Desertos
Do Paraná são terror
Das onças e passageiros
Paricis e carириz,
E o bom destro cavaleiro
De quem não há de zombar
Nem o Francez nem o Hibero
Hirao os tupinambaz
Que do Jequié no centro
Sendo das feras Leoens
Para os comer são carneiros
Vamos morrer no serviço
Do senhor rei, que os extremos
São de hua alma agradecida
Sempre os indícios mais certos» [8]

No joco-sério apresentado por Silvestre de Oliveira Serpa, observa-se um recurso literário semelhante, que eleva o estatuto do índio para finalmente rebaixá-lo (ou desqualificá-lo): «de racional só dois dedos», ou então: «já não bebem na cuia o mel da abelha/ falam melhor, já há casa de telha (…) enfim para o aparelho/ já cada hum comprou o seu espelho.». A reivindicação era explícita: a promoção civil do índio deveria vir acompanhada de uma contra-partida da Coroa no processo de diferenciação social das elites locais:

«E o beiço furado
Com um papo de tucano pendurado.
Ambos os pés do nosso Soberano
Beijaríamos, com todo desengano
um bom oferecimento
Lhe faríamos neste Lusimento
Para o que fosse do Real serviço
Prontos sempre nenhum já mais remisso.
E pelas nossas danças nos trejeitos
Conheceria o que há em nossos peitos.
Isto é muito melhor, que melhor vê-se,
Porém se faça o que melhor parece.
Com o tal requerimento a gargalhada
desatou-se, não foi, foi avisada».

E o poema assim terminava:

«Se os Índios estão tão agradecidos
O que farão os vates renascidos;

[8] AUC. Coleção Conde dos Arcos. VI-31-1-39.

E os juízos civis nos exercícios
Que recebem del rei mais benefícios.
Renasça como Fênix nos seus anos
Já que nos dá os bens, cobria os danos
Brada a fama no mundo todo inteiro
Viva e reviva dom José Primeiro.» [9].

A gravidade e o formalismo do cerimonial de inauguração da Academia articulam-se perfeitamente com a inversão carnavalesca das sátiras indianistas. Essa forma peculiar de *comunicação* das demandas políticas das elites letradas evidencia, no meu modo de ver, uma oposição às reformas pombalinas da administração, sobretudo no que dizia respeito ao controle das populações indígenas [10].

De fato, um importante debate realizou-se no âmbito da junta (presidida pelo Vice-rei D. Marcos Noronha de Brito) entre os meses de setembro e dezembro de 1758, quando foi discutido um requerimento enviado pelo procurador dos índios e também os relatórios apresentados pelo juiz de fora de Salvador, João Ferreira de Bitencourt e Sá, que tinha sido encarregado de visitar os aldeamentos indígenas próximos a Salvador [11]. Bitencourt e Sá aplicou um inquérito, idealizado pelo conselheiro José Mascarenhas, aos índios, missionários e rendeiros instalados nas terras indígenas [12]. A recolha de «informações verídicas e individuais das situações de cada uma das aldeias» tinha o objetivo de orientar a demarcação das circunscrições indígenas, fazer uma estatística da população, conhecer os rendimentos e preparar a retirada dos padres jesuítas e a sua substituição por párocos colados [13].

---

[9] BNL. Fundo Geral. Cód. Ms. 630. fls.8 e9

[10] Manuela Carneiro da Cunha observa que o Diretório dos Índios demarca uma nova forma de interferência nas culturas tradicionais, determinando a proibição do uso das línguas nativas e impondo o ensino da língua portuguesa, alterando os costumes matrimoniais e a organização política e afetando hábitos pela depauperização do território. A política pombalina promoveu a miscigenação da população indígena, que, cem anos mais tarde, serviria de pretexto à espoliação das terras em que haviam sido instalados os índios. Após a lei de terras, as aldeias indígenas de Goiás, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo foram declaradas extintas, sob alegação de ser sua população apenas mestiça. Manuela Carneiro da Cunha, *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 114.

[11] Note-se que tanto o juiz de fora como o procurador dos índios (Bernardo Germano de Almeida) seriam admitidos como membros da ABR, o primeiro como membro da mesa censória. «Consulta do Conselho Ultramarino ao rei sobre os requerimentos dos índios moradores da vila da Nova Abrantes», AHU-ACL-CU-005, cx. 138, d. 10675, 9/12/1758.

[12] «Parecer do conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello sobre o modo de estabelecimento das aldeias de índios que sua magestade manda erigir em vilas». AHU-ACL-CU-005, cx. 137, d. 10620, 27/9/1758.

[13] De como viviam os índios de Nova Abrantes do Espírito Santo, in *Annaes do Arquivo Público da Bahia*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, v. 26, 1938, p. 5-45. Segundo o informe do juiz de fora da cidade de Salvador, os índios de Vila Nova de Abrantes, por intermédio do seu procurador, reclamavam a concessão de mais léguas; além das 6 léguas quadradas já concedidas, queriam receber outras 84. O aldeamento contava com 40 vizinhos indígenas e

O debate entre os magistrados incidia diretamente sobre pontos polêmicos do Diretório dos Índios, a saber: 1. A permanência ou não de rendeiros nas sesmarias concedidas aos índios (em caso de permanência, era necessário decidir se os rendeiros teriam ou não de pagar tributos aos índios); 2. Os estímulos à produção agrícola e têxtil, para enfrentar o problema da infertilidade dos solos e evitar o despovoamento das vilas; 3. O gerenciamento das diferentes instâncias de competência secular e eclesiástica que incidiam sobre as vilas; a regulamentação das relações entre os líderes indígenas, diretores e párocos; 4. o preenchimento de cargos na vereação por índios que não soubessem ler e escrever; a distribuição dos ofícios públicos judiciais; 5. A preservação das propriedades «notáveis» (dos grandes posseiros) e dos donatários titulares que faziam fronteira com as vilas; 6. A possibilidade de implantar uma política de mestiçagem entre os portugueses pobres e os indígenas como forma de promover a civilização dos últimos; 7. A conveniência de manter as vilas isoladas dos circuitos comerciais; a prática do pequeno comércio pelos índios; 8. A atribuição de terras em regime de propriedade coletiva ou privada; a possibilidade de os índios venderem os seus títulos de propriedade; a manutenção, no direito comum, do estatuto de ineptos para os índios [14].

Maria Helena Flexor destaca a influência do pensamento do jurista seiscentista Solorzano Pereira nas políticas de urbanização pombalinas, principalmente no que se refere ao governo autônomo dos índios, o modo de organizar a «república dos índios». Com a promoção civil e a outorga de direitos municipais aos aldeamentos, os portugueses intentavam estabelecer as bases do governo indireto dos nativos [15]. E, naquela conjuntura de implementação do Tratados de Madri, o reconhecimento dos naturais da soberania portuguesa tinha transcendência no plano do direito internacional. Conforme sugeriu Luiz Felipe de Alencastro, a ruptura pombalina com a doutrina missionária implicava transformar o índio em vassalo colonialmente útil, em pelo menos três aspectos: como anteparo às nações indígenas inimigas, como povoador das fronteiras litigiosas com as outras nações e como trabalhador que pagaria o dízimo [16]. As perguntas formuladas no inquérito confirmam essas diretrizes:

> «(…) se parece conveniente que se erija em vila, e que proveito resultará de se governarem os índios por si mesmos ou se há nisso alguns prejuízos?;

---

90 rendeiros brancos pobres.No requerimento enviado à junta, o procurador dos índios confirmava, porém, que estes tinham 3 léguas em quadra e solicitavam mais 5.

[14] Maria Helena Ochi Flexor, A rede urbana brasileira setecentista: a afirmação da vila regular, texto inédito apresentado no seminário da Arrábida, 2000 (agradeço a autora pela cessão do artigo). De omo viviam os índios de Nova Abrantes do Espírito Santo, in *Annaes do Arquivo Público da Bahia*, *op. cit.*, v. 26, p. 5-45.

[15] Ângela Domingues, *op. cit.*, p. 151-76.

[16] Luiz Felipe de Alencastro, Interação européia com as sociedades brasileiras, *Brasil*, Lisboa, CNCDP, p. 97-119.

> Se a aldeia tem capacidade para se reduzir a vila e nesse caso se será mais útil juntar lhe alguns moradores visinhos que não sejam índios misturando todos no numero do que servirem no senado ou conservar a parte os mesmos índios? Sobre tudo se devem persuadir os Índios a que elejam a votos dois ou três dos mais capazes entre eles nos quais se confiem, para que venham ao conselho requererem em seu nome e representar tudo o que lhe parecer útil a bem do seu Povo, especialmente a respeito do estabelecimento da vila das novas justiças e oficiais da repartição das sesmarias entre os mesmos índios declarando lhes que sua magestade lhes quer fazer mercê de muito maior extensão de terras do que atualmente possuem» [17].

José Mascarenhas pretendia engajar os acadêmicos renascidos no processo de secularização dos aldeamentos jesuíticos. Sua idéia era enviar pessoas de «escolhida capacidade» para obter notícias sobre o estado «em que se acham aqueles sertões para se poder informar sua majestade», o que ao menos poderia ser «útil para a História da América.» [18]. Não por coincidência, a Academia acolheu entre seus membros um expressivo número de visitadores eclesiásticos e párocos que atuavam nos sertões mais remotos da capitania baiana.

Em discussão com os magistrados, José Mascarenhas chegou a evocar o discurso de Rousseau apresentado na Academia de Dijon em 1755 [19]. O principal promotor da Academia dos Renascidos apostava numa política de promoção da mestiçagem entre as populações livres e pobres, defendia as virtudes civilizadoras do comércio, da conquista e das letras:

> «(…) até os Gregos foram faltos de Letras enquanto não comunicaram com os egípcios. (…) Os ingleses, os alemães, e mais povos do norte, foram bárbaros em quanto viveram sem estrangeiros naqueles frigidíssimos climas. Os espanhóis, os portugueses, e quase todos os europeus, ignorantes, incivis, enquanto os romanos à custa do seu próprio sangue lhe não introduziram; com a conquista do mútuo trato com os dominantes; e por conseqüência as Leis, as Ciências, a política, e até o idioma, com que hoje nos explicamos » [20].

Mascarenhas criticava, também, as propostas de alguns conselheiros favoráveis ao isolamento das vilas indígenas das demais vilas. O interessante aqui é sublinhar a existência de um vivo debate sobre as políticas em curso.

O Tratado de Madri (1750), a Guerra Guaranítica (1753-1756) e a expulsão dos jesuítas (1759) desencadearam um movimento de afirmação

---

[17] «Parecer do conselheiro José Mascarenhas….». AHU-ACL-CU-005, cx. 137, d. 10620, 27/9/1758

[18] «Parecer do conselheiro José Mascarenhas…». AHU-ACL-CU-005, cx. 137, d. 10620, 27/9/1758.

[19] De como viviam os índios de Nova Abrantes do Espírito Santo, in *Annaes do Arquivo Público da Bahia*, *op. cit.*, v. 26, p. 32. Sobre a influência das teorias de Rousseau na política indigenista pombalina, ver Rita Heloisa de Almeida, *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília, UnB, 1997, p. 180-1.

[20] De como viviam os índios …, *op. cit.*, v. 26, p. 28.

interna da soberania portuguesa, de expansão da máquina administrativa, no qual se podem observar as seguintes diretrizes: a delimitação das fronteiras entre as capitanias, bispados e comarcas; a expansão da rede paroquial e a elevação de vilas; a construção de fortalezas; as reformas dos regimentos militares e do regime de concessão de ofícios públicos e patentes militares; a regulamentação da propriedade fundiária [21]. A Coroa readquiriu o controle das capitanias hereditárias, incorporando ao seu patrimônio territórios com estatuto de senhorio [22].

Naquele momento, as elites locais alimentavam a expectativa de transformar a Academia num fórum de negociação política de seus interesses. Desta forma, caberia considerar a hipótese de que, de alguma maneira, as memórias genealógicas preparadas por Jaboatão ou Borges da Fonseca tenham sido estimuladas por um pipocar de pleitos territoriais provocados pelas reformas das circunscrições (administrativas, judiciárias e eclesiásticas) e pelo processo de regulamentação das propriedades e secularização dos aldeamentos indígenas. De modo semelhante, as medidas pombalinas relacionadas com as leis de sucessão, heranças e legados pios teriam mobilizado os clãs mais antigos para a comprovação de suas propriedades e a defesa do privilégio de instituir vínculos de morgados e capelas. Na década seguinte, a decretação da Lei da Boa Razão (1769) alterou por completo o ordenamento jurídico português, revogando os usos e costumes com menos de 100 anos de fixação, embora, nos domínios ultramarinos, a efetividade da nova legislação ficasse comprometida diante dos constrangimentos próprios da dinâmica colonial [23]. Assim, diversas teriam sido as circunstâncias ligadas

---

[21] Para o período, Francisco Falcon observa a tríplice tendência: restringir e consolidar os morgados; regular os emprazamentos e aforamentos; desamortizar os bens de mão-morta. Resolução de 2 de agosto de 1752 exigia que todos os sesmeiros apresentassem as confirmações e cartas de sesmaria que tivessem para demarcação; Alvará de 9 de agosto de 1759 extinguiu as tesourarias de defuntos e ausentes dos domínios ultramarinos e do Estado da Índia Oriental; as tesourarias foram incorporadas ao depósito público da corte e cidade de Lisboa. Maço de leis 6, n.18. Segundo Felisbello Freire, em 1753, as sesmarias foram consideradas caducas, menos as zonas cultivadas pelos sesmeiros, seus feitores e arrendatários. As porções de terras não cultivadas foram consideradas como devolutas. Ver Felisbello Freire, *História territorial do Brazil*, Rio de Janeiro, tip. Jornal do Comercio, 1906, p. 195; Francisco Falcon, As práticas do reformismo ilustrado pombalino no campo jurídico, Revista *Biblos*, Coimbra, n. 8, 1996, p. 73-87; Francisco Falcon, *A época pombalina*, São Paulo, Ática, 1993, p. 413; Helio de Alcântara Avellar, *História administrativa do Brasil*: *administração pombalina*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 74; António Manuel Hespanha, O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal, *Análise Social*, Lisboa, v. 16, 1980, p. 211-36. Sobre a abolição dos morgados, ver Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, *Tratado prático de morgados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. 71-7.

[22] Sobre o processo de extinção das capitanias donatárias, ver Antonio Vasconcelos de Saldanha, *As capitanias do Brasil*: *antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 387-440. Sobre as reformas pombalinas, ver Francisco Falcon, *A época pombalina*, *op. cit.*, p. 412-5.

[23] A lei da Boa Razão alterou o sistema de fontes e impôs o abandono do direito romano, retirando a legitimidade dos costumes (com menos de 100 anos) que poderiam revogar as leis

ao processo de sedimentação social e tradicionalização das elites luso-americanas, as quais, em meio às reformas pombalinas, tenderam a acentuar a linguagem política das virtudes nobiliárquicas [24].

A heroicização de Paraguaçu, esposa de Diogo Álvares, assim como de outras matriarcas indígenas, constituiu uma diretriz oficial do programa acadêmico. Naquele momento, as origens miscigenadas dos primeiros clãs colonizadores passavam a ser socialmente reconhecidas (com a abolição da mácula de sangue indígena). Configurava-se, então, uma nova situação, na qual as linhagens das famílias luso-americanas eram requalificadas. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, Vitoriano Borges da Fonseca e Frei Gaspar da Madre de Deus acentuaram em suas genealogias a origem mestiça das famílias povoadoras, cristalizando o mito do casamento interétnico entre um português e uma mulher indígena com status socialmente diferenciado [25]. Vale a pena observar que alianças de parentesco (instituição do *temericó* [26]) configuram também um mito da conquista pacífica da terra, anterior à instalação do Governo geral em Salvador [27].

Wanderley Pinho observou que a maior parte das cartas de brasão das antigas famílias baianas é contemporânea do *Catálogo Genealógico* (1768) ou de data posterior a ele [28]. De fato, a geração de renascidos empenhara-se na construção de uma memória da fidalguia luso-americana. Contudo, a Coroa, na segunda metade do século XVIII, dava curso ao processo de re-aristocratização da nobreza portuguesa, ficando restrito o acesso à primeira nobreza

---

(instituto do *dessuetudo*) ou que fossem contra o direito pátrio. José Reinaldo de Lima Lopes sugere, porém, que no Brasil os julgamentos dependiam necessariamente dos arranjos costumeiros, de modo que a legislação relativa à sesmaria, por exemplo, teria sido extraordinária. A passagem da ideologia da Monarquia Corporativa para a nova ordem estatal (legalista) teria efeitos divergentes no Reino e nas regiões de colonização. José Reinaldo de Lima Lopes, *O Direito na História*, São Paulo, Max Limonad, 2000, p. 270-1.

[24] Diogo Ramada Curto, Notes à propos de la nobiliarquia paulistana de Pedro Taques, Arquivo do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, v. xxxix, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 109-18.

[25] Katia Maria Abud. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1985; Janaína Amado. Diogo Álvares, o Caramuru e a Fundação Mítica do Brasil, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n.25, p. 37; John Manuel Monteiro. Índios e Mamelucos em São Paulo: história e historiografia, in Antonio Celso Ferreira/ Tânia Regina de Luca/ Zilda G. Iokoi. *Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*, São Paulo, Editora da Unesp, Fapesp/ANPUH, 1999, p. 47-60.

[26] Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Índios e Colonos, a formação de alianças através dos casamentos: Caramuru e Paraguaçu, um modelo das primeiras famílias interétnicas no Brasil (1500-1549), 2000, versão cedida pela autora.

[27] Janaína Amado. Diogo Álvares, o Caramuru e a Fundação Mítica do Brasil, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n.25, p. 3-37; Alberto Moniz Bandeira. *O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávilla: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 329-31.

[28] Wanderley Pinho. *História de um Engenho do Recôncavo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982, p. 451.

do Reino ao mesmo tempo em que se expandia a fidalguia ultramarina na base da pirâmide social [29].

Nesse contexto, a idealização da ancestralidade indígena suscitava a construção de um «outro» índio, muito diverso daquele que estava sendo objeto da legislação de 1755. A distância entre o ancestral indígena e o índio de «carne e osso» ficara patente nos joco-sérios recitados por Silvestre Oliveira Serpa no dia da inauguração dos Renascidos: «Pois querem da nobreza ser a gema/ enfim para o aparelho/ já cada um comprou o seu espelho» [30]. Como se pode ver, o indianismo erudito e o indigenismo pombalino constituíam duas faces da mesma moeda naquela conjuntura específica de redefinição da soberania portuguesa no continente americano. Se a Coroa intentava transformar os índios em vassalos úteis na ocupação das fronteiras, os historiadores brasílicos aproveitavam para enaltecer a sua própria ascendência indígena, identificando no índio sua ancestralidade. A ambigüidade residia no fato de que o sangue caboclo tornou-se uma marca de distinção perante os demais grupos adventícios ou de menor sedimentação social [31]. De modo que a desqualificação e o rebaixamento intelectual e moral do indígena contemporâneo (objeto e sujeito da legislação anti-discriminatória) articulavam-se de maneira contraditória e complementar com a retórica de heroicização do ancestral indígena, considerado como o herói fundador das principais linhagens da nobreza da terra.

Por outro lado, na perspectiva da administração colonial, a criação da Academia dos Renascidos tinha uma dimensão pragmática. Ali seriam recrutados os párocos que passariam a ocupar o lugar dos missionários jesuítas nas vilas indígenas, recém-instituídas pelo Diretório (1758), com as tarefas de aplicar inquéritos e instruir os moradores no exercício político e militar das mesmas vilas. Essa era, pelo menos, a posição defendida por José Mascarenhas, embora ele também considerasse a utilidade patriótica do empreendimento [32].

O questionário formulado pelo diretor dos Renascidos constitui uma peça exemplar da aliança entre pragmatismo político e teoria etnológica na época das Luzes [33]. Nele estão presentes as principais indagações relativas à civilização dos ameríndios, com destaque especial à promoção do «autogoverno» dos nativos:

---

[29] Sobre a legislação que limitava o estabelecimento de vínculos de morgadio, ver Nuno Gonçalo Freitas Monteiro. *O crepúsculo dos Grandes (1750-1832),* Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p. 17-32; Maria Fernanda de Olival. *Honra, mercê e venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*. Lisboa, Estar, 2001.

[30] BNL. Fundo Geral. Mss. Cód. 630, fl.8 e 9

[31] Evaldo Cabral de Melo. *Rubro Veio: O imaginário da Restauração pernambucana*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986. p. 109.

[32] «Parecer do conselheiro José Mascarenhas...»,, 27 de setembro de 1758. AHU- ACL-CU-005, cx. d. 10620.

[33] Íris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, São Paulo, Hucitec/Centro de Estudos Baianos, 2004, p. 251-255.

> «(…) acresce que chegado que seja o novo pároco, não deve meter a menor ingerência no governo político, pois de outra sorte viríamos a concorrer para que continuasse o mesmo erro, que vamos a evitar, e assim ficaram acéfalos aqueles povos, de ao mesmo tempo se lhes não estabelecerem magistrados, o que parece mais conforme ao espírito das ordens régias.» [34]

Entretanto, o diretor dos Renascidos ponderava que esse processo de substituição dos jesuítas pelos párocos colados demandava uma estratégia particular, uma vez que os mesmos índios deviam estar persuadidos de que «é certo tirarem lhes o seu missionário, que daqui lhes não hão de resultar prejuízos e que o mais são promessas futuras sem efeito.» [35] A então recente experiência da Guerra Guaranítica (1753-1756) inspirava uma atitude mais cautelosa. De toda forma, pela primeira vez o governo concebia um inquérito civil orientado especificamente às populações indígenas nativas; até então, a aplicação de questionários estivera sempre nas mãos dos visitadores e párocos eclesiásticos. A criação da Academia representa, assim, um novo momento de apropriação cultural da etnografia indigenista, bem como de elaboração de um indianismo crioulo. Indianismo marcado por uma percepção ambígua das condições de integração do índio ao corpo político da monarquia naquelas partes da América portuguesa.

---

[34] «Parecer do conselheiro José Mascarenhas…» AHU- ACL-CU-005, cx. d. 10620.
[35] «Parecer do conselheiro José Mascarenhas…» AHU- ACL-CU-005, cx. d. 10620.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 339-349

ARTHUR PHILLIP DEFENSOR DE COLÓNIA, GOVERNADOR DE NOVA GALES DO SUL [1]

por

ROBERT J. KING

(Traduzido do inglês por Inácio Rebello de Andrade) [2]

Quando o Governo britânico decidiu em Agosto de 1786 fundar uma colónia em Nova Gales do Sul, o homem escolhido para ser seu primeiro Governador foi um capitão naval, Arthur Phillip. Tinha servido na marinha real portuguesa no Brasil de 1775 a 1778, durante a terceira Guerra de Co1ónia [3]. Phillip foi recrutado para uma pequena frota comandada pelo irlandês Robert McDouall, a qual tinha sido formada para defender a fronteira marítima do Brasil por Martinho de Mello e Castro, Ministro da Marinha e Ultramar. Phillip tinha alcançado a patente de tenente na marinha britânica durante a Guerra dos Sete Anos e, ao entrar ao serviço de Portugal em Janeiro de 1775, foi-lhe dada a de capitão-de-mar-e-guerra.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, foi-lhe atribuido o comando de uma fragata de 26 canhões, a *Nossa Senhora do Pilar,* e em Setembro de 1775 foi enviado para o estabelecimento da fronteira Co1ónia do Sacramento, no Rio da Prata [4]. A Colónia encontrava-se então sob rigoroso bloqueio por parte de forças de Espanha, embora Espanha e Portugal estivessem formalmente em paz desde o fim da Guerra dos Sete Anos, em 1763. A Colónia tinha sido capturada por forças de Espanha em Outubro de 1762 mas, embora uma

---

[1] Apresentado no V Simpósio de História Marítima e Naval Ibero-Americana, Ilha Fiscal, Rio de Janeiro, Brasil, 25 a 29 de Outubro de 1999.

[2] Antigo Embaixador de Portugal em Camberra.

[3] *Vide* Kenneth Gordon McIntyre, *The Rebello Transcripts: Governor Phillip's Portuguese Prelude,* London, Souvenir Press, 1984; Alan Frost, *Arthur Phillip, His Voyaging,* Melbourne, Oxford University Press, 1987; e Maurine Goldston-Morris, OAM, *The Life of Admiral Arthur Phillip, RN, 1738-1814*, Naval Historical Society of Australia Monograph No.58, Garden Island, [1997].

[4] Lavradio a Phillip, 18 de Julho de 1775, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, codex 70/8; Lavradio a Pombal, 13 de Dezembro de 1775, Biblioteca Nacional, Lisboa, *codex* 10624, ff. 98-103; Frost, *Arthur Phillip,* pp. 70, 74. Lavradio a Bohm, 15 de Julho de 1775, «Correspondencia passiva do Tte.Gal. João Henrique de Bohm», *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos,* Rio Grande, 1(62), Out. 1939.

tentativa portuguesa de a retomar em Janeiro de 1763 tivesse fracassado, considera-ções diplomáticas tinham feito com que voltasse para Portugal sob o tratado de paz. Nesta viagem, Phillip, na fragata *Pilar,* transportou um contingente de degredados (condenados a desterro) e algumas tropas. Durante a viagem, declarou-se uma grave epidemia e Phillip foi forçado a convidar os degredados a ajudar a salvar o navio (pois as tropas tinham recusado auxiliar). Em contrapartida, prometeu recomendar um aligeiramento das suas sen-tenças, o que fez depois de a *Pilar* chegar com segurança a Colónia [5]. Ali, as tropas da guarnição foram nele embarcadas e a *Pilar* faz-se à vela de regresso ao Rio de Janeiro. Mas a decisão não se manteve e as mesmas tropas foram reenviadas para a Colónia na *Pilar*, que ali chegou pela segunda vez em meados de Dezembro de 1775. Desde então, até ser mandado regressar em Novembro de 1776, e exceptuado o período de começos de Janeiro a meados de Abril de 1776, em que ficou a patrulhar o estuário do Rio da Prata, Phillip permaneceu estacionado na Colónia como comodoro, a maior parte desse tempo só com o próprio navio para comandar.

Os espanhóis tinham equipado certo número de embarcações pequenas como guarda-costas, destinadas a destruir e capturar barcos de pesca e comércio brasileiros que navegassam para a Colónia. Phillip considerou como seu dever agir vigorosamente para afastar os guarda-costas, muito embora o governador da praça, Francisco José da Rocha, receasse que isto pudesse levar as forças terrestras espanholas a atacar em retaliação. Phillip, no entanto, não hesitou em atirar contra os navios espanhóis quando estes recusavam saudar a bandeira portuguesa e o risco compensou, pois os guarda-costas foram desde então mais cuidadosos com a navegação portuguesa, o que originou algum alívio do bloqueio [6]. A conduta de Phillip na Colónia foi elogiada pelo vice-rei, Marquês de Lavradio, num relatório sobre os oficiais da frota escrito em 22 de Outubro de 1777: «No tempo emq^{e} isteve na Colonia sò com asua Fragata, fes conter os Castelhanos na quelle resp^{to} que elles devião ter à quella Praça.» [7]

Lavradio recebeu de Phillip uma mensagem datada de 18 de Novembro de 1776, em que este alertava para que a praça tinha grande necessidade de provisões e corvetas armadas e declarava que o seu navio era o único barco da guerra naquele lugar. Acrescentou: «Eu não fallo a V. Ex. do perigo q. correm as embarcações q. vem para esta praça com os Guarda Costas

---

[5] Goldston-Morris, p.4.

[6] Nicolas Garcia a Orduy, 16 de Dezembro, Orduy a Vertiz, 16 e 17 de Dezembro, Vertiz a Orduy, 18 de Dezembro Orduy a Vertiz, 25 de Dezembro, Orduy a Rocha, 26 de Dezembro, Rocha a Orduy, 27 de Dezembro, Vertiz a Orduy, 30 de Dezembro de 1775, todos incluídos em Vertiz a Arriaga, 3 de Janeiro de 1776, Archivo General de Indias, Sevilha, *Buenos Aires, caja* 56.486; Frost, *Arthur Phillip,* pp. 77-83, 283-4.

[7] »Mappa dos Officiaes e Embarcaçoenz de Guerra, que servem na Esquadra», 22 de Outubro de 1777, Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro,* caixa 108, f. 76; Frost, *Arthur Phillip,* pp. 81, 284; McIntyre, *The Rebello Transcripts,* p. 232.

Castelhanos, q. sempre andão girando: nem da força q. pode ser preciça nesta Rio, se a Guerra se principiar, V. Ex. o sabe melhor do q. eu o posso dizer.» [8]

A guerra de que Phillip falava estalou a sério em consequência da recaptura por Portugal da vila de Rio Grande, em Abril de 1776, às forças espanholas que a tinham ocupado durante a Guerra dos Sete Anos. Uma Espanha revigorada organizou uma frota de mais de 100 navios sob o comando do Almirante Casa Tilly, para transportar de Cádiz um exército de 10.000 homens comandados por Pedro de Cevallos, com o objectivo de capturar a ilha de Santa Catarina e toda a costa a sul, até o Rio da Prata. O território conquistado deveria ser adicionado ao território governado por Buenos Aires e Cevallos foi nomeado primeiro vice-rei da província engrandecida. Para enfrentrar esta ameaça, Lavradio ordenou a McDouall para concentrar a sua frota de nove navios de guerra, incluindo o *Pilar* de Phillip, para defender Santa Catarina. Quando a armada de Casa Tilly chegou próximo da ilha, em 17 Fevereiro de 1777, McDouall recusou envolvê-la em combate. Em conselho da guerra convocado por McDouall para discutir se se deveria atacar a frota espanhola ou não, seis de seus capitães apoiaram a sua decisão de não travar combate, enquanto Phillip e José de Mello Brayner optavam por atacar [9]. A maioria prevaleceu, e a flotilha retirou-se para o Rio de Janeiro, deixando Santa Catarina e a sua capital, Desterro, que foi capturada por Casa Tilly e Cevallos. Embora isto resguardasse o esquadrão para futuras acções em circunstâncias mais favoráveis, Lavradio ficou exasperado pelo que considerou como conduta cobarde por parte de McDouall e, por contraste, favoravelmente impressionado com a atitude agressiva de Phillip. Em relatório aos oficiais da frota de 22 de Outubro de 1777, Lavradio escreveu a respeito de Phillip: «Quando a Esquadra salio de S^{ta} Cathr^{a}, com a noticia da Esquadra Castelhana instou ao Chefe p.^{a} q̃ attacarre aos inimigos; vendo q̃ elhe o não fazia escreveo-lhe de amiz^{e} pedindo lhe p^{a} sua honra, e a da Nação os não deixarse de atacar.» [10]

A frota de McDouall zarpou outra vez do Rio de Janeiro em 1 de Abril de 1777 com o objectivo de cortar as linhas de abastecimento espanholas entre Santa Catarina e o Rio da Prata. Em 19 de Abril, o *San Augustin,* um navio de linha espanhol de 70 peças vindo de Montevideo, encontrou-se com os

---

[8] Phillip a Lavradio, 18 de Novembro de 1776, *Colecção de Senhor Marcos Carneiro de Mendonça,* maço 31, f. 41; Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil,* Berkeley, University of California Press, 1968, p. 221.

[9] Phillip, Parecer de 20 de Fevereiro de 1777; e José de Mello, Parecer de 20 de Fevereiro de 1777, Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro,* caixa 110, ff. 34, 37; Frost, *Arthur Phillip,* pp. 83, 284.

[10] »Mappa dos Officiaes e Embarcaçoenz de Guerra, que servem na Esquadra», Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro,* caixa 108, f. 76; Frost, *Arthur Phillip,* pp. 81, 284; McIntyre, *The Rebello Transcripts,* p. 232. Abeillard Barreto, «A Opção Portuguesa: Restauração do Rio Grande e Entrega da Co1ónia do Sacramento, 1774-1777», in *História Naval Brasileira,* Segundo Volume, Tomo II, Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 1979. pp. 284-7.

navios de McDouall próximo de Santa Catarina. José de Mello Brayner no *Prazeres* e Arthur Phillip no *Pilar* conduziram o ataque ao *San Augustin,* apesar do armamento superior do navio espanhol, e ambos puderam creditar-se de disparos certeiros. Depois de uma perseguição de toda a noite, o *San Augustin,* ao amanhecer, encontrou-se com McDouall com todo os seus navios e após uma breve batalha arriou bandeira. Lavradio ficou impressionado com a audácia de Phillip em atacar um navio de linha de 70 bocas de fogo com a sua fragata de 26 peças, como registou num ofício de 2 de Junho de 1777 a Mello e Castro: «O Capitam de Mar e Guerra Artur Felips chegou com a sua Fragata que ellez deixarão chegar demaiz perto, por julgarem que herão das suas, não sepodendo persuadir, que huma Embarcação tão piquena, e de tão pouca força, se atravesse a vir attacar hum Navio de 70, e sò quando a Capitam Artur lhedeu huã banda da sua Artilharia, he que elles conhessarão, que a Fragata hera nossa.» [11] O *San Augustin* foi incorporado na marinha portuguesa, tal como *o Santo Agostinho*, e o comando dele foi dado a Phillip.

A guerra terminou em Agosto de 1777, quando chegaram ao Brasil notícias de que as cortes de Lisboa e de Madrid tinham concordado com uma trégua, que em 1 de Outubro foi convertida em paz pelo tratado de Santo Ildefonso. O tratado estabeleceu uma solução plena para todas as disputas territoriais entre as duas monarquias, nos hemisférios ocidental e oriental. Santa Catarina foi restituida a Portugal, a posse portuguesa de Rio Grande do Sul foi reconhecida e Portugal renunciou à reivindicação da Colónia do Sacramento. A fim de eliminar a causa da discordia, «mesmo com respeito aos dominios da Asia,» Portugal cedeu à Espanha todos os direitos às Filipinas, às Marianas e às ilhas adjacentes que poderiam ser reivindicados ao abrigo do tratado de Tordesilhas de 1494 ou do tratado de Saragoça de 1529 [12].

A Espanha estava preparada para ser generosa com Portugal por causa da perspectiva que assomava de guerra com a Grã-Bretanha. As colónias norte-americanas da Grã-Bretanha tinham declarado a independência em 4 de Julho de 1776 e beneficiavam já da ajuda secreta da Espanha e da França. A França declarou guerra à Grã-Bretanha, em apoio dos americanos, em Julho de 1778. Phillip soube disto ao chegar de volta a Lisboa em Agosto (tinha sido designado para escoltar um combóio proveniente do Rio de Janeiro), e decidiu deixar o serviço de Portugal e retornar à marinha britânica. Em 24 de Agosto, desligou-se da sua comissão de serviço e um mês depois viajou para Inglaterra. Levava uma carta de Mello e Castro elogiando o seu serviço, declarando que a rainha não tinha podido recusar a sua «reso-

---

[11] Arquivo Histórico Ultramarino, *Rio de Janeiro*, caixa 111, f.56; Frost, *Arthur Phillip,* pp.81, 284; McIntyre, *The Rebello Transcripts,* p. 229.

[12] Carlos Calvo (ed.), *Colección completa de tratados….de la América Latina,* Paris, 1862, Vol. III, pp. 130-167.

lução admirável» de servir o seu país e fazendo o voto de que pudesse ser promovido na marinha britânica [13].

A confiança de Phillip no seu futuro na marinha britânica teria sido fortalecida pela sua consciência de que, além da carta de recomendação de Mello e Castro, levava com ele materiais de valor mais concreto. Estes eram as cartas das costas e portos do Brasil e do Rio da Prata que ele tinha feito ou tinha copiado durante o seu período do serviço. Pode ter sido a expectativa de que voltasse do Brasil com tão valiosa informação que tenha levado o almirante Augustus Hervey a recomendar Phillip para a nomeação ao serviço de Portugal em 1774 [14]. Hervey, um dos lordes do Almirantado, tinha já, parece, utilizado Phillip para espiar em bases navais francesas [15]. Nessa altura as costas e os portos do Brasil eram pouco conhecidos em Inglaterra e informações a esse respeito poderiam eventualmente ser úteis à Grã-Bretanha. No entanto, Hervey tinha-se aposentado ao tempo em que Phillip reentrou na marinha britânica e este precisava, portanto, de um protector novo. A entrada da Espanha na guerra contra a Grã-Bretanha, em Junho de 1779, abriu a Phillip a oportunidade de tirar proveito do seu conhecimento da América do Sul quando o Governo britânico fez planos para atacar as possessões da Espanha nesta parte do mundo.

Phillip escreveu, em 19 de Julho de 1780, ao Primeiro Lord do Almirantado, o Conde de Sandwich, oferecendo os seus serviços [16]. Sandwich respondeu positivamente, pois Phillip tinha as informações de que Sandwich necessitava para o ajudar a planear uma expedição naval sob o comando de George Johnstone para capturar uma frota espanhola com um carregamento de prata que se juntava então em Buenos Aires. Phillip foi assim posto em contacto com os mais altos ministros de Estado, porque a tarefa de Sandwich e do Almirantado era assistir o Secretário de Estado para os Assuntos Internos e Americanos, Lord Germain, responsável pela condução da guerra na América. Germain, Sandwich e Johnstone ainda consultaram o antigo chefe de Phillip no Brasil, Robert McDouall, que também tinha deixado o serviço de Portugal [17]. Numa carta de Phillip a Sandwich, datada de 17 de Janeiro de 1781, alude-se ao empréstimo por Phillip a Sandwich das

---

[13] Mello e Castro a Pinto de Souza, Embaixador em Londres, 14 de Setembro de 1778, Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, *Ministério de Negócios Estrangeiros*, maço 61; Frost, *Arthur Phillip,* p. 91.

[14] Hervey a Luiz Pinto de Souza, 25 de Agosto de 1774; McIntyre, *The Rebello Transcripts,* p. 205.

[15] Goldston-Morris, p. 4.

[16] PRO, ADM 1/2306; Alan Frost, *Arthur Phillip,* p. 98.

[17] [MacDouall], Memorandum concerning the Plate settlement, sem data mas *c.* Outubro de 1780, PRO, *FO* 95/7/4, ff.517-24; Frost, *Arthur Phillip,* p. 283. A certa altura suspeitou-se do lado espanhol que Phillip teria o comando da expedição, «por su conocimiento de este Río». Francisco de Medina al Virrey Vertiz, 18 de Mayo de 1780; Anibal M. Riveros Tula, «Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830», *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay,* Montevideo, XXII, 1959, p. 209.

suas cartas das costas do Rio da Prata e do Brasil para usar ao organizar-se a expedição: «In the Charts of the Brazil Coast, that I had the honor of showing your Lordship, there are three good harbours, where Ships that wanted to wood & water, would find only a few settlers, in case they were unwilling to put into any port where there was a Garrison. The most material of these Charts are from regular Surveys» [18]. Que Phillip esperava beneficiar se o ataque à frota com o carregamento de prata fosse bem sucedido transparece do seu pedido de que a posse das cartas por ele fosse reconhecida: «I make no doubt that when your Lordship shall please to Order them to be deliver'd to any of His Majts. Ships, or to the India Company, but orders will be gave that I may reap the Credit & Advantage that will naturally arise from them. The Copys wch: Commodore Johnson [*i.e.* Johnstone] desired might be taken are finished.»[19]

A expedição fez-se ao mar em 12 de Março de 1781, com o objectivo adicional de primeiro tentar a conquista da Cidade do Cabo aos holandeses, que se tinham juntado à guerra contra a Grã-Bretanha. No entanto, a caminho do Cabo, a frota de Johnstone sofreu nos Açores danos inflingidos por uma flotilha francesa sob o comando do Almirante de Suffren, que depois navegou para reforçar os holandeses na Cidade do Cabo. A acção de Suffren impediu Johnstone de alcançar os objectivos da sua expedição [20]. Apesar deste revés, a estratégia de levar a cabo ataques navais ao império americano de Espanha manteve o apoio do governo britânico. Robert McDouall tinha navegado na expedição de Johnstone, mas fora, em certo momento, destacado para navegar até o Rio de Janeiro na chalupa *Shark*, o que lhe permitiu obter informações sobre as defesas espanholas por intermédio do capitão William Robarts, um antigo subordinado seu que servira também na marinha portuguesa [21]. Estas informações foram utilizadas no planeamento da expedição seguinte contra a América espanhola, que Lord Shelburne, sucessor de Germain como Secretário de Estado para os Assuntos Internos e Americanos, estava determinado a empreender.

Em Julho de 1782, noutra remodelação ministerial, Thomas Townshend assumiu o cargo de Secretário de Estado para os Assuntos Internos e Ameri-

---

[18] »Nas cartas da costa de Brasil, que eu tive a honra de mostrar a Vossa Senhoria, há três bons portos, onde os navios que queiram madeira e água não encontrariam mais do que alguns colonos, caso não estejam dispostos a tocar em nenhum porto onde exista uma Guarnição. A maior parte do conteúdo destas Cartas provém de Levantamentos regulares».

[19] «Eu não tenho dúvida nenhuma de que quando V. Senhoria se dignar ordenar-lhes que sejam entregues a algum dos navios de Sua Majestade, ou à Companhia das Indias, serão dadas instruções em conformidade para que eu possa retirar o crédito e benefício que naturalmente derivem delas. As Copias que o comodoro Johnson [*i.e.* Johnstone] desejava fossem feitas estão completadas.» Phillip a Sandwich, 17 de Janeiro de 1781; National Maritime Museum (Greenwich), *Sandwich Papers,* F/26/23.

[20] G. Rutherford, «Sidelights on Commodore Johnstone's Expedition a the Cape», *The Mariner's Mirror,* vol.28, 1942, pp. 189-212, 290-308.

[21] McDouall, Relatório de 3 de Junho de 1782, PRO, *Pitt Papers,* 30/8/345, ff. 104-5; *Gazeta de Lisboa,* 21 de Agosto e 11 de Setembro de 1781; Alden, pp. 500-01.

canos, e com isso a responsabilidade de organizar uma expedição contra a América espanhola. Tal como o seu predecessor, Lord Germain, ele buscou conselho junto de Arthur Phillip [22]. O plano de Phillip era uma flotilha de três navios de linha e uma fragata efectuarem uma incursão a Buenos Aires e Montevideo, para dali prosseguirem até as costas do Chile, do Peru e do México para acções de saque e, finalmente, atravessarem o Pacífico para se juntar à esquadra do Índico Oriental, sob o comando do Almirante Hughes para um ataque a Manila. O plano incorporou uma proposta feita pelo capitão John Blankett a Lord Shelburne em Agosto de 1782: «This expedition might proceed to the Isle of St Catherine's or Rio Negro for intelligence or water, and failing of success at the River of Plate to proceed immediately round to Callao. On success at the River of Plate, such force as could be spar'd might be sent as a Reinforcement to India, or to the south Seas, as the circumstances of the case should make most prudent.» [23]

O plano apresentava uma notável semelhança com outro, da autoria do capitão William Robarts, que em 1777 tinha sido, como Phillip, oficial britânico na flotilha de McDouall da marinha real portuguesa no Brasil (tinha comandado o *São João Baptista*) [24]. É possível que os dois tivessem discutido tal operação nessa altura, quando ambos estavam no Rio de Janeiro. Robarts tinha também estado na Colónia do Sacramento, em Janeiro de 1763, quando comandara a fragata *Ambuscade,* que integrava uma flotilha de nove embarcações sob o comando de John MacNamara, com a qual tinha tentado, em vão, retomar aquele estabelecimento depois de ter sido tomado pelos espanhóis de Cevallos [25].

A expedição, composta pelo *Grafton* (70 peças), o *Elizabeth* (74 peças), o *Europa* (64 peças), e a fragata *Iphigenia* (?), largou em 16 de Janeiro de 1783, sob o comando do comodoro Robert Kingsmill [26]. A Phillip foi dado o

---

[22] Viscount Keppel, First Lord of the Admiralty, a Townshend, 25 de Setembro de 1782; Clements Library (Ann Arbor), *Sydney Papers,* 9; British Library, *India Office Records,* H 175, f. 237; Alan Frost, *Arthur Phillip,* 1987, p. 114.

[23] «Esta expedição poderá prosseguir para a Ilha de Sta. Catharina ou para o Rio Negro para fins de informação ou para obter água e, não logrando sucesso no Rio da Prata, prosseguir imediatamente rumo a Callao. Sendo bem sucedida no Rio da Prata, uma força que possa ser dispensada poderá ser enviada como reforço para a India ou para os Mares do Sul, conforme os circunstâncias aconselhem» in Blankett a Shelburne, Agosto de 1782; Clements Library (Ann Arbor), *Sydney Papers,* 9; Alan Frost, *Arthur Phillip,* p. 114.

[24] John Dalrymple, *Memoirs of Great Britain and Ireland,* London, 1790, pp. 315-9.

[25] Aníbal M. Riverós Tula, «História de la Colonia del Sacramento, 1680-1830», in *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay,* Montevideo, XXII, 1959, pp.646-7; Abeillard Barreto, «Tentativas Espanholas de Domínio do Sul do Brasil, 1741-1774», in *História Naval Brasileira,* segundo volume, tomo II, Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 1979, p. 204.

[26] Admiralty Lords a Kingsmill, 17 Dezembro de 1782, Public Record Office (PRO), ADM 2/113: 522-3; Kingsmill a Admiralty Lords, 1 de Janeiro de 1783, PRO, ADM 1/2015; Keppel a Middleton, 17 de Dezembro de 1782, PRO, HO 28/2: 410-1; Alan Frost, *Arthur Phillip,* Melbourne, OUP, 1987, p. 114.

comando do *Europa* [27]. Logo após sair, foi concluido um armistício entre a Grã-Bretanha e a Espanha. Phillip soube isto em Abril, quando aportou para reparos causados por uma tempestade, no Rio de Janeiro. Phillip escreveu a Townshend do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1783, expressando o seu desapontamento porque o fim da guerra americana lhe tinha roubado a oportunidade de ganhar glória por feitos navais na América do Sul:

> I have been under the necessity of putting into this port, and I can assure you Sir that the situation of the Spanish Settlements are such as I always thought them…. All the Regulars in Buenos Ayres Monte Vedio, and the different Guards in the River of Plate do not amount to five hundred Men. No ship of the Line, and only two frigates in the River. You will Sir, easily suppose how much I must be mortified in being so near & not at liberty to Act [28].

Em vez de voltar imediatamente a Inglaterra para ser licenciado, Phillip decidiu navegar até à Índia, pelo Cabo da Boa Esperança, para se juntar ao Almirante Hughes em Madrasta.

Por esta altura, meados de 1783, o protector de Phillip, Lord Sandwich, juntamente com o Presidente da Royal Society, Sir Joseph Banks, defendia a fundação de uma colónia britânica em Nova Gales do Sul [29]. Uma colónia nesta parte do mundo seria de grande utilidade para a marinha real por facilitar ataques contra as possessões espanholas no Chile e no Perú, como os colaboradores de Banks, James Matra, Sir George Young e John Call salientaram em propostas escritas sobre o assunto. Banks teve grande influência na política do governo devido à sua posição como conselheiro respeitado no *Home Office* (Ministério do Interior) e no Almirantado.

Depois do seu regreso a Inglaterra, proveniente da Índia, em Abril de 1784, Phillip permaneceu em estreito contacto com Townshend (agora Lord Sydney) e com o Sub-Secretario do *Home Office,* Evan Nepean. De Outubro de 1784 a Setembro de 1786 esteve ao serviço de Nepean (encarregado dos Serviços Secretos para as potências bourbónicas, França e Espanha) para espiar nos arsenais navais franceses de Toulon e outros portos.

---

[27] PRO, ADM 51/354; ADM 2/113; Alan Frost, *Arthur Phillip,* Melbourne, Oxford University Press, 1987, p. 114.

[28] «Foi-me necessário tocar neste porto, e posso assegurar-lhe, Senhor, que a situação nos estabelecimentos espanhóis é tal como eu sempre a pensei…. Todos os Regulares em Buenos Aires e em Montevideo, e os diversos Guardas no Rio da Prata não ascendem a quinhentos homems. Nenhuma nau da linha, e só duas fragatas no Rio. Vossa Senhoria calculará facilmente quanto eu devo estar mortificado por estar tão perto e sem liberdade para agir.» India Office Records, H 175, f. 237; Alan Frost, *Convicts & Empire: A Naval Question, 1776-1811,* Melbourne, Oxford University Press, 1980, p. 209. Phillip utilizou a ortografía portuguesa de então para Montevideo.

[29] James Matra a Banks, 28 Julho 1783, British Library Additional MS 33979: 206; Alan Frost, *The Precarious Life of James Mario Matra,* Melbourne University Press, 1995, p. 110.

Em meados de 1786, parecia iminente o recomeço da guerra com a Espanha, a França e a Holanda em conseqüência da guerra civil na Holanda, e o governo britânico tomou a decisão de fundar uma colónia em Botany Bay, em Nova Gales do Sul. Uma das razões para fundar a colónia era proporcionar uma base naval à marinha britânica no Pacífico. Lord Sydney, como Secretário de Estado para os Assuntos Internos, era o ministro responsável por este empreendimento, e em Setembro de 1786 nomeou Phillip comodoro da frota que deveria transportar para Botany Bay os degredados e soldados, seus futuros colonos. Ao chegar lá, Phillip deveria assumir os poderes de Capitão-Geral e Governador-Geral da nova colónia. Uma colónia subsidiária seria fundada na ilha de Norfolk, conforme recomendado por John Call, para aproveitar para fins navais a fibra de linho nativo e a madeira dos pinheiros araucários dessa ilha. A frota largou de Portsmouth em Maio de 1787.

A frota tocou o Rio de Janeiro no curso da sua viagem a Botany Bay para se reabastecer de provisões essenciais. Esta estadia aparentemente redespertou a mágoa de Phillip pela oportunidade perdida de se cobrir de glória no mar por causa do malogro da sua expedição de 1783. Do Rio de Janeiro, Phillip enviou uma mensagem a Sydney e a Shelburne (agora Lord Lansdowne) através de uma carta a Nepean datada de 2 de Setembro de 1787:

> You know how much I was interested in the intended expedition against Monte Vedio, and that it was said that the Spaniards had more troops that I supposed. The following account I have from a person who was there all the war and I am certain that the account is exact:
>
> | | |
> |---|---|
> | One Regiment..... | under 700 |
> | Four Companies of Artillery..... | 400 |
> | Dragoons..... | 400 |
> | Two Battalions of Infantry..... | 700 |
>
> These were divided on the north and south shores, and in different towns. Monte Vedio would not have been defended, as half these troops could not have been drawn together. Of this you will be so good as to inform the Lords Sydney and Landsdowne; it will corroborate what I mentioned before I left town [30].

---

[30] «V.S. sabe quanto eu estava interessado na projectada expedição contra Montevideo, e que se dizia então que os espanhóis tinham mais tropas do que eu supunha. Chegou-me o seguinte relato de uma pessoa que esteve lá toda a guerra, e eu estou certo de que o relato é exacto: Um Regimento—abaixo de 700; Quatro Companhias de Artilharia—400; Dragões—400; Dois Batalhões de Infantaria—700. Estas tropas foram dispersas pelas costas do Norte e do Sul, e por diferentes cidades. Montevideo não seria defendido, porque metade das tropas não poderiam ter sido reunidas. V.S. terá a amabilidade de informar disto Lords Sydney e Landsdowne; o que corrobora o que eu mencionei antes de sair da cidade.» PRO, CO, 318/9, f.l97; *Historical Records of New South Wales,* Vol.I, Pt.2, p.ll4; Alan Frost, *Arthur Phillip,* p.116.

Ao enviar esta carta, Phillip pode não se ter limitado a repetir o seu desapontamento por acontecimentos passados, mas também lembrar aos seus protectores no governo que a estratégia que inspirara a expedição de 1783 seria ainda viável no caso de uma renovação das hostilidades entre a Grã-Bretanha e a Espanha. O facto de ele ter recordado a discussão do assunto antes de deixar Londres, em princípios de 1787, poderá indicar que Sydney pensara em tal expedição nessa altura.

Na fixação dos limites territoriais de Nova Gales do Sul, proclamados quando fundou formalmente a colónia, em 7 de Fevereiro de 1788, Phillip ter-se-á lembrado dos seus dias no Brasil. O limite ocidental da sua jurisdição foi establecido no meridiano 135° a Leste de Greenwich, de modo a fazer com que Nova Gales do Sul incluísse toda a metade oriental da Austrália. Esse meridiano coincidia com a correspondente linha de demarcação reivindicada pela Espanha nos termos do tratado de Tordesilhas. As divergências entre Espanha e Portugal sobre a localização da linha de Tordesilhas tinham oca-sionado muitos conflitos entre as duas monarquias, incluindo a terceira Guerra de Colónia, que terminou com a solução final da pendência em ambos os hemisférios pelo tratado de Santo Ildefonso de 1777. Sempre hostil às pretensões da Espanha no Pacífico, a Grã-Bretanha, quando tomou a decisão de colonizar Nova Gales do Sul, sentiu-se livre de ignorar quaisquer reivindicações que o rei de Espanha pudesse formular quanto à Austrália oriental ao abrigo de tratados antigos.

Quando Phillip foi designado governador da colónia de degredados, a imprensa de Londres recordou, de forma bastante deturpada, o seu transporte dos degredados do Rio de Janeiro para a Colónia do Sacramento em 1776. Um artigo em *The World* de 16 de Abril de 1789 declarava: «BOTANY BAY. – Mr. *Philip,* who has this command, has the aid of experience. He had a similar expedition entrusted him by PORTUGAL, to carry convicts to South America.» [31]

Não foi, porém, a sua experiência em transportar condenados que fez recair a atenção de Sandwich e de Sydney sobre Phillip. O seu serviço no Brasil tinha-o evidenciado como um oficial da marinha audaz e competente e tinha-lhe permitido tornar-se conhecedor da navegação nas águas do Sul do Brasil e do Rio da Prata ou ligadas à defesa do império espanhol no América do Sul. Isto foi o que fez concitar sobre ele a atenção de Sandwich e de Sydney. A sua actuação administrativa competente como primeiro governador de Nova Gales do Sul, desde Janeiro de 1788 até à altura em que a sua saúde precária o forçar a uma aposentação prematura, em Dezembro de 1792, justificou a fé de ambos nas suas capacidades. Durante a Crise do Estreito de Nutka, em 1790, os planos para atacar o império espanhol na

---

[31] »BOTANY BAY. – O Sr. *Philip,* que recebeu este comando, tem o benefício da experiência. Chefiou uma expedição semelhante confiada por PORTUGAL, para levar condenados para a América do Sul.»

América foram retomados e a nova colónia de Phillip foi considerada como uma plataforma para uma expedição com ponto de partida na Índia. A crise, porém, foi resolvida antes que estes planos fossem executados [32].

A contribuição de Phillip para a defesa do Brasil foi sempre alí recordada e, quando ele tocou no Rio de Janeiro em Agosto de 1787 como comodoro da frota que ia colonizar Nova Gales do Sul, assim como durante o seu regresso a Inglaterra em Fevereiro de 1793, foi honrado com atenções extraordinárias. Os fornecimentos que a sua frota recebeu no Rio de Janeiro em 1787 foram essenciais para o êxito da fundação da nova colónia e sem dúvida aqueles fornecimentos foram grandemente facilitados pela boa reputação de Phillip. Watkin Tench, um capitão de fuzileiros navais, observou acerca da visita da frota em 1787: «Some part, indeed, of the numerous indulgences we experienced during our stay here must doubtless be attributed to the high respect in which the Portuguese held Governor Phillip, who was for many years a captain in their navy and commanded a ship of war on this station, in consequence of which many privileges were extended to us, very unusual to be granted to strangers.» [33] O Rio de Janeiro continuou a ser um porto de escala vital para os navios britânicos que abasteciam a colónia de Nova Gales do Sul até bem dentro do século XIX [34].

---

[32] William Dalrymple a William Pitt, 10 de Maio de 1790, PRO, *Pitt Papers,* 30/8/28: 72-3; memorando por Lord Mulgrave [maio de 1790], PRO, *Pitt Papers,* 30/8/360; Sir Archibald Campbell a Pitt [Junho de 1790], PRO, FO 95/7/4: 501; Campbell a Pitt, 18 de Outubro de 1790, PRO, FO 95/7/4: 484; Home Riggs Popham a Yorke, 26 de Novembro de 1803, *Correspondence and Memoirs of Lord Castlereagh,* London, 1848, vol.VII, pp.288-93; PRO, WO 1/178: 53-9; Robert J. King, «'A regular and reciprocal system of commerce' – Botany Bay, Nootka Sound, and the isles of Japan», in *The Great Circle* (Journal of the Australian Association for Maritime History) vol. 19, n.º 1, 1997.

[33] »Parte, certamente, dos numerosos favores com que nós contámos durante a estadia aqui devem sem dúvida ser atribuidos ao alto respeito que os portugueses tinham pelo Governador Phillip, que durante tantos anos foi capitão na sua marinha e comandou um navio de guerra, em consequência do que tantos privilégios nos foram concedidos, muito raramente outorgados a estrangeiros.» Watkin Tench, *A Narrative of the Expedition a Botany Bay,* London, Debrett, 1789, p.26.

[34] Rudy Bauss, «The importance of Rio de Janeiro to British interests, with particular attention to Australia, 1787-1805», *Journal of the Royal Australian Historical Society,* vol. 65, pt.3, 1979, pp.145-72; *idem,* «Rio de Janeiro: strategic base for the global designs of the British Navy, 1777-1815», in Craig L. Symonds *et al.* (eds.) *New Aspects of Naval History,* Anapolis, Naval Institute Press, 1981, pp.75-89.

ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR, Vol. VI, 2005, pp. 351-387

TRAITES IBÉRIQUES ENTRE MÉDITERRANÉE ET ATLANTIQUE : LE NOIR AU CŒUR DES EMPIRES MODERNES ET DE LA PREMIÈRE MONDIALISATION (ca. 1435-1550)

por

ANTÓNIO DE ALMEIDA MENDES *

Prologue – Scènes ordinaires de la traite négrière en péninsule ibérique

Lundi 8 mars de l'année 1529. Une caravelle se présente avec sa cargaison d'esclaves noirs en vue de la côte méridionale de l'Algarve [1]. Au premier abord, un parmi les 20 à 30 navires négriers qui chaque année arriment au Portugal, et pour lesquels nous possédons, quand elle a survécu, une brève notice descriptive (*conhecimento*) avec, entre autres informations, la liste des esclaves embarqués en Afrique, ceux débarqués au Portugal, et parfois la mention de l'âge, du sexe et du prix de vente [2]. Si, pour une fois, un long rapport d'une cinquantaine de folios fut dressé c'est que le voyage connut de nombreuses péripéties : partis en janvier 1529 de l'île de Santiago du Cap-Vert, les 140 esclaves et l'équipage affrontèrent une forte tempête et des vents violents qui dévièrent le navire vers les côtes de Berbérie (Maroc). Après deux mois d'une éprouvante et tragique traversée, le capitaine Gaspar Dias, à la vue de la terre, mit le cap sur Tavira, ville dont il était originaire.

---

* António de Almeida Mendes, doutorando na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS – Paris) e Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Je souhaiterais remercier Roger Botte, David Eltis, José da Silva Horta, Bernard Vincent et Nathan Wachtel pour leur lecture critique de ce texte et pour les nombreuses pistes et suggestions. Je voudrais aussi citer Paulo Silveira e Sousa et Pedro Cardim pour leur amitié et leur aide précieuse.

[1] IAN/TT, Corpo Cronológico, Partie II, maço154, document n° 62. Le volumineux dossier contient les rapports de l'*almoxarife*, du capitaine et du *vedor* ainsi que l'acte de vente final.

[2] Les archives de la Torre do Tombo (IAN/TT dorénavant) conservent plusieurs centaines de ces registres (*recibos* ou *conhecimentos*) qui nous permettent de reconstruire les contours de la traite moderne en l'absence des Livres d'entrées et de sorties des entrepôts royaux (Casa da Guiné, da Mina et da Índia) détruits par le tremblement de terre de 1755.

Sans eau, sans vivres et en proie à la maladie, les marins et les quelques esclaves rescapés étaient à bout de forces. Accoster était une question de survie. L'initiative constituait néanmoins une grave entorse à une réglementation royale (*regimento*) datée de 1512[3], qui stipulait que tout convoi en provenance de l'outre-mer (Inde, Afrique ou Brésil) devait, au préalable à toute négociation, être inspecté par l'un des tout-puissants *feitores* royaux en poste à Lisbonne : celui de la Casa da Mina et de Guinée s'il s'agissait de marchandises africaines (poivre, bois, or, esclaves, poissons, etc.) et de la Casa da Índia dans le cas des épices et des toiles indiennes.

Ce contrôle strict que la Couronne exerçait sur les quatre *carreiras* (routes) africaines (Arguin, Cap-Vert, São Tomé et São Jorge da Mina) et sur la *carreira da Índia* participait d'une politique de centralisation du commerce de l'outre-mer inaugurée par le roi D. João II (1481-1495) et renforcée par son successeur D. Manuel I (1495-1521). Ce verrouillage des routes, qui s'accompagna d'un contrôle des entrées et sorties des factoreries africaines, visait à réglementer la circulation des hommes et des marchandises afin de réduire autant que possible l'activité d'interlope. Et, au regard des chiffres, le pari fut dans l'ensemble réussi. Lorsque le Vénitien Lunarto da Cà Masser visita Lisbonne en 1504, la traite n'était pas encore l'activité la plus rémunératrice pour la Couronne. Loin de là. Selon les calculs du légat italien, les revenus des épices indiennes, de l'or de São Jorge da Mina et du sucre de l'île de Madère étaient respectivement treize, dix et deux fois supérieurs à ceux réunis du poivre et des esclaves de Guinée[4]. Mais l'inversion de valeurs n'allait pas tarder. Avec l'ouverture atlantique et l'internationalisation du trafic négrier, le Noir a représentar pour les Finances royales, au même titre que l'or de la Mine, une source majeure de revenus et un moyen de subventionner les entreprises en Inde et au Brésil. En 1496, l'essor des revenus de la traite négrière avait déjà conduit à la création des offices d'*almoxarife* et d'*escrivão* des Esclaves, pour recueillir, comptabiliser, évaluer les esclaves, entreposés dans l'un des départements de la Casa da Guiné dans l'attente d'être vendus[5]. Et au milieu du XVI[e] siècle, d'après les chiffres avancés par A. C. de C. M. Saunders, la traite rapportait, par le biais de la revente des esclaves et du recouvrement des taxes, près de 34,4 millions de

---

[3] Réglementation renouvelée par édit royal le 11 avril 1519. cf. *Ordenações Manuelinas* (1521), Lisbonne, Fundação Calouste Gulbenkian, reproduction fac-simile de l'éd. de 1797, 4 vols.

[4] Le récit de Lunarto da Cà Masser, envoyé de la République de Venise à Lisbonne a été publié par Vitorino Magalhães Godinho, «Portugal no começo do século XVI : instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser» in *Revista de História Económica e Social*, n° 4, 1979.

[5] Concessions à Pero Pereira et à Diogo Lopes des officers d'*almosxarife* et d'*escrivão* des Esclaves (IAN/TT, Chancellerie D. Afonso V, liv. 33, fol. 69, doc. 342 et Chancellerie S. Afonso V, liv. 40, fol. 92, doc. 459). Charge rénouvellée en 1509, cf. Damião Peres, *Regimentos das Casas das Indias e Mina*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1947.

réaux, l'or de la Mina environ 14-18,7 millions de réaux, alors que dans le même temps le trafic de l'Inde était devenu négligeable [6].

Bien qu'unique détentrice du monopole de la traite – au même titre que le commerce de l'or, des épices, de la vente des armes et du fer, ou du peuplement des îles atlantiques et des littoraux africains – , la Couronne ne contrôla que partiellement le circuit négrier. Et à supposer qu'elle eut aspiré à telle exclusivité, les moyens humains, matériels et financiers du Royaume n'auraient pas suffit ; car bon an mal an c'était plus d'une cinquantaine de navires qui accostait à Lisbonne en provenance d'Inde, du Brésil et d'Afrique. Dès le départ, des choix durent donc être faits. La Couronne conserva sous contrôle direct les trafics stratégiques d'Arguin et de São Jorge da Mina et afferma, par le biais de contrats ponctuels et de licences temporaires, l'exploitation du coton, de l'orseille, des cuirs des îles de Santiago et du Fogo du Cap-Vert [7], de la malaguette et du poivre de Guinée, du sucre et du bois des îles de Madère et de São Tomé et Príncipe, de la traite des rivières de Guinée, du Bénin et du Congo à de riches négociants, à des armateurs privés, à des favoris ou à des *fidalgos* [8]. Dans le cas précis du trafic négrier, en échange du paiement d'une quote-part et des taxes stipulées par décret, les sélectionnés recevaient l'autori-sation d'armer des navires vers l'Afrique et de convoyer des esclaves pour leur propre compte. De pourvoyeuse de main-d'œuvre pour le Royaume et les îles de l'Atlantique, la traite des nègres se transforma rapidement en importante source de revenus pour la Couronne. Et ce, en vertu du produit de la vente des esclaves sur les marchés portugais, andalous et valenciens mais surtout des recettes directement prélevées sur chaque esclave. Car seuls les « esclaves du Roi », ceux tatoués d'un R sur le bras pour *Rey*, étaient exempts de taxes. Les autres esclaves marqués d'un G pour *Guiné* et transportés par des particuliers devaient s'acquitter auprès du trésorier ou *feitor* de la Casa da Mina des droits d'usage, à savoir le quart et le quint (25 % et 20 %) ainsi que les taxes douanières (*sisa*) et de réexportation (2 % approximativement). Au total, c'était près d'un tiers du prix de chaque esclave qui rentrait dans les coffres du Royaume.

---

[6] A. C. de C. M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal 1441-1555*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp. 31-33.

[7] Sur le commerce des îles du Cap-Vert aux XV^e^-XVII^e^ siècles, on renverra aux deux premiers volumes de l' *História Geral de Cabo Verde* (ss. dir. de Maria Emília Madeira Santos et Luís de Albuquerque), Lisbonne-Praia, IICT, CEHCA, 1991 et 1995. Pour le fonctionnement de l'entrepôt de Ribeira Grande du Cap-Vert et le commerce de l'île de Santiago cf. en particulier Maria Manuel Torrão, «Actividade comercial externa de Cabo Verde : organização, funcionamento, evolução» in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, pp. 245-270.

[8] Ce n'est pas ici le lieu de citer tous les contrats et licences connus. A titre d'exemple mentionnons l'exemple d'António Carneiro qui reçut l'île de Príncipe en exploitation entre les années 1500-1517. La *capitania* se maintint dans la famille Carneiro jusqu'en 1753. Cf. Isabel B. de Sá-Nogueira et Bernardo de Sá-Nogueira, «A ilha do Príncipe no 1° quartel do século XVI : administração e comércio» in *Congresso Internacional Batolomeu Dias e a sua época*. III, Porto, UP, CNCDP, 1989, pp. 81-115.

Reprenons le cours du récit. Ainsi, le lundi 8 mars le navire s'immobilisa dans la rade de Tavira. L'*almoxarife* Afonso de Matos [9], averti par un de ses *oficiais* (officiers ou fonctionnaires royaux) qui se trouvait sur le quai, se rendit aussitôt à bord de la caravelle, l'inspecta, en recensa méticuleusement le chargement et examina le livre de bord. La ville de Lisbonne était le terminus mentionné. Vaille que vaille, sans ordre écrit du Roi ou de l'un de ses proches conseillers, les 45 esclaves encore en vie sur les 140 embarqués au Cap-Vert ne pourraient quitter le navire. Au niveau « local » du *reino* de l'Algarve, seul Nuno Rodrigues Barreto, haut représentant de la Couronne en tant *vedor da Fazenda* (Surintendant des Finances) de l'Algarve avait le pouvoir de statuer. Ce qu'il ne fit qu'à moitié. Le 9 mars, un messager porta un courrier de l'*almoxarife* et une requête du capitaine à Faro, d'où il revint avec l'autorisation écrite du *vedor* d'entreposer à terre les 45 esclaves (dont 40 étaient propriété royale et les 5 autres le capital de particuliers) en attendant une décision suprême de Lisbonne. Faute de structures d'accueil, on les entreposa provisoirement dans un baraquement abandonné ayant appartenu à un dénommé Fernão Pinheiro. Le *porteiro* (portier) João de Cerca fut chargé de monter la garde devant l'entrée pour éviter les évasions. Un esclave noir, « qui servait comme mousse à bord du navire, qui connaissait la langue des Noirs » et leurs habitudes alimentaires fut réquisitionné afin de préparer les repas constitués d'une bouillie compacte obtenue à base d'huile et de blé. Mais en dépit des efforts déployés rien n'y faisait, les esclaves mouraient à un rythme élevé et, à chaque visite, l'*almoxarife* et son *escrivão* Simão de Pazes découvraient un à deux cadavres qu'ils s'empressaient de faire enterrer par le portier. Plus par crainte d'une poussée d'épidémie, que pour le salut de leur âme. L'esclaves périrent en une semaine. A la mi-avril, il ne restait en vie plus qu'une trentaine de Noirs et les silos à blé de la ville de Tavira et des environs étaient quasi-vides après plusieurs années d'épidémies et de mauvaises récol-tes (1522-1527), des crises épisodiques qui s'inscrivaient dans une situation de pénurie céréalière endémique au niveau de l'Algarve et du Royaume [10].

L'arrivée de la cargaison avait suscité la curiosité des notables et des habitants de Tavira, qui vinrent s'enquérir des conditions d'acquisition d'un ou plusieurs esclaves. Sans autre recours, l'*almoxarife* se résolut à mettre quelques esclaves en pension chez des proches du pouvoir municipal : c'était toujours quelques bouches en moins à nourrir. Pedro, esclave mâle, fut ainsi confié au *mordomo* Miguel Fernandes, par ailleurs *meirinho* (huissier de justice) de Tavira ; Maria fut remise au négociant Francisco de Palma [11] ; l'ancien *alcaïde* Gonçalo Lopes reçut deux esclaves (un homme et une

---

[9] Afonso de Matos exerçait également les charges d'*almoxarife* des villes Loulé et de Faro.

[10] Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*, Lisbonne, Livros Horizonte, 1990, p. 97.

[11] Francisco de Palma est descendant de Geovanni della Palma, un italien qui avait introduit la culture de la canne à sucre dans l'Algarve en 1401.

femme) ; João de Paiva et Francisco Fernandes, respectivement officier de justice et paveur (*calceteiro*) se virent chacun confier un esclave mâle. Tous les bénéficiaires s'engageaient à prendre soin des esclaves et à les maintenir en vie. En échange, ils seraient privilégiés et prioritaires lorsque viendrait la vente. Et à ce propos, on écrivit au Roi une fois encore, pour l'informer de la nécessité de la mise en vente des esclaves ou de leur départ, du moins si la Couronne encore voulait réaliser quelque profit sur ce lot. Car, à trop tarder, le résultat de la vente finale serait inférieur aux frais et aux dépenses engagés. Finalement, le 24 avril 1529 un émissaire arriva de Lisbonne avec l'autorisation signée de la main du *feitor* de la Casa da Mina. Le 13 mai, un crieur professionnel arpentait les rues de Tavira pour annoncer la vente.

Plus de deux mois s'étaient écoulés entre l'arrivée des esclaves et la vente. Le 19 mai au matin, la mise aux enchères des « pièces » s'ouvrait sur le lieu même où ils étaient entreposés ; les esclaves épuisés et amaigris n'ayant pu être convoyés jusqu'au centre-ville. L'*almoxarife* Afonso de Matos pressenti pour diriger la vente étant souffrant, on fit appel au juge João de Paiva, puis à un certain Domingo Álvares. Parmi les acheteurs, trois groupes socio-économiques se détachèrent : les notables (officier de justice, un *tabelião*, un *ouvidor*, un *fidalgo*, un capitaine, un *mordomo*), les représentants de la classe mar-chande (cinq négociants, dont au moins un originaire de Séville) et du milieu artisanal (trois cordonniers, deux forgerons, un apothicaire et un paveur). Sur les 36 esclaves, dont deux très jeunes enfants, trois étaient déjà décédés quatre mois après la vente. Des 33 autres nous avons définitivement perdu la trace. Le greffier Simão de Pazes encaissa l'argent comptant (265 000 réaux) et enregistra sur un livre de comptes l'acte final de vente, qui par la suite fut envoyé à Lisbonne en même temps que l'argent. Sur le cahier, Simão de Pazes inscrivit en toutes lettres l'identité, le titre de l'acheteur, dressa un rapide descriptif physique de l'esclave et mentionna le prix final de vente ; informations que nous avons schématisées dans le **Tableau 1**.

De l'humanité du Noir et de l'esclavage à l'époque Moderne

Le récit et la mise en vente de ces esclaves réduits à l'état de simples *peças* (pièces), évalués comme des bêtes de somme en fonction de leur âge, sexe, dentition, taille, constitution physique, etc. transporte le lecteur dans l'horrible quotidien bureaucratique de la traite ibérique. Devant nous, il y a des hommes, des femmes et des enfants qu'on marque au fer rouge en signe de propriété et que l'on charrie depuis les rivages de l'Afrique subsaharienne à fond de cale ou à même le pont pour être vendus en péninsule Ibérique comme de simples marchandises animées… Il faut s'interroger sur l'inhumanité de l'homme blanc, sur les justifications idéologiques et la logique interne de l'esclavage des Noirs. Comment telle ignominie fut-elle possible ? Mais sans être relativisée cette étape doit être néanmoins outrepassée, car en ne situant la traite négrière que sur le seul plan moral et idéologique, on en fournit une analyse décontextualisée et anhistorique. En fait, ce qu'il faut

chercher à saisir c'est comment ce qui est «normal» à une époque donnée devient de l'ordre de la barbarie à une autre époque ?

L'actuelle vague commémorative qui tend à revisiter les crimes du passé à la lueur des valeurs morales de notre temps et les postulats de l'historiographie postcolonialiste sont une forme de « présentisme » qui s'articule mal avec l'écriture complexe du phénomène négrier à l'époque Moderne. Aux XV^e^-XVII^e^ siècles, l'humanité tient peu de place dans le quotidien et l'on range plus aisément les hommes en fonction de leur statut, de leur origine, de couleur de peau ou de leur obédience religieuse plutôt qu'en fonction de leur apparence humaine. En définitive, dans la *Respublica christiana* des guerres de Croisade et de la reconquête ibérique tout est question de différence par rapport à une norme édictée : le Juif est l'hérétique qu'il faut éradiquer ; le Maure est le barbare qu'il faut combattre et le Noir et l'Indien sont les païens que l'on doit instruire et convertir. Certes, le fait de se préoccuper de la foi et de l'âme du Noir revient à lui reconnaître une forme d'humanité ; mais, à l'orée de la Modernité, l'apologétique religieuse s'accommode sans remords de la réduction en esclavage d'une frange importante de l'humanité. Et, bien avant les Noirs ou les Amérindiens, les Slaves de Bulgarie, de Moldavie, de Russie ou les Maures d'Afrique du Nord furent les premiers à le vérifier.

Car dans l'esclavage moderne plus que de racisme anti-noir, ce dont il s'agit c'est du regard porté sur l'Autre en tant que race. Et la race est en premier lieu une affaire de différence. La confusion entre le Noir et l'esclave qui se met progressivement en place à partir du milieu du XV^e^ siècle n'apparaît pas comme une idéologie de caractère raciste *stricto sensu*. Pas plus que pour le Grec « ni la blancheur de l'homme ni sa noirceur ne constitu[ai]ent des différences spécifiques »[12], pour l'Occidental de l'époque Moderne la couleur de la peau ne constituait pas, tout du moins pas au départ, une marque d'opprobre[13]. En un mot, ce n'est pas la couleur de peau qui dicta l'attitude des Blancs vis-à-vis du Noir : l'assimilation entre les vocables « Esclave » et « Noir » découla moins d'une justification biblique (l'esclavage des Cananéens prétexte à l'esclavage des Noirs[14]) que d'une construction d'infériorisation *a posteriori*, qui se mit en place aux XVII^e^-XVIII^e^ siècles, et où prenaient part des critères structurels. A commencer par l'incapacité des

---

[12] Aristote, *Métaphysique*, Paris, Vrin, 1966, pp. 571-573. Pour les questions de la représentation du négro-africain dans la littérature de voyage portugaise cf. les travaux de José da Silva Horta, *A representação do Africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*, Separata de la Revue Mare Liberum, n° 2, Lisbonne, 1991 et *O confronto do Olhar. O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas* (ss. dir. de Luís de Albuquerque, António Luís Ferronha, José da Silva Horta et Rui Loureiro), Lisbonne, Caminho, 1990.

[13] Sur le symbolisme des couleurs et la représentation artistique du Noir cf. Ladislas Bugner (ss. dir. de), *L'image du Noir dans l'art occidental*, Paris, Bibliothèque des Arts, vol. I, *Des pharaons à la chute de l'empire romain* et vol. II, *Des premiers siècles chrétiens aux Grandes Découvertes*, 1976 et 1979.

[14] Louis Sala-Molins, *Le Code Noir ou le Calvaire de Canaan*, Paris, PUF, Quadrige, 1987.

Européens à réduire massivement en esclavage les populations blanches natives de leur propre Continent. Ainsi, l'essor des échanges commerciaux et la demande en main-d'œuvre servile, d'une part, et la fermeture graduelle du marché de l'Europe de l'Est, de l'autre, contraignirent, dès les XII^e^-XIII^e^ siècles, les Arabes puis les Ibériques à déplacer leurs aires de prédation d'Est (le Pays des Slaves) vers le Sud (le Pays des Maures puis le Pays des Noirs). Un transfert qui s'accompagna d'un changement lexical : de slave (du latin *sclavus*) on en vient à esclave, nom auquel on associe de plus en plus l'adjectif de noir [15]. Et il n'est pas impossible que sans les abolitions et avec la poursuite de la traite des Noirs vers les Amériques, seul le qualificatif de Noir ou de Nègre serait passé à la postérité [16].

Avec l'arrivée des caravelles portugaises en Afrique de l'Ouest, la traite prit une tournure nouvelle. Avant l'irruption des Portugais dans l'Atlantique, l'esclavage des *Aethiops* (Noirs) n'était pas inconnu en Méditerranée, et la Catalogne, la Sicile, la Crète, la Tunisie ou l'Egypte abritèrent dès le XII^e^ siècle des communautés noires numériquement importantes qui résultaient de la pénétration musulmane en direction du sud du Sahara [17]. Et de fait la traite transsaharienne ne se tarit pas avec l'arrivée sur les littoraux africains des caravelles portugaises, bien au contraire ; mais avec la réorientation des courants vers l'Atlantique, c'est un esclavage massif qui fait soudainement irruption dans l'Europe méditerranéenne.

Ces dernières années, les études sur l'esclavage dans l'espace péninsulaire se sont multipliées. Grâce aux travaux de Jorge Fonseca, Didier Lahon, António Dominguez Ortiz, Vicente Graullera Sanz, A. C. de C. M. Saunders, Alfonso Franco Silva, Alessandro Stella ou Bernard Vincent, etc. nous possédons désormais une image précise de l'importance et du rôle de l'esclavage noir à l'époque Moderne [18]. A mille lieues de l'image de l'esclave somptuaire

---

[15] Le terme de *sclavus* avait déjà remplacé au Moyen Age l'appellation de *servus*.

[16] Je suis redevable à David Eltis pour les pistes ouvertes et les nombreux conseils de lecture sur ces questions de représentation. Cf. David Eltis et William G. Clarence-Smith, «White servitude» (texte non publié) et David Brion Davis, *Inhuman Bondage : the Rise and fall of Slavery in the New World* (ss. presse).

[17] Frédéric II ne se déplaçait jamais sans sa ménagerie (chameaux, léopards, singes, ours, panthères, lions, lions, aigles, faucons, etc.) conduite par sa garde arrasine et ses esclaves noirs vêtus de riches tuniques de soie. Pour le cas de la Crête, cf. Charles Verlinden, «La Crète, débouché et plaque tournante de la traite des esclaves aux XIV^e^ et XV^e^ siècles», Milan, 1962.

[18] Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século* XVI, Évora, 1997 et du même auteur *Escravos no Sul de Portugal, séculos XVI-XVII*, Lisboa, éd. Vulgata, 2002 ; Didier Lahon, *Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*, Thèse de Doctorat EHESS, texte polycopié, Paris, 2001, 2 vols. ; António Domínguez Ortiz, *La esclavitud en Castilla en la Edad Moderna y otros estudios de marginados*, Grenade, Editorial Comares, 2003 [1952] ; Vicente Graullera Sanz, *La esclavitud en Valencia en los siglos XVI y* XVII, Valence, Instituto Valenciano de Estudos Históricos, 1978 ; A. C. de C. M. Saunders, *A Social History… op. cit. ;* Alfonso Franco Silva, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, Séville, 1979. Alessandro Stella, *Histoires d'esclaves dans la Péninsule ibérique*, éd. de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2000 et Bernard Vincent, «La Schiavitù nella penisola iberica » in *Schiavi, corsari, rinnegati,* Nuovo Effermidi, n° 54, 2002, pp. 62-68.

et familial, considéré avec égard et condescendance, tels que Bartolomé Bennassar ou Charles Verlinden ont pu parfois le dépeindre [19]. Par ailleurs, sous la pression des mouvements revendicatifs Afro-Antillais, la France a réouvert pas à pas les pages douloureuses du passé négrier de ses ports atlantiques (Bordeaux, Nantes, Saint-Malo). Sur le continent américain, au Brésil et aux Etats-Unis, la question revêt une dimension idéologique et se trouve au centre d'une quête d'identité nationale, donnant naissance à une production florissante et à des recherches de valeur qu'il serait ici fortuit d'énoncer [20].

Au regard de la production actuelle, on semble donc aujourd'hui avoir répondu à cette question centrale : des esclaves pourquoi faire ? Pour autant, une série d'autres questions se posent dans la lignée : pourquoi le Portugal est-il à l'époque Moderne au centre du trafic négrier ? Et que deviennent ces esclaves une fois arrivés en péninsule Ibérique ? Ces deux questions simplistes et naïves dans leur formulation prennent sens dès lors qu'on aborde l'étude de la traite moderne dans une perspective comparatiste et globale et que l'on étudie les espaces ibériques et leurs empires comme un ensemble homogène, unis par une série de réseaux et de liens transversaux. Cette perspective nouvelle s'appuie sur le recoupement des sources des dépôts d'archives de Lisbonne (Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo – IAN/TT), de Séville (Archivo General de Indias – AGI) et de Simancas (Archivo General de Simancas – AGS) et s'est enrichie du travail que nous avons réalisé pour le projet *The Transatlantic Slave Trade*, première tentative de compilation des voyages négriers à travers l'Atlantique [21]. Le croisement des flux des navires et la mise en parallèle des données chiffrées permet à côté du circuit atlantique (d'Afrique noire vers la péninsule) et du circuit triangulaire transatlantique classique (Europe-Afrique-Amériques) d'en délimiter un troisième, inédit, qui lance un pont entre les deux premiers : un circuit Afrique-Europe-Amériques.

Pourquoi le Portugal ? La première traite des Noirs (ca. 1435- ca. 1500)

L'arrivée des 235 premiers esclaves Noirs à Lagos en août 1444 est un moment fondateur, car cette première déportation organisée est la base de

---

[19] Bartolomé Bennassar, *L'homme espagnol. Attitudes et mentalités du XVI^e au XIX^e siècle*, Paris, Hachette, 1975 et Charles Verlinden, *L'esclavage dans l'Europe médiévale*, vol. I : Péninsule ibérique –France, Bruges, 1955.

[20] Avançons les noms de Luís Filipe de Alencastro, David Eltis, Roquinaldo Ferreira, Manolo Florentino, David Richardson, etc.

[21] David Eltis, Stephen D. Behrendt, David Richarson et Herbert S. Klein (ss. dir. de), *The Trans-Atlantic Slave Trade A Database on CD-ROM. Introduction at the Database*, Cambridge University Press, CD-ROM. Une deuxième version réactualisée est en préparation ; projet auquel nous avons apporté notre contribution pour les XVI^e-XVII^e siècles.

350 ans d'émigration forcée vers les Amériques [22]. Loin de s'inscrire dans la lignée du mouvement d'expansion atlantique engagé par les Portugais avec la conquête des places nord-africaines et des îles atlantiques ou dans la continuité de la traite transsaharienne [23], c'est un trafic indépendant qui se met en place et qui s'inscrit dans une temporalité précise et prend pour cadre l'espace méditerranéen [24]. En un mot, une expansion en Méditerranée précède d'un demi-siècle l'expansion dans l'Atlantique qui n'en est que le prolongement.

Le mouvement d'ouverture atlantique et d'expansion engagé par les Portugais avec la prise de Ceuta en 1415 a donné lieu à une tradition historique (l'école des Découvertes) et à bien des interprétations : certains y voient l'initiative visionnaire du prince Henri et l'esprit d'aventure d'une élite chevaleresque qui aurait prolongé l'esprit de reconquête ibérique en Afrique du Nord, d'autres la recherche de l'or et du royaume mythique du Prêtre Jean, d'aucuns la constitution précoce du Portugal en État-nation par rapport au voisin espagnol, voire la position géographique du Royaume à la pointe de l'Occident et tourné vers l'Atlantique [25]. On ne peut prétendre en quelques lignes rendre compte de toutes les interprétations et de leurs contre-démonstrations. Certes, certains de ces facteurs ont pu jouer, successivement ou conjointement, un rôle dans la genèse de l'expansion, mais la plupart des interprétations classiques, qu'elles tiennent d'un regard nationaliste ou luso-centré, oublient que l'initiative revient d'abord à la frange méditerranéenne du Royaume, l'Algarve, bien plus qu'à Lisbonne et à l'Atlantique. Et est

---

[22] L'expédition de 1444 n'est qu'une parmi les nombreuses expéditions conduites par les hommes de l'Infant Henri le long de la côte sahélo-mauritanienne à partir des années 1430. La principale source disponible est le témoignage contemporain de Gomes Eanes de Zurara, *Chronique de Guinée (1453)*, traduction et annotations de

Léon Bourdon, présentation de Jacques Paviot, Paris, éd. Chandeigne, 1994 et dans une moindre mesure le récit de Diogo Gomes, *De la première découverte de la Guinée (fin XVe siècle)*, trad. Théodore Monod, Bissau, Memória n° 21 du Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1959.

[23] Contrairement à ce qu'avance Olivier Pétré-Grenouilleau dans son dernier ouvrage (*Les traites négrières. Essai d'histoire globale*, Paris, Gallimard, 2004), la traite atlantique et la traite transsaharienne sont deux circuits distincts. Car si la traite portugaise détourne vers les rivages atlantiques une partie des routes caravanières sahariennes qui jusqu'alors débouchaient au Maroc, en Cyrénaïque ou en Egypte, la traite transsaharienne continue à alimenter les Etats de l'Afrique orientale et de la Corne de l'Afrique. Sur les chiffres de la traite transsaharienne cf. Ralph A. Austen, «The Trans-Saharan Slave Trade : A tentative Census» in *The Uncommon Market : Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (ss. dir. de Henry A. Gemery and Jan S. Hogendorn), New-York, 1979, pp. 23-76.

[24] Sur cette dimension Méditerranéenne, cf. Luís Adão da Fonseca, «Le Portugal et la Méditerranée au XV^{e} siècle» et Bernard Vincent, «Esclavage au Portugal : entre mer Méditerranée et océan Atlantique» in *Le Portugal et la* Méditerranée, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, XLIII, Lisbonne-Paris, 2002, respectivement pp. 3-34 et pp. 61-70.

[25] Nous ne discuterons pas ici la genèse du mouvement expansionniste qui a donné lieu à une bibliographie abondante. Pour une rapide vue d'ensemble cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal. A emergência de uma nação*, Lisbonne, edições Colibri, 2004.

difficile d'expliquer comment l'esprit de Reconquête a pu demeurer un « mythe vivace » pendant deux siècles entre la reconquête de l'Algarve en 1249 et l'expédition de Ceuta en 1415, et que surtout avant d'être portugaise l'expansion est européenne [26].

De fait, l'avancée portugaise en direction de l'Atlantique s'explique en premier lieu par le déplacement du centre des échanges des îles à sucre de la Méditerranée orientale (Chypre, Crète, Sicile, Rhodes) et de côte Levantine vers la partie occidentale de la « mer intérieure » : Valence dans le Royaume d'Aragon, l'Algarve et le Maroc, de part et d'autre de la Méditerranée. Ce mouvement de reflux vers le sud-ouest de l'Europe est graduel et débute avec l'arrivée de quelques milliers de commerçants Juifs dans l'Algarve et dans les ports d'Afrique du Nord (Fez, Alger, Tunis) après les sanglantes persécutions déclenchées à partir de 1391 à Séville, à Valence et en Castille. Beaucoup trouvèrent refuge à la Cour du prince Henri comme le cartographe catalan Jehuda Cresques (1350-1427), le fils du majorquin Abraham Cresques, l'auteur du célèbre Atlas catalan. La circulation des hommes et des marchandises et les réseaux fondés sur des solidarités familiales qui se mirent alors en place entre l'Algarve et l'Afrique du Nord créèrent un nouvel axe d'échange au détriment des axes caravaniers Ouadane-Sijilmasa-Tlemcen-Barcelone-Maiorque et Niger-Tripolitaine-Cyrénaïque-Egypte-Sicile [27].

Dans le même temps, le déclin de la navigation génoise en mer Noire, après le succès de Venise lors de la bataille de Chioggia (1380), allié à la poussée des Ottomans en mer Noire et en Méditerranée orientale [28] repoussait vers l'Algarve, commerçants et navigateurs italiens [29]. La participation des navigateurs-marchands italiens (Génois et Vénitiens) à la (re)découverte et à l'exploration des îles de l'Atlantique Nord (Açores, Canaries, Cap-Vert, Madère) et de la côte ouest-africaine est bien connue ; il suffit d'évoquer les noms d'Alvise de Ca'da Mosto, Benedetto Dei, Lanzaroto Malocello, Antonio da Noli, Bartolomeo Perestrelo, de la dynastie des Pesagno, Antoniotto Usidomare … La contribution des Italiens à la première phase expansionniste s'inscrivait dans le long terme puisque les rivages de la Méditerranée

---

[26] Pour des regards critiques et novateurs cf. notamment Luís Filipe F. R., Thomaz, « Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle : les débuts de l'expansion », Lisbonne, CEHCA, IICT, Série Separatas n° 221, 1989 et Sanjay Subrahmanyam, « Du Tage au Gange au XVI^e siècle : une conjoncture millénariste à l'échelle eurasiatique », in Annales HSS, janvier-février 2001, pp. 51-84 où l'auteur s'arrête sur le contexte eschatologique et millénariste qui régnait à la Cour de D. Manuel I^er .

[27] Ainsi, José Alberto Tavim souligne que la communauté juive de Ceuta maintenait au XVI^e siècle un commerce régulier avec les villes italiennes. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades de uma comunidade*, Braga, éd. APPACDM, 1997, p. 62. Voir aussi sur l'activité commerciale des présides nord-africains, Jean-Frédéric Schaub, *Les Juifs du Roi d'Espagne*, Paris, Hachette Littérature, 1999.

[28] Qui se conclut par la prise de Constantinople en 1454 et l'occupation de Chypre en 1526.

[29] Charles Verlinden, «L'héritage de Venise en Occident» in *Mediterraneo e Oceano indiano*, Florence, 1970, pp. 357-374.

atlantique [30] étaient fréquentés par les marins de Gênes et des îles Baléares (l'historiographie a retenu le nom des frères Vivaldi ou de Jaume Ferrer, mais combien d'autres ?) depuis le XIII[e] siècle. Ce que l'on sait moins, c'est que l'entreprise dans les îles et sur la Côte africaine repose sur une première « colonisation » italienne du littoral algarvien. Ainsi, la culture de la canne à sucre est introduite en 1401 à Quarteira (à proximité de Faro) [31] par le Génois Giovanni della Palma et c'est à partir de l'Algarve qu'elle fut dans les années 1450 introduite à Madère [32]. Très rapidement, dès les années 1470, le commerce du sucre de Madère (depuis l'exploitation jusqu'au transport) devint un monopole italien [33] et en 1481-1482, les commerçants portugais se plaignaient lors des *Cortes* d'Évora que les Juifs et les Génois accaparaient le commerce du miel et du sucre de Madère [34].

C'est probablement sous l'action des Italiens que le prince Henri, en association avec ses fidèles écuyers-chevaliers, dont beaucoup avaient participé à des actions de course en Méditerranée avant de combattre en Afrique du Nord au sein de l'ordre militaire du Christ [35], créa à Lagos une première association commerciale inspirée de la *Mahona* instaurée par les Génois sur l'île de Chio en mer Egée [36], mais aussi des l*oggia* italiennes et de la *lonja* barcelonaise. La Casa de Ceuta fut ainsi fondée vers 1434 pour coordonner le commerce des places d'Afrique du Nord et de Ceuta, mais aussi pour encadrer l'activité dans la Méditerranée. Autour des années 1445, cette première «Compagnie» céda la place à la Casa de Arguin, du nom de la presqu'île où Soeira Mendes de Évora, sur initiative du prince Henri son suzerain, avait entrepris l'édification d'un entrepôt (plus tard fortifié et baptisé Castelo d'Arguin) pour « traiter » des esclaves et de l'or avec la côte saharienne comprise entre le cap Blanc et le fleuve São João. La première expédition orga-

---

[30] Pour une vision de la circulation dans la Méditerranée Atlantique cf. l'œuvre incontournable de Fernand Braudel et notamment *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Le Livre de Poche, 1990 [1949], 3 tomes.

[31] Dans le même temps, en 1407, la Couronne d'Aragon autorisait le Sicilien Nicolau Santafé, producteur de sucre, à s'installer à Valence. La production de sucre valencien déclina après 1475, victime de la concurrence du sucre de Madère. Cf. José Pérez Vidal, *La cultura de la caña de azúcar en el Levante español*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1973.

[32] A la même époque, l'économie de la canne à sucre est également en plein essor au Maroc.

[33] Alberto Vieira estime qu'au XVI[e] siècle 78 % du commerce du sucre de Madère était sous contrôle de marchands italiens. Alberto Vieira, *Os escravos no arquipélago da Madeira : séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

[34] Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, Lisbonne, Sá da Costa, 1947, 2 éd., t. X. p. 150.

[35] L'infant Henri fut nommé gouverneur et administrateur perpétuel de l'Ordre du Christ par le pape Martin V en mai 1420.

[36] P. P. Argenti, *The occupations of Chios by the Genoese and their administration of the island 1347-1566*, Cambridge, 1956, 3 vols. et «The Mahona of the Giustiniani. Genovese colonialism and the genovese relationship with Chio» in *Byzantinische forschungen*, 1979, 6, pp. 1-35.

nisée eut probablement lieu autour de 1444, lorsque le prince Henri et plusieurs de ses associés (dont le propre évêque de Lagos) armèrent un navire avec 2 442 *varas* de toiles [37]. Sur ces bases, très tôt un trafic intense se mit en place entre Arguin, les communautés berbères sanajahs et les marchands arabes par le truchement des *alformas*, c'est-à-dire des intermédiaires [38] fixés dans l'intérieur à Ouadane et, sur le rivage, à Antarota. L'activité portugaise était financée par les rentes issues des nombreux domaines et propriétés foncières de l'Ordre du Christ et de l'exploration de la citadelle de Castro Marim, siège de l'Ordre. C'est cette structure qui fut maintenue jusqu'à la mort en 1470 de D. Fernando duc de Viseu, que son oncle Henri le Navigateur avait désigné comme héritier adoptif.

Ainsi avec les Casa(s) de Ceuta et d'Arguin les Portugais organisent un premier grand mouvement de déportation de populations maures et noires vers le Sud du Royaume du Portugal, s'inscrit dans la continuité d'une activité marchande ancienne et de l'activité corsaire en Méditerranée [39]. Il prend pendant une trentaine d'années (1415-1445) la forme de raids meurtriers et de d'entreprises sporadiques de chasses à l'homme (*filhamento*) le long du littoral marocain [40]. Cette stratégie héritée de la course en mer et des *entradas*, et qui sur les côtes subsahariennes s'avéra peu productive et meurtrière à cause du milieu, fit place à un trafic organisé et négocié (la traite), centré autour des factoreries créées dans les îles de l'Atlantique, à commencer par Arguin. Entre 1445 et 1464, Soeiro Mendes de Évora occupa la charge de gouverneur-capitaine du Castelo d'Arguin et à partir de 1464, il reçut à titre personnel d'Afonso V, l'exploration de la traite d'Arguin, charge qui s'accompagnait du versement d'une rente annuelle de 12 esclaves, soit au prix de vente entre 50 et 60 000 réaux annuels [41]. Rente substantielle qui prouve que le trafic était déjà bien établi. En résumé, cette traite atlantique naissante puisait sa source dans un trafic plus ancien et s'inscrivait dans un cadre plus global d'un esclavage musulman important vers la péninsule et l'île de Madère, même s'il ne s'agissait pas d'une traite organisée et régulière. Encore que les quelques exemples mis en avant par Bernard Rosenberger sembleraient prouver l'existence d'un trafic significatif. En 1502, Rui Gil cherchait à acheter à Mazagan des esclaves pour envoyer à Madère.

---

[37] Ancienne unité de mesure équivalent à 1,10 mètres. Pour les expéditions organisées par le prince Henri, cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1962.

[38] Juan Antonio Frago Gracia, «Arabismos saharianos (Alforma, Alformaje, Alformar) en el español de Canarias» in *Revista de Filología Española*, CSIC, Madrid, LXXVII, n° 1º-2º, 1997, pp. 149-152.

[39] Bernard Vincent, «Esclavage au Portugal…», *op. cit.*

[40] Cf. le témoignage contemporain de Alvise de Ca' da Mosto, *Voyages en Afrique Noire d'Alvise Ca' da Mosto*, Paris, éd. Chandeigne/Unesco, 1994, 221, chap. X, pp. 49-50 et l'étude de Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época Moderna*, Lisbonne, Colibri, 1995.

[41] IAN/TT, Chancellerie de Afonso V, Livre 8, folio 88 (26-7-1464).

Par la suite, des campagnards furent capturés à Safi et envoyés vers Madère. En 1521, Bernard Rodrigues raconte qu'à Azemmour, l'estuaire de l'Oum er Rbia est rempli de navires venus charger des filles et des jeunes femmes [42]. Dans ce domaine, les recherches restent en partie à faire.

Si la péninsule ne fut pas une société esclavagiste comme a pu l'être Cuba à l'époque coloniale, elle fut une société dont l'esclave, au-delà de sa provenance, fut l'une des composantes majeures. Combien d'esclaves maures et noirs comptaient Lisbonne, le sud du Portugal et l'Andalousie au tournant du XVI[e] siècle ? La comptabilité est difficile à tenir : selon nos calculs basés sur la documentation manuscrite, entre 20 et 25 000 noirs arrivèrent au Portugal entre 1441 et 1500. Du vivant de Zurara un peu moins de 1 000 esclaves avaient été transportés au Royaume en près de 15 ans (1444-1456). Autour de 1456, Alvise de Ca' da Mosto estimait les arrivées annuelles à 700-800 esclaves ; en 1486, 442 esclaves étaient enregistrés à Lisbonne et entre 1486 et 1493, João Lúcio de Azevedo comptabilise près de 3 539 entrées d'esclaves [43]. En ce qui conserve les esclaves maures, il est encore plus hasardeux d'avancer des chiffres. Mais à la lecture des sources, il apparaît clairement que cet esclavage musulman plus ancien dans le temps demeurait encore majoritaire dans l'Algarve, à Lisbonne, à Séville et à Valence au début du XVI[e] siècle. Les places d'Afrique du Nord et la Méditerranée étaient depuis longtemps l'aire de ponction naturelle de la Péninsule, bien plus que l'Afrique subsaharienne. Ainsi, en 1317, le roi D. Dinis nommait le Génois Manuel Pesagno à la tête de la marine portugaise et l'autorisa à trafiquer au Maroc : 1/5[e] des esclaves capturés lui revenaient de droit [44]. Un siècle plus tard, durant le mandat de Pedro de Meneses, gouverneur et capitaine de Ceuta entre 1415 et 1437, ce sont au bas mot 2 106 maures capturés en terre et en mer qui étaient destinés tant au rachat des prisonniers qu'à être réexportés vers le sud du Portugal comme vers Valence et Barcelone, ou Pedro de Meneses avait ses procurateurs, nommément un certain João de Lamego [45]. En 1493, dans les écuries royales, sur les 19 esclaves employés, la proportion était de 13 esclaves maures pour 6 esclaves noirs [46]. Le chroniqueur Alonso de Palencia, narre comment en 1476, les marins et pêcheurs de Palos et de Santa Maria de Puerto, enfreignant le monopole des Portugais, partirent à bord de deux caravelles et « accostèrent sur les côtes les plus proches de Guinée. Le pays se nomme le territoire des Azenègues (Berbères), sous ce

---

[42] Selon Bernard Rosenberger, « Aspects du commerce portugais avec le Maroc (XV[e]-XVI[e] siècles) » in *Aquém e Além da Taprobana*, Lisbonne, CHAM, 2002, pp. 71-84.

[43] João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico*, Lisbonne, Clássica editora, 1988 [1[ère] éd. 1928].

[44] Charles Verlinden, *L'esclavage dans l'Europe médiévale*, vol. I : Péninsule ibérique – France, Bruges, 1955, pp. 546-547.

[45] Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisbonne, Colibri, 2004. pp. 96-104 et David Lopes, *A expansão portuguesa em Marrocos*, Lisbonne, Teorema, 1989 [1936].

[46] IAN/TT, Corpo Cronológico, Partie I, Maço 2, doc. 9 et Partie I, Maço 17, doc. 110.

nom on distingue les [hommes] au teint citrin (*cetrino*) de ceux au teint plus noir…les marins des deux caravelles capturèrent 120 Azenègues qu'ils ramenèrent en Andalousie »[47].

Les exemples sont infinis et prouvent au combien l'Algarve, terre pauvre en hommes et en céréales[48], devint dès le milieu du XV^e^ siècle une terre d'arrivée d'esclaves maures et de « maures noirs »[49], mais aussi la plaque tournante de la réexportation d'esclaves vers Séville et Valence. Entre 1445 et 1482, ce sont 1 345 esclaves qui ont transité depuis Lisbonne et l'Algarve jusqu'à Valence : les esclaves noirs de Guinée représentaient la moitié des individus, l'autre moitié étant composée des esclaves dits blancs, *loros*, *moros*, *rossos*, alarves, *canaris*[50]. Les arrivées ne devaient pas compenser les arrivées au point qu'en 1472, les Portugais demandaient à Afonso V d'interdire l'exportation des Noirs hors du Royaume. Entre 1490 et 1498, 739 esclaves avaient été vendus par la succursale commerciale de Lagos pour un montant de 3 570 030 réaux ; en janvier 1508, Rodrigo Afonso quittait Arguin pour Lagos avec à bord de la Santa Maria da Misericórdia une cargaison de 33 esclaves (13 hommes et 20 femmes) ; en novembre de cette même année Mem Galvão débarquait avec un autre chargement de 45 esclaves[51] ; en 1518, Afonso Peres *almoxarife* de Tavira mettait en vente une cargaison de 140 esclaves tout juste arrivés d'Arguin pour 916 100 réaux[52]. En 1497, Alfonso Franco Silva recensait 250 esclaves noirs à Séville, dont beaucoup parlaient le portugais[53]. Les actes notariés de ventes d'esclaves de Séville enregistrent les cas de beaucoup de Noirs qui étaient nés à Lisbonne, à Lagos et Tavira. Plus de la moitié selon Alfonso Franco Silva[54]. A Valence, Vicenta Cortés Alonso dénombre l'entrée de 2 004 esclaves noirs entre 1489 et 1497[55], dont un grand nombre expédiés depuis Lisbonne par un certain Bartolomeo

---

[47] Julio Izquierdo Labrado, «La esclavitud en Huelva y Palos (1570-1587)», article publié dans sa version électronique : http ://www.paisvirtual.com / ciencia / humanistica / julioil / esclavoc.html.

[48] 39 451 habitants pour le littoral algarvien en 1527 selon Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve económico durante o século XVI*, Lisbonne, Cosmos, 1970.

[49] Les villes de Faro, Tavira, Loulé, Lagos et Silves possédaient des *mourarias* importantes et en 1544, 50 couples de maures vivaient encore à Lagos, cf. Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve… op. cit.*, p . 26.

[50] Avelino Teixeira da Mota, « Esclaves noirs à Valence de 1445 à 1482 » in *Revue française d'Outre-mer*, t. LXVI, 1979, pp. 195-210.

[51] Sur les 53 esclaves embarqués à Arguin et revendus pour 170 300 réaux.

[52] Ces exemples ont été reconstruits à partir de données fournies par les archives portugaises avec des données fournies par Braamcamp Freire, *Cartas de quitação del Rey Dom Manuel* in *Arquivo Histórico Português*, tomes II, III et IX.

[53] Alfonso Franco Silva, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad* Media, Séville, 1979, p. 48.

[54] Pour Alfonso Franco Silva, l'axe Guinée-Lisbonne-Séville est l'axe négrier « fondamental » à la fin du XV^e^ siècle. Alfonso Franco Silva, *Esclavitud en Andalucía : 1450-1550*, Université de Grenada, 1992, p. 47.

[55] Vicenta Cortés Alonso, « La trata de esclavos durante los primeros descubrimientos (1489-1516) » in *Anuario estudios Atlanticos*, Madrid-Las Palmas, n° 9, 1963.

Marchione (dont nous aurons à reparler), et à Valence ce sont près de 11 négociants en esclaves qui agissent au même moment, dont une majorité de Portugais [56]. Entre les nombreuses références aux esclaves maures, maures noirs (*mouros negros*) et noirs de Lagos, Silves et Faro présent dans la Chancellerie du roi Afonso V, il y a le cas de João Rodrigues, habitant d'Elvas, qui en 1464 s'était rendu à Cordoue à dos d'âne, emportant une esclave qu'il avait vendu à la foire locale [57].

À cet esclavage des Noirs et des Maures, il convient d'ajouter les Guanches des îles Canaries. L'extermination des Guanches avait débuté en 1402 avec l'arrivée, dans les îles de Lanzarote et Fuerteventura, du Normand Jean de Béthencourt et de son compagnon d'affaires Gadifer de la Salle. Pour les deux marchands, l'intérêt se portait sur les colorants végétaux, et en particulier l'orseille, plus que sur l'acquisition d'esclaves. Rappelons que Jean de Béthencourt était seigneur de la petite localité de Grainville la Teinturière sur les rivages de la Manche, pays de foulons et de tisserands à proximité des foires du Nord et de Champagne. Devenue possession castillane, les incursions portugaises vont se multiplier à partir des années 1420 et quatre expéditions menées en 1425, 1427, 1434 et 1445 depuis l'île de Madère sont connues [58]. En 1434, Gil Eanes, de retour du cap Bojador ramenait à Lagos à bord de sa *barca* quelques aborigènes guanches capturés sur l'île canarienne de Ténériffe, où l'équipage s'était arrêté pour ravitailler en vivres et en eau. Les Castillans prolongèrent ce trafic et entre le milieu et la fin du XV^e^ siècle, c'est la quasi-totalité des 80 000 indigènes des îles canariennes qui furent massacrés ou déportés vers les grands ports de la frange du littoral atlantique et entre méditerranéen compris entre Huelva et Valence. Dans son voyage à travers la péninsule (1494-1495), Jerónimo Münzer fait halte à Valence en octobre 1494 et assiste à la vente de 73 des 87 « hommes bruns mais pas noirs, qui étaient semblables aux barbares [les Arabes] » ramenés de l'île de Lanzarote. Le port de Valence compte alors multitude de « captifs enchaînés et assujettis à des travaux extrêmement pénibles, tels que scier des poutres ».[59]

Le sort réservé à ces Guanches est à rapprocher de celui des Noirs travaillant dans le port de Lisbonne. Car, en soit l'esclavage des Noirs ne différait guère de celui réservé aux autres minorités serviles de l'espace péninsulaire, qu'elles soient guanches, indiennes, maures, juives, slaves, etc.. La condition de l'esclave variait en fonction de l'activité occupée. Selon que l'esclave fut

---

[56] José Luiz Cortés Lopez, *Los Origenes de la esclavitud negra en España*, Madrid, 1986, p. 46.

[57] IAN/TT, Chancellerie d'Afonso V, Livre 28, fol. 131 v (1-2-1464).

[58] Alberto Vieira, *Os escravos…*, *op. cit.*, p. 22. Sans compter celles conduites directement depuis le royaume, à l'exemple de l'expédition conduite en 1440 avec le financement de la famille des di Negros qui détenait des vignobles, des terres agricoles et l'affermage des impôts sous Afonso V et ses successeurs.

[59] Jerónimo Münzer, *Viaje por España y Portugal*, Madrid, éd. Polifemo, 2002, chap. « Venta de esclavos », pp. 43-45.

destiné à la domesticité, à des tâches artisanales, agricoles, ou au travail des mines, l'espérance de vie était variable. Et à ce titre, les esclaves noirs, moins chers à l'achat, furent généralement destinés aux tâches les plus dures et enregistrèren les taux de mortalité les plus élevés. En janvier 1493, le roi D. João II demandait à son greffier de remettre à João Primeiro, esclave domestique de la Cour, « une chape, un pantalon, un capuchon de toile de Bristol, un pourpoint de toile épaisse, deux chemises de coton, des chaussures, une ceinture et un béret sombre», l'ensemble constituant sa tenue de travail. Mais à côté de cet esclavage de palais, de ces domestiques qu'on retrouvait en nombre dans les résidences de chasse et de villégiature édifiés le long de la vallée du Tage, de Santarém à Muja [60], ou dans le Sud du pays d'Évora à Castro Marim, dans la factorerie des Flandres, aux Açores comme bergers [61], au service des princes et des nobles du Royaume, etc., il y a ces milliers d'esclaves qui passèrent par l'enfer des forges à ciel ouvert de l'arsenal de Lisbonne, par les 27 fours à biscuit du Val de Zebro, les mines andalouses de Guadalcanal (Sierra Morena) [62] ou les huertas insalubres de Gandia, près de Valence. Là où dans les années 1460, la compagnie allemande de Ravensburg avait fait assécher les terres marécageuses et lagunaires pour y installer des plantations de canne à sucre [63].

Cette première traite ibérique (ca. 1435-1500), comparée à l'ampleur prise par la suite, apparaît comme relativement limitée en nombre et réduite dans l'espace (le sud de la péninsule). En soit elle ne diffère guère de celle pratiquée pendant des décennies par les italiens autour du bassin de la Méditerranée orientale. Mieux, elle en est l'étroite héritière. Et il est fort probable que la traite ibérique eut continué sur ces bases « restreintes » et «médiévales « sans l'irruption de Christophe Colomb en Amérique ». Car jusqu'alors, à Lisbonne, la Couronne semblait davantage portée vers les affaires nord-atlantiques que vers l'Afrique du Nord et l'Afrique subsaharienne. Du moins, plus par intérêt mercantile que par vocation naturelle. Le centre des affaires était alors au Nord, le Sud étant surtout un réservoir de main-d'œuvre et de matières premières. Car, si les Avis, une fois sur le trône, poursuivent leur politique d'alliances matrimoniales avec les royaumes castillan et aragonais, João I, après son mariage avec Filipa de Lancastre, renforce l'axe luso-britannique inauguré par le traité de Tagilde (1372) et consolidé par le traité de Windsor (1386). L'activité portuaire de Lisbonne s'orienta vers la Manche et

---

[60] Qui porte toujours l'appellation de Paço dos Negros (Palais des Noirs). Tous les exemples qui se suivent sont tirés du fonds Corpo Cronológico de l'IAN/TT.

[61] Avelino de Freitas Meneses, « O Arquipélago dos Açores – O Povoamento » in *Nova História da Expansão Portuguesa* (ss. dir. de Joel Serrão et A. H. de Oliveira Marques), Lisbonne, Estampa, 2005, vol. I, p. 270.

[62] Alessandro Stella, « L'esclavage en Andalousie à l'époque Moderne » in *Annales ESC*, janvier-février 1992, n° 1, pp. 35-64.

[63] Après le déclin de l'exploitation du sucre à Valence, on retrouve Leo Ravensburg membre de cette même famille comme agent des Welser, dans la culture du sucre de Madère au début du XVI[e] siècle.

les circuits du Nord de l'Europe au détriment de l'Atlantique. Les marchands flamands, anglais et allemands étaient nombreux dans les ports de Lisbonne et de Porto, à l'image d'un certain Monde, riche marchand anglais qui pendant des années afferma les rentes de Porto et arma quatre navires pour la conquête de Ceuta [64]. Durant tout le XV^e^ et une partie du XVI^e^ siècle, une *carreira* régulière relia Lisbonne à l'Angleterre : le vin, le liège, la cire et le sucre de l'île de Madère [65] croisent les fameux « draps longs » de Bristol et les écarlates de Galway, qui repartaient vers l'Afrique mais habillaient aussi les nobles et les esclaves noirs de la Cour royale sous le règne de João II [66]. Pour leur part, les premiers contacts avec la Hanse datent des années 1370 et se prolongent jusqu'à la fin du XV^e^ siècle, encore que dans des volumes réduits : en contrepartie de céréales, de tissus et de métaux, les Portugais fournissent du sel, du vin, de l'huile, du miel, etc [67]. Dans le même temps, João I établissait une première *feitoria* à Bruges, qui fut déplacée à Anvers en 1398. En 1516, la factorerie des Flandres était encore en activité, date à laquelle Manuel I envoyait de Lisbonne, deux esclaves noirs pour assister le *feitor* dans ses diverses tâches [68]. Le *feitor*, fonctionnaire au service de la Couronne, vendait des marchandises portugaises : à l'origine des figues, du raisin sec, du vin, des huiles, puis à partir des années 1460 du sucre de Madère (1/3 de la production de l'île était alors exporté vers la Flandre) [69] et enfin à partir de 1501, des épices indiennes. En échange, le Portugal recevait des lainages flamands, du laiton, des anneaux de cuivre de fabrication allemande destinés au troc de Guinée. On voit bien cette bipolarité du Royaume : entre Lisbonne dont les réseaux s'étendent jusqu'à la Baltique et l'Algarve, avant-port de l'Afrique du Nord.

L'arrivée des Européens au Nouveau Monde et en Inde modifie cette bipartition entre monde nord-atlantique et sud-méditerranéen, en ouvrant une route vers l'Ouest. Ce passage s'inscrit dans la continuité plus que dans une rupture brutale, à l'image du destin de Christophe Colomb. La première vie de Colomb se passe dans l'univers de ces dynasties de riches négociants italiens qui dans le dernier tiers du XVI^e^ siècle monopolisaient le trafic du sucre des îles atlantiques. Entre 1476 et 1482, Christophe Colomb fut successivement le facteur des Spinola, di Negro et Centurione. Ainsi, en 1476, il prit part à une expédition commanditée par les Spinola et les di Negro « destinée

---

[64] António Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*, Lisbonne, Livros Horizonte, 1985 [1964], p. 21.

[65] Consuelo Varela, *Ingleses en España y Portugal –1480-1515. Aristócratas, Mercaderes e Impostores*, Lisbonne, Colibri, 1998, p. 13.

[66] IAN/TT, Corpo Cronológico, Partie I, Maço 3, doc. 2, Maço 3.

[67] António H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisbonne, éditorial Presença, 1993 [1959].

[68] IAN/TT, Corpo Cronológico, Partie I, Maço 9, doc. 30.

[69] La première importation enregistrée date de 1468, cf. John G. Everaert, «Marchands flamands à Lisbonne et l'exportation du sucre de Madère (1480-1530)» in *Actas do colóquio internacional da Madeira de 1986*, Funchal, 1989, pp. 442-463.

à transporter du mastic de Chio jusqu'en Flandres ou en Angleterre »[70] ; en 1478, il effectua pour le compte de Paolo di Negro et de Ludovico Centurione un voyage depuis Lisbonne à Madère pour acheter un lot de 2 400 arrobes de sucre et le convoyer à Gênes avant de passer entre 1479 et 1482, au service des Centurione. Entre 1482 et 1484, il fit un ou deux voyages à São Jorge da Mina. Enfin en 1484, il présenta à la Cour de João II son projet de traversée mais reçut une fin de non-recevoir. Les raisons en sont diverses : somme toute la Couronne portugaise considéra-t-elle que les honneurs réclamés par le Génois étaient disproportionnés pour un marin sans ascendance et dont le titre de noblesse résultait d'un mariage bienheureux avec Filipa Moniz Perestrello, fille du premier capitaine-donataire de Madère Bartolomeo Perestrello : ne prétendait-il pas tout simplement au titre de vice-roi des Indes ? Par ailleurs, le montage financier proposé par le Génois heurtait le système monopolistique des licences commerciales instaurées par la Couronne. Et puis dans le même temps à Lisbonne, on avait eu bruit des différentes expéditions (au moins trois) que des marins de Bristol avaient entrepris dans l'Atlantique à la recherche de l'île du Brésil en 1480-1481[71]. Enfin, l'influence de l'Allemand Martin Behaim, arrivé comme commerçant au service de la Flandre et devenu après 1480 conseiller auprès de João II aux affaires maritimes, fit pencher la balance en faveur de la filière augsbourgeoise et flamande (les Fugger, les Welser et la firme Despaers) de Lisbonne[72] qui dominait alors la réexportation du sucre de Madère vers Bruges et le Nord au détriment des Génois de Lisbonne. Ces liens commerciaux unissant les marchands du Nord à la Couronne portugaise, qui dataient du temps de João I étaient si forts que l'expression « privilège des Allemands » renvoyait à un statut spécifique qui s'appliquant aux étrangers[73]. En 1478, Afonso V accordait aux Flamands une série de nouveaux privilèges et les autorisait notamment à commercer en toute liberté dans le Royaume[74] ; un échange de bons procédés qui répondait aux privilèges dont jouissaient les Portugais à Bruges puis à Anvers.

En fait, le poids des toiles et des étoffes et surtout de l'argent et des métaux dans le système d'échange portugais avait joué en défaveur des Génois et c'est ainsi que le Flamand van Olmen (ou Ulmo) et le Portugais João Estreito s'élancèrent en 1487 de Lisbonne à la recherche de l'île Antilla

---

[70] Bernard Vincent, *1492 : «L'année admirable»*, Paris, Champs Flammarion, 1996 [1991], p. 60.

[71] Consuelo Varela, *Ingleses…, op. cit.*, p. 44.

[72] Sur les privilèges (exemption de taxes, libre circulation, etc.) accordés aux marchands flamands et allemands sous les règnes de João II et Manuel I cf. Jean Denucé, «Privilèges royaux accordés par les rois du Portugal aux Flamands et aux Allemands» in *Arquivo Histórico Português*, 1909, Vol. VII, pp. 310-326 et 377-392.

[73] Virginia Rau, «Privilégios e legislação portuguesa referentes a mecadores estrangeiros (séculos XV e XVI)» in *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*, Lisbonne, editorial Presença, 1984, pp. 202-225.

[74] Jean Denucé, «Privilèges…», *op. cit.*

; une expédition qui ne revint jamais. Après le refus portugais, Christophe Colomb se tourna vers les Rois de Castille et finalement ce sont les Génois de Séville qui armèrent les caravelles de Colomb. L'audace de Colomb lui valut d'être le premier à croiser l'Atlantique ; de peu. Car au même moment, un autre Génois Giovanni Caboto entreprenait un tour des Maisons royales à la recherche de financement pour une aventure « américaine » : fin 1490, il était à Valence, puis il passa par Barcelone, Séville et Lisbonne avant de débarquer à Bristol en 1496. Persuadé que Colomb n'avait pas atteint les Indes [75], il obtint d'Henri VII d'Angleterre pour lui et son fils Sebastian le droit de découvrir à ses propres frais les terres à l'Ouest de l'Angleterre et atteindra la Terre Neuve. Si l'histoire a surtout retenu le nom de Christophe Colomb, la poussée vers le lointain atlantique s'inscrit dans une dynamique de groupe plus que dans l'initiative d'un seul homme. L'entreprise de Colomb n'est pas le rêve d'un éclairé fou d'astronomie, mais au contraire elle épouse la réalité concrète de son temps ; ce monde des grands négociants et des grands argentiers florentins qui se fixèrent à Lisbonne et à Séville dans le dernier tiers du XV^e^ siècle. L'entreprise des Indes annonçait un monde nouveau, celui de l'Atlantique économique, dont les membres-associés tissaient une toile basée sur les liens du sang qui reliait les principaux ports marchands de l'Europe.

Et c'est dans ce monde du grand négoce, caractérisé par sa mobilité, et sa flexibilité, que reposent les bases économiques de l'empire portugais. Le marchand Bartolomeo di Domenico Marchione est le proto-type même du capitalisme nouveau de «ces florentins de Lisbonne» [76]. Riche banquier et négociant avisé, Bartolomeo Marchione arriva à Lisbonne au milieu des années 1470. En 1480, il fit construire un navire de 200 tonneaux pour le commerce du sucre de Madère et celui des *Rios de Guiné* (Rivières de Guinée). En 1487, Pero de Covilhã et Afonso de Paiva partaient de Lisbonne pour l'Abyssinie à la recherche du Prêtre Jean et emportaient avec eux une lettre de crédit passée à Lisbonne par Marchione. A la suite des monopoles des esclaves et des épices concédés à Fernão Gomes sur tout le littoral guinéen entre 1469 et 1475, Marchione obtint entre 1486 et 1493, le contrat de la traite du *Rio des Escravos* dans le Golfe de Guinée, puis l'affermage des *Rios de Guinée* (Haute Guinée) entre 1490 et 1497. Entre 1502 et 1503, Fernão de Loronha reçut à son tour à ferme l'exploitation du *Rio des Escravos*. Les premières expéditions au Brésil furent financées par Gerardo Verde, frère d'un grand marchand toscan, Simão Verde, qui avait fondé une compagnie commerciale en Andalousie [77]. Bartolomeo Marchione prit part aux premières expéditions et, avec Girolamo Sernigi et António Salvago, il arma la caravelle Nossa Senhora da Anunciada (un navire de 100 tonneaux)

---

[75] Charles Verlinden, «L'héritage… », *op. cit*.

[76] Cf. le bref aperçu donné par Virgínia Rau, «Notes sur la traite portugaise à la fin du XV^e^ siècle et le Florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni» in *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, Fascicule XLIV, 1974, pp. 534-543.

[77] Consuelo Varela, *Cólon y los Florentinos*, Madrid, 1988, pp. 83-93.

et finança une partie du voyage de Cabral. En association avec Benedetto Morelli, Fernão de Loronha et Francisco Martins il acquit le contrat du bois-brésil autour des années 1503-1510. En 1503, D. Manuel lui accorda la somme de 51 000 réaux pour l'entretien de sa maisonnée. En 1505, il participa en compagnie de marchands florentins, des Welser et des Fugger à une expédition en Inde à hauteur de 29 000 réaux, contre 24 000 réaux pour ses associés. En 1511, il acheta le contrat du poivre de l'Inde et participa au négoce sucrier sur l'île de São Tomé [78].

L'activité débordante de Marchione outrepassait le cadre territorial *stricto sensu* de l'Europe pour franchir aisément les océans et les frontières. Elle reposait sur un réseau dense d'associés et de facteurs installés aux quatre parties du Monde (Brésil, Inde, Afrique, Andalousie, Portugal, Italie, Anvers, etc.). En 1480, avec ses partenaires João et Juanoto Berardi, il reçut d'Isabelle et de Ferdinand de Castille l'approvisionnement des Royaumes de Castille d'Aragon en esclaves [79]. Au cours de la décennie suivante, il fut le fournisseur officiel de la ville de Valence par l'intermédiaire de son facteur Cesáreo Barchi, un autre florentin avant de bénéficier du même monopole à Florence [80]. Le parcours de Marchione, s'il fut exceptionnel, ne fut pas un cas isolé et l'on pourrait évoquer les noms des Morelli, Bordi, Salvago, Spinola, Grimaldi, Cattanei, Calvi, Centurione, Rivaloro, Lormellini, Pallavicini, Adorno, des commerçants qui à cheval entre Lisbonne, Séville, Valence et les Caraïbes réinventèrent de nouveaux réseaux et de nouveaux circuits [81].

Des esclaves pourquoi faire ? La deuxième traite des Noirs et la première mondialisation (ca. 1500)

Avec la mort, en 1470, de D. Fernando, le monopole de la traite revint à la Couronne et à Afonso V qui mobilisée par l'entreprise d'Afrique du Nord, afferma pendant cinq ans l'exploration de la Côte et le trafic des esclaves à Fernão Gomes contre le paiement de 200 000 réaux [82]. Somme réduite comparée au contrat signé en 1525 entre la Couronne et les frères italiens de Forne qui, en échange de l'exportation de 600 esclaves vers les Antilles prévoyait le versement de 3 *contos* et 600 000 réaux, une somme dix-huit fois supérieure. Quelles justifications donner à ce changement d'échelle ? Les Amé-

---

[78] Cf. entre autres documents originaux extraits de l'IAN/TT les références suivantes : Corpo Cronológico, Partie I, Maço 7, doc. 71 ; Maço 10, doc. 73 ; Maço 11, doc. 71 ; Partie II, Maço 10, doc. 73 ; Maço 32, doc. 108 et Maço 35, doc. 194.

[79] Virgínia Rau, « Notes sur la traite… », *op. cit.* , p. 538.

[80] *Ibid.*, p. 542.

[81] Peter Boyd-Bowman, « Patterns of Spanish Emigration to the Indies until 1600 » in *HispanicAmerican Historical Review*, 1976, vol. 56, n° 4, pp. 580-604.

[82] João de Barros, *Ásia : Dos feitos que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, Première Décade, liv. 2, chap. 2 (éd. de João Baião, 1932, rééd. 1988, 3 vols) et IAN/TT, Chanc. D. Afonso V, L. 33, fols. 147v.-148, (1-06-1473).

riques bien sûr ! Car jusqu'alors sur les marchés de Valence et de Séville, le prix des esclaves noirs était considérablement inférieur à celui des esclaves maures : entre 1/3 et 2/3 [83]. Une différence qui s'explique, selon nous, par le fait que l'esclave maure était plus rapidement employable, car à la base il était plus familiarisé avec le milieu ibérique, et surtout parce qu'il avait une espérance de vie plus longue. Ce qui, pour l'acheteur, était une donnée importante vu que la longévité « productive » de l'esclave tournait en moyenne autour de 10 à 15 ans [84]. Une espérance de vie inférieure chez les Noirs qui s'expliquait moins par la différence de traitement que par le déracinement, les difficultés initiales d'adaptation et l'alimentation méditerranéenne [85]. Les Indiens se trouvaient dans la même position que les Noirs. Dans les années 1500-1510, en Andalousie le prix moyen de vente de l'esclave indien était très proche du prix de l'esclave noir : 6 935 maravedis contre 7 480 maravedis. Par contre, aux Amériques, un esclave noir valait dix esclaves indiens [86].

Cette flambée du prix du Noir aux Amériques vient de ce que, face à la surmortalité enregistrée par les populations indigènes, l'esclave noir devint la seule main-d'œuvre humaine disponible que l'Européen pouvait déplacer en grand nombre pour travailler dans les mines des îles caribéennes. Cette préséance se confirma lorsqu'en 1501, après une première révolte des Indiens à Ayati (sur l'île d'Hispaniola) où des esclaves musulmans et des esclaves *Jelofes* (wolofs) islamisés étaient impliqués, Isabelle de Castille interdit l'envoi de Musulmans vers les Caraïbes. En 1503, on expulsa ceux qui s'y trouvaient encore, car, selon les colons, les Maures et les Noirs islamisés « enseignaient de mauvaises habitudes aux Aborigènes et pratiquaient la fuite » [87]. En fait, même convertis, on craignait que les Morisques ne « contaminent » les Amérindiens. Jusqu'alors dans l'espace ibérique l'esclave noir était autant une force de travail domestique, agricole, artisanal, etc. qu'un moyen de rémunération : c'était un moyen pour le Roi de récompenser ses sujets les plus fidèles, d'honorer salaires et rentes, de faire un présent de mariage, etc. Les archives conservent ainsi plus d'une vingtaine d'*alvarás*

---

[83] José Luiz Cortés Lopez, *Los Origenes…, op. cit.*, p. 108.

[84] A ce titre, les prix d'achat des esclaves Noirs en Afrique sont révélateurs. A Arguin, le prix-étalon (fixé à 15 *dobras* d'or dans les années 1508) était un esclave sain, homme ou femme, âgé de 1l0 30 ans. Les esclaves *moços* ou enfants, âgés de moins de 16 ans, voyaient leur valeur finale amputée entre un tiers et la moitié ; et au-dessus de 35 ans, l'esclave avait perdu les deux tiers de sa valeur marchande. Les esclaves de *mimo* (de sein) étaient systématiquement offerts avec leurs mères.

[85] Voir notamment le descriptif de Gomes Eanes de Zurara, *Chronique… , op. cit.*, chap. XXVI. Le raisonnement vaut dans l'autre sens. Les premiers Européens qui se fixèrent à São Tomé furent incapables de s'adapter aux cultures alimentaires africaines (igname et maïs) et durent importer du blé et de l'huile d'Europe.

[86] Esteban Mira Caballos, *Indios y Mestizos en la España del siglo XVI*, Madrid, Iberoamericana, 2000, p. 109.

[87] José Luiz Cortés Lopez, *Los Origenes… op. cit.*, p. 33.

royaux de concessions d'esclaves à des particuliers, tous datés des années 1512-1515.

Au contraire aux Amériques, l'esclave perd toute identité pour se transformer en « pièce » anonyme. La découverte d'importants gisements d'or sur l'île d'Hispaniola et son exploitation intensive à Cibao [88] provoquèrent un regain d'intérêt dans la péninsule Ibérique pour l'Afrique et les Africains. C'est ainsi que l'or des Amériques modifia l'histoire du Monde et le sort de l'Afrique subsaharienne. L'esclave *negro* considéré jusqu'alors sur le même plan que l'esclave *moro*, *canari* ou *blanch* acquit avec son passage au Nouveau Monde une toute autre valeur marchande et un nouveau qualificatif : celui de la *peça* d'esclave mâle ou femelle, dont la valeur fut fixée en fonction de sa capacité de travail dans les mines et les plantations. L'occupation du continent américain entraîna une modification des relations commerciales et des positions de force entre la Castille et le Portugal. D'Etats rivaux, les deux Royaumes se retrouvèrent dans l'obligation de collaborer.

João II avait la mainmise sur l'Atlantique et ses richesses : l'ivoire, la malaguette, les esclaves et surtout l'or, qui arrivait à Arguin en provenance de Tombouctou, mais surtout à São Jorge da Mina (depuis les mines du Ghana) où les Portugais avaient édifié une forteresse en 1482 [89]. João II fut le roi de l'or da Mina. Avec l'arrivée de Vasco da Gama en Inde et de Christophe Colomb aux Amériques, son successeur Manuel I devint le « roi épicier » et le « roi négrier ». Les quais, les arsenaux et les quartiers portuaires du Tage prirent la couleur des esclaves de Guinée et vinrent compléter le « brun » des esclaves mauresques. Lisbonne est au XVI^e^ siècle une ville de « noirs et de maures captifs » comme le souligne l'humaniste flamand Nicolas Clenart (1493 ?-1542) lors de son séjour à Lisbonne en 1535 [90]. Plus au Sud, à Séville la Torre del Oro s'emplit des richesses des Amériques et au port de las Muelas de Séville débarquait une « multitude de ces *negras* et *negros* qui arrivait d'Ethiopie et de Guinée via le Portugal » selon le chroniqueur Luis de Peraza (1^er^ tiers du XVI^e^ siècle).

L'or et l'argent des Amériques *versus* les esclaves des Afriques. Dès le début du XVI^e^ siècle, le monde ibérique est au cœur d'une première mondialisation. Elle repose sur l'entrelacement des circuits des Noirs et des métaux précieux qui s'articulent autours de deux villes-mondes (Lisbonne et Séville) et de leurs extensions burocratico-commerciales, respectivement la Casa da Guiné, da Mina et da Índia et la Casa de Contratación de Séville. Les formes différentes de colonisation qu'appliquèrent les deux Etats ibériques sur le terrain – une colonisation de peuplement contre une occupation

---

[88] Au cours des années 1493-1530, la région de Cibao fournit 75 % de l'or en provenance d'outre-mer, cf. Pierre Chaunu, *Conquête et exploitation des nouveaux mondes,* Paris, Nouvelle Clio, 1969.

[89] J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina (1482-1637)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, CNCDP, 1993.

[90] M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal, Clenardo e a sociedade portuguesa (com a tradução das suas primeiras cartas),* Coimbra, 4e éd., 1974, 2 vols.

d'aires d'influences et de *frontier* – dérivent bien sûr du facteur populational et microbien (à l'avantage des Espagnols aux Amériques et en défaveur des Portugais en Afrique [91]) [92], mais aussi de la dispersion géographique des positions portugaises dans l'Atlantique [93]. En schématisant, l'empire portugais ne fut pas un empire de domination territoriale mais un empire « fragmentaire », un empire édifié autour de comptoirs-forteresses et d'îles-factoreries qui contrôlaient les routes d'accès aux rivières des esclaves de Guinée, du Bénin et du Congo [94]. Plus que sur une véritable stratégie de colonisation, l'empire portugais s'appuyait sur le contrôle des voies de circulation (la politique du *mare clausum*) et sur l'instauration d'un centralisme fiscal qui reposait sur le recouvrement des taxes et des impôts (*quarto*, *quinto*, *dizima*, *sisa*), découlant de la traite [95]. Avec Manuel I, on assiste à l'instauration d'une véritable politique de la traite négrière. Les travaux profonds qu'il engage à Lisbonne avec la construction à partir de 1504 du nouveau Palais Royal [96] relié par un pont à la Casa da Guiné, Mina et Índia [97] (la nouvelle Alfândega réaménagée au début du XVI^e^ siècle), la percée de la large artère commerçante de la Rua Nova dos Mercadores et sa prolongation à l'est par la place des Esclaves [98] délimitent un vaste espace politique et commercial en bordure du Tage. Et avec la création de la Casa de Contratación de Séville en 1503, dont le premier facteur fut le Génois Francisco Pinelo [99], c'est une union économique d'intérêt plus que d'amour qui prend forme, bien avant la réunion politique des deux Couronnes de 1580. Dans les faits, l'union dynastique (1580-1640) ne fera qu'accélérer l'intrusion physique des Espagnols dans la gestion de l'espace Haut-guinéen ; une incursion qui se matérialisa par la création du comptoir de Cacheu dans les années 1595 (pour réguler le trafic et limiter l'impact du commerce d'interlope) et une tentative, avortée, de colonisation de la Sierra Leone [100].

---

[91] Les fièvres de São Tomé (paludisme et malaria) touchaient systématiquement les Blancs qui arrivaient sur l'île. Chaque année c'était plus d'un tiers des habitants blancs qui succombaient.

[92] Un million d'habitations pour le Portugal contre six à sept pour le Royaume de Castille-León, cf. Pierre Chaunu, *L'expansion européenne du XIII^e^ au XV^e^ siècle*, Paris, Nouvelle Clio n° 26, PUF, 1969.

[93] António Manuel Hespanha, «A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes», in *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 163-188.

[94] Francisco Bethencourt, «Empire fragmentaire et formes d'identité» in *Eclats d'Empire : du Brésil à Macao,* Paris, Maisonneuve & Larose, 2003, pp. 19-35.

[95] Un quadrillage du Royaume en *almoxarifados, alfândegas, aduanas, alcabalas*, hérité de l'ère musulmane. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal. A emergência de uma nação*, Lisbonne, Colibri, 2004, p. 10.

[96] En remplacement du palais médiéval des Alcáçovas situé dans la citadelle mauresque.

[97] Nuno Senos, *O Paço da Ribeira*, Lisbonne, editorial Notícias, 2002.

[98] Hélder Carita, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisbonne, Livros Horizonte, 1999.

[99] Les descendants de Pinelo se retrouvèrent associés aux premiers voyages transatlantiques.

[100] Paul Edward Hadley Hair, *Africa Encounterd. European contacts and evidence : 1450-1700*, Aldershot, Variorum, 1997.

Dès le milieu du XV^e siècle, c'est un espace économique commun qui se met en place autour de la circulation d'une main-d'œuvre servile entre les deux Royaumes ibériques. Une main-d'œuvre qui dès le tout début du XVI^e siècle est réexportée en direction des mines des îles caribéennes [101]. Après l'échec de l'épisode de déportation des Maures [102], en 1504, Ferdinand le Catholique autorisa l'envoi de 17 esclaves pour travailler dans les mines d'or de l'île d'Hispaniola [103]. Dans les années 1509-1510, ce sont 50 esclaves noirs qui arrivèrent à Hispaniola. En 1517, D. Jorge de Portugal, fils bâtard de D. João II, reçut de Madrid une licence pour envoyer à Hispaniola 400 esclaves. En 1518, Charles I, le futur Charles Quint, autorisa son favori, Lorenzo de Gouvenod, comte de Bresa, à introduire 4 000 esclaves sur l'île d'Hispaniola. La licence fut revendue en 1519 à quatre Génois installés à Séville et constitués en firme : Agustin Vivaldo, Fernando Vasquez et les frères Tomas et Domingo de Forne. Agustin Vivaldo était représenté à Hispaniola par Estevan Justiniano avec lequel il se lança dans la production sucrière [104]. En 1525, ces mêmes Tomas et Domingos de Forne signèrent avec le Roi du Portugal un contrat portant sur l'exportation de 600 esclaves. Depuis au moins 1518, les habitants de Hispaniola (le port de Santo Domingo) se plaignaient de la désobéissance des esclaves issus de Castille et demandaient à Charles Quint l'autorisation de convoyer directement des *boçais* depuis l'Afrique [105]. En 1527, un nouveau contrat était signé à Burgos avec Francisco de los Cobos pour envoyer 600 esclaves vers les mines d'or [106]. En 1528, Charles Quint concédait une nouvelle licence portant sur 4 000 esclaves, cette fois-ci à deux Allemands, Ehinger et Seiler, des agents des Welser [107].

L'analyse des premiers voyages transatlantiques conduits depuis São Tomé (**Tableau 2)** montre qu'ils prirent tous la direction de trois îles des Caraïbes (Hispaniola, Puerto Rico et la Jamaïque). Les règles étaient strictes et selon le *regimento* tous les esclaves embarqués devaient être âgés de 18 à 30 ans, et chaque navire devait au moins embarquer 2/3 d'hommes. Ratio

---

[101] Sur l'articulation du trafic transatlantique ibérique aux XVI^e-XVII^e siècles cf. António de Almeida Mendes, « The Slave Trade to the Spanish Americas in the Sixteenth and Seventeenth Centuries : A Reassessment », Cambridge University Press, 2006 (ss. presse).

[102] Cf. supra.

[103] J. A. Saco, *História de la esclavitud desde los tiempos más remotos hasta nuestros días*, Paris, 1875, vol. I, p. 95.

[104] Tous deux possédaient en commun deux moulins sur l'île. Cf. W. Brulez, « Marchands italiens dans le commerce américain au XVI^e siècle » in *Bulletin de l'Institut Historique Belge de Rome*, Fascicule XLIV, 1974, p. 90.

[105] AGI, Santo Domingo, Junta de Procuradores en la España, 1518, 77 R1, n° 1 ali 27, cité par Esteban Mira Caballos, « Las licencias de esclavos negros a Hispanoamérica (1544-1550) » in *Revista de Índias*, vol. LIV, n°201, 1994, p. 275.

[106] AGI, Patronato 246, N. 2, R 14.

[107] Riche famille d'argentier d'Augsbourg qui avait participé à la commercialisation du sucre de Madère et des premières expéditions en Inde (cf. *supra*). Cf. Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Indias de Castela (1541-1556)*, Lisbonne, 1999, pp. 21-27.

qui fut respecté à la lettre. Mais le Portugal ne se limita au seul rôle de fournisseur. La Couronne portugaise possédait sur l'île d'Hispaniola un facteur, André Ferreira qui devait veiller au bon enregistrement des pièces et au respect des droits de la Couronne portugaise. En échange des esclaves, Lisbonne recevait de l'or. Ainsi, en novembre 1531, 6 marcos, 7 onças et 1 oitava 1/2 d'or (environ 2 kgs) étaient enregistrés à la Casa da Mina de Lisbonne, rapportés à bord d'un navire revenant de Santo Domingo [108]. En 1535, André Ferreira était expulsé de Santo Domingo par l'administration espagnole. Les raisons restent mystérieuses, mais avec l'épuisement des réserves d'or à Hispaniola c'était un nouveau cycle qui commençait avec l'argent du Pérou [109], auquel les Portugais n'étaient pas conviés. En 1532, une société florentine constituée autour de Filippo Strozzi, Giuliano, Piero Capponi et Francesco Lapi sise à Séville déployait pendant 7 ans une activité négrière vers le Mexique et le Panama, sans obtenir de très bons résultats. Dès 1535, la Couronne de Castille autorisait deux marchands à introduire des esclaves au Pérou. En 1536, 100 esclaves noirs étaient importés au Pérou, en pro-venance de l'espace américain essentiellement [110]. Les îles caribéennes se « dépeuplaient » au détriment de la Terre Ferme. Ainsi, en 1538, un conquistador arrivait au Pérou depuis Hispaniola avec « beaucoup de chevaux, des armes, des esclaves, des outils et d'autres choses nécessaires au travail dans les mines » [111]. En 1541, Charles Quint signa avec deux Portugais, les frères Torres, un pré-*asiento* (contrat monopolistique portant sur un nombre donné d'esclaves). Entre les mois de novembre 1544 et de novembre 1550, 71 navires quittèrent Séville et Cadiz pour la Haute-Guinée et transportèrent aux Amériques 10 669 esclaves [112]. Un second contrat fut signé en 1556 avec le *converso* Manuel Caldeira, « facteur du Roi du Portugal » pour l'introduction de 2 000 esclaves depuis le Cap-Vert et l'île de São Tomé vers les Indes de Castille [113]. Le contrat de Manuel Caldeira marquait l'arrivée dans le trafic négrier des proches de la Cour et préfigurait les grands *asientos* portugais des années 1580-1640 [114], prélude au grand trafic international des XVII[e]-XVIII[e] siècles.

---

[108] Câmara Municipal de Lisboa, Livro da receita e despesa do Tesoureiro de 1531, fol. 12.

[109] Pierre Chaunu, *Conquête et exploitation des nouveaux mondes*, Paris, Nouvelle Clio, PUF, 1969.

[110] Frederick Bowser, *The African slave trade in colonial Peru, 1524-1650,* Stanford, 1974, p. 22.

[111] *Ibid.*, p. 23.

[112] Archivo General de Simancas, Consejo y Juntas de Hacienda, 23 et Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros…, op. cit.*

[113] Ricardo Escobar, « Inquisition et judaïsants en Amérique espagnole (1569-1649). Carthagène des Indes au temps des réseaux », Paris, EHESS, Paris, 2005, p. 292.

[114] Enriqueta Vila Vilar, *Hispanamerica y el comercio de esclavos*, Séville, Escuela de Etudios Hispano-Americanos de Sevilla, Séville, 1977.

Les chiffres de la traite

En vertu de la connexion entre trafic ibérique et trafic américain, on peut suivre l'évolution de la demande péninsulaire et américaine en esclaves à partir de la source, c'est-à-dire depuis Arguin, principal centre d'exportation vers le Royaume du Portugal. Entre mai 1499 et 1519, ce furent au total 7 476 esclaves surtout wolofs qui quittèrent Arguin (**Tableau 3**)[115]. Pour la période comprise entre octobre 1511 et octobre 1528, nous avons pu reconstituer 55 voyages pour un total de 6 802 esclaves embarqués et 6 512 esclaves débarqués au Royaume (**Tableau 4**). Deux remarques s'imposent : le nombre limité de navires et de capitaines qui effectuaient le circuit Arguin-Lisbonne. En fait la *carreira* Arguin-Lisbonne fonctionnait en circuit fermé, pour une traversée qui durait approximativement trois semaines. Il s'agissait de voyages pendulaires : un même navire et un même capitaine effectuant une série ininterrompue d'allers-retours. Sur le total des 55 voyages ici présentés 25, près de la moitié, l'ont été par les navires Santiago et Conceição. En ce qui concerne les hommes, les capitaines Pero Anes de Leiria et Pero Ribeiro effectuèrent à eux deux près de 22 voyages (**Tableau 5)**. Deux autres éléments doivent être soulignés, le faible taux de mortalité (4,20 %) et la proportion relativement importante de femmes (46 %), d'enfants (4 %) pour à peine 33 % d'hommes. Nous sommes là clairement sur les bases d'une traite de services plus que d'une traite d'économie de plantation (**Tableau 6**).

La traite du petit entrepôt royal d'Arguin (une trentaine d'âmes) vers le Portugal fut fluctuante. En partie parce que les Portugais furent dépendants pour leur approvisionnement en esclaves et en or des intermédiaires (*alformas*) arabes, des caïds[116] ainsi que des marchands Juifs qui contrôlaient la fourniture de tissus (haïks, hanbels, etc.), une des principales marchandises de la traite à Arguin[117]. A son arrivée sur le trône, João II installa un certain Rodrigo Reinel comme facteur à Ouadane pour contrôler le trafic à la base. Devant l'opposition des Arabes, il dut faire marche arrière[118]. Par ailleurs, entre 1509-1517, les incursions répétées d'A. kaïm bi Amri Allah Essadi autour d'Agadir, puis les attaques des pirates français, canariens et enfin turcs perturbèrent la navigation portugaise et la liaison Arguin-Portugal. Au point, qu'un temps, on avait envisagé d'emmener directement des esclaves depuis Arguin vers les Caraïbes. C'est ainsi qu'en 1520, le Génois

---

[115] Nous n'avons représenté ici que les années 1511-1528.

[116] Le caïd de Safi avait eu jusqu'en 1500 l'autorisation d'envoyer annuellement un navire de marchandises à Arguin. Cité par Bernard Rosenberger », Aspects du commerce portugais…, *op. cit.*

[117] Dont certains avaient quitté l'Espagne et le Portugal pour s'installer dans les places d'Afrique du Nord. Cf. Bernard Rosenberger, « Le rôle des Juifs hispaniques dans l'adaptation du Maroc à son temps (1493-1603) «in *Os Judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*, Lisbonne, 2004, p. 126.

[118] Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, éd. Joaquim Barradas de Carvalho, Lisbonne, 1991, chap. 25, p. 602.

Gaspar Centurion et le Portugais Bernardo Caldeira avaient monté une compagnie. Centurion devait avancer le capital et Caldeira se procurer les navires et effectuer la traite entre Arguin et les Caraïbes [119]. Mais l'alliance ne fonctionna jamais et avorta à la naissance. En 1529, le navire de Simão Lourenço, commerçant de Tavira fut capturé par les Turcs à Santa Cruz do Cabo da Gué (Agadir), *praça* où les Portugais avaient installé une petite garnison en 1505 [120]. En 1530, le facteur d'Agadir fut tué dans une attaque. La chute en 1541 d'Agadir, fut un choc considérable. Le roi João III commanda l'évacuation de Safi et d'Azemmour, suivies quelques années plus tard par celles d'Alcácer Ceguer et Arzila (1549-1550).

Avec le déclin de la présence portugaise en Afrique du Nord, le trafic d'Arguin périclita lentement. Pour des raisons multiples : avec la perte des positions nord-africaines l'entrepôt se retrouvait isolé et en proie à des difficultés d'approvisionnement en produits de la traite fournis par les places nord-africaines. Enfin, la demande d'esclaves vers la péninsule avait considérablement décrue au profit du circuit américain. Ainsi, entre juin 1549 et novembre 1550, en près d'un an et demi, le gouverneur du fort envoya moins de 600 esclaves à Lisbonne [121] contre plus de 2 000 annuellement dans les années 1520. Les Arabes s'étaient peu à peu détournés de l'entrepôt portugais pour se diriger vers où ils nouvèrent vers Agadir un trafique régulier avec des commerçants Juifs portugais fixés à la proximité d'Agadir après le départ des Portugais [122].

Après Arguin, l'entrepôt de Santiago du Cap-Vert fut le principal centre de réexportation d'esclaves de Haute-Guinée et de la région des Rivières du Sud, comprise entre le Sénégal et la Sierra Leone. Les données sont fragmentaires mais suffisamment suggestives. Entre 1491 et 1493, l'*almoxarife* de Santiago reçut 174 esclaves. Entre 1513 et 1516, 13 navires quittèrent Santiago avec 3 160 esclaves en direction du Portugal (382 individus en 1513 ; 1354 en 1514 et 1424 en 1515) et 7 navires castillans avaient rejoint les côtes espagnoles avec 520 esclaves [123]. Par ailleurs, pour la seule année de 1528, le *Livro de Quartos e Vintenas* (Livre des Rentes de l'année 1528) enregistre l'entrée dans l'entrepôt de Santiago de 1 490 esclaves transportés à bord de 14 navires [124]. Enfin, dans le dernier centre de traite de la Côte, celui de l'île de

---

[119] Alfonso Franco Silva, *op. cit.*, p. 55.

[120] IAN/ TT, Corpo Cronológico, Partie I, Maço 27, doc. 57.

[121] IAN/ TT, Corpo Cronológico, Partie I, Maço 85, doc. 102.

[122] IAN/ TT, Corpo Cronológico, Partie I, Maço 86, doc. 126.

[123] Maria Emília Madeira Santos et Maria Manuel Torrão, « Subsídios para a História Geral de Cabo Verde – A Legitimidade da Utilização de Fontes escritas Portuguesas através da análise de um documento do início do século XVI (Cabo Verde ponto de intercepção de dois circuitos comerciais) », IICT, Série Separatas nº 218, Lisboa, 1989, pp. 527-551.

[124] Cf. Maria Manuel Torrão, *op. cit.* in *História Geral de Cabo Verde*, 1991, p. 275 et Artur Teodoro de Matos, « Santiago : entreposto de escravos e escala da navegação atlântica » in *Nova História da Expansão Portuguesa* (ss. dir. de Joel Serrão et A. H. de Oliveira Marques), Lisbonne, Estampa, 2005, vol. II, pp. 221-230.

São Tomé les esclaves arrivaient en provenance du Royaume du Bénin puis à partir des années 1530 du Royaume du Congo. En fait si les entrées enregistrées à São Tomé furent très importantes, plus de 24 000 esclaves entre 1514 et 1527, (**Tableau 7**) une infime partie de ces esclaves était destinée au Royaume. En deux ans, entre 1525 et 1527, le capitaine Manuel Vaz n'envoya que 6 navires avec des esclaves vers le Royaume. Sur les 521 esclaves embarqués seuls 375 arrivèrent vivants à Lisbonne, ce qui suppose un taux de mortalité de 40 % contre 4 % pour Arguin (**Tableau 8**). Et avec l'essor de la traite en droiture vers les Amériques, les arrivées au Portugal ne firent que décliner. Entre août 1533 et octobre 1534, seuls 205 esclaves arrivèrent à Lisbonne à bord de huit navires. En fait, il apparaît clairement que l'île de São Tomé s'était alors orientée vers la culture intensive de la canne à sucre, forte consommatrice d'hommes, vers l'approvisionnement en esclaves du marché local africain et de l'ensemble caribéen. A titre d'exemple entre juin 1528 et 1529, ce sont 2 060 esclaves qui entrèrent à São Jorge da Mina, pour travailler dans les mines aurifères [125]. Les mécanismes de la traite dans le Golfe de Guinée, extrêmement différents de ceux de l'aire capverdienne, reposaient en grande partie sur la collaboration entre les négociants portugais et les souverains africains. Les intérêts des uns et des autres se recoupaient. Mais c'est un autre chapitre de cette histoire complexe de la traite, que nous développerons en d'autres lieux [126].

Epilogue – La place des esclaves noirs en péninsule Ibérique au-delà du XVI[e] siècle

Des ordres de grandeur de 10 % d'esclaves pour Lisbonne[127], et de 6 à 7 % pour l'Alentejo, Madère ou certaines grandes villes de l'Andalousie (Séville, Grenade) sont vraisemblables même si difficilement vérifiables au regard des sources. Frei Nicolau de Oliveira dans sa description de Lisbonne (1620) rapporte la présence de 200 « noires qui vendent à travers la ville toute sorte de crustacés, de coquillages, de légumes cuisinés », et de ces 200 « noires et femmes employées comme domestiques »[128]. Par ailleurs, Alessandro Stella a admirablement décrit le destin tragique de ces 26 esclaves noirs, hommes

---

[125] Cf. António de Almeida Mendes, « Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI » in *Africana Studia*, n° 7, 2004, pp. 13-30.

[126] Comme avant-goût cf. António de Almeida Mendes, « Uma contribuição para a história da escravatura no Benim : o livro de armação do navio São João (1526) », in *Studia Africana*, n° 5, Porto, 2002, pp. 27-47. Cf. par ailleurs, Roger Botte, « Le Portugal, les marchés africains et les rapports Nord-Sud (1448-Ca 1550) » in *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, Nantes, 2001, n° 3, p. 85-107.

[127] Cristovão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade Lisboa*, Lisbonne, Livros Horizonte, 1987.

[128] Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa (1620)*, Lisbonne, Vega, 1991.

et femmes, dans les mines andalouses de Guadalcanal (Sierra Morena). Indéniablement, l'esclavage des Africains et la traite furent un drame d'une ampleur considérable. Jamais auparavant une telle entreprise de déportation n'avait été conduite : plus de 11 millions pour la seule traite transatlantique [129]. Au-delà de la bataille des chiffres, le problème tel qu'il se pose désormais est celui de la place de l'esclavage des Noirs dans l'espace méditerranéen et dans le monde des empires ibériques. Dès la fin du XVe siècle, le cycle de l'or orienta une grande partie de la traite atlantique de la péninsule vers l'espace américain. Entre 1500 et 1595, ce sont près de 130 000 esclaves noirs qui étaient déjà arrivés outre-Atlantique, majoritairement aux Caraïbes. Entre 1595 et 1640, connue sous le nom de la période des *asientos* portugais, le mouvement de déportation vers les Amériques s'accéléra et plus de 200 000 Noirs débarquèrent massivement à Carthagène et à Vera Cruz, dont plus de 85 % en provenance de l'espace angolais [130].

L'essor de la traite directe vers les Amériques entérina le déclin du trafic vers l'Europe. A partir des années 1540, les chiffres mettent en évidence une décrue progressive des arrivées d'esclaves en provenance d'Afri-que subsaharienne au détriment de la reproduction naturelle des esclaves ; une réalité vérifiée par Jorge Fonseca dans le cas de l'Alentejo, où le nombre d'esclaves baptisés passe de 6 % à 3.6 % dans la première moitié du XVIe siècle [131]. Les circuits Afrique-Europe et Europe-Afrique-Amériques sont remplacés par le trafic en droiture Afrique-Amériques. Dès lors, le maintien en Péninsule d'une population servile importante au-delà du XVIe siècle soulève des inter-rogations. Le maintien de taux élevés n'est concevable, d'une part, que par la circulation des populations africaines au sein des espaces réunis de la Monarchie universelle [132] et, de l'autre, que par le renouvellement et la diversification des sources d'approvisionnement en esclaves. Le tableau anonyme *El Chafariz d'El-Rei* (1598) représente la place de la Fontaine du Roi (au pied de l'Alfama), lors de la fête d'inauguration d'après-travaux, parcourue par une multitude d'esclaves et de porteurs et porteuses d'eau noirs. La scène confirme les dires du florentin Filippo Sassetti qui en 1578 évaluait la population noire de Lisbonne à 1/5e des habitants. Or le tableau doit être resitué dans son (double) cadre contextuel : c'est un jour de grande animation et surtout la Fontaine publique est l'une des deux seules fontaines de la zone portuaire, qui alimentaient au XVIe siècle non seulement la population de la ville mais aussi les armadas d'outre-mer. Devant la longue

---

[129] David Eltis, «The Volume and structure of the Transatlantic Slave Trade : A Reassessment » in *William and Mary Quarterly*, vol. LVIII, 2001, pp. 17-46.

[130] António de Almeida Mendes, « The Slave Trade to the Spanish Americas… », *op. cit.*

[131] Jorge Fonseca, *Escravos no Sul… op. cit.*, pp. 28-29.

[132] Une circulation des hommes entre les Empires portugais et espagnol qui ne date pas de l'Union de 1580, mais se met en place dès la « découverte ». Entre 1492 et 1557, 413 Portugais furent au service de la Castille dans les possessions d'Amérique espagnole. Cf. *Portugueses no Descobrimento e conquista da Hispano-América. Viagens e expedições (1492-1557)*, Lisbonne, éd. Colibri, 2000.

attente, les scènes de violence étaient si fréquentes qu'en 1551 la Municipalité décréta que des six ouvertures (*bicas*) : « la première serait dorénavant réservée aux hommes de couleur : noirs, mulâtres et indiens ; la seconde aux maures des galères, les troisième et quatrième aux femmes noires, mulâtres et indiennes ; les cinquième et sixième aux femmes blanches » [133].

Blancs, Chinois, Indiens d'Asie, Indiens du Brésil [134], Indiens des Caraïbes [135], Maures, Mulâtres, Noirs, … Voilà en définitive, l'image sinon métissée du moins nuancée que l'on doit avoir à l'esprit : celle d'une péninsule Ibérique basanée plus que noire ou blanche.

---

[133] Vítor Serrão, « A imagem do mar e da capital do Império no século XVI : um novo testemunho iconográfico da Lisboa das Descobertas » in *As Rotas Oceânicas*, Lisbonne, éd. Colibri, 1999, p. 184.

[134] Les premiers Indiens du Brésil débarquèrent au Portugal en 1509. En 1516, 85 esclaves arrivèrent du Brésil à Lisbonne avant d'être le jour même réexportés vers Valence. A bord du navire, on dénombrait 23 morts, soit plus du quart de la cargaison ; les autres étaient si faibles qu'il fallut les brader avant qu'ils ne meurent à leur tour (Vicenta Cortés Alonso, *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los Reyes Católicos (1419-1516)*, Valence, 1964).

[135] Selon Esteban Mira Caballos, *Indios y Mestizos…*, *op. cit.*, se sont plus de 2 500 esclaves Amérindiens qui furent déportés des Caraïbes (et surtout d'Hispaniola) vers la Péninsule.

TABLEAU 1

Acte final de mise en vente des esclaves (19 mai 1529)

Esclaves	Acheteurs	Statut	Prix (en r aux)
2 Hommes	Miguel Fernandes	Meirinho	10 500 et 10 500
Femme (jeune)	Francisco de Palma	N gociant	9 000
Homme (enfant)	Rui Fernandes	N gociant	8 000
Homme (bless l oreille)	Francisco Fernandes	Calceteiro	7 000
Femme (jeune)	Martim Aruiz	Originaire de Faro	8 500
Homme (enfant)	Fern o Lopes	Savetier	5 000
Femme (tr s maigre); vendue avec sa fille	Lopo Freg o		8 500
Homme	Jo o Rebelo		10 500
Femme (tr s g e et maigre) et 1 Homme	Francisco Roiz	N gociant	3 600 et 7 000
Homme (tr s malade et maigre)	Francisco de Taide		3 100
Homme	Diogo Sanches	Savetier	12 000
Homme (bless un ˇil et tr s faible)	Jo o Robalo		7 100
2 Hommes	Jo o de Sousa	Tabeli o	10 000 et 12 000
Femme (g e et tr s maigre)	Afonso Fernandes	Botic rio	4 600
Homme	Martim Alonso	N gociant	7 500
2 Hommes	Diogo Fernandez fils de Fernam de Sevilla	N gociant	8 000 et 8 500
Femme	Jo o Marques	Tabeli o	9 700
Homme	Cristovam Marelote		8 600
Femme (jeune et malade) et 1 Homme	Beatriz Soares femme de Jo o Luis Botim(_)		8 000 et 9 000
Homme (g)	Raneto (?)	N gociant	6 200
Homme	Jo o Fernandes	Forgeron	5 000
Homme (jeune et tr s malade)	Jo o Viages	Fidalgo	8 000
Homme	Pero Queisada	Mordomo	8 000
Femme (mourante et bless e au ventre)	Manuel Dias	Savetier	2 000
Homme (jeune)	Baltasar Fernandes Bero		8 000
Homme (bless)	dom Gil Neves	Ouvidor	8 000
Homme (tr s malade)	Jo o Vaz	Forgeron	2 000
Femme (jeune) et vendue avec sa fille	Gil Soleigiam	Capitaine	9 000
Femme (tr s jeune)	Jo o Correia	Originaire de Faro	4 500
Total = 36 esclaves			**270 400 r aux**
Sisa (2%)			— 5 400r aux

TABLEAU 2

Premiers voyages entre São Tomé et les îles des Caraïbes (1525-1534)

Navire	Pilote	Départ de São Tomé	Retour à Lisbonne	Esclave embarqués	Esclaves arrivés	Port d'arrivée	Origine deS.esclaves	Facteur dans les Caraïbes
Santa Maria de Bogoña	Pero Monteiro	1525		300		Santo Domingo		André Ferreira
		1526		300		Antilles		Jacome Pais MateuS.Fernandes de Abreu
S. João	Fernão Dias	1532	10-05-1533	231	198	Santo Domingo		André Ferreira
Santa Maria da Luz	João Guisado	1532	8-5-1533	260	202	Santo Domingo		André Ferreira
S. António	Martim Afonso	18-11-1532	12-05-1533	201 134 mâles 67 femelles	175	S. Juan de Puerto Rico et Santo Domingo		André Ferreira
S. António	João Eanes	11-2-1534		200 134 mâles 66 femelles	187	Santo Domingo		André Ferreira
Conceição	Pero Monteiro	11-6-1534		250 167 mâles 83 femelles	167	Santo Domingo et Jamaïque	Congo	André Ferreira
S. Miguel	João Guisado	19-12-1534		201 134 mâles 67 femelles	173	Santo Domingo		
Total				**1941**	**1102**			

Source : IAN/TT

TABLEAU 3

Esclaves embarqués à Arguin à destination du Portugal (1499-1519)

Périodes	Nombre d'esclaves
Mai 1499 à décembre 1501	668
Mars 1505 à août 1508	406
Août 1508- juin 1511	1510
1516	1096
1517	652
1518	1448
1519	1696

Source : IAN/TT

TABLEAU 4

***Carreira* Arguin-Lisbonne (1511-1528)**

Date du départ (Arguin)	Capitaine	Navire	N° esclaves partis	N° esclaves arrivés	Mortalité %
10-1511	Antonio Lopes	Ildefonso	102	97	4.90
8-1512	Rodrigo Afonso	São Sebastião	111	109	1.80
4-1513	Rodrigo Afonso	Sta Maria de Guadalupe	161	156	3.11
8-1513	Rodrigo Afonso	Santa Maria do Rosario	145	143	1.38
11-1513	Rodrigo Afonso	Santa Maria do Rosario	137	135	1.46
3- 1514	Pero Anes de Leiria	Santa Maria do Rosario	23	23	0.00
7-1514	Pero Anes de Leiria	Conceição	146	146	0.00
6-1515	Pero Anes de Leiria	Conceição	139	137	1.44
1-1516	Pero Anes de Leiria	Conceição	160	157	1.88
2-1516	Pero Anes de Leiria	Conceição	210	204	2.86
3-1516	Gonçalo Pirez	Santa Cruz	150	128	14.67
4-1516	Pero Anes	Conceição	220	167	24.09
5-1516	João Rodriguez	Santa Cruz	128	110	14.06
11-1516	Pero Ribeiro	Conceição	89	88	1.12
12-1516	Pero Ribeiro	Santiago	136	133	2.21
1-1517	João Rodriguez	Santa Cruz	55	54	1.82
3-1517	Pero Anes de Leiria	Conceição	80	80	0.00
4-1517	Pero Ribeiro	Santiago	100	100	0.00
6-1517	Alvaro Afonso	Santiago	59	59	0.00
7-1517	Pero Anes de Leiria	Conceição	87	86	1.15

Source : IAN/TT

(*Continuação*)

Date du départ (Arguin)	Capitaine	Navire	N° esclaves partis	N° esclaves arrivés	Mortalité %
9-1517	Pero Ribeiro	Anunciada	114	112	1.75
12-1517	Pedro Ribeiro	Santiago	110	106	3.64
1-1518	Pedro Ribeiro	Santiago	98	95	3.06
2- 1518	Alvaro Afonso	Conceição	117	115	1.71
3- 1518	Pero Ribeiro	Santa Maria da Luz	150	148	1.33
4-1518	Alvaro Afonso	Conceição	120	116	3.33
4-1518	Afonso Martins	Santiago	80	80	0.00
5-1518	Pedro Ribeiro	Santo Espirito	150	148	1.33
6- 1518	Pero Anes de Leiria	Conceição	130	129	0.77
7- 1518	Afonso Martins	Santiago	80	80	0.00
8-1518	Pedro Fernandes	Santo Espirito	102	101	0.98
8-1518	Pero Ribeiro	Santo Espirito	155	152	1.94
11-1518	Alvaro Afonso	Conceição	166	134	19.28
12-1518	Afonso Martins	Santiago	120	97	19.17
3-1519	Pero Ribeiro	Santa Cruz	180	178	1.11
4- 1519	Francisco Rodrigues	São Jorge	203	197	2.96
4- 1519	Pedro Fernandes	Santiago	162	160	1.23
5- 1519	Marcos Rodrigues	Sta Maria da Guadalupe	201	192	4.48
5- 1519	Afonso Martins	Santiago	100	97	3.00
6- 1519	Luis Soeiro	Santa Maria da Ajuda	170	166	2.35
7- 1519	Pedro Anes de Leiria	Nazaré	110	105	4.55
7- 1519	Alvaro Afonso	Santo Espirito	111	109	1.80
7- 1519	André Afonso	São Miguel	110	106	3.64
10- 1519	Alvaro Martins	Santiago	136	130	4.41
11- 1519	Alvaro Afonso	Santo Espirito	147	144	2.04
12-1519	Pedro Fernandes	S Miguel	115	112	2.61
1-1520	Pedro Ribeiro	Santa Maria do Rosario	110	108	1.82
3- 1520	Pedro Fernandes	São Miguel	70	69	1.43
5- 1520	Afonso Martins	São Tiago	120	120	0.00
8- 1520	Pedro Fernandes	São Miguel	142	140	1.41
10- 1520	Afonso Martins	São Tiago	36	34	5.56
5-1528	Joam Gonçalves	Anunciada	151	145	3.97
8-1528	Joam Gonçalves	Anunciada	150	138	8.00
10- 1528	Joam Gonçalves	S. Miguel	101	94	6.93
TOTAL			**6802**	**6516**	4.20

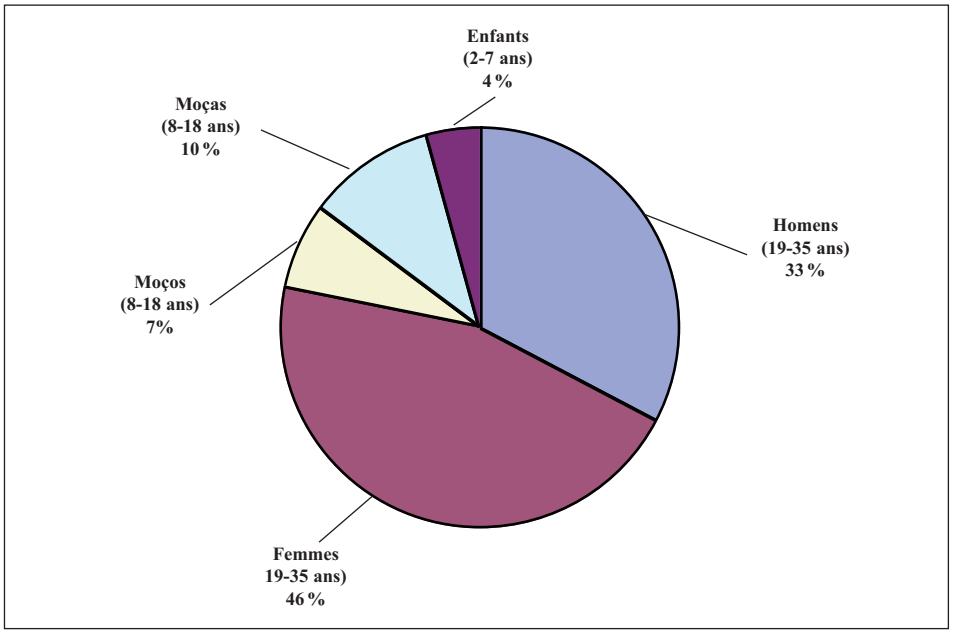
TABLEAU 5

N° de voyages réalisés par navire (circuit Arguin-Lisbonne)

Navire	N° de Voyages
Santiago	13
Conceição	12
São Miguel	6
Santo Espírito	5
Santa Cruz	4
Santa Maria do Rosário	4
Anunciada	3
Santa Maria de Guadalupe	2
Santa Maria da Luz	1
S. Jorge	1
Santa Maria da Ajuda	1
Nazaré	1
S. Sebastião	1
Ildefonso	1
Santa Cruz	1

TABLEAU 6

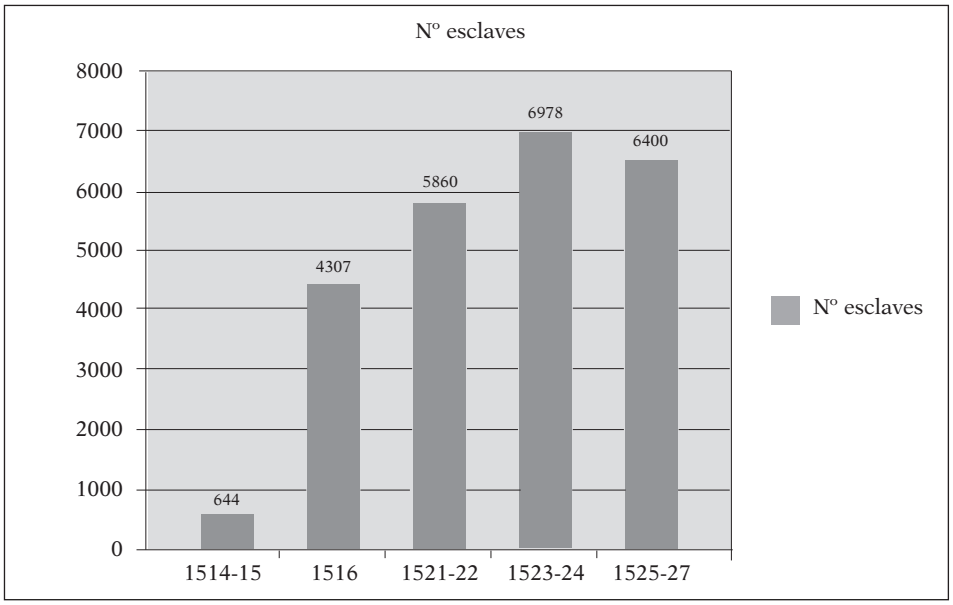
Répartition par âge à partir d'un échantillon de 1 248 esclaves (circuit Arguin-Lisbonne, 1511-1522)



Source : IAN/TT

TABLEAU 7

Nombre d'esclaves entrés à São Tomé (1514-1527)



Source : IAN/TT

TABLEAU 8

Voyages de São Tomé à Lisbonne (1525-1527)

Arrivée à Lisbonne	Capitaine	Navire	N° esclaves au départ	N° esclaves à l'arrivée	Feitor	Sucre
1525	Gonçalo Alvarez	S. Vicente (Galion)	30	24	Manuel Vaz	920 arrobes 10 arrateis
1526	Pero Correa	S. Sebastião	171	100 dont 2 vendus aux Açores	Manuel Vaz	347 arrobes 21 arrateis
1526	Pero Monteiro	Reis (navire)	110	101 dont 1 vendu aux Açores	Manuel Vaz	sucre
1527	Afonso Fernandez	Marieta (nau)			Manuel Vaz	508 arrobes
1527	Cristovão Fernandez	Salvação (nau)	50	42	Manuel Vaz	sucre
1527	João Velho	Santa Maria do Mote	160	111	Manuel Vaz	sucre
Total			**521**	**378 dont 3 vendus aux Açores**		

Source : IAN/TT

Recensões

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailhes. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York/ London, Routledge, 2001.

A vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e seus desdobramentos no plano da política imperial são tópico recorrente nos mais variados estudos históricos que se dedicam à compreensão dos primórdios dos oitocentos, tanto na América como em Portugal. Episódio sem paralelo no mundo atlântico da época, a instalação da Corte num espaço historicamente construído na periferia do sistema mundial faz supor por si só a relevância da análise de seus significados que, mesmo profusamente abordados na historiografia, ainda guardam aspectos a serem esclarecidos na sua devida complexidade. A importância de sua discussão é reforçada pelo fato de tratar-se de um período marcado por profundas mudanças nos paradigmas políticos mundiais e crise do modelo de sociedade nos moldes do Antigo Regime, que, no âmbito português, evidenciaria-se na tentativa dos homens de Estado em resguardar o Império contra os avanços revolucionários e conseqüente defesa de um projeto de unidade e manutenção da tradição portuguesa centrado na nova sede americana, opções que influenciariam as alternativas ulteriores pensadas pelos homens neste espaço.

Nestes termos, por trazer à luz questões nodais para aprofundamento da compreensão do período joanino no Brasil, é digno de nota o livro *Tropical Versailhes. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*, da historiadora Kirsten Schultz. Fruto de uma ampla pesquisa documental realizada em arquivos brasileiros e portugueses e de um atualizado conhecimento historiográfico, a autora conseguiu reunir neste volume um mapeamento crítico de muitos dos principais pontos de tensão criados na época face à paulatina construção de uma alternativa para reordenamento político do Império, então fortemente pressionado pelas potências européias no cenário mundial. No rol de seus méritos, salienta-se a preocupação por uma narrativa que atenda e esclareça ao público não especializado no assunto (especialmente por meio de notas explicativas ao longo do texto), ao mesmo tempo em contribui para um avanço no conhecimento do tema. Longe estamos, portanto, de um livro de história do Brasil que sirva meramente de introdução ao público estrangeiro.

Tendo em vista o complexo quadro de relações que se estabeleceu com a arribada do Príncipe Regente e sua família, a autora afirma ser seu objetivo principal o entendimento de como os contemporâneos reagiram ao processo de instalação da Corte no Rio de Janeiro, fossem emigrados ou habitantes da porção americana do Império, e como definiram o significado deste evento e responderam às transformações então em andamento. Contudo, sua preocupação está além da simples percepção dessa questão no plano da enunciação dos discursos, centrando-se igualmente na compreensão das ações e práticas que intrinsicamente dialogavam com o novo status social e político da cidade.

Nestes termos, Schultz recupera a imagem de uma «Versalles tropical», criada no início do século XX por Oliveira Lima, dotando-lhe de um sentido próprio. Se para este historiador o uso desta poderosa alegoria serve para exaltar os aspectos «positivos» no andamento da política no Brasil, para a autora, ela retrata a ambigüidade presente neste esforço de criação de um Império pretensamente universal na América sob a égide das estruturas herdadas pela empresa colonial. Desta forma, o encontro do soberano exilado

com seus vassalos no Novo Mundo gestou contradições que se revelavam pela concomitância entre a necessidade de modernização – ou «civilização» como diziam os coevos – do espaço e a manutenção dos laços tradicionais da monarquia portuguesa. Mas, não obstante a operacionalidade do argumento, que permite análise refinada quanto às várias rupturas e continuidades do processo, Schultz acaba por enunciar o problema focando-o especificamente na escravidão como o ponto nodal dessa herança – entendida como «obstáculo» à civilização pelos homens da época – impossível de ser alterada em 1808, e que por isso teria estabelecido ao lado da hierarquia entre o soberano e seus vassalos uma outra clivagem: a do senhor e de seus escravos.

A narrativa se inicia com um esforço de síntese histórica dos anos que antecederam o período escolhido e, logo no primeiro capítulo, descreve-se como o projeto da alocação do centro da monarquia na América, a qual já existia desde séculos anteriores em Portugal, tornou-se uma real possibilidade nos últimos anos dos setecentos. Esta opção foi sustentada por meio do discurso ilustrado da época que, por um lado, exaltava as qualidades do Brasil dentro do desenvolvimento português na defesa da criação de um Império luso-americano, e por outro, tentava evitar ao máximo consequências negativas das guerras européias na política do reino. A autora ressalta que, apesar da difusão de uma imagem de manutenção da «glória» da monarquia quando da saída da família real da Europa, a legitimidade do fato ainda precisava ser redefinida frente aos vassalos portugueses das diversas regiões.

Com a mesma perspectiva de síntese, no capítulo dois, são descritas as condições de vida no Rio de Janeiro anteriores a 1808, com ênfase na tendência já enunciada de desenvolvimento econômico e político da cidade no contexto colonial desde fins do século XVIII, assim também como do incremento das formas de controle político dos seus habitantes face à influência dos movimentos revolucionários no mundo atlântico.

É a partir do terceiro capítulo que o livro traz contribuições mais inovadoras ao tema, amparadas em ampla pesquisa. Neste, Schultz trata das leituras que os emigrados fizeram da América, caminhando desde o inicial estranhamento – que se expressava em visões altamente negativas do espaço – até a aceitação da possibilidade de se permanecer por tempo indeterminado na nova Corte, tudo fartamente documentado à luz de correspondências e relatos da época. Num outro sentido, explora como os homens da terra interpretaram a chegada da família real à cidade – por meio de um discurso que enaltecia o horizonte de «fortuna e felicidade» da ex-colônia – aliada às novas possibilidades de ascensão política e nobilitação então colocadas.

Apesar de reproduzir, como outros livros sobre o período joanino o fizeram, uma extensa descrição das reformas urbanas imbuídas num ideal de «civilização» do lugar e de seus moradores, bem como das tensões surgidas nos seus desdobramentos, a autora agrega novidades especialmente no tocante à análise da ação da Intendência Geral de Polícia e sua função de controle geral dos habitantes e estrangeiros na cidade, constante do quarto capítulo. Avessa à idéia de que teriam sido as elites que preponderantemente participaram do processo político, ela também analisa os comportamentos tidos pelo governo como «desviantes» à luz de sua difusão por vários níveis sociais, assim como os pasquins que circulavam com críticas às autoridades, e os espaços de discussão e leituras dos periódicos então proibidos de circular. O tratamento dado pela Intendência aos escravos merece atenção especial, quando Schultz evidencia as ambiguidades na criação de uma política de Estado que controlasse tanto os abusos dos senhores como o ir e vir dos negros pelas ruas.

Outro ponto alto do livro é a discussão sobre a manutenção dos laços de identificação com a monarquia na nova Corte, tema do quinto capítulo. Especialmente quando se trata da conciliação das ideias de vassalagem e justiça real, amplamente reforçadas com a prática da «economia da graça» pelo soberano, e as formas de acesso que neste universo se abriram para os escravos. Se ao homem livre a possibilidade de participar de cerimônias reais e de enviar petições ao monarca era norma comum, o fato de não se poder negar

aos negros esse acesso – pois no limite também eles eram vassalos do rei – criava um impasse no tocante ao significativo número de pedidos de alforria. E como existiram casos em que os negros conseguiam obter alguma vantagem em relação aos seus senhores – ainda que dificilmente sua liberdade –, o número de petições aumentava. De posse de farta documentação sobre o tema, a autora é bem sucedida em abordar aqui uma das dimensões da relação contraditória que se desenvolvia entre os escravos e a coroa.

Ao desenvolver o que chama de «Império florescente», termo que dá título ao sexto capítulo, ela trata da elevação do Brasil a reino em 1815 e das tensões que se criaram com o novo ordenamento do centro da monarquia, que cada vez mais parecia ser definitivo. O foco central desta discussão são as idéias de José da Silva Lisboa e a defesa que fez do encaminhamento da política joanina, intrinsicamente ligada à implantação da liberdade de comércio e à concepção de manutenção da «ordem política» – contra o perigo das «revoluções» – como fundamentais para a restauração da unidade portuguesa na América. Aqui Schultz não deixa de apontar as dissidências que existiram em relação a esse projeto, amplamente difundidas na cidade, e expressas especialmente pelas críticas aos acordos com a Inglaterra em 1810, ainda pouco conhecidas pela historiografia.

A chegada do constitucionalismo no Rio de Janeiro após a Revolução do Porto de 1820 é tema do sétimo e último capítulo que, frente aos anteriores, não apresenta grandes novidades. Vale notar a análise de documentação referente a uma série de panfletos e pasquins, constante no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro, que começaram a circular de forma intensa na cidade após o fim da censura régia, em Março de 1821. Também a publicação de periódicos e a novidade da nova «ordem constitucional» são enfocadas pela autora nos vários temas que entram em voga – como o da necessidade de publicidade da ação do governo, do despotismo como sinônimo de absolutismo, das críticas aos privilégios e às arbitrariedades da liberdade da imprensa, entre outros – e que vão fornecer substrato ideológico à consecução de ulteriores projetos políticos concebidos no Império e implosão da unidade portuguesa.

Tendo em vista o conjunto e a qualidade da obra, alguns pontos suscitam, pela sua relevância, discussão. O primeiro é que a excessiva ênfase na formulação da tese da manutenção da escravidão como substancial ambiguidade na nova situação urbana no Rio de Janeiro tende a restringir a dimensão complexa das permanências que o desdobrar da leitura do livro mostra de forma ímpar. Difundidas verticalmente pelos mais diversos setores sociais, as contradições gestadas pela instituição escravista conviveram lado a lado, com outras produzidas pela própria política imperial portuguesa que, num esforço de modernização, mantinha intacto um sistema de privilégios e de práticas clientelísticas historicamente enraizados na base da monarquia *pari passu* ao acolhimento de novas concepções liberais e de livre-comércio.

Por valer-se dessa ênfase, a autora entende que existiu no Rio de Janeiro uma ambivalente leitura do liberalismo que, se no resto do mundo significou uma defesa da inclusão dos cidadãos à esfera da política, teve efeito contrário no Brasil com a exclusão dos negros. Afirma que por esta razão, até a posterior Carta Constitucional de 1824, o Brasil não teria deixado clara sua posição quanto à escravidão. No entanto, o que cabe notar é que foi a dimensão do liberalismo como defesa e garantia da propriedade individual, ou seja, do negro cativo comprado no mercado, presente na montagem do sistema liberal no Brasil, que permitiu a perfeita manutenção da instituição dentro da nova ordem política econômica mundial. A posse privada é também o limite do poder de ação do Estado, exemplificado pelas ações do próprio Intendente de Polícia do período joanino no Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, quando procurava intervir nas relações entre os senhores e os seus escravos no sentido de evitar excessivos maus tratos, sequelas físicas, morais, e até a morte de negros, conforme é discutido ao longo do livro.

E cabe notar que, embora Schultz enuncie no prefácio que não possuía a pretensão de explicar a independência, além de refutar a idéia que a vinda da Corte em 1808 já teria

enunciado sua consecução – que chama de inequívoca herança de uma interpretação «nacionalista» e teleológica – ela não consegue se desvincilhar desses problemas no fim da obra. Ao escrever um «epílogo», ao contrário de uma tradicional conclusão, em que faz um resumo dos acontecimentos que se seguiram após 1821 com a volta do rei a Portugal em pouco mais de dois parágrafos, a autora abandona sua opção pelo desvelamento da complexidade das relações estabelecidas. Dá a entender, ainda que sem intenção de fazê-lo, que a continuação da história que discutiu foi a da separação entre os dois hemisférios como consequência das tensões políticas que se estabeleceram entre as duas partes do Império desde 1808.

Quanto à compreensão da dimensão que teve o processo de instalação da família real para o futuro desmembramento do Império português em 1822 – indagação que pode ser feita sem que se caía num erro de anacronismo – faz-se necessária sua inserção no quadro mais amplo das contradições gestadas pela crise que atingiu o Império português desde fins do século XVIII. Só assim, ou seja, entendendo os acontecimentos aqui tratados como respostas encontradas pelos homens da época na busca de novas alternativas que pudessem solucionar problemas enfrentados pelo Império desde antes da ascensão napoleônica, é que se pode encontrar pistas para uma análise mais refinada da questão. Como não é objetivo do livro tratar desse problema, seus méritos permanecem, portanto, inegáveis.

ANDRÉA SLEMIAN
Doutoranda em História Social pela USP

MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard, *O Nascimento Da Cultura Afro-Americana: Uma Perspectiva Antropológica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio De Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003, 138 p.

A Escravidão em Migalhas

Sidney W. Mintz é professor de antropologia da Johns Hopkins University, autor consagrado da área que trata da cultura e da história afro-americana. Richard Price também é antropólogo de formação. Autor de mais de uma dúzia de livros, lecionou nas universidades de Yale, Hopkins, Stanford e Princeton, nos EUA. Hoje, vive na área rural da Martinica, onde realiza pesquisa etnohistórica. Price também é uma sumidade em questões que envolvem relações raciais e consciência histórica afro-caribenha. Recentemente, ele veio ao Brasil, para participar de eventos acadêmicos e divulgar o lançamento de *O Nascimento da Cultura Afro-Americana*. O livro foi publicado em 1976, causando grande polêmica nos meios acadêmicos estadunidense. Em 1992, ele foi relançado, com algumas atualizações pontuais. É a tradução dessa versão que chega ao público brasileiro.

O livro foi escrito em forma de ensaio, no biênio 1972-1973, no contexto da luta pelos direitos civis do movimento negro, de um lado, e como introdução da disciplina de estudos afro-americanos nas universidades estadunidenses, de outro. Na ocasião, os estudos afro-americanos estavam marcados por polarizações. O africanismo estava em voga, assim como uma visão maniqueísta da história da escravidão e das relações raciais. Para responder à essas questões, os autores resolveram escrever o ensaio *O Nascimento da Cultura Afro-Americana*. O texto era uma espécie de manifesto a favor de uma produção acadêmica que ficasse à altura da complexidade que envolve o estudo da escravidão e da história da cultura afro-americana. Como os próprios autores escrevem, o texto «pretendeu ser uma profissão de fé e um manual» (p. 7). Devido ao clima de afirmação do africanismo – por parte do movimento negro e da produção acadêmica –, o livro foi alvo de muitas críticas. Ele foi acusado, entre outras coisas, de negar a existência de uma herança africana nas

Américas. Os autores lembram, no prefácio, que o clima era de acirramento «'pró' ou 'contra', com respeito à preservação de formas culturais africanas» (p. 8). E, apesar de o discurso militante ser menos comum hoje em dia, eles fazem questão de ressaltar que a disputa continua: «por mais inocentes que sejam, as suposições a respeito do que parece e não parece (ou tem ou não tem jeito de ser) culturalmente 'africano' continuam a atormentar os estudos afro-americanos» (p. 9).

Apesar de Sidney W. Mintz e Richard Price estarem escrevendo para o mundo acadêmico dos EUA, esse diagnóstico também é válido para o atual estágio dos estudos sobre a escravidão e a história da cultura negra no Brasil. Está em voga estudar a escravidão no Brasil à luz do africanismo. Na antropologia, alguns pesquisadores buscaram (e ainda buscam) compreender as manifestações da cultura afro-brasileira como produto quase que mecânico da herança africana. Com os estudos da história da escravidão no Brasil, opera-se fenômeno semelhante. A palavra de ordem agora é: entender a cultura escrava como extensão da cultura africana. Cada vez mais os historiadores mergulham no universo cultural africano, do século XVI ao XIX, para encontrar o sentido do comportamento escravo no Brasil. Coincidentemente com o que aconteceu nos EUA, a nova abordagem acerca dos estudos da cultura afro-brasileira e da história da escravidão ganha vigor justamente num momento de ascensão da luta do movimento negro no país, quando se opera uma mobilização sem precedentes na sociedade brasileira para discutir o problema do racismo quando, ao mesmo tempo, são implementados os primeiros programas de ações afirmativas. Do ponto de vista da grade curricular, o Brasil também discute, atualmente, a implementação do estudo da história e da cultura afro-brasileira.

O livro está dividido em seis pequenos capítulos (o modelo do encontro; contato e fluxo socioculturais nas sociedades escravocratas; o setor escravo; primórdios das sociedades e culturas afro-americanas; o que foi mantido e sobreviveu; por fim, parentesco e papéis sexuais). O objetivo do ensaio é oferecer «uma abordagem antropológica geral do estudo da história da cultura afro-americana», a fim de examinar «a instalação inicial dos africanos no Novo Mundo». Tal instalação é vista «como uma espécie de 'linha basal', com as formas que as comunidades africano-americanas viriam a adquirir posteriormente» (p. 19).

O surgimento e a consolidação das colônias do Novo Mundo foram marcados por contrastes, em termos de cultura, poder e *status*. Uma pequena minoria de europeus e seus descendentes exerciam o poder, de um lado, e uma grande maioria de africanos era dominada, de outro. Mas, segundo os autores da obra em análise, não havia uma separação tão radical. A interpenetração cultural imprimiu a tônica da colonização desses dois grupos no Novo Mundo, resultando no surgimento das chamadas «sociedades crioulas» (p. 23). Em outro momento, eles reiteram o argumento de que os processos de formação cultural no Novo Mundo não foi unilateral, ou seja, não foram pautados na imposição de formas culturais européias a receptores africanos passivos.

Para Mintz e Price, os africanos que povoaram o Novo Mundo não compartilhavam da mesma cultura. Eles conceituam cultura como um «corpo de crenças e valores socialmente adquiridos e padronizados, que servem de guias de e para a conduta num grupo organizado (numa 'sociedade')» (p.26). Se os grupos de colonos europeus já representavam tradições culturais nacionais específicas, os africanos seriam desprovidos dessas tradições. Estes eram retirados de diferentes localidades do continente africano, de numerosos grupos lingüísticos e étnicos e de múltiplas sociedades das diversas regiões. Assim, não seria plausível afirmar que os africanos transplantaram para o Novo Mundo uma única cultura. A começar, porque era incomum grupos de africanos de culturas específicas poderem viajar juntos ou se instalarem no mesmo local ao chegarem no Novo Mundo. Não havia uma cultura africana no singular, mas, de uma perspectiva transatlântica, um «conglomerado etnicamente heterogêneo» de indivíduos com sua cultura específica.

Um modelo de abordagem comparativa entre a heterogeneidade étnica dos africanos e das sociedades do Novo Mundo postula uma ligação direta: a cultura de determinado povo africano passou a corresponder à de determinada colônia ou sociedade do Novo Mundo (o Suriname ou a Jamaica aos achantis, o Haiti aos daomenaos, e assim por diante). Tal metodologia é, segundo Mintz e Price, perigosa e, muitas vezes, equivocada, dada a escassez de conhecimento que se tem tanto da cultura dos escravos nessas colônias quanto da dos grupos étnicos africanos nos séculos da escravidão. Essa crítica serve como admoestação para os novos estudos sobre a escravidão no Brasil, os quais buscam resgatar a cultura escrava pelo olhar da África. A transmissão cultural dos grupos étnicos africanos para os escravos no Brasil não se processou de maneira direta ou linear, mas foi marcada por mediações, conforme cada contexto histórico específico. Em outras palavras, os africanos não teriam transportado, de maneira intacta, sua tradição cultural para o Novo Mundo. Esta foi elaborada e reelaborada no novo meio.

O modelo teórico que defende uma única cultura africana como fonte de uma dada tradição teria um outro problema: escamoteia o dinamismo dos complexos processos culturais de adaptação dos diferentes grupos étnicos africanos uns com os outros e com seus dominadores europeus no Novo Mundo. Ademais, os «africanos que chegaram ao Novo Mundo não compuseram *grupos* logo de saída. Na verdade, na maioria dos casos, talvez fosse até mais exato vê-los como multidões, aliás multidões muito heterogêneas. Sem diminuir a importância provável de um núcleo de valores comuns e da ocorrência de situações em que alguns escravos de origem comum podem, efetivamente, haver-se agregado, a verdade é que estas não foram, a princípio, comunidades de pessoas, e só puderam transformar-se em comunidades através de processos de mudança cultural» (p. 37).

Os autores entendem que os escravos, apesar das diferenças étnicas, compuseram um mundo específico, dentro das margens de manobra definidas pelo monopólio de poder senhorial: «Que a classe senhorial tanto funcionava como mestra – e intimidadora – dos escravos quanto como reguladora de sua conduta sempre foi aceito como um dado banal, e sem dúvida costumava ser verdade. Mas o papel que tinham os desprovidos de poder, afetando e até controlando partes importantes da vida dos senhores, também era típico das colônias escravagistas e não tem recebido atenção suficiente» (p. 52). Para Mintz e Price, o modelo teórico fundado na dicotomia escravo *versus* senhor é simplista, pois não permite responder à diversidade que caracterizou os «contatos» entre os escravizados e os livres. Além de uma relação de subordinação, a escravidão teria forjado laços de «contatos» mais íntimo entre os escravos com os grupos de homens livres. Os autores até sugerem que os referidos «contatos» geraram um estado de dependência dos senhores em relação aos escravos. Apesar da história de dominação a que os escravos foram submetidos, existiriam informações que indicam que eles se engajaram, inclusive, em atividades econômicas relativamente independentes (p. 100).

Os autores assinalam que, de modo algum, se pode imaginar que a ruptura do escravo com o passado africano foi irrevogável. Há vários exemplos que demonstram que os escravos, em alguns aspectos, deram continuidade à identificação cultural herdada das civilizações ancestrais. Mas o que deve ser enfatizado, segundo Mintz e Price (p.70), é que a história da Afro-América é marcada «por renovações dessa identificação, em muitas ocasiões e sob várias formas: sentimentais, políticas, literárias, etc». Os escravos não só reformularam práticas culturais tradicionais, como formularam outras novas.

Os autores insistem na tese de que a população escrava não reproduziu no Novo Mundo o mesmo padrão cultural da África. Seu sistema religioso, por exemplo, não sobreviveu, inalterado e intacto, no novo contexto. Assim, «não mais parece suficiente afirmar que o culto dos gêmeos no Haiti, a adoração de Xangô em Trinidad ou na Bahia, ou o uso de oráculos no Suriname são simples exemplos de uma transposição da África, ou mesmo de continuidades culturais étnicas específicas» (p. 63). As continuidades formais diretas da África teriam constituído mais uma exceção do que a regra em qualquer cultura afro-

americana. A tarefa do historiador, portanto, seria entender como o material cultural que foi preservado serviu para os escravos construírem (e reconstruírem) uma identidade específica e conquistarem certo grau de autonomia face ao domínio senhorial.

Segundo Mintz e Price, as culturas africano-americanas plenamente formadas desenvolveram-se nos primeiros anos de povoamento de muitas colônias do Novo Mundo. Tal processo, fundado no dinamismo e criatividade dos africanos escravizados, resultou no surgimento de uma «nova cultura» (p.76). Este enfoque não é fortuito. Como os autores justificam, «se parecemos desenfatizar o passado africano para frisar a natureza móvel da Afro-América, é, em parte, porque a ênfase usual parece ter sido a inversa». Foram muitos os pontos de interação cultural entre as pessoas escravizadas e livres. Segundo Mintz e Price (p.88), a cultura afro-americana – na música, linguagem ou religião – foi produzida de maneria «altamente» sincretizada em termos de suas origens africanas, bem como em termos das contribuições provenientes das fontes européias (ou de outras procedências). Ela possuíria um dinamismo interno, uma criatividade e uma «acentuada capacidade de adaptação a condições sociais mutáveis».

Para finalizar, os autores reconhecem que a opressão esteve onipresente no sistema escravista, mas que tal opressão não se deu de maneira igualitária e tampouco os escravos reagiram da mesma maneira à ela. Daí a necessidade de pesquisas em profundidade acerca da história do nascimento da cultura afro-americana, através da etnografia e do uso de documentos e registros históricos. Os africanos foram trazidos para o Novo Mundo e «de um Novo Mundo se trata, por certo, pois aqueles que se tornaram seus povos o refizeram e, nesse processo, refizeram a si mesmos» (p.113).

O livro, reiteramos, serve como alerta para os historiadores que atualmente concebem o africanismo como chave explicativa da cultura escrava no país. No limite, o africanismo nunca existiu. Não passa de uma construção mítica, com fins político-ideológicos. Da mesma maneira, o livro é uma advertência para o movimento negro brasileiro que, desde o final da década de 1970, propala um discurso racial essencialista, definindo, por exemplo, a cultura «negra» como herdeira fidedigna da cultura «africana». A cultura dos afro-americanos não poderia ser herdeira fidedigna da cultura africana, uma vez que esta, no singular, não passava de uma abstração. E o que se chama hoje de cultura «negra» jamais se revelou em seu estado puro. Desde a travessia transatlântica, os negros da diáspora forjaram sincretismos culturais. O livro *Nascimento da Cultura Afro-Americana* chega ao público brasileiro num momento mais do que oportuno, com muitos elementos para enriquecer tanto os paradigmas da pesquisa histórica quanto o debate nacional que se instaura em torno da questão racial.

PETRÔNIO DOMINGUES
Professor de História da UNIOESTE
Doutorando em História Social-FFLCH/USP

SODRÉ, Nelson Wermech, *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 2004. 456 pp., 14.ª edição.

O livro *Formação Histórica do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1962, é o resultado, como nos explica o próprio Nelson Werneck Sodré, de um curso ministrado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) a partir de 1956 e representa, ainda segundo o autor, cinco anos de pesquisas, análises e revisões e tem como objetivo a «ousadia» de abarcar praticamente toda a história do Brasil, desde seus antecedentes europeus até ao momento em que era escrito, empreendimento que poucos intelectuais de seu porte se atreveram a realizar.

Nelson Werneck Sodré acreditava que as alterações vividas pelo Brasil no final dos anos 50 exigiam uma revisão histórica, não tanto dos fatos e das personagens, mas especialmente do processo histórico visto a partir de novos métodos de interpretação. Assim, naquele momento, a tarefa derivava «*da necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o País à situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo*» (p. IX da 11.ª edição. São Paulo: Difel, 1982), ou seja, derivava de uma posição política, como o próprio autor deixava claro no prefácio, e, dessa maneira, tal revisão histórica era uma tarefa que precisava de ser realizada.

Formação Histórica do Brasil rapidamente se tornou numa obra de referência. Gerou debates e polêmicas, inserindo-se na grande discussão, iniciada no final dos anos 50 e avançou pela década de 60, sobre a chamada «revolução brasileira» que envolveu os grandes intelectuais do período, como Caio Prado Júnior, Celso Furtado entre outros, e que procurava apontar os rumos que o país deveria seguir.

Nesse debate Nelson Werneck Sodré representava a visão dominante dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que defendia a necessidade da aliança entre o proletariado e o campesinato com a burguesia nacional contra o imperialismo e o latifúndio ou, em outras palavras, entre as forças modernizantes contra os setores retrógrados, ou ainda, Nação *versus* anti-Nação. Para o PCB era necessário realizar a chamada revolução democrática burguesa no Brasil, para eliminar os entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo, acabando com as «*relações semifeudais de produção*» (p. 396), ou seja, relações baseadas na dependência pessoal do trabalhador e na força do latifúndio. Tal concepção tinha como origem o esquema dos cincos tipos «fundamentais» de modos de produção – desenvolvido pelo «marxismo vulgar» soviético da época de Stalin e aplicado por todos os partidos comunistas do mundo que seguiam as orientações de Moscou – e acabou conhecida como «etapismo», pois a revolução burguesa seria uma etapa preliminar para uma revolução socialista.

Dentro desse debate, conhecer o estágio do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais era algo fundamental. Assim, a *Formação Histórica do Brasil*, mais do que um livro «isento» sobre o passado brasileiro, era um livro engajado, como o próprio Nelson Werneck Sodré frisava, no qual ele procurava mostrar as bases históricas que justificariam a linha política do PCB para a resolução dos problemas do país.

A trajetória do livro, a partir da análise de suas edições, serve como um bom indicador da influência de Nelson Werneck Sodré e da importância política do PCB, a partir de 1962. O livro foi, de início, um sucesso, esgotando várias edições, que foram nada menos que oito em dez anos. A partir daí diminuiu o ritmo, tendo mais 3 edições até 1983 e outras 2 até 1990, para só voltar a ser publicado em 2002. De toda a maneira, a *Formação Histórica do Brasil* atingiu a significativa marca de 14 edições, demostrando que Nelson Werneck Sodré ainda desempenha um papel no debate historiográfico e que seu livro continua sendo uma das melhores sínteses da história do Brasil.

Nelson Werneck Sodré foge do quadro factual, deixando de lado as descrições de acontecimentos, as personagens e as datas. Sua preocupação constante são as estruturas econômicas e sociais, as transformações ocorridas nos planos externo e interno, as tendências, os processos, os grupos sociais e suas opções, as contradições e os interesses em conflito, lançando mão de dados e detalhes que exemplificam e afiançam suas inter-pretações.

Vejamos agora como o livro se organiza e os principais pontos que Nelson Werneck Sodré aborda em *Formação Histórica do Brasil*. O livro divide-se em sete partes, cronologicamente ordenadas, embora a narrativa contenha avanços e recuos que retomam pontos anteriormente abordados.

Na «Introdução», o autor discute as raízes européias de nossa formação social, após um breve preâmbulo em que aponta os seus pressupostos teóricos, particularmente o materialismo histórico, embora sem nomeá-lo no corpo do texto. Contudo, cita, em várias das notas do capítulo, seu autor, Karl Marx.

A partir de sua leitura de Marx, Nelson Werneck Sodré vê a história como uma ciência social, cujo objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade. A base da vida é a produção, assim «*o grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sobre a natureza, o seu grau de desenvolvimento*» (p. 3), logo as épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem mas como produzem. Em seguida, nos explica que as relações que se estabelecem na produção são relações sociais que marcam a sociedade sob três aspectos: as formas de propriedade sobre os meios de produção – relação determinante –, a situação social com a divisão da sociedade em classes e as formas de distribuição da produção, para daí concluir que, «*consideradas tais relações, a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo*», os cinco tipos «fundamentais» vistos acima e aplicados pelo autor ao «*estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto desse livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, – é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro*» (p. 4).

O autor, em seguida, passa rapidamente em revista a comunidade primitiva, o escravismo e o feudalismo e sua liquidação, e, na seqüência, trata com mais atenção do mercantilismo em Portugal e de problemas-chave da história moderna: as diferenças entre mercantilismo e capitalismo, feudalismo e colonialismo e a empresa das navegações. Neste momento o autor explica o erro em confundir-se capital mercantil com capitalismo e a existência de grupos mercantis com burguesia como classe social, para, a partir da análise da sociedade portuguesa, mostrar que a «*empresa das navegações, que possibilita as descobertas de que decorre a colonização, tem suas bases no capital comercial cujo aparecimento e desenvolvimento caracterizam o declínio do feudalismo*» (p. 34).

A segunda e terceira partes da obra, respectivamente intituladas «Colonização» e «Expansão», são dedicadas ao período colonial. Partindo da discussão sobre o aproveitamento das terras americanas descobertas por Portugal, Nelson Werneck Sodré mostra que a colonização «*não esteve jamais nos propósitos da empresa mercantil que impulsionou as navegações, montada especificamente para troca*» (p. 61). Daí o interesse maior pelo Oriente, onde já existia uma produção destinada ao comércio, ao contrário do Ocidente. Desse modo, para a coroa portuguesa, a necessidade de defender as terras descobertas exige a colonização, ou seja, ocupar e povoar «*pela presença de colonos que assegurem por si mesmos as suas necessidades*», sem representar uma carga para a coroa. A solução açucareira foi a forma de viabilizar a colonização, com a montagem de uma estrutura produtiva, baseada no trabalho escravo indígena primeiro e, em seguida, africano.

Dando continuidade, Sodré discute o «investimento inicial» que possibilitou a montagem da indústria açucareira, para na seqüência destacar a falta de importância da terra frente ao trabalho, «*problema fundamental*» (p. 69), e como, nessas condições, a necessidade de produzir para o mercado externo gera o modo de produção escravista, questões que aprofundará nos itens seguintes, «Caracterização colonial» e «Caracterização escravista». Neles enfoca as relações entre a grande propriedade, o modo escravista de produção e o regime colonial, destacando o fato de o regime escravista ser estabelecido por senhores que viviam anteriormente num meio, o metropolitano, onde «*vigorava uma etapa mais avançada de produção, a feudal*» (p. 76). Concluindo esta segunda parte, o autor nos mostra como se deu a «montagem da colonização» e discute a questão do monopólio comercial.

Vale a pena frisar que para Nelson Werneck Sodré «*o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção*» (p. 82) e que a caracterização do regime era algo fundamental para ele, tanto que Caio Prado Júnior, na única vez que é citado no capítulo, é censurado por não se preocupar com a questão.

«A Expansão», terceira parte do trabalho, trata a princípio das áreas «pobres», como São Vicente, onde após o fracasso da cultura do açúcar, estagna, mas a subida da colonização ao planalto, com a fundação de São Paulo, cria uma área diferente, estruturada sob outro regime de propriedade, outro sistema de trabalho e outra organização social, «*distanciada do interesse metropolitano*» (p. 112). Aqui as atividades econômicas são limitadas, e a luta pelo índio coloca em choque os colonos e os jesuítas, questão que também aparecerá com força no Maranhão e na região Norte.

Outra questão que será tratada nessa parte é a conquista do sertão e a expansão aurífera, com suas conseqüências. Surgindo numa fase de crise na economia colonial, as descobertas têm como primeiro efeito atrair elementos que a crise marginalizara, criando ligações entre as várias áreas da colônia, que «*adquire uma segunda dimensão, a profundidade*» (p. 136). Além disso atraem um importante surto demográfico, que decuplicou a população. A mineração também estabeleceu novas condições para o trabalho escravo, «*abrem-se perspectivas à alforria, há uma sensível ascensão espiritual do escravo*» (p. 137) e ampliam-se as possibilidades para o trabalho livre; assim, para Nelson Werneck Sodré a mineração foi o primeiro abalo «sério e profundo» no trabalho escravo, do qual ele não se recuperará, e as «*relações que ocorrerão, com o declínio aurífero, não corresponderão a um retorno ao passado. Caracterizarão, ao contrário, a passagem para o quadro feudal, que se generaliza no interior da Colônia, depois do país*» (p. 137).

Dedicada à Independência, a quarta parte, abarca o período que vai do final da fase colonial ao golpe da maioridade de 1840. Sodré inicia este capítulo elencando as várias contradições internas, as fundamentais, entre os que trabalham e os exploradores do trabalho, ou seja, entre colonos e índios e entre escravos e senhores, e depois as demais contradições, como aquela entre os consumidores coloniais e os monopolizadores, que motivaram revoltas, como, por exemplo, a de Beckman, contribuindo para o divórcio entre os habitantes da colônia e a metrópole, que mantinha os monopólios. Tal contradição prolongou-se na que separou senhores de terras e de escravos e comerciantes, a qual tem como maior episódio a guerra dos mascates. Daí surgir o anti-lusitanismo que permaneceu como «*traço psicológico*» (p. 163) de nossa gente, como o que apareceu nas lutas nas áreas mineradoras entre paulistas e os adventícios vindo da metrópole, os «emboabas», área também marcada pela contradição entre os contribuintes coloniais e o fisco metropolitano.

Dessa maneira, o aprofundamento das contradições entre a classe dominante colonial e a classe dominante portuguesa, ausente nos primeiros tempos, exige que não cesse de crescer o poder público na colônia, cuja «*presença total e aterrorizadora do poder público é o sinal mais evidente da cisão de interesses: a classe dominante colonial já não tinha condições para ser mandatária da classe dominante metropolitana*» (p. 164).

Nelson Werneck Sodré passa, então, a analisar as bases econômicas dessa cisão, indicando que o Brasil passara de mero produtor para mercado produtor e consumidor, propiciando à metrópole rendas, oriundas da exploração colonial, particularmente dos domínios da circulação do açúcar, da produção e da circulação do ouro e da distribuição à colônia das mercadorias que eram importadas; dessa maneira a metrópole onerava a produção colonial pelas taxas impostas ao açúcar, dificultando a concorrência no mercado internacional, exercia um controle total sobre o ouro e tribu-tava as importações.

A economia de exportação, que gerara a classe dominante colonial e a mantinha, padecia de graves flutuações. A metrópole não tinha capacidade de assegurar mercados para a produção colonial, nem de garantir preços para seus produtos. Assim, os interesses de divergentes tornam-se antagônicos, contudo o rompimento com a metrópole só era possível com o debilitamento desta no quadro internacional e com a participação da classe senhorial no quadro interno.

Nelson Werneck Sodré volta-se então para a análise do quadro internacional, para a Revolução Industrial, processo de transformação que transfere a supremacia econômica

do capital comercial ao industrial, e suas relações com as áreas coloniais. Onde o aparecimento dos metais preciosos criara um importante mercado consumidor e, no caso brasileiro, contemporâneo dessa Revolução, atraiu as atenções dos produtores europeus, permanecendo contudo bloqueado pelo regime do monopólio comercial.

As «*novas relações de produção devem encontrar correspondência em nova estrutura social. Declinam velhas forças. Ascendem novas forças. Da luta emergirá uma sociedade diferente*» (p. 169). Assim, nas áreas em que a Revolução Industrial avança, a burguesia cresce em poder, enquanto nas áreas em que o capital industrial é subordinado ao capital comercial ou não tem importância, permanece dominante a «classe feudal», o que para o autor resultaria que «*na Inglaterra, predomina o modo capitalista de produção; na península ibérica, o modo feudal, alimentado pela exploração das áreas coloniais; no Brasil, o modo escravista, com transição para o modo feudal em vastas zonas*» (p. 169).

No plano interno, o desenvolvimento das forças produtivas, apesar da exploração colonial somada à crise econômica colonial, fez com que «*a contradição entre os proprietários coloniais dos meios de produção e a Metrópole monopolista se aprofundasse e superasse a contradição entre aqueles e os não proprietários dos meios de produção*» (p. 171). Esse elemento, acrescido à preponderância da expansão capitalista inglesa sobre a resistência «monopolista-feudal» luso-espanhola, permitiu que o rompimento do monopólio se operasse.

Tal rompimento, com a eliminação da função intermediária das metrópoles, interessava tanto à expansão capitalista inglesa quanto à classe senhorial das áreas coloniais. Mas se havia concordância entre as forças externas, que comandavam a transformação de um modo de produção a outro mais avançado, e as forças internas, que comandavam a produção na área colonial portuguesa, o mesmo não se dava em relação ao regime do trabalho, isto é, «a classe senhorial dominante estava interessada no comércio livre, mas não estava interessada no trabalho livre» (p. 173).

O resultado disso é que a autonomia, para Nelson Werneck Sodré, será uma empresa da classe senhorial, que realizará na medida de seus interesses, contando, porém, com o apoio da camada média da população e, em certa medida, mesmo da classe que fornece o trabalho.

Após a análise detalhada das contradições existentes e das forças em disputa, Sodré passa a tratar do desencadeamento do processo de independência, partindo do conflito entre a Inglaterra e a França napoleônica e suas repercussões na América, mostrando as diferenças entre as áreas portuguesa e espanhola, tanto do ponto de vista dos interesses das classes dominantes coloniais como nos encaminhamentos adotados pelas respectivas coroas, concluindo que «*o largo processo de independência comporta variações importantes. No seu conjunto, entretanto, ele reflete o triunfo da revolução burguesa, de que são episódios marcantes a Revolução Industrial, que assinala mudanças nos meios de produção e nas técnicas de que se servem, a Revolução Francesa, que assinala a liquidação de relações feudais, a Revolução Americana, que importa na transferência a determinada área do Novo Mundo de muitas das alterações ocorridas no Velho*» (p. 180) e destacando que o fato de estar inserido na revolução burguesa não significa que o processo de independência das áreas coloniais seja uma revolução burguesa.

Nesse ponto, Nelson Werneck Sodré nos apresenta uma interessante discussão sobre a transferência da ideologia de uma área a outra, assinalando que as revoluções não podem ser transplantadas, mas que a sua ideologia pode. Esta, no entanto, somente é efetiva onde se gerou de condições concretas. Onde estas faltam é mera «expressão subjetiva».

Retomando o caso brasileiro, Sodré mostra as conseqüências da vinda da família real para o Brasil, destacando o fim do monopólio comercial, com a abertura dos portos em 1808 e o re-arranjo entre a classe dominante colonial com a coroa aqui estabelecida. Esta composição foi abalada com a «Revolução Constitucionalista» de 1820, que agravou as contradições entre as classes dominantes dos dois lados do Atlântico, levando à concreti-

zação da independência brasileira, realizada com o mínimo de transformações possíveis, passando da fase anterior à fase posterior uma estrutura colonial de produção.

Nesse contexto, entende-se a opção monárquica e o aproveitamento dos quadros administrativos portugueses que aceitam a autonomia brasileira para a construção de um aparelho de Estado, que possa dominar toda a extensão do território, garantindo a unidade nacional. Esta será a tarefa que demandará maiores esforços, que se prolongam praticamente até o fim da primeira metade do XIX, dentro de uma fase de turbulência política e de crise econômica.

A solução dessas dificuldades será tratada no capítulo seguinte, «Império», em que Nelson Werneck Sodré mostra como os lucros trazidos pelo café permitiram que o centro político, agora novamente coincidindo com o centro econômico, dispusesse de recursos para enrijecer sua autoridade, estendendo-a a todas as outras regiões e mesmo a áreas externas, superando a fase da Regência, quando o poder central não pôde ser exercido com eficiência e plenitude, surgindo assim as diversas rebeliões periféricas.

Com a passagem da fação ligada ao café ao primeiro plano, o centro passava a dispor de condições efetivas para exercer a sua autoridade, reforçada pelo «golpe da maioridade», podendo assim derrotar as últimas rebeliões e garantir a unidade brasileira, que, para Sodré, «*foi, sem dúvida, uma vitória amarga. Mas parece incontestável que correspondeu a um serviço: o último que pode ser creditado à classe dominante de senhores de terras e escravos*» (p. 225).

Após analisar a consolidação do poder pela classe senhorial, Nelson Werneck Sodré volta sua atenção para a questão do trabalho, apontando que, na segunda metade do século XIX, se acelera a transição em novas áreas do trabalho escravo à servidão e o avanço do trabalho livre. Contudo «*admite-se que os elementos que passam da escravidão para à servidão sejam muito mais numerosos do que os que passam da escravidão ao trabalho livre*» (p. 245).

Essa passagem de vastas áreas do escravismo para um regime caracterizado pela servidão ou semi-servidão é possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras, ou seja, «*há espaços vazios, mas não há propriedades a conquistar*», assim «*grandes áreas não apropriadas, já objeto de ocupação, são apropriadas por diferentes processos, entre os quais o da violência pura e simples*» (p. 247), e, Sodré nos explica que «*é nesses vazios que se estabelece a base da regressão*». Não se trata assim de uma fronteira móvel, mas de «*uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores que estabelecem suas roças de mera subsistência e, que permanecem, no conjunto ausentes do mercado*». Para concluir: «*trata-se de um quadro feudal inequívoco*» (p. 248).

Nesse quadro, enquanto o problema fundamental da terra permanece intocado, a massa escrava disponível com a abolição, em 1888, tende a dois destinos: a área de servidão ou semi-servidão, que pode ser a mesma onde vigorava o regime do trabalho escravo, a área urbana, onde se constitui numa «*sobra humana marginalizada*» (p. 253).

Após fazer um balanço da economia e da sociedade do Império, Nelson Werneck Sodré encerra com a liquidação do regime, mostrando como as contradições internas da classe dominante, que oscilava entre uma fação que permanecia ancorada na estrutura colonial e outra que aceitava inovações, abandonava o trabalho escravo e esposava relações capitalistas, permitiram que a segunda fração aliada aos grupos mais atuantes da classe média liquidassem o Império, proclamando a República.

Avançando para a sexta parte dedicada à República, Nelson Werneck Sodré mostra que em fins do século XIX o aparelho de Estado monárquico se tornara obsoleto, pois não correspondia mais à realidade econômica e política: «*transformara-se num trambolho*» (p. 292). A República altera-o, acaba o poder moderador, o senado perde o caráter vitalício, cai a eleição à base de renda, da nobreza titulada e da escolha dos governadores provinciais pelo centro. O novo regime permite, por outro lado, a participação, em certa medida, da classe média, e um esforço de adaptação às condições do capitalismo, agora em fase impe-

rialista, quando o Brasil atinge o apogeu de sua estrutura colonial de produção, transformando-se num dos principais fornecedores de matérias primas do mercado mundial.

A República, contudo, nasce em crise, a aliança que possibilitara a mudança do regime desfaz-se rapidamente no poder, a classe senhorial voltaria a unificar-se, sob comando da fação ligada ao café e «*ao colonialismo econômico, pela sua estrutura, e dependente dos favores e proteção do estado, preferiria submeter-se*» (p. 303). Já a classe média isolada, sem base política, perderá o espaço momentaneamente conseguido. Seu representante, o componente militar, será despejado do poder com a sucessão de Floriano, permitindo o estabelecimento do domínio das oligarquias, que utilizarão o aparelho estatal em defesa de seus interesses, como, por exemplo, na política da «valorização do café».

Consolida-se assim a associação com o imperialismo, através do capital financeiro internacional, que dará suporte à defesa dos interesses dos cafeicultores. No plano interno, a classe senhorial se organizará na chamada «política dos governadores». Tratava-se pois «*de entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominava, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses estados … o Brasil era dividido em tantos feudos, reconhecidos no centro, quantos os seus Estados*» (p. 304). O centro permitia aos grupos locais governar-se em paz, não se intrometendo nos assuntos de cada Estado, que seriam resolvidos segundo os interesses de cada oligarquia, que para isso organizavam forças irregulares próprias, «*à base de um banditismo semi-feudal*» (p. 304).

As transformações ocorridas nos anos 20, o surgimento de novos setores, as reivindicações das classes médias, da qual o tenentismo é um fenômeno típico, somados à crise de 1929 e as divisões da classe dominante, explicitadas na crise da escolha do candidato à sucessão presidencial, permitiram que se recompusesse a aliança entre setores da classe dominante e grupos atuantes da classe média, como acontecera na queda do Império: «*As duas correntes, a do tenentismo e as cisões tradicionais nos quadros políticos, acomodam-se assim, num amplo estuário, o da revolução de 1930*» (p. 320).

Vitoriosa, a Revolução de 30 será marcada pela disputa entre suas duas componentes, a tradicional, representada pelas forças políticas que exerciam o domínio no país, e a nova, representada por forças políticas que ainda não haviam tido oportunidade para atuar, particularmente representadas no tenentismo. Ambas começariam a lutar entre si desde logo. Contudo a base política em que assentava o tenentismo era frágil, enquanto que aquela em que assentavam as velhas forças políticas era sólida e, após a vitória sobre as forças rebeladas em São Paulo (1932), a classe dominante recomporia sua unidade, sem contudo poder voltar à situação anterior.

O quadro sucessório de 1937 reflete bem essa impossibilidade de retorno, o que somado ao isolamento das forças democráticas permitirá o golpe de 1937, «*recebido sem aplausos e sem resistências*». A ditadura de 1937, para Nelson Werneck Sodré, «*num esquema simplista … correspondia a uma tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado*» (p. 329).

Iniciada, logo em seguida, a Segunda Guerra Mundial com todas as suas conseqüências permite um esforço industrial de substituição de importações. Inclusive com o surgimento da indústria pesada, o processo de capitalização nacional se acelerou, as indústrias básicas entraram numa fase de desenvolvimento acelerado. Assim, na segunda fase do Estado Novo, as forças produtivas no Brasil sofreram alterações muito grandes e passaram a pressionar por novas relações de produção. Esse desenvolvimento interno refletiu-se no campo político: «*realmente, haviam estado representadas as novas forças em desenvolvimento, e o que se opunha a Vargas, agora, pretendia o retorno ao passado*» (p. 331). Era uma política de retrocesso que o governo posterior à queda de Vargas, em 1945, tentaria implementar.

A volta de Vargas pelo voto trazia de volta ao poder estas contradições entre o novo e o velho. A solução de compromisso adotada tenta atenuar as contradições, o que leva ao

isolamento do governo, «*para Vargas, a opção era extremamente difícil: ou se apoiava em bases populares ou se divorciava delas; apoiar-se em bases populares significaria aprofundar as alterações e desafiar o imperialismo; apoiar-se em bases imperialistas significaria a sua destruição política. O seu suicídio representou o fim de uma época e o fim de uma política*» (p. 332).

Com o fim da era Vargas, Nelson Werneck Sodré abre a última parte da obra intitulada «Revolução», em que trata do período praticamente contemporâneo à redação da obra e assim a história dá lugar à política. Aqui vai enfaticamente defender o que acreditava ser a política correta para o Brasil.

Em primeiro lugar cabe lembrar que Revolução Brasileira é entendida aqui como o «*conjunto de transformações que ocorrem em nosso país na fase atual*» (p. 392), para prosseguir fazendo um balanço das políticas adotadas no Brasil no final da década de 50.

Para ele, não havia saída para o desenvolvimento com a política de compromisso com o imperialismo, base do que se convencionou chamar «desenvolvimento». Seria necessário para o desenvolvimento autêntico medidas como o monopólio estatal do câmbio em benefício dos empreendimentos nacionais, o controle das remessas de lucros, a nacionalização da produção e distribuição de energia elétrica, a reforma agrária, auto-suficiência do abastecimento de petróleo, entre outras. Dessa maneira «*a parte mais importante da burguesia industrial, bancária e comercial, que tem seus interesses ligados ao desenvolvimento, já afetada pela política que se tentou com resultados inflacionários, juntar-se-ia às camadas populares corroídas pelas conseqüências de um 'desenvolvimento' associado ao imperialismo ou a ele subordinado, como o que foi defendido e praticado entre 1956 e 1960 (Governo Kubitschek)*» (p. 384).

Para Nelson Werneck Sodré, a contradição fundamental nesse momento era entre a Nação e o imperialismo ou entre o povo brasileiro e o imperialismo, sendo que o povo brasileiro, nessa etapa histórica, compreendia «*o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional. O imperialismo tem seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e média burguesia*» (p. 401), embora não deixasse de se referir às contradições no «seio do povo», como a entre a burguesia e o proletariado. Assim conclui a obra com esta mensagem, que sintetiza a política que achava correta: «*a emancipação do Brasil não é uma tarefa conspirativa, mas a empresa de todo o povo*» (p. 403).

RODRIGO RICOPERTO

GOUVEIA, António de, *Jornada of Dom Alexis de Menezes: A Portuguese Account of the Sixteenth Century Malabar (Jornada do Arcebispo originally written in Portuguese in 1603 by António de Gouveia)*, traduzido, editado e anotado por Pius Malekandathil, Cochim, LRC Publications, 2003, LXXXIII + 603 pp., 1 mapa, ISBN 8188979-00-7.

Esta obra de Fr. António de Gouveia OESA (1575-1628) é um daqueles textos que tanto tem de nuclear como de polémico desde a impressão em 1606, na oficina coimbrã de Diogo Gomes Loureiro. O livro teve um sucesso editorial imediato na Europa, tendo sido traduzido para castelhano, francês (língua em que conheceu três edições distintas, Antuérpia e Bruxelas em 1609, e Colónia em 1611), latim (1745), e inglês (1839). Felizmente, em 1988, a *Jornada* voltou a ser reeditada em português pelas Edições Didaskalia a partir da edição *princeps*, conjuntamente com uma introdução reduzida de Joaquim O. Bragança referente à vida e obra de Fr. António de Gouveia, e da republicação parcial de um estudo de Avelino de Jesus da Costa sobre D. Fr. Aleixo de Meneses OESA, larga-

mente hagiográfico e ultrapassado. A edição de 1988 teve a virtude de tornar acessível um texto que não se encontrava disponível, pese enfermar de algumas debilidades, das quais a mais notória é a falta de um bom índice remissivo de nomes e lugares.

O labor de Pius Malekandathil veio colmatar uma falha similar em língua inglesa, já que a edição oitocentista de James Hough, que sumariara a obra de Gouveia, também se esgotara, pelo que verteu de novo o texto para inglês a partir da edição *princeps* portuguesa reeditada em 1988. Só que, ao contrário da edição portuguesa, a presente tradução é anotada, possui índice remissivo de nomes e lugares, glossário toponímico onde faz a correspondência entre os topónimos encontrados no texto e os actuais, um mapa do Malabar com os locais mencionados na obra, e uma longa introdução (52 páginas).

O livro foi publicado na Índia, mais concretamente no Malabar, para celebrar o quarto centenário da conclusão da obra de Gouveia, 27 de Setembro de 1603. A data terminal pode indiciar dois tempos distintos de feitura: o da composição de 1600 a 1602, no tempo que medeia entre a chegada do arcebispo D. Fr. Aleixo de Meneses a Goa (Novembro de 1599) e a partida de Gouveia integrado na missão enviada à Pérsia em 1602; e o da finalização e revisão em 1603, quando regressa da embaixada ao Xá Abas e antes de ser nomeado prior do convento de Nossa Senhora da Graça de Goa, em Dezembro de 1603. Conta com dois prefácios, o do cardeal Varkey Vithayathil, chefe da Igreja Siro-malabar (pp. V-VII), e o do arcebispo de Goa-Damão e Patriarca das Índias Orientais, Raul Nicolau Gonsalves (IX-XIII), que de certo modo fazem a ponte entre as duas cristandades passados quatro séculos. Não deixa de ser curioso que ambos tenham centrado a sua intervenção em torno do sínodo de Diamper e da sua validade, esgrimindo os contendedores de sempre (Gregório Magno Antão e Jonas Thaliath), cada qual o seu, pese o facto de reconhecerem que a obra de Gouveia é um texto fulcral para estudar e compreender o período, com matizes diferentes consoante o autor do prefácio, e reconhecendo que Pius Malekandathil fez um trabalho árduo, meritório e erudito. O que é um facto.

Na sua longa introdução, 52 páginas como já foi referido, Pius Malekandathil aproveita o texto de Gouveia como pretexto para historiar e caracterizar os «Cristãos de São Tomé», uma vez que o próprio frade agostinho também o tinha feito. A «Introdução» está dividida em 10 partes, algumas das quais redundantes, como a quarta que poderia ter sido absorvida pela anterior sem se ter perdido o fio à narrativa uma vez que ambas tratam da origem e expansão dos siro-malabares. A quarta parte, aliás, é uma das mais interessantes já que nela se enumeram e datam a fundação de igrejas no Malabar do século III ao século XV, o que ajuda o investigador de História Religiosa, tanto mais que ainda aponta bibliografia complementar (nota 53). Assim, teria sido preferível uma divisão menor e mais clássica da introdução, o que ajudaria o leitor e evitaria algumas repetições.

Toda a «Introdução» centra-se no móbil da intervenção e actuação do arcebispo de Goa D. Fr. Aleixo de Meneses (1595-1609) aquando da sua deslocação ao Malabar em 1599, à qual Pius Malekandathil associa uma tese, fruto da sua investigação na história económica malabar, segundo a qual houve uma tentativa de integrar os centros produtores de especiarias e os canais de escoamento do velho Sistema Mundo, se Mediterrânico ou Asiático fica por esclarecer, onde estavam os cristãos de São Tomé, no novo Sistema Mundo Atlântico fundado pelos portugueses, de modo que estes passassem a deter o controlo de parte da produção e exportação. Na sua interpretação, a actuação do arcebispo girou em torno deste objectivo (pp. XXXII-XXXIV), tanto que o grosso da sua visita se centrou nas paróquias localizadas nos vales do sistema hidrográfico do Quêrala Central, justamente as melhores zonas produtoras (p. XLIII), e o comportamento de Meneses durante a jornada foi no sentido de dar corpo a este desiderato (pp. LIX-LX), que, por sua vez, se englobava num debuxo expansionista mais vasto, Mar Roxo, Socotorá e Golfo Pérsico, de modo a manter o monopólio português sobre o comércio das especiarias (p. LIX). É certo que Pius Malekandathil chama atenção ao facto de se ter que entender a acção e movimentação de Meneses à luz do seu tempo e das preocupações que o animavam em 1599 (pp. XXIII-

-XXVI), para além do facto de a discussão historiográfica em torno da natureza da visita do arcebispo se ter cindido em grupos opostos e irredutíveis (pp. XXVI-XXVIII), pelo que conclui não haver provas conclusivas quanto ao seu caracter exclusivamente religioso ou se a inclusão da Igreja Malabar na estrutura do Padroado abriria o caminho ao domínio português nas regiões produtoras de especiarias (p. XXVIII). Mau grado a prudência manifestada, Pius Malekandathil volta a insistir repetidamente na sua tese, embora reconheça que tal desiderato esbarrou com a tenaz oposição dos pequenos soberanos locais, bem como com a dos mercadores mapulas de Canharapaly (Kanjirapally) (pp. LX-LXI).

Tanto o móbil como a tese parecem-nos rebuscados demais, para além de Pius Malekandathil se ter esquecido da conjuntura em que Meneses actuou. É certo que, como ele próprio referiu, ao longo do século XVI houve toda uma evolução na apreciação dos siro-malabares por parte dos portugueses, do Padroado e da coroa, para além de na segunda metade de Quinhentos se ter iniciado a construção de um processo de intenções, como ele designa, que visava integrar a Igreja Malabar no seio da estrutura religiosa portuguesa na Ásia mediante o corte da ligação umbilical ao patriarcado babilónico, de modo a reformar as heresias nestorianas (pp. XLIX-LIII). Ora, como explicou Luís Filipe F. R. Thomaz (cf. «Were Saint Thomas Christians looked upon as heretics», in *The Portuguese and the Socio-Cultural Changes in India, 1500-1800*, edited by K. S. Mathew, Teotónio R. de Souza e Pius Malekandhatil, Tellicherry-2001, pp. 90-91), o choque adveio em parte pela diferente evolução das duas tradições cristológicas, que no caso malabar reflectiu o isolamento a que periodicamente esteve votada a sua Igreja, e da aplicação unilateral da reforma tridentina ao clero e fiéis siro-malabares. O processo de unificação foi bem mais complexo, embora seja certo que no último quartel de Quinhentos houve uma estratégia para encurralar os prelados siro-malabares nesse mesmo processo, mas com um sucesso relativo.

O que de facto ditou a unificação em 1599 foi, ante tudo, a conjuntura política que visava eliminar a ameaça encabeçada pelo Cunhale (Muhammad Kunjali Marakkar), congregada numa vasta, heteróclita e frágil aliança luso-malabar, aspecto negligenciado por Pius Malekandathil. A própria missão do arcebispo fez parte da ofensiva portuguesa, com uma forte componente diplomática junto dos pequenos soberanos locais, de modo a isolar o Cunhale e, simultaneamente, os siro-malabares com o propósito de os conduzir ao sínodo unificador. A curto prazo a missão teve o efeito contrário, como reconheceu o próprio Pius Malekandathil (pp. LX-LXI). A economia pouco ou nada teve a ver com o assunto e muito menos houve qualquer tentativa de controlar os circuitos produtores e exportadores dos cristãos de São Tomé. Como Pius Malekandathil sabe, os siro-malabares eram apenas parte de um sistema produtor e distribuidor mais vasto, e cujo controlo lhes escapava, uma vez que não podiam ditar sozinhos as leis de oferta e procura. Como Jan Kieniewicz mostrou no seu já clássico artigo (cf. «Pepper gardens and market in Precolonial Malabar», in *Moyen Orient & Océan Indien/Middle East & Indian Ocean XVI^{e}-XVIII^{e}*, 3-1986, pp. 1-36), a expansão da área cultivada no Malabar durante os séculos XVI e XVII, tanto por procura interna (mais importante) como pela externa, em nada alterou a estrutura social dos siro-malabares e pouco ou nada influiu no redireccionamento dos canais de exportação, pese o facto de parte substancial da pimenta fornecida às feitorias portuguesas ter sido feita pela sua mão. Durante a centúria quinhentista estalaram vários conflitos entre feitores portugueses e mercadores siro-malabares. Por causa destes também fornecerem pimenta a canais rivais, como o denunciado por Manuel Barradas em 1547 (cf. *Colecção São Lourenço*, vol. III, Lisboa-1983, pp. 503-505).

O estabelecimento da «Copa», quantia anual versada a vários soberanos malabares mencionada por Pius Malekandathil (pp. XXIX-XXXI), a meados da década de 1530, tinha por objectivo impedir o fornecimento da Costa do Coromandel, onde a procura pagava mais e a pronto, e não tanto a de fixar os canais de abastecimento para as feitorias portuguesas, mas sem a Coroa obter resultados palpáveis. O autor aproveita a existência desta rota tradicional pelos Gates, para referir que ela forneceu aos cristãos de São Tomé um

canal para ventilar a sua oposição e resistir à latinização mediante o desvio da pimenta para os portos do Coromandel (p. LXII), esquecendo-se que a oposição e a resistência foi de facto ventilada no próprio Malabar, graças ao apoio dos soberanos locais e das outras comunidades que conseguiram combater a progressão dos religiosos portugueses no terreno. Aliás os portugueses, casados ou agentes da coroa, não conheceram qualquer sucesso duradouro de penetração no *hinterland* malabar, tal como também não o tiveram os holandeses. Estes, como os seus antecessores, viram-se forçados a confiar em intermediários hindus, muçulmanos e cristãos para abastecer as suas feitorias malabares; para além do facto de todas as tentativas holandesas para acabar com o abastecimento à Costa do Coromandel terem fracassado, e da sua intervenção monetária e militar para erradicar a cultura da «canela do mato», concorrente barata da do Ceilão, ter redundado em desastre.

Parece-nos que, ao longo da sua «Introdução», Pius Malekandathil se centra demasiado num processo, o conducente à unificação, numa personagem, D. Fr. Aleixo de Meneses, numa região, situada *grosso modo* entre os rios Periyar e Pambiyar, e num móbil, o da tentativa de controlo dos centros produtores e canais distribuidores dos siro-malabares pelos portugueses situados na zona referida acima, esquecendo tudo o resto. Uma visão mais larga e abrangente permitir-lhe-ia ver que, por exemplo, do ponto de vista do abastecimento de pimenta, a proveniente do Canará acaparava a atenção e os capitais portugueses desde 1565 em detrimento da malabar. Mais. Que a missão de Meneses foi acima de tudo política e religiosa, e que os seus designios «expansionistas» tinham a ver com o desiderato de implantar a sua ordem religiosa, os Agostinhos, no terreno visto ter chegado tarde à Ásia (1572) e esta já se encontrar partilhada entre Franciscanos, Dominicanos e Jesuítas.

Dito isto convém voltar a referir e sublinhar que a tarefa de Pius Malekandathil foi meritória, por ter disponibilizado em inglês uma obra importante e erudita, conforme se depreende pelas inúmeras notas que enriquecem o texto. O investigador só tem a ganhar com esta mais-valia. Espera-se, ainda, que o labor tradutor e anotador de Pius Malekandathil não esmoreça e prossiga com outros textos, como o do padre Jacome Fenício, que há anos espera uma edição. Que não tarde!

JOÃO TELES E CUNHA

Notícias

1. PROJECTOS A DECORRER NO CHAM

– **Nobreza e a Expansão**. Investigador responsável: João Paulo Oliveira e Costa.

– **Levantamento dos fortes açorianos e das fontes açorianas existentes no Archivo General de Simancas**. Investigador responsável: Avelino de Freitas Menezes.

– **Baçaim antes dos Ingleses. A marca portuguesa no território da península de Baçaim**. Investigador Responsável: Walter Rossa.

– **Os Jesuítas Portugueses no Extremo Oriente nos séculos XVI-XVII**. Investigador Responsável: João Paulo Oliveira e Costa.

– **Fontes para a História do Estado Português da Índia (sécs. XVII-XVIII). A Colecção «Junta da Real Fazenda do Estado da Índia**. Investigadora Responsável: Maria Augusta Abreu Lima Cruz.

2. SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS

2.1. Ciclo de conferências: O Atlântico Ibero-Americano (sécs. XVI-XVIII). Perspectivas historiográficas recentes

Este ciclo de conferências decorreu entre Janeiro e Junho de 2005, tendo sido organizado pelo Centro de História de Além-Mar em parceria com o CIDEHUS (Centro Interdisciplinar em História, Culturas e Sociedades) da Universidade de Évora, o ICS (Instituto de Ciências Sociais) da Universidade de Lisboa e o Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

O ciclo de conferências *O Atlântico Ibero-Americano (sécs. XVI-XVIII)* resultou da colaboração inter-universitária que, nos últimos anos, as entidades organizadoras estabeleceram com as universidades de onde são provenientes os vários conferencistas.

As intervenções que compuseram este ciclo inserem-se em projectos de investigação de carácter bastante diverso, mas têm em comum o reconhecimento da importância do espaço atlântico como tema de investigação historiográfica.

Reunindo reputados especialistas internacionais, este programa de conferências logrou diversificar pontos-de-vista sobre a temática em análise, integrando tanto abordagens de ordem conceptual e metodológica, como a apresentação de resultados de investigações empíricas. Deste modo, pretendeu-se contribuir para um melhor conhecimento da história do Atlântico e, em especial, da sua dimensão Ibero-Americana.

Programa

La sainteté noire dans les mondes ibériques (XVI-XX siècles) – Bernard Vincent (EHESS-Paris)

L'invention du Brésil entre deux monarchies (1580-1640). État d'une question – Guida Marques (EHESS-Paris)

Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI – António de Almeida Mendes (EHESS-Paris)

José Marcelino de Figueiredo, governador do Continente do Rio Grande (1769--1780) – Fábio Kühn (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Rodrigo César de Meneses e Gomes Freire de Andrada: morrer em colônias (1733-1763) – Laura de Mello e Souza (Universidade de São Paulo)

A presença Hispano-Portuguesa no Rio da Prata (sécs. XVIII-XIX) – Corcino Medeiros dos Santos (Universidade de Brasília)

Ilustração e Patronagem. Estratégias de mobilidade social dos naturalistas luso-brasileiros entre 1790-1808 – Ronald Raminelli (Universidade Federal Fluminense)

Redes aristocráticas e impérios na época moderna – Bartolomé Yun (Instituto Universitário Europeu)

O Atlântico Sul e a crise do sistema colonial no Brasil (1808-1850) – Luiz Felipe de Alencastro (Universidade Paris IV)

Sedição e inconformismo político nas Minas Gerais de finais de 700 – Júnia Furtado (Universidade Federal de Minas Gerais)

Circuitos intelectuais e polémicas historiográficas iberoamericanas no Século das Luzes: o exemplo das academias brasílicas – Íris Kantor (Universidade de São Paulo)

Magistratura e historiografia na América Portuguesa setecentista: Teixeira Coelho e sua «Instrução» – Caio César Boschi (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

O problema da soberania na colonização da América portuguesa: alguns aspectos relativos à capitania de Minas Gerais – Marco António Silveira (Universidade de Belo Horizonte)

A História Euro-Americana. Uma proposta interpretativa – Jean-Frédéric Schaub (EHESS-Paris)

Tiempos y espacios: las posibilidades de comparación entre la política local de los territorios de las Monarquías Ibéricas – José Javier Ruiz Ibáñez (Universidade de Múrcia)

2.2. Japão. Ciclo de Conferências

Este ciclo de conferências foi organizado pelo Centro de História de Além-Mar pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas entre os dias 3 a 31 de Março de 2005, sob a coordenação da Mestre Alexandra Curvelo.

Programa

As confissões dos cristãos japoneses – Hino Hiroshi (Universidade de Kyûtsû Keiza, Japão)

A recuperação das artes marciais no período Meiji – Rui Simões

O Kenton Bensetsu e a transmissão científica no Japão no século XVIII – José Miguel Pinto dos Santos (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

O método de estudo da história da relação entre Portugal e o Japão à vista de uma jovem investigadora japonesa – Oka Mihoko (Universidade de Tóquio)

O culto do chá: introdução ao mundo do chanoyu – Nuno da Mota Veiga Alves

2.3. Colóquio de História Marroquino-Portuguesa

Este colóquio decorreu entre 21 a 23 de Março de 2005 em El Jadida, Casablanca. A organização esteve a cargo do Centro Cultural Português, em Rabat. Os co-organizadores deste evento foram o Centro de História de Além-Mar, a Faculté des Lettres (Université Hassan II), a Faculté des Lettres (Université Chouaib Doukkhali) e a Câmara Municipal de Lagos.

Programa

Intervenção do Doyen de la Faculté des Lettres, Prof. Ahmed Boucharb

Le Maroc dans la stratégie des monarchies ibériques au début du XVIe siècle – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Le Maroc avant la conquête portugaise – structures et réalités – Mohamed Fatha (Faculté des Lettres, Université Mohamed V, Agdal, Rabat)

Les caravelles des Découvertes et la présence portugaise au Maroc – João Veloso (Câmara Municipal de Lagos)

Les villes marocaines dans la presse portugaise – Mohamed Salhi (Faculté des Lettres, Université Mohamed V, Agdal, Rabat)

La conquête ibérique à travers les sources marocaines – le cas de Ibn Yajbush at Tazi – Ahmed Boucharb (Faculté des Lettres, Université Hassan II, Casablanca)

L'architecture militaire portugaise au Maroc – Rafael Moreira (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Influence islamique a l'Algarve après le conquête chrétienne – Valdemar Coutinho (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Les nomes de lieux dans le Nord-Ouest marocain à travers les sources portugaises – Hassan Figuigui (Direction des Archives Royales, Rabat)

La forteresse portugaise d'Agouz, une aventure militaire et architecturale à l'embouchure de l'oued Tensift – Azzeddine Karra (Faculté des Lettres, Université Chouab Doukkhali et Centre des Études et de Recherches du Patrimoine Maroco-Lusitanien)

Carta que um Amigo escreveu de Ceuta…: la mission de Jacques de Landerset, envoyé de la reine Marie I, au Maroc en 1791 – João Figueirôa Rêgo (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Nuno Fernandes de Ataíde et la présence portugaise à Safi – André Teixeira (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Délimitation du gharb al-andalux d'aprés les sources géographiques – Azzedine Guessouss (Faculté des Lettres, Université Chouab Doukkhali)

2.4. Congresso internacional: O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades

Este Congresso Internacional realizou-se entre os dias 2 e 5 de Novembro de 2005 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido organizado pelo Centro de História de Além-Mar e o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Comissão Científica:

– Maria Emília Madeira Santos (DCH/IICT)
– João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)
– Consuelo Varela (Universidad de Sevilha (CSIC/Escuela de Estudios Hispano Americanos de Sevilha)
– Isabel Castro Henriques (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa)
– Iva Maria Cabral (INIPPC-CV, Escola Superior de Formação de Professores – Cabo Verde)
– José Damião Rodrigues (Universidade dos Açores)
– Luíz Felipe de Alencastro (Univ. de Paris IV – Sorbonne)
– Maria Beatriz Nizza da Silva (Universidade de São Paulo)
– Maria do Socorro Ferraz (Universidade Federal de Pernambuco)
– Rosa Cruz e Silva (Arquivo Histórico Nacional de Luanda, Comissão Científica do Ministério da Cultura de Angola)
– Stuart B. Schwartz (Yale University)

Comissão Executiva:

– Miguel Jasmins Rodrigues (DCH/IICT)
– André Teixeira (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)
– Ângela Domingues (DCH/IICT)
– Lêda Oliveira (CAPES/Brasília)

– Maria Manuel Torrão (DCH/IICT)
– Pedro Lage Correia (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)
– Ana Rita Domingues (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Programa

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: FRONTEIRAS I
Moderador: Júnia Furtado

O controlo e a ocupação da região do Amazonas pelos portugueses no século XVII – Fernando Cabral Martins de Almeida (Universidade Autónoma de Lisboa)

Poder e poderes na província platina no tempo colonial – Anselmo Alves Neetzow (Instituto de História da Expansão Ultramarina – Universidade de Coimbra)

Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação – Mário Clemente Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, doutorando)

CULTURAS E SOCIEDADES: MITOS E IDEOLOGIA
Moderador: Maria Fernanda Bicalho

Milenarismo e revolta na vivência dos escravos. Pregações e andanças do «Príncipe Encoberto» na região do ouro – Minas Gerais, séc. XVIII – Ana Margarida dos Santos Pereira (Centre for the Study of the African Diaspora in Europe and Latin America – Universiteit van Amsterdam)

D. Sebastião no Brasil. Um estudo sobre o movimento sebastianista da Serra do Rodeador. Pernambuco, 1820 – Jacqueline Hermann (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Conexões e informantes entre Portugal e as partes do Império no tempo dos Filipes: o circuito do chantre Manuel Severim de Faria – Ana Paula Torres Megiani (Universidade de São Paulo)

O apóstolo São Tomé e o Império: o lugar do Brasil – Lêda Oliveira (Universidade do Algarve)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: ESTRATÉGIAS FAMILIARES
Moderador: Maria Beatriz Nizza da Silva

Família e relações de poder na capitania da Paraíba: o governo de Jerónimo de Melo e Castro (1764-1797) – Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (Universidade Estadual da Paraíba)

Trajectórias imperiais: imigração e modelo de reprodução social das elites em Minas colonial – Carla Maria Carvalho de Almeida (Universidade Federal Juiz de Fora)

PAINEL: FONTES PARA A HISTÓRIA DO ATLÂNTICO
Moderador: Silvestre Lacerda – Director do IAN/TT

Esther Caldas Bertoletti – Projecto Resgate Barão do Rio Branco
Rosa Cruz e Silva – Directora do Arquivo Nacional de Angola
Paulo Leitão – Director dos Serviços de Inovação e Desenvolvimento da Biblioteca Nacional
Ana Cannas – Directora do Arquivo Histórico Ultramarino
Miguel Infante – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: FRONTEIRAS II
Moderador: José Subtil

A fronteira dos impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platinada – Maria Fernanda Bicalho (Universidade Federal Fluminense)

A derradeira expansão da fronteira: a conquista «definitiva» dos Sete Povos das Missões – 1801 – Elisa Frühauf Garcia (Universidade Federal Fluminense)

Nas fronteiras do Antigo Regime: a colónia do Sacramento no século XVIII – Rodrigo Borges Monteiro (Universidade Federal Fluminense)

CULTURAS E SOCIEDADES: IGREJA E ESPIRITUALIDADE
Moderador: Nelson Veríssimo

A Igreja e a sociedade seiscentista no Brasil – Maria Madalena Larcher (Instituto Politécnico de Tomar E CHAM)

Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa – Evergton Sales Souza (Universidade Federal da Bahia)

Santa Teresa e a espiritualidade mística: a circulação de um ideário religioso no mundo atlântico – Célia Borges (Universidade Federal de Juiz de Fora)

CULTURAS E SOCIEDADES: CONHECIMENTO/RECONHECIMENTO DO BRASIL
Moderador: Esther Caldas Bertoletti

O litoral brasileiro nas descrições de marinheiros ingleses (século XVIII) – Ângela Domingues (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

Mitos geográficos na historiografia brasílica setecentista: a Ilha-Brasil e o Tratado de Madrid – Íris Kantor (Universidade de São Paulo)

Retratos de indígenas: Cunhambebe, Atahualpa, Montzuma, Saturiba... in Les vrais pourtraites vies des hommes illustres par André Thevet, Cosmographe du Roy – Thereza B. Baumann (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: CAPITANIAS
Moderador: Vítor Luís Gaspar Rodrigues

Jurisdição de capitanias no Brasil – público versus privado do século XVI ao XVIII em estudo comparativo de dois processos: Itamarandiba e Itaparica – Maria Leonor Garcia da Cruz (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa)

António de Sousa de Macedo, donatário da Ilha Grande de Joanes – Edilson Nazaré Dias e Motta, Pedro Miguel de Mesquita da Costa de Sousa de Macedo (Faculdade de Letras – Universidade do Porto / Universidade de Lisboa)

Nascimento e morte da capitania do Funchal – Nelson Veríssimo (Universidade da Madeira)

Entre redes e trajectórias – a governação portuguesa no ultramar, séculos XVII-XVIII – Maria de Fátima Silva Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos (Universidade Federal Fluminense)

ECONOMIAS DO ATLÂNTICO: ROTAS DO TRÁFICO NEGREIRO
Moderador: Maria Emília Madeira Santos

Negros e tabaco nas relações hispano-lusitanas do Rio da Prata – Corcino Medeiros dos Santos (Universidade de Brasília)

O «fidalgo mercador» Francisco Pinheiro e o tráfico negreiro português na Costa da Mina na primeira metade do século XVIII – Carlos Gabriel Guimarães (Universidade Federal Fluminense)

Negócios de escravos de um florentino em Cabo Verde. Retratos e reflexões sobre a sociedade e o tráfico – Maria Manuel e Torrão e André Teixeira (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical e CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

CULTURAS E SOCIEDADES: ACÇÃO MISSIONÁRIA
Moderador: João Paulo Oliveira e Costa

Conflito e jurisdição na constituição das Juntas das Missões no Atlântico português (séculos XVII-XVIII) – Márcia Eliane Alves de Souza e Mello (Universidade Federal do Amazonas)

Intercâmbio entre poderes espiritual e temporal, acção missionária e interacção com as sociedades ameríndias nas Américas portuguesa e britânica (séculos XVI e XVII) – Ana Maria Agostinho Libério (Université de Paris IV – Sorbonne)

Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos XVI a XVIII – Chantal Luís da Silva (Université de Paris IV – Sorbonne)

Evangelização e poder na região do Congo-Angola: a incorporação das crucifixos por alguns chefes centro-africanos, séculos XVI-XVIII – Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: OFICIAIS RÉGIOS
Moderador: Ana Paula Megiani

Ouvidores e ouvidorias no Império Português do Atlântico – José Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa)

A Secretaria de Governo da capitania de Pernambuco como parte do aparelho burocrático colonial – Josemar Henrique de Melo (Faculdade de Letras – Universidade do Porto)

Os funcionários do rei: os cargos da administração colonial no Atlântico Sul durante os reinados de D. João III e de D. Sebastião – Marisa Pires Marques (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

António Albuquerque Coelho de Carvalho: um governador num espaço atlântico – Renato Pires (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

ECONOMIAS DO ATLÂNTICO: NEGÓCIOS À ESCALA GLOBAL
Moderador: Helen Osório

Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no império luso-brasileiro – Cláudia Maria das Graças Chaves (Universidade Federal Fluminense)

O comércio com o Brasil e a comunidade mercantil em Moçambique – Luís Frederico Dias Antunes (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618 – Edite Alberto (Universidade do Minho)

Brasil: encontro da Ásia com o Atlântico. As relações Macau-Brasil até ao século XIX – Rui d'Ávilla Lourido (Instituto Universitário Europeu – Florença)

CULTURA E SOCIEDADES: A ACÇÃO DOS JESUÍTAS
Moderador: Maria Manuel Torrão

A Companhia de Jesus e a Inquisição: afectos e desafectos entre duas instituições influentes (séculos XVI-XVII) – José Eduardo Franco (Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia)

A escrita jesuítica da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII) – Célia Cristina da Silva Tavares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Justificadas e repetidas queixas. O Maranhão em revolta (século XVII) – Rafael Chambouleyron (Universidade Federal do Pará)

Práticas médicas na América Portuguesa – Daniela Buono Calainho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

PAINEL: DA INVESTIGAÇÃO À DIVULGAÇÃO: LIGAÇÃO AO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
Moderador: Jorge Pedreira – Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Helena Veríssimo – Presidente da Direcção da Associação de Professores de História
Ana Maria Azevedo – Escola Secundária António Arroio
Ana Albuquerque – Associação Barra Cronológica

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: JUSTIÇA E FISCALIDADE
Moderador: Luís Carlos Villalta

D. João V e a cobrança dos quintos do ouro em Minas Gerais – Maria Beatriz Nizza da Silva (Universidade de São Paulo)

Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português – Júnia Ferreira Furtado (Universidade Federal de Minas Gerais)

ECONOMIAS DO ATLÂNTICO: FROTAS E COMÉRCIO TRANSOCEÂNICO
Moderador: José da Silva Horta

As frotas do Brasil no Atlântico de final de Antigo Regime – António Lopes, Eduardo Frutuoso e Paulo Guinote

As concessões mercantis e a construção atlântica portuguesa – Aurélio Oliveira (Faculdade de Letras – Universidade do Porto)

O poder naval português no Atlântico séculos XVI a XVIII – Augusto António Alves Salgado (Academia da Marinha)

Evolução do comércio privado entre o Brasil e a Ásia Portuguesa durante a estadia da Corte no Brasil – Ernestina Carreira (Université de Provence)

CULTURAS E SOCIEDADES: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÓNIA
Moderador: Manuel Correia Teixeira

Homens e pedras no desenho das fronteiras – a construção da fortaleza de São José de Macapá (1764/1782) – Janaína Camilo (Universidade Federal do Amapá)

Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazónia – Elis Miranda (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e sociabilidade portuguesas no vale amazónico – Katy Eliana Ferreira Motinha (Universidade Federal do Amapá)

Marrocos no Brasil: Mazagão (Velho) do Amapá em festa – a festa de São Tiago – Maria Cardeira da Silva, e José Alberto Tavim (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: REPRESENTAÇÕES DO PODER
Moderador: Aurélio de Oliveira

Para além da terra e da região: trajectórias e esferas de poder do império português ao império do Brasil (Bahia, séculos XVIII e XIX) – Mônica Duarte Dantas (Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo)

Brasil: colónia rebelde (poder, colonização e os limites do Antigo Regime na América) – Luciano Raposo Figueiredo (Universidade de São Paulo)

As elites de S. Tiago de Cabo Verde no século XVI – Iva Maria Cabral (Serviços de Documentação e Informação Parlamentar da Assembleia Nacional de Cabo Verde)

Representações do poder do Estado português na América portuguesa -Maria Paula Dias Couto Paes (Universidade Federal de Minas Gerais)

ECONOMIAS DO ATLÂNTICO: IMPOSIÇÕES DO PODER
Moderador: Corcino Medeiros dos Santos

A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral do Comércio – Érika Simone de Almeida Carlos Dias (Universidade Federal de Pernambuco)

Poder e conflito no Brasil colonial: o caso do Recife no século XVIII – George Cabral de Souza (Centro de Estudios Brasileños – Universidade de Salamanca)

Os mercadores açorianos e suas relações com o poder central no final do Antigo Regime – Margarida Vaz do Rego Machado (Universidade dos Açores)

O Hospital da Boa Nova no contexto assistencial do espaço Atlântico – Augusto Moutinho Borges (Ordem Hospitaleira de S. João de Deus)

CULTURAS E SOCIEDADES: ESPAÇOS URBANOS
Moderador: Ernestina Carreira

O urbanismo português factor de integração no espaço atlântico – Manuel Correia Teixeira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa)

Representações sociais e cidade no Brasil colonial. A formação territorial e urbana brasileira e Portugal no Antigo Regime – Sidney Gonçalves Vieira (Universidade Federal de Pelotas)

Salvador em construção: a mão-de-obra portuguesa, africana e indígena no século XVI – Patrícia Verônica Pereira dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: A POLÍTICA POMBALINA NO BRASIL
Moderador: Célia Tavares

Política indigenista de Pombal: a proposta assimilacionista e a resistência indígena nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro – Maria Regina Celestino de Almeida (Universidade Estadual de Campinas)

Os índios e a natureza na conquista colonial da capitania de Mato Grosso, centro da América do Sul (século XVIII) – Thereza Martha Borges Presotti Guimarães (Universidade de Brasília – Universidade Federal de Mato Grosso)

Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do Norte da América portuguesa – Ricardo Pinto de Medeiros (Universidade Federal da Paraíba)

De guerreiro a principal: integração das chefias indígenas à estrutura de poder colonial, sob o Directório dos Índios (1758-1798) – Mauro Cézar Coelho (Universidade Federal do Pará)

ECONOMIAS DO ATLÂNTICO: COMÉRCIO E ELITES URBANAS
Moderador: Rosa Cruz e Silva

Os engenhos do Rio de Janeiro do século XVII – Maurício de Almeida Abreu (Departamento de Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Os homens de negócio cariocas da primeira metade de setecentos: origem, alianças e acumulação na construção do espaço atlântico – António Carlos Jucá de Sampaio (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Famílias africanas e mestiçagem no comércio atlântico: o caso de Luanda no séc. XVIII – Selma Pantoja (Universidade de Brasília)

Mulheres e vida urbana no Brasil Central – um olhar sobre Vila Boa de Goiás – Tatiana Carvalho Motta (Universidade de Brasília)

CULTURAS E SOCIEDADES: PENSAMENTO ILUSTRADO
Moderador: Ana Isabel Buescu

«Tais são … os males que pesam sobre aquela ilha»: vivências insulares e projectos reformistas em Santa Maria nos finais do Antigo Regime – José Damião Rodrigues e Carlos Cordeiro (Universidade dos Açores)

Para lá do tráfico … redes intelectuais no Atlântico: Angola (1750-1800) – Catarina Madeira Santos (Centro de História de Além-Mar – Universidade Nova de Lisboa)

Nação federal e nação bi-hemisférica na filosofia politica do Iluminismo. O reino unido de Portugal, Brasil e Algarve – Ana Cristina Nogueira Silva (Faculdade de Direito – Universidade Nova de Lisboa)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: ELITES TERRATENENTES
Moderador: Margarida Vaz do Rego Machado

As sesmarias no Império Português do Atlântico – Miguel Jasmins Rodrigues (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

Sesmarias: uma história luso-brasileira, séculos XVIII-XIX – Márcia Maria Menendes Motta, (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense)

Estanceiros do Rio Grande de São Pedro: constituição de uma elite terratenente no século XVIII – Helen Osório (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A «fidalguia escravista» e a constituição do Estado Nacional brasileiro (1831-1837) – Andréa Lisly Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: GOVERNAÇÃO E IMPÉRIO
Moderador: Maria Madalena Larcher

As condições de governabilidade: um refinado jogo de interesses na América lusa da primeira metade do século XVIII – Carlos Kelmer Mathias (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspecção da Bahia (1751-1807) – Teresa Cristina Kirschner (Universidade de Brasília)

Sociabilidade e estratégias educativas numa sociedade mestiça (Minas Gerais, Brasil, século XVIII) – Thais Nívia de Lima Fonseca (Universidade Federal de Minas Gerais)

O senado da Câmara da Bahia e a crise do antigo sistema colonial – Avanete Pereira de Sousa (Universidade de São Paulo)

CULTURAS E SOCIEDADES: BRASIL HOLANDÊS
Moderador: Isabel Drumond Braga

O Brasil seiscentista nas pinturas de Albert Eckhout e Frans Janszoon Post: documento ou invenção do Novo Mundo – Carla Mary S. Oliveira (Universidade Federal da Paraíba)

Marcos velados na vila colonial: a cruz do patrão do Recife – Acácio José Lopes Catarino (Universidade Federal da Paraíba)

A contenção e o excesso: bebida, embriaguez e identidades étnicas no Brasil holandês (1630-1654) – João Azevedo Fernandes (Universidade Federal da Paraíba)

A Insurreição Pernambucana de 1645 – José Gerardo Barbosa Pereira (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: ELITES REGIONAIS
Moderador: Joaquim Romero Magalhães

O capitão-mor e o senhor de engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um «nobre da terra» na capitania real da Paraíba (século XVII) – Regina Célia Gonçalves (Universidade Federal da Paraíba)

Aspectos da cultura material e inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX – Antónia Silva Mota (Universidade Federal do Maranhão)

Os régulos do sertão e o império lusitano: território e poder na capitania do Ceará (Brasil) na segunda metade do século XVIII – António Otaviano Vieira Júnior (Universidade Federal do Pará)

Da qualidade dos irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas duas margens do Atlântico, séculos XVII e XVIII – Juliana Mello Moraes (Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho)

CULTURAS E SOCIEDADES: SOCIEDADES INSULARES NO ATLÂNTICO SUL
Moderador: Íris Kantor

Crioulos indómitos: identidade e crioulização em Cabo Verde (séculos XVII-XVIII) – Maria João Soares (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

«***Do acontecimento ao mito – a criação do herói africano na ilha de São Tomé*** » – Isabel Castro Henriques (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa)

A conflitualidade social e institucional em São Tomé ao longo do século XVI – Luís da Cunha Pinheiro (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Medo e religião popular na ilha de Ano Bom: uma aproximação histórica (séculos XVI-XIX) – Arlindo Caldeira (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

CULTURAS E SOCIEDADES: HISTORIOGRAFIA
Moderador: José Manuel dos Santos Perez

Memória que atravessa o Atlântico: reis, príncipes e varões insignes na colecção Barbosa Machado – Rodrigo Bentes Monteiro (Universidade Federal Fluminense)

A construção do passado em História Geral do Brasil – Helena Mollo (Universidade Federal de Tocantins)

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: ELITES INTELECTUAIS
Moderador: José Damião Rodrigues

Portugueses do Brasil: a questão identitária na poesia dos inconfidentes mineiros – Martha Victor Vieira (Universidade Federal de Tocantins)

Censura e prosa de ficção no mundo luso-brasileiro: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar? – Luiz Carlos Villalta (Universidade Federal de Minas Gerais)

O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Cabo Verde no século XVI – Lourenço Gomes (Escola Superior de Educação, Cabo Verde)

CULTURAS E SOCIEDADES: COSTA OCIDENTAL AFRICANA
Moderador: Isabel Castro Henriques

«***O nosso Guiné»: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI-XVII)*** – José da Silva Horta (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa)

O discurso (etnográfico) da alteridade no Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1594) de André Álvares d'Almada – Rogério Miguel Puga (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Otto Friedrich von der Groben: uma viagem ao Atlântico em nome de Brandeburgo – Marília dos Santos Lopes (Universidade Católica Portuguesa – Viseu)

A natureza africana na obra de Giovanni António Cavazzi – Um discurso sobre o homem – Carlos Almeida (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

Carga e encargo da empreitada colonial portuguesa no Atlântico Sul. Contribuição para o estudo das conexões culturais entre África e o Brasil – Maria Manuela de Abreu Domingues (Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical)

CULTURAS E SOCIEDADES: FACTORES DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO
Moderador: Iva Maria Cabral

A limpeza de sangue e a escrita genealógica dos dois lados do Atlântico: alguns aspectos – João Figueirôa Rêgo (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

A mulatice como impedimento de acesso ao «Estado do Meio»«: alguns aspectos – Isabel Mendes Drumond Braga (Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa)

A acção da justiça e as transgressões da moral em Minas Gerais – Mariana 1747-1820 – Edna Mara Ferreira da Silva (Universidade Federal de Juiz de Fora)

O Brasil e o perdão régio (1640-1706) – Paulo Drumond Braga, (Escola Superior de Educação Almeida Garrett)

PAINEL: A ORGANIZAÇÃO DOS INVESTIGADORES
Moderador: Ângela Domingues – Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical

Maria Fernanda Bicalho – Universidade Federal Fluminense
Íris Kantor – Universidade de São Paulo
José Manuel dos Santos Perez – Universidade de Salamanca
Miguel Jasmins Rodrigues – Departamento de Ciências Humanas – Instituto de Investigação Científica Tropical
Iva Maria Cabral – Serviços de Documentação e Informação Parlamentar da Assembleia Nacional de Cabo Verde

Deste Congresso Internacional resultaram três moções que prevêem a continuidade do Congresso Internacional **O Espaço Atlântico de Antigo Regime**.

Moção n.º 1

Os investigadores reunidos no *Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, considerando a necessidade e a vantagem da criação de uma plataforma permanente de contactos, aberta a todos os que desenvolvem trabalho ou se interessam pela referida temática, decidem criar uma associação científica, sem fins lucrativos, destinada a promover a discussão, o debate, a troca de ideias e de informação. Esta iniciativa terá como base as duas instituições associadas à realização deste Congresso: o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical e o

Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A Comissão Executiva deste Congresso responsabiliza-se, num curto espaço de tempo, a constituir uma Comissão Instaladora com investigadores representativos de países lusófonos e outros que se dedicam ao estudo desta temática.

As tarefas da Comissão Instaladora serão as seguintes:

1. Apresentar uma proposta de estatutos a divulgar através da Internet, recolhendo e incorporando as sugestões dos investigadores que queiram participar na elaboração do texto definitivo;
2. Proceder a todas as diligências necessárias à constituição legal da referida associação;
3. Promover debates, mesas redondas, conferências;
4. Desenvolver e implementar formação pós-graduada, tendo como destinatários estudiosos oriundos sobretudo de países lusófonos, podendo, para o efeito, celebrar protocolos com as entidades adequadas;
5. Angariar os meios necessários à construção e manutenção de um portal que constitua adequado veículo de ligação e intercâmbio entre os investigadores e estudiosos da temática em questão.

O mandato desta Comissão Instaladora durará até à realização do 2.º Congresso, durante o qual deverá ter lugar a eleição dos corpos sociais estatutariamente previstos.

Moção n.º 2

No âmbito do ponto 5 da Moção n.º 1, relativo à construção e manutenção de um portal, deverá ser criada uma revista electrónica, vocacionada para a publicação de trabalhos originais, mas também para a ampla divulgação de trabalhos já existentes e que, actualmente, chegam com dificuldade ao público do mundo lusófono.

A referida revista deverá tentar obter integração nas listas de referência, dotando-se, para o efeito, de um adequado corpo de consultores científicos. A revista deverá dispor de um Conselho de Redacção, cuja constituição ficará a cargo da Comissão Instaladora mencionada na moção n.º 1, representativa dos investigadores especialistas desta matéria.

Miguel Jasmins Rodrigues, enquanto Presidente da Comissão Executiva deste Congresso desempenhará as funções de secretário da revista.

Moção n.º 3

Considerando o interesse da discussão, do debate e da troca de ideias presencial, os investigadores reunidos no Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, propõem desde já a organização de um segundo congresso, que deverá ficar a cargo de uma comissão executiva constituída, desde já, por Maria Fernanda Bicalho, da Universidade Federal Fluminense, por Íris Kantor, da Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de São Paulo, e por Luiz Carlos Villalta, da Universidade Federal de Minas Gerais, que deverá ter lugar ao longo do ano de 2008, no Brasil, e desenvolverão

os melhores esforços no sentido de as instituições em que estão integrados apoiarem e suportarem esta iniciativa.

Sugerem igualmente que seja dada continuidade e periodicidade a este evento, propondo aos países africanos de língua oficial portuguesa presentes neste Congresso que se candidatem à organização e realização de um terceiro congresso.

ADENDA: Na sequência da leitura desta moção, o investigador Lourenço Gomes, Director do Departamento de História da Escola Superior de Educação de Cabo Verde, com o apoio da investigadora Iva Maria Cabral, Directora dos Serviços de Documentação e Informação da Assembleia Nacional de Cabo Verde, ofereceu-se para auscultar as autoridades cabo-verdianas no sentido de tentar organizar o 3.º Congresso, a realizar em Cabo Verde em 2010, por ocasião do aniversário da independência.

2.5. III Jornadas Henriquinas: Do Bojador às Índias

Estas jornadas decorreram em Lagos, entre 10 e 11 de Novembro de 2005, estando integradas no «III Festival dos Descobrimentos«. Este evento resultou da colaboração do Centro de História de Além-Mar e da Câmara Municipal de Lagos, estando a sua organização a cargo do Professor Doutor Rui Loureiro (Comissão Municipal dos Descobrimentos) e do Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa (Centro de História de Além-Mar, FCSH/UNL).

2.6. Colóquio: As ilhas na confluência e difusão de culturas

A organização deste colóquio, realizado entre 24 e 26 de Novembro de 2005 no Salão Nobre da Câmara Municipal da Praia da Vitória, resultou da parceria entre o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, o Centro de História de Além-Mar e a Câmara Municipal da Praia da Vitória. A comissão organizadora foi composta por Carlos Cordeiro, José Damião Rodrigues, Margarida Vaz do Rego Machado, Mário Viana, Ricardo Manuel Madruga da Costa e Rute Dias Gregório.

Programa

Os Açores – A ilha e o mundo – Margarida Maia Gouveia (Departamento de Línguas e Literaturas Modernas – Universidade dos Açores)

Meios e agentes de cultura na Terceira (1532-1557) – Rute Dias Gregório (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores e CHAM)

Entre o sagrado e o profano. Em torno da livraria do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo – Ana Isabel Buescu (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Clero e contestação social no Maranhão seiscentista – Maria Madalena Larcher (Instituto Politécnico de Tomar e CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

A importância do epistolário mercantil na época moderna – Margarida Vaz do Rego Machado (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores e CHAM)

Iluminismo tardio e reformismo: o programa reformista no dealbar de oitocentos – Carlos Cordeiro e José Damião Rodrigues (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores e CHAM)

As inter-relações culturais nos Açores de oitocentos e o desenvolvimento das ciências da natureza – Ricardo Madruga da Costa (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso – Universidade dos Açores e CHAM)

O nacionalismo açoriano – José Guilherme Reis Leite (Instituto Histórico da Ilha Terceira)

A arqueologia subaquática em contextos de navios, séc. XVI-XVII. Testemunhos açorianos – Ana Catarina Garcia (Direcção Regional da Cultura)

Os projectos de estudo da nau Nossa Senhora da Luz e do navio Angra D: contributo arqueológico para a história da expansão portuguesa – José Bettencourt (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática e CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

PAINEL: A CULTURA NOS AÇORES CONTEMPORÂNEOS
Coordenadora – Gilberta Pavão Rocha (Directora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais – Universidade dos Açores)

Avelino de Freitas Meneses (Reitor da Universidade dos Açores)
Vasco Pereira da Costa (Director Regional de Cultura)
Marcolino Candeias (Director da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo)
José Guilherme Reis Leite (Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira)

3. CURSOS LIVRES

O Centro de História de Além-Mar promoveu diversas acções integradas no estudo da História dos Descobrimentos e da Expansão, assim como actividades integradas nos diversos projectos em curso nesta instituição. Estas acções destinaram-se aos alunos de licenciatura, estudantes de pós-graduação, professores de história e público interessado.

Vejam-se os cursos livres que se realizaram no Centro de História de Além-Mar no ano de 2005.

3.1. PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE A CIVILIZAÇÃO INDIANA (SETEMBRO 2004/MAIO 2005)

O CHAM desejou proporcionar com este evento um espaço de aprendizagem e reflexão sobre os Estudos Indianos numa dinâmica inter-universitária. Procurou-se, assim, responder de uma forma sólida e abrangente ao corrente interesse pelos múltiplos aspectos desta civilização milenar.

A coordenação do Programa de Estudos sobre a Civilização Indiana esteve a cargo da doutora Ana Salema e integrou o Curso Livre intitulado Índia: as práticas e os saberes, as Jornadas de Filosofia Indiana e ainda alguns eventos culturais associados.

3.1.1. Curso Livre: Índia, as práticas e os saberes (18 de Outubro de 2004 a 20 de Setembro de 2005)

Programa

The medical practices in the classical ayurvedic texts – Dominik Wujastyk (Wellcome Centre for the History of Medicine at University College London)

An introduction to contemporary practices of Ayurveda in India – Dagmar Benner (Cambridge University)

As práticas médicas do império: o caso de Goa – Cristiana Bastos (ICS)

A sabedoria da Índia Antiga – Carlos Silva (UCP)

As sapiências da Índia Moderna – Pedro Teixeira da Mota

Beautifying beauty: traditional paths – Ghanashyam Marda

Atelier prático sobre rangoli e mehandi – Suraj Tapadiya (Deenanath Mangeshkar Hospital)

A Índia e a fabricação da natureza humana – O Ayurveda, o Yoga e o Ritual – Ana Salema (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Le temple et l'image : architecture et iconographie dans le monde indien – Bruno Dagens (Université de Paris III)

Ícones na rua, templos de papel – Fernando Cardoso

Adopção e esquizofonia: o fascínio da «música indiana« nos discursos de poscolonialidade – Susana Sardo (Universidade de Aveiro)

As peregrinações – Ana Salema (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

3.1.2. Jornadas de Filosofia Indiana (26 e 27 de Abril de 2005)

Programa

La philosophie des barbares: la represéntation grecque des philosophes indiens – Roger-Pol Droit (CNRS)

O signo e os problemas da significação – Carlos Silva (UCP)

The Doctrine of karman and rebirth: origin and development in the Indian speculations – Paola Rossi (Università di Padua)

La controverse sur l'âtman : 25 siècles de malentendu entre bouddhistes et brahmanes – Michel Hulin (Université de Paris IV)

La «Vie du Bouddha»: récit historique ou mise en scène de la doctrine à travers un modèle idéal? – Victoria Lyssenko (Russian Academy of Sciences)

Y-a-t-il une philosophie du rituel? – Charles Malamoud (EPHE)

Les philosophies de la nature et du vivant: l'écologie indienne ancienne – Francis Zimmermann (EHESS)

Les perspectives ouvertes par une approche comparatiste en philosophie – Mesa redonda com a participação de Michel Hulin, Jorge Croce Rrivera, Gilles Tarabout e Roger-Pol Droit

3.1.3. Eventos Associados

1 a 20 de Abril – Casa do Registo da Mãe d'Água

Celebração da vida, Exposição etnográfica sobre os Warli
Recolha de material e apresentação Dorothée Geffray

22 de Abril a 11 de Maio – Casa do Registo da Mãe d'Água

Cadernos de Viagem II
Exposição de fotografia de Fernando Cardoso

13 a 31 de Maio – Casa do Registo da Mãe d'Água

Índia: objectos, lugares, pessoas
Exposição de pintura de Ana Mouga

3.2. Curso Livre: História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no século XV

Este curso decorreu entre Fevereiro e Março de 2005 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sendo a coordenação da responsabilidade do Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

Programa

Representações medievais do Espaço Atlântico – Luís Krus (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

Primórdios: Infante D. Henrique, D. Pedro e a génese dos Descobrimentos – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

D. Afonso V e a Expansão – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

D. João II e a Expansão – Luís Adão da Fonseca (FL – Universidade do Porto)

Guerra em Marrocos – Vítor Rodrigues (DCH/IICT)

Os primórdios das sociedades insulares – Artur Teodoro de Matos (UCP)

A descoberta dos mundos e a cultura europeia – Marília dos Santos Lopes (UCP)

A guerra luso-castelhana de 1475-1479 – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Cristóvão Colombo e a Expansão Portuguesa – Francisco Contente Domingues (FL – Universidade de Lisboa)

Náutica e Cartografia – Francisco Contente Domingues (FL – Universidade de Lisboa)

Comércio Africano – Susana Miranda (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

O conhecimento do Oceano – António dos Santos Pereira (UBI)

Dinâmicas sociais da Expansão Quatrocentista – Alexandra Pelúcia (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Ordens militares e a Expansão quatrocentista – Fernanda Olival (Universidade de Évora)

Arquitectura militar – o modelo medieval – Rafael Moreira (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

3.3. Curso Livre: A Arte na China Antiga

Este curso livre decorreu entre 13 de Abril a 1 de Junho no Museu do Centro Científico e Cultural de Macau, estando a organização deste evento a cargo do Museu do Centro Científico e do Centro de História de Além-Mar.

O curso pretendeu dar a conhecer alguns dos aspectos materiais da civilização chinesa desde as suas origens remotas até ao final da dinastia Han, século III AD. Obedecendo a uma sequência cronológica, o curso procurou mostrar a evolução da produção artística na China nas suas várias manifestações, em articulação com a história da formação do Império Chinês.

Esta actividade teve como destinatários estudantes, profissionais de instituições culturais e público em geral.

Professores: Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa
Dr.ª Ana Torradinhas

Programa

– A China e a Eurásia. O Neolítico
– A Estrada da Seda
– A Dinastia Shang
– A Dinastai Zhou
– Os Reinos Exteriores
– A Época dos Reinos Combatentes
– O Primeiro Imperador Chinês
– Os Han Ocidentais

3.4. Curso Livre: Entrelaçando os fios a Oriente

Este curso livre decorreu no Centro de História de Além-Mar entre os dias 12 a 27 de Outubro, estando a coordenação entregue à mestre Carla Alferes Pinto.

Programa

Conversa sobre terminologia e conceitos utilizados na análise de têxteis – Teresa Pacheco Pereira (Museu Nacional de Arte Antiga), Jessica Hallett (Investigadora), Maria João Ferreira (Universidade Lusófona)

The shaping of Pre-Portuguese India: cultural contouring; specificity of the west coast as a culture unit; trade and commodity flow; textile feeder lines – Lotika Varadarajan (Academia de Ciências – Índia)

Origins of Indian embroidery tradition. Cultivated Indian taste: Hindu, Islamic – Lotika Varadarajan (Academia de Ciências – Índia)

Indo-Portuguese textiles (kasuti and kantha, the indigenous base) hybrid elements in* colcha *patterning; Goan synthesis: architecture and costume; West coast church textiles;* Colcha *and Chintz, the Portuguese experimentation and the genesis of the Company School – Lotika Varadarajan (Academia de Ciências – Índia)

Forma e representação. Um bordado indo-português – Teresa Pacheco Pereira (Museu Nacional de Arte Antiga)

O exótico na tapeçaria europeia dos séculos XV e XVI – Maria Antónia Quina (Investigadora)

A produção chinesa bordada para exportação: os espécimes existentes em Portugal – Maria João Ferreira (Universidade Lusófona)

Flying gardens: the Persian carpet in Portugal – Jessica Hallett (Investigadora)

3.5. Curso Livre: A Expansão Portuguesa no século XVII

Este curso decorre em Tomar, entre 27 de Outubro de 2005 a 23 de Março de 2006 e está a ser organizado pelo Centro de História de Além-Mar e o Centro de Estudos de Arte e Arqueologia do Instituto Politécnico de Tomar.

Programa

Portugal e as Províncias Unidas: o primeiro confronto à escala mundial – Alexandra Pelúcia (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Frei Aleixo de Meneses e os recolhimentos da Misericórdia de Goa – Carla Alferes Pinto (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e Fundação Oriente)

Os missionários e o pensamento científico – Henrique Leitão (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Lisboa)

A arte namban – Alexandra Curvelo (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e Instituto Português de Conservação e Restauro)

As missões na literatura impressa europeia – Ana Fernandes Pinto (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Os portugueses no Império espanhol – Juan Marchena (Universidad Pablo de Olavide-Sevilha)

O Império no século XVII – Uma outra idade de Ouro? – João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

O Estado da Índia e o Grão-Mogol – Jorge Flores (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Aveiro)

A sociedade goesa – Maria de Jesus dos Mártires Lopes (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e IICT)

Os portugueses em Ceilão – Zoltán Biederman (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

A presença portuguesa na África Oriental: avanço ou decadência? – Ana Cristina Roque (IICT)

Angola – Catarina Madeira Santos (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e IICT)

Estratégias políticas e articulação de poderes no Estado do Maranhão – Maria Madalena Larcher (Instituto Politécnico de Tomar e CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

Os poderes no Atlântico – Pedro Cardim (CHAM – Universidade Nova de Lisboa)

O comércio no Atlântico – Leonor Freire Costa (ISEG)

O trato de escravos afro-americano – Maria Manuel Torrão (DCH/IICT)

A Igreja no Atlântico – Susana Costa (CHAM – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores)

Des missions modernes (XVIe-XVIIIe siècles) aux missions contemporaines: continuités et ruptures – Jean Pirotte (Universidade Católica de Louvaine)

3.6. Curso Livre: Os Paradoxos Imperiais. Sistema e Ordem Colonial na América Espanhola, séc. XVI-XVIII

Este curso livre decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, entre os dias 12 a 16 de Dezembro. O curso foi ministrado pelo Professor Doutor Juan Marchena Fernandez (Universidad Pablo de Olavide – Sevilha).

Programa

– A invasão castelhana das Índia Ocidentais: construindo sobre Cinzas

– 'Senhores da Guerra' e 'Filhos da Terra'. O tortuoso caminho de conquistadores a administradores

– Senhores de minas e engenhos. Um olhar sobre os complexos interiores

– Burocratas e comerciantes. O fracasso das reformas borbónicas e a construção do mundo americano

4. PUBLICAÇÕES

4.1. Publicações Periódicas

Anais de História de Além-Mar

Os *Anais de História de Além-Mar* são uma publicação anual do CHAM que pretende divulgar trabalhos de investigação sobre a história da expansão portuguesa. Divididos em estudos, documentos, recensões e notícias, pretende-se fazer dos *Anais de História de Além-Mar* uma publicação que englobe os diferentes tipos de contribuições e divulgue, ao mesmo tempo, notícias e iniciativas que se relacionem com o tema em apreço.

Bulletin of Portuguese Japanese Studies

O *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, cujo lançamento decorreu em Dezembro de 2000, pretende ser uma revista semestral de estudos luso-nipónicos de carácter internacional e em língua inglesa. O nascimento do *Bulletin* é um reflexo do desenvolvimento dos estudos japoneses em Portugal e também da presença portuguesa em outras áreas da Ásia Oriental e do Sueste Asiático. Os seus historiadores entenderam a necessidade de trabalhar em conjunto, numa perspectiva de história comparada, para melhor compreenderem as especificidades de cada região. Espera-se que o *Bulletin* constitua um espaço de divulgação da investigação realizada em Portugal, assim como um fórum onde os investigadores de todo o mundo possam apresentar os seus trabalhos e também divulgar as mais recentes publicações na matéria, através de recensões críticas.

– *Editor*: João Paulo Oliveira e Costa (CHAM/UNL)
– *Editor Associado*: Henrique Leitão (UL)
– *Conselho Editorial*: Alexandra Curvelo (CHAM); Ana Fernandes Pinto (CHAM) Isabel Pina (CHAM) José Miguel Pinto dos Santos (Hiroshima University) Pedro Lage Correia (CHAM); Madalena Ribeiro (CHAM); Helena Rodrigues (CHAM); Oka Mihoko (Instituto Histórico de Tóquio); Peter Nosco (Universidade de British Columbia, Vancouver); Florentino Rodao; Jose Maria Cabeza Lainez (Universidade de Sevilha); Antoni Ucerler (Universidade de Sofia e Instituto Histórico da Companhia de Jesus, Roma); Henrique Leitão (CHAM).

4.2. Colecções

4.2.1. Estudos e Documentos

– Manuel do Rosário Pinto, *Relação do Descobrimento da ilha de S. Tomé*, fixação do texto, introdução e notas de Arlindo Caldeira, CHAM, Lisboa, 2005.

5. TESES

5.1. Teses em elaboração da FCSH – Universidade Nova de Lisboa

5.1.1. Teses de Mestrado

Orientação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes:

– Silvana Augusta Figueiredo M. Remédio Pires, *A catequização das crianças na missão jesuítica de Salsete (1560-1622)*.

– Patrícia Carvalho, *Estaleiros de construção naval na Índia Portuguesa*.

Orientação de João Paulo Oliveira e Costa:

– Andreia Martins de Carvalho, *Redes de parentesco: a nobreza no contexto do governo da Índia de Nuno da Cunha (1529-1538)*.

– Sofia Isabel Plácido dos Santos Diniz, *As igrejas das missões do Extremo Oriente (séculos XVI e XVII)*.

– Madalena Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro, *As alianças matrimoniais dos dáimios cristãos no século XVI*.

– André Murteira, *A Carreira da Índia nos séculos XVI-XVII*.

– Teresa Lacerda, *Os capitães da Carreira da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social.*

– Helena Margarida Barros Rodrigues, *Nagasaki nanban. Das origens à expulsão dos Portugueses*.

– Yunseon Yang, *As relações luso-coreanas (séc. XVI-XVIII*)

Orientação de Artur Teodoro de Matos:

– Luís Pinheiro, *As ilhas de S. Tomé nos séculos XV e XVI*.

– Isabel dos Santos, *A ilha do Fogo nos séculos XVI e XVII*.

Orientação de Ângela Domingues:

– Ana Guerreiro, *Pedro de Sousa Pereira: um percurso*.

– Ana Rita Domingues, *A câmara municipal do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVII*.

– Luzia Ruivo Soromenho, *Os Franceses no Brasil*.

– Renato Pires, *António Albuquerque Coelho de Carvalho, um governador no espaço atlântico*.

Orientação de Jill Dias:

– Maria de Fátima Dias Mota Diogo Tomás, *Angola na primeira metade do século XVII*.

5.1.2. Teses de Doutoramento

Orientação de Artur Teodoro de Matos:

– Susana Münch Miranda, A *Fazenda Real do Estado da Índia (1550-1650)*.

Orientação de João Paulo Oliveira e Costa:

– Isabel Pina, *Os colaboradores nativos da missão jesuíta da China (séculos XVI--XVIII)*.

– Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: o papel da elite dirigente da Expansão Portuguesa nos reinados de D. João III e D. Sebastião*.

– Pedro Lage Correia, *A missionação de Alessandro Valignano no Oriente (1574-1606)*. Em co-orientação com o Prof. Doutor Luís Filipe Barreto (FLL – UL).

– João da Silva de Jesus, *Os capitães de fortaleza do Oriente, 1568-1664*.

– André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A política ultramarina portuguesa – da paz da Restauração à Guerra da Sucessão de Espanha. O papel do Conselho Ultramarino*.

– Marisa Marques, *Mem de Sá, um percurso singular no império quinhentista português*.

– Ana Fernandes Pinto, *A construção da memória do Japão na Europa Católica (1598-1650)*. Em co-orientação com Ana Isabel Buescu.

5.2. Teses em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa defendidas pela FCSH – Universidade Nova de Lisboa

– Jorge Flores, *Hindustão e Firanguistão. As relações entre Goa e o Império Mogol, 1570-1630,* Tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

– Catarina Madeira Santos, *Um governo «polido« para Angola, reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800),* Tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

6. COLABORAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Entidades com que o CHAM desenvolve parcerias:

– Associação de Amizade Portugal-Japão
– Brotéria – Associação Cultural e Científica
– Centro Científico e Cultural de Macau
– Centro Cultural Português (Rabat)
– Centro de Estudos de História da Arquitectura (Universidade de Coimbra)
– Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (Universidade dos Açores)
– CIDEHUS (Universidade de Évora)
– Centro de Investigação Tecnológica e Interactiva (FCSH – UNL)
– Editora Manohar Books (Nova Deli)
– Editora TransBooks
– EPAL
– Fundação Cultural Brasil-Portugal
– Institute of Fine Arts (Universidade de Nova York)
– Instituto Açoriano de Cultura
– Instituto de Ciências Sociais
– Instituto de Investigação Científica Tropical
– Instituto Internacional de Macau
– Instituto Politécnico de Tomar

– Secretaria Regional da Cultura (Açores)
– Universidad Pablo de Olavide (Sevilha)
– Yale University (New Haven)

Entidades financiadoras de actividades do CHAM (2005):

– Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
– Câmara Municipal de Lagos
– Câmara Municipal de Palmela
– Câmara Municipal de Ponta Delgada
– Câmara Municipal de Tomar
– Convento de Cristo
– Fundação Calouste Gulbenkian
– Fundação da Casa de Bragança
– Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
– Fundação Millenium BCP
– Fundação Oriente
– Fundação para a Ciência e a Tecnologia
– Instituto Camões
– Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
– NEC
– Sony – Portugal

7. MEDIA PARTNERS

8. SÍTIO DO CHAM

O sítio do CHAM na Internet constituiu um dos principais projectos do CHAM tendo sido remodelado e aumentado, incluindo agora uma versão em inglês: http://www.cham.fcsh.unl.pt. O sítio iniciou a sua monitorização a 5 de Agosto de 2003, através do serviço Site Meter, tendo registado 10088 visitantes desde essa data até 6 de Janeiro de 2005. A manutenção e actualização do sítio são asseguradas pela Cátia Carvalho.

O sítio abarca neste momento as seguintes informações:

– Informações sobre os investigadores e sua área de especialidade;
– Projectos de investigação em curso;
– Informações sobre o mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa da FCSH;
– Lista de dissertações efectuadas na FCSH no âmbito de mestrados e doutoramentos por membros do CHAM ou orientadas por membros do CHAM;

– Lista de actividades, contendo programas detalhados de cursos livres, ciclos de conferências, seminários e congressos organizados pelo CHAM, com destaque para as iniciativas correntes, actualizadas semanalmente.
– No decorrer de 2005 foram colocadas à disposição dos utilizadores duas ferramentas de trabalho:
  – *As Genealogias dos Vice-Reis e Governadores do Estado da Índia no século XVI* – desenvolvida no âmbito do projecto A Nobreza e o Estado da Índia no século XVI. http://www.cham.fcsh.unl.pt/GEN/Index.htm
  – *Índices de algumas das publicações periódicas existentes na biblioteca do CHAM*

9. MESTRADO EM HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO PORTUGUESA (SÉCS. XV A XVIII)

Plano Curricular	
1.º Semestre	**2.º Semestre**
Área de História As Ilhas do Atlântico I O Brasil I Os Portugueses na Ásia Oriental I História da Naútica e da Cartografia	Área de História As Ilhas do Atlântico II O Brasil II Os Portugueses na Índia I Os Portugueses na Ásia Oriental II O Norte de África
Área de Arqueologia	
Arqueologia Sub-Aquática Arqueologia e Patrimónia I Protecção e Gestão do Património Arqueológico	Área de Arqueologia Arqueologia Naútica Arqueologia e Património II

10. ACTIVIDADES EM PREPARAÇÃO PARA O ANO DE 2006

10.1. Curso Livre: A Nobreza e a formação do Império

Lisboa, 15 de Março a 10 de Maio de 2006.

Em colaboração com a Sociedade Histórica da Independência de Portugal e a Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.

Programa

A nobreza e a expansão quatrocentista
– Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

A organização militar
– Prof. Doutor Vítor Luís Gaspar Rodrigues

A guerra
– Prof. Doutor Vítor Luís Gaspar Rodrigues

O sistema clientelar
– Mestre Alexandra Pelúcia
A nobreza titular
– Mestre André Teixeira

Os capitães da Carreira da Índia
– Dr.a Teresa Lacerda

Um estudo de caso: Martim Afonso de Sousa, capitão-mor do Brasil e governador da Índia
– Mestre Alexandra Pelúcia

Descontentamentos
– Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

10.2. Simpósio: The Arts and the Portuguese Colonial Experience

Nova Iorque, 24 e 25 de Março de 2006.

Em colaboração com o Institute of Fine Arts da Universidade de Nova Iorque.

Programa

A Globalized World
Moderador: Jonathan Brown, Institute of Fine Arts, Universidade de Nova lorque, EUA

From Brazil to Japan: Portuguese colonial art around the world (1415-1820)
– Rafael Moreira, Universidade Nova de Lisboa e CHAM, Portugal

The influence of Asian art in the Spanish and Portuguese Americas: Acapulco, Bahia, Rio de Janeiro
– Gauvin Bailey, Universidade de Clark, EUA

The Asian World
Moderador: Jonathan Spence, Yale University, EUA

«There is no spot in the world where the Catholic and Heathen imagery come so closely in contact as here». Franciscan architecture in Mandapeshwar / Mount Poinsur, Bombay, India.
– Paulo Varela Gomes, Universidade de Coimbra, Portugal

The ideal ruler – The iconography of a specific group of «colchas» from early seventeenth century Bengal
– Barbara Karl, Universidade de Innsbruck, Austria

The influence of Iberian Institutions in the formation of Macao
– Francisco Vizeu Pinheiro, Universidade de Tóquio, Japão

Nanban art: an overview
– Alexandra Curvelo, Instituto Português de Conservação e Restauro e CHAM, Portugal

The Atlantic Worl
Moderador: Edward J. Sullivan, Institute of Fine Arts, Universidade de Nova Iorque, EUA

Playing both Black and white: chess, history and art history; sixteenth-century Luso-African ivory carving
– Peter Mark, Universidade de Wesleyan, EUA

Portuguese sculptors and woodcarvers in eighteenth century Minas Gerais
– Myriam Ribeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

António Simões Ribeiro (act. 1700 1755) and the art ofpainting in Salvador, Bahia
– Luís Moura Sobral, Universidade de Montreal, Canadá

Art and race in Franciscan Brazil
– Nuno Senos, Institute of Fine Arts, Universidade de Nova Iorque, EUA

10.2. Colóquio de História Luso-Marroquina

Lagos, Maio de 2006

Em colaboração com a Câmara Municipal de Lagos e o Centro Cultural Português de Rabat

10.3. Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa

Lisboa, 23 a 27 de Outubro de 2006, FCSH-UNL

Em colaboração com o CEPCEP-UCP

Resumos / Abstracts

Maria de Lurdes Rosa

Mortos – «tidos por vivos»:
o tribunal régio e a capacidade sucessória das «almas em glória»
(campanhas norte-africanas, 1472-c. 1542)

Resumo

O presente artigo estuda a presença em Portugal, nomeadamente nos círculos da nobreza e das principais corte, dos ideais de Guerra Santa, durante o século XV e a primeira metade do XVI. Parte-se da análise de quatro casos jurídicos, julgados nos tribunais régios entre 1472 e 1542, em que os herdeiros de guerreiros mortos em situações específicas tentam reclamar o direito à herança de propriedades legalmente sujeitas ao retorno à Coroa, invocando o estado de «vida eterna» das almas das vítimas. Depois da reconstrução das circunstâncias de cada uma das mortes e processos, de modo a perceber a diversidade das soluções alcançadas, estudam-se as formas de difusão dos ideais de Guerra Santa, em três grandes meios: a cronística, as encenações religiosas das expedições norte-africanas e o teatro vicentino.

Abstract

The article studies the presence in Portugal, namely in the spheres of the nobility and mains courts, of Holy War ideals, during the XV century and the first half of the XVI century. The starting point is the analysis of four juridical affairs, judged in king's courts between 1472 and 1542. In these cases, the heirs of warriors killed in specific situations, try to claim their right to inheritances legally liable to returning to the Crown, by invoking the condition of «eternal lives» of the victims' souls. After reconstructing the circumstances of each death and each court process, in order to understand the different solutions adopted, we study the means of diffusion of the Holy War ideals, in three main areas: the chronicles, the religious processions held on the departure of expeditions to North Africa, and Gil Vicente's theater.

Alan Strathern

Fernão de Queirós: History and Theology

Abstract

Fernão de Queirós, *Conquista temporal e espiritual de Ceylão* remains the most important single source for over 150 years of Sri Lankan history. Yet, although it has been plundered for its narrative content, it has received very little textual analysis. This essay examines some of the stranger and more neglected passages of this vast work in order to shed light

on its author, the milieu in which he wrote, and the nature of the sources he used. We enter Queirós' world through a close examination of his bizarre treatment of the disputation that took place in Kotte in 1543. This then opens out into a discussion of some of the broader aspects of his intellectual context and the particular dialogical positions that shaped his ethnological presentations and his interpretation of events.

Resumo

A Conquista Temporal e Espiritual de Ceilão de Fernão Queiroz permanece como a fonte individual mais importante para um período de mais de 150 anos da história do Sri Lanka. Não obstante o seu grande valor documental, esta fonte, ainda que tenha sido explorada pelo seu conteúdo narrativo, não foi suficientemente sujeita a análise textual. Este ensaio examina algumas das passagens mais estranhas e negligenciadas deste vasto trabalho, tendo em vista elucidar-nos sobre o seu autor, o meio em que escreveu e a natureza das fontes que usou. Entramos no mundo de Queiroz através de uma análise detalhada do tratamento bizarro que deu à disputa que teve lugar em Kotte, em 1543. Daí se passa para a discussão de alguns dos aspectos mais genéricos do seu contexto intelectual e de posições dialógicas especificas que moldaram as suas apresentações etnológicas e a sua interpretação dos acontecimentos.

Francisco Roque de Oliveira

Alfonso Sánchez e a sua tradução latina da Peregrinaçam *de Fernão Mendes Pinto*
Contexto literário e interesse pelo Oriente na génese de um manuscrito seiscentista

Resumo

Na primeira metade do século XVII, o erudito espanhol Alfonso Sánchez escreveu um resumo latino da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto que permaneceu inédito até aos nossos dias. Referenciado pela primeira vez por Francis M. Rogers, em 1966, o respectivo original foi entretanto dado por desaparecido. Neste artigo, anunciamos a descoberta de uma transcrição parcial moderna do mesmo texto e utilizá-la-emos para apresentar, pela primeira vez, o índice completo do manuscrito latino original. Simultaneamente, realizaremos dois inquéritos complementares tendo em vista reconstituir o contexto que terá favorecido o trabalho que Sánchez fez sobre o texto de Mendes Pinto: (1) o inventário de todos os dados disponíveis sobre a biografia deste latinista; (2) a análise do círculo de relações literárias em que Sánchez se movimentou e do modo como muitas das suas principais figuras partilharam um interesse comum pelos assuntos da presença ibérica na Ásia Oriental.

Abstract

During the first half of the seventeenth century, the Spanish erudite Alfonso Sánchez wrote a Latin summary of Fernão Mendes Pinto's *Peregrinaçam* that remained unpublished until today. Francis M. Rogers reported it for the first time in 1966, but in the meantime the original manuscript seems to have been lost. We take this article to announce the discovery of a modern partial transcription of that text and to present for the first time the complete contents of the Latin original manuscript. At the same time, we will undertake

two related inquiries in order to recover the context that might have induced the work that Sánchez wrote after Mendes Pinto's text: (1) the collection of all available biographical data about this Latinist; (2) the examination of Sánchez's literary circle and the way in which most of its leading figures shared a common interest on the matters of the Iberian presence in East Asia.

Guida Marques

A invenção do Brasil entre duas monarquias. A América portuguesa e a União ibérica (1580-1640): um estado do problema

Resumo

A reconstituição do percurso de Pedro Cadena de Vilhasanti durante a união dinástica das coroas de Portugal e de Castela, proposta neste artigo, leva-nos a revisitar o problema historiográfico que constitui a América portuguesa na União Ibérica, afastando-nos da imagem tradicionalmente transmitida, relativamente ao governo da América portuguesa durante esse periodo tal como à leitura nacional que lhe foi dada até pouco tempo. A carreira deste luso-brasileiro ao serviço do rei põe-nos, pelo contrário, diante de uma realidade bastante mais complexa do Brasil na União Ibérica, convidando-nos a encarar numa mesma perspectiva os dois lados do Atlântico. Renovando a abordagem desse período, este estudo permite perseguir e enriquecer a sua problemática.

Abstract

The reconstitution of Pedro Cadena de Vilhasanti's carrier during the dynastic union of the crowns of Portugal and Castile, proposed in this paper, leaves us to reconsider the historiographic problem of the Portuguese America within the Dynastic Union, far away of the traditional image of the Portuguese America's government during this time as of the national lecture which has been given. In fact, the carrier of this Luso-Brazilian offers a much more complex reality of Brazil within the Dynastic Union, inviting us to consider the two rives of the Atlantic with a different look. Renewing the approach of this period, this study enables to resume and develop its problematique.

Leila Mezan Algranti

Os doces na culinária luso-brasileira: da cozinha dos conventos à cozinha da casa «brasileira» séculos XVII a XIX

Resumo

Este artigo dedica-se a um segmento da história da alimentação no Brasil colonial: a doçaria. A proposta é analisar o processo de transmissão de hábitos e conhecimentos portugueses sobre a fabricação e consumo de doces, bem como as transformações ocorridas nesta arte culinária, a partir dos encontros culturais que ocorreram no Novo Mundo entre os séculos XVI e XIX.

Abstract

The proposal of this article is to analyze the process of transmission of Portuguese habits and knowledge on the manufacture and confitures consumption, as well as the occured transformations in this art, in Colonial Brazil between centuries XVI and XIX.

Rogério Miguel Puga

As Primeiras Viagens Inglesas a Macau (1635-1699)

Resumo

Com o objectivo de lutar contra o bloqueio holandês no Oriente, o vice-rei da Índia e o presidente da feitoria inglesa de Surrate assinam, em 1635, a chamada Convenção de Goa, que põe fim aos conflitos marítimos anglo-portugueses e possibilita aos barcos da Companhia das Índias (*East India Company*) e de mercadores privados viajarem para Macau, onde os ingleses tentam, desde logo, estabelecer-se. O presente estudo analisa o interesse da Inglaterra isabelina pelas rotas comerciais portuguesas, as primeiras viagens inglesas à Cidade do Santo Nome de Deus até 1699, altura em que a viagem do *Macclesfield* dá início ao *China Trade* inglês, bem como as estratégias defensivas da edilidade local portuguesa, que tenta manter a sua situação privilegiada no Império do Meio, e as reacções das autoridades cantonenses.

Abstract

In order to fight against the Dutch blockade, the viceroy of India and the English president of the Surat factory sign the Goa Convention in 1635, which puts an end to the Anglo-Portuguese maritime conflicts and enables East India Company ships as well as ships belonging to independent merchants to travel to Macau, where the English try to establish themselves straight away. The present study analyses Elizabethan England's interest for the Portuguese commercial routes, the (first) English expeditions to Macau until 1699, when the voyage of the *Macclesfield* marks the beginning of the East India Company's China Trade, as well as the defence strategies of the Macau Portuguese, who try to maintain their privileged situation in the Middle Kingdom, and the reactions of the Cantonese authorities.

Rodrigo Bentes Monteiro

Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado

Resumo

O artigo analisa os álbuns de retratos confeccionados pelo abade Diogo Barbosa Machado. Sua livraria foi doada à *Real Biblioteca* e chegou ao Brasil após a corte portuguesa, integrando o acervo da *Biblioteca Nacional,* no Rio de Janeiro. A escolha das estampas, a ordem dos temas e os recortes operados evidenciam os critérios utilizados pelo bibliófilo, membro da *Academia Real de História,* e os valores do Antigo Regime português. Mas também as expectativas de ascensão social dos homens de letras, o afã das coleções e o incremento da idéia de memória, renovada até o presente entre Portugal e Brasil.

Abstract

This paper analyses the portrait albums made by the Abbot Diogo Barbosa Machado. His book was endowed to the *Real Biblioteca,* and reached Brazil after the Portuguese court's arrival, therefore integrating the *Biblioteca Nacional* holdings in Rio de Janeiro. The selection of the pictures, the thematic order and the scraps arrangement (indeed it is a collection of scrap books) make clear the criterion used by the bibliophile as an *Academia Real de História* member, as well as shows the Portuguese *Ancien Régime* values. The set also discloses the social ascent expectations literary men had, their zeal for building collections and an ever increasing memory's concern with has been renewed between Portugal and Brazil up to this time.

Luiz Carlos Villalta

Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?

Resumo

O presente ensaio tem o propósito de analisar a relação entre censura, livros de prosa de ficção e cultura letrada no mundo luso-brasileiro, sobretudo entre 1768 e 1821. Tais limites temporais, contudo, não são obedecidos rigidamente, havendo, quando necessário para a melhor compreensão das análises, ora recuos, ora avanços em relação aos mesmos. Primeiramente, discuto as denominações, gêneros e a inserção histórica da prosa de ficção, com destaque para o século XVIII e para os inícios do século XIX, justificando o emprego do termo romance para designá-la. Depois, identifico as razões que moveram a censura portuguesa a proibir alguns livros de prosa ficcional, relacionando as proibições às visões depreciativas então em voga a seu respeito. Na terceira parte, procuro compreender as formas pelas quais autores e apreciadores desse gênero de livros defenderam-nos, bem como as razões de que seus detratores se valeram para atacá-los.

Abstract

Censorship and fictional prose: different ways of educating, entertaining and enlightening? This essay proposes an analysis of the relationship between censorship, fiction and literary culture in the Portuguese-Brazilian world, principally between 1768 and 1821. These temporal limits, however, are not strictly adhered to. In order to clarify my arguments, whenever necessary, elements prior to 1768 or situations after 1821 are analysed. First, in an attempt to justify my use of the word novel to denominate all book of fiction, I discuss the designations, styles and historical contexts of fictional writing, principally during the eighteenth and early nineteenth centuries. Second, I identify the reasons that led Portuguese censorship to prohibit certain books of fiction, relating such prohibitions to notions, common during the period under examination, which held fiction in a derogatory light. Finally, I try to understand how authors and their admirers sought to defend fictional publications, as well as the reasoning employed by detractors in denigrating them.

Ronald Raminelli

Ilustração e patronagem.
Estratégias de ascensão social no Império português

Resumo

No Império português , os naturalistas participaram num projeto estatal para produzir inventários dos três reinos da natureza, dos povos e da geografia. Dedicados ao rei, esses serviços eram um importante elemento nas relações de patronagem. Para uns promovia ascensão social, para outros a patronagem podia causar enorme frustração sobretudo quando não se dominavam as regras do jogo social.

Abstract

In the Portuguese Empire, the naturalists participated in a state project of surveying the three kingdom of nature, the people and the geography. Dedicated to the king, these services were an important element in the patronage relationship. While making swift social mobility possible for some, patronage could also cause enourmous frustation among individuals who did not know how to play the patronage game.

Íris Kantor

Indianismo e indigenismo na Academia Brasílica dos Renascidos
Salvador/Bahia 1759

Resumo

O artigo explora o posicionamento das elites acadêmicas luso-americanas frente às reformas pombalinas que elevaram a condição jurídica das populações indígenas no contexto da implementação dos tratados territoriais luso-espanhóis (1750-1777). Discute, também, os significados do discurso indianista crioulo elaborado pelos membros da Academia Brasílica dos Renascidos.

Abstract

The article explores the attitude of the Portuguese-American academic elites with regard to the reforms carried out by the Marquis of Pombal which improved the legal position of the native indigenous populations in the context of the implementation of the Portuguese-Spanish territorial treaties (1750-1777). It also deals with the significance of the *indianista crioulo* argument created by the scholars of the Academia Brasílica dos Renascidos

Robert J. King

Arthur Phillip Defensor de CoLónia, Governador de Nova Gales do Sul

Abstract

This article describes the conduct of Arthur Philip, governor of the colony of South New Wales, in the 1788. Before attending this post, he had served in the British and in the Portuguese Navy. He was known as an audacious and competent naval officer serving the Portuguese king in the defence of the Sacramento colony. Back to England, in 1778, he took with him maps of the shores and ports of Brazil and River Plate, information that was considerer by the British Admiral of great utility for the better knowledge of the Brazilian seashore and for the planning of an expedition to the River Plate, around 1780, to attack the Spanish navy stationed there.

Resumo

Este artigo descreve o trajecto de Arthur Phillip, governador da colónia de Nova Gales do Sul, em 1788. Antes de ocupar este posto, tinha servido na Marinha Britânica e na Marinha Portuguesa. Notabilizou-se como oficial de marinha audaz e competente ao serviço do rei português na defesa da Colónia do Sacramento. No seu regresso a Inglaterra, em 1778, levava consigo cartas das costas e dos portos do Brasil e do Rio da Prata, informação que foi considerada de grande utilidade pelo Almirantado Britânico no conhecimento do litoral brasileiro e na planificação de uma expedição que se planeava fazer ao Rio da Prata, por volta de 1780, para ataque da frota espanhola aí sediada.

António de Almeida Mendes

Traites ibériques entre Méditerranée et Atlantique: le noir au cœur des empires modernes et de la première mondalisation (ca. 1435-1550)

Abstract

On the basis of the documentation of the Portuguese and Spanish Archives and of the 35 000 voyages from *The Transatlantic Slave trade : a database* we can provide an original regard on the Iberian slave trade for the XVI-XVII centuries. Under certain aspects, this article intends to present new interpretations for the first Portuguese expansion and the slave trade for the Modern time. Iberian traffic, Atlantic traffic and Transatlantic traffic shouldn't be taken as three distincts circuits but as a part of a global history : the history of the black slave in the society of Old Regime.

Resumo

O confronto de dados novos extraídos dos arquivos portugueses e espanhóis com as perto de 35 000 viagens transatlânticas referenciadas no projecto *The transatlantic slave trade* proporciona-nos uma abordagem inédita do fenómeno negreiro na sua globalidade. Sob certos aspectos, o presente artigo pretende abrir algumas pistas originais para uma análise cruzada da génese da primeira fase expansionista e do tráfico negreiro da Época Moderna. Tráfico ibérico, tráfico atlântico e tráfico transatlântico, longe de serem três circuitos distintos, articulam-se numa mesma história global, que é, em definitivo, a história do escravo negro na sociedade ibérica de Antigo Regime.

INVESTIGADORES DO CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

– Doutor Artur Teodoro de Matos (professor catedrático aposentado FCSH; membro da direcção do Instituto de Estudos Orientais.
– Doutor Avelino Freitas de Meneses (professor catedrático, Reitor da Universidade dos Açores)
– Doutora Ana Isabel Buescu (professora associada c/ agregação FCSH)
– Doutora Maria Augusta Lima Cruz (professora associada c/ agregação da Univ. Minho)
– Doutora Maria de Jesus dos Mártires Lopes (investigadora principal c/agregação do IICT)
– Doutor António dos Santos Pereira (professor associado da Univ. Beira Interior)
– Doutor Luís Filipe Thomaz (professor associado aposentado FCSH; director do Instituto Oriental-UCP)
– Doutor Rafael Moreira (professor associado FCSH)
– Doutor Rui Carita (professor associado e pró-reitor da Univ. Madeira)
– Doutor João Paulo Oliveira e Costa (professor associado c/ agregação FCSH)
– Doutora Ana Maria Ferreira (professora auxiliar FCSH)
– Doutora Ângela Domingues (investigadora auxiliar IICT)
– Doutor Henrique Leitão (investigador auxiliar da Universidade de Lisboa)
– Doutor João Nelson Veríssimo (professor auxiliar da Univ. Madeira)
– Doutor José Damião Rodrigues (professor auxiliar da Univ. Açores)
– Doutor José Miguel Pinto dos Santos (professor associado Universidade de Hiroshima)
– Doutora Maria Madalena Larcher (professora auxiliar Instituto Politécnico de Tomar)
– Doutora Maria Cecília Guirado (Professora na Universidade de Marília-Brasil)
– Doutora Maria Margarida Machado (professora auxiliar da Univ. Açores)
– Doutora Maria do Rosário Pimentel (professora auxiliar FCSH)
– Doutor Pedro Cardim (professor auxiliar FCSH)
– Doutor Rui Manuel Loureiro (Universidade Lusófona)
– Doutora Ana Salema (bolseira de pós-doutoramento da FCT)
– Doutor Francisco Roque de Oliveira (investigador)
– Doutora Susana Costa (professora auxiliar da Universidade dos Açores
– Mestra Alexandra Curvelo (Instituto Português de Conservação e Restauro; assistente convidada FCSH)
– Mestra Alexandra Pelúcia (assistente convidada FCSH; bolseira da Fundação Oriente)
– Mestra Ana Fernandes Pinto (bolseira de doutoramento da FCT)
– Mestre André Teixeira (bolseiro de doutoramento da FCT)
– Mestra Carla Alferes Pinto (investigadora)
– Mestra Isabel Pina (bolseira de doutoramento da FCT)
– Mestra Isabel Tavares Mourão (investigadora)
– Mestre João Teles e Cunha (investigador)
– Mestre João Silva de Jesus (investigador)
– Mestre Jorge Flores (assistente da Univ. de Aveiro)
– Mestra Maria Conceição Flores (investigadora)
– Mestra Maria de Lourdes Sales (investigadora)
– Mestra Marisa Marques (investigadora)
– Mestre Pedro Lage Correia (bolseiro de doutoramento da FCT)
– Mestra Susana Munch Miranda (assistente convidada da FCSH)
– Mestre Valdemar Coutinho (professor aposentado do Ensino Secundário)
– Mestre Zoltán András Biedermann (bolseiro de doutoramento da FCT)
– Licenciada Ana Rita Chaves Domingues (investigadora)
– Licenciado André Murteira (bolseiro de mestrado da Fundação Oriente)
– Licenciada Andreia Martins de Carvalho (investigadora)
– Licenciado Arlindo Caldeira (investigador)
– Licenciada Helena Margarida Barros Rodrigues (bolseira da Fundação Oriente)
– Licenciado João Figueiroa Rego (investigador)
– Licenciado Luís Pinheiro (investigador)
– Licenciada Luzia Ruiva Soromenho (investigadora)
– Licenciada Madalena Ribeiro (investigadora)
– Licenciada Maria de Fátima Tomás (investigadora)
– Licenciada Maria Leonor Leiria (investigadora)
– Licenciado Miguel Pereira Coutinho (investigador)
– Licenciada Patrícia Carvalho (investigadora)
– Licenciada Natália Tojo (investigadora)
– Licenciado Rogério Puga (professor do Ensino Secundário)
– Licenciado Renato Pires (investigador)
– Licenciada Rute Gregório (assistente da Universidade dos Açores)
– Licenciada Silvana Pires (bolseira de investigação da FCT no âmbito de projecto do IICT)
– Licenciada Sofia Diniz (investigadora)
– Licenciada Teresa Lacerda (bolseira de investigação da FCT no âmbito de projecto CHAM)